UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

JUNIELE RABÊLO DE ALMEIDA

TROPAS EM PROTESTO:
o *ciclo* de movimentos reivindicatórios dos
policiais militares brasileiros no ano de 1997

V. I

São Paulo
2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

TROPAS EM PROTESTO:
o *ciclo* de movimentos reivindicatórios dos
policiais militares brasileiros no ano de 1997

Juniele Rabêlo de Almeida

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social
do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo, para obtenção do
título de doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy

V. I

São Paulo
2010

Almeida, Juniele Rabêlo

2010

Tropas em protesto: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997 / Juniele Rabêlo de Almeida; Orientador José Carlos Sebe Bom Meihy. – São Paulo: FFLCH/USP, 2010. V. 1. 472 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História Social). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. Policiais militares, Movimentos reivindicatórios.
2. História Oral, História de vida, Narrativa.

Copyright©2010

Revisão – nova ortografia
Nilma Lima

Projeto Gráfico - Capa
Dorys Marinho

Digitalização dos jornais
Frederico Moura

Ao meu orientador:
professor José Carlos Sebe Bom Meihy, minha enorme gratidão.

Aos meus queridos:
pai e irmão (Dorival e Juliender), por tudo.

À minha mãe, Nanci:
presença eterna, “que se foi sem ir” há vinte anos.

Dedico o trabalho
ao meu sempre companheiro Rodrigo de Almeida.

RESUMO

Este trabalho propõe um estudo sobre o *ciclo* de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros, ocorrido ao final do primeiro semestre do ano de 1997. As manifestações dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais se tornaram um estandarte tático para a ação coletiva dos PMs de diversas localidades do território nacional. Quatorze estados integraram o *ciclo nacional de protestos*: Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul; e, sem movimento organizado, São Paulo e Rio de Janeiro.

Narrativas, em *história oral de vida*, revelaram o diálogo entre as especificidades regionais e uma cultura policial militar nacionalmente constituída. Múltiplas questões, para o estudo da história dos movimentos sociais e da segurança pública no Brasil, foram problematizadas por meio de quatro redes de análise – que indicam o *repertório da ação coletiva* policial militar: 1ª rede) Policiais militares de Minas Gerais: o início do *ciclo de protestos*; 2ª rede) Policiais militares de Alagoas, Ceará, Pernambuco e Pará: conflitos armados e ameaças; 3ª rede) Policiais militares da Paraíba, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: acampamentos e negociações; 4ª rede) Policiais militares do Rio Grande do Sul, Piauí, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro: manifestações disciplinadas e articulações políticas à margem do *ciclo de protestos*. A crise policial militar brasileira representou conjuntura em que elementos próprios da corporação se desgastaram, mas não o suficiente para minar as bases institucionais. O trabalho indica possíveis conexões entre uma *cultura policial militar*, expressa pelos pilares militarizantes referentes a valores e normas institucionais, e preceitos relacionados à democratização que se passa nas sociedades contemporâneas.

Palavras-chave: Polícia Militar; *ciclo de protestos*; repertório da ação coletiva; história oral de vida.

ABSTRACT

The purpose of this research is to look at the movement *cycle* of Brazilian military police demands which occurred at the end of the first semester of 1997. The police officers' protests in Minas Gerais became a tactical banner for military police collective actions in various parts of Brazil. Fourteen states participated in the first *national protest cycle*: Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul; and, without an organized movement, São Paulo and Rio de Janeiro.

Oral life history narratives revealed interactions between specific state-level military police groups and the nationally constituted organizational culture of the military police. Multiple issues of social movements and public safety in Brazil were addressed in four networks: 1st) Military Police in Minas Gerais: the beginning of the *protest cycle cycle of protests*; 2nd) Military Police of Alagoas, Ceará, Pernambuco and Pará: armed conflicts and threats; 3rd) Military Police of Paraíba, Bahia, Mato Grosso and Mato Grosso do Sul: encampments and negotiations; 4th) Military Police of Rio Grande do Sul, Piauí, Goiás, São Paulo and Rio de Janeiro: disciplined demonstrations and political articulation on the sidelines of the *protest cycle*. This analysis indicated different *repertoires of collective action* by the military police, which damaged the organizational elements, but not enough to undermine its institutional foundations. This research indicates possible connections between the organizational culture of the military police, expressed by the militarized precepts regarding institutional values and norms, and precepts of democratization prevalent in modern societies.

Key words: Military Police; *protest cycle*; repertoire of collective action; oral life history.

SUMÁRIO

VOLUME I

AGRADECIMENTOS E HISTÓRIA DO PROJETO..... 11

1 Tropas em movimento 21

1.1 A corporação policial militar.....24

1.2 Farda, democracia e imprensa28

1.3 Ações coletivas: novos caminhos31

1.3.1 O *repertório da ação coletiva*32

1.3.2 Os *ciclos de protestos*34

1.4 História oral e memória: policiais militares em protesto35

2 Início do *ciclo de protestos*:

crise hierárquica em Minas Gerais 43

2.1 Passeata, trégua e confronto - Belo Horizonte44

2.2 A Polícia Militar de Minas Gerais57

2.3 Personagens de um novo *repertório* da ação coletiva62

2.4 Repercussão: a morte do Cabo Valério e o *efeito dominó*71

3 Conflitos armados e ameaças:

Alagoas, Ceará, Pernambuco e Pará 78

3.1 Dia de guerra e queda do governador - Maceió79

3.2 Governo de Ferro e a política das exclusões - Fortaleza88

3.3 Sequestros e ameaças - Recife96

3.4 Policiais encapuzados - Belém 103

4 Acampamentos e negociações:

Paraíba, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul 108

4.1 Acampamento e greve de fome – João Pessoa 109

4.2 O papel da imprensa – Salvador 118

4.3 Disputas pela liderança do movimento – Cuiabá..... 123

4.4 Policiais e petistas – Campo Grande 127

5 Manifestações disciplinadas e articulações à margem do *ciclo*:

Rio Grande do Sul, Piauí, Goiás; São Paulo e Rio de Janeiro ... 134

5.1 Ordem e frustração – Porto Alegre 135

5.2 Governador e PMs em praça pública – Teresina 142

5.3 Negociações e controle da tropa – Goiânia 150

5.4 Margem do *ciclo de protestos*: repercussões midiáticas e articulações políticas – São Paulo e Rio de Janeiro 156

6 Memória coletiva: policiais militares e tempo presente 160

6.1 Origem social e condições de trabalho dos policiais militares 162

6.2 Cultura policial militar e abusos hierárquicos 169

6.3 Punições corporativas: prisões e exclusões..... 179

6.4 O debate sobre desmilitarização e a PEC nº 21 183

CONSIDERAÇÕES FINAIS 187

ENTREVISTAS E PERIÓDICOS 195

BIBLIOGRAFIA 202

CRÉDITOS DAS FOTOGRAFIAS 212

ANEXO 217

VOLUME II

Narrativas Referenciais

1 Policiais militares de Minas Gerais: “primeira rede” 227

Início do ciclo de protestos

1.1 Sargento Rodrigues (MG)	228
1.2 Cabo Júlio (MG)	239
1.3 Sargento Maurício (MG)	250
1.4 Cabo Marcondes (MG)	258
1.5 Cabo De Sal (MG)	264
1.6 Sargento Bravo (MG)	272
1.7 Sargento Milton (MG)	282

2 Policiais militares de Alagoas, Ceará, Pernambuco e Pará: “segunda rede” 294

Conflitos armados e ameaças

2.1 Soldado Simas (AL)	295
2.2 Soldado Elias (AL)	300
2.3 Soldado Barbosa (CE)	306
2.4 Soldado Tupinambá (CE)	311
2.5 Soldado Moisés (PE)	315
2.6 Soldado Cordeiro (PE)	330
2.7 Cabo Élio (PA)	334
2.8 Cabo Savedras (PA)	344

3 Policiais militares da Paraíba, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: “terceira rede” 349

Acampamentos e negociações

3.1 Soldado Onildo (PB)	350
-------------------------------	-----

3.2 Sargento Denis (PB)	354
3.3 Cabo Pires (BA)	366
3.4 Soldado Alfeu (BA)	377
3.5 Sargento Delgado (MT)	383
3.6 Cabo Nonato (MT)	389
3.7 Soldado Melo Irmão (MS)	400
3.8 Soldado Souza (MS)	408

4 Policiais militares do Rio Grande do Sul, Piauí, Goiás; São Paulo e Rio de Janeiro: “quarta rede” 416

Manifestações disciplinadas e articulações à margem do *ciclo*

4.1 Soldado Lucas (RS)	417
4.2 Soldado Giovani (RS)	425
4.3 Cabo Santiago (PI)	430
4.4 Cabo Jarbas (PI)	441
4.5 Soldado Gilberto (GO)	445
4.6 Cabo Wilson (SP)	453
4.7 Soldado Vanderlei (RJ)	462

AGRADECIMENTOS E HISTÓRIA DO PROJETO

O estudo da corporação policial militar e as reflexões sobre história oral marcaram minha formação acadêmica. Em Belo Horizonte, realizei, durante a graduação em História, o curso de formação em história oral, ministrado pela professora Dra. Lucília de Almeida Neves. Sou muito grata à professora Lucília que sempre acreditou e apoiou este esforço de pesquisa. Por meio de sua orientação, desenvolvi o projeto de iniciação científica intitulado *Farda e Política*, no ano de 2001. O trabalho evidenciou a dificuldade de se compatibilizar o princípio da igualdade e o direito de participação, inerentes à democracia, com a especificidade da categoria policial militar, inserida em uma estrutura organizacional hierarquizada e rígida.

Ao término do curso de bacharelado, ingressei no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais e defendi, em 2004, na linha de pesquisa História e Culturas Políticas, a dissertação *Um Novo Repertório da Ação Coletiva: movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar em Belo Horizonte*, orientada pelo professor Dr. Rodrigo Patto Sá Motta, com financiamento do CNPq. Manifesto sinceros agradecimentos ao professor Rodrigo: pela orientação criteriosa, pelas sugestões valiosas e por todo o apoio. E, também, a colaboração da professora Dra. Carla Anastasia que, em um diálogo imprescindível para o desenvolvimento do trabalho, partilhou o entendimento das noções de *repertório* e *ciclo da ação coletiva*. Ao Dr. Celso Castro, pelos motivadores comentários sobre a dissertação.

Apresento, agora, minha tese de doutoramento em História Social, na Universidade de São Paulo, sob a orientação do professor Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy, a quem agradeço a confiança, o compromisso, o entusiasmo e as oportunidades para ampliação dos meus estudos. O Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO/USP) contribuiu enormemente para as minhas reflexões sobre memória, identidade e narrativa. É uma honra integrar o NEHO e o conselho editorial da *Oralidade: Revista de História Oral*.

Lembro, aqui, a leitura atenta e o incentivo das professoras Dra. Maria Aparecida de Aquino e Dra. Maria de Lourdes Janotti, integrantes da banca examinadora de qualificação do trabalho. Ao CNPq, por ter viabilizado o trabalho por meio da concessão de bolsa.

A todos os amigos que fiz no NEHO registro minha gratidão: Fabíola Holanda Barbosa, Fernanda Guimarães, Marcel Diego Tonini, Marcela Boni Evangelista, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Maria Aparecida Blaz Vasques Amorim, Ricardo Santhiago, Suzana Lopes Salgado Ribeiro, Valéria Barbosa de Magalhães, Vanessa Generoso e Xênia de Castro Barbosa. Em especial, os cuidados de: Cida, Fernando, Marcel e Ricardo.

Aos que sempre acreditaram: professores do Departamento de História da PUC Minas; amigos do Curso de História e do Curso de Jornalismo do Centro Universitário Newton Paiva. Agradeço a amizade e a constante interlocução com: Adriane Vidal, Denise Pimenta, Marialice Emboava, Martha Meniconi, Pedro Krettli, Thábata Alvarenga e Wilson Avelar. Não poderia deixar de agradecer os meus alunos e ex-alunos do Centro Universitário Newton Paiva, da Estácio, do UNI-BH e da PUC Minas.

Aos amigos que estiveram sempre comigo, todo o meu afeto!

À grande família pelo carinho: Rabêlos, Almeidas, Bernardes, Prates e Lyras. Especialmente, aos meus "tios policiais" (Carlos José, Donato e Leci), pois sempre estive atenta aos vários "casos de polícia" que marcam os encontros familiares. À Val, Dona Luzinete, Tia Miriam, Marli e Fátima pelo acolhimento. Aos cunhados, Karine e Rafael, obrigada pela prestatividade. Ao meu avô Augusto (vô Gusto), por todas as histórias.

Ao meu irmão Juliender, por todas as manifestações de admiração e carinho. Ao meu querido pai, Capitão Dorival, enfatizo minha enorme gratidão. Com seu auxílio e constante diálogo, a Polícia Militar tornou-se “mais próxima”. Valeu a preocupação e o esforço amigo com que me acompanhou mais uma vez. À minha mãe pela presença eterna! Ao Rodrigo, meu sempre companheiro, pelos planos, pelo amor e o intenso convívio – agradeço àquele que é meu estímulo, por estar sempre perto.

Agradeço a colaboração dos entrevistados. Para tanto, apresentarei um breve relato dos nossos encontros no intuito de evidenciar a participação de cada policial militar. As narrativas que compõem o eixo desta pesquisa emergiram de entrevistas realizadas com policiais militares de quatorze estados brasileiros que integraram, no ano de 1997, o *ciclo nacional de protestos: Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Sul*. Ressalva-se que, apesar de estarem à margem do *ciclo de protestos*, entrevistas realizadas com policiais militares dos estados de *São Paulo* e *Rio de Janeiro* foram incluídas nesta pesquisa, frente ao papel de suas respectivas lideranças nas discussões fomentadas durante as manifestações por todo o Brasil.

São 47 narrativas (em *história oral de vida*) de lideranças e manifestantes que participaram das mobilizações policiais militares. Destas, aparecem integralmente, no volume II deste trabalho, 30 narrativas selecionadas como “entrevistas referenciais” – colaboradores que destacaram como eixo narrativo, em suas histórias de vida, a importância dos movimentos reivindicatórios ocorridos em 1997. Nos diversos encontros percebi as especificidades regionais (PMs estaduais) e uma cultura policial militar nacionalmente constituída.

No intuito de expor as relações estabelecidas entre entrevistadora e entrevistados, devo ressaltar minha origem familiar: filha de um policial

militar reformado. Quando iniciei os agendamentos para as entrevistas, em dezembro de 2006, preferi me apresentar como pesquisadora ligada ao Núcleo de Estudos em História Oral. Nos agendamentos, estabelecia-se a relação pesquisadora e policiais militares. Já nos encontros para entrevista, observei que “ser filha de PM” aproximava os colaboradores, que flexibilizavam as fronteiras entre o *mundo militar* e o *mundo paisano*, conforme indicou Celso Castro (1990) em seu estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras. Afinal, para a construção do *espírito militar*, afirma-se que os militares são diferentes dos paisanos.

Pude ter acesso a “muitas histórias” que não teria como pesquisadora *paisana* distante dos *militares*. Fui sempre recebida como uma *paisana de tipo especial*. Concentrei inicialmente meu esforço de pesquisa em **MINAS GERAIS**, por ter sido o estado detonador do *ciclo de protestos*. Em janeiro de 2007, eu me encontrei com o **Cabo Júlio**, indicado pela imprensa como grande líder da greve dos praças em Belo Horizonte, em um momento complicado de sua trajetória pública – após o segundo mandato como Deputado Federal não alcançou a reeleição. A partir dele, consegui contato com: **Sargento Maurício**, **Cabo Marcondes**, **Cabo Jacinto**, **Sargento Edmundo** e **Cabo De Sal**: todos participantes da greve de 1997, expulsos da corporação em 1998 e “anistiados” em 1999 (reintegração ao Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais). Ainda em Minas Gerais, entrevistei o **Sargento Rodrigues** – Deputado Estadual em seu terceiro mandato após liderar, juntamente com Cabo Júlio, a greve mineira. Rodrigues solicitou que eu entrevistasse o **Sargento Bravo** e o **Sargento Milton**, afirmando que ambos acompanharam efetivamente o movimento de 1997 e seus desdobramentos. Todos se dispuseram prontamente a narrar suas histórias de vida, principalmente por terem sido indicados pelo Cabo Júlio e pelo Sargento Rodrigues como “parte daquela história”.

No **RIO GRANDE DO SUL**, ao final do mês de julho de 2007, contatei o **Soldado Leonel** – integrante do movimento grevista dos praças na cidade de Porto Alegre e atual presidente da Associação dos

Cabos e Soldados da Brigada Militar – ACSBM/RS. Tomando chimarrão, Leonel Lucas – conhecido como “presidente” – me recebeu como convidada de honra na sede da Associação. Entusiasmado, rememorou suas experiências de vida e indicou três companheiros para narrar suas histórias: **Soldado Agra**, **Soldado Giovani** e **Soldado Paim**. Em todos os estados, apresentei para cada entrevistado o projeto de pesquisa. As entrevistas foram sempre agendadas previamente, a partir das indicações dos “entrevistados referenciais”, o que possibilitava ao narrador reflexões prévias sobre “o que” dizer e “como” gostaria de registrar suas experiências.

Em janeiro de 2008, segui rumo ao nordeste para entrevistar os policiais militares do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. As “Associações Representativas dos Policiais Militares” prepararam reuniões para que fosse apresentado o projeto de pesquisa (com posterior divulgação nos jornais internos). Atribuo essa recepção à ênfase dada, durante os agendamentos, ao estabelecimento de preceitos éticos na relação com o entrevistado por meio da *colaboração* – interação entre os sujeitos envolvidos para a constituição da narrativa.

Em **PERNAMBUCO**, fui recebida pelo **Soldado Cordeiro**, coordenador da Associação dos Cabos e Soldados – ACS/PE, que afirmou, durante a sua entrevista, as dificuldades enfrentadas pelos policiais manifestantes de 1997, na cidade do Recife. Ele indicou os demais narradores pernambucanos: **Soldado Santos**, **Soldado José Ricardo**, **Soldado Renílson** e o atual Deputado Estadual **Soldado Moisés**. Soldado Moisés me recebeu em seu gabinete na Assembleia Legislativa de Pernambuco e enfatizou, em “tom heróico”, a sua participação na construção da Associação dos Cabos e Soldados, a luta por melhores salários na greve de 1997 e a sua atual carreira de Deputado Estadual.

No estado de **ALAGOAS**, conversei com o **Soldado Simas**, presidente da Associação dos Cabos e Soldados – ACS/AL; e vice-presidente da Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças Militares Estaduais – ANASPPRA. Como integrante do movimento grevista

dos praças, ocorrido na cidade de Maceió, no ano de 1997, a narrativa do Soldado Simas foi marcada pelo desejo de apresentar a crise que provocou o afastamento do Governador Divaldo Suruagy (PMDB), após o choque entre PMs manifestantes e soldados do Exército, em frente à Assembleia de Alagoas, no dia 17 de julho de 1997. Conversei, ainda, com o **Soldado Barboza** (que enfatizou a *cultura da pistolagem* na Polícia Militar de Alagoas) e com o **Subtenente Heleno** (atual presidente da Associação de Sargentos e Subtenentes), ambos indicados por Simas. As indicações minimizaram, em cada *rede* formada, as possíveis desconfianças dos entrevistados.

No **CEARÁ**, contei com a ajuda da Associação dos Praças Militares – ASPRAMECE, em especial do presidente **Soldado Queiroz** que organizou um encontro coletivo e indicou os seguintes entrevistados: **Soldado Tupinambá**, **Soldado Josué** e **Soldado Barbosa** – policiais militares expulsos após a greve de 1997 e não anistiados. As manifestações na cidade de Fortaleza foram duramente reprimidas pelo governador à época, Tasso Jereissati, que ordenou a prisão dos líderes do movimento e anunciou a expulsão imediata de 70 soldados.

Na **PARAÍBA**, encontrei-me com o **Sargento Denis**, considerado o líder do movimento de 1997 na cidade de João Pessoa. Após a greve, Sargento Denis foi duas vezes eleito Deputado Estadual da Paraíba. Hoje, filiado ao PV, concedeu a entrevista em sua casa, na Praia de Cabedelo, e indicou dois narradores: **Sargento Wallace** e **Sargento Onildo**. Os dois “entrevistados indicados” destacaram a participação no movimento e indicaram, principalmente, a angústia que eles e suas famílias passaram com as punições disciplinares. Nas entrevistas foram perceptíveis as negociações entre as memórias pessoais e a memória coletiva sobre o movimento.

Em Belém do **PARÁ**, conversei com **Feliciano Mota**, presidente da Associação de Mulheres e Familiares dos Militares do Pará, que atenciosamente me colocou em contato com o **Cabo Élio**, excluído da corporação, por dez anos, após liderar o movimento paraense em 1997.

Élio conseguiu, depois de inesgotáveis esforços jurídicos, ser reintegrado à PMPA no ano de 2007. Ainda no Pará, encontrei o **Cabo Savedras**, integrante entusiasmado das manifestações de Belém. Savedras destacou o “efeito dominó” dos protestos policiais militares, indicando Minas Gerais como “estado detonador”.

No mês de janeiro de 2009, iniciei as entrevistas da região centro-oeste. No **MATO GROSSO**, fui recebida pelo **Soldado Gervaldo**, presidente da Associação de Cabos e Soldados – ACS/MT. Os “entrevistados referenciais” – **Sargento Delgado** e **Cabo Nonato** – disputaram a liderança das manifestações em Cuiabá. Representaram forças divergentes dentro do movimento, conforme indicam as narrativas. As brigas políticas, relacionadas à consolidação ou construção de Associações de Praças ficaram evidentes.

Em Campo Grande, **MATO GROSSO DO SUL**, fui ao encontro do **Soldado Melo Irmão**, atual presidente da Associação de Cabos e Soldados – ACS/MS e da Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças Militares Estaduais – ANASPRA. Melo Irmão foi referenciado como o principal articulador do movimento. Conversei ainda com o **Soldado Souza** e com o **Soldado Amauri** que participaram ativamente das ações reivindicatórias de 1997.

Em abril de 2009 realizei entrevistas com os policiais manifestantes da **BAHIA**. Em Salvador, contatei o **Cabo Pires** – presidente da Associação dos Praças da PMBA à época. **Cabo Alfeu** e **Soldado Jackson** foram indicados por Oscar Pires como principais participantes do movimento de 1997. No mês de julho de 2009, procurei, em Teresina, **Cabo Santiago** – considerado o líder dos praças em 1997. Santiago, hoje, atua na Guarda do Palácio Karnak, sede oficial do Governo do **PIAUÍ**. Contatei também o **Cabo Jarbas**, atual presidente da Associação Beneficente dos Cabos e Soldados – ABECS/PI. Jarbas indicou os policiais: **Soldado Benevides** e **Sargento Lima**, participantes das manifestações grevistas.

Em agosto de 2009, pude entrevistar, em **SÃO PAULO**, o **Cabo Wilson**, presidente da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo – ACSPMESP. Neste estado não ocorreram manifestações públicas, a negociação salarial evidenciou articulações políticas diretas entre Cabo Wilson e o Governador Mário Covas. A negociação vitoriosa gerou, em 1998, a convite de Mário Covas, a candidatura de Cabo Wilson (deputado estadual). Cabo Wilson é um dos poucos que não acreditam na greve como forma de pressão. Em setembro de 2009, contatei o **Soldado Gilberto**, presidente da Associação de Cabos e Soldados de **GOIÁS** – ACS/GO. Soldado Gilberto liderou e manteve “sob controle” as manifestações na cidade de Goiânia. Finalmente, em novembro de 2009, entrevistei o **Soldado Vanderlei** – presidente da Associação dos Praças da Polícia Militar do **RIO DE JANEIRO** – ASPRA/RJ. Conversei, também, com o **Soldado Vieira**. Ambos afirmaram a inexistência de movimentos grevistas no estado do Rio de Janeiro no ano de 1997. Entretanto, as entrevistas indicaram manifestações isoladas dos PMs cariocas em solidariedade à morte do Cabo Valério (policial mineiro morto na manifestação do dia 24 de junho de 1997).

As memórias narradas revelaram múltiplas experiências dos policiais militares brasileiros que integraram o *ciclo nacional de protestos* do ano de 1997. As narrativas estão catalogadas (total de 47 entrevistas) e disponíveis no Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo/NEHO-USP.

Agradeço aos funcionários das diversas Associações Policiais Militares pela recepção, agendamento das entrevistas e por colocar à minha disposição valiosa documentação sobre os movimentos de 1997. São elas: Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças Militares Estaduais – ANASPRA, Associação dos Praças Policiais e Bombeiros de Minas Gerais – ASPRA/MG, Associação dos Cabos e Soldados da Brigada Militar do Rio Grande do Sul – ACSBM/RS, Associação dos Cabos e Soldados de Pernambuco – ACS/PE, Associação dos Cabos e

Soldados de Alagoas – ACS/AL, Associação dos Praças Militares do Ceará – ASPRAME/CE, Associação das Mães, Mulheres e Amigos dos Policiais Militares da Paraíba – AMMA/PB, Associação de Mulheres e Familiares dos Militares do Pará – AMFM/PA, Associação de Cabos e Soldados do Mato Grosso – ACS/MT, Associação de Cabos e Soldados do Mato Grosso do Sul – ACS/MS, Associação Beneficente dos Cabos e Soldados do Piauí – ABECS/PI, Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo – ACSPMESP, Associação de Cabos e Soldados de Goiás – ACS/GO, Associação dos Praças da Polícia Militar do Rio de Janeiro – ASPRA/RJ.

Pelo acesso aos arquivos, agradeço os jornais: *Correio do Povo, Correio do Estado, Correio da Paraíba, Diário da Tarde, Diário de Pernambuco, Diário do Povo, Diário do Nordeste, Estado de Minas, Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Gazeta de Alagoas, Gazeta do Povo, Gazeta Mercantil, Hoje em Dia, Jornal do Brasil, Jornal do Comércio, Jornal da Paraíba, O Globo, O Liberal, O Norte, O Popular, O Povo, O Tempo, Tribuna do Ceará, Zero Hora.*

1 Tropas em movimento

As manifestações reivindicatórias de policiais militarizados na esfera pública nacional expressaram novo *repertório da ação coletiva*¹. A partir de uma rápida difusão modular das ações reivindicatórias dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais, no dia 13 de junho de 1997, intensificou-se a solidariedade e, conseqüentemente, aumentou o poder de mobilização de policiais militares de quatorze estados brasileiros (*Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo*) que, em alguns casos, enfrentaram oficiais e governo na arena política.

A crise policial militar brasileira evidenciou caráter inovador, representando conjuntura em que elementos próprios da corporação se desgastaram, mas não o suficiente para minar as bases institucionais. É possível encontrar, nos protestos aludidos, inovação substantiva no *repertório de ações coletivas* dos trabalhadores, tendo em vista a emergência de greves militares: um conflito aberto com armas.

As manifestações dos praças indicaram um novo meio de ação, um novo *repertório da ação coletiva* dos PMs², calcado, antes desse evento, na ideia de negociação dentro da arena administrativa: diálogo com o Alto Comando e com o governo. O movimento dos policiais mineiros tornou-se

¹ O *repertório de ações coletivas* refere-se ao conjunto limitado de estratégias já conhecidas, circunscritas por táticas anteriores e recursos à disposição, para atingir certos fins. Cf. TILLY, Charles. *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

² No Brasil, costuma-se utilizar o jargão policial *PM* ou *PMs* referindo-se tanto às Polícias Militares estaduais quanto aos seus integrantes.

um estandarte tático para a ação coletiva dos PMs brasileiros³. Gerou um *ciclo de protestos*⁴ que alcançou diversas localidades do território nacional, afirmando a iniciativa grevista dos policiais militares:

A crise aberta pela Polícia Militar de Minas Gerais no mês passado já se alastrou pelas polícias de vários estados e obrigou o Exército a ir para as ruas, até agora, em seis deles. Em Alagoas, a PM desafiou e enfrentou o Exército, transformando o centro de Maceió em praça de guerra, num fogo cruzado de cinco minutos. (*Jornal do Brasil*, 18 jul.1997, p. 1)

Acostumados a reprimir protestos, PMs vindos de dezenas de municípios gaúchos agiram como sindicalistas, marcharam pelas ruas de Porto Alegre e promoveram um silvo que as paredes do Palácio Piratini, mais acostumadas às sinetas dos professores, jamais ouviram. (*Zero Hora*, 18 jul. 1997, p. 1)

Com fuzis e metralhadoras, 615 homens ocuparam ontem as ruas de Recife. Tropas federais policiam Campo Grande, Maceió, João Pessoa e Porto Alegre. Em São Paulo, o protesto das mulheres de PMs teve apoio do MST e da CUT. O Governo pensa em decretar estado de calamidade em Alagoas para agilizar a liberação de verbas. (*O Globo*, 22 jul. 1997, p. 13)

Oito municípios goianos do Entorno do Distrito Federal estão sem policiamento nas ruas desde a manhã de ontem, depois que todo o efetivo do 10º Batalhão da Polícia Militar de Goiás decidiu não mais sair dos quartéis em protesto. (*Jornal de Brasília*, 22 jul. 1997, p. 8)

Os policiais militares se apropriaram da greve sem, contudo, abandonar o arsenal militar que lhes revela identidade. O *ciclo de protestos* colocou em cena policiais militares, especialistas no controle oficial do espaço público, fardados e armados, reivindicando. Emergiu, assim, um diálogo entre uma *cultura policial militar*, expressa pelos preceitos militarizantes referentes a valores e normas institucionais, e uma *cultura política*⁵ relacionada à democratização que se passa nas sociedades contemporâneas.

³ Cf. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. *Farda e protesto: policiais militares de Minas Gerais em greve*. Belo Horizonte: Segrac, 2008.

⁴ Fenômeno que tem por característica a rápida transmissão reivindicatória de uma ordem modular apreendida, adaptada e rotinizada. Cf. TARROW, Sidney. *Cycles of Collective Action*. In: TRAUGOTT, Mark (Org.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995.

⁵ Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *História e Culturas Políticas*. Belo Horizonte: Editora Argumentum, 2009.

A experiência histórica do *ciclo de protestos* policial militar abarcou aspectos tipicamente militares (armas, tiros, fardas, hinos e outros elementos presentes na formação do PM), bem como elementos caros às ações grevistas “paisanas” (queima de contracheques, minuto de silêncio em memória de colegas mortos em serviço, orações, faixas, músicas de protesto e palavras de ordem). O novo *repertório da ação coletiva* policial militar apontou para a modernidade, indicando possibilidades para convivência social de soldados-cidadãos (sujeitos de direito), por meio da valorização de uma cultura política democrática da qual a greve faz parte.

1.1 A corporação policial militar

As atividades e o papel das instituições policiais no Brasil motivaram pesquisas acadêmicas em diversas áreas das ciências humanas. O aparelho policial tem sido revelado em seu caráter “militar” de repressão e garantia da ordem interna, controle da criminalidade e na sua ação “civil” investigativa e judiciária por pesquisas pioneiras de: Heloisa Rodrigues Fernandes (1973), Paulo Sérgio Pinheiro (1982) e Antônio Luiz Paixão (1988). A partir da década de 1990, uma nova geração de estudiosos deu continuidade ao esforço de compreensão dessas forças policiais, destacando-se os trabalhos de: Guaracy Mingardi (1992), Nilson Borges Filho (1994), Marcos Luiz Bretas (1997), José Vicente Tavares dos Santos (1997), Jaqueline Muniz (1999), Paulo Mesquita Neto (1999), Cláudio Beato (2000), Túlio Khan (2002), Lúcio Barros (2005), entre outros⁶.

⁶ Sobre o militarismo e esquerda no Brasil conferir, em especial: MORAES, João Quartin. *A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo: Expressão Popular, 2005; SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização, Brasileira, 1965. Destaca-se, aqui, as teses e dissertações realizadas no NEHO/USP a partir de entrevistas com militares e com integrantes de movimentos sociais. (1) História oral com militares, ver: COSTA, Carlos Frederico Correia da. *Direi.....ta, volver! Esquer.....da, volver!* História de experiência de vida de militares. Tese. (Doutorado. FFLCH-USP). São Paulo, 1996; SANTOS, Andréa Paula dos. *À esquerda das Forças Armadas Brasileiras: história oral de vida de militares nacionalistas de esquerda*. Dissertação (Mestrado. FFLCH-USP). São Paulo, 1998. (2) História oral com integrantes de movimentos sociais, ver: FELIX, Isabel Regina. *Os sapateiros na cidade de São Paulo: trabalho e militância*. Dissertação (Mestrado. FFLCH-USP). São Paulo, 2001; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Tramas e Traumas: histórias de vida e identidades em marcha*. Tese (Doutorado. FFLCH-USP). São Paulo, 2007.

As Polícias Militares são consideradas forças auxiliares do Exército, sendo notadamente perceptível um sistema organizacional corporativo-militarista⁷. As PMs foram se burocratizando a partir dos mesmos preceitos estruturais das Forças Armadas. Segundo Nilson Borges Filho (1994), a militarização das PMs se relaciona intimamente à sua organização interna. As Polícias Militares deixaram, muitas vezes, de exercer seu papel policial de defesa da ordem urbana para atuar como forças militares repressivas, visando ao controle e à repressão dos movimentos sociais:

A militarização das Polícias Militares acompanha o processo desenvolvimentista do Brasil, gerado pela industrialização que, em consequência, criou uma maior concentração urbana formada, na sua maioria, por operários, favelados e *lumpen* em geral. Assim, as Polícias Militares se vêem obrigadas, para exercerem um melhor controle das forças sociais emergentes, a modificar a sua estrutura interna, dando um cunho mais profissional à instituição. (BORGES FILHO, 1994, p.14)

A ação repressora das Polícias Militares atingiu seu grau máximo a partir do golpe de 1964 e do desencadeamento da guerrilha, fundamentando-se nos princípios da Doutrina de Segurança Nacional⁸, por iniciativa da Escola Superior de Guerra. A alta militarização subordinou as Polícias Militares, pelo Decreto-lei nº 667, de 1969, à Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM), órgão do Estado Maior do Exército. Antes, porém, pelo Decreto-lei nº 317, de 1967, as PMs se subordinavam ao comando das respectivas Regiões Militares. A IGPM, com o controle e a coordenação das Polícias Militares, criou uma doutrina bastante estruturada de organização e emprego dessas polícias em todo o território nacional, padronizando condutas, equipamentos, armamentos, legislação básica, regulamentos e manuais técnicos.

⁷ Cf. Artigo 144, § 6º, da Constituição Federal.

⁸ Os princípios da Doutrina de Segurança Nacional, formulados pela Escola Superior de Guerra, transformaram-se em lei no ano de 1968, com a publicação do Decreto-lei nº 314/68, que tinha como objetivo principal identificar e eliminar aqueles que questionavam e criticavam o regime estabelecido. O "inimigo interno" era, antes de tudo, comunista. Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil 1964 -1984*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

As Polícias Militares poderiam ser mobilizadas operacionalmente pelo Exército, independentemente de autorização do governo estadual às quais estão subordinadas, devido a essa proximidade com as Forças Armadas, por meio da IGPM. A militarização das PMs serviu ao regime militar, pois, além de intervirem especificamente na luta armada dos anos 1960 e 1970, exerceram o papel de força de contenção das manifestações sociais da cidade e do campo (passeatas, greves, comícios, protestos e ocupações de terra) por meio de Tropas de Choque.

No período pós-redemocratização, as Polícias Militares passaram ao enfrentamento do crime convencional, utilizando as mesmas práticas e os mesmos equipamentos. O policiamento militar continuou qualificando o crime com conceitos advindos da ideologia da Segurança Nacional. Entretanto, o ambiente democratizado exigiu, cada vez mais, a concretização da “polícia cidadã” pela aproximação de seus integrantes à população e pelo comprometimento com a segurança pública preventiva com o policiamento comunitário⁹.

A “função militar” das Polícias Militares se aplicou à manutenção da suposta ordem social, enquanto a “função policial” visava a manter a ordem urbana. Hoje, a PM busca cumprir suas atribuições constitucionais no desempenho de função tipicamente civil, de polícia ostensiva, embora com modelo estrutural militar:

A atuação militar é sempre coletiva – o pelotão, a companhia, o batalhão – visando ao controle de movimentos sociais; o policiamento, ao contrário, pode perfeitamente ser estabelecido em bases individuais, mesmo sua ação grupal não mantém os liames estruturais dos grupos militares. Enquanto a esfera da atuação militar é política, a do policial é mais estritamente jurídica. Não é, pois, sem razão que instituições mais caracteristicamente policiais, de cunho civil, só foram criadas após o desenvolvimento de importantes centros urbanos, subprodutos também do processo de urbanização. (FERNANDES, 1973, p. 209)

Os policiais militares, assim como os membros do Exército, contam com formação semelhante referente às normas postuladas nos

⁹ Cf. BICUDO, Hélio. *A unificação das polícias no Brasil*. Estudos Avançados, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, n. 40, p. 91-106, 2000.

Regulamentos Disciplinares que conduzem essas instituições. Os Regulamentos Disciplinares das Polícias Militares (RDPM) mostram-se muito semelhantes ao Regulamento Disciplinar do Exército (RDE)¹⁰, com a representação da carreira militar como um mundo coerente que afirma posição de superioridade moral, prestígio e distinção sociais dos militares em relação aos paisanos. Dessa forma, cria-se uma *cultura militar* potencialmente diferente da *cultura civil*¹¹.

De acordo com Leirner (1997), o princípio de subordinação rege todos os graus da hierarquia militar. As ordens devem ser prontamente executadas, ainda que não se trate de ato de serviço. O militar deve obediência aos seus superiores:

Características específicas compõem as transações cotidianas militares: a continência, a formação, o formalismo, o respeito, a rigidez corporal, o uniforme impecável, a barba sempre feita, o corte de cabelo, o tom da fala, o olhar, o andar retilíneo – elementos que, no seu conjunto, definem um soldado, um pelotão, uma companhia, um batalhão e um regimento como algo que está na base da autodefinição do que é a obrigação de todos esses atos: *ser disciplinado*. (LEINER, 1997, p. 102)

O *ciclo de protestos* policial militar ocorrido em 1997 expressou, por outro lado, os desajustes dentro da corporação (militarização *versus* democratização), que levaram ao estremecimento dos pilares de sustentação da instituição (hierarquia e disciplina)¹². Tais pilares integram a construção da identidade do policial militar, mesmo sendo a PM uma instituição estadual, sujeita, portanto, a enorme exposição à dinâmica de variação da gestão da coisa pública e que, por isso mesmo, para preservar sua identidade, ancora-se na construção de marcas, códigos, condutas e

¹⁰ O RDPM segue o modelo do Regulamento do Exército (Decreto 667, de 2 de julho de 1969): “Art. 18. As Polícias Militares serão regidas por Regulamento Disciplinar à semelhança do Regulamento Disciplinar do Exército e adaptado às condições especiais de cada Corporação.”

¹¹ Cf. CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

¹² Percebe-se que “ser disciplinado” significa “ser hierarquizado”, pois a disciplina busca cumprir a hierarquia. Na base da conduta militar como um dado natural, que não é explicitado como valor no linguajar cotidiano, está a hierarquia – segmentando, definindo posições e marcando procedimentos. Cf. LEINER, Piero de Camargo. *Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

categorias próprios. A gradual democracia política instalada no Brasil, associada com os processos encadeados pela multiplicidade de informações e a consequente mundialização da cultura, como sugere Ortiz (1994), favoreceram a transformação do policial militar.

1.2 Farda, democracia e imprensa

A dificuldade de se compatibilizar o princípio da igualdade e o direito de participação, inerentes à democracia, com a especificidade de uma categoria inserida em uma estrutura organizacional hierarquizada e rígida, tornou possível a emergência de movimentos grevistas no seio da corporação policial militar. O maior grau de escolaridade dos praças, a organização dos policiais militares em clubes e associações, a politização e a presença feminina prepararam, de certa forma, o *ciclo nacional de protestos* ocorrido em 1997.

A redemocratização brasileira empreendida a partir da década de 1980 provocou, nas corporações policiais militares, transformações decorrentes do questionamento da real função pública que deveriam assumir diante do Estado Democrático de Direito. O militarismo sofreu, gradativamente, transformações decorrentes do crescimento das práticas democráticas. A crise das Polícias Militares brasileiras, na década de 1990, representou a falta de sintonia entre o avanço social do policiamento e a estrutura militarizante (fracionada, autoritária e afastada das comunidades), que não conseguia responder às exigências impostas pelo novo contexto social¹³.

¹³ Somente nos anos 1990 iniciou-se uma discussão nacional na qual surgiram debates sobre a participação de sociedade, polícia comunitária, controles sociais. Os estados brasileiros se organizaram com Ouvidorias e as organizações reformularam as corregedorias policiais. A sociedade democrática brasileira sentiu a necessidade de discutir o tema e os legisladores aprovaram o princípio participativo de segurança pública na Constituição, ao instituírem que a *segurança pública é um dever do Estado e responsabilidade de todos*. Cf. BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz; GUIMARAES, Luiz Brenner; GOMES, Martin Luiz. *A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã*. São Paulo: Perspectiva, v. 18, n. 1, p. 119-131, 2004.

O *ciclo de protestos* dos policiais militares esquentou, significativamente, a discussão sobre segurança pública no Brasil. Iniciativas de Fernando Henrique Cardoso, presidente à época, engendraram, como consequência do *ciclo*, reformas nas Polícias Civil, Militar e Federal. As repercussões políticas das manifestações dos PMs se encontram ainda acesas em discussões sobre a necessidade de reformulação da instituição policial militar no país. O lançamento do Plano Federal de Segurança Pública, em maio de 2000, expressou, principalmente, a necessidade da integração entre Polícia Militar e Civil.

Vale destacar o papel da imprensa para a formação – a partir da repercussão do movimento de Minas Gerais – do *ciclo nacional de protestos* dos policiais militares. As narrativas dos policiais militares de diversos estados brasileiros evidenciaram que o noticiado “sucesso do movimento dos PMs mineiros”¹⁴ motivou o *efeito dominó*: manifestações em diversos estados do território nacional. Da mesma forma, a leitura das entrevistas, realizadas com os PMs, indicaram a força do discurso jornalístico. É notória a proximidade das narrativas (produzidas a partir do trabalho em *história oral*) com os discursos das matérias jornalísticas veiculadas no ano de 1997, em especial, no que se refere: 1) ao valor do processo reivindicatório por meio do qual os policiais militares abalaram a disciplina e a hierarquia, que constituem os principais elementos de controle militarizantes da corporação; 2) a afirmação da crise do aparelho policial militar após a redemocratização brasileira; 3) às denúncias sobre as péssimas condições de vida e trabalho dos PMs; 4) às variadas reivindicações dos policiais militares (para além da questão do soldo); 5) ao impacto do movimento mineiro na esfera pública, gerando um *ciclo nacional de protestos*.

Problematizam-se, assim, as interrelações entre imprensa e memória coletiva, indicando a importância da contextualização do processo de construção da notícia. A pesquisa do material jornalístico sobre os movimentos estruturou-se em diferentes etapas: catalogação e

¹⁴ Cf. “Lista de periódicos consultados”.

leitura das matérias selecionadas, para, em um segundo momento, codificar e categorizar a informação: diálogos entre jornalistas, grevistas, autoridades e população. Cabe salientar, entretanto, que a pesquisa das fontes jornalísticas emergiu das demandas do trabalho em *história oral* (eixo da pesquisa): os PMs, em sua maioria, concederam as entrevistas munidos de recortes de jornais sobre as greves. O trabalho fotojornalístico (utilizado, nessa pesquisa, no intuito de indicar o *repertório da ação coletiva* policial militar), por exemplo, estimulou, nos entrevistados, inferências ao contexto que permitiram a construção de sentidos e interpretações espaço-temporais¹⁵.

Ao apresentar o *ciclo de protestos*, por meio dos jornais, notam-se as diferentes posições políticas presentes na imprensa: em alguns jornais observa-se o total apoio ao movimento dos PMs e, em outros a negação ou condenação das greves¹⁶. Por tanto, é preciso compreender que o jornal “reflete constantemente a vida política do país com todas as deformações que se queira, vê-se aí resumido com relevo acentuado, o jogo que é jogado no mundo político” (JEANNENEY, 1996, p. 225). A notícia é uma construção: existem muitos filtros entre o acontecimento e a sua apresentação como notícia, seu conteúdo indica interesses políticos, tanto para a persuasão quanto para o esquecimento. Segundo Capelato (1988), na imprensa “[...] os direitos dos cidadãos confundem-se com os do dono do jornal” (CAPELATO, 1988, p. 18). Dessa forma, o impacto das manifestações dos policiais militares pode ser compreendido a luz da “publicização”¹⁷ - espaço que o jornal conferiu a notícia.

¹⁵ “A fotoreportagem marcou época na imprensa ilustrada respondendo à demanda de seu tempo. Em compasso com a narrativa de imagens, os acontecimentos recuperaram a sua força de representação, a ponto de se poder contar a história contemporânea através dessas imagens. No entanto, para explicar essa história, o historiador não pode bancar o ingênuo. Há que se tomar a imagem do acontecimento como objeto da história, como documento/monumento, como verdade e mentira. Indo de encontro à memória construída sobre os eventos, porque a história a desmonta, a desnaturaliza apontando todo o caráter de construção, comprometimento e subjetividade.” (MAUAD, 2004, p. 3)

¹⁶ Um exemplo de “total apoio” está no jornal *Estado de Minas*. Já, um exemplo de negação/condenação da greve fica com o *Diário do Nordeste* – Ceará.

¹⁷ Cf. LUCA, Tânia de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, Carla B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

1.3 Ações coletivas: novos caminhos

A produção acadêmica brasileira sobre movimentos sociais – Dagnino (1994); Doimo (1997); Gohn (2004); Jacobi (2002); Moisés (1990); Sorj (1983); Telles (1987) – aponta a variedade de investigações sobre as formas específicas de contribuição dos novos atores sociais à construção da democracia. Observam-se, nesses estudos, perfis organizativos próprios e diferentes articulações entre os movimentos sociais e o aparato político-institucional.

Revisando a literatura sobre movimentos sociais, Ana Maria Doimo (1997) indica a ausência de uma discussão sobre a abordagem historiográfica que revele as concepções de *repertório* e *ciclos de protestos* para a análise da ação coletiva na arena política¹⁸. Tal abordagem enfoca a racionalidade da ação social, identificando metas previamente definidas, além de regras e normas dotadas de eficácia para o alcance de objetivos táticos e estratégicos.

As interações entre as concepções de *repertório* e *ciclo de protestos* ajudam a explicar a ordem modular da ação coletiva. Segundo Traugott (1995), *modularidade* se refere à facilidade com que um modelo de contenção é apreendido, adaptado, rotinizado e difundido por um grupo, um local ou de um momento para outro.

Com efeito, parece apropriada ao estudo do movimento reivindicatório dos policiais militares a observação dos conceitos de *ciclo de protestos* e *repertório*. Mirando-se no exemplo mineiro, de junho de 1997, PMs de diferentes estados começaram a se mobilizar (fardados e armados), com criativas e peculiares performances:

Em Pernambuco, os praças da PM, com o rosto pintado, promoveram o enterro simbólico do Governador Miguel Arraes. Na Paraíba, sob o olhar do Exército, eles entraram em greve e, numa manifestação para ressaltar a inação, deitaram-se, fardados, sob árvores das praças. No

¹⁸ Cf. TARROW, Sidney. *Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and the Repertoire of Contention*. In: TRAUGOTT, Mark (Org.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995.

Rio Grande do Sul, os PMs marcharam 6 quilômetros em direção ao Palácio Piratini, sede do governo gaúcho. No caminho, cantando a música-protesto de Geraldo Vandré *Pra Não Dizer que Não Falei das Flores*, foram saudados com uma chuva de papel picado e buzinas. (Veja, 23 jul. 1997, p. 30)

Ficou evidenciado que o direito de greve garantido aos trabalhadores civis tornou-se instrumento de pressão da categoria policial militar. Encorajados pelo ato audacioso e embalados pela união do grupo, os praças não pouparam desabafos. O *novo repertório de ação* marcou, assim, não só a história da corporação, mas também atingiu a estrutura administrativa federal em um *ciclo de protestos* da massa militar sem precedentes na história do Brasil.

1.3.1 O repertório da ação coletiva

Charles Tilly desenvolveu a noção de *repertório* no estudo da ação coletiva, em 1977, propondo o artigo “Getting It Together in Burgundy”¹⁹. Ao introduzir o novo termo, o sociólogo acreditou ter abarcado três pontos de ação:

(1) Codificar a existência de histórias sociais e políticas referentes a formas de ações coletivas populares; (2) Difundir a questão da mudança nas formas de ação coletiva; (3) Desenvolver hipóteses sobre o partilhar de identidades e interesses que os participantes levam para a ação. (TILLY, 1995, p. 29, tradução livre)

Para Tilly (1995), o *repertório da ação coletiva* encontra seu significado na interação entre atores que tendem a ter um conjunto bem-definido de meios para a ação em defesa de interesses compartilhados (o conceito não designa, assim, performances individuais). O *repertório* pode ser identificado, ainda, como um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, repartidas e colocadas em prática por meio de um processo de escolhas relativamente deliberadas.

¹⁹ O artigo “Getting It Together in Burgundy” encontra-se na obra: TILLY, Charles. *Theory and Society*. Cambridge: Harvard University Press, 1977.

São a considerável estabilidade por longos períodos e a influência contínua sobre os participantes da ação coletiva que oferecem o padrão distintivo do conceito. O *repertório* resulta de um aprendizado cultural, não aceitando intervenções externas aos participantes da ação. Observam-se, então, nas interações cotidianas dos atores expressas em *repertório de ações*, escolhas de estratégias familiares aos agentes (em número restrito).

O conjunto de possibilidades para a ação coletiva é escolhido por meio da repetição das performances bem-sucedidas aliadas às novas estratégias de ação elaboradas a partir de recursos materiais, organizacionais e conceituais que o grupo tem à disposição. Com o agregar de novas estratégias de ação no *repertório*, nota-se um paradoxo: a fusão de flexibilidade e ritualização.

Em todas as variações, o *repertório das ações coletivas* envolve no mínimo quatro atores: manifestantes, autoridades (objeto das reivindicações), especialistas no controle oficial do espaço público (polícia²⁰) e espectadores. Muitas vezes, entretanto, outros atores são envolvidos, como, por exemplo: repórteres, membros dissidentes da classe manifestante e espiões. Muda-se, segundo Tilly, para um *novo repertório*, em determinado *hinge* (momento crítico)²¹. Essa mudança para um novo *repertório* ocorre ao passar de décadas ou gerações.

O *hinge* se refere à dada conjuntura em que o estilo anterior de manifestação torna-se nitidamente ineficaz, sendo necessário criar um novo *repertório de ações*, objetivando atender aos interesses expressos na nova conjuntura.

²⁰ Na greve dos praças, em 1997, a polícia tornou-se manifestante e o Exército responsabilizou-se pelo controle do espaço público.

²¹ “Termo utilizado por Charles Tilly para designar o momento de substituição de um repertório de longa duração.” (TRAUGOTT, 1995, p. 45)

1.3.2 O ciclo de protestos

De acordo com Mark Traugott (1995), o autor mais apropriado como referência para o estudo dos *ciclos de ação coletiva* é Sidney Tarrow, já que este analisou, no século XX italiano, o chamado *moment of madness* – um intenso *ciclo de protestos* que produziu fortes inovações no *repertório* dos movimentos sociais por meio de táticas flexíveis. Tarrow (1995) aproximou os conceitos de *ciclos* e *repertório*, encarando-os como complementares.

Ciclos de protestos tendem a produzir inovações no *repertório da ação coletiva*, pois agilizam a difusão das ações e intensificam a solidariedade dos manifestantes. Consequentemente, aumenta-se o poder de mobilização. O jogo do *repertório da ação coletiva* é dinamizado pelos *ciclos de protestos*. Ao facilitarem a rápida transmissão de determinada ação (apreendida, adaptada e rotinizada), eles facilitam também o “olhar” das autoridades, que rapidamente aprendem a responder efetivamente às manifestações.

Ao acelerar a inovação e a adaptação das técnicas de protestos, os *ciclos* podem elaborar novas formas de ação coletiva. Tarrow (1995) salienta que a *modularidade* das ações coletivas diz respeito aos recorrentes comportamentos rotinizados em protestos que são, por sua vez, difundidos para um grupo ou local, em diferentes momentos do processo histórico. As ações modulares agilizam a transmissão de táticas eficazes, fornecendo, assim, vantagens aos manifestantes.

Por todo o exposto sobre *repertório* e *ciclos de protestos*, vale atentar para o movimento reivindicatório dos policiais militares que, sob o signo do novo, aliou a farda à política em um *novo repertório de ações* para essa categoria.

A crise da Polícia Militar brasileira evidenciou que o praça dessa corporação, apesar de se inserir em um modelo disciplinar hierárquico, passou a ser capaz de reivindicar publicamente, como *sujeito de direitos*, garantias individuais tais como: liberdade de opinião, de expressão, de

manifestação, associação, salário digno, condições satisfatórias no trabalho, dignidade, não-discriminação e igualdade.

As manifestações dos praças revelaram o rompimento dos laços de solidariedade corporativa na relação praças/oficiais da Polícia Militar. Essa ruptura, por outro lado, indicou o fortalecimento dos laços de solidariedade entre os praças, o que contribuiu para o estremecimento, mesmo que contextual, dos princípios institucionais obedecidos historicamente por meio de um novo *repertório de ações coletivas*.

1.4 História oral e memória: policiais militares em protesto

Os estudos em história oral englobam textos teórico-metodológicos e trabalhos temáticos²². A história oral destaca as visões dos atores sociais, permitindo desenvolver e fundamentar análises históricas a partir da constituição de fontes e arquivos orais que desempenham papel fundamental na relação entre memória e história.

A memória é marcada pelo tempo presente em sua dinâmica social, revelando lembranças e esquecimentos em múltiplas dimensões. Pollak (1989) afirma que a *memória subterrânea* se opõe ao caráter uniformizador e opressor da memória oficial. Essas *memórias subterrâneas* “afloram em momento de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa” (Pollak, 1989, p.1). O despertar da *memória subterrânea* coincide com o momento em que memória oficial mostra suas deficiências, corrupções. Dessa forma, observa-se a emergência de *memórias subterrâneas* no *ciclo de protestos* dos policiais militares brasileiros. Os protestos ascenderam uma forte batalha de memória e resultou em uma instabilidade da memória coletiva: “militares disciplinados” e/ou “militares grevistas”.

A história oral busca, assim, registrar a memória viva, construindo uma imagem abrangente do vivido a partir de um processo de pesquisa.

²² Ver textos gerais, trabalhos pioneiros e trabalhos temáticos, leituras recomendadas e revistas especiais sobre história oral nas referências bibliográficas da obra: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

Dessa forma, de acordo com Meihy (1996), a entrevista sem projeto não é história oral:

História oral é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e continuam com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição, com a conferência do depoimento, com a autorização para o uso, arquivamento e, sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas. (MEIHY, 1996, p. 15)

A entrevista em história oral, como afirmam Ferreira e Amado (1996), representa o diálogo entre entrevistado e entrevistador, que acaba por registrar preocupações de, no mínimo, dois sujeitos diferentes. Em decorrência, a história oral se mostra fruto do diálogo de diferentes identidades em um espaço de intersubjetividade. O oralista²³ deve, assim, transformar a entrevista em um texto trabalhado, evidenciando a interferência clara e dirigida do autor.

Na *história oral de vida*, como sugere Meihy (1996), o colaborador tem maior liberdade para dissertar, o mais livremente possível, sobre sua experiência pessoal, segundo sua vontade e condições.

Assim, em conformidade com os supostos da história oral, este estudo dialoga com narrativas transcritas de policiais militares brasileiros [colônia] que participaram do *ciclo de protestos nacional* ocorrido no primeiro semestre do ano de 1997 [comunidade de destino] em quatorze estados [redes]²⁴. O trabalho parte, assim, da história oral de vida por revelar maior vivacidade ao sugerir características do colaborador (formação profissional; circunstâncias que o levaram a participar das greves) por meio de narrativas pessoais que revelam um espaço de subjetividade: impressões, sentimentos e sonhos.

²³ Pessoa que pratica história oral, assumindo-a como mais do que simplesmente entrevista. Cf. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

²⁴ Segundo Meihy (1996), a *colônia* refere-se a uma coletividade ampla que tem uma *comunidade de destino* marcada; a *comunidade de destino* revela o motivo central que identifica a reunião de pessoas com características afins; as *redes* representam as subdivisões da *colônia*.

A pesquisa percorreu operações práticas de história oral: (1) agendamento, elaboração e realização das entrevistas a partir da rede estabelecida; (2) transcrição, textualização e transcrição (produção dos textos documentais)²⁵; (3) autorização dos narradores: entrega dos textos trabalhados para a possível assinatura, pelo colaborador, da Carta de Cessão; (4) análise das narrativas. Buscar-se-á, finalmente, por meio de critérios de abertura ao público; disponibilização das entrevistas e das publicações delas decorrentes.

Tais etapas de realização da história oral pretendem o respeito à narrativa autorizada pelo colaborador. O narrador-colaborador relata suas experiências de vida em um diálogo com o pesquisador-oralista, que assume a análise da entrevista. A memória e a identidade, como objetos essenciais da história oral, preveem a formulação de argumentos, por meio de textos estabelecidos em conjunto com os colaboradores, para políticas públicas.

A construção narrativa indica elementos da memória individual e da memória coletiva. A memória individual ganha sentido em história oral quando se insere no conjunto social das demais memórias. Como suporte da história oral, as memórias são projetadas na imaginação coletiva e materializadas na representação verbal.

Memória e transmissão de experiências são faces diferentes de um único cristal que inclui a História. A memória é retenção do passado atualizado pelo tempo presente. Articula-se com a vida através da linguagem, que tem na narrativa uma de suas mais ricas expressões. (NEVES, 2006, p. 59)

As memórias narradas revelam experiências sociais de pessoas e de grupos. Neste sentido, as narrativas contidas nesta pesquisa geraram

²⁵ Segundo Meihy (1996), a *transcrição* é a *passagem completa, com todos os detalhes sonoros, da entrevista gravada para o texto escrito*; a *textualização* suprime as perguntas do entrevistador, tira os erros gramaticais e repara as palavras sem peso semântico – os sons e ruídos são eliminados; a *transcrição* é a entrevista trabalhada já em sua fase de apresentação pública e deve conter a atmosfera da entrevista. Na *conferência*, o texto transcrito é devolvido ao colaborador para que ele analise e faça possíveis correções/alterações.

análises sobre as diferentes redes de colaboradores que integraram o *ciclo de protestos* dos policiais militares em 1997.

Na “História do Projeto”, as narrativas que compõem o eixo desta pesquisa emergiram de entrevistas realizadas com policiais militares de quatorze estados brasileiros que integraram, no ano de 1997, o *ciclo nacional de protestos*: Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Sul. Entrevistas realizadas com policiais militares dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, apesar de estarem fora do *ciclo de protestos*, foram incluídas frente ao papel das suas respectivas lideranças nas discussões nacionais sobre segurança pública. Retomando o critério: foram registradas 47 narrativas (em *história oral de vida*) de lideranças e manifestantes que participaram das mobilizações policiais militares do ano de 1997 – catalogadas e disponíveis no Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo/NeHo-USP. Destas, são apresentadas, integralmente (volume II), 30 narrativas selecionadas como “entrevistas referenciais” – colaboradores que destacaram como eixo narrativo, em suas histórias de vida, a importância dos movimentos reivindicatórios ocorridos em 1997. 1ª rede) Policiais Militares de Minas Gerais: o início do *ciclo de protestos*; 2ª rede) Policiais Militares de Alagoas, Ceará, Pernambuco e Pará: conflitos armados e ameaças; 3ª rede) Policiais Militares da Paraíba, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: acampamentos e negociações; 4ª rede) Policiais Militares do Rio Grande do Sul, Piauí, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro: manifestações disciplinadas e articulações políticas à margem do *ciclo de protestos*.

As memórias narradas revelaram múltiplas experiências dos policiais militares brasileiros que integraram o *ciclo nacional de protestos* do ano de 1997. As “narrativas referenciais” (30 entrevistas) seguem integralmente no volume II. As demais narrativas estão catalogadas (total de 47 entrevistas) e disponíveis no Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo/NeHo-USP.

Entrevistas (narrativas catalogadas)

1. SARGENTO RODRIGUES. Washington Fernando Rodrigues (Polícia Militar de Minas Gerais). Entrevista realizada em julho de 2007, Belo Horizonte/MG.
2. CABO JÚLIO. Júlio César Gomes dos Santos (Polícia Militar de Minas Gerais). Entrevista realizada em janeiro de 2007, Belo Horizonte/MG.
3. SARGENTO MAURÍCIO. Maurício Rodrigues de Barros (Polícia Militar de Minas Gerais). Entrevista realizada em janeiro de 2007, Belo Horizonte/MG.
4. CABO MARCONDES. Breno Luiz Marcondes (Polícia Militar de Minas Gerais). Entrevista realizada em janeiro de 2007, Belo Horizonte/MG.
5. CABO JACINTO. Paulo Jacinto Oliveira Sousa (Polícia Militar de Minas Gerais). Entrevista realizada em janeiro de 2007, Belo Horizonte/MG.
6. SARGENTO EDMUNDO. Magno Edmundo Magalhães (Polícia Militar de Minas Gerais). Entrevista realizada em janeiro de 2007, Belo Horizonte/MG.
7. CABO DE SAL. Marcos Roberto de Sal (Polícia Militar de Minas Gerais). Entrevista realizada em janeiro de 2007, Belo Horizonte/MG.
8. SARGENTO BRAVO. Silvio Henrique Beletabla Bravo (Polícia Militar de Minas Gerais). Entrevista realizada em julho de 2007, Belo Horizonte/MG.
9. SARGENTO MILTON. Milton Batista Figueiredo (Polícia Militar de Minas Gerais). Entrevista realizada em julho de 2007, Belo Horizonte/MG.
10. SOLDADO LUCAS. Leonel Lucas Lima (Brigada Militar do Rio Grande do Sul). Entrevista realizada em julho de 2007, Porto Alegre/RS.
11. SOLDADO GIOVANI. Giovanni Formoso da Costa (Brigada Militar do Rio Grande do Sul). Entrevista realizada em julho de 2007, Porto Alegre/RS.
12. SOLDADO AGRA. Ricardo Mauro Agra (Brigada Militar do Rio Grande do Sul). Entrevista realizada em julho de 2007, Porto Alegre/RS.
13. SOLDADO PAIM. Solis Antônio Paim (Brigada Militar do Rio Grande do Sul). Entrevista realizada em julho de 2007, Porto Alegre/RS.
14. SOLDADO MOISÉS. Moisés Florêncio de Oliveira Filho (Polícia Militar de Pernambuco). Entrevista realizada em janeiro de 2008, Recife/PE.
15. SOLDADO CORDEIRO. Moisés de Souza Cordeiro (Polícia Militar de Pernambuco). Entrevista realizada em janeiro de 2008, Recife/PE.
16. SOLDADO SANTOS. José Carlos Oliveira dos Santos (Polícia Militar de Pernambuco). Entrevista realizada em janeiro de 2008, Recife/PE.
17. SOLDADO JOSÉ RICARDO. José Ricardo de Souza (Polícia Militar de Pernambuco). Entrevista realizada em janeiro de 2008, Recife/PE.
18. SOLDADO RENÍLSON. Renílson Bezerra dos Santos (Polícia Militar de Pernambuco). Entrevista realizada em janeiro de 2008, Recife/PE.
19. SOLDADO SIMAS. Wagner Simas Filho (Polícia Militar de Alagoas). Entrevista realizada em janeiro de 2008, Maceió/AL.

20. SOLDADO ELIAS. Elias da Silva Barboza (Polícia Militar de Alagoas). Entrevista realizada em janeiro de 2008, Maceió/AL.
21. SUBTENENTE HELENO. José Heleno da Silva Santos (Polícia Militar de Alagoas). Entrevista realizada em janeiro de 2008, Maceió/AL.
22. SOLDADO TUPINAMBÁ. José Tupinambá Fernandes (Polícia Militar do Ceará). Entrevista realizada em janeiro de 2008, Fortaleza/CE.
23. SOLDADO BARBOSA. Raimundo dos Santos Barbosa (Polícia Militar do Ceará). Entrevista realizada em janeiro de 2008, Fortaleza/CE.
24. SOLDADO QUEIROZ. Pedro Queiroz da Silva (Polícia Militar do Ceará). Entrevista realizada em janeiro de 2008, Fortaleza/CE.
25. SOLDADO JOSUÉ. Josué Pereira de Souza (Polícia Militar do Ceará). Entrevista realizada em janeiro de 2008, Fortaleza/CE.
26. SARGENTO DENIS. Denis Soares dos Santos (Polícia Militar da Paraíba). Entrevista realizada em janeiro de 2008, João Pessoa/PB.
27. SARGENTO ONILDO. Onildo Rodrigues da Silva (Polícia Militar da Paraíba). Entrevista realizada em janeiro de 2008, João Pessoa/PB.
28. SARGENTO WALLACE. Wallace de Souza (Polícia Militar da Paraíba). Entrevista realizada em janeiro de 2008, João Pessoa/PB.
29. CABO ÉLIO. Élio Pereira Borges (Polícia Militar do Pará). Entrevista realizada em janeiro de 2009, Belém/PA.
30. CABO SAVEDRAS. Rogério Savedras (Polícia Militar do Pará). Entrevista realizada em janeiro de 2009, Belém/PA.
31. SARGENTO DELGADO. José Delgado de Almeida (Polícia Militar do Mato Grosso). Entrevista realizada em janeiro de 2009, Cuiabá/MT.
32. CABO NONATO. Gerson Benites Nonato (Polícia Militar do Mato Grosso). Entrevista realizada em janeiro de 2009, Cuiabá/MT.
33. SOLDADO GERVALDO. Gervaldo de Pinho (Polícia Militar do Mato Grosso). Entrevista realizada em janeiro de 2009, Cuiabá/MT.
34. CABO MELO IRMÃO. José Florêncio de Melo Irmão (Polícia Militar do Mato Grosso do Sul). Entrevista realizada em janeiro de 2009, Campo Grande/MS.
35. SOLDADO SOUZA. Cláudio de Souza (Polícia Militar do Mato Grosso do Sul). Entrevista realizada em janeiro de 2009, Campo Grande/MS.
36. SOLDADO AMAURI. Amauri Braga de Oliveira (Polícia Militar do Mato Grosso do Sul). Entrevista realizada em janeiro de 2009, Campo Grande/MS.
37. CABO PIRES. Oscar Pires de Jesus Neto (Polícia Militar da Bahia). Entrevista realizada em abril de 2009, Salvador/BA.
38. CABO ALFEU. Alfeu Jorge Pereira (Polícia Militar da Bahia). Entrevista realizada em abril de 2009, Salvador/BA.

39. CABO JACKSON. Jackson Barreto Soares (Polícia Militar da Bahia). Entrevista realizada em abril de 2009, Salvador/BA.
40. CABO SANTIAGO. Antonio Ferreira Santiago (Polícia Militar do Piauí). Entrevista realizada em julho de 2009, Teresina/PI.
41. CABO JARBAS. Jarbas Alves (Polícia Militar do Piauí). Entrevista realizada em julho de 2009, Teresina/PI.
42. CABO BENEVIDES. Francisco José Benevides (Polícia Militar do Piauí). Entrevista realizada em julho de 2009, Teresina/PI.
43. SARGENTO LIMA. Antonio Ferreira Lima (Polícia Militar do Piauí). Entrevista realizada em julho de 2009, Teresina/PI.
44. SOLDADO GILBERTO. (Polícia Militar de Goiás). Entrevista realizada em novembro de 2009, Goiânia/GO.
45. CABO WILSON. Wilson Moraes (Polícia Militar de São Paulo). Entrevista realizada em agosto de 2009, São Paulo/SP.
46. SOLDADO VIEIRA. Carlos Alberto Rodrigues Vieira. (Polícia Militar do Rio de Janeiro). Entrevista realizada em novembro de 2009, Rio de Janeiro/RJ.
47. SOLDADO VANDERLEI. Vanderlei Ribeiro. (Polícia Militar do Rio de Janeiro). Entrevista realizada em novembro de 2009, Rio de Janeiro/RJ.

No processo de coleta das entrevistas, as perguntas foram substituídas por estímulos²⁶. Todas as gravações foram autorizadas, com assinatura da Carta de Cessão. Não obstante, é árduo (muitas vezes penoso) compartilhar histórias. A construção narrativa, a partir de lembranças, pressupõe “refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 1994, p. 55).

Os policiais militares narraram, no presente, suas experiências passadas, em um processo de contínuas escolhas. As narrativas foram marcadas por “pertencimentos”: ao movimento grevista e à corporação Polícia Militar. As expressões “nós” e “a gente” foram constantemente repetidas para indicar identificações coletivas:

No momento das passeatas, no calor dos acontecimentos, *a gente* até esquecia as possíveis punições. Mas depois batia o receio da exclusão. Existia, ao mesmo tempo, um amor muito grande pela profissão, mas *a gente* tinha que defender os nossos direitos. O PM serve à comunidade, e esse servir, é gratificante. Quando *a gente*

²⁶ Evitar interromper e empreender estímulos amplos: retomada de assuntos mencionados pelo entrevistado; solicitação de exploração de trechos da sua própria narrativa; pedir o desdobramento dos fatos narrados.

conseguia fazer uma prisão, recuperar, salvar uma vítima de alguma coisa, *nós* ficávamos satisfeitos. (Sargento Rodrigues – MG, jul. 2007, vol. 2, p. 233)

O ano de 1997 foi um marco. *Nós* paramos de pensar com o coturno e começamos a pensar com a cabeça. *Nós* fizemos uma caminhada da sede da Associação até o Palácio do Governo, emocionante! (...) O povo aplaudia, o pessoal que passava apoiava o movimento. *Nós* estávamos ali, todos os brigadianos – fardados, com identificação, mas sem armas. (Soldado Lucas – RS, jul. 2007, vol. 2, p. 419)

Na autoconstrução narrativa dos sujeitos, percebe-se, em alguns casos, o desejo de destacar seu papel nos movimentos (liderança e heroísmo). Em especial aqueles que se elegeram a mandatos do poder Legislativo após ganharem destaque midiático como lideranças das greves: Cabo Júlio, Sargento Rodrigues, Soldado Moisés e Sargento Denis. Tais narradores enfocaram o “eu”.

Eu virei, naquele momento, uma referência nas negociações dos policiais em Recife. (...) *Eu* passei a ser o representante oficial, o intermediário do governo, da negociação, com a tropa e a sociedade, através da imprensa. Por essa situação *eu* passei a ter uma força que *eu* até então não imaginava. Muitas vezes *eu* me reservava para poupar minha voz. *Eu* comecei a andar com segurança e com colete à prova de balas. Passei a ser o foco das atenções, na imprensa (Soldado Moisés – PE, jan. 2008, vol. 2, p. 323)

Após a passeata, era preciso levar uma pauta. *Eu* peguei um papel e comecei a escrever o que seria a pauta: R\$ 800,00 de salário, auxílio de periculosidade, o fim do Regulamento Disciplinar. *Eu* entreguei a pauta e fui levado para negociar na Casa Civil do governo. (Cabo Júlio – MG, jan. 2007, vol. 2, p. 240)

A partir do que foi contado, tornou-se perceptível a recorrência de duas palavras nas diversas entrevistas: greve e corporação. Essas palavras apontam dois diferentes lugares de pertencimento na construção de um novo *repertório da ação coletiva* dos policiais militares durante o *ciclo de protestos* de 1997 – a busca de preceitos democráticos por meio das greves e identificações ligadas ao militarismo corporacional.

2 Início do *ciclo de protestos*: crise hierárquica em Minas Gerais

A greve dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais, ocorrida em fins do primeiro semestre de 1997, na cidade de Belo Horizonte, caracterizou-se por ter repercutido no cenário nacional e por ter alcançado expressivo apoio de segmentos da população belo-horizontina. A manifestação pública inaugurou um novo *repertório da ação coletiva* policial militar, indicando o relacionamento dos princípios democráticos com a estrutura de uma corporação marcada por preceitos disciplinares e hierárquicos. A greve mineira colocou em cena policiais militares, fardados e armados, contra a Forleg (Força de Legalidade). O movimento abarcou aspectos tipicamente militares, bem como elementos caros às ações grevistas “paisanas”, tornando-se um estandarte tático para a ação coletiva dos PMs brasileiros. Os protestos romperam as fronteiras de Minas e alcançaram diversas localidades do território nacional, expressando o poder de mobilização desses atores.

2.1 Passeata, trégua e confronto – Belo Horizonte

No início do mês de junho de 1997, delineava-se forte crise na corporação Polícia Militar, tendo como palco a cidade de Belo Horizonte. Eduardo Azeredo, então Governador de Minas Gerais, após reunião com o Comandante-Geral da PM, Antônio Carlos dos Santos, concedeu, no dia 5 de junho, aumento de 20% apenas para os oficiais da Polícia Militar. Os praças, ao tomarem conhecimento desse fato, passaram a reclamar dentro dos quartéis também o aumento.

No dia 7 de junho (sexta-feira), quando o Cabo Glendyson Hércules de Moura Costa, aos 31 anos, foi baleado por um assaltante, explicitou-se a crise da PM mineira. Durante o sepultamento de Glendyson, no dia 11 de junho, os praças preferiram não manifestar indignação, devido à grande presença de oficiais na cerimônia. Posteriormente, ensaiaram um protesto: queimaram seus colchões numa demonstração de insatisfação e revolta, dentro do Batalhão de Choque e do 22º Batalhão da PM²⁷. Esse acontecimento foi minimizado pelo comandante-geral da corporação, que considerou a situação “sob controle”, negando o clima de insatisfação dos praças. Os praças do Batalhão de Choque se recusaram a sair para fazer o policiamento das ruas da capital, no dia 12 de junho. Policiais de outros batalhões (13º, 16º e 18º BPM) também fizeram manifestações isoladas.

O protesto teve à frente soldados, cabos, sargentos e subtenentes, que representam maioria no efetivo da Polícia Militar. Sargento Rodrigues, ao narrar sobre o início do movimento, procurou enfatizar o caráter espontâneo da mobilização e seu posterior destaque como líder, juntamente com Cabo Júlio:

Não houve nenhuma preparação para o movimento. Ninguém preparou o movimento; ninguém pode se intitular articulador do movimento. O movimento explodiu naturalmente. Inclusive, as entidades de classe foram rejeitadas naquele momento. Ninguém acreditava em mais nada! Quando eu cheguei à Praça da Liberdade, fui solicitado por centenas de militares para compor a comissão de negociação. Os PMs rejeitaram as instituições oficiais: as Associações, o Comando, o Governo. O movimento não teve articulador. Somente depois, o ex-deputado federal Cabo Júlio e eu, despontamos na interlocução do pós-movimento. Éramos a representação, ou seja, éramos pessoas falando em nome daqueles que fizeram o movimento reivindicatório. A partir dali, a mídia passou a nos ter como pessoas à frente do movimento, nos chamando de líderes. (Sargento Rodrigues – MG, jul. 2007, vol. 2, p. 232)

O dia 13 de junho de 1997 foi mencionado, com destaque, por todos os entrevistados mineiros. Nesse dia, as ruas belo-horizontinas foram tingidas pela cor cáqui das fardas. Cerca de dois mil policiais militares participaram de uma caminhada de oito quilômetros por Belo Horizonte,

²⁷ Cf. *Estado de Minas*, 12 jun. 1997, p. 11.

na primeira manifestação aberta da crise (foto 1). Nascia um novo *repertório de ação* para essa categoria. Quase todos os manifestantes estavam armados e fardados, porém sem a identificação do nome na farda. Os entrevistados mineiros (Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, Sargento Maurício, Cabo Marcondes, Cabo De Sal, Sargento Bravo e Sargento Milton) afirmaram a importância da primeira passeata:

Ninguém conseguiria segurar a primeira passeata, porque ela refletia um sentimento muito puro. Era uma vontade muito grande de sair em praça pública, de falar do sofrimento, das humilhações, do suicídio, das perseguições, da revolta. (Sargento Rodrigues – MG, jul. 2007, vol. 2, p. 233)

No dia 13 de junho, foi preciso tomar uma decisão: *e agora, vamos fazer uma greve?* A notícia era: *o Batalhão de Choque parou!* Todos começaram a tomar coragem, os batalhões começaram a paralisar (Cabo Júlio – MG, jan. 2007, vol. 2, p. 239)

A primeira passeata foi uma necessidade. Tinha que mudar, não havia alternativa. Estava todo mundo parado, todos cruzaram os braços. Precisávamos ir em frente... Todos estavam insatisfeitos. (Sargento Maurício – MG, jan. 2007, vol. 2, p. 253)

No dia 13, o pessoal se reuniu: *vamos descer e parar isso tudo!* Nós estávamos sentindo aquela opressão. Aquele peso nas costas. (Cabo Marcondes – MG, jan. 2007, vol. 2, p. 260)

Naquele dia o pessoal estava bem unido. Todo mundo em prol de uma causa justa. As condições de trabalho eram precárias e a pressão era muito grande. (Cabo De Sal – MG, jan. 2007, vol. 2, p. 265)

Três dias antes, minha filha precisava levar uma fruta para fazer salada na escolinha, e eu não tinha “um centavo” para lhe dar. Fui para a passeata... Eu sabia do risco, tive medo da exclusão, mas a nossa dignidade está acima de qualquer coisa. (Sargento Bravo – MG, jul. 2007, vol. 2, p. 274)

Eu estava de folga no dia 13 de junho, mas participei do movimento. Fui lá, entre milhares de policiais. Foi uma loucura o “trem”! (Sargento Milton – MG, jul. 2007, vol. 2, p. 284)

Os policiais militares relegaram o medo de serem punidos por indisciplina, com prisões administrativas ou outras formas de retaliação, e abalaram dois elementos fundamentais do controle organizacional da instituição: a disciplina e a hierarquia. A manchete do jornal *Estado de Minas*, do dia 14 de junho de 1997, anunciou: “Dia Histórico: militares

entram em greve, vão comando, fazem passeata e protestam”. Segundo o Sargento Rodrigues, pela primeira vez, os praças da Polícia Militar de Minas Gerais reivindicaram melhores salários, melhores condições de trabalho, reformas no Regulamento Interno da corporação e o fim de privilégios e abusos dos oficiais. Cabo Júlio, entretanto, afirmou em sua entrevista que tais reivindicações não estavam definidas:

Foi uma caminhada imensa; chegamos ao centro e perguntamos: *Espera aí, nós estamos reivindicando o quê? Vamos pra onde? A gente saiu igual boi, mas qual é a direção?* Aí, paramos na Praça da Rodoviária e de lá fomos para a porta do Palácio da Liberdade. Não tínhamos reivindicação. Aí, o comandante solicitou meia dúzia de policiais para tentar fazer um acordo. (Cabo Júlio – MG, jan. 2007, vol. 2, p. 240)

Parte da população belo-horizontina ofereceu apoio ao movimento por meio de buzinaço, palmas e gestos de solidariedade²⁸. No tradicional local de manifestações políticas e grevistas da cidade de Belo Horizonte – a Praça Sete – os manifestantes, a partir de performances de ações bem-sucedidas utilizadas por outras categorias, fizeram uma parada estratégica, realizando o “abraço” no obelisco: um círculo em torno do monumento central da cidade. Diante do Palácio da Liberdade, sede do governo de Minas Gerais, os praças se ajoelharam, rezaram e fizeram um minuto de silêncio em memória dos sete colegas mortos em serviço e dos seis que cometeram suicídio naquele ano na Grande Belo Horizonte (foto 2). Depois disso, deram as costas ao prédio. Ainda exibiram os contracheques e fizeram uma fogueira com eles, expressando o caráter reivindicatório do movimento. Coronéis do Alto Comando da Polícia foram vaiados. Os praças, tendo o Batalhão de Choque à frente, decidiram não recorrer à autoridade e à influência dos oficiais de alta patente. Partiram para negociar diretamente com o governador a pauta de reivindicações.

No sábado, 14 de junho, aproximadamente 500 praças da PM realizaram uma assembleia e decidiram suspender o movimento em Belo Horizonte, dando o prazo de dez dias para o governo acolher as

²⁸ Em especial, quando a passeata ganhou a Avenida Afonso Pena (contando com cerca de 1.500 policiais no movimento). Cf. *Estado de Minas*, 14 jun. 1997, p. 1.

reivindicações. Na primeira greve dos policiais mineiros, as decisões partiram das assembleias. Reuniões e contatos frequentes entre as lideranças garantiram a continuidade do movimento durante o período de trégua (dez dias). Era a primeira experiência de mobilização pública (greve) desses policiais militares subalternos. Cabo Júlio afirmou, indignadamente, que o período de trégua coincidiu com o momento de maior perseguição, em que sofreu ameaças de sequestro:

Resolvemos, em uma assembleia, dar um prazo, uma trégua, para o governo. Esperávamos uma proposta do governo. Chegamos a um consenso de dar dez dias de prazo – do dia 13 ao dia 23 de junho. No dia 23 ocorreu a segunda assembleia. Nesse dia, voltamos para o quartel, continuamos a trabalhar, normalmente. Começou a pressão. O governo queria abafar o movimento. Eu era vigiado 24 horas por dia; ameaçavam me sequestrar. Ficava um carro parado na porta da minha casa. O coronel me chamava, a toda hora, e dizia: *Depois que acabar a greve você vai ser excluído*. (Cabo Júlio – MG, jan. 2007, vol. 2, p. 240)

Ainda no dia 14 de junho, a greve militar da capital mineira detonou protestos no interior do estado. Governador Valadares e Montes Claros foram os primeiros. Já no dia 16 de junho, o movimento da capital encontrou sua primeira vitória: a garantia do Comando-Geral da corporação de que o arcaico Regulamento Disciplinar da Polícia Militar seria reavaliado. A flexibilização do RDPM era uma das principais reivindicações dos praças grevistas. O Coronel Maurício dos Santos, novo comandante do Batalhão de Choque, reuniu-se no dia 22 de junho com os oficiais desse Batalhão e, juntos, traçaram planos, objetivando evitar nova manifestação dos praças. Para tanto, foi estruturada uma tropa, denominada *Forleg* – Força de Legalidade – para operar, ao lado do comando da corporação, nas possíveis ações grevistas. No dia 23 de junho, os praças decidiram realizar uma assembleia no Centro Social de Cabos e Soldados, no intuito de promover a assembleia-geral do dia 24. Os praças que buscaram reunir colegas para a assembleia do dia 24 foram presos e vários panfletos de “boicote” foram distribuídos nas unidades da

corporação²⁹. Ao falar dessas tentativas de boicote, Cabo Júlio acusou o Comando da PMMG de “burros”:

Eles tentaram boicotar a assembleia do dia 24. Fizeram todo tipo de pressão. Eles soltaram uma carta falsa de um tal “Soldado Pedrão”, dizendo que estava arrependido de participar da greve (com erros grosseiros de Português). Eles foram “burros”, até nisso quiseram nivelar o praça por baixo. Mandaram uma cópia dessa carta falsa para a casa de cada policial. À véspera do dia 24 de junho de 1997, alguém descobriu que iriam tentar me sequestrar. Eu não pude dormir em casa. Na época, minha filha estava com um ano de idade. Uns policiais chegaram lá em casa, todos de capuz, e me colocaram dentro do carro: levaram-me para dormir na casa de outro policial. O Exército veio para Belo Horizonte, tomar conta da gente! (Cabo Júlio – MG, jan. 2007, vol. 2, p. 240-241)

Para Cabo Júlio, a crise policial militar mineira agravou-se quando o governador do estado decidiu encerrar as negociações. Terça-feira, 24 de junho, os praças da Polícia Militar fizeram a assembleia no Centro Social dos Soldados e Cabos (foto 3) e os policiais civis promoveram encontro no Sindicato dos Tecelões. As categorias, rejeitando o abono do governo, saíram novamente em passeata.

Em frente ao prédio do Batalhão de Trânsito, os policiais militares convocaram seus colegas para aderir à passeata, que já começava a ganhar corpo. Os manifestantes seguiram do bairro Gameleira até a Praça da Liberdade (foto 4). No início da tarde, os policiais se concentraram na Praça Sete, parando o trânsito – novamente “o abraço no obelisco” (foto 5). Logo depois, seguiram para a Praça da Liberdade, onde fica a sede do Comando da PM.

Eram cerca de 6.000 manifestantes unidos em palavras de ordem: “Ah! Eu tô é duro!”; “PM, unida, jamais será vencida!”; “Se o governo não pagar, o bicho vai pegar! Se o governo não pagar, a polícia vai parar!”; “1, 2, 3, 4, 5 mil. Nós somos a polícia mais mal-paga do Brasil!”³⁰. De acordo com o Sargento Bravo, as frases “estavam entaladas na garganta”:

²⁹Cf. *Diário da Tarde*, 24 jun. 1997, p. 20.

³⁰ As palavras de ordem foram extraídas do Jornal *Diário da Tarde*, 25 jun. 1997, p. 20.

Durante a passeata do dia 24 de junho eu gritava: *PM unida jamais será vencida!* Mas eu não chamei ninguém para participar comigo. Alguém me filmou na frente do Batalhão e falaram que eu estava intimando o pessoal, mas não estava. Eu estava apenas gritando palavras de ordem. Estavam entaladas na garganta! (Sargento Bravo – MG, jul. 2007, vol. 2, p. 275)

Os companheiros de trabalho, recrutas e policiais do interior do estado – *Forleg* – estabeleceram um cordão de isolamento na Praça da Liberdade, para impedir o acesso dos manifestantes ao Palácio do Governo e ao prédio do Quartel do Comando-Geral (foto 6). Essa *força de legalidade* não conseguiu barrar a mobilização. A situação se agravou e muitos tiros foram disparados. A maioria dos militares que atuavam na *Forleg* desertou a favor do movimento. Os entrevistados apontaram, em suas narrativas, o papel dessa *força de legalidade*:

O pessoal que estava fazendo curso de sargento, de cabo, de oficial ficou numa situação delicada. Eles foram orientados a integrar as tropas de legalidade, a *Forleg*, para defender o Comando-Geral. Essa tropa estava posicionada na Praça da Liberdade, formando um cordão de isolamento. (Sargento Milton – MG, jul. 2007, vol. 2, p. 285)

Todos os policiais queriam acompanhar a passeata. A cada quilômetro, engrossava mais; nós chegamos a ter 6.500 homens lá na Praça Sete. De lá, seguimos para a porta do Palácio da Liberdade. De repente, nós recebemos a notícia de que havia uma tropa postada na frente do Palácio para não deixar que os manifestantes passassem. Eram 200 homens para segurar 6.500 manifestantes. (Cabo Júlio – MG, jan. 2007, vol. 2, p. 242)

Durante a tentativa dos praças de invasão do Alto Comando da PM, situado naquela praça, a manifestação chegou ao seu momento trágico. O Cabo Valério dos Santos de Oliveira, 36 anos, foi atingido por um tiro na cabeça:

A morte do Cabo Valério foi uma tragédia. Ver um colega baleado, sangrando... Não foi fácil. Pensei: *já perdemos um companheiro, para que mais derramamento de sangue.* Foi um momento complicado do nosso movimento. Principalmente, após a morte do Valério, a nossa greve repercutiu em outros Estados. (Cabo De Sal – MG, jan. 2007, vol. 2, p. 267)

Cabo Júlio, em sua entrevista, construiu uma narrativa que aponta

Cabo Valério como o salvador de sua vida e mártir do movimento³¹:

Foram seis tiros. O primeiro tiro acertou o Cabo Valério – que trocou de lugar comigo, cinco segundos antes. Um vídeo mostra isso: ele tira a boina e eu peço para arrumar um megafone para podermos gritar e pedir para parar. A grande discussão é: de onde partiu o tiro e para quem era? O Cabo Valério não participava da movimentação, ele era uns dos 6.500 e não tinha o porquê de ter sido atingido. Eles queriam acertar uma das lideranças para acabar o movimento. Tanto que dos 6.500 eu era o único que estava de colete. Existia uma denúncia de que iriam tentar me matar. (Cabo Júlio – MG, jan. 2007, vol. 2, p. 242)

Em meio à crise, o Governador Eduardo Azeredo recorreu às tropas do Exército, que se concentraram nas imediações, para garantir a segurança da capital, em especial, das instâncias governamentais. A imprensa mineira explorou enormemente esse acontecimento. Todos os jornais belo-horizontinos publicaram, em primeira página, a imagem do cabo ensanguentado. A relação imprensa e greve foi claramente estabelecida pelos líderes do movimento:

A televisão estava acompanhando o movimento: eram matérias no *SBT*, na *Manchete* e na *Globo*. A imprensa prestou um papel histórico, inquestionável, porque ela registrou a revolta dos praças, a busca da cidadania. A imprensa mineira buscou compreender o movimento, ela não fez o jogo do governo. Mostrou o choro, os gritos, as palavras de ordem, a revolta. Claro que tinham, de vez em quando, aqueles colunistas ligados ao Palácio do Governo fazendo crítica. Eu concedi inúmeras entrevistas e fotos. (Sargento Rodrigues – MG, jul. 2007, vol. 2, p. 232)

A cada entrevista que eu dava, e que saía na imprensa, o coronel me ligava: *eu já lhe disse que não quero que você fale nada*. A cada notícia que eu dava, eu ficava entre “a cruz e a espada”. Eu tinha que usar a mídia para conseguir convocar o pessoal para as assembleias. Quanto mais gente aparecesse, quanto maior fosse a movimentação, maior seria o instrumento de pressão para o governo nos atender. Mas eu não podia fazer isso: era crime militar. (Cabo Júlio – MG, jan. 2007, vol. 2, p. 241)

Tropas de vários Batalhões se recusaram novamente a sair às ruas para o policiamento no dia 25 de junho. Na quinta-feira, 26, Eduardo Azeredo anunciou piso de R\$ 615,00 para soldados e detetives (o menor salário), 48% de aumento real sobre os salários anteriores: ou seja,

31 Cf. item 2.4: “Repercussão nacional: a morte do Cabo Valério e o efeito dominó”.

quatro vezes a inflação do último ano; uma grande vitória, já que nenhuma categoria de trabalhador, funcionário público ou não, paisano ou não, conseguiu obter tamanho aumento desde o lançamento do Plano Real, três anos antes do período do movimento. Ao falar sobre o fim das negociações, Cabo Júlio enfatizou a vitória salarial e o desgaste da população que, inicialmente, apoiou o movimento:

Eu sabia que R\$ 615,00 era o nosso limite. Não dava mais para ter outra assembleia, outro risco. A própria população que nos apoiou já estava desgastada: a cidade estava sem policiamento, tinha um furto a cada dois minutos. Então, o governador chamou toda a imprensa e nós anunciamos que a greve estava encerrada. No outro dia, o Hospital João XXIII anunciou que o Cabo Valério havia morrido. Ele já tinha morrido, mas não queriam anunciar, pois geraria um fervor ainda maior. (Cabo Júlio – MG, jan. 2007, vol. 2, p. 242)

Um “alerta” sobre as punições previstas no Código Penal Militar foi impresso em papel ofício e distribuído nos quartéis da PMMG. A mensagem intitulada *Alerta aos Militares* dizia que: “Para reflexão dos militares é importante que os artigos do Código Penal Militar sejam, neste momento, lembrados”³².

Mesmo sob as ameaças citadas, observou-se que as ações grevistas dos praças, em Belo Horizonte, resultaram no sucesso do movimento, já que parte de suas reivindicações foi atendida, em especial, o aumento salarial. Assim, no que concerne à questão salarial, ficou garantido um piso de R\$ 615,00 para soldados em início de carreira, e às outras patentes ficaram acordados aumentos escalonados, dependendo do grau hierárquico do policial.

³² “Art. 149. Reunirem-se militares ou assemelhados: I – agindo contra a ordem recebida de superior, ou negando-se a cumpri-la; II – recusando obediência a superior, quando estejam agindo sem ordem ou praticando violência; III – assentindo em recusa conjunta de obediência, ou em resistência ou violência, em comum, contra superior; Pena – reclusão, de quatro a oito anos, com aumento de um terço para os cabeças. Parágrafo único. Se os agentes estavam armados: Pena – reclusão, de oito a vinte anos, com aumento de um terço para os cabeças. Art. 151. Deixar o militar ou assemelhado de levar ao conhecimento do superior o motim ou revolta de cuja preparação teve notícia, ou, estando presente ao ato criminoso, não usar de todos os meios ao seu alcance para impedi-lo: Pena – reclusão, de três a cinco anos.” (Decreto-lei nº 1.001, Código Penal Militar, 21/10/1969. *Diário Oficial da União*, DF).

Os praças também conseguiram a garantia de participação na revisão do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (RDPM) e no Estatuto de Pessoal (EPPM). Além disso, ficaram garantidos benefícios indiretos, como uma política habitacional e maior transparência das decisões na corporação.

A manifestação grevista dos praças mineiros rapidamente se transformou em um *ciclo de protestos nacional*. Policiais de diferentes estados começaram a se mobilizar motivados pela repercussão do movimento mineiro, que inaugurou um novo *repertório de ações*. O presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou, à época, que a crise de Minas foi a principal ocorrida em seu governo.³³

³³Cf. *OTempo*, 30 jun.1997, p. 4.

Foto 1 - Primeira passeata dos praças.
(Acervo do Jornal *O Tempo*, 13 jun. 1997)

Foto 2 - Diante do Palácio da Liberdade: praças ajoelhados.
(Acervo do Jornal *O Tempo*, 13 jun. 1997)

Foto 3 - Assembleia no Centro Social dos Soldados e Cabos da PMMG: Cabo Júlio discursa.
(Acervo do Jornal *O Tempo*, 24 jun. 1997)

Foto 4 - Segunda passeata dos praças.
(Acervo do Jornal *O Tempo*, 24 jun. 1997)

Foto 5 - “Abraço” no obelisco da Praça Sete de Setembro em Belo Horizonte.
(Acervo do Jornal *O Tempo*, 24 jun. 1997)

Foto 6 - *Forleg*: cordão de isolamento no Palácio da Liberdade.
(Acervo do Jornal *O Tempo*, 24 jun. 1997)

2.2 A Polícia Militar de Minas Gerais

A Polícia Militar de Minas, ao longo de sua história, conformou-se estrutural e funcionalmente à variação dos projetos de governo. Não há como comparar sua missão de natureza militar e policial nos idos de 1775, quando se criou o *Regimento Regular de Cavalaria de Minas*, e a sua natureza no ano de 1997. Há uma predominância, contudo, da *cultura militar* não somente no seu aspecto visível, ou estético, mas no seu aspecto subjetivo e comportamental (SOUZA, 1997, p. 18). Cabe, então, apontar as especificidades do panorama histórico de construção e consolidação da Polícia Militar de Minas Gerais³⁴.

Remete-se ao século XVIII, quando a notícia da descoberta do ouro, no interior do Brasil, provocou profunda transformação na vida da colônia por meio de um intenso movimento populacional, de gente atraída pela possibilidade de enriquecer. A Coroa portuguesa empreendeu medidas preventivas no intuito de manter o controle sobre a sociedade, bem como garantir a exploração econômica. Para controlar tal situação, era preciso uma força competente que resguardasse a ordem social. A partir de 9 de novembro de 1709, Minas e São Paulo formavam uma única capitania, desmembrando-se do Rio de Janeiro. Nesse período, a organização militar ainda era baseada na *Ordenança* e na *Milícia* (tropas paramilitares ou auxiliares), mas logo o governo criou a chamada *Tropa de Linha*, incumbida de conter os problemas sociais provocados pela descoberta e pela exploração do ouro. Essa Tropa era composta por portugueses e representava uma força regular, paga para prestar serviços à metrópole.

A Capitania de Minas foi se desenvolvendo socioeconomicamente e o sistema de arrecadação de impostos sobre as minas não conseguia controlar o contrabando. Nesse sentido, tornou-se necessária a utilização, na colônia, da *Tropa de Dragões*, composta por soldados da cavalaria

³⁴ Cf. COTTA, Francis Albert. *Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisálida, 2006.

(1712). Em 1729³⁵ foram solicitadas outras tropas de reforço, e em 1775 os Dragões foram dissolvidos. Em 9 de julho de 1775, D. José I autoriza o Governador D. Antônio Noronha a criar o *Regimento Regular de Cavalaria de Minas*. Na nova organização, com influência militar prussiana (Conde de Lippe), os soldados eram mineiros profissionalizados e recebiam remuneração. Encontra-se aí, o embrião do que hoje chamamos de Polícia Militar de Minas Gerais – com caráter militar e policial:

O Regimento Regular de Cavalaria de Minas (RRCM) é considerado a *célula mater* da atual Polícia Militar de Minas Gerais. Tal tropa sofreu profunda influência militar prussiana, através da implementação dos Regulamentos do Conde de Lippe. Dentre suas várias atribuições estava a defesa das fronteiras do Brasil (Sul e Rio de Janeiro), bem como a manutenção da ordem interna/pública no interior da Capitania de Minas. Cogitamos que, inicialmente, o RRCM teria sofrido, a despeito da rigidez disciplinar, a influência de práticas cotidianas de tropas auxiliares (ordenanças e milícias) e das antigas regulares (Companhias de Dragões portugueses), e, posteriormente, de outros corpos militares, através das constantes permutas, entre praças e oficiais, realizadas no âmbito das possessões portuguesas na América e nas Índias. (COTTA, 2002, p. 7)

O *Regimento Regular de Cavalaria de Minas* atuava não somente para impedir o contrabando de ouro, mas também era sua obrigação atuar em combates para proteger o território. Durante a Regência Trina, marcada por agitações sociais, o governo, preocupado em garantir os privilégios políticos, sentiu a necessidade da criação de um corpo militar repressivo que controlasse e assustasse os revoltosos, porém que continuasse protegendo os cidadãos.

O Major Luiz Alves e Silva, o Duque de Caxias, foi nomeado para constituir o novo corpo militar. Assim, em 10 de outubro de 1831, no Rio de Janeiro, é criado o *Corpo de Guardas Municipais Permanentes*. E, no mesmo ano, em 12 de dezembro, é criado o *Corpo de Guardas Permanentes de Minas*, de acordo com lei assinada por Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho, João Bráulio Muniz e Diogo Antônio Feijó.

³⁵ Em 1720, Minas adquire autonomia em relação a São Paulo, formando duas capitanias distintas.

Outras leis vieram, a partir dessa, para regulamentar essa organização³⁶ de natureza militar. As alterações de nomes da corporação mineira demonstram as diversas fases da instituição até chegar ao estágio atual:

Em 09 de junho de 1775, criou-se o *Regimento Regular de Cavalaria de Minas*, considerado como o marco histórico da corporação; em 12 de dezembro de 1831, esse regimento passou a denominar-se *Corpo de Guardas Municipais Permanentes*; que, em 02 de abril de 1840, mudou para *Corpo Policial de Minas*; que, em 12 de abril de 1890, mudou para *Guarda Republicana*; que, em 06 de maio de 1890, mudou para *Corpos Militares de Polícia de Minas*; que, em 24 de outubro de 1891, mudou para *Força Pública de Minas*; que, em 22 de julho de 1893, mudou para *Brigada Policial de Minas Gerais*; que em 30 de agosto de 1914, mudou para *Força Pública de Minas*; que em 10 de dezembro de 1940, mudou para *Força Policial de Minas*; em 18 de setembro de 1946, fixou-se o nome de *Polícia Militar de Minas Gerais*. (AMARAL, 2000, p. 38)

José Murilo de Carvalho (1997) salienta que, na Primeira República, o federalismo oligárquico transformou as PMs em exércitos estaduais, instrumentos políticos dos governadores, ao ponto de Artur Bernardes tomar posse do governo de Minas ao lado da PM mineira³⁷. Paulo Sérgio Pinheiro (1997) observa que os antigos exércitos estaduais não tinham razão de existir, pois essas forças militares foram produto de um equívoco gerado pela necessidade dos novos governos estaduais de se armarem para enfrentar os bandos das oligarquias locais.

A natureza militarizada da PM foi confirmada na Constituição de 1988, que não ousou modificar a formulação oriunda dos governos militares. A Polícia Militar fez o papel de Exército Estadual, do seu nascimento até 1967. O Exército policial era repressivo, por meio das chamadas forças de captura. A ação preventiva se limitava apenas àquelas patrulhas vasculhadoras dos redutos da escória social,

³⁶ Foi criado o Estado-Maior (composto pelo Comandante-Geral, Ajudante de Ordens, Cirurgião-Mor e Ajudante, Sargento Secretário e Sargento Quartel-Mestre), mais quatro Companhias de Infantaria e duas Companhias de Cavalaria.

³⁷ De acordo com Carvalho (1997), "Em 1932, a PM paulista tinha 13.000 homens, mais do que toda a polícia imperial. As PMs de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, os dois Estados que disputavam a hegemonia nacional, não ficavam atrás. Eram os pequenos exércitos dos oligarcas estaduais, a serviço de sua ambição política." (CARVALHO, 1997, p. 39)

principalmente da zona do meretrício, com passagens ostensivas pelas estações rodoviária e ferroviária, por locais de diversão – como circos, parques e cinemas – e também pela guarda de cadeia. Com a Ditadura Militar, as PMs se transformaram em Forças Auxiliares do Exército:

O Exército nunca aceitou tal situação, que lhe tirava a condição de força militar hegemônica. Aproveitando-se da ditadura estado-novista, que ajudou a implantar e de que foi o esteio principal, colocou as PMs sob seu controle e proibiu-as de usar artilharia e aviação militar. No período de 1945 a 1964, houve tentativa de retorno à situação pré-1930, abortada pelo golpe de 1964. No período dos governos militares, as PMs ficaram sob controle do Exército e absorveram completamente a estrutura militar e a ideologia de segurança nacional que na época presidia a ação das Forças Armadas. De exércitos estaduais, transformaram-se em espelhos e forças auxiliares do Exército nacional, condição ainda mantida pela Constituição, dita cidadã, de 1988. As PMs hoje são, assim, produto de bodas adulterinas entre o governo oligárquico dos coronéis da guarda nacional e o governo ditatorial dos generais do Exército. (CARVALHO, 1997, p. 37)

No decorrer do seu processo histórico, as PMs evidenciaram a dualidade “militar-policial”. A partir desses pressupostos, torna-se possível considerar a relevância do movimento grevista dos praças da Polícia Militar em Belo Horizonte, que desafiou a tradição hierárquica e disciplinar da corporação.

Em 1997, as Polícias Militares, já organizadas nos níveis *estratégico, tático e operacional*, eram departamentalizadas por funções e por território³⁸. O CPC (Comando de Policiamento da Capital – Belo Horizonte)

³⁸ Sobre a PMMG: *Região Metropolitana de Belo Horizonte*, encontra-se a 7ª RPM (Região de Polícia Militar), sediada na cidade de Contagem. Criada para aliviar operacional e administrativamente a 8ª Região e abrange os municípios da Região Administrativa Central, excetuando-se Belo Horizonte, Ibirité, Sabará e Caeté, além da Região Administrativa do Alto Rio das Velhas, representada hoje pelo 25º BPM, em Sete Lagoas. A 7ª RPM é integrada por quatro Unidades de categoria Batalhão, sendo o 18º BPM - Contagem, o 25º BPM - Sete Lagoas, o 31º BPM em Conselheiro Lafaiete e o 33º BPM em Betim; conta ainda com mais sete Unidades de categoria Companhia Policial Militar Independente (Cia. PM Ind), sendo a 1ª Cia. PM Ind - Nova Lima; a 2ª Cia. PM Ind - Ribeirão das Neves; a 6ª Cia. PM Ind - Vespasiano; a 7ª Cia. PM Ind - Santa Luzia; a Cia. PM Ind - Santa Luzia, a 1ª Cia. de Missões Especiais - Contagem; a 7ª Cia. PM Rodoviária e a 7ª Cia. PM Florestal. No *interior do Estado* a *disposição tática* da Polícia Militar mineira está articulada em oito regiões, sendo a elas subordinadas 47 Unidades. Dessas, 24 são de categoria BPM e as outras de categoria Cia. Independente. Cada RPM dispõe de uma Cia. PM Rodoviária e uma Cia. PM Florestal voltadas para atuações específicas nessas atividades.

era, à época do movimento, composto por seis Batalhões de área e sete unidades especializadas: Companhia Independente de Polícia de Trânsito, Regimento de Cavalaria, Batalhão de Choque, Companhia de Polícia de Guardas, Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas, Companhia de Radiopatrulhamento Aéreo e Companhia de Missões Especiais. As Companhias Independentes, Especiais e Pelotões Especiais foram criados com a finalidade de descentralizar a atuação da Polícia Militar.

Nota-se, assim, que a PMMG tem sua estrutura operacional dividida em Unidades (Batalhões ou Companhias Independentes), cada uma com determinada área a comandar. Principal unidade operacional da PM, os Batalhões respondem diretamente pelo policiamento ostensivo da área comandada. Por isso, podem ser divididos em Pelotões ou Companhias Subordinadas.

Ao identificar as atribuições organizacionais específicas e função da Polícia Militar de Minas Gerais demonstra-se a amplitude dessa corporação. A greve de 1997, que atingiu todas as unidades da PMMG abalou conjuntamente o trabalho executado pelos policiais militares. Não obstante, além da questão policial, vale atentar para a *cultura militar*, estremecida nesse movimento. Existia uma enorme disparidade salarial na PM mineira. Um coronel chegava a receber sete vezes mais que um soldado.

Revistas e jornais denunciaram a existência de oficiais recebendo, em Minas Gerais, 15 vezes mais que sargentos, cabos e soldados em 1997. No que tange à distribuição salarial entre os policiais no período anterior ao movimento, vale observar o quadro com a *Relação dos salários pagos por nível hierárquico* em atividade e inatividade no Estado de Minas Gerais (maio de 1997):

Cargo	Ativo	Inativo
Coronel	3.435	3.606
Tenente-coronel	2.888	3.097
Major	2.415	2.824
Capitão	1.939	2.381
Primeiro-tenente	1.619	2.002
Segundo-tenente	1.267	1.573
Subtenente	1.048	1.130
Primeiro-sargento	854	961
Segundo-sargento	683	779
Terceiro-sargento	557	764
Cabo	517	599
Soldado	457	474
Soldado aluno	316	235

Relação dos salários pagos por nível hierárquico – Remuneração Média
O Tempo, 14 jun. 1997. Remuneração em R\$ (Real)

Segmentos expressivos da população belo-horizontina legitimaram as manifestações policiais militares. A imprensa mineira relacionou o “apoio da população” ao fato de os praças serem uma categoria marginalizada na sociedade, que reivindicava seus direitos como qualquer outra categoria³⁹. São reais, entretanto, os problemas estabelecidos ao se realizar uma greve policial militar: uma tropa armada em greve.

Observam-se, assim, os inúmeros desajustes dentro da corporação, que levaram ao estremecimento dos pilares de sustentação da instituição – hierarquia e disciplina. A Polícia Militar de Minas Gerais sempre foi vista pelos policiais de outros estados como uma corporação disciplinada e preparada, destacando-se no cenário nacional, entretanto, nota-se que a crise avolumou-se gradativamente e gerou um *ciclo nacional de protestos*.

2.3 Personagens de um novo *repertório* da ação coletiva

A reflexão sobre o novo *repertório da ação coletiva* faz emergir as seguintes questões: Quem foram os líderes do movimento? Como surgiram? Como foram estabelecidas as relações praças/oficiais, praças/governo e oficiais/governo durante o movimento? No que tange a essas relações de poder configuradas, é prudente identificar os personagens que integraram o episódio. De pronto, cabe observar o Cabo

³⁹ *O Tempo*, 14 jun. 1997, p. 9.

Júlio César Gomes. Ele liderou a passeata do Batalhão de Choque, ocorrida no dia 13 de junho de 1997. Aos 26 anos de idade, Cabo Júlio se destacou como o principal líder da greve dos praças. O Alto Comando da Polícia Militar de Minas Gerais apoiou a liderança de Cabo Júlio, evitando o fortalecimento de praças considerados “radicais”, como o Cabo Maurício. Assim, Antônio Carlos dos Santos, Hebert Magalhães e Carlos Roberto Lopes Cançado (coronéis do Alto Comando da Corporação), no intuito de retomar o controle da situação, indicaram o Cabo Júlio para ser um dos integrantes da comissão de negociação⁴⁰:

De forma estratégica, inviabilizaram por completo qualquer tentativa de ascensão do Cabo Maurício e do Soldado Gilmar Miguel. Infiltraram agentes velados nas reuniões dos revoltosos com objetivo de abortar a liderança dos dois. (...) Cabo Júlio foi o “escolhido” do alto comando e sua liderança sustentada. Sua ficha funcional era exemplar, além de ter um perfil psicológico equilibrado. (...) No dia 24, quando os militares eclodiram a greve e fizeram uma passeata pelas ruas centrais de Belo Horizonte, o alto comando orientou Cabo Júlio, através de um celular, para evitar que os manifestantes subissem para a praça da Liberdade. O cabo até tentou desviar o roteiro da passeata, mas não conseguiu. (*Estado de Minas*, Supl. Especial, maio 2000)

Eduardo Azeredo, governador à época, também afirmou sua preferência por Cabo Júlio. A liderança de Júlio surgiu em um momento de necessidade da organização do grupo⁴¹. Consoante seu carisma e poder de oratória, esse cabo contou com o consentimento dos companheiros. Em entrevista, o Cabo Júlio César Gomes expôs que, no início do movimento – durante o protesto aberto de 13 de junho de 1997, não havia, ainda, se destacado como liderança:

Eu acompanhei a saída dos 200 homens no dia 13 de junho. A partir da saída é que começaram aparecer as lideranças. Porque nós começamos a andar e a cerca de 100 metros do quartel, eu pedi aos policiais: *ô gente, não vamos tomar a rua inteira, vamos ficar só na metade, pois as pessoas podem ficar com raiva da gente; vamos deixar os carros passarem*. Quando chegamos à Praça Sete, o 1º

⁴⁰ Cabo Júlio colheu os frutos de sua liderança na greve de 1997, sendo eleito deputado federal em 1998 (reeleito em 2002).

⁴¹ “Ao final da reunião da comissão, os praças já estavam saindo para a rua quando o Cabo Júlio pediu que voltassem para passar algumas instruções. Ele alertou aos praças que deixassem as armas no centro social ou que as escondessem dentro da farda.” (*O Tempo*, 25 jun. 1997, p. 11)

Batalhão, que estava de serviço no centro, entrou no movimento e engrossou as fileiras. Pedi, para alguns, que guardassem as suas armas, que tirássemos a tarjeta. Começou a liderança; até ali não existia. (Cabo Júlio – MG, jan. 2007, vol. 2, p. 240)

Evidenciou-se, no processo de consolidação das lideranças, o fator religioso – presença da União de Militares e Policiais Evangélicos de Minas Gerais – UMPEM⁴²: “em Minas Gerais, os policiais das religiões protestantes, pentecostais e não-pentecostais, chegavam a 20% da tropa”⁴³. No entanto, segundo Rosalba Lopes (1999), para além da questão numérica, chama atenção a disseminação da religião evangélica no meio policial militar:

[...] na complexa rede de valores que compõe a PM, a religião desempenhou um papel crucial na consolidação da liderança, sobretudo por oferecer elementos substitutivos daquilo que parecia irremediavelmente quebrado. A solidariedade, ainda que no restrito sentido de assistência, desempenhou um papel fundamental diminuindo os efeitos da explosão que se anunciara (LOPES, 1999, p. 16-17).

O encontro da dimensão militar com a religiosa, como afirmou Lopes (1999), esclarece a ascensão de Cabo Júlio como liderança do movimento, pois ele era também um pastor evangélico; Cabo Júlio, reconheceu: “o fato de ser pastor me deu uma melhor condição de saber lidar com um número maior de pessoas”. A liderança carismática desse policial pode ser entendida nos rastros da teoria de Max Weber:

⁴² “A UMPEM – União de Militares e Policiais Evangélicos de Minas Gerais – é um núcleo da UMCEB, e a UMCEB é a União de Militares Cristãos e Evangélicos do Brasil. Essa União de Militares, no Brasil, existe desde 1976. Isso chegou a Minas Gerais por meio de um major do Exército, chamado Major Almeida que era o presidente da UMCEB. A UMCEB divulga o evangelho dentro das forças militares e de polícias militares. Então eu também comecei a divulgar isso dentro das polícias e nós recebemos, em 1993, a visita do Major Almeida. Fizemos uma reunião à noite, dentro de uma Igreja Evangélica Presbiteriana – Oitava Igreja Presbiteriana – e nessa reunião foi criada a União dos Militares Policiais Evangélicos de Minas. Um detalhe que deve se ressaltar é que o policial civil até então, não fazia parte dessa união de militares, porque o objetivo dela era congregar militares cristãos. Mas, nessa assembleia, que fizemos para criar a UMPEM, estava presente uma delegada, e por causa dela também, nós abrimos essa participação para os policiais civis” (Entrevista concedida pelo vice-presidente da UMPEM, o Major Cícero Nunes Moreira, à Rosalba Lopes, em 1998). Cf. LOPES, Rosalba. *Líderes e representantes: o processo de formação e consolidação das lideranças do movimento realizado pelos praças da Polícia Militar mineira*. Belo Horizonte, 1999 (mimeo).

⁴³ *Revista Veja*, 30 jul. 1997, p. 30.

Tem-se a dominação carismática em virtude de devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes (carisma) e particularmente, a faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória. O tipo que manda é o líder. O tipo que obedece é o apóstolo. Obedece-se exclusivamente à pessoa do líder por suas qualidades excepcionais. (WEBER, 1999, p. 135)

Cabo Júlio, e alguns dos demais líderes do movimento, emergiram da primeira passeata e se consolidaram enquanto lideranças ao participar da comissão de negociação:

Formamos uma comissão às pressas. O Coronel Severo e o comandante do Batalhão escolheram, quase que aleatoriamente, os integrantes da primeira comissão. A primeira comissão e a última não são as mesmas. Na comissão tinha um de cada Batalhão, aliás, o mais louco de cada Batalhão: o policial tinha que ter coragem para se expor. Precisávamos levar uma pauta. Peguei um papel e comecei a escrever o que seria a pauta: R\$ 800,00 de salário, adicional de periculosidade, o fim do Regulamento Disciplinar... Não tinha como desistir. Já tínhamos dado o grito de liberdade, havia ecoado a voz dos policiais. Eu entreguei a pauta e fui levado para negociar na Casa Civil do Governo. (Cabo Júlio – MG, jan. 2007, vol. 2, p. 240)

Registrou-se, à época, que a comissão formada no dia 13 de junho compunha-se, sobretudo, de policiais do Batalhão de Choque, de onde partiu a manifestação. Além do Cabo Júlio, mais dois integrantes, o Cabo Maurício Rodrigues de Barros e o Soldado Gilmar Miguel de Oliveira, vieram daquele Batalhão. Apenas o Sargento Washington Fernando Rodrigues pertencia ao 5º Batalhão da PM.

O Cabo Maurício Rodrigues de Barros se tornou um dos representantes dessa comissão, a convite do Coronel José Guilherme, Comandante de Policiamento da Capital, que o encarava como um policial prudente e tranquilo. Em entrevista, o cabo afirmou:

Escolheram a comissão na hora. Pegaram o Júlio que estava muito integrado, conversando. Levaram o Júlio para conversar com o Patrus. Eu e Gonzaga estávamos em uma outra comissão, para conversar com o Coronel Hélio, linha dura. De lá, juntamos as duas comissões e continuamos a conversar. Dessa conversa do dia 13 de junho, falei para o Cabo Júlio: *o Comando pediu o prazo de dez dias para resolver a situação*. Nos reunimos com o Comando e decidimos que seria feita uma comissão para negociar com o Comando durante esses dez dias. O pessoal tinha decidido pela greve, só que nós voltamos para o Comando e ficamos até tarde negociando isso.

Fizemos um documento e o Comando pressionado publicou no boletim interno que a comissão seria aquela... A comissão foi oficializada: eu, Cabo Júlio, Sargento Rodrigues, Soldado Miguel, Subtenente Gonzaga, Cabo Moraes e o Subtenente Wellington. Essa comissão ficou dispensada do trabalho, exclusividade para negociação. (Cabo Maurício – MG, jan. 2007, vol. 2, p. 253)

Já no que se refere ao terceiro componente, o Soldado Gilmar Miguel de Oliveira, acredita-se que sua adesão à comissão ocorreu por motivo de origem (Batalhão de Choque) e por “coragem” de assumir tal posição. O quarto componente, Sargento Washington Fernando Rodrigues, ao contrário dos demais, não servia mais ao Batalhão de Choque, mas sim ao 5º Batalhão. Com 32 anos, consagrou-se como liderança quando os manifestantes gritaram o seu nome para que pudesse compor a comissão de negociação dos praças⁴⁴. A sua integração à comissão pode ser observada em sua entrevista:

Quando cheguei à Praça da Liberdade eu fui aclamado para participar da comissão de negociação. Aí está o detalhe que às vezes quem não está dentro do movimento não sabe: o grosso que desceu foi o pessoal do Batalhão de Choque. Eu servi lá por cinco anos. Os policiais do Batalhão de Choque conheciam minha capacidade de liderança, conheciam o meu atrevimento. Eles sabiam que eu não tinha medo de falar. O pessoal ameaçou invadir a Casa Civil se não me deixassem entrar. Por ordens do Agostinho Patrus, secretário da Casa Civil, os oficiais foram ver *quem era o sargento que o povo queria que entrasse*. Eu já estava na porta do Palácio! Eu fui realmente aclamado. O pessoal gritava: *Sargento Rodrigues na comissão*. Eles, nessa hora, avançaram para o lado da Casa Civil. (Sargento Rodrigues – MG, jul. 2007, vol. 2, p. 231)

Verifica-se que o Sargento Rodrigues se destacou – assim como o Cabo Júlio – por indicação dos integrantes do movimento. O carisma diferenciou Júlio e Rodrigues dos demais componentes da comissão de negociação. Base desta abordagem sobre as relações de poder configuradas no movimento dos militares, ambos em suas ações e discursos, valorizaram a ordem, a calma e a prudência.

⁴⁴ Nas eleições de 1998, o Sargento Washington Rodrigues destacou-se como um dos deputados estaduais com maior expressão de eleitores em Minas. Rodrigues, hoje deputado estadual reeleito (em 2002), é um dos principais representantes da PMMG na Câmara.

O Cabo Júlio César recebeu o título de líder do movimento, colocando o Sargento Rodrigues em segundo plano, devido, principalmente, à sua posição de pastor, às suas raízes na doutrina religiosa evangélica. Sem diminuir o potencial violento do movimento (manifestação armada), nota-se que a consolidação de lideranças contou com um filtro religioso, notadamente evangélico, que contribuiu para que ocorresse, mesmo que lamentável, apenas uma morte. A não-organização prévia do movimento grevista do dia 13 de junho marcou as narrativas dos policiais entrevistados. Após a explosão grevista, tornou-se necessário organizar o movimento, criar bases de reivindicação. É possível identificar dois eixos na formação das lideranças: um espontâneo (passeata do dia 13 de junho) e outro calcado em uma representatividade já existente (passeata do dia 24 de junho):

Uma vez detonado o movimento, foi preciso apresentar reivindicações, definir um discurso comum, uma pauta, enfim, organizar-se. Enveredar por um processo de construção múltipla, que envolve ação, discurso e uma liderança que lhe dê voz (...). Podemos assim, identificar dois eixos no processo de formação da comissão de representantes. Um primeiro eixo, regido pela espontaneidade – no calor da praça se constitui o primeiro grupo! O segundo baseou-se numa representatividade já existente, elemento justificador da presença de cinco dos nove integrantes da comissão de negociação. (LOPES, 1999, p. 4)

Nesse passo, tem-se que no dia 23 de junho, o Comandante-Geral da PM, Coronel Antônio Carlos dos Santos, designou nove representantes dos praças para uma comissão de negociação oficial (Cf. Documento “Designação da Comissão nº 01/97-CG”). As novas lideranças do movimento emergiram a partir de uma designação do Alto Comando e em obediência a ela. Para além dos quatro representantes já citados, escolhidos no dia 13 de junho, foram designados três representantes da Associação dos Subtenentes e Sargentos (ASSPM): Subtenente Welington Eustáquio, presidente; Subtenente Gilberto Agostinho dos Reis, vice-presidente e o Primeiro-Sargento Luiz Gonzaga Ribeiro, diretor de planejamento. E dois representantes do Clube de Cabos e Soldados: Cabo

Newton de Moraes, presidente; Soldado Amauri Soriano de Oliva, diretor administrativo.

A Associação dos Subtenentes e Sargentos e o Clube de Cabos e Soldados eram entidades que ofereciam lazer e assessoria jurídica para os PMs que porventura sofressem inquéritos policiais em decorrência do serviço. Segundo o Sargento Rodrigues, “as entidades estavam começando a engatinhar, a mover ações contra o Estado em termos de direitos para o policial militar”. Diante da proibição aos sindicatos, a Associação cumpria a finalidade de representar seus sócios judicial e extrajudicialmente⁴⁵. Merecem atenção, nesse sentido, os diversos documentos, como correspondências enviadas ao governo e matérias publicadas em jornais (Cf. *Diário da Tarde*, 09 jun. 1997) comprovando a existência de uma discussão reivindicatória anterior a junho de 1997. Identifica-se, assim, a existência de um *repertório da ação coletiva* policial militar calcado na negociação com o Comando – antes da greve aludida.

Buscava-se, na Associação, estabelecer um diálogo com o Alto Comando e com o governo. Atuavam, assim, dentro da arena administrativa. A primeira comissão, entretanto, foi composta por praças insatisfeitos com a representação já existente na PM. Já a segunda comissão, do dia 24 de junho, mostrou-se mais formal e institucional, contando com a presença, por exemplo, do Subtenente Welington Eustáquio, presidente da Associação dos Subtenentes e Sargentos. Um importante ponto a ser realçado é o da atuação dos oficiais que protagonizaram o “outro lado” do episódio de 1997. Primeiramente, cabe destacar o comandante da Polícia Militar, à época da greve, Coronel Antônio Carlos Gomes dos Santos⁴⁶, que se revelou intransigente durante o processo de negociações com a comissão de praças da PM. A rápida ascensão de Antônio Carlos ao posto de comandante, sem exercer funções

⁴⁵ A Associação surgiu no ano de 1994, em decorrência da constatação de que o clube não representava o PM do ponto de vista jurídico-institucional.

⁴⁶ O Coronel Antônio Carlos, atualmente, faz parte do quadro de reserva da Polícia Militar de Minas.

de cargos inferiores, promoveu, de certa forma, uma não-aceitação (não-legitimação) por parte dos policiais militares ao seu comando.

Durante o movimento reivindicatório dos praças da PM, um acontecimento envolvendo “outro oficial” marcou a quebra visível da disciplina e da hierarquia: quando o Coronel José Guilherme, ao ser vaiado e xingado pelo baixo escalão da corporação, emocionou-se e chegou a chorar. O Vice-Governador Walfrido Mares Guia e o chefe da Casa Civil Deputado Agostinho Patrus (oficial reformado da PM) se destacaram enquanto interlocutores de Eduardo Azeredo. Todavia, Azeredo ressaltou o nome de Paulo Heslander (deputado federal e ex-policial militar), como o principal interlocutor. Acusado por muitos de ser o principal responsável pela greve militar, Eduardo Azeredo, então Governador do estado de Minas Gerais, sofreu as consequências de uma provável decisão equivocada referente à concessão de aumento somente para os oficiais, excluindo os praças da PM. Em 1994, Azeredo, então candidato ao governo do estado, teceu uma rede de promessas aos PMs, em documento escrito⁴⁷.

Eduardo Azeredo também foi acusado de promover a crise em outros estados, por não ter controlado o germe revoltoso na capital mineira. Eduardo Azeredo, em entrevista, procurou dividir a sua “culpa”, no que se refere à eclosão do movimento dos praças, com a direção da Polícia Militar:

A origem do movimento veio de uma série de insatisfações, mas também de alguns erros que aconteceram. O motivo inicial foi, na verdade, um aumento de salário que foi dado à Polícia Civil, aos delegados da Polícia Civil, que entraram na justiça e ganharam um reajuste de equiparação com os promotores, procuradores do governo, com relação ao reajuste de 1994. Então os delegados tiveram 11% de reajuste, e isso gerou uma pressão dos oficiais da Polícia Militar para se equipararem. Apesar de não haver uma lei que equipare os dois, existe uma tradição em Minas Gerais de que os

⁴⁷ Durante a campanha eleitoral (1994), Eduardo Azeredo procurou a Diretoria da Associação dos Subtenentes e Sargentos da PMMG e outros segmentos da instituição, assumindo compromissos em troca de apoio à sua candidatura, entre os quais a melhoria da situação salarial da tropa. Cartas foram remetidas aos militares, citando tal promessa de campanha. Decorridos mais de dois anos de mandato, até eclodir o movimento dos praças, não foram cumpridas as promessas.

coronéis, que são o último nível hierárquico da Polícia Militar, e os delegados, que são o último nível da Polícia Civil, recebam o mesmo valor. Então o aumento dado aos policiais civis, por força de decisão da justiça, gerou uma pressão nos oficiais e daí, então, foi dito aos oficiais que nós não poderíamos fazer o reajuste apenas para eles, teria que ter um reajuste geral. Mas a pressão foi aumentando, e aí houve realmente um erro, que foi de minha parte, de confiar na direção da Polícia Militar. Acreditei que eles conseguiriam explicar aos praças que eles também teriam um reajuste. Só que, por força de questões legais, questões burocráticas, o aumento para os praças dependia de uma lei da assembléia, enquanto o dos oficiais, como era em cima de gratificações, poderia ser dado de imediato. Os oficiais não conseguiram fazer esta demonstração aos praças, convencê-los de que eles também teriam reajuste. Então tivemos uma primeira manifestação, que não foi propriamente uma greve, foi uma rebelião. E esta rebelião não teve um controle do comando da Polícia Militar. Realmente, perderam o controle. (Eduardo Azeredo)⁴⁸

No fragmento, em apreço, Eduardo Azeredo delegou ao Alto Comando da PM parte da responsabilidade sobre a eclosão do movimento grevista dos praças. Para ele, o Comando da PM não soube como enfrentar o problema devido à natureza explosiva da primeira manifestação, que estabeleceu uma situação tensa, com risco de um enfrentamento maior. Não obstante, Azeredo, desde 1996, era alertado pelo então Comandante-Geral da PMMG, Nelson Fernando Cordeiro, sobre a precariedade em que se encontrava a corporação. Verifica-se, nesse sentido, que o governador não atentou de forma adequada para os graves problemas da Polícia Militar e, por conseguinte, não conseguiu deter a eclosão da greve dos praças insatisfeitos, no ano de 1997.

Diante da manifestação reivindicatória, Azeredo foi aconselhado pelo comandante da Polícia Militar e pelo comandante do Exército em Belo Horizonte sobre o risco de novas mortes (especialmente, após a morte do Cabo Valério), e optou por ceder e fazer um reajuste acima do que, segundo ele, era possível ao estado. Após a decisão do então governador, aconteceu um processo normal dentro da Polícia Militar, sem interferência direta do governo: à estrutura da PM coube, por meio do Regimento Interno, fazer os inquéritos que geraram punições aos manifestantes.

⁴⁸ Entrevista concedida por Eduardo Azeredo (governador de Minas Gerais à época do movimento), em 10 de maio de 2001. Entrevistadoras: Lucília de Almeida Neves e Juniele Rabêlo de Almeida. Cf. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. *Farda e protesto*. Belo Horizonte: Segrac, 2008.

Apesar de se terem elegido alguns “personagens do movimento”, vários são os atores que compuseram o complexo emaranhado de relações que resultou no novo *repertório de ação coletiva* militar de 1997. Lembrando que as *ações coletivas* podem envolver além dos manifestantes e das autoridades (objeto das reivindicações), os especialistas no controle oficial do espaço público – normalmente exercido pela Polícia. Porém, em 1997, o Exército se responsabilizou por esse controle.

2.4 Repercussão nacional: a morte do Cabo Valério e o efeito dominó

Deve-se destacar, neste estudo, o símbolo do movimento reivindicatório dos praças, em 1997, o Cabo Valério dos Santos Oliveira⁴⁹, morto na manifestação belo-horizontina do dia 24 de junho. A Praça da Liberdade ficou marcada de sangue quando uma bala transfixou o crânio do policial, que se encontrava próximo a uma pilastra localizada na entrada do Comando-Geral da PM, ameaçado de invasão pelos praças manifestantes:

Surgiram os tiros. *Quem atirou primeiro?* Não sei. Só sei que começou “tiro comer: tá tá tá tá tá”. Foram vários tiros. O companheiro Cabo Valério morreu nesse tiroteio. Eu acredito que o tiro que matou o Valério foi realmente uma fatalidade. Foi um azar que ele deu. Tinha muita gente armada ali. Eu não fui armado, mas tinham várias pessoas armadas. (Sargento Milton – MG, jul. 2007, vol. 2, p. 285)

Cabo Valério dos Santos, como manifestante, acompanhou a invasão dos seus pares à sede do governo, o Palácio da Liberdade. O episódio fatal sinalizou a urgência para se concluir a tensa negociação entre grevistas e governo. Decorrência dos acontecimentos, a trágica morte do Cabo Valério colocou a greve da PM mineira nas pautas dos principais noticiários do país. A partir de então, o movimento mineiro

⁴⁹ O Cabo Valério era lotado na 1ª Companhia da ROTAM da Polícia Militar de Minas Gerais.

possuía um “mártir para suas reivindicações”⁵⁰. A imagem do praça sendo carregado, pelos companheiros de farda na sede do governo de Minas, com a cabeça ensanguentada, percorreu todo o território nacional e sensibilizou os praças das demais corporações militares estaduais para organizarem movimentos reivindicatórios.

A repórter fotográfica Isa Nigri, do jornal *O Tempo*, de Belo Horizonte, ganhou o “Prêmio Esso – 1997” com a foto do Cabo Valério baleado (foto 7). Tal fotografia foi veiculada nas capas dos jornais: *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*.

Foto 7 – Tiro mata o Cabo PM Valério dos Santos: “Rebelião na PM de Minas” (Acervo do Jornal *O Tempo*, 24 jun. 1997 – “Prêmio Esso” de melhor fotografia do ano de 1997: Isa Nigri)

No dia 29 de junho, a coluna do jornalista Mário Vitor Santos, *ombudsman* da *Folha de São Paulo*, sob o título “Isa no centro do horror”⁵¹, destacou a experiência profissional de Isa Nigri em meio à greve dos PMs mineiros. Em entrevista, à *Folha de São Paulo*, Isa Nigri afirmou:

⁵⁰ *Estado de Minas*, 25 jun. 1997, p. 1.

⁵¹ *Folha de São Paulo*, 29 jun. 1997, p. 3.

Eu estava do lado do cabo, a centímetros dele. Do lado mesmo. Grudada mesmo. Ele pedia calma à multidão. Na hora, eu vi o buraco na cabeça dele, sangrando muito. Eu horrorizei. (...) Foi horrível, eu gritando, chorando e fazendo as fotos. Meio trágico... durou uns dez segundos o tiroteio. Ele foi caindo em câmara lenta. Quando acabou de cair, eu fiz a foto e gritei. Nunca tinha visto uma coisa dessas. Não sei como consegui fazer essas fotos. Nem eu acredito. Fiquei muito assustada. Estava todo mundo em pânico. Era fogo cruzado. (...) Depois, o que me impressionou foi o choro dos PMs. (*Folha de São Paulo*, 29 jun. 1997)

A condenação do Soldado Wedson Gomes pela Justiça Militar⁵², como sendo o autor do tiro que matou o Cabo Valério, gerou, e gera até hoje, polêmica: os praças da PM cultivam dúvidas sobre quem fez o disparo, pois, para esses praças, Wedson foi apenas o “bode expiatório” do ocorrido⁵³. De acordo com Cabo Júlio:

O movimento de Minas, infelizmente, contou com uma morte. Um tiro matou o Cabo Valério. Eu acho que tem muito mais coisa obscura no caso da morte do Cabo Valério: foram seis tiros que aconteceram na Praça da Liberdade e a Polícia só investigou três. A Polícia só investigou o que ela quis. Todo o prédio tinha atiradores de elite, no Palácio do Governo. Esses atiradores não foram identificados, e se não foram identificados os atiradores, não foram identificadas as armas para poder fazer a perícia. O Soldado Wedson foi condenado a oito anos de prisão. Depois que ele saiu da prisão, foi expulso da corporação e começou a andar por “caminhos tortuosos”; ele morreu há dois anos atrás; recebeu treze tiros em uma favela. (Cabo Júlio – MG, jan. 2007, vol. 2, p. 247)

Edgar Eleutério Cardoso, Comandante de Policiamento da Capital à época do movimento, sendo nomeado como substituto do Coronel José Guilherme do Couto, foi acusado, naquele momento, por três testemunhas como sendo o autor do disparo que levou à morte Cabo Valério. Eleutério entregou para análise, ao promotor ligado ao caso, um revólver calibre 38 e constatou-se que a arma não havia sido utilizada. O Cabo Luís Fernando da Silva, entretanto, testemunhou que o Coronel Eleutério teria atirado com uma pistola nove milímetros (usada por oficiais da PM) e trocado essa arma pela calibre 38 de um cadete.

⁵² Wedson Gomes foi condenado a cumprir pena de oito anos na Casa de Detenção Dutra Ladeira.

⁵³ Revista *Veja*, 2 jul. 1997, p. 25.

Uma 3º sargento do Batalhão Feminino testemunhou também, dizendo ter presenciado o Coronel Eleutério efetuar o disparo. Edgar de Souza, sargento reformado da Polícia Militar e advogado, convicto da culpa de Eleutério, chegou a dar voz de prisão ao coronel. Assim, diante das acusações dos manifestantes, Eleutério saiu da Praça da Liberdade, enfrentando o cerco que os PMs tentaram armar ao suposto “assassino”.

O Instituto de Criminalística comprovou, posteriormente, que o Comandante de Policiamento da Capital realmente havia efetuado um dos disparos ocorridos no episódio do dia 24 de junho. Jadir Silva, juiz-auditor da Terceira Auditoria Militar, não teve dúvida, após análise, de que não saiu do revólver de Wedson o tiro que matou o Cabo Valério. Na apreciação do caso feita pelo Conselho de Justiça Militar, dois componentes votaram pela absolvição de Wedson (sendo um deles Jadir Silva), entretanto, os outros três componentes votaram pela condenação. O Conselho foi formado por um juiz togado e quatro oficiais.

Um dado relevante refere-se ao fato de o perito Fortunato Badan Palhares ter sido coordenador dos laudos periciais desse caso, feitos pela UNICAMP. Lembrando os escândalos envolvendo Badan Palhares, são colocadas hoje como duvidosas as conclusões da perícia que acusa Wedson. Nesse sentido, as contradições do caso Cabo Valério dizem respeito à seguinte pergunta: Quem pagou a perícia? A PM mineira afirmou não ter pago os laudos do caso, no entanto a UNICAMP informou não existir nenhum convênio com o governo de Minas Gerais para sua elaboração. O julgamento desse caso ficou em aberto, diante das dúvidas e acusações que o compõem.

O episódio de junho de 1997, envolvendo a Polícia Militar de Minas Gerais, repercutiu intensamente, por sua natureza e relevância, para a opinião pública. Os desdobramentos midiáticos e as repercussões políticas da manifestação militar mineira possibilitaram a emergência de um *ciclo de protestos nacional*. O Comando da corporação instaurou Inquérito Policial Militar, por unidades, para apurar a participação dos praças. Os autos foram remetidos à Justiça Militar Estadual. Nenhum policial militar

foi indiciado pelo Ministério Público, em face dos atos praticados durante as manifestações, exceto o Soldado Wedson Gomes, que foi apenado com oito anos de reclusão pela morte do Cabo Valério dos Santos.

Foram excluídos, por participarem do movimento reivindicatório de Minas Gerais, 186 policiais militares. O primeiro boletim, divulgado em dezembro de 1997, oficializou a exclusão de dezoito PMs. A acusação era clara: participação em “movimento de cunho contestatório”. O Cabo De Sal e o Sargento Rodrigues emocionaram-se ao lembrar da exclusão e da luta pela anistia:

A minha exclusão foi em 19 de janeiro de 1999. Foi o pior ano que eu vivi. Antes do movimento, minha ficha contava apenas com bons serviços prestados. Policiais com fichas exemplares foram excluídos por causa da greve. Talvez por falta de sorte ou por ser desafeto de alguém. O processo foi arbitrário e injusto, tanto que nós voltamos por força de lei, após muita luta. Foi um movimento justo. Depois que elegemos os nossos deputados, tivemos uma representatividade melhor junto ao governador. (Cabo De Sal – MG, jan. 2007, vol. 2, p. 268)

Eu me lembro como se fosse hoje: eu estava acabando de amarrar meu coturno, sentado na minha cama de casal, pra “pegar serviço” na radiopatrulha (...) O telefone tocou, eu atendi. Era uma moça chamada Luciana (jornalista da Rede Globo). Ela falou *Sargento Rodrigues, e agora como é que vai ser daqui pra frente?* Eu não entendi a pergunta, e pedi que ela explicasse. Ela continuou: *O Comando acaba de divulgar a sua expulsão da corporação (...)*. Cento e oitenta e seis policiais foram expulsos por participar do movimento (...). Toda a minha família esteve envolvida no movimento pela anistia dos PMs expulsos. Minha esposa e até meu menino vestiram a camisa da anistia na porta da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Eu, o Cabo Júlio, o Sargento Bravo e o Milton fomos os primeiros a serem excluídos – foram dezoito no primeiro boletim. A exclusão saiu em dezembro de 1997. O Comando da Polícia escolheu estrategicamente a data porque Belo Horizonte comemorava o seu centenário e toda a imprensa estaria voltada pra isso. Foi um baque violento a notícia da exclusão. (Sargento Rodrigues – MG, jul. 2007, vol. 2, p. 234)

Com as eleições para governador do estado, em 1998, que deram a vitória a Itamar Franco, foi dada a anistia aos praças excluídos em 1997. Sargento Rodrigues afirmou em sua entrevista que o novo governo não deu a anistia plena, pois os praças não retornaram à Polícia Militar – criou-se o artifício de enquadrá-los no Corpo de Bombeiros, que foi separado da

PMMG⁵⁴:

As esposas participaram do movimento pela anistia dos PMs. A manchete de um jornal dizia: "*Mulheres de militares afirmam que vão acampar na porta do Palácio*", as mulheres foram muito guerreiras. Tem uma foto em que elas estão debaixo de chuva manifestando. Meu menino também manifestou; hoje ele está com quinze anos. Infelizmente não conseguimos, mantiveram a expulsão. Após a eleição de 1998, a gente retomou a discussão da anistia com o Itamar Franco. Aí veio a anistia com a Emenda Constitucional 39. Não ficamos satisfeitos com a anistia porque ela não foi total. Nós não retornamos para a PM. O governo separou o Corpo de Bombeiros da PM e nós fomos reintegrados ao Corpo de Bombeiros. (Sargento Rodrigues – MG, jul. 2007, vol. 2, p. 235)

Após a greve de 1997, e principalmente após a anistia concedida aos praças que foram excluídos em virtude do movimento, a hierarquia da corporação foi abalada, questionando-se a competência de certos oficiais para a liderança de tropa. Por conseguinte, a crise no papel do oficial gerou a crise na corporação.

Ocorreu também, como consequência do movimento, a extinção do Regulamento Disciplinar da PMMG e a formulação de novos paradigmas, mais assentados nas transformações institucionais. Criou-se o Código de Ética e Disciplina dos Militares de Minas Gerais (CEDM), que foi sancionado como Lei Estadual, no dia 20 de junho de 2002. Para Sargento Rodrigues, a maior inovação dessa "norma ética" encontra-se no fato de não conter as prisões disciplinares, conhecidas como "cadeia", quando do cometimento de transgressões disciplinares consideradas graves, colocando a "suspensão" no lugar da "prisão":

Como deputado estadual, eu tive a honra de ser o relator do Código de Ética, em primeiro e segundo turno. Nós construímos na Assembleia o Código de Ética que quebrou um paradigma. Ele rompeu com os abusos dos oficiais. O Código de Ética substituiu o RDPM, que era o pior inimigo dos praças. O RDPM era o AI-5 dos quartéis. Infelizmente, muitos do nosso pessoal, não compreendem a grandeza do novo código, ele é pioneiro, o mais avançado de todas as Polícias Militares do Brasil. Não existe ainda nenhum outro estado da Federação que tenha abolido a prisão administrativa, e nós

⁵⁴ A Emenda à Constituição nº 39, de 2 de junho de 1999, alterou a redação dos artigos 39, 61, 66, 90, 106, 110, 111, 136, 137, 142 e 143 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promovendo a desvinculação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar.

abolimos. E hoje ele é lei, ele não é mais decreto. Ele é uma lei, votada pela Assembleia. Toda vez que o Código de Ética for alterado tem que passar pela Assembleia. Eu sou um eterno guardião desse Código de Ética: eu conheço a profundidade dele, eu conheço o estrago que o RDPM fez. Eu conheço por ter convivido durante quase quinze anos com o RDPM. (Sargento Rodrigues – MG, jul. 2007, vol. 2, p. 235)

Uma repercussão importante do movimento de 1997 diz respeito à emergência de lideranças políticas dos praças durante as eleições de 1998. Surgiu, a partir daí, um poder político paralelo ao poder do Alto Comando. Com votação expressiva, Cabo Júlio e Sargento Rodrigues superaram as expectativas, sendo eleitos: Cabo Júlio (deputado federal/PL – com 217.087 votos) e Sargento Rodrigues (deputado estadual/PL – com 74.593 votos):

O mais procurado pelos partidos fui eu. Eu estava excluído da PM: sem emprego, sem dinheiro para campanha. Era difícil fazer uma campanha para deputado federal. A ideia deles foi: *você que ganhou mais espaço na mídia vai ser candidato federal, o Rodrigues e o Moraes, que ganharam menos espaço, vão ser estadual*. Eu nunca tinha pensado em ser candidato. (Cabo Júlio – MG, jan. 2007, vol. 2, p. 245)

Foram campeões de votos no estado, ultrapassando políticos tradicionais. Cabo Júlio, como deputado federal mais votado, superou, por exemplo, o montante de votos de Aécio Neves (político expressivo de Minas). O ano de 1998 marcou o início de uma “nova forma de ação” no *repertório de ação coletiva* dos praças da Polícia Militar: *a atuação no legislativo*.

3 Conflitos armados e ameaças: Alagoas, Ceará, Pernambuco e Pará

3.1 Dia de guerra e queda do governador - Maceió

No dia 11 de julho de 1997, os policiais civis de Alagoas iniciaram enfrentamentos com a cúpula da Secretaria de Segurança Pública. No dia 12, reivindicando o pagamento de salários atrasados, 8.200 policiais militares também entram em greve com os demais servidores públicos⁵⁵. Em meio às dificuldades de organização e mobilização da Associação de Cabos e Soldados, os soldados da PM tiveram que se apoiar politicamente na Associação dos Oficiais Militares de Alagoas – ASSOMAL, que contava com uma diretoria disposta ao enfrentamento.

A mobilização dos policiais militares alagoanos, em 1997, foi decisiva para o episódio do dia 17 de julho: a queda do governo Suruagy. O líder da ASSOMAL, Major Paulo Nunes, posteriormente eleito deputado estadual pelo PT, assumiu o comando do movimento. A legitimidade da liderança do Major Paulo Nunes foi destacada na narrativa do Soldado Simas (presidente da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar de Alagoas):

Em 1997 nós ficamos sete meses sem receber salário. Então, com o apoio da sociedade civil organizada pelos sindicatos, surgiu o movimento dos PMs – liderado por um oficial superior, na época o Major Paulo Nunes. Ele era o presidente da Associação dos Oficiais. Ele havia quebrado o paradigma de que a Associação deveria ser apenas Clube, a partir daí foi um efeito dominó: Associação dos Subtenentes e Sargentos, Associação dos Praças, Associação da Reserva. Antes eles eram apenas Centros ou Clubes Sociais. (Soldado Simas – AL, jan. 2008, vol. 2, p. 296)

⁵⁵ Cf. ROCHA, Luis Gomes da. *A participação do SINDPOL na queda do governo Suruagy*. Maceió: Edições Nosso Mundo, 2007.

No dia 15 de julho foi convocada, pelas Associações dos policiais militares, uma passeata chamada de Marcha Silenciosa. Os PMs percorreram a Avenida Siqueira Campos e passaram em frente ao Palácio dos Martírios. A marcha reuniu cerca de dez mil pessoas: policiais militares, demais servidores públicos e cidadãos insatisfeitos com o então Governador Suruagy. Os policiais militares, mesmo receosos, aderiram à mobilização:

Muitos PMs pensavam apenas no benefício próprio; tinham medo de ir para o movimento e de ser punidos ou de não ser promovidos. O estopim para o movimento de 1997 foi o atraso de salário. As Associações começaram a se reunir e discutir a possibilidade de recuperar seus salários. As tentativas iniciais foram frustradas e os ânimos foram acirrando. O movimento foi crescendo em cada entidade representativa. (Soldado Simas – MG, jan. 2008, vol. 2, p. 296)

Corroborando com as colocações de Simas, o Soldado Elias (Elias da Silva Barboza), um dos líderes do movimento, destacou em sua narrativa o problema dos atrasos salariais como estopim da crise:

Em 1997, nós recebíamos um mês e passávamos dois, três para receber de novo. Muitos companheiros passaram fome. Eu não passei, porque fazia bico de segurança e dava aula de música. Alguns companheiros até suicidaram. Teve um soldado que se matou, matou a mulher e as duas filhas. Os colegas me viam com certa liderança e esperavam uma atitude. Foi um momento de caos, muitas pessoas entraram em desespero. Enquanto alguns estados estavam lutando por uma melhoria salarial, aqui era diferente: o levante da Polícia Militar do Estado de Alagoas, juntamente com os demais funcionários públicos, foi para receber o pagamento de salários atrasados; queríamos apenas receber. Só pedimos a saída do governador porque ele não nos mostrou nenhuma alternativa. (Soldado Elias – AL, jan. 2008, vol. 2, p. 302)

Durante a passeata os manifestantes gritaram palavras de ordem e exibiram cartazes que reivindicavam “cadeia para o governador e os deputados da base governista”⁵⁶. Quando a manifestação chegou ao centro de Maceió, em direção à Rua do Sol, a multidão foi recebida com uma chuva de papel picado. No Palácio dos Martírios (onde se encontrava

⁵⁶ “Os cartazes surgiram no andamento da passeata: quando passamos pelo centro da cidade compramos cartolina e lápis para escrever o que “dava na cabeça”. Nessa caminhada nós tivemos mais de cinco mil pessoas envolvidas.” (Soldado Simas)

Suruagy), os manifestantes dispararam fogos de artifício. As lideranças convenceram os manifestantes a não invadirem o prédio e a manifestação prosseguiu até a Praça Deodoro.

Diante da onda grevista de parte expressiva dos servidores públicos, cerca de 700 homens do Exército foram convocados para proteger os prédios da Assembleia Legislativa, do Palácio dos Martírios e do Tribunal de Justiça em Maceió. As lideranças do movimento policial militar participaram de uma assembleia, liderada pela então Deputada estadual Heloisa Helena, para definir ações estratégicas para o dia 17 de julho. O colaborador Soldado Elias relatou que:

Heloísa Helena estava na linha de frente das manifestações. Os principais líderes da PM eram os Majores Paulo Nunes e Hermes. Cada entidade do funcionalismo público tinha o seu representante. Em cada órgão formavam-se comissões e lideranças que se juntaram em uma assembleia no Clube Fênix. Lotamos o clube para decidir se no dia 17 estaríamos lá para acompanhar a votação do *impeachment*. Nessa assembleia, alguns policiais foram fardados e outros não. Até essa reunião final, os policiais militares ainda estavam resistentes em virtude da pressão do governo e do Comando. (Soldado Elias – AL, jan. 2008, vol. 2, p. 302)

A crise de Alagoas atingiu seu ponto máximo no dia 17 de julho de 1997. Policiais militares em meio a, aproximadamente, quinze mil servidores públicos, saíram de suas respectivas entidades de classe a caminho da Assembleia Legislativa. Soldado Elias, em entrevista, procurou rememorar suas impressões iniciais sobre a manifestação:

No dia 17 de julho o Exército cercou a praça. A manifestação estava marcada para as sete horas da manhã. Eu fui um dos primeiros a chegar. Cheguei às seis e meia. Eu estava fardado e com identificação, pois eu não tinha medo, não tinha nada a temer. Estava em jogo a dignidade, não só da Polícia Militar, mas de todos os servidores do Estado. Era uma questão de honra a gente estar lá. Eu me surpreendi com a quantidade de policiais que participaram das manifestações do dia 17. Às oito horas, a praça estava lotada com os funcionários públicos, todo mundo agitado querendo derrubar a grade. (Soldado Elias – AL, jan. 2008, vol. 2, p. 302)

Na Praça Dom Pedro II, os manifestantes cercaram o prédio da Assembleia e pressionaram os deputados estaduais a votar pela abertura do processo de *impeachment* do Governador Divaldo Suruagy. Dos 27

deputados estaduais, 21 estavam do lado do governo. O entrevistado, Soldado Elias, afirmou que “os deputados estavam comprometidos com as atrocidades praticadas pelo governo”⁵⁷.

Os PMs manifestantes estavam, em sua maioria, fardados e armados – alguns encapuzados ou com “a cara pintada” (foto 8). Atiradores do Exército tomaram posição no alto do prédio da Assembleia Legislativa, do Banco Meridional e da Catedral Metropolitana (foto 9). Como resposta, os policiais rebelados assumiram postura semelhante em locais elevados, como o prédio do Arquivo Público e da Biblioteca Estadual⁵⁸. Na praça, que era cercada por grades, o Exército montou barricada, formou uma linha de defesa em frente ao prédio da Assembleia Legislativa. Os entrevistados enfatizaram em suas narrativas a inevitabilidade do confronto “Polícias Militares e Cíveis *versus* Exército”:

Na Praça da Assembleia Legislativa ocorreu a pressão para o *impeachment* ou a exoneração espontânea do governador. Todos nós ficamos esperando a decisão da Assembleia. O Exército foi convocado para conter o movimento, inclusive, com atiradores de elite. Lá começou a troca de tiros, diante do posicionamento do governador de não querer anunciar a renúncia. Tínhamos um grupo negociando com o presidente da Assembleia (Soldado Simas – AL, jan. 2008, vol. 2, p. 296)

Eu tive uma discussão com um membro do Exército: ele tentou me furar, mas eu estava armado. Fui com um revólver dentro da roupa, mas não consegui puxar... Graças a Deus, porque se eu tivesse puxado teria sido muito pior. O sucesso do movimento só foi possível porque teve a participação dos policiais. Caso fossem apenas os outros funcionários públicos, sem os policiais, os manifestantes iriam apanhar, levariam uma surra de cassetete. Mas quando o Exército viu que tinham policiais militares no movimento, ficaram acuados. Aqueles meninos novos do Exército ficaram tremendo de medo da gente. (Soldado Elias – AL, jan. 2008, vol. 2, p. 302)

Os manifestantes chegaram de várias partes de Maceió e do interior do estado: delegações de PMs de Arapiraca e Palmeira dos Índios. A tropa

⁵⁷ “Na manifestação eu esculhambei com todos os deputados, com o governador, com o Comando. Desci o verbo! Dei várias entrevistas, pois eu não tinha medo de ser excluído.” (Soldado Elias)

⁵⁸ “Instalados no prédio do Arquivo Público, a uns 30 metros da Assembleia Legislativa, policiais do Pelotão de Choque estavam mobilizados para um confronto com o Exército. Com os rostos cobertos por plástico, pano e até capacetes de motoqueiro, os soldados ocuparam todo o Arquivo, até o telhado.” (*Gazeta de Alagoas*, 18 jul. 1997, p. 8).

se mobilizou, apesar das ameaças do Comando da Polícia Militar. A então prefeita da cidade de Maceió, Kátia Born, discursou para tentar convencer os soldados a abandonarem suas posturas. Apesar da solicitação, os manifestantes invadiram a praça e tiros foram disparados durante quinze minutos⁵⁹. De acordo com o Soldado Simas o tiroteio começou “quando chegou a notícia de que o governador não iria renunciar”:

Alguns deputados federais estavam mantendo contato com o governador via telefone, entre eles, a Heloisa Helena, Manoel Luis Pinheiro, Jota Duarte, Antonia Holanda – essa equipe passava as informações para os manifestantes que estavam do lado de fora. Entraram com um microfone e tudo que falavam saía no carro de som. O tiroteio começou quando chegaram notícias de que o governador não iria renunciar. Começaram, aí, as tentativas de quebrar a grade da praça para invadir a Assembleia e retirar os deputados para levá-los, no meio da multidão, para o Palácio do Governo. (Soldado Simas – AL, jan. 2008, vol. 2, p. 297)

Os soldados do Exército, vindos do Batalhão de Garanhuns, deitaram no chão durante o tiroteio. As grades que cercavam a praça foram derrubadas e o Exército recuou para proteger a entrada da Assembleia – o comércio fechou as portas enquanto as pessoas corriam desesperadas (fotos 10 e 11).

No confronto com o Exército (foto 12), três pessoas foram feridas a bala: o PM Sebastião de Oliveira, o policial civil Gilson do Nascimento e o agente administrativo Antônio Fernandes⁶⁰.

⁵⁹ “Em Alagoas, a PM desafiou e enfrentou o Exército, transformando o centro de Maceió em praça de guerra, num fogo cruzado de cinco minutos. (...) A Praça Pedro II, onde está localizada a Assembleia Legislativa, transformou-se num palco de guerra, com pessoas gritando, procurando um lugar para se esconder, deitando no chão, se agachando e correndo pelas ruas próximas à praça, tentando se proteger das balas trocadas entre policiais civis e militares com soldados do Exército. Aproximadamente, sete mil pessoas saíram em pânico em busca de abrigo. Mulheres gritavam protegendo os filhos, algumas pessoas eram pisoteadas, empurradas, o quadro era de desespero”. (*Jornal do Brasil*, 18 jul. 1997, p. 1)

⁶⁰ “Durante o cerrado tiroteio, na Praça Pedro II, no centro da capital alagoana, três pessoas foram feridas a bala e conduzidas para a Unidade de Emergência Armando Lages. (...) A chegada dos feridos na UEAL causou um clima de pânico entre os companheiros que queriam informações do estado de saúde dos baleados. A cada minuto homens com as caras pintadas, armados e em viaturas da PM chegavam nervosos àquele hospital. Alguns tentaram invadir, mas foram barrados pela segurança interna por determinação do diretor-geral.” (*Gazeta de Alagoas*, 18 jul. 1997, p. 9).

Dentro da Assembleia Legislativa instaurou-se o pânico. Prevendo uma sessão tumultuada, muitos deputados estaduais estavam armados. Por telefone, eles pressionaram o Governador Divaldo Suruagy a licenciarse, como forma de impedir o caos no estado. Entretanto, Suruagy se antecipou e pediu licença de 180 dias do cargo, que foi imediatamente aprovada. As lideranças deram a notícia (foto 13):

Após o conflito, as lideranças subiram no carro de som para passar as informações. Chegou a notícia de que o governador iria assinar a renúncia, passando o cargo para o vice que iria fazer as discussões preliminares para ver como pagaria os salários. (Soldado Simas – AL, jan. 2008, vol. 2, p. 297)

Depois da boa notícia, não voltamos para casa, pelo contrário, saímos em caminhada pelo centro da cidade, como uma passeata de vitória. Escutavam-se gritos de ordem dizendo que o povo tinha vencido e que unidos tinham conseguido derrubar um governo corrupto. (Soldado Elias – AL, jan. 2008, vol. 2, p. 304)

Após a queda de Suruagy os manifestantes comemoraram pelas ruas de Maceió (foto 14). O Presidente Fernando Henrique Cardoso se reuniu com a bancada parlamentar alagoana, e enviou os ministros da Casa Militar, General Alberto Cardoso, e da Justiça, Íris Rezende para administrar o estado. O governo federal exigiu em troca da liberação de R\$120 milhões, para o pagamento dos salários atrasados, a venda da Companhia de Saneamento e Abastecimento de Água de Alagoas (CASAL), cujos acertos deveriam ser feitos com sua equipe econômica.

O presidente da Câmara, Michel Temer, convocou uma reunião e criou uma comissão mista do Congresso para discutir a crise das polícias. Suruagy foi substituído pelo Vice-Governador Manoel Gomes de Barros (foto 15) que, ao assumir, assinou um protocolo, enviado ao governo federal, se comprometendo com a aceleração das privatizações. Nenhum policial militar de Alagoas foi excluído após o movimento de 1997. Entretanto, ocorreram punições: oficiais perderam promoções, e os praças (identificados pelo Serviço de Informação da PM) foram presos por

transgressão disciplinar⁶¹. A questão salarial dos policiais militares foi parcialmente resolvida sete meses depois, quando o vice-governador conseguiu regularizar os atrasos e reajustar o salário em 16%, em quatro parcelas mensais de 4%.

⁶¹ “Após a manifestação, houve punições e perseguições dentro dos quartéis. Só não me puniram porque o Major Paulo Nunes, que na época era nossa liderança, assumiu toda a responsabilidade. Eu era muito visado: fiquei sabendo que havia várias fotos e entrevistas minhas no Serviço de Informação do Alto Comando. Nesse momento não teve exclusão e não houve confronto com os oficiais... Afinal, os oficiais também participaram do movimento.” (Soldado Elias – AL, jan. 2008, vol. 2, p. 304)

Foto 8 - Manifestantes encapuzados ocupam o Arquivo Público. (Acervo da Associação dos Cabos e Soldados - ACS/AL, 17 jul. 1997)

Foto 9 - Atiradores do Exército posicionados. (Acervo da Associação dos Cabos e Soldados - ACS/AL, 17 jul. 1997)

Foto 10 - Cenário de guerra na Praça Dom Pedro II. (Acervo da Associação dos Cabos e Soldados - ACS/AL, 17 jul. 1997)

Foto 11 - Enfrentamento: grades derrubadas. (Acervo da Associação dos Cabos e Soldados - ACS/AL, 17 jul. 1997)

Foto 12 - Manifestantes versus Exército. (Acervo da Associação dos Cabos e Soldados - ACS/AL, 17 jul. 1997)

Foto 13 - Após enfrentamentos as lideranças anunciam a queda do governador Suruagy. (Acervo da Associação dos Cabos e Soldados - ACS/AL, 17 jul. 1997)

Foto 14 - Manifestantes comemoram a queda de Suruagy (Acervo da Associação dos Cabos e Soldados - ACS/AL, 17 jul. 1997)

Foto 15 - Lideranças negociam com Manoel Gomes de Barros - governador em exercício. (Acervo da Associação dos Cabos e Soldados - ACS/AL, 18 jul. 1997)

3.2 Governo de Ferro e a política das exclusões - Fortaleza

No dia 30 de junho de 1997, o presidente da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Ceará, Cabo Ancelmo Torcato, apresentou uma carta ao Governador Tasso Jereissati exigindo aumento salarial para a categoria⁶². Em 1997, o salário livre de gratificações de um soldado da PMCE estava estipulado em R\$ 48,00 valor que não chegava à metade do salário mínimo⁶³. O entrevistado Soldado Barbosa, integrante da diretoria da Associação à época do movimento, reafirmou o impacto da crise das PMs (nacionalmente noticiada):

No ano de 1997, eu acompanhava a crise da Polícia Militar pela televisão. Vi quando surgiram os movimentos de insatisfação da tropa. Tudo começou em Minas Gerais. Nossa situação, aqui no Ceará, era muito ruim... Eu tinha dez anos de polícia e havia tirado férias apenas quatro vezes. O policial que era para ser tratado como cidadão, não tinha direito a nada. Todos nós acompanhávamos a luta dos outros Estados nos noticiários. (Soldado Barbosa – CE, jan. 2008, vol. 2, p. 307)

Em um comunicado oficial, o Secretário de Segurança Pública do Ceará afirmou a preocupação do estado em repor as perdas salariais e melhorar as condições de trabalho dos PMs. Não obstante, os policiais programaram para o dia 29 de julho uma manifestação em frente ao antigo prédio da Secretaria de Segurança Pública, atual Superintendência da Polícia Civil, para uma possível deflagração de greve durante o período do FORTAL – carnaval fora de época realizado na capital cearense.

O presidente da Associação, Cabo Ancelmo, convocou os policiais militares para a manifestação. De acordo com os soldados entrevistados (Tupinambá e Barbosa), que foram excluídos da corporação após a greve

⁶² “Uma reunião entre a diretoria da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Ceará acontece hoje, às 15 horas, na própria sede, com o objetivo de tratar das reivindicações salariais. Segundo Cabo Ancelmo, ‘os policiais militares do Ceará passam por uma situação pior que os de Minas Gerais, já que os salários da categoria em nosso Estado são inferiores a de muitas unidades da Federação’. Ele afirmou que apesar da indignação e da insatisfação existente na corporação, em decorrência dos baixos vencimentos, a tropa não quer confronto com o Comando, mas sim, negociar de forma pacífica.” (*Diário do Nordeste*, 01 jul. 1997, p. 10)

⁶³ Cf. *Diário do Nordeste*, 26 jul. 1997, p. 8.

de 1997, o presidente da Associação não dimensionou o valor da convocação e abandonou o movimento:

O Cabo Anselmo, como presidente da Associação, ficou assustado após a convocação para a reunião. Quando ele viu que ia chegando gente, e que aglomerou uma multidão em frente à Associação, ele quis desfazer tudo. (Soldado Tupinambá – CE, jan. 2008, vol. 2, p. 312)

No dia 29 de julho começou aquela aglomeração e o presidente da Associação, que tinha convocado a assembleia, não teve controle: o pessoal partiu para a passeata nas ruas. O presidente tentou pedir para ficarmos, mas o pessoal estava muito insatisfeito. Então, o presidente nos acompanhou na manifestação até o 5º Batalhão e lá ficou. O restante da tropa seguiu em passeata até a Avenida Beira-Mar. Havia pessoas que não eram do movimento, eram do próprio governo, mas infiltradas – os chamados “arapongas”. (Soldado Barbosa – CE, jan. 2008, vol. 2, p. 307)

Na manhã do dia 29, ocorreu a passeata dos policiais manifestantes pelas ruas do centro de Fortaleza. Por volta das 15 horas, emergiu um confronto entre as forças militares (policiais grevistas *versus* Tropa de Choque e Grupo de Ações Táticas Especiais – GATE). Tiros, pedras e bombas de gás lacrimogêneo ocuparam o cenário no cruzamento das Avenidas Abolição e Barão de Studart (fotos 16, 17, 18 e 19)⁶⁴. As pessoas tentavam se esconder embaixo dos carros, nos hotéis e até nos postos de gasolina. O Comandante-Geral da PM, Coronel Francisco Mauro Benevides, foi ferido a bala no ombro. Foram, num total, cinco feridos – oficiais e praças.

Ao contrário das notícias divulgadas pela imprensa – que tratou os grevistas como “baderneiros” –, os entrevistados afirmaram que o causador do conflito foi um oficial da tropa do governo que furou os pneus da Kombi (carro de som) do movimento:

No primeiro dia de manifestação, houve um tiroteio causado por um oficial da tropa do governo que furou os pneus da Kombi do movimento e a passeata, que era para ser pacífica, acabou sendo interrompida pelo tumulto. A tropa do GATE tentou interceder várias vezes, mas segundo o governo, os manifestantes é que estavam revoltados. Alguns policiais estavam encapuzados, por temer represália... Eles não queriam aparecer, mas não estavam mal-intencionados. Nós, que estávamos de cara limpa (sem capuz), fomos

⁶⁴ Cf. *Diário do Nordeste*, 30 jul. 1997, p. 9.

excluídos. A mídia foi tendenciosa, criou uma ideia de “policiais baderneiros”. (Soldado Barbosa – CE, jan. 2008, vol. 2, p. 307)

No primeiro dia eu estava em casa (de folga) e recebi a chamada do Cabo Anselmo. Pensei: *preciso ir, preciso lutar para melhorar as coisas*. Decidi ir e não medi as consequências. Vesti a farda e fui desarmado, com identificação. Eu não coloquei capuz. Chegando lá na Associação, saímos em passeata para o 5º Batalhão, lá estava uma aglomeração maior. De lá, saímos em passeata pelo centro da cidade, passando pelo Corpo de Bombeiros. Depois, seguimos pela Avenida Beira-Mar, e íamos até o local de concentração do FORTAL (um carnaval fora de época). Quando chegamos nesse curso, fomos interceptados pela Tropa de Choque. Eles fizeram uma barreira: todos armados, equipados com bombas de gás lacrimogêneo. Nós, manifestantes, estávamos desarmados. Aliás, alguns poderiam estar armados – alguns policiais encapuzados. O Tenente Henrique, do Batalhão de Choque furou os pneus de uma Kombi, com carro de som, para que ela não prosseguisse. Nesse momento começou o confronto. (Soldado Tupinambá – CE, jan. 2008, vol. 2, p. 312)

Após a troca de tiros continuou a manifestação em frente ao Hospital Esplanada, no centro de Fortaleza, por cerca de três horas. Às 16 horas, em votação unânime, a greve geral da categoria foi deflagrada⁶⁵. O movimento reuniu mais de 500 policiais, com o apoio de lideranças sindicais e parlamentares. Os grevistas só deixaram o local depois da chegada do Exército, em reforço aos policiais militares do GATE (PMs legalistas) que observavam a manifestação a poucos metros. Em clima ordeiro, os manifestantes seguiram em passeata até a Praça do Ferreira, onde decidiram por uma assembleia às sete horas do dia seguinte, em frente à Associação dos Cabos e Soldados.

O Governo do Estado reagiu com rigor às manifestações: determinou que os participantes fossem punidos – os policiais militares excluídos da corporação e os civis, demitidos. No dia 30 de julho, como consequência das exclusões, a Polícia Militar tornou pública a abertura de inscrições para seleção e contratação imediata de reservistas de Primeira Categoria do Exército, Marinha e Aeronáutica (que concluíram o serviço militar nos anos de 1995, 1996 e 1997) para exercício na atividade policial⁶⁶.

⁶⁵ Cf. *Tribuna do Ceará*, 30 jul. 1997, p. 6.

⁶⁶ “A maioria dos fatos sinaliza que o Governador Tasso Jereissati (PSDB) está conseguindo sufocar o motim de uma fração das Polícias Militar e Civil. Agiu

Em uma rápida ação repressiva no dia 31 de julho, o Secretário de Segurança Pública, General Cândido Vargas Freire, assegurou no Palácio do Cambé que 70 policiais militares e 26 policiais civis foram afastados de suas funções e, em um prazo de quinze dias, seriam expulsos⁶⁷. A prisão do Soldado Gilberto Alves Feitosa, considerado líder do movimento policial militar, ganhou grande repercussão midiática na manhã do dia 30⁶⁸:

O Feitosa, o verdadeiro líder do movimento, ainda está com o caso em processo... Ele sofreu muito, ficou incomunicável uns três dias - ninguém sabia onde encontrá-lo, nem a própria família. Fizeram isso porque o governo o considerava líder do movimento. Mas, na verdade, não tinha nenhum líder que levou o pessoal para lá (Soldado Barbosa - CE, jan. 2008, vol. 2, p. 308)

Com o fim da greve, os manifestantes se entregaram em uma passeata com flores no centro de Fortaleza. As tropas do Exército, que cercavam a Secretaria de Segurança Pública do Estado e vigiavam o aeroporto de Fortaleza, foram retiradas no final da tarde do dia 31. A imprensa nacional⁶⁹ destacou as prisões e exclusões (imediatas ao movimento) empreendidas pelo Governo Tasso Jereissati contra os militares grevistas. O colaborador, Soldado Tupinambá, narrou com

politicamente e administrativamente em frentes díspares. Não transigiu com amotinados de armas em punho. Não virou um governador refém. Render-se significaria a morte política do governador. Esvaziou o movimento com a expulsão de dezenas de soldados e imediata convocação de reservistas militares." (*O Povo*, 31 jul. 1997, p. 8)

⁶⁷ "Os 70 policiais militares serão submetidos a um Conselho de Disciplina. Todos serão ouvidos e ao final deste processo a expulsão. Já os policiais civis serão indiciados em processo administrativo e caberá à Procuradoria Geral do Estado (PGE) sugerir ao Secretário a exclusão dos servidores." (*Tribuna do Ceará*, 01 ago. 1997, p. 7)

⁶⁸ A prisão do líder grevista movimentou a imprensa cearense até o dia 2 de agosto, quando a esposa de Feitosa denunciou a situação de penúria do marido na prisão militar: "A mulher do soldado Gilberto Alves Feitosa, Aila Maria Carneiro Feitosa, denunciou, ontem pela manhã, na sede da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar, que seu marido estaria sendo tratado 'como um marginal, trancafiado numa sela suja e escura, sem banheiro, na 3ª Companhia do 4º Batalhão da PM', em Itapipoca, a 130 quilômetros de Fortaleza. Chorando muito, ela reclamava um 'apoio mais concreto' da Associação." (*O Povo*, 02 ago. 1997, p. 9)

⁶⁹ "Finalmente, um político teve a coragem de tratar os grevistas da PM como o que realmente são: amotinados que, de armas na mão, desobedecem a seus comandantes e rasgam as leis que deveriam defender. Esse político foi o governador tucano Tasso Jereissati, do Ceará. Não negociou com grevistas, não aceitou intermediários, e os que não conseguiu identificar, expulsou-os da polícia na hora." (*Revista Veja*, 06 ago. 1997, p. 16)

indignação os momentos de perseguição – dos esconderijos forçados até sua prisão no meio da Praça do Ferreira, onde se encontra o prédio da Polícia Civil:

Havia informações de que se nós fôssemos para casa seríamos presos. O Elísio, presidente do Sindicato da Polícia Civil teve a sua casa e o seu carro metralhados. Então fiquei escondido em uma casa no bairro Bom Jardim, acobertado pelo atual vereador de Fortaleza, Sérgio Novaes, que era político e era da corporação. No primeiro dia da manifestação, eu saí de casa e não disse nada para meus familiares. Infelizmente, precisei ficar escondido... Ninguém sabia por onde eu andava. Foi um choque para a família toda. Até então não tinha pensado que seria punido, porque só pensava no movimento, em melhorar as condições da Polícia Militar. No terceiro dia, eu voltei para a Praça da Polícia Civil e a aglomeração de greve já era bem menor. Nesse dia chegou o Coronel Justino e me deu voz de prisão no meio da Praça. Eu me rendi. Fui para o quartel, fiquei detido. (Soldado Tupinambá – CE, jan. 2008, vol. 2, p. 312)

Tasso Jereissati contou com o apoio do então Presidente Fernando Henrique que considerou os policiais grevistas, participantes do tiroteio, como “desertores”⁷⁰, corroborando a decisão do governador em punir os PMs identificados no protesto. Os policiais foram detidos no quartel da Polícia Militar:

Eles queriam mostrar a força do Estado, do governo do Ceará. Queriam acabar com o movimento, prendendo os manifestantes para mostrar força. Nós nos rendemos, pois tinha um caminhão da Tropa de Choque, com uns oitenta policiais. Caso pensássemos em resistir, não sei o que iria acontecer com a gente. Ficamos presos no quartel. Queriam me colocar preso no xadrez do quartel, mas fiz um acordo e consegui ficar no alojamento. Tomaram minha farda e a minha identidade militar. O meu salário foi reduzido, mais da metade, perdi uma série de benefícios. Isso tudo “logo de cara”, imediatamente após o movimento. (Soldado Tupinambá – CE, jan. 2008, vol. 2, p. 312)

O impacto do afastamento, e posteriormente da exclusão, marcou as narrativas dos policiais militares do Ceará:

Inventaram a ideia de Conselhos Disciplinares para dar uma satisfação social, e seguir a regra dos outros estados. Mas o fato já estava consumado. O governo fez isso para mostrar a força repressiva do estado. Após receber voz de prisão durante a greve, fui afastado da corporação de julho até dezembro de 1997. No dia 31 de dezembro de 1997 recebi a notícia: estava excluído! Tive apoio

⁷⁰ Cf. *O Povo*, 31 jul. 1997, p. 9.

familiar e dos sindicatos. Nós os procuramos e eles estiveram de portas abertas para nos ajudar, foram solidários. Foi um momento triste, tudo se tornou difícil, as portas se fecharam. Eles fazem tudo para te derrubar. Mas eu não me calei. As Associações da Polícia Militar não ajudaram em nada, foi o sindicato da Polícia Civil que nos ajudou com cestas básicas. Fui estudar porque não tinha o segundo grau completo e terminei o ensino médio. Fiz um curso, trabalhei como vigilante e com comércio ambulante. (Soldado Barbosa – CE, jan. 2008, vol. 2, p. 313)

O Governo foi muito severo, juntamente com o Comando. Eles me expulsaram à revelia da corporação. No mês de dezembro de 1997, após o movimento, eu fui excluído da corporação. Eles recolheram minha identidade e fardamento, antes mesmo do julgamento. A Corregedoria analisou os processos policiais. O promotor de justiça pediu minha absolvição por causa de todo o relato da minha vida, tanto na parte civil como militar, pois tinha as testemunhas e não tinha motivos para expulsão da corporação. Mas não adiantou nada, o governo e o Comando me excluíram. (Soldado Barbosa – CE, jan. 2008, vol. 2, p. 307)

A greve dos policiais chegou ao fim sem que as reivindicações fossem atendidas (em especial, o aumento de 65% para o piso de R\$ 333,00 da categoria). A lista dos 70 policiais expulsos da Polícia Militar do Ceará, por terem participado da greve dos dias 29 e 30 de julho, foi publicada no dia 5 de agosto no Boletim Interno da Corporação. No dia 12 de agosto o governo concedeu, apenas, uma complementação salarial no valor de R\$100,00 para os integrantes das Polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros do Estado.

Foto 16 - Policial manifestante lança explosivo em meio à manifestação. (Acervo do Jornal *Diário do Nordeste*, 29 jul. 1997)

Foto 17 - Tiros, pedras e bombas de gás lacrimogêneo no cruzamento das Avenidas Abolição e Barão de Studart no centro de Fortaleza. (Acervo do Jornal *Diário do Nordeste*, 29 jul. 1997)

Foto 18 - Policial manifestante, sem identificação, saca arma em meio à manifestação. (Acervo do Jornal *Diário do Nordeste*, 29 jul. 1997)

Foto 19 - Policiais grevistas *versus* Tropa de Choque e Grupo de Ações Táticas Especiais – GATE. (Acervo do Jornal *Diário do Nordeste*, 29 jul. 1997)

3.3 Sequestro e ameaças – Recife

No dia 12 de julho de 1997, cerca de cinco mil policiais militares de Pernambuco, reunidos em assembleia, decidiram pelo estado de greve. A pauta de reivindicações encaminhada ao governo deveria ser atendida até o dia 17 de julho, para que não ocorressem paralisações a partir do dia 18. Foram doze dias de greve que consolidaram as ações reivindicatórias da Associação Pernambucana dos Cabos e Soldados.

O Comandante da Polícia Militar de Pernambuco, Coronel Menezes, iniciou, em 1997, uma campanha para valorização das Entidades Representativas, com intenção – clara para a tropa – de se candidatar a deputado estadual. A partir dessa abertura, tornou-se possível a realização de uma assembleia-geral com a participação de todos os Batalhões de Recife na Associação dos Cabos e Soldados. A divulgação ocorreu por meio de panfletos, carro de som e com ajuda dos jornais e rádios locais. Os entrevistados, como Soldado Cordeiro (depopis vice-presidente da Associação), enfatizaram em suas narrativas o clima inicial de tranquilidade:

Neste primeiro momento de mobilização, os oficiais não “encrencaram”, pois, segundo o comandante-geral da época, essa mobilização só iria ficar ali, não iria pra frente. Sendo assim, houve até uma autorização de um juiz auditor. Logo, começaram os anúncios através dos meios de comunicação como jornais e rádios; sendo assim, todos tomaram conhecimento sobre a assembleia. Eu participei da assembleia e inclusive fui vice-coordenador. (Soldado Cordeiro – PE, jan. 2008, vol. 2, p. 330)

A pauta reivindicatória da assembleia-geral abordava várias questões referentes às condições de trabalho, em especial: a regulamentação da carga horária, a promoção por tempo de serviço, as mudanças no Regulamento Disciplinar, o cumprimento da Lei nº 11.216 com a correção do vencimento, do Valor Básico de Referência (VBR).

Compareceram à primeira assembleia-geral cerca de seis a oito mil pessoas. Naquele dia, os policiais manifestaram o desejo de paralisação, mas os líderes contornaram a situação afirmando uma trégua para o governo

acatar as reivindicações. Contudo, houve determinação do governo do estado para proibir a segunda assembleia.

Nesse contexto, o Comandante da Polícia Militar convocou os líderes grevistas para uma reunião. Iniciava-se a “caça às bruxas”, com prisões e ameaças aos manifestantes. Soldado Moisés, considerado líder do movimento pela imprensa (depois, deputado estadual reeleito), afirmou a ação repressora do Comando:

O comandante, Coronel Menezes, marcou uma reunião conosco. Na verdade não foi nenhuma reunião, foi uma tortura que sofremos. Ele levou um por um para a sala dele, com um charuto fedorento dentro da sala, um frio acho que abaixo de 0º. Uma coisa bem macabra mesmo, parecia um terrorista, um Fidel Castro. Primeiro, ele nos deixou quase o dia todo sem alimentação, sem condições de comunicação. Eu e o Cabo Lira tínhamos um telefone celular, éramos os únicos do grupo que tinham um celular. Meu irmão acionou a imprensa e também o “Movimento tortura nunca mais”. Eles pressionaram o Comando a nos liberar, porque até então íamos virar a noite até chegar o dia 16, isso dez dias antes da assembleia-geral. (Soldado Moisés – PE, jan. 2008, vol. 2, p. 320)

Posteriormente, o Coronel Menezes, em uma ação estratégica, marcou uma Prontidão Geral (quando os policiais de todos os Batalhões do estado ficam no quartel para alguma emergência). Quando as lideranças se “apresentaram” para a Prontidão, foram levadas para uma suposta conversa com o comandante, no Teatro da Polícia, e, posteriormente, para um local desconhecido. Lá foram arbitrariamente presos pela Companhia de Operações Especiais. De acordo com o Soldado Cordeiro, os líderes foram levados para “um lugar incerto, o que ficou caracterizado como um sequestro”. Uma das vítimas da prisão/sequestro, Soldado Moisés, descreveu os momentos de pânico, principalmente durante o percurso em que foram escoltados por três viaturas:

Fui me apresentar. Chegando lá, o Major Inaldo disse que estava em uma situação difícil porque foi designado para nos levar até o Comando. Ele disse que sabia que iríamos ser presos. Na época, fomos para o Teatro da PM e o comandante nem nos recebeu. Nós estávamos armados, mas a Companhia de Operações Especiais, que nos prendeu, estava fortemente armada com calibre doze. Cercaram o prédio com equipamentos de última geração. Durante o percurso, um dos nossos companheiros entrou em pânico, em crise, gritou pedindo pelo amor de Deus, que o socorressem. A ordem até então

era nos levar para um lugar incerto e desconhecido. Em minha opinião, isso se configurou um sequestro. Nosso medo era de sermos executados. (Soldado Moisés – PE, jan. 2008, vol. 2, p. 321)

Do sequestro emergiu a primeira manifestação pública: os policiais de diferentes Batalhões, ao saberem da notícia, decidiram ir para a rua. A mobilização começou no Batalhão de Choque. Soldado Cordeiro narrou detalhes do movimento pela libertação dos PMs sequestrados:

Eu não sei ao certo como a notícia da nossa prisão chegou aos Batalhões. Algum soldado do Batalhão de Choque pode ter visto aquela prisão e levado a notícia. Quem saiu em passeata foi o Batalhão de Choque, que foi recebendo o efetivo das outras unidades. Cem por cento do efetivo participaram do movimento, com exceção da Companhia de Operações Especiais, pois foram justamente eles que auxiliaram em nossa prisão. Por sorte, uma parte da diretoria não estava presente no momento da prisão, logo, eles tomaram a liderança do movimento. (Soldado Cordeiro – PE, jan. 2008, vol. 2, p. 331)

Os PMs presos foram levados para o 3º Batalhão, em Arcoverde e, por suposto apoio do Major Fonseca, os policiais ficaram no alojamento dos praças. Conforme relato do Soldado Moisés:

A ordem era nos colocar no xadrez, e o Major Fonseca, até então comandante da operação, emocionalmente abalado, percebeu que não éramos desequilibrados, que discutimos política. Ele abraçou nossa causa, passou de malfeitor, sequestrador, coordenador da operação, a ser uma pessoa solidária, mesmo mantendo a postura leal ao governo, que era o treinamento deles. Ele determinou o xadrez para a gente, mas ele mandou nos colocar no alojamento dos praças. (Soldado Moisés – PE, jan. 2008, vol. 2, p. 321)

Os policiais militares, indignados com o sequestro, foram às ruas e marcharam para o bairro da Boa Vista, em Recife, rumo ao Palácio do Governo (foto 12). O exército foi designado para ficar de guarda em frente ao Palácio das Princesas (foto 13). A imprensa divulgou, amplamente, as irreverentes manifestações dos PMs pernambucanos: bonecos, caricaturas, enterro simbólico do Governador Miguel Arraes (fotos 14 e 15). O governo determinou a saída dos manifestantes da

frente do Palácio, mas os PMs continuaram a vigília pela liberação dos líderes manifestantes⁷¹:

Nossos companheiros disseram que iriam sair desde que seus representantes fossem libertados, essa era a moeda de negociação. Nós ficamos assustados com o número de pessoas que estavam lá. Ouvíamos apenas pela rádio, porque até então não tínhamos contato com ninguém. Mesmo no alojamento estávamos incomunicáveis por determinação do chefe da operação, que era o Major Fonseca. A única coisa que eu tinha de informação vinha por telefone celular, que meu irmão se comunicava comigo. Ele me deixava informado sobre o andamento das coisas. Outros batalhões estavam aderindo ao movimento e isso nos empolgava. (Soldado Moisés – PE, jan. 2008, vol. 2, p. 321)

Após a liberação dos líderes, esses foram para o Sindicato da Polícia Civil. Durante os dias da greve, as reuniões dos diretores da Associação aconteceram no sindicato da Polícia Federal, que cedeu o espaço. Ocuparam, posteriormente, a frente da Assembleia Legislativa, fechando o espaço da Rua Dourada. Os membros da Associação dos Praças ficaram, durante doze dias, comandando as operações grevistas.

A imagem do Soldado Moisés como líder foi largamente explorada pelos veículos de comunicação e ele se candidatou a deputado federal em 1998 (venceu com número expressivo de votos – 11.814).

Eu virei, naquele momento, uma referência nas negociações dos policiais em Recife. Eu, como diretor de imprensa, fiquei aparecendo para mais de 100 países. Deu uma repercussão mundial: CNN, CBN, entre outras emissoras, que enviavam os repórteres para cá. Eu passei a ser o representante oficial, o intermediário do governo, da negociação, com a tropa e a sociedade, através da imprensa. Por essa situação eu passei a ter uma força que eu até então não imaginava. Muitas vezes eu me reservava para poupar minha voz. Eu comecei a andar com segurança, tinha uns doze, e com colete à prova de balas. Passei a ser o foco das atenções, na imprensa, era tanta foto que eu me assustava. (Soldado Moisés – PE, jan. 2008, vol. 2, p. 323)

A Associação de Cabos e Soldados e sua diretoria lutaram, principalmente, pelo aumento salarial e pelas condições de trabalho. A

⁷¹ “Cerca de 2.000 policiais militares em greve ‘acamparam’ ontem em Recife (PE) em frente ao Palácio das Princesas, sede do governo de Pernambuco. Fardados e desarmados, eles afirmaram que só deixariam o local após a libertação dos quinze cabos e soldados líderes da categoria, presos ontem de manhã por determinação do comando da PM.” (*O Povo*, 17 jul. 1997, p. 8).

mobilização contou com a participação de cerca de oito mil pessoas, sendo que durante a noite permaneceram em protesto cerca de quatro mil pessoas. Depois do quinto dia de mobilização, os dirigentes começaram a dispensar participantes para que eles fossem dormir em casa. Durante o dia, os PMs retornavam. Após o sexto dia, a mobilização perdeu força, deixou de contar, principalmente, com o apoio da população e da imprensa:

Nos primeiros momentos, tivemos o aplauso da população e eles jogaram até confete, mas a partir do sexto dia, as coisas estavam ficando insuportáveis. Tivemos homicídios em Recife, havia muitas pessoas mortas pela rua e eles não estavam recolhendo esses mortos, tudo porque a Polícia Civil aproveitou e entrou também no movimento. Porém, eles não estavam concentrados conosco. Então a situação era essa: as pessoas estavam revoltadas, havia muito assalto, os lojistas e os bancos estavam com as portas fechadas. A situação estava muito insuportável. Além de tudo isso, o governo já estava jogando a imprensa contra o movimento. (Soldado Cordeiro – PE, jan. 2008, vol. 2, p. 332)

O movimento alcançou aumento de 100% sobre as gratificações. O salário que era, em média, de R\$ 250,00, passou para R\$ 500,00. Depois do anúncio do acordo, a notícia saiu nos jornais e os policiais voltaram para os quartéis. Após o movimento, começaram as perseguições, entretanto não ocorreu nenhuma expulsão no estado de Pernambuco.

Foto 20 - Passeata: policiais indignados com o sequestro dos líderes grevistas. (Acervo *Jornal do Brasil*, 16 jul. 1997)

Foto 21 - Exército: isolamento do Palácio das Princesas.
(Acervo da *Associação Pernambucana dos Cabos e Soldados - ACS/PE*, 16 jul. 1997)

Foto 22 - Irreverência: policiais levam bonecos, caixão e caricaturas para manifestação. (Acervo da Associação Pernambucana dos Cabos e Soldados - ACS/PE, 16 jul. 1997)

Foto 23 - Enterro simbólico de Miguel Arraes. (Acervo da Associação Pernambucana dos Cabos e Soldados - ACS/PE, 16 jul. 1997)

3.4 Policiais encapuzados - Belém

Encapuzados, os praças da Polícia Militar do Pará saíram em passeata por melhores salários, no centro de Belém, após uma reunião da Associação de Cabos e Soldados, no dia 1 de julho de 1997 – com participação de policiais civis. No dia 3 de julho, o Governador Almir Gabriel (PSDB) concedeu um abono mensal de 100 reais⁷², não obstante os PMs reivindicassem aumento de 70% dos salários. Os policiais recusaram, no dia 4 de julho, a proposta do governador de conceder o abono e continuaram o movimento, com adesão de 90% dos policiais militares⁷³. Antonio Élio Borges Pereira⁷⁴, o Cabo Élio, considerado o principal líder do movimento paraense, afirmou:

O dia decisivo de negociação e acordo com o governo foi 4 de julho de 1997. Saímos de um ponto para outro, em passeata. Foram utilizadas algumas estratégias: a gente fazia panfletos e soltava nos quartéis dizendo o horário das assembleias e a finalidade, só depois disso fazíamos passeatas, inclusive a primeira saindo do IML em direção à casa que era o setor financeiro do estado. A gente se deslocava do local da assembleia para algum setor do estado, onde alguém do governo pudesse nos receber. No dia 4, nós fomos do IML para a Secretaria de Administração, que ficava na região da Doca, em passeata. Estávamos manifestando quando saiu o resultado da negociação com o governo. Foi anunciado o resultado lá no IML, e de lá nós saímos em direção ao Centro Arquitetônico da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, no centro de Belém. Lá foi a conclusão, o resultado positivo. (Cabo Élio – PA, jan. 2009, vol. 2, p. 337)

De acordo com nota oficial do Palácio do Planalto, o Pará enfrentou a mais grave ameaça de protestos policiais militares: “a greve dos policiais no Pará levou o Presidente Fernando Henrique Cardoso a determinar ao Ministério do Exército que mantenha as tropas de prontidão no Estado” (*Estado de São Paulo*, 4 jul. 1997, p. 11). O impacto do movimento do Pará ocorreu, principalmente, por contar com uma estratégia peculiar: a maioria dos manifestantes usava capuzes (foto 24).

⁷² Cf. *O Globo*, 04 jul. 1997, p. 9.

⁷³ Cf. *Estado de São Paulo*, 04 jul. 1997, p. 11.

⁷⁴ Cabo Élio ingressou na corporação em 1990. Concluiu o curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará em 1997, ano em que liderou o movimento dos praças da PMPA.

Foto 24 - Policiais Militares encapuzados manifestam pelas ruas de Belém. (Arquivo do Jornal *O Liberal*, 03 de jul. 1997)

Segundo Cabo Élio, a notícia “PMs encapuzados e armados” alarmou a opinião pública:

Naquela época saiu, em algum jornal, que o Presidente Fernando Henrique tinha muito medo das manifestações em Belém do Pará. Eu acredito que esse posicionamento oficial estimulou a opinião pública a não aprovar nosso movimento. O governo aproveitou o “mote dos capuzes”, ou seja, o medo da população com relação ao uso dos capuzes pelos policiais: “PMs armados e encapuzados”. É preciso entender: os colegas perceberam que “esconder o rosto” era uma forma de se livrarem da perseguição do estado, por participarem de um movimento reivindicatório. (...) O Exército foi chamado para fazer a segurança da casa do Governador Almir Gabriel, que não queria nos receber para negociar. Acharam que a gente poderia invadir ou fazer reivindicação lá, mas não chegamos a ir porque lá era longe, do outro lado do mundo. Mas o Exército foi chamado para dar garantia por uns quinze dias ao governador. (Cabo Élio – PA, jan. 2009, vol. 2, p. 339)

Na noite de 23 de julho de 1997, quarta-feira, depois de rejeitarem o abono de R\$ 100,00 oferecido pelo governador tucano, cerca de 1.000 policiais saíram em passeata pelo centro de Belém, gritando: “Ah, eu tô com fome!”⁷⁵. Entre os manifestantes, a maioria usava capuz. O Capitão Ivanildo Ferreira Alves, vereador do PSB, defendeu os praças e acusou o Comando de “aquartelar” os policiais para evitar que eles participassem

⁷⁵ Cf. *Revista Veja*, 29 jul. 1997, p. 5.

da manifestação. Depois de três horas de reunião com o comando de greve, o governador concedeu abono mensal de R\$ 130,00 para os soldados e cabos da PM e do Corpo de Bombeiros, investigadores, peritos e funcionários de nível médio da Polícia Civil. Os oficiais da PM, do Corpo de Bombeiros e os delegados da Polícia Civil tiveram abono de R\$ 100,00.

A disseminação dos protestos iniciados pela Polícia Militar de Minas Gerais a outros estados motivou dos respectivos governadores “reações enérgicas e intransigentes”⁷⁶. Entretanto, o governador do Pará, que enfrentou problemas com a sua PM no episódio de Eldorado dos Carajás⁷⁷, cedeu à pressão dos grevistas e concedeu o abono. O salário inicial de um soldado da PM subiu de R\$ 205,00 para R\$ 335,00. Sobre o “efeito dominó” dos protestos iniciados em Minas Gerais, o Cabo Savedras (Rogério David Savedras), uma das lideranças, esclareceu:

Foi como um dominó, as peças foram caindo. Cada estado brasileiro fez sua greve. Minas Gerais serviu de exemplo. Aqui, no Pará, tínhamos problemas específicos... Nossa concentração era na Praça do Operário. Íamos andando até a Secretaria de Administração que ficava na região da Doca. Fazíamos faixas e levávamos carro de som. (Cabo Savedras – PA, jan. 2009, vol. 2, p. 345)

Após o movimento, o Alto Comando da PM divulgou o “Boletim Geral” (documento interno da Polícia Militar – BG nº 82, agosto de 1997), que afirmava: “Nenhum manifestante ou líder do movimento será punido disciplinarmente, salvo crime militar”. Entretanto, após um ano, dois oficiais e três praças foram chamados para responderem Conselho Disciplinar. Cabo Élio, único excluído após o Conselho Disciplinar, apontou irregularidades e injustiças no processo:

⁷⁶ Cf. *Jornal do Brasil*, 04 jul. 1997, p. 9.

⁷⁷ Episódio ocorrido no dia 17 de abril de 1996, quando cerca de 1.500 sem-terra, protestavam contra o atraso no programa de reforma agrária do governo do Pará. Ao bloquearem a PA-150 na altura de Eldorado dos Carajás, na chamada curva do “S”, o Governador do estado, Almir Gabriel, ordenou que as tropas do Coronel Mário Pantoja (Marabá), do Major José Maria de Oliveira (Parauapebas) e do Capitão Raimundo Almendra, desobstruíssem a estrada. Os trabalhadores rurais foram recebidos a tiros de revólver, fuzil e metralhadora por policiais militares. O conflito resultou na morte de dezenove trabalhadores rurais, centenas de feridos e 69 mutilados.

Naquele período, alguns oficiais participaram; não foi um movimento apenas de praças, mas os praças eram a maioria. Um ano depois, no mês de maio de 1998, saiu um Boletim Geral da Polícia Militar convocando a gente para responder Conselho Disciplinar. O resultado desse Conselho me deu a expulsão, e a justificativa foi de que eu estava sendo expulso por ter participado do movimento reivindicatório do ano de 1997, mas um documento de um ano atrás dizia que *não iríamos sofrer punições, salvo militar*. Só eu fui expulso. Eles alegaram depois, verbalmente, que os outros tinham mais de dez anos de Polícia e já tinham estabilidade, portanto não sofreram punição disciplinar. Mas eu, como só tinha oito anos e sete meses, não havia alcançado minha estabilidade. Foi essa a justificativa, segundo eles, para que eu fosse expulso da Polícia Militar. Fiquei como “castigo exemplar”, porque no acordo não falava isso. Quebraram o acordo militarmente; o promotor da época, Gilberto Valente, deu o parecer dele, que está anexado ao meu processo, onde ele me inocentava militarmente daquele fato. Portanto, não tinha como o Estado me punir, então fizeram a minha expulsão ilegalmente. Foi uma injustiça muito grande. (Cabo Élio – PA, jan. 2009, vol. 2, p. 339)

Cabo Élio foi excluído da Polícia Militar no dia 12 de maio de 1998, acusado de indisciplina. Em protesto, Antonio Élio fez greve de fome durante cinco dias em frente à Assembleia Legislativa e, após passar mal, foi levado para o hospital do Servidor Público. Sobre sua “greve de fome”, Antonio Élio afirmou:

Eu fiz uma greve de fome em protesto àquela atitude do Estado; fui pra frente da Assembleia Legislativa e passei ali uns cinco dias. Levei uma faixa pra lá dizendo que eu estava sendo expulso pelo governo por ter feito o movimento grevista em 1997, e que o governo estava quebrando o acordo de não-expulsão dos manifestantes. Fui sozinho pra lá; depois o Capitão Silva Junior foi lá prestar solidariedade. (Cabo Élio – PA, jan. 2009, vol. 2, p. 340)

No dia 14 de maio de 1998, os policiais militares do Pará apresentaram uma lista de 28 reivindicações em uma reunião com o secretário de Planejamento, Simão Jatene. As principais reivindicações eram: “a revisão do processo de expulsão dos PMs que lideram a greve de 1997, a reintegração do ex-Cabo e líder da greve Antonio Élio Borges Pereira, a inclusão dos inativos nos abonos concedidos pelo governo do estado e a lista do escalonamento destes abonos” (*Folha de São Paulo*, 16 de maio 1998, p. 6).

As reivindicações não foram aceitas. Entretanto, após a exclusão, Cabo Élio saiu candidato a deputado federal, e Capitão Ivanildo a deputado estadual. Ivanildo Ferreira Alves foi um dos deputados mais votados e se elegeu com 15.800 votos. Cabo Élio, apesar de votação expressiva no estado do Pará (14.600 votos), não conseguiu se eleger. Segundo Cabo Élio: “nunca elegemos, em Belém, um praça; elegemos só oficial”.

4 Acampamentos e negociações: Paraíba, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso Do Sul

4.1 Acampamento e greve de fome – João Pessoa

Na cidade de João Pessoa, os policiais militares paraibanos organizaram uma manifestação no dia 14 julho do ano de 1997 e, posteriormente, iniciaram um “acampamento de protesto” em frente ao Palácio da Redenção, a sede do governo estadual. O Governador da Paraíba, José Maranhão, afirmava a sua intenção de não conceder piso salarial superior a R\$ 250,00 à Polícia Militar do estado, desde o dia 9 de julho⁷⁸.

O governo solicitou ao comandante da guarnição federal a presença de tropas do Exército nas ruas próximas à Praça João Pessoa, em torno dos edifícios-sedes dos poderes constituídos – o Palácio do Governo, o Tribunal de Justiça e a Assembleia Legislativa. Sargento Denis, considerado líder do movimento reivindicatório dos praças da Paraíba, destacou em sua entrevista o impacto da presença de tropas do Exército (foto 24):

Quando cheguei lá na Praça João Pessoa, eu vi que o Exército cercava o palácio do governo. Foi muito humilhante, pois o nosso objetivo não era invadir nada. Tínhamos apenas divulgado que, caso o governo não nos atendesse, faríamos uma manifestação na Praça. Cheguei lá sozinho e fiquei de braços cruzados encarando o Exército. Lá de cima do palácio um atirador de elite ficava apontando um fuzil para mim. Eram soldados do Exército com dois tanques e corda de isolamento. (Sargento Denis – PB, jan. 2008, vol. 2, p. 355)

⁷⁸ Cf. *Tribuna do Ceará*, 10 jul. 1997, p. 8.

Cerca de 800 policiais militares, no dia 14 de julho – data escolhida pelas lideranças por lembrar as comemorações da Revolução Francesa –, agitaram o acampamento com um criativo repertório de ações: distribuição de rosas, disparos de fogos de artifício, utilização de tarjas de pano preto e apitaços⁷⁹. De acordo com os entrevistados, em especial Sargento Denis e Sargento Onildo (à época, relações públicas e presidente da Associação dos Subtenentes e Sargentos – respectivamente): o protesto começou às 10 horas quando um carro de som deu uma volta pela Praça 1817, no centro da cidade, anunciando o início do movimento; às 11 horas os policiais, fardados, entoaram o Hino da Polícia Militar. Foram distribuídos quase “500 apitos, mais de 200 botões de rosas e cerca de 1.000 pedaços de pano na cor preta”⁸⁰:

A gente marcou uma manifestação para o dia 14 de julho. Minas Gerais foi o primeiro estado do Brasil a fazer o movimento no mês de junho. O Denis pensou: *14 de julho é a data de aniversário da Queda da Bastilha*. Representava uma data bem interessante. Aquela manifestação foi uma coisa inédita! O Denis chegou à praça, e não tinha ninguém, só o Exército e dois tanques de guerra. Ele foi o primeiro a chegar à praça no dia da greve. Eu fui buscar a tropa. A televisão anunciou a nossa greve. (Sargento Onildo – PB, jan. 2008, vol. 2, p. 352)

Eu estava pronto para fazer “greve de um homem só”. Mas o Onildo voltou e trouxe o pessoal: cerca de 200 militares que estavam de prontidão no pátio saindo do serviço do 1º Batalhão. As pessoas que vinham de casa, que não estavam de serviço, quando viam a tropa se animavam para ficar. A televisão começou a mostrar às doze horas as nossas entrevistas, fiquei de porta-voz – aquele que vai se ferrar. O Onildo, por mais boa vontade e coragem que tivesse, não teria condições de abrir uma discussão como eu abri com o Secretário de Segurança. A greve era considerada inconstitucional e eu pensava: *passar fome é inconstitucional?* Não precisávamos apenas de comida, mas de casa, de saúde, de armamento, pois havia muitos policiais que morriam em confrontos. (Sargento Denis – PB, jan. 2008, vol. 2, p. 355)

Os líderes do movimento pediram, por meio do carro de som, que os participantes evitassem usar qualquer tipo de arma, no intuito de evitar incidentes. Vários ônibus chegaram do interior. Nos batalhões do interior – em especial os de Patos, Campina Grande, Cajazeiras, Souza, Sapé,

⁷⁹ Cf. *Correio da Paraíba*, 15 jul. 1997, p. 4.

⁸⁰ Idem.

Itaporanga e Guarabira –, os policiais militares que não puderam participar do protesto em João Pessoa, aquartelaram-se⁸¹.

De acordo com o Sargento Denis “muitos PMs saíram do interior sob um sol quente, mendigando para conseguir chegar – todos estavam decididos a resolver os problemas salariais”. Em meio aos protestos, policiais encobriram a estátua de João Pessoa com um pano preto (foto 25); manifestantes carregavam placas de madeira com as frases “Tô com fome” e “Servidores públicos são humilhados pelo governador” (fotos 26 e 27).

Apareceu mais gente do que imaginávamos. Os oficiais ficaram assustados. A televisão foi filmar, teve *flash* ao vivo. No Jornal Nacional saiu como se nós já estivéssemos em greve: “Polícia Militar da Paraíba entra em greve”. Era muita gente nas imagens. Fiz com que os manifestantes cantassem o Hino do Brasil. (Sargento Denis – PB, jan. 2008, vol. 2, p. 354)

No início da noite do dia 14 de julho, o Governador José Maranhão anunciou que só determinaria a reabertura das negociações com as lideranças grevistas após a saída dos policiais militares manifestantes – que estavam concentrados em frente ao Palácio da Redenção⁸². Tal decisão foi tomada após a realização de uma reunião com o comandante-geral da PM, Coronel Américo José Estrela Uchôa, o Secretário-Chefe do Gabinete Militar, Coronel Sinval Pinheiro Borges, o Secretário da Segurança Pública, Pedro Adelson e o Secretário-Chefe da Casa Civil, Solon Benevides.

⁸¹ “No interior do estado, os PMs foram impedidos de deixar alguns batalhões para participarem da manifestação em João Pessoa. Em Patos, as ruas ficaram sem policiamento durante a manhã. Somente depois das dez horas apareceram nas ruas os PMs que trabalham no trânsito. Pelo menos 265 policiais passaram o dia no interior do 3º Batalhão, em Patos. Os dez postos policiais dos bairros fecharam. Os bancos também não contaram com os policiais para a segurança e tiveram que aumentar o efetivo particular. No 6º Batalhão da PM, em Cajazeiras, a situação foi idêntica à de Patos. Funcionou, apenas, com segurança mínima: o policiamento do trânsito e dos bancos. Nas companhias militares de Souza e Itaporanga, ocorreu a mesma coisa, conforme informaram policiais que não quiseram se identificar. Os comandos informaram que estava normal nos batalhões e companhias militares do interior.” (*Correio da Paraíba*, 15 jul. 1997, p. 5)

⁸² “Disse o governador José Maranhão: ‘Não vamos fechar o diálogo, mas não podemos aceitar a reabertura das negociações debaixo de pressão, como a exercida pelos manifestantes que teimam em permanecer nas ruas centrais da cidade’.” (*Correio da Paraíba*, 15 jul. 1997, p. 4)

José Maranhão recomendou a reabertura do diálogo com as entidades representativas da PM por meio do Coronel Uchôa, comandante-geral da corporação, após a retirada dos manifestantes da praça. Entretanto, os policiais militares decidiram permanecer à noite em frente ao Palácio, em uma ação de vigília por tempo indeterminado.

As manifestações continuaram na Praça João Pessoa: os policiais aguardavam a apresentação de uma proposta salarial concreta para a categoria. No dia 16 de julho, o governo, em negociação, ofereceu aos policiais militares um reajuste de R\$ 130,00, em forma de diárias operacionais. A proposta foi aceita por parte dos líderes da PM e questionada pelos manifestantes, que ficaram inconformados com o acordo⁸³. O salário bruto de um soldado paraibano, por exemplo, passaria de R\$ 170,00 para R\$ 250,00 e, posteriormente, para R\$ 300,00. O entrevistado Sargento Onildo, integrante da comissão de negociação, afirmou que foi “voto-vencido” e que perdeu a confiança da tropa por não resistir à proposta do governo:

Durante as negociações com o governo, eu fui voto-vencido. Houve uma votação com os representantes das entidades policiais militares. Eu sozinho disse: *sou contra essa proposta*. Mas fui voto vencido. Fiquei triste, pois o pessoal lá que estava na Praça confiava nos representantes. Depositaram confiança. A gente não poderia sair com 100% de aumento, mas queríamos pelo menos 50%. A proposta era R\$ 600,00, o mínimo da época mais R\$ 100,00. A gente combinou lá embaixo essa proposta, mas quando chegou lá no gabinete o discurso mudou. O governo não queria dar o aumento. A comissão estava com medo: os representantes ficaram com medo de perder promoções. Eu não, eu era 3º Sargento naquela época, eu não queria mais nada. Eu perdi na negociação. Eu queria saber: *quem vai pra praça dar a notícia? Eu “num” vou*. Solon, o secretário deu a notícia na televisão. Os praças ouviram a notícia pela televisão. Aí que começou a briga. (Sargento Onildo – PB, jan. 2008, vol. 2, p. 352)

Os soldados, acampados na Praça João Pessoa, rejeitaram, sob a liderança do Sargento Denis, a proposta do governo e decidiram permanecer em vigília. A comissão formada pelo Sargento Onildo – representante da Associação dos Subtenentes e Sargentos, Coronel

⁸³ Cf. *Correio da Paraíba*, 17 jul. 1997, p. 3.

Maquir – presidente da Caixa Beneficente, Major Francisco de Assis – presidente do Clube dos Oficiais foi destituída pelos manifestantes.

Eu cheguei à Praça e fui quase linchado. Eu ia ser linchado! Cheguei lá, e disse: *estou acabado... Fui contra, mas meu voto foi vencido*. Disse para o pessoal que eu iria me retirar. Depois, eu passei o microfone pra eles falarem o que quisessem. Eu saí do movimento desgastado, saí acabado! Eu sofri muito. Eu fui pra casa e me tranquei, não dava mais brecha. Chegavam os repórteres e eu dizia: *rapaz, não quero mais falar – as pessoas não acreditam mais em mim*. (Sargento Onildo – PB, jan. 2008, vol. 2, p. 352)

Colocamos uma televisão na Praça e por meio dela acompanhávamos as notícias da negociação. O governo não queria aceitar que eu participasse das negociações, pois ganhei muita visibilidade em entrevistas. Já à noite, apareceu na TV o Coronel Maquir dizendo que foi aceito um aumento, mas a proposta do governo é que os policiais devem voltar para casa, pois as Associações estavam se retirando. Eu estava perto da Assembleia Legislativa. Naquele momento, correu uma multidão de policiais dizendo: *Sargento, acabou a greve, acabou a greve!* Foi aquela confusão. Fiquei com medo de haver uma sublevação violenta; então, subi num caminhão e me comuniquei com eles. O grande erro da Comissão foi o de não voltar para negociar com os manifestantes. (Sargento Denis – PB, jan. 2008, vol. 2, p. 356)

Os PMs formaram uma nova comissão, integrada por 22 homens, entre soldados, cabos e sargentos de seis Batalhões do estado. Não obstante, o governo do estado anunciou, por volta das 21 horas, do dia 16 de julho, que não reconhecia a legitimidade da nova comissão dos policiais militares, o que gerou a irritação dos manifestantes que continuaram acampados:

Fizemos um acampamento. Dormíamos lá no chão da Praça. Não tínhamos barracas. Nós fizemos “abrigos de lonas” e ficamos lá durante sete dias. Eu não saí de lá. Eu não confiava de deixar o meu pessoal lá sozinho... Achava que a qualquer momento eles poderiam sublevar. Alguns colegas gostavam de beber, e eles só obedeciam a mim. (...) Resistimos por sete dias. O movimento foi enfraquecendo, e eu quis que as pessoas fossem embora para diminuir um pouco a minha responsabilidade. Na verdade, tinha uns 40 malucos que não queriam deixar a Praça. A maior força foi daqueles policiais que vieram do interior, pois não “arredavam o pé” nem um minuto... Depois começou a repressão, eles lançavam nomes e diziam: *vai ser expulso!* (Sargento Denis – PB, jan. 2008, vol. 2, p. 356)

O Jornal *O Norte* noticiou no dia 20 de julho: “O homem que resistiu”. Tal matéria enfatizou a liderança do Sargento Denis no movimento dos policiais militares da Paraíba⁸⁴ (foto 28):

Eu consegui evitar muita coisa naquele acampamento. Quando as pessoas estavam muito agitadas, eu colocava os hinos evangélicos e alguns começavam a orar e acalmavam. Colocava as pessoas para ajoelhar e rezar o Pai-Nosso, foi uma greve diferente. Não gostava das canções militares, de guerra e sangue. Eu pregava pacificação e vitória. Precisávamos do apoio da sociedade. Tinha gente que pegava o microfone para “esculhambar” o governador, falar palavrão, eu ficava louco. Eu até emagreci. A minha mãe pediu para eu sair da Praça: eu, chorando, disse para ela que pela primeira vez eu iria desobedecer. Ela sorriu me deu um abraço, mas não fui e ela foi sozinha. (...) Já estávamos cansados e eu não tinha a quem recorrer, sempre busquei a legalidade. Fui ao presidente do tribunal explicar o que tinha acontecido e disse: *não estou aqui querendo ser. Não sou candidato a nada, Deus me colocou para enfrentar essa missão*. Eu adquiri 25 a 30 processos para todos os gostos... Tive processo até porque peguei o microfone para dizer à tropa. Dizia: *tomou o microfone do Coronel, usando de violência*. O próprio Coronel me denunciou. Fui então ao bispo com o coração na mão pedir que ele intercedesse. Mas nesses momentos não encontramos ninguém. Os comentaristas da imprensa começaram a esculhambar o nosso movimento. Um comentarista da rádio foi, depois de falar mal do movimento, para a Praça: a galera correu para cima dele, com tapa, chute e lá vai. Eu fiquei segurando. (Sargento Denis – PB, jan. 2008, vol. 2, p. 357)

Por meio do “acampamento de protesto” os policiais militares objetivavam conseguir: um salário de R\$ 400,00 líquidos, a continuidade das gratificações e a “anistia total e irrestrita” (foto 29). A Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão da Igreja Católica que apoiava o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, distribuiu comida para 1.200 policiais manifestantes (foto 30)⁸⁵. O vácuo de segurança ocasionado pela

⁸⁴ “O homem que não aceitou o acordo com o governo do estado mantém a greve da Polícia Militar, com militares acampados na Praça João Pessoa, tem 34 anos, é pai de quatro filhos, advogado, suplente de vereador pelo Partido Verde e nasceu em Recife (PE). O Sargento Denis Soares é uma liderança emergente na Polícia Militar da Paraíba, idolatrado pelos seus seguidores e criticado pelos adversários. Com ele não há meio termo nem meias palavras.” (*O Norte*, 20 jul. 1997, p. 23)

⁸⁵ “Para alimentar centenas de policiais militares acampados desde a última segunda-feira, a CPT utilizou 60 quilos de feijão, 60 quilos de arroz, 50 quilos de farinha de mandioca e dois fardos (aproximadamente 50 quilos) de carne de charque. Foi um ato de solidariedade da CPT à paralisação dos soldados da Polícia Militar, que reivindicam do governo do estado o pagamento do soldo (vencimentos básicos da categoria) ao salário mínimo nacional. Três camionetas da Pastoral da Terra chegaram ao local da

greve da PM estimulou fugas em presídios e ações de incendiários de carros, na capital João Pessoa e em Campina Grande.

A “manifestação-acampamento” continuou até o dia 19 de julho de 1997. Inicialmente, a reivindicação da categoria era de um salário de R\$ 600,00 para os soldados. O governo ofereceu R\$ 250,00. A categoria recuou para R\$ 380,00. O impasse foi criado porque o governo queria retirar todas as gratificações. Mesmo insatisfeitos, os manifestantes, já enfraquecidos, deixaram a Praça João Pessoa:

Fui esvaziando o movimento e pedindo apoio a essas autoridades para que nós pudéssemos sair pelo menos com anistia. Foi quando o arcebispo foi à praça e disse que tinha falado com o governador pelo telefone e ele disse que não ia punir ninguém e nós saímos somente com os R\$ 50,00 de lucro e a não-punição. Eu confiei no bispo que confiou no governador. Nós nos reunimos: fizemos uma oração, tiramos o capuz da estátua de João Pessoa, fizemos uma limpeza geral na Praça e fomos para casa. (Sargento Denis – PB, jan. 2008, vol. 2, p. 357)

O governo federal alertou o Governador da Paraíba, José Maranhão, para as consequências que poderia arcar com a concessão de um reajuste expressivo, insinuando que Brasília não bancaria uma “ajuda extra”. As punições aos policiais grevistas foram decididas dentro da própria corporação.

manifestação às 12h50. Para cozinhar toda a alimentação, a direção da CPT recrutou 35 trabalhadores rurais das regiões Litoral e Agreste. O arroz, o feijão e a farinha que alimentaram os policiais foram da produção dos acampamentos de sem-terra e das áreas de assentamento, segundo informou o coordenador da Pastoral da Terra, Frei Anastácio Ribeiro. Só a carne de charque foi comprada pela CPT.” (*Correio da Paraíba*, 17 jul. 1997, p. 4)

Foto 24 - Cordão de isolamento formado por tropas do Exército.

(Acervo da Associação das Mães, Mulheres e Amigos dos Policiais Militares da Paraíba – AMMA, 14 jul. 1997)

Foto 25 - Manifestantes encobriram a estátua de João Pessoa com um pano preto.

(Acervo da Associação das Mães, Mulheres e Amigos dos Policiais Militares da Paraíba - AMMA, 14 jul. 1997)

Foto 26 - “Tô com fome”: palavras de ordem dos manifestantes. (Acervo da Associação das Mães, Mulheres e Amigos dos Policiais Militares da Paraíba - AMMA, 14 jul. 1997)

Foto 27 - Acampamento: protesto em frente ao Palácio da Redenção. (Acervo da Associação das Mães, Mulheres e Amigos dos Policiais Militares da Paraíba - AMMA, 14 jul. 1997)

Foto 28 - Sargento Denis, liderança grevista, discursa em carro de som. (Acervo da Associação das Mães, Mulheres e Amigos dos Policiais Militares da Paraíba - AMMA, 14 jul. 1997)

Foto 29 - Manifestações na Praça João Pessoa: policiais aguardam proposta salarial para a categoria. (Acervo da Associação das Mães, Mulheres e Amigos dos Policiais Militares da Paraíba - AMMA, 14 jul. 1997)

Foto 30 - Órgão da Igreja Católica, ligado ao MST, distribui comida para os policiais manifestantes. (Acervo da Associação das Mães, Mulheres e Amigos dos Policiais Militares da Paraíba - AMMA, 16 jul. 1997)

4.2 O papel da imprensa - Salvador

No dia 28 de junho de 1997 os policiais militares da Bahia deram um ultimato ao governo do estado (carta ao Governador Paulo Souto), no intuito de encaminhar uma proposta de reajuste salarial para a categoria⁸⁶. O presidente da Associação dos Cabos e Soldados da PM, Cabo Pires, anunciou a possível explosão de um protesto entre os militares baianos a partir do exemplo mineiro⁸⁷:

Estouraram movimentos no país inteiro. Primeiro em Minas Gerais, onde o movimento foi mais forte. São Paulo se manifestou, mas não deu em nada. Foi muito noticiado... Começaram os focos de Rio Grande do Sul, de Goiás, de Alagoas e outros Estados que fizeram movimentos. Era o momento para anunciar o nosso movimento. (Cabo Pires – BA, abr. 2009, vol. 2, p. 371)

Na Bahia, o piso salarial em 1997 era de apenas 275,60 reais, ou seja, quase um terço do que passaram a receber os soldados mineiros com o reajuste (após o movimento, foi elevando o piso salarial dos soldados da PMMG - de R\$ 415,00 para R\$ 615,00). Ao analisar a situação salarial dos policiais militares da Bahia, Soldado Alfeu (integrante da Associação de Cabos e Soldados à época do movimento) reforçou o momento de crise e a insatisfação da tropa:

Quando nós fazemos um movimento dentro da corporação, nós não fazemos um movimento por fazer, nós fazemos um movimento por não estar aguentando mais a situação. A Polícia Militar da Bahia contava com um dos piores salários que temos no país, então chegamos a uma situação que não aguentávamos mais: ou você vai ou não tem jeito, você está num mato sem cachorro; nós tínhamos que partir “pro pau”, essa é a última instância que nós chegamos. (Soldado Alfeu – BA, abr. 2009, vol. 2, p. 380)

⁸⁶ Cf. *Jornal da Tarde*, 29 jun. 1997, p. 9.

⁸⁷ “Na Bahia, a direção do Clube dos Cabos e Soldados decidiu na sexta-feira mandar carta ao Governador Paulo Souto. Eles querem 250% de aumento. ‘Vamos entrar em greve branca se não formos atendidos’, declara o Cabo Oscar Pires de Jesus, presidente da Associação. ‘Minas nos encoraja a ir às ruas’, afirma em tom de panfleto. ‘Vamos partir para o confronto com o comando e o governo’.” (*Revista Veja*, 2 jul. 1997, p. 9)

O *Jornal da Tarde*, impresso baiano, divulgou no dia 29 de junho de 1997, uma tabela dos salários da PMBA:

Os salários da PM na Bahia (Sem as vantagens) – Junho de 1997	
Coronel	R\$ 1.287,97
Tenente-Coronel	R\$ 1.148,49
Major	R\$ 1.057,82
Capitão	R\$ 740,89
1º Tenente	R\$ 628,67
2º Tenente	R\$ 530,48
Subtenente	R\$ 358,00
1º Sargento	R\$ 353,60
Aspirante	R\$ 340,00
2º Sargento	R\$ 327,60
3º Sargento	R\$ 319,20
Cabo	R\$ 286,00
Soldado 1ª Classe	R\$ 275,60
Soldado 2ª Classe	R\$ 270,40

Jornal da Tarde, 29 jun. 1997, p. 9.

Frente aos baixos salários, os policiais militares baianos realizaram uma reunião com o Comando da Polícia Militar da Bahia no dia 4 de julho. Na sede da Associação dos Cabos e Soldados, os PMs iniciaram articulações políticas com os policiais civis; que planejaram uma paralisação das suas atividades para o dia 8 de julho. O governo da Bahia havia prometido, em maio de 1997, enviar um plano de cargo e salários para a Assembleia Legislativa: entretanto, em julho ainda não havia o esboço do projeto.

O governo da Bahia encaminhou, à Assembleia Legislativa, o projeto de lei para o aumento salarial dos policiais civis e militares, objetivando conter o movimento reivindicatório das forças policiais. Paulo Souto, governador do estado, anunciou o projeto no dia 3 de julho de 1997, durante uma cerimônia de entrega de 200 novas viaturas para a corporação⁸⁸. A solenidade aconteceu no pátio da Governadoria com a

⁸⁸ Cf. *Jornal da Tarde*, 04 jun. 1997, p. 11.

presença dos Secretários da Segurança Pública, Francisco Neto, e da Justiça e Direitos Humanos, Ivan Brandão, além do Comandante-Geral da PM, Coronel Souza Filho, do Delegado-Chefe da Polícia Civil, Jurandir Moisés, deputados e prefeitos⁸⁹. Assim, frente às pressões da categoria policial militar, o governo iniciou um “programa de reestruturação das polícias baianas”, que projetava a construção de complexos policiais e implantação de programas de qualidade. Para além da renovação da frota, falava-se na criação de um grupamento aéreo da PM, equipado com helicópteros. Também foi lançado concurso para a PM, objetivando preenchimento de 3.300 vagas.

Mesmo com a notícia divulgada pelo governador, os policiais militares procuraram manter a mobilização e realizaram uma assembleia no dia 4 de julho. Na Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar, o Cabo Oscar Pires de Jesus Neto anunciou: “Faremos isso por precaução, porque já fomos vítimas de ver o governador anunciar na televisão um aumento de 50% para a PM e até hoje não vimos a cor desse dinheiro”⁹⁰. Durante a assembléia, foram discutidas propostas sobre o piso salarial (de R\$ 780,00), fim do rancho, adoção do tíquete-refeição e a entrega das armas compradas com o dinheiro dos policiais, que ficaram retidas, sem explicação, no Rio Grande do Sul⁹¹.

O jornal *Folha de São Paulo* destacou no dia 11 de julho de 1997: “Os policiais civis e militares da Bahia deram prazo até às 10h de hoje para que o governo do estado atenda às principais reivindicações das categorias”. Com o apoio da imprensa, a Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar da Bahia pressionou o governo por meio de “chamadas” para uma possível greve geral; marcou uma assembleia-geral para o dia 2

⁸⁹ “As viaturas são do modelo Ipanema. A Polícia Civil recebeu 40 viaturas patrulheiras, vinte das quais com cela para transporte de presos. A PM recebeu 160 veículos, dos quais 120 com cela. Os carros para o patrulhamento e condução de presos atendem às determinações da Lei Federal 8.653/93, que assegura ventilação e claridade nas celas e proteção aos policiais. Os carros têm as carrocerias revestidas com fibras de vidro para evitar perfurações por balas, além de travas de segurança, ventilador, exaustor, porta-armas e revestimento de fibra de vidro e aço. As especificações dos veículos incluem ainda rádios UHF e VHF de última geração.” (*Jornal da Tarde*, 04 jul. 1997, p. 12).

⁹⁰ Cf. *Jornal da Tarde*, 04 jul. 1997, p. 12.

⁹¹ Idem.

de setembro. Os deputados baianos dirigiram suas atenções à aprovação dos projetos de reajuste salarial das Polícias Civil e Militar⁹² – o líder do governo na Assembleia Legislativa, José Ronaldo (PFL), mobilizou sua bancada para esse fim. No dia 30 de julho, policiais baianos e o governo do estado chegaram a um acordo, o que afastou a ameaça de greve. Cabo Pires e Soldado Alfeu destacaram o apoio da imprensa à Associação dos Cabos e Soldados:

Começaram os movimentos nos estados, e a Assembleia votou o projeto e aprovou exatamente como o governo queria. Na Assembleia, fizemos uma pequena manifestação. A gente chamou a imprensa que, inclusive, apoiou muito o movimento. A *TV Itapoã* era a que mais “batia” no governo, naquela época. Já o jornal *Tribuna da Bahia* e o jornal *A Tarde* eram bem acanhados. Quando aprovou o projeto na Assembleia, apareceu na *Folha de São Paulo*, em vários jornais do sul do país, porque exatamente na época da aprovação, já tinham surgido os focos no país inteiro. Caso o governo não aprovasse, a PM da Bahia ia parar “em solidariedade aos companheiros de outros estados”. Não aconteceu, o Governo aprovou. (Cabo Pires – BA, abr. 2009, vol. 2, p. 371)

Em 1997, o movimento que foi liderado pelo Cabo Pires, presidente da Associação. Contamos com o apoio da imprensa, principalmente do jornal *A Tarde*, que noticiou as nossas reivindicações. (Soldado Alfeu – BA, abr. 2009, vol. 2, p. 379)

No dia 19 de agosto de 1997, por meio do Decreto Estadual nº 7.145 foi instituída a Lei da GAP (Gratificação de Atividade Policial), conhecida como Lei de Reestruturação da PMBA. Modificou-se, a partir daí, a questão salarial por meio da transformação das graduações da corporação policial militar: as graduações de cabo e subtenente foram eliminadas, aumentando a insatisfação dos praças. De acordo com Pires:

As graduações de cabo e subtenente só voltaram nesse governo; elas foram extintas em 1997. Isso foi questionado pelo Exército, na época, pelos próprios oficiais que não concordaram, mas o Governo passou o rolo por cima. (Cabo Pires – BA, abr. 2009, vol. 2, p. 372)

Em setembro de 1997 ocorreu a eleição para presidente da Associação dos Cabos e Soldados da PMBA. Cabo Pires, reeleito, tomou posse no dia 15 de outubro. Entretanto, durante a festa de posse, cinco

⁹² Cf. *Jornal da Tarde*, 27 jul. 1997, p. 12.

dirigentes da Associação (inclusive o presidente) receberam, por meio da imprensa, a notícia da exclusão – após o Conselho Disciplinar. Em entrevista, Cabo Pires afirmou que a diretoria da Associação havia se precavido contra tal atitude do Alto Comando da PM; assegurou, em ata, a permanência de possíveis excluídos em cargos na Associação:

A gente já vinha se preparando para possível exclusão, tínhamos feito uma assembleia e colocado em ata que qualquer membro da diretoria que fosse demitido em decorrência de movimentos a favor da categoria, permaneceria no cargo até o seu retorno. Então, permaneci presidente, os outros permaneceram diretores e a Associação bancou isso até o fim do processo, mesmo demitidos. Aí eu fiquei dois anos fora, voltei em 1998, no fim do ano, através de um processo judicial. (Cabo Pires – BA, abr. 2009, vol. 2, p. 371)

Cabo Pires foi reintegrado à Polícia Militar através de uma sentença judicial, no ano de 1999. Em 2001, a Polícia Militar enfrentou uma crise aberta (com passeatas e greve): encapuzados, os policiais grevistas da Bahia inauguraram uma segundo *ciclo nacional de protestos*.

4.3 Disputas pela liderança do movimento - Cuiabá

No dia 18 de junho de 1997, a revista *Veja* publicou a matéria intitulada "Governadores doentes: Covas, Alencar e Dante", afirmando que os governos tucanos enfrentavam a impopularidade. Observa-se assim, que o Governador de Mato Grosso, Dante de Oliveira (PSDB), enfrentava forte "oposição política"⁹³ para além da crise da PM. Candidato à reeleição, Dante teve apenas 13% das preferências do eleitorado mato-grossense numa pesquisa realizada pelo instituto Vox Populi⁹⁴ - uma grande decaída; pois em 1994, Dante foi eleito em primeiro turno, com 67% dos votos do estado.

Entretanto, Cabo Nonato (Gerson Benitez Nonato), uma das lideranças do movimento grevista dos praças da Polícia Militar do Mato Grosso, analisou com "bons olhos" a imagem política do então governador, Dante de Oliveira:

O governador, à época dessa manifestação, era o Dante de Oliveira, da emenda das "Diretas Já", um democrata do mais alto nível. O Dante não puniu nenhum policial, não houve nenhuma exclusão. Ao contrário do que estava acontecendo com os policiais de Minas Gerais, que foram punidos e excluídos. (...) Ao contrário do que pensam muitos policiais, o Dante captou quatro milhões de reais para nós construirmos nossas casas; ele disse para mim que gostaria que ao término do movimento, eu continuasse conversando com ele - porque eu tinha condição de ajudá-los e ele tinha condição de nos ajudar. (Cabo Nonato - MT, jan. 2009, vol. 2, p. 394)

Iniciada no dia 17 de julho de 1997, a mobilização policial militar do Mato Grosso (greve parcial) reivindicou o pagamento de uma dívida trabalhista de R\$ 29 milhões⁹⁵. A PM de Mato Grosso possui um efetivo de 3.900 homens. Só foram mantidos os serviços essenciais em turno de seis

⁹³ Em janeiro de 1997, a Executiva Nacional do PDT anunciou que solicitaria a expulsão de Dante, em razão do apoio do governador à reeleição para os cargos do Executivo. Antes de ser punido ele se filiou ao PSDB. Em um dos últimos capítulos da carreira política de Dante, ele chegou a sofrer a acusação de que o "comendador" João Arcanjo Ribeiro, preso em Cuiabá após ser condenado por liderar o crime organizado no estado, bancara sua campanha à reeleição em 1998.

⁹⁴ Cf. *Veja*, 18 jun. 1997, p.12.

⁹⁵ Cf. *Jornal do Brasil*, 19 jul. 1997, p. 9.

horas nos presídios. O salário-base dos soldados era de R\$ 195,00 por mês⁹⁶. Os policiais militares de Mato Grosso rejeitaram, no dia 21 de julho, em assembleia, a proposta do governador de pagar uma das cinco ações trabalhistas da categoria. Soldados e cabos receberiam por três meses um abono de R\$ 39,00. Os PMs mato-grossenses moveram cinco ações contra o governo, das quais três precatórios. Eram ações referentes a pagamento de juros de salários atrasados, hora extra e qualificação. Além do pagamento das ações, os policiais reivindicaram 100% de aumento salarial⁹⁷.

Os PMs ficaram ainda mais indignados com uma sugestão de Dante de Oliveira: suspender o desconto de alimentação (R\$ 42,00) dos policiais militares que almoçavam nos Batalhões. Tal proposta foi rejeitada na assembleia dos PMs. Não obstante, ocorreram negociações com o comando-geral e com o governador. Segundo o Cabo Nonato:

Quem participava da negociação com o comandante-geral era o Cabo Delgado, eu não participava. O grupo do Delgado negociava com o comandante-geral. Eu negociava diretamente com o governador. Então, o movimento do Mato Grosso estava em negociação direta com o Governo. O Delgado nunca soube das minhas negociações diretas com o governador. Ele não tinha comunicação com a tropa. (Cabo Nonato – MT, jan. 2009, vol. 2, p. 394)

Os policiais realizaram no dia 23 de julho uma assembleia para definir as estratégias da categoria diante da falta de acordo com o governo. Sobre a assembleia, Sargento Delgado explicou:

Todos que estavam na assembleia foram para o Comando-Geral. No caminho a imprensa filmou a manifestação. Saímos da Associação e fomos para lá. Não foi nada premeditado, foi devido aos acontecimentos... Percebemos que havia pessoas infiltradas com o objetivo de prejudicar o trabalho. Então, para evitar que isso acontecesse, deveríamos negociar com o Comando-Geral. (Sargento Delgado – MT, jan. 2009, vol. 2, p. 385)

⁹⁶ No dia 19 de julho, o jornal *Folha de São Paulo* noticiou “Efetivo da PMMT: 3.900; Reivindicações: PM pede reajuste salarial de 100% e pagamento de cinco ações judiciais; Contraproposta: governo diz não ter como fazer contraproposta nem como pagar as ações, cujo valor total é de R\$ 29 milhões; Situação: PM está em greve parcial. Há 1.500 PMs parados em Cuiabá” (p. 9).

⁹⁷ Cf. *Folha de São Paulo*, 22 jul. 1997, p. 10.

O comandante da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, General José Batista de Queiroz, recebeu do Comando Militar do Oeste autorização para empregar forças militares na guarda de prédios públicos. No dia 24 de julho, o comandante-geral da PMMT, Coronel Dival Pinto Martins, reunido com os secretários estaduais de Administração, Maurício Magalhães, de Fazenda, Valter Albano, de Segurança Pública, Hilário Mozer, e com Dante de Oliveira apresentaram a seguinte proposta: pagar uma das ações trabalhistas que soma por três meses R\$ 39,00; dobrar a etapa alimentação e deixar de descontá-la (mais R\$ 84,00)⁹⁸. Essa proposta também foi rejeitada pelos policiais.

Os manifestantes da Polícia Militar do Mato Grosso receberam o apoio do MST à greve da categoria. Em entrevista no dia 24 de julho de 1997, Valdir Mesnerovicz, líder do MST afirmou: "Levamos nosso apoio e solidariedade à luta da PM em Cuiabá (...) Não somos contra a Polícia, somos contra os dirigentes que manipulam a Polícia"⁹⁹. Os sem-terra convidaram os PMs a comparecerem ao protesto do dia 25 de julho contra a política neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso. No intuito de aproveitar a conjuntura favorável, a Polícia Civil entrou em greve no dia 26 de julho, reivindicando um aumento de 200% para o piso salarial da categoria¹⁰⁰.

O movimento policial militar mato-grossense foi marcado por disputas de liderança: de um lado o Sargento Delgado (José Delgado de Almeida), presidente da Associação dos Cabos e Soldados da PMMT; do outro Gerson Benitez Nonato, o Cabo Nonato:

Nós paralisamos a Polícia em duas assembleias. Na primeira assembleia, o pessoal queria partir pra cima do governo e eu fui contra, eu praticamente cancelei a primeira assembleia. Percebi a força da minha oratória. Esse poder de convencimento é bom, mas incomoda algumas pessoas. Montei, sozinho, a pauta de reivindicações. Como eu tinha dado minha palavra aos colegas, na segunda assembleia partimos para a passeata. Minha oratória

⁹⁸ Cf. *Folha de São Paulo*, 23 jul. 1997, p. 11.

⁹⁹ Cf. *Diário de Pernambuco*, 24 jul. 1997, p. 13.

¹⁰⁰ Em 05/08, os policiais civis retornaram ao trabalho sem receber nenhum benefício. O juiz da 1ª Vara Cível de Cuiabá decretou que a greve era ilegal (DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

incomodou, principalmente, aqueles que têm poder e eu não sabia disso, aí eu cancelei a primeira assembleia-geral e pedi para que eles me trouxessem outro prazo e daí uns dez dias, mais ou menos, nós voltamos; eu pedi isso, porque percebi, nitidamente, que não tinha uma pauta. (Cabo Nonato – MT, jan. 2009, vol. 2, p. 391)

Como nós fizemos uma assembleia e percebemos que não iríamos conseguir resolver, o movimento cresceu bastante e resolvemos levar esse trabalho lá para o Comando-Geral, que é realmente nossa casa. (...) Chegando lá, o que aconteceu foi que eu procurei o Comando-Geral. Já tinha conversado com os policiais, já tinha recebido proposta do Governo e eles não aceitaram, e eu falei que não tinha mais o que fazer já que eles não aceitaram o que o Governo propôs, então levamos a proposta para o Comando-Geral para ver se ele tinha condição de conversar com o governador. Chegamos, conversei com os policiais, falei que ia subir para falar com o Comando-Geral e subi lá com o pessoal que estava no movimento: Associação de Subtenentes e Sargentos Inativos. Conversamos sobre como estava a situação, e a partir desse dia ficou decidido que os policiais iam ficar lá até esperar decidir; e ficamos, dois ou três dias, não me lembro. Ficávamos revezando, uns ficavam, depois iam embora e vinham outros. (Sargento Delgado – MT, jan. 2009, vol. 2, p. 385)

Em 30 de julho, o governo negociou o fim da greve dos PMs¹⁰¹: “nós conseguimos um aumento, não me lembro o percentual, mas teve; houve implantação de benefícios no nosso salário; o Governador Dante, na época, não deu na proporção que queríamos” (Sargento Delgado – MT, jan. 2009, vol. 2, p. 369). Dante de Oliveira antecipou de dezembro para agosto o início do pagamento de um escalonamento vertical para cabos, soldados, sargentos e subtenentes.

¹⁰¹ Cf. *O Povo*, 30 jul. 1997, p. 7.

4.4 Policiais e petistas - Campo Grande

No dia 3 de julho de 1997, o jornal *Correio do Estado* noticiou a ameaça de greve dos policiais militares do Mato Grosso do Sul. Preocupado, o comandante da Polícia Militar, Coronel Francisco Libório entregou, no dia 2 de julho, ao Governador Wilson Martins (PMDB), documento solicitando o aumento dos salários e a instituição de uma nova jornada de trabalho para os policiais¹⁰². O salário de um PM, em 1997, era de R\$ 290,00 (com gratificações); um dos soldos mais baixos do país.

De acordo com José Florêncio de Melo Irmão, presidente da Associação dos Cabos e Soldados da PMMS, os policiais militares sul-mato-grossenses sofreram grande defasagem salarial durante o 2º mandato do Governador Wilson Martins (1995-1998); o que motivou a participação da categoria no Fórum dos Servidores Públicos do Mato Grosso do Sul (CUT/PT):

Em 1995, quando nós entramos no Fórum dos Servidores Públicos do Mato Grosso do Sul – ligado ao PT, começamos a ter uma visão melhor do que era uma reivindicação salarial e de melhores condições de trabalho; começamos a repassar isso para os segmentos da PM envolvidos na Associação. Colocamos para eles que teríamos que estar unidos se quiséssemos conquistar alguma coisa. O período do governo, de 1995 a 1998, foi um período muito difícil, nós chegamos a ter quatro folhas de pagamento em atraso no ano de 1997. Foi assim... estourou a greve lá em Minas, e aqui a gente estava com quatro folhas de pagamento atrasadas e salários baixíssimos. O salário de um soldado era de R\$ 290,00; era um salário mínimo e meio, e com essa situação a gente conseguiu, em nível de estado, unir os segmentos e partir para uma mobilização. (Soldado Melo Irmão – MS, jan. 2009, vol. 2, p. 402)

Para o Soldado Souza, integrante do Departamento de Imprensa da Associação, a participação dos policiais militares no Fórum dos Servidores Públicos do Mato Grosso do Sul foi “um campo de preparação para o movimento de 1997”:

Nós entramos para o movimento sindical do estado; tínhamos condição técnica para estar em uma mesa de negociação. Em muito pouco tempo nós aprendemos com eles, começamos a liderar

¹⁰² Cf. *Correio do Estado*, 3 jul. 1997, p. 7.

juntamente com eles o núcleo do Fórum dos Servidores Públicos que tinha sido criado. Eram reuniões ligadas à CUT e ao PT... Esse movimento era um verdadeiro treinamento político do PT. Entretanto, foi criado o Fórum para não engessar nenhuma corrente partidária. Então, em um movimento de base nós repassávamos para os colegas policiais as várias técnicas do movimento sindical que nós estávamos aprendendo. Nós tivemos um campo de preparação para o movimento de 1997. (Soldado Souza – MS, jan. 2009, vol. 2, p. 412)

À época do movimento, o Governador Wilson Barbosa Martins determinou ao Secretário de Administração, Nei Juárez Ribas, um estudo sobre a situação dos policiais militares do estado – indicando a possível revisão da etapa de alimentação para cabos e soldados, que era fixada em R\$ 75,00. Não obstante, no dia 4 de julho, os policiais militares deram um prazo de quinze dias para o governo do estado aumentar os salários da corporação, ameaçando entrar em greve¹⁰³. Assim, o presidente da Associação de Cabos e Soldados, José Florêncio de Melo Irmão, acompanhado do comandante da PM, Coronel Francisco Libório, entregaram a uma comissão do governo novo documento com reivindicação de reajuste salarial.

A maior disposição para a greve estava nos PMs do município de Três Lagoas¹⁰⁴ que, ainda no dia 4 de julho, realizaram uma assembleia e encaminharam uma paralisação. Negociações para evitar, em Campo Grande, uma greve da PM aconteceram no plenário da Câmara Municipal, com a intermediação do Vereador José Almi Moura, o Cabo Almi (PT) – representante dos policiais militares do Mato Grosso do Sul. Sobre o apoio do Cabo Almi e do PT, os entrevistados afirmaram:

¹⁰³ Cf. *Correio do Estado*, 4 jul. 1997, p. 9.

¹⁰⁴ “Cerca de 200 policiais militares, florestais e do Corpo de Bombeiros fizeram uma passeata pelas principais ruas de Três Lagoas, na manhã de ontem. Eles querem um aumento no piso salarial da PM. Se a reivindicação não for atendida, os policiais ameaçam iniciar uma greve. A passeata foi pacífica e se encerrou em frente à Câmara de Vereadores com os soldados cantando o Hino Nacional. Todos os policiais estavam desarmados e permaneceram em silêncio, durante o percurso. A manifestação teve adesão total dos soldados de Três Lagoas e região e contou ainda com a participação de mulheres dos policiais. Os manifestantes levaram cartazes: ‘A dignidade e orgulho do homem foram violados. Não dá mais. Reposição salarial. Pagamento em dia. Isto não é pedir demais’.” (*Correio do Estado*, 5 jul. 1997, p. 12)

No Legislativo, tínhamos o Cabo Almi que foi eleito em 1996. Ele esteve com a gente durante o movimento. Entretanto, a Associação encabeçou tudo. O Cabo Almi participou com a condição de apenas ajudar o movimento, não para liderar. (...) O sindicalismo nos ajudou no movimento; o Deputado Zeca do PT nos apoiou muito, inclusive, em 1998, ele foi eleito governador do estado; o PT, no todo, nos ajudou a fortalecer o movimento. (Soldado Melo Irmão – MS, jan. 2009, vol. 2, p. 402)

O Cabo Almi era uma liderança partidária, vereador pelo PT, mas não tinha nada a ver com o movimento da Associação. (Soldado Souza – MS, jan. 2009, vol. 2, p. 413)

O Alto Comando da PM estudou, em reunião¹⁰⁵ no Palácio Tiradentes, sede da Polícia Militar no Parque dos Poderes, as seguintes reivindicações dos praças: reajuste salarial, revisão da jornada de trabalho e pagamento em dia (os PMS não haviam recebido os salários relativos ao mês de maio).

A Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, no ano de 1997, contava com um dos menores efetivos do país: apenas 3.884 policiais militares para uma população de 1.992.258 pessoas¹⁰⁶. O presidente da Associação de Cabos e Soldados da PM, José Florêncio de Melo Irmão, foi contra a realização do concurso. Segundo ele, não adiantava aumentar o efetivo e manter policiais trabalhando com salários baixos.

A Associação de Cabos e Soldados deu o prazo de quinze dias ao governo do estado para atender às reivindicações. Enquanto aguardavam

¹⁰⁵ “O comando da PM promoveu uma reunião na tarde de ontem no Palácio Tiradentes, sede da Polícia Militar no Parque dos Poderes. Estava em discussão uma forma de garantir um aumento de salários que agrade desde coronéis a soldados. Atualmente, de acordo com informações do setor de Relações Públicas da PM, um coronel ganha cerca de R\$ 1.600,00, cerca de seis vezes mais que um soldado. Se houver aumento somente para as patentes menores, os oficiais podem ficar descontentes. Em ofício enviado pelo Coronel Libório ao Governador Wilson Barbosa Martins, na quarta-feira, o comandante da PM revela que os policiais estão insatisfeitos com os salários que recebem. Para completar, informou o coronel no documento, há o problema do efetivo insuficiente. São apenas 3.884 PMs, 52% a menos que em 1980, quando havia 7.529 policiais e a população sul-mato-grossense era muito menor.” (*Correio do Estado*, 4 jul. 1997, p. 10)

¹⁰⁶ “A relação é de um policial para cerca de 500 habitantes. O número de PMs deveria ser o dobro. O concurso público aberto este ano para ingresso de mais de mil homens na corporação fracassou. De um total de 3.700 inscritos, somente 350 passaram pelos testes realizados até agora e ainda haverá uma última prova eliminatória. Em 1980, a população de Mato Grosso do Sul era, de acordo com o censo do IBGE, de 1.700.373 habitantes, enquanto o número de PMs estava em 7.529 homens. Nos últimos 16 anos, a população do estado aumentou em 7,3%, mas o efetivo da Polícia Militar sofreu uma redução de 48%.” (*Correio do Estado*, 5 jul. 1997, p. 11)

uma resposta da Comissão do Governo¹⁰⁷ – responsável por estudar as reivindicações de aumento salarial – os policiais militares iniciaram a organização da manifestação agendada para o dia 17 de julho. Os PMs reivindicavam um piso equivalente ao salário mínimo: “no caso R\$ 120,00, o que elevaria os salários de um soldado de R\$ 290,00 para R\$ 750,00 – com as gratificações.” (*Correio do Estado*, 10 jul. 1997, p. 8)

A diretoria da Associação de Cabos e Soldados informou em Campo Grande, no dia 14 de julho, que os policiais estavam prontos para paralisar suas atividades, caso o governo não concedesse reajuste salarial. No mesmo dia, o jornal *Correio do Estado* noticiou, em manchete: “PMs querem mudar Regulamento Disciplinar: no documento em vigor ainda consta que os policiais precisam de autorização dos superiores para se casar.” (*Correio do Estado*, 14 jul. 1997, p. 9)¹⁰⁸

Os integrantes da comissão de negociação – nomeada pelo governador do estado – se reuniram no dia 16 de julho, na Secretaria de Segurança Pública, em Campo Grande, com os diretores da Associação de Cabos e Soldados. A comissão de negociação do governo estudou o impacto que o reajuste, reivindicado pelos PMs, causaria na folha de pagamentos dos funcionários públicos, que girava em torno de R\$ 24 milhões¹⁰⁹.

Na manhã do dia 18 de julho de 1997, os policiais militares do Mato Grosso do Sul realizaram assembleias e decidiram paralisar suas

¹⁰⁷ “Em Campo Grande, anteontem, ocorreu a primeira reunião entre representantes dos policiais civis e militares e a recém-criada Comissão Especial do Governo do Estado. Até ontem, não havia contraproposta às reivindicações.” (*Folha de São Paulo*, 5 jul. 1997, p. 13)

¹⁰⁸ “Os policiais militares querem mudar o Regulamento Disciplinar da PM de Mato Grosso do Sul, que foi elaborado há mais de 20 anos e já está ultrapassado, como admite o próprio comando da corporação. No Regulamento ainda consta que os soldados para casarem precisam de autorização dos superiores. Esta obrigação, embora conste no Regulamento, já caiu em desuso, diz o Capitão Nelson, chefe de gabinete do comandante da PM, Coronel Francisco Libório. Para a ACS, o principal problema do Regulamento, elaborado ainda na época da ditadura militar, são as punições disciplinares. Um policial, segundo Melo, pode ser punido pelo superior sem que seja instaurado um processo de sindicância e sem o direito de defesa.” (*Correio do Estado*, 14 jul. 1997, p. 9)

¹⁰⁹ “Depois de sucessivas reuniões durante todo o dia e parte da noite, a comissão de negociação não chegou a um acordo, que volta a ser tentado hoje.” (*Correio do Estado*, 17 jul. 1997, p. 10)

atividades. As negociações – que ocorreram em três dias – entre uma comissão de governo e as associações representantes dos PMs não foram satisfatórias para a categoria¹¹⁰: o governo propôs uma correção sucessiva da etapa alimentação que elevaria o salário de um soldado para R\$ 408,00 em agosto, R\$ 450 em setembro e para R\$ 500,00 em outubro. Entretanto, tal proposta não atendia às reivindicações dos policiais.

O Exército colocou, após a decisão pela greve, tropas na guarda da Governadoria (Parque dos Poderes) e presídios do estado¹¹¹. De acordo com a imprensa, a greve dos policiais gerou conjuntura favorável para rebelião dos presos do Instituto Penal: “Em Campo Grande, soldados do Exército foram enviados para evitar uma rebelião de presos no Instituto Penal.” (*Folha de São Paulo*, 21 jul. 1997, p. 14); “Cinquenta presos se rebelaram depois de uma tentativa de fuga do Instituto Penal de Campo Grande. Os presos puseram fogo em algumas dependências do presídio.” (*Jornal do Brasil*, 22 jul. 1997, p. 10). Entretanto, o Soldado Souza afirmou que as autoridades foram alertadas com antecedência, para as devidas providências, antes do movimento:

É bom dizer que antes do movimento nós comunicamos, por ofício, ao Tribunal de Justiça, ao governador do estado e ao Ministério Público – todas as autoridades foram alertadas – que o movimento podia acontecer e que era para tomarem as devidas providências a partir do movimento deflagrado: o direito de ir e vir do cidadão, a ordem nos presídios. (Soldado Souza - MS, jan. 2009, vol. 2, p. 415)

Na manhã do dia 21 de julho, cerca de 2,5 mil policiais militares se concentraram na Praça Ary Coelho e depois realizaram uma passeata até o Palácio Tiradentes, sede do Comando-Geral da Polícia Militar, onde

¹¹⁰ “Após dois dias de negociações sem uma contraproposta oficial do governo do estado, a Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar manteve para as oito horas de sexta o início da greve da categoria por tempo indeterminado no Mato Grosso do Sul.” (*O Povo*, 17 jul. 1997, p. 9)

¹¹¹ De acordo com o Secretário de Governo, Plínio Rocha, a situação exigia providências enérgicas: “Plínio Rocha observou que mesmo que os policiais militares voltem ao trabalho, não terão mais a correção das etapas de alimentação, reajuste prometido como alternativa para aumentar seus salários.” (*Correio do Estado*, 20 jul. 1997, p. 11).

ficaram aquartelados¹¹². O soldado Melo Irmão rememorou a passeata e apontou detalhes sobre o percurso dos policiais militares e a reação de segmentos da população:

O nosso movimento foi em julho de 1997. Ficamos aquartelados e trouxemos o segmento da tropa do interior para a capital. Concentramos na praça central da cidade, a Praça Ary Coelho. Dali, saímos em passeata pelas principais ruas da cidade, andamos mais de dez quilômetros. Usávamos o microfone para falarmos palavras de ordem e pedimos desculpa para a sociedade sul-mato-grossense: explicamos que a nossa situação não era boa, que estávamos com quatro folhas de pagamento em atraso, estávamos reivindicando nossos direitos. A praça fica entre a Rua Quatorze de Julho e Avenida Afonso Pena, que é uma das ruas principais. Saímos da praça, pegamos a Rua Quatorze de Julho e fomos até a Rua Mato Grosso; subimos a Avenida Mato Grosso, que é a avenida que cai no Parque dos Poderes, onde fica a sede dos poderes e onde fica o quartel do Comando-Geral da PM, então subimos essa avenida direto até o Parque dos Poderes, em passeata. Todo mundo que foi, quem estava fardado, estava desarmado, estava com a arma guardada, teve gente que foi de capuz. (...) A tropa participou de forma efetiva e com muito ânimo, ou seja, com a intenção de fazer o governo nos respeitar e fazer a sociedade saber o que estávamos passando. Então, onde a gente passava havia concentração da população para nos aplaudir. (Soldado Melo Irmão – MS, jan. 2009, vol. 2, p. 402)

O protesto contou com a participação de policiais de dez municípios do interior do estado, durante o “aquartelamento” no Comando-Geral da Polícia Militar. Não houve confronto entre os policiais e o Exército¹¹³. Os entrevistados registraram estratégias cautelosas no período do “aquartelamento”:

Fomos para o Comando-Geral da PM e lá permanecemos durante todo o movimento acampados; lá foi o nosso QG. Nós tomamos o quartel do Comando-Geral; na realidade, todos aqueles que vieram, porque outros ficaram no interior apenas para cuidarem dos quartéis; porque nós não abandonamos os quartéis; abandonamos presídios. (Soldado Melo Irmão – MS, jan. 2009, vol. 2, p. 402)

Nós não tínhamos a intenção de aterrorizar a população, essa não foi nossa intenção em nenhum momento, então nossa orientação foi para que os colegas viessem desarmados do interior. Aqui o pessoal também, para que fizéssemos uma passeata pacificamente. Chegou certo momento, no itinerário, que houve um camarada pedindo que

¹¹² “Dois mil militares de Campo Grande (MS) ocuparam nesta segunda-feira o quartel-general da PM, depois de uma passeata pelo centro da cidade. Os policiais protestam contra os baixos salários. O Governador Wilson Barbosa Martins aceitou retomar as negociações e já apresentou uma contraproposta.” (*Jornal do Brasil*, 22 jul. 1997, p. 9).

¹¹³ Cf. *Correio do Estado*, 21 jul. 1997, p. 8.

invadísemos a governadoria, e eu e o Melo contornamos a situação e não deixamos, porque, se invadísemos haveria confronto com o Exército. (Soldado Souza – MS, jan. 2009, vol. 2, p. 414)

No dia 22 de julho, após quatro dias de paralisação, os PMs aceitaram a proposta do Governo (foto 31), que elevou os salários de um soldado para R\$ 408,00 em agosto e para R\$ 500,60 em setembro¹¹⁴.

Foto 31 - Policiais Militares do Mato grosso do Sul aprovam, em assembleia, o fim da greve. (Acervo do *Jornal do Brasil*, 23 jul. 1997)

A proposta não se diferiu significativamente da primeira, rejeitada pelos PMs que preferiram uma greve (na primeira proposta os vencimentos chegariam a R\$ 500,60 somente em outubro). O aumento decorreu de uma correção na etapa alimentação, que passou de R\$ 75,00 para R\$ 257,00. Após a decisão dos policiais, o Exército retirou suas tropas do Parque dos Poderes.

¹¹⁴ “PMs aceitam proposta do governo e encerram greve: meia hora após decisão dos policiais, o Exército retirou suas tropas da Governadoria.” (*Correio do Estado*, 17 jul. 1997, p. 8)

**5 Manifestações disciplinadas e
articulações à margem do *ciclo*: Rio
Grande do Sul, Piauí, Goiás,
São Paulo e Rio de Janeiro**

5.1 Ordem e frustração – Rio Grande do Sul

A mobilização realizada pelos policiais militares do Rio Grande do Sul, no dia 17 de julho de 1997, contou com cerca de cinco mil cabos e soldados em uma passeata, fardada e desarmada, pelas ruas de Porto Alegre¹¹⁵. A população apoiou o ato com aplausos e chuva de papéis picados. Foi a primeira greve em celebrados “160 anos da Brigada Militar”¹¹⁶. Para o atual presidente da Associação de Cabos e Soldados da Brigada Militar, Soldado Lucas, a passeata foi declaradamente impulsionada pelo movimento de Minas Gerais:

No primeiro momento, a grande maioria foi contra. Falamos, em um discurso, sobre o que tinha acontecido em Minas Gerais e mostramos que era preciso fazer o movimento. Aí começamos a organizar o movimento. Nós fomos visitar todas as regionais, visitamos os maiores Batalhões do Rio Grande do Sul. Não tínhamos muita abertura, alguns militares já estavam querendo nos “enquadrar”, mas o comandante via o movimento como algo pacífico. (Soldado Lucas – RS, jul. 2007, vol. 2, p. 419)

¹¹⁵ “Insatisfeitos com os baixos salários, praças da Brigada Militar, como é chamada a PM local, anunciaram que entrarão em greve a partir do dia 17, se o governo não aumentar seus salários. Encorajados depois que seus colegas mineiros saíram às ruas, num protesto que terminou com uma morte, e tiveram 48% de reajuste, praças da PM gaúcha querem que o salário médio da categoria, de 420 reais, suba para 808 reais. Ou seja, um aumento superior a 92%.” (*Revista Veja*, 09 jul. 1997, p. 10).

¹¹⁶ De acordo com a “história oficial” da Brigada Militar, sua origem está ligada à Sedição Farroupilha, com a criação da Força Policial da então Província do Rio Grande de São Pedro, integrante do Império do Brasil, por meio da Lei Provincial nº 7, de 18 de novembro de 1837. Em 5 de maio de 1841, a Força Policial, que até então não havia atuado, foi substituída pelo Corpo Policial, que iniciou atividades de policiamento a partir de 14 de junho do mesmo ano. A corporação afirma ter participado de importantes momentos da história nacional, como os de: 1893 a 1895 (Revolução Federalista), 1923 (Revolução Assisista), 1924 (em São Paulo), 1926 (em Santa Catarina e Paraná), 1930 e 1932. Após o movimento de 1932, a Brigada Militar, já com missões de Segurança Pública, aponta participações em 1937 (Estado Novo), 1961 (Legalidade), 1964 (Regime Militar). Cf. CHAGAS, Juarez de Oliveira. *Brigada Militar evolução e rumo*. Editora Presença: Passo Fundo, 1987.

Ainda sobre a influência dos protestos de Minas, o Soldado Giovani, integrante do movimento grevista dos praças da Brigada Militar, afirmou:

Os PMs de Minas Gerais já estavam reivindicando. Eram nossos colegas em um movimento nacional mostrando que o PM estava passando fome. Até então ninguém sabia o que o policial estava passando. O que me marcou foi eu voltando para casa, fardado, e o pessoal da vila que eu morava dizendo: “eu não sabia que o senhor ganhava tão pouco, eu estou na luta contigo.” (Soldado Giovani – RS, jul. 2007, vol. 2. p. 428)

Os líderes do movimento articularam, entre os dias 3 e 6 de julho, a manifestação pública do dia 17. Eles contaram com o apoio da imprensa: “Nós tivemos a mídia do nosso lado, pois eles queriam informações e nós soubemos usá-la, dizíamos que 100% da Brigada iria parar – coisa que não aconteceu e não acontece”¹¹⁷. Em sua narrativa, Soldado Lucas afirma que a grande participação dos policiais no movimento foi o resultado de “mentiras estratégicas” encaminhadas para a imprensa:

O dia 17 de julho de 1997 foi uma surpresa para nós. Na verdade, nós mentíamos muito para a mídia: começamos a dar entrevistas uma semana antes dizendo que estávamos esperando 400 ônibus, dez mil pessoas para o movimento. A mídia começou a divulgar aquilo: só que no dia 17 de julho, realmente aconteceu; o movimento parou as unidades da Brigada. Nós estávamos tentando maquiagem para a imprensa para ter foco, só que no dia aconteceu mesmo, aconteceu tudo aquilo que nós não imaginávamos. Cada representante de unidade conseguiu um ônibus, isso nos 480 municípios. (Soldado Lucas – RS, jul. 2007, vol. 2, p. 419)

Tal apoio da imprensa fica evidente em notas como: “Em Porto Alegre, uma mobilização inédita nos 160 anos da Brigada Militar é prevista com o apoio de cabos e soldados dos quartéis de 467 municípios gaúchos”, publicada no *Jornal do Brasil* em 4 de julho de 1997. Com essa ajuda midiática, foi realizada a assembleia-geral convocada por Pedro Dias de Moraes (Soldado Moraes), então presidente da Associação. Segundo o Soldado Lucas, foi enorme o sucesso da assembleia ocorrida na sede da Associação dos Cabos e Soldados:

¹¹⁷ Afirmação do Soldado Lucas sobre a utilização da imprensa no movimento de 1997.

Convocamos uma assembleia-geral para discutir se iríamos parar ou não. A assembleia foi aqui, na sede da Associação. Tomamos um susto porque não estávamos preparados para aquele movimento tão grande. Fizemos uma comissão de brigadianos para decidir o que queríamos. (Soldado Lucas – RS, jul. 2007, vol. 2, p. 419)

Preocupados com a PM2 (Polícia secreta da Unidade de Inteligência da PM), os policiais articularam estratégias coletivas para evitar o enquadramento em “crime de motim”, como narra o Soldado Giovani:

O pessoal começou a se encorajar na assembleia-geral. Mas um dia antes, eu procurei informar os colegas que nós não podíamos fazer greve, porém tínhamos uma reivindicação classista. Eu disse: “quem estiver de folga faça o possível para estar presente, e quem estiver trabalhando, existem desculpas boas para faltar”. A PM2, da equipe de informação da Brigada, já estava sabendo e procuraram escalar todos nós. Pensei: “vamos doar sangue, fazer qualquer tipo de movimentação, mas não vamos trabalhar”. Lá no meu Regimento eu falei: “o pessoal do interior está aí, saíram de Uruguaiana, de Três Passos, tudo quanto é lugar, o que eles vão pensar de nós da capital, nós não vamos apoiá-los?” Então, até aqueles que tinham que trabalhar abandonaram o serviço e foram para a assembleia-geral. (Soldado Lucas – RS, jul. 2007, vol. 2, p. 428)

Inúmeras vezes o Soldado Lucas afirmou: “o ano de 1997 foi um marco, nós paramos de pensar com o coturno e começamos a pensar com a cabeça”. Naquele ano, membros da Brigada Militar, encapuzados, concederam entrevistas denunciando a “situação de miserabilidade dos PMs”. O Soldado Giovani rememorou tais episódios: “apareceu até no Fantástico, mostrando que os PMs moravam em volta dos morros e favelas, que éramos favelados”.

Depois da assembleia, os policiais gaúchos decidiram iniciar uma caminhada da sede da Associação até o Palácio do Governo (foto 32). Uma longa caminhada de oito quilômetros com cerca de doze mil participantes¹¹⁸. Passaram pela avenida principal de Porto Alegre, a Bento Gonçalves, rumo ao Palácio Piratininga. Os brigadianos estavam fardados, com identificação, mas sem armas. A passeata foi organizada. Os

¹¹⁸ “Policiais da Brigada Militar fizeram passeata de oito quilômetros por Porto Alegre e, em assembleia em frente à sede do governo, decidiram esperar até terça-feira por uma resposta às suas reivindicações. Aplaudidos pela população, cantaram *Pra não dizer que não falei de flores*, hino das esquerdas durante a ditadura.” (*Jornal do Brasil*, 18 jul. 1997, p. 10)

brigadianos gritaram palavras de ordem, cantaram músicas de protesto, carregaram faixas, cartazes e apitaram¹¹⁹ (fotos 33, 34, 35 e 36).

O então comandante do Comando de Policiamento da Capital, Arlindo Bonerdes, concedeu entrevistas dizendo que não colocaria a Tropa de Choque contra “os próprios brigadianos”. Não obstante, foi feito um cordão de isolamento com policiais desarmados do Batalhão de Choque no Palácio Piratini. O Soldado Giovani procurou defender a tropa de isolamento em sua narrativa: “os caras estavam ali chorando, fazendo por obrigação a segurança, eles não saberiam o que fazer caso precisássemos de uma força”.

O Soldado Moraes, presidente da Associação, não acompanhou a passeata: não apoiou a manifestação pública. Os manifestantes contaram com carros de som emprestados e com o apoio da ACASOL (uma recém-criada Associação de Cabos e Soldados – hoje extinta), por meio do Cabo Adelmar, considerado líder do movimento. O Soldado Moraes foi considerado traidor do movimento, por não apoiar o movimento e por procurar encerrar as manifestações. Para o Soldado Lucas:

O Moraes foi taxado de traidor. Foi muito difícil recuperar a credibilidade da Associação. Na época, ela perdeu muito sócio, muita gente foi embora da Associação, até eu me afastei da entidade. Eu saí em 1997 e voltei em 1999 para concorrer ao cargo de conselheiro. Eu não concordei com o encerramento do movimento. O presidente Moraes perdeu a credibilidade. (Soldado Lucas – RS, jul. 2007, vol. 2, p. 419)

Após a caminhada, os policiais iniciaram as negociações com o governo. Eles reivindicavam 222% de risco de vida. Em um ato considerado pelos entrevistados “de traição”, o Soldado Moraes,

¹¹⁹ “Os mesmos apitos que impõem ordem nas ruas ajudaram soldados, cabos, sargentos e subtenentes a inverterem uma postura até ontem inabalável nos 162 anos de história da Brigada Militar. Acostumados a reprimir protestos populares, PMs vindos de dezenas de municípios gaúchos agiram como sindicalistas, marcharam pelas ruas de Porto Alegre e promoveram um silvo que as paredes do Palácio Piratini, mais acostumadas às sinetas dos professores, jamais ouviram. Na noite de ontem, eles acabaram concedendo uma trégua ao governo do estado, que prometeu encaminhar até a próxima terça-feira um projeto reajustando o risco de vida, atualmente em 100% sobre o salário básico. Com isso, está afastada, momentaneamente, a possibilidade de greve ou de aquartelamento.” (*Zero Hora*, 18 jul. 1997, p. 5)

juntamente com o presidente da Associação dos Subtenentes e Sargentos e dois deputados (José Gomes/PT e João Osório/PMDB), decidiu encerrar a greve.

Em 1997 teve um erro: os líderes não convocaram uma assembleia-geral para decidir sobre o fim da greve. Por outro lado, nós realmente não íamos conseguir modificações com um dia a mais de greve. Não iríamos conseguir os 222%, mas eles deveriam ter chamado uma assembleia. (Soldado Lucas – RS, jul. 2007, vol. 2, p. 419)

Nós tínhamos um movimento e nossos líderes se omitiram. Pela imprensa saiu que nós tínhamos terminado o nosso movimento e que tínhamos aceitado um valor irrisório. O nosso líder não marchou com a gente, ele não estava à frente da tropa, ele se escondeu. Nós nos sentimos traídos. A negociação foi uma coisa de cúpula, só eles. (Soldado Giovani – RS, jul. 2007, vol. 2, p. 428)

Mesmo após o suposto “episódio de traição”, os PMs continuaram o movimento por mais dois dias. A ACASOL ficou na liderança: Cabo Ademar, com um carro de som, entrou em alguns quartéis convocando os policiais para uma nova manifestação. A partir desse momento, começaram as punições com prisões e houve a exclusão do Cabo Ademar.

No dia 17 de agosto eles encerraram a greve, a paralisação. Nos dias 18 e 19 ainda tinha gente de greve no interior. Foi uma greve: Tinha uns que chegavam ao quartel e não queriam trabalhar, outros que nem iam ao quartel, estavam em greve ainda. Não ocorreu nenhuma outra manifestação pública. (Soldado Lucas – RS, jul. 2007, vol. 2, p. 419)

Os manifestantes não conquistaram os 222% do risco de vida. A proposta de reajuste apresentada pelo governo, concessão de abono de R\$100,00 para cabos, sargentos, subtenentes e de R\$120,00 para soldados, não foi considerada satisfatória.

Foto 32 - Passeata: brigadianos rumo ao Palácio Piratini.
(Acervo Jornal do Brasil, 17 jul. 1997)

Foto 33 - Policiais militares manifestantes: palavras de ordem e músicas de protesto.
(Acervo Jornal do Brasil, 17 jul. 1997)

Foto 34 - Faixas e cartazes: praças da Brigada Militar em protesto.
(Arquivo do Jornal Zero Hora, 17 jul. 1997)

Foto 35 - Policiais manifestantes: apitaços nas ruas de Porto Alegre.
(Arquivo do Jornal Zero Hora, 17 jul. 1997)

Foto 36 - Policiais do Batalhão de Choque: cordão de isolamento no Palácio Piratini.
(Arquivo do Jornal Zero Hora, 17 jul. 1997)

5.2 Governador e PMs em praça pública - Teresina

O movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar do Piauí começou no dia 3 de julho de 1997, após assembleia com a presença de dois mil policiais no centro de Teresina: “eles reivindicaram aumento do piso salarial do soldado de R\$ 198,00 para R\$ 598,00 mensais” (*O Globo*, 5 jul. 1997, p. 8). O presidente da Associação dos Cabos e Soldados da PMPI, Antonio Santiago, afirmou que aderiram à greve 5.094 militares na capital e no interior do Piauí¹²⁰. Os policiais militares saíram em marcha pelas ruas da capital (foto 37); da Praça da Bandeira até o Palácio do Karnak¹²¹.

Foi uma assembleia-geral excelente; eu contava com quinhentas pessoas, mas deu mais de duas mil pessoas, entre ativos, pensionistas e aposentados. Fizemos uma passeata da Praça da Bandeira até o Palácio do Karnak. Fizemos um cordão e abraçamos o palácio. (Cabo Santiago – PI, jul. 2009, vol. 2, p. 434)

Considerados líderes do movimento, Cabo Santiago e Cabo Jarbas afirmaram que o sucesso da primeira mobilização deveu-se, principalmente, ao apoio recebido da imprensa:

Convocamos uma assembleia! Tivemos todo o apoio da imprensa. Minha função era conduzir a tropa por meio do carro de som, falando ao microfone. Então, eu fiquei no som e o Cabo Lima e o Santiago com a função de negociar com o governo. O carro de som fomos nós mesmos da Associação que pagamos. Nenhum partido político nos apoiou. Tivemos o apoio, principalmente, do jornal “Diário do Povo” e do jornalista da TV, Donizete Aauto. Ele foi quem deu a maior força para o nosso movimento com chamadas ao vivo, interrupção na programação. (Cabo Jarbas – PI, jul. 2009, vol. 2, p. 442)

Minas e Pará iniciaram o movimento; eu achava que a gente tinha um ponto forte, era um momento adequado, íamos aderir ao movimento também. No dia 2 de julho eu chamei o Cabo Inácio e disse pra ele convocar a imprensa, ligar para o jornal do Marcos Teixeira, que era um jornalista que entrava às cinco e meia da tarde, na TV Meio Norte, o MN Notícia. (...) O Marcos chegou, em nossa Associação de Cabos e Soldados, e eu disse pra ele que queria entrar ao vivo para

¹²⁰Cf. *O Globo*, 5 jul. 1997, p. 8.

¹²¹ “Os policiais militares do Piauí que se organizaram em assembleias e saíram em passeata infringiram os dois quesitos do parágrafo constitucional: engendraram um movimento sindical disfarçado e vão à greve como em qualquer outro movimento sindical.” (*Jornal do Brasil*, 4 jul. 1997, p. 12).

convocar os PMs para uma assembleia-geral no dia 4, a partir das 15 horas, na Praça da Bandeira. Entrei ao vivo com o apresentador Silas Freire. (...) Na sexta-feira, 4 de julho, eu concedi uma entrevista para a TV Globo, às 7 horas da manhã, em frente ao Batalhão de Trânsito; eu entrei ao vivo e reforcei o movimento. Quando eu saí da entrevista, liguei para a TV Meio Norte e pedi uma entrevista com Donizete Adauto, às 13 horas. (Cabo Santiago – PI, jul. 2009, vol. 2, p. 433)

Os PMs do interior do Piauí aderiram à greve deflagrada em Teresina. Representantes de vários municípios foram acolhidos na capital pelos dirigentes da Associação dos Cabos e Soldados. Antes da assembleia, esposas, filhas e parentes dos praças fizeram um “panelaço”, quando rasgaram contracheques e mostraram milhares de panelas vazias: “o movimento foi pacífico e não houve a interferência de tropa armada” (*Diário do Povo*, 4 jul. 1997, p. 1). Policiais militares de cidades como Piripiri, Campo Maior, Picos, Cristino Castro e Parnaíba iniciaram mobilizações: aquartelados, os PMs acompanharam o noticiário da greve através de telefonemas para a Associação de Cabos e Soldados¹²². Sobre a ordem do movimento e a “estratégia de calma”:

Antes, eu pedi aos colegas que não usassem armas, que não ingerissem nenhum tipo de bebida alcoólica para não perdermos o controle da situação e os colegas me atenderam. Foram excelentes na questão, ninguém usou armas; não tinha ninguém armado; bebida, não foi dado conhecimento de ninguém que estava bebendo e foi por isso que saímos bem na questão, porque não teve nenhum problema que viesse desabonar nossa conduta junto aos colegas e à população. Não houve nenhuma confusão, não tinha ninguém de capuz, estava todo mundo normal, com identificação. Ficávamos o dia inteiro lá. Sempre, antes de começar, rezávamos o Pai-Nosso; eu e meus colegas usávamos músicas de um grande cantor, Milton Nascimento. A estratégia era manter a calma. (Cabo Santiago – PI, jul. 2009, vol. 2, p. 434).

Eu colocava os hinos no carro de som, o Nacional, o da Bandeira, o da Polícia. Eu pedia aos colegas para guardarem as armas, porque era um movimento pacífico por melhoria salarial e não era para estarmos armados. O pessoal estava fardado, sem capuz, sem baderna. Quando eu via que eles estavam se alterando, eu pedia para rezarmos o Pai-Nosso. O capelão também se envolveu na coisa, e aí conseguimos o controle da tropa, baseado na religião; pedíamos a Deus que as nossas reivindicações fossem atendidas pelo governo. (Cabo Jarbas – PI, jul. 2009, vol. 2, p. 442)

¹²² Cf. *Diário do Povo*, 4 jul. 1997, p. 1.

Os policiais manifestantes concentraram-se, do dia 5 ao dia 9 de julho, no Teatro de Arena, na Praça da Bandeira. Durante os seis dias de paralisação funcionaram apenas, em Teresina, as guardas dos quartéis. As ruas ficaram sem policiamento ostensivo - sem as Radiopatrulhas - e o Batalhão de Trânsito só atendeu casos de urgência¹²³.

Todos os dias, do dia 4 de julho até o dia 9 de julho, a gente ia para praça. Chegávamos lá às seis e meia da manhã e só saíamos às sete da noite. Nas duas passeatas: saíamos da Praça da Bandeira, passávamos pela Rua Rui Barbosa, seguíamos pela Rua Payssandu e abraçávamos o Palácio do Karnak que ficava em frente ao prédio da Telepisa. (Cabo Santiago - PI, jul. 2009, vol. 2, p. 438)

No dia 5 de julho os PMs recusaram, em assembleia, a proposta salarial do governo (foto 38, 39, 40).

Eu segui para praça e dei a notícia. Disse que iríamos continuar na praça. O Jarbas, membro da nossa diretoria, ficava na praça para controlar a tropa. A comissão era eu, os colegas das diretorias, cabos, soldados e sargentos. (Cabo Santiago - PI, jul. 2009, vol. 2, p. 435)

Na manhã do dia 9 de julho, quarta-feira, o então Governador Francisco Moraes Souza (conhecido como "Mão Santa" - PMDB) recebeu em audiência, no Palácio do Governo, o Alto Comando da Polícia Militar¹²⁴. Na tarde do mesmo dia foi realizada uma assembleia-geral, no intuito de divulgar o resultado das negociações salariais. Após mais de sete horas de discussões, entre o Palácio de Karnak e a praça Marechal Deodoro, terminou apenas ao final do dia as negociações: os policiais aceitaram as propostas do Governador "Mão Santa". Os praças retornaram, no dia 10 de julho, ao trabalho e decidiram discutir o restante da pauta de reivindicação após 60 dias¹²⁵ - referente ao novo código de vencimento, no qual seriam acrescidos o risco de vida, adicional noturno e gratificação.

¹²³ "No Piauí, os cabos e soldados decidiram cruzar os braços a partir desta segunda-feira. O Exército está acompanhando de perto a mobilização dos praças e está pronto para atuar caso o presidente da República dê ordem nesse sentido." (*Diário do Nordeste*, 9 jul. 1997, p. 8).

¹²⁴ Cf. *Diário do Povo*, 9 jul. 1997, p. 12.

¹²⁵ Cf. *Diário do Povo*, 10 jul. 1997, p. 9.

Na negociação final, o governador marcou para dez horas e chegou dez e meia; ele falou muito: explicou a questão do país, do mundo, e aí, quando ele “aterrissou” para falar com a gente, disse que a situação estava difícil para dar aumento, mas que daria um salário mínimo de duas vezes; na época o salário mínimo era de cento e vinte reais. Quando chegou a minha vez de falar eu afirmei: “o salário mínimo de duas vezes não é uma proposta boa para levar aos colegas que estavam na praça”. Ele precisava apresentar uma proposta melhor, porque quem ia decidir não era eu, eram os colegas na praça. Ele queria dar o aumento apenas para os policiais da ativa; eu disse pra ele que não levaria essa proposta – havia muitos reformados, pensionistas na praça. Então, saiu uma comissão para conversar em outra sala; quando voltaram, apresentaram uma proposta de um salário mínimo de cento e vinte reais, com data retroativa ao mês de julho, construção de casa e autorização de fazer a revisão do código de vencimento. Foram boas as propostas e nós levamos para os policiais. Eu passei a proposta para os colegas da praça e eles aceitaram. (Cabo Santiago – PI, jul. 2009, vol. 2, p. 435)

O movimento piauiense diferenciou-se dos demais protestos militares brasileiros ao colocar em cena o Governador (Francisco Moraes Souza “Mão Santa”) discursando em praça pública para os PMs manifestantes (foto 40). Para o Cabo Jarbas, a presença do governador gerou um clima de tensão e medo:

O Governador Mão Santa entrou no nosso movimento... Essa foi a hora mais difícil do nosso movimento. A vida do governador estava na nossa mão; se acontecesse alguma coisa com ele ou com as autoridades presentes naquele momento era nossa responsabilidade. Ele subiu no palanque, foi lá no carro de som da praça. Nessa hora eu pedi aos praças para receberem o governador como um representante de Estado – maior que o comandante da Polícia Militar – com Hino Nacional e a atenção de todos. Nós preparamos a recepção para ele, mas foi de imediato: ele apontou lá e criou aquele tumulto, muitos policiais estavam revoltados. Ele foi muito corajoso. O governador apareceu no último dia do movimento, para negociar com o Sargento Lima e com o Santiago. Eles negociaram durante a tarde e voltam com a resposta. O governador quis, diretamente, dar a resposta. Eu me lembro que, nas negociações, ele iria dar cento e vinte reais de aumento para os policiais militares; o pessoal, na época, achou muito pouco, mas ele prometeu muita coisa e eu pude conduzir; saí no meio da multidão pedindo que aceitassem, porque se a gente não aceitasse poderia ocorrer uma tragédia – o governador estava sozinho, sem segurança – e o meu medo foi acontecer alguma coisa com ele. (Cabo Jarbas – PI, jul. 2009, vol. 2, p. 443)

Durante todo o dia 9 de julho ocorreram curiosos acontecimentos¹²⁶: “inflamados discursos, ameaças de tiroteio, por um soldado, desmaios de um militar e da mulher de outro militar” (*Diário do Povo*, 10 jul. 1997, p. 9). Após as negociações ficou acertado que os salários dos PMs, a partir de julho de 1997, seriam de: R\$ 689,33 (subtenente), R\$ 597,94 (1º sargento), R\$ 519,14 (2º sargento), R\$ 451,35 (3º sargento), R\$ 365,48 (cabo) e de R\$ 335,35 (soldado). Além disso, foi prometida a construção de casas para os militares que recebiam salários de até R\$ 250,00.

Não obstante, o fim do movimento marcou o início dos processos de sindicância contra os policiais militares grevistas. Setecentos e cinquenta e seis praças foram indiciados nesses processos e, posteriormente, foram remetidos à auditoria militar. De acordo com o Cabo Santiago:

A auditoria começou a mandar chamar, de quarenta, de trinta, de vinte e quando chegava aqui em Teresina o pessoal que vinha do interior, a Associação tinha que arcar com todas as despesas. Os policiais eram ouvidos para fazer a qualificação do processo, para no dia seguinte ser ouvido o porquê de eles terem faltado ao serviço. Os colegas do interior ficaram hospedados na Associação, porque a Polícia Militar não dava apoio a eles. (...) Depois de ouvidos, todos foram condenados: os 756. (Cabo Santiago – PI, jul. 2009, vol. 2, p. 436)

Por meio de intervenções do governador, os PMs foram julgados apenas pela disciplina. Assim, 755 pessoas foram condenadas a 22 dias; passaram onze dias no quartel e onze na condicional. Apenas o processo do líder Cabo Santiago foi julgado um “crime de incentivo” – para além de uma questão disciplinar – condenado por 90 dias.

¹²⁶ “Durante os seis dias do movimento dos policiais militares uma mulher se destacou nas passeatas e nas concentrações em frente ao Palácio do Karnak e na Praça Marechal Deodoro. Trata-se de Cláudia Regina das Chagas Sousa, 37 anos, mulher de um soldado que, após contundentes discursos e apelos por melhores salários, desmaiou no meio da multidão.(...) Conversando pela televisão com o governador ela fez um dramático apelo para que ele não deixe as famílias dos militares passarem fome. ‘Senhor governador, o senhor que todos os dias tem o pão na sua mesa, tenha sensibilidade, abra o seu coração e não deixe faltar o pão nas mesas dos policiais’. Ela também pediu para que os grevistas não sejam punidos pelo Comando da Polícia Militar, de acordo com o regimento da PM. (...) Mas, bastante emocionada, quando pediu pela continuação da greve ela desmaiou, voltando logo depois de ser atendida, para apelar ao governador. Sem dúvida, dona Cláudia foi a grande heroína do movimento.” (*Diário do Povo*, 10 jul. 1997, p. 11).

Quando acabou o movimento, todos que participaram tiveram punições. Todos os manifestantes foram punidos com prisão, julgados e condenados pela auditoria militar: condenados a 22 dias presos. Não ocorreu nenhuma exclusão, porque o governador foi depor e disse que os policiais não tinham feito greve, tinham feito um “clamor por justiça”; ele defendeu a gente. (Cabo Jarbas – PI, jul. 2009, vol. 2, p. 443)

Ainda no que tange a repercussão do movimento, vale abordar as eleições ocorridas no ano de 1998: Cabo Santiago, então presidente da Associação dos Cabos e Soldados, candidatou-se a deputado estadual pelo PDT; entretanto, não foi eleito. Santiago justificou:

Procurei conversar com o vice-prefeito, porque eu já era filiado a um partido, na época, o PSDB, e disse ao vice-prefeito que eu ia sair do PSDB e iria para o PDT. Ele até disse pra eu não sair, porque nas próximas eleições eu poderia ser candidato a vereador e que eles me apoiariam; eu fiquei na dúvida, mas terminei saindo. Depois do movimento, eu saí do PSDB e me filiei ao PDT. Eu nunca tinha concorrido a nenhum cargo, eu só era filiado ao PSDB. Eu conversei com a minha diretoria e perguntei a eles se achavam certo eu ser candidato a deputado estadual em 1998; todos concordaram! Depois que foi homologada a minha candidatura, eu comecei a pedir votos nos quartéis, aí alguém, acho que ficou enciumado, e começou a falar mal do meu nome, derrubar o meu nome para eu não chegar a lugar nenhum, e muitos colegas foram na conversa. Infelizmente, nenhum praça foi eleito naquele ano. (Cabo Santiago – PI, jul. 2009, vol. 2, p. 438)

Ao contrário do que ocorreu em Estados como Minas Gerais, Pernambuco e Paraíba, o líder do movimento piauiense (Cabo Santiago) não foi bem-sucedido na caminhada política: da praça para o legislativo. Os policiais entrevistados revelaram o principal erro de Santiago: sair candidato ao lado do Governador “Mão Santa”, que contava com baixa aceitação da categoria policial militar. Assim, os praças da Polícia Militar do Piauí continuam, até hoje, sem representação no Legislativo.

Foto 37 - Após a assembleia-geral os policiais militares saíram em passeata pelas principais ruas de Teresina até o Palácio Karnak.
(Arquivo do Jornal *Diário do Povo*, 03 jul. 1997)

Foto 38 - Policiais militares recusam, em assembleia no Teatro de Arena, a proposta salarial do governo. (Arquivo do Jornal *Diário do Povo*, 05 jul. 1997)

Foto 39 - Durante a concentração no Teatro de Arena, na Praça da Bandeira, policiais militares cantam o Hino Nacional. (Arquivo do Jornal *Diário do Povo*, 07 jul. 1997)

Foto 40 - O Comandante da Polícia Militar, Valdílio Falcão, fala com o presidente da Associação dos Praças, Cabo Santiago, antes da negociação com o governador. Fim da greve: policiais militares aceitam proposta do governador “Mão Santa”. (Arquivo do Jornal *Diário do Povo*, 09 jul. 1997)

5.3 Negociações e controle da tropa - Goiânia

No dia 21 de julho de 1997, o governo de Goiás anunciou a não concessão do aumento salarial reivindicado pelos policiais militares do estado. Entretanto, o governador Maguito Vilela (PMDB), intermediado pelo chefe do Gabinete Civil, Gilberto Naves, apresentou uma proposta de abono salarial aos presidentes das entidades representativas dos PMs¹²⁷: R\$ 100,00 para alunos-soldados, soldados, cabos, sargentos e subtenentes da ativa e R\$ 80,00 para oficiais, pensionistas e inativos.

Segundo o chefe do Gabinete Civil, Gilberto Naves, a reivindicação dos militares acarretaria um ônus muito grande para os cofres estaduais e, caso os presidentes das entidades não concordassem com a proposta final do governo, apresentada ontem à tarde, hoje o governador Maguito Vilela anunciaria um aumento aos policiais militares da ativa e não voltaria a discutir o assunto (*O Popular*, 22 jul. 1997, p. 09).

Gilberto Cândido de Lima, presidente da Associação de Cabos e Soldados, “saiu da reunião irritado com a proposta do governo e disse que, juntamente com os outros presidentes de entidades, traçaria o plano de trabalho para um aquartelamento, encerrando as conversações com o governo” (*O Popular*, 22 jul. 1997, p. 10). Assim, firmou-se a negativa por parte dos policiais militares em relação à proposta do governo. Os presidentes e os dois deputados que representam a classe na Assembléia Legislativa se reuniram no Clube dos Oficiais, para decidir os passos que a categoria tomaria a partir do dia 22 de julho.

O movimento, segundo o então presidente da Associação de Cabos e Soldados, Soldado Gilberto (Gilberto Cândido de Lima), emergiu a partir de contato direto com o movimento de Minas Gerais:

¹²⁷ “Na reunião no Gabinete Civil, além dos representantes da Polícia Militar, participaram os deputados Jossivani de Oliveira, líder do governo na Assembleia Legislativa, José Silveira e Ney Percussor, além do Secretário da Fazenda, Romilton Moraes. O secretário alegou aos participantes da reunião que o governo não tem condições financeiras de atender às reivindicações da PM.” (*O Popular*, 22 jul. 1997, p. 09)

Houve o movimento em Minas e nós conversamos com eles; iria iniciar lá, e quando eles falaram que iam fazer, que estavam em assembleia para decidir a paralisação, nós já estávamos em contato com eles, com as lideranças de Minas na época; falávamos com o Cabo Morais, que foi deputado em Minas Gerais. Inclusive, conversei bastante com o Cabo Júlio, que foi deputado federal após o movimento de Minas. Estávamos com o nosso movimento já engatilhado. Ao ver o que aconteceu em Minas, a gente ficou muito preocupado e eu, por inexperiência que tinha no estado de Goiás em relação à Associação de Cabos e Soldados, fiquei, sem dúvida nenhuma, receoso porque a responsabilidade da gente é muito grande. (Soldado Gilberto – GO, nov. 2009, vol. 2, p. 447)

Sobre o papel da imprensa o Soldado Gilberto afirmou:

Quando o pessoal estava subindo em passeata, eu estava na imprensa dando entrevistas na TV Record e em outras emissoras. A imprensa nos deu muito apoio. A televisão cobriu vinte e quatro horas por dia. Chegamos a ser capa de jornal: *O Popular* e *O Diário da Manhã*. (Soldado Gilberto – GO, nov. 2009, vol. 2, p. 448)

Ainda, no dia 21 de julho, o 10º Batalhão da Polícia Militar – responsável pelo policiamento ostensivo nos municípios de Luziânia¹²⁸, Valparaíso, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto, Mimoso, Águas Lindas, Padre Bernardo e Cristalina – decidiu ficar aquartelado, em protesto contra a proposta de reajuste salarial oferecida pelo governo: “Oito municípios goianos do Entorno do Distrito Federal estão sem policiamento nas ruas desde a manhã de ontem, depois que todo o efetivo do 10º Batalhão da Polícia Militar de Goiás decidiu não mais sair dos quartéis em protesto” (*Jornal de Brasília*, 22 jul. 1997, p. 8).

No dia 22 de junho ocorreu, em desacordo com o desejo da Associação de Cabos e Soldados, uma passeata de PMs em Goiânia (fotos 41 e 42). Sobre os dissidentes, Gilberto Cândido de Lima declarou:

Havia um grupo que queria continuar a greve, mas tudo tem a sua hora... Alguns tentaram inflamar o movimento. Graças a Deus, eu

¹²⁸ “O movimento paredista dos militares expôs a população de Luziânia, por algumas horas, ao risco de ser atacada pelos presos considerados perigosos, que hoje estão recolhidos na Casa do Menor. Eles foram transferidos para o local depois de quebrar e incendiar a cadeia durante uma rebelião. Como as celas e as grades da Casa do Menor não oferecem qualquer resistência, a Polícia Militar resolveu instalar no mesmo prédio a 1ª Companhia da corporação para evitar fugas. Desde a manhã de ontem os policiais militares estiveram ausentes e só às 15 horas foi enviada uma guarda para substituir os dois carcereiros da Polícia Civil que vigiavam os 97 presos.” (*O Popular*, 22 jul. 1997, p. 10)

sempre tive aceitação e sei parar uma greve. Durante a passeata, a população aceitou a manifestação. Eu aproveitei a oportunidade que a imprensa nos deu, mostrei para a sociedade que era necessário fazermos aquilo porque na época estávamos passando fome; a realidade era essa. (Soldado Gilberto – GO, nov. 2009, vol. 2, p. 448)

Após a passeata, o Secretário de Comunicação Social do governo, Gean Carvalho, afirmou que o final da paralisação indicou a autoridade do governo¹²⁹. Entretanto, militares dissidentes não aceitaram o acordo proposto pelo governo e foram pressionados pelo Comandante-Geral da PM, Henrique de Souza Lima que, em entrevista ao jornal *O Popular*, afirmou: “A greve acabou. Quem não retornar às suas funções imediatamente vai arcar com as consequências” (*O Popular*, 24 jul. 1997, p. 12).

Aproximadamente 500 policiais militares ficaram revoltados com o anúncio do acordo firmado entre os representantes das associações e o governo. Eles ficaram concentrados no pátio da Assembleia Legislativa e negaram a possibilidade de voltar a trabalhar mesmo depois da assinatura do acordo entre o governo e seus representantes, reunidos no Gabinete Civil. Tais manifestantes ameaçaram destituir todos os presidentes das associações (Associação dos Cabos e Soldados e Associação dos Sargentos e Subtenentes) caso a negociação fosse mantida.

Sem líderes, os policiais dissidentes – concentrados na Assembleia Legislativa – disseram que a imprensa estava sendo manipulada pelo governo para que o aquartelamento fosse “desmantelado” principalmente no interior. Nesse sentido, várias tentativas de realização de uma nova assembleia da categoria foram frustradas.

Ainda no dia 22 de junho, Gilberto Cândido de Lima, presidente da Associação de Cabos e Soldados, revelou que os militares rebeldes não estavam seguindo a orientação das entidades representativas. A passeata

¹²⁹ O Secretário de Comunicação Social do governo, Gean Carvalho, afirmou em entrevista ao jornal *O Popular* “O Brasil acompanha greve em vários estados, algumas arrastando há mais de 15 dias. Em Goiás, o entendimento se deu menos de 24 horas após a deflagração do movimento. De nada adiantaria dar um aumento maior e depois não ter como pagar, a exemplo do que ocorreu em Minas Gerais, onde os salários já estão atrasados.” (*O Popular*, 24 jul. 1997, p. 11)

que eles realizaram saindo do Batalhão Anhanguera até a Assembleia Legislativa não estava programada. Em entrevista ao jornal *O Popular*, Gilberto Cândido de Lima explicou: “Nosso compromisso era de manter a tropa aquartelada, mas não foi o que ocorreu; o grupo saiu pelas ruas promovendo atos de vandalismo e chegaram a agredir uma equipe de jornalistas.” (*O Popular*, 24 jul. 1997, p. 13).

O anúncio do acordo final foi feito às 18h15, do dia 23 de julho, pelo Secretário de Comunicação Social do governo. Depois de quase três horas de negociações, o Governador Maguito Vilela, que estava em Brasília, autorizou que a comissão nomeada por ele batesse o martelo e selasse o acordo com os policiais militares.

Ao fim, acertou-se: alunos-soldados, soldados, sargentos e subtenentes passaram a receber uma gratificação adicional de R\$ 125,00; alunos-oficiais, aspirantes, tenentes, capitães e majores R\$ 100,00; tenentes-coronéis e coronéis R\$ 60,00. As gratificações foram estendidas a inativos e pensionistas¹³⁰. O governo se comprometeu a promover a revisão do código de vencimento dos militares goianos e reformar o Estatuto da Polícia Militar, ambos datados de 1976. As entidades representativas dos militares assumiram o compromisso de convocar seus associados a retornarem às suas atividades.

O movimento dos policiais militares de Goiás recebeu o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Entretanto, a população de Goiânia passou por

¹³⁰ “O termo de acordo do governo de Goiás, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, documento que sacramentou o entendimento, foi assinado pelas seguintes pessoas: Gilberto Naves, chefe do Gabinete Civil; Romílton Moraes, secretário da Fazenda; Gean Carvalho, secretário de Comunicação Social; Joneval Gomes de Carvalho, secretário de Segurança Pública, Henrique de Souza Lima, comandante-geral da PM; Valdi Marques de Souza, comandante-geral do Corpo de Bombeiros e Eurípedes José Marques, chefe do Gabinete Militar, representantes do governo do estado nas negociações. Representando os policiais militares, assinaram o documento Gilberto Cândido de Lima, presidente da Associação de Cabos e Soldados da PM e Bombeiros Militar; Nilson Justino Pereira, presidente da Associação de Subtenentes e Sargentos da PM e MB; Raimundo Cardoso, presidente da Associação de Militares Inativos de Goiás e Adailton Vieira Lima, presidente do Clube dos Oficiais. Os deputados estaduais José Silveira e Jossivani de Oliveira também assinaram o termo de acordo.” (*O Popular*, 24 jul. 1997, p. 14)

intranquilidade e medo de assalto durante o dia de paralisação da Polícia Militar:

O dia de paralisação dos policiais militares foi marcado pela insegurança da população da capital e por prejuízos. A Área Azul, por exemplo, foi tomada por veículos que estavam sem o cartão que permite o estacionamento no local. Na porta dos bancos, os clientes se queixaram dos riscos de serem assaltados, embora a maioria apoiasse o movimento dos policiais que, pela primeira vez, em 139 anos de existência, decidiram cruzar os braços em protesto contra os baixos salários. No centro da cidade o quadro ficou crítico, confirmando a estimativa da Associação de Cabos e Soldados, que apontava pelo menos 80% de adesão da categoria. Na Praça do Bandeirante, nos pontos normalmente ocupados por patrulhas da PM e duplas de policiais, as pessoas circularam desprotegidas, embora alguns integrantes do Batalhão de Trânsito pudessem ser encontrados nas proximidades, o que não evitou a invasão de carros nas vagas estabelecidas pela Área Azul. (*O Popular*, 24 jul. 1997, p. 15)

Ironicamente, a Polícia Militar de Goiás comemorou, na mesma semana do movimento, os 139 anos de existência da corporação, com uma exposição de equipamentos militares no Flamboyant Shopping Center, em Goiânia. O efeito dominó dos movimentos de policiais militares brasileiros tirou o Exército dos quartéis e pôs o governo federal em estado de alerta. Em nome do Presidente Fernando Henrique, o General Alberto Cardoso, ministro-chefe da Casa Militar, afirmou que quebra de disciplina e hierarquia obrigou a começar o processo de discussão sobre a desmilitarização da PM e a criação de uma Guarda Nacional.

Foto 41 - Manifestação dos policiais militares nas ruas do centro de Goiânia (Acervo do Jornal *O Popular*, 23 jul. 1997)

Foto 42 - Faixa “Chega de Arrocho” – manifestação dos policiais militares nas ruas do centro de Goiânia (Acervo do Jornal *O Popular*, 23 jul. 1997)

5.4 Margem do *ciclo de protestos*: repercussões midiáticas e articulações políticas – São Paulo e Rio de Janeiro

À margem do *ciclo de protestos*, policiais militares dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro foram incluídos nesta pesquisa, devido ao papel de suas respectivas lideranças nas discussões fomentadas durante as manifestações por todo o Brasil. Destaca-se, assim, a ação política dos policiais: Cabo Wilson (em São Paulo) e Soldado Vanderlei (no Rio de Janeiro). O mesmo período foi marcado, nos dois Estados, por mobilizações de policiais civis.

Em São Paulo não ocorreram manifestações públicas dos PMs; a negociação salarial evidenciou articulações políticas diretas entre Cabo Wilson (presidente da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo – ACSPMESP) e o Governador Mário Covas: “(...) Cabo Wilson pediu uma audiência com o Governador Mário Covas; quer que o piso da categoria aumente dos 494 reais atuais para 1.050 reais.” (*Revista Veja*, 2 jul. 1997, p. 16). Em entrevista, Cabo Wilson, que não acredita na greve como forma de pressão, afirmou:

Em 1997 houve o movimento paradista no estado de Minas Gerais e o seu efeito dominó – em vários outros Estados ocorreram greves. Em São Paulo, o Governador era o Mário Covas, e aqui, eu não optei pela greve. A Associação de Cabos e Soldados estava com a faca e o queijo na mão para fazer a greve, porque era um movimento gigantesco em todos os estados e, aqui, eu optei pelas negociações. Eu não via o porquê da greve, o melhor era negociar com o governador. Procurei o governador e fizemos uma reunião. Conseguimos convencer o Governador Mário Covas, em 1997, a dar um aumento de 22% ao soldado, e de 7,5% aos subtenentes; os oficiais, em 1997, não tiveram reajuste salarial; o aumento foi escalonado, dos 7,5% ao subtenente até ao soldado com 22% de aumento salarial. (Cabo Wilson – SP, ago. 2009, vol. 2, p. 455)

O governo federal acompanhou atentamente as negociações da PM de São Paulo. A Presidência da República temia o impacto da possível mobilização dos policiais paulistas¹³¹. De acordo com o jornal *Folha de São Paulo*, do dia 4 de julho de 1997, o efetivo da corporação PMSP –

¹³¹ Cf. *Estado de São Paulo*, 4 jul. 1997, p. 7.

composto por cerca de 78 mil policiais – reivindicava um aumento salarial de 77.24%. Entretanto, o Governador Mário Covas negou, no dia 8 de julho, o aumento pretendido pelos policiais militares do Estado. Já o Secretário de Segurança, José Afonso Silva, admitiu conversar com os líderes do movimento.

No dia 21 de julho de 1997, os policiais civis e as mulheres dos policiais militares de São Paulo realizaram uma passeata conjunta pelo centro da cidade. Entretanto, o movimento ficou aquém das expectativas das entidades representativas:

Uma passeata realizada ontem pelos policiais civis e pelas mulheres dos PMs no centro de São Paulo, em protesto contra os baixos salários, ficou aquém das expectativas das 19 entidades da categoria. De panelas vazias, faixas e cartazes, cerca de 700 manifestantes, segundo projeção da Polícia Militar, e 1.500 para os organizadores, caminharam pacificamente da Delegacia-Geral da Polícia até a Praça da República. De lá, os policiais seguiram em 15 ônibus até o Palácio dos Bombeiros. A previsão das entidades era colocar nas ruas cerca de três mil pessoas. (*O Povo*, 22 jul. 1997, p. 8).

A imprensa noticiou que a chuva em São Paulo, no dia 21 de julho, atrapalhou a passeata realizada pelos policiais civis e pelas mulheres dos PMs (foto 43):

Foto 43 - Mulheres de PMs paulistas com panelas vazias representam seus maridos, que decidiram não participar da manifestação. (Arquivo do *Jornal do Brasil*, 22 de jul. 1997)

Após negociação com o governo do estado, o movimento foi encerrado com a concessão de 8% de reajuste para sargentos e subtenentes e de 34% para cabos e soldados¹³². A suposta “negociação vitoriosa” gerou, em 1998 a convite de Mário Covas, a candidatura de Cabo Wilson (deputado estadual):

Na época eu dei algumas entrevistas – até coletivas – e todas as emissoras de rádio, de televisão e jornais sempre querendo fazer manchete; querendo que a gente fizesse a greve. E eu não fiz isso pensando politicamente, porque eu não tinha pretensão nenhuma de sair candidato a cargo partidário. Porém, no final de 1997, o Governador Mário Covas mandou me chamar no Palácio; eu até fiquei preocupado, achei que o governador ia “puxar minha orelha” porque eu estava sempre dando entrevistas. Como a gente ficou conhecido da mídia, qualquer coisa que tivesse na área de segurança pública, o pessoal me procurava. Mas, na verdade, ele me fez um convite: sair candidato a deputado estadual. Ele me convidou para o PSDB. Aceitei o convite e as eleições foram logo em seguida, em outubro de 1998, e eu fui eleito com 44.627 votos. (Cabo Wilson – SP, ago. 2009, vol. 2, p. 456)

Não obstante, observou-se no Rio de Janeiro por meio das iniciativas da Associação dos Praças da Polícia Militar – ASPRA/RJ (em especial, do Soldado Vanderlei; presidente da Associação) algumas manifestações isoladas dos PMs cariocas em solidariedade à morte do Cabo Valério (policial mineiro morto na manifestação do dia 24 de junho de 1997). Assim, de acordo com o Soldado Vanderlei:

No ano de 1997, eu estava na Associação. Acompanhei tudo o que aconteceu em Minas Gerais e nos demais estados. Porém, aqui no Rio, nós tivemos a felicidade de barrar, em função de nosso trabalho no parlamento estadual e junto às centrais sindicais, o aumento diferenciado entre oficiais e praças. (Soldado Vanderlei – RJ, nov. 2009, p. 467)

O efetivo da Polícia Militar do Rio de Janeiro era composto, no ano de 1997, por 25 mil PMs. O salário mais baixo da categoria era de R\$ 267,50 (soldado). Frente às condições de vida do PM carioca, Soldado Vanderlei destacou a luta pela desmilitarização:

A nossa luta continua pela desmilitarização; nós entendemos que é o caminho para a transformação efetiva da segurança pública; nós somos favoráveis à sindicalização e ao direito de greve para todos os

¹³² Cf. *Folha de São Paulo*, 25 jul. 1997, p. 10.

trabalhadores sem exceção; entendemos que tem que haver uma transformação. Já que os estados alegam não ter condições de dar um salário digno, que o governo federal assuma a responsabilidade de criar um piso nacional. Assim como criou para outras categorias, que crie um piso nacional para o policial. (Soldado Vanderlei – RJ, nov. 2009, p. 472)

O *ciclo de protestos* estudado tematizou e redefiniu aspectos da esfera pública nacional, indicando novos modelos organizativos (a possibilidade de greves dos policiais militares). Entretanto, o sucesso parcial dos movimentos de policiais grevistas, em doze estados, estimulou um efeito dominó de servidores públicos estaduais pelo país. Tais servidores utilizaram os aumentos dados a policiais militares como argumento para reivindicação:

Em pelo menos três estados, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, os servidores estaduais já usam aumentos dados a policiais como argumento. Desde o começo do mês, o Brasil assistiu a greves e ameaças de paralisação por parte de policiais militares em 12 Estados. Os governadores foram forçados a conceder reajustes – ainda que, em casos como o de São Paulo, os policiais não estejam satisfeitos com as propostas. (*Folha de São Paulo*, 29 jul. 1997, p.9)

Em especial, os professores estaduais, cujas campanhas salariais iniciaram em setembro de 1997, capitalizaram o movimento dos policiais a seu favor. A CUT avaliou, em nota oficial, que os governadores que deram reajustes para policiais não teriam como negar para outras categorias às vésperas de um ano eleitoral – quando qualquer greve acarreta prejuízo de imagem¹³³.

¹³³ Cf. *Folha de São Paulo*, 29 jul. 1997, p.10.

6 Memória coletiva: policiais militares e tempo presente

Ao estabelecer relações entre *memória individual* e *memória coletiva* – tratadas em vasta produção acadêmica¹³⁴ – observam-se os embates sobre a construção de identidades e lugares sociais. As *expressões de subjetividade* nas narrativas em primeira pessoa coincidem com uma multiplicidade de construções coletivas. As narrativas que compõem a presente pesquisa indicam por meio de entrevistas em *história oral de vida* – com os policiais militares – diversos “temas recorrentes” (memória coletiva).

Michel Pollak (1989), partindo dos princípios inaugurados por Halbwachs, destaca o conflito inerente às memórias coletivas. Para o autor, selecionar o que lembrar e o que esquecer revela confrontos: a construção da memória ocorre a partir das preocupações do presente. Quando a memória oficial mostra suas deficiências, as chamadas *memórias subterrâneas* emergem. Governos e instituições (como a corporação Polícia Militar), muitas vezes, *enquadram memórias*, forjando pertencimentos para manter a coesão interna e defender os seus interesses. Nesse sentido, a pesquisa pretende indicar construções e ressignificações das memórias, por meio de elaborações narrativas que incorreram em diferentes referenciais de pertencimento a partir de *temas recorrentes*: origem social, condições de vida e trabalho; cultura policial militar e abusos hierárquicos; regionalismos e opinião pública; punições corporativas.

¹³⁴ Em especial: Bosi (1994), Halbwachs, (1990); Pollak, (1989); Portelli (1993) e Le Goff, (1996);

6.1 Origem social e condições de trabalho dos policiais militares

As narrativas sobre os protestos de 1997 são marcadas pelo discurso reivindicatório: péssimas condições salariais e de vida dos praças da Polícia Militar. Para os entrevistados, tais condições justificam as mobilizações que contrariaram leis que proíbem greve na polícia. Porém, os narradores apontam como errôneas as suposições de que as greves militares ocorreram por questões meramente salariais. Os governos e os comandos da PM não atentaram de maneira adequada para a dimensão dos problemas do aparelho policial militar brasileiro, incluindo a crise de identidade pós-redemocratização.

Os praças, de origem social humilde, mesmo sendo maioria na organização e tendo mais contato com a sociedade, recebiam menos treinamento, menos benefícios e pouco reconhecimento organizacional e social. Os entrevistados traçaram históricos familiares de dificuldades econômicas:

Sou filho de lavradores: Antonio Borges e Francisca Pereira Borges. Meu pai era lavrador-pescador, passava o dia na roça e a noite no mar. Na minha família, por parte de meu pai, são oito filhos. (...) Entrei para corporação em 1990, aqui em Belém. Antes eu trabalhava na lavoura e na pesca; nasci nesse meio e trabalhei nele até os 16 anos. (Cabo Élio – PA, jan. 2009, vol. 2, p. 334)

Vim para Porto Alegre em 1971, após a morte do meu pai. Quando meu pai faleceu, minha mãe era empregada doméstica, mãe de dez filhos. Viemos para Porto Alegre com “uma mão na frente e outra atrás” para tentar conquistar algum espaço. (Soldado Lucas – RS, jul. 2007, vol. 2, p. 417)

Meu pai era vaqueiro, laçador de boi bravo, fazia uns bicos, serviços extras, como açougueiro. Ele era um homem muito simples, não sabia ler nem escrever. Minha mãe ficou viúva com 33 anos e com sete filhos para criar. (Sargento Rodrigues – MG, jul. 2007, vol. 2, p. 228)

Antes de ingressar na corporação, eu trabalhei como montador e vendedor de móveis. A primeira coisa que me fez entrar para a Polícia foi o desemprego! O emprego aqui em Recife era escasso e os serviços disponíveis eram na construção civil. (Soldado Cordeiro – PE, jan. 2008, vol. 2, p. 330)

Meu pai era mestre-de-obras e minha mãe, falecida há dois anos, era doméstica. Somos seis irmãos, dois deles da Polícia Militar, comigo

três. (...) Antes de entrar para a Polícia, eu abria letreiros e fazia trabalhos de pintura e também trabalhei com meu pai na construção civil, já que ele era mestre-de-obras. (Soldado Elias - AL, jan. 2008, vol. 2, p. 300)

Meu pai tinha profissão de pedreiro, depois trabalhou na estiva, no cais do porto. Eu gostava muito dessa profissão de pedreiro, aprendi e trabalhei um bom tempo. Terminei meu ensino médio em um colégio do estado, antes de entrar para a Polícia. (Soldado Barbosa - CE, jan. 2008, vol. 2, p. 306)

Nasci na terra do Lula, em Garanhuns/Caetés - Pernambuco, em 17 de setembro de 1961. Meus pais eram lavradores. Na minha família somos dez irmãos vivos, eram 21, mas onze faleceram; nasciam e faleciam. Dos vivos, com exceção de um que está no Ceará, todos vieram para Campo Grande. Como a maioria dos nordestinos, saímos de lá em função da situação. A família veio para cá em 1972, uma parte dos meus irmãos nasceu aqui, são três nascidos aqui. A maioria dos meus irmãos é nascida em Pernambuco. (Soldado Melo Irmão - MS, jan. 2009, vol. 2, p. 400)

O cotidiano de grande parte dos praças da corporação, em 1997, era marcado por preocupações relacionadas, na maioria das vezes, com contração de dívidas resultantes da busca de condições mínimas de sobrevivência. Todavia, "dívidas" eram consideradas transgressão disciplinar. Apesar do salário baixo, do equipamento sucateado e dos riscos, ao longo da carreira, o policial vai ganhando ou perdendo pontos: é classificado, nos extremos, em "comportamento excepcional" e "mau comportamento"¹³⁵. O policial grevista, em 1997, foi enquadrado em "mau comportamento", punido, em muitos casos, com a exclusão.

Revistas e jornais de todo o país denunciaram a existência de oficiais recebendo cerca de sete vezes mais que um soldado. Notadamente, a indignação com os baixos salários permeou as narrativas: "Em 1997, ficamos sete meses sem receber salário" (Soldado Simas - AL, jan. 2008, v.2, p.296); "A gente estava ganhando uma miséria, muito pouco. Os policiais não tinham coragem de participar por causa de retaliação, medo de punição!" (Sargento Onildo - PB, jan. 2008, v.2, p.351); "O salário não chegava a três salários mínimos. Além disso, o que sobrava do meu troco ficava na caixinha para comprar graxa. Era uma situação imoral" (Soldado Moisés - PE, jan. 2008, v.2, p.318).

¹³⁵ Cf. Revista *Veja*, 30 jul. 1997, p. 33.

Os policiais de baixa patente enfrentavam problemas referentes às dissidências familiares decorrentes de precárias condições de vida, à punição, à humilhação e à rejeição por parte da população. A partir dessa constatação¹³⁶, é possível entender o enorme índice de suicídio e alcoolismo na categoria. Diante dos baixos salários, os praças procuravam novas ocupações, aderindo ao sistema do "fazer bico" como segurança, motorista, atendente de bar, etc., chegando, assim, a trabalhar mais de dezesseis horas por dia. Os policiais militares preferiam, muitas vezes, manter a segunda atividade a fazer cursos na corporação para "subir de patente". A falta de condições mínimas de sobrevivência (para PMs ativos e inativos), de acordo com as narrativas, era uma constante:

Em 1997, nós recebíamos um mês e passavam dois, três para receber de novo, muitos companheiros passaram fome. Eu não passei porque fazia bico de segurança e dava aula de música, por isso não sofri tanto, mas tiveram alguns companheiros que até suicidaram. Os colegas me viam como liderança e esperavam uma atitude. (Soldado Elias – AL, jan. 2008, vol. 2, p. 301)

Naquela época estávamos passando fome; a realidade era difícil aqui em Goiás, o militar ganhava R\$ 380,00; o soldado estava passando fome. Eu pensava: como um pai de família sai da sua casa para dar segurança, sendo que ele deixa seu filho passando fome? Porque debaixo daquela farda tinha um pai de família. (Soldado Gilberto – GO, nov. 2009, vol. 2, p. 448)

A greve era considerada inconstitucional e eu pensava: *passar fome é inconstitucional?* Não precisávamos apenas de comida, mas de casa,

¹³⁶ Fragmentos de um relatório interno da Polícia Militar de Minas Gerais mostrados pelo Jornal *Estado de Minas*, 15 jun. 1997, p. 43 e 44: *Nº 080.213-5 – cabo PM*: segundo ele, está atravessando uma péssima situação financeira. Ele é casado, tem filho, sempre é indicado para receber cesta básica da AFAS. O militar se encontra morando com seu sogro de favor em um barracão nos fundos. Está preparando documentação para conseguir empréstimo financeiro para construir em seu lote (...), uma vez que seu sogro está lhe atormentando para desocupar o barraco. *Nº 060.465-2 – cabo PM*: casado, possui duas filhas estudando (5ª e 1ª séries), paga R\$ 200,00 (duzentos reais) de aluguel, contraiu dívidas na tentativa de sair do aluguel, paga dois empréstimos junto ao IPSM. Atualmente, está devendo R\$ 440,00 na (...), onde paga prestação de R\$ 119,00 por mês. *Nº 02-046.209-3 – soldado PM*: distúrbio emocional e conflitos familiares envolvendo a esposa e a filha. Portador de diabetes e insuficiência coronariana. Encontra-se em situação financeira difícil. Embora ainda não esteja caracterizada "extrema penúria financeira", o PM atravessa uma situação extremamente difícil. Seu salário líquido é em torno de R\$ 26000 e gasta com medicamento controlado cerca de R\$ 106,00 por mês. O PM está com quatro meses de aluguel atrasado, cujo valor mensal é de R\$ 170,00 e não consegue colocar em dia. Foi encaminhado recentemente à DPS ofício solicitando auxílio financeiro para o Sd, após uma Sindicância Social, para que o mesmo quite seu débito com aluguel, contudo ainda não houve resposta.

de saúde, de armamento, pois havia muitos policiais que morriam em confrontos. (Sargento Denis- PB, jan. 2008, vol. 2, p. 355)

As condições de trabalho eram ruins, a remuneração era péssima. Não éramos valorizados. A abreviatura de soldados na nossa linguagem é SD, daí surgiram as afirmações: "Sem Direito", "Sem Denominação". Nós éramos vilipendiados, nós éramos humilhados, e isso foi me indignando e fazendo com que eu assumisse essa postura questionadora. (Cabo Nonato, MT, jan. 2009, vol. 2, p. 390)

Notadamente, a maioria dos soldados, cabos e sargentos, diferentemente dos oficiais, mora em casas alugadas ou "de favor" com familiares. Eles residem nas proximidades, ou mesmo dentro, de favelas e cortiços, que várias vezes precisam revistar:

Quando um cidadão discava 190 para chamar um policial para resolver o seu problema, o cidadão não sabia que o profissional que iria resolver o seu problema tinha muito mais problema que ele. O policial ganhava pouco e morava na favela. Muitos policiais tinham que andar fardados porque não tinham vale-transporte para poder pegar o ônibus. A esposa tinha que lavar e estender a roupa atrás da geladeira para ninguém saber que ele morava lá. O policial por ganhar pouco tinha que ter dois a três empregos, "bicos": trabalhava de segurança, leão de chácara. Muitos tinham problemas familiares, tinham problemas de alcoolismo. Com isso, o "bico" acabava sendo o emprego deles, pois ganhava mais fora. Entretanto, quando o cara chegava ao quartel cansado, ele era punido, preso. Chegava cansado porque havia trabalhado doze horas em outro emprego. Chegava ao quartel para pegar mais doze horas de serviço. (Cabo Júlio – MG, jan. 2007, vol. 2, p. 248)

Ao observar a origem social e as condições de vida e trabalho dos praças da Polícia Militar, é possível compreender a simpatia inicial de parte da população às passeatas: eram profissionais pobres, reivindicando seus direitos como qualquer categoria¹³⁷. Não obstante, são reais os problemas estabelecidos ao serem realizadas greves militares. Com a intensificação dos protestos, emergiu a perplexidade frente às tropas armadas em um *ciclo nacional de protestos*.

A formação de um praça da Polícia Militar, se comparada à formação de um oficial, é extremamente precária, pois o tempo de formação

¹³⁷ Entretanto, notam-se algumas vantagens em ser PM: "(...) algumas modestas, como poder circular em ônibus de graça, e outras nem tanto. Num sistema de saúde cheio de buracos, os policiais possuem nos hospitais militares uma opção a anos-luz do SUS. Outros aspectos positivos são a possibilidade de carreira dentro da corporação e a estabilidade." (Revista *Veja*, 30 jul. 1997, p. 35)

daqueles não chega a doze meses, sendo que, nesse período, o candidato recebe informações que, devido à falta de organização e ao conteúdo superficial, contribuem muito pouco para o futuro trabalho a ser desenvolvido. A partir dessa formação precária e da grande diferença salarial, tornou-se latente o alto nível de tensão entre praças e oficiais dentro da corporação, mesmo sabendo que o praça é treinado com base em pilares disciplinares e hierárquicos.

Convém apontar, a essa altura, que a instituição Polícia Militar, como qualquer outra organização profissional, regulamenta o acesso dos indivíduos ao seu grêmio: quer somente os que possuem determinadas habilidades e conhecimentos explicitamente estabelecidos, socializando os indivíduos com as normas, os regulamentos e, até, os costumes vigentes dentro da instituição. Hoje, devido à grande quantidade de interessados em ser praças da PM, a corporação tem exigido, para tanto, o ensino médio completo. A organização se flexibilizou e conta, atualmente, com as mulheres, lembrando que, antes, era restrito ao o sexo masculino. Na admissão do profissional policial militar, a saúde corporal é analisada com rigor. Nos exames médicos, se costumam excluir os baixos, míopes, com pés chatos, obesos ou homossexuais. Diagnósticos de psicólogos são produzidos por exames e entrevistas, porém não se sabe até que ponto realmente são úteis e a quem realmente servem esses mecanismos. Nesses exames pré-admissionais (incluindo exames de sangue, urina, fezes, oftalmológico e psicológico), nos quais se procede à seleção de pessoal, os mais fortes, robustos ou que aparentam forte personalidade, normalmente, são reservados para batalhões de elite ou serviços administrativos de confiança. As narrativas demonstram a satisfação dos colaboradores ao afirmarem que, apesar das dificuldades financeiras, conseguiram “passar no concurso público para PM”:

Fiz a prova e passei! Depois passei com a psicóloga, no psicotécnico. No final, eles chamavam um por um... Aí chamaram o meu nome, César Giovanni Formoso da Costa, e disseram: *risca aí a unidade que o senhor pretende trabalhar*. (Soldado Giovanni – RS, jul. 2007, vol. 2, p. 426)

Naquela época, em 1987, a Polícia Militar de Alagoas pagava um bom salário. Isso me levou a fazer inscrição para o concurso público da PM. Esse foi o grande motivo que levou um grupo de 60 militares do Exército a fazer a inscrição para o concurso da Polícia. Dos 60 candidatos, 49 foram aprovados, entre eles, eu. (Soldado Simas – AL, jan. 2008, vol. 2, p. 295)

Em meio às narrativas que norteiam este trabalho, é possível afirmar que os entrevistados (policiais que participaram das greves de 1997) fazem parte de uma geração de PMs marcada pela transição: alto grau de militarização *versus* transformações institucionais da pós-redemocratização brasileira – com maior exigência no campo da escolaridade, presença feminina, direito ao voto e possibilidade de organização em clubes e associações.

As associações foram apontadas pelos entrevistados como fundamentais para a organização política dos praças da Polícia Militar:

Ganhamos a eleição, para diretoria da nossa Associação em 1991 – governo de Antonio Carlos; o Coronel Paraíso era o comandante-geral. A nossa posse foi um sucesso, encheu a Associação, todo mundo acreditava que a gente ia mudar mesmo, como realmente mudamos. Da nossa Associação surgiu o movimento de 1997. (Sargento Pires – BA, abr. 2009, vol. 2, p. 369)

Minha história de luta foi dentro da corporação. Eu queria criar alguma coisa dentro da Polícia Militar que diminuísse a distância entre o oficial e o praça, que diminuíssem os abusos. Comecei a divulgar a ideia de se criar uma Associação de Cabos e Soldados em Alagoas. Convidei os colegas para participarem de reuniões. Fui muito perseguido. (Soldado Elias – AL, jan. 2008, vol. 2, p. 301)

Entrei para Associação dos Cabos e Soldados do Rio Grande do Sul na fase da mudança de Clube para Entidade de Classe. Até 1989 éramos apenas Clube, com a mudança da Constituição nós nos transformamos em Associação. Na época nós não entendíamos muito a diferença de Clube para Associação, mas na realidade, ganhávamos a possibilidade de reivindicar. (Soldado Lucas – RS, jul. 2007, vol. 2, p. 418)

A ideia da greve de 1997 surgiu na Associação e foi divulgada nas unidades e subunidades da PM por meio de uma circular. Convocaram a tropa para uma reunião que decidiria ações para um possível aumento salarial. Quem convocou a reunião foi o então presidente da Associação, o Cabo Anselmo. Ele não dimensionou a importância da movimentação. (Soldado Tupinambá – CE, jan. 2008, vol. 2, p. 312)

Em 1995, nossa Associação entrou no Fórum dos Servidores Públicos do Mato Grosso do Sul (ligado ao PT), começamos a ter uma visão melhor do que era uma reivindicação salarial e de melhores condições

de trabalho; começamos a repassar isso para os segmentos da PM envolvidos na Associação. Colocamos para eles que tínhamos que estar unidos se quiséssemos conquistar alguma coisa. (Soldado Melo Irmão – MS, jan. 2009, vol. 2, p. 402)

Antes da Associação, tinha o Clube dos Cabos e Soldados, mas que sempre foi um braço do oficialato, dos coronéis. Tinha um presidente, mas quem mandava mesmo eram os coronéis, e o clube sempre foi uma espécie de apoio aos coronéis, eles nunca entraram nessa luta. Eu entrei na Associação em 1995, na época da fundação, no dia 21 de abril de 1995. Entrei porque eu acreditava que ali a gente iria reivindicar os direitos. (Cabo Jarbas – PI, julho 2009, vol. 2, p. 441)

A corporação Polícia Militar funciona 24 horas e, por isso, a escala é de 12 horas de trabalho, por 24 horas para descanso, e aqueles que trabalham em regime especial (24 horas) obtêm o direito de folgar 48 horas. O "oficial de dia" gerencia a corporação, cabendo a ele todas as obrigações administrativas no horário comercial. Na atividade de campo em viaturas, trabalha-se em conjunto: em geral, um sargento, dois cabos e dois soldados. Todas as iniciativas de ordenação, encaminhamento e passagem do serviço cabem ao sargento. No trabalho policial militar (batidas em favelas, busca e captura de criminosos, apreensão e localização de veículos, armas e repressão ao tráfico), em que o perigo e a violência fazem parte do cotidiano, percebe-se o não-engajamento dos oficiais.

Soldados, cabos e sargentos fazem a linha de frente e muitas vezes os acidentes de trabalho são inevitáveis. Em Maceió, o Soldado Elias falou dos vários "tombamentos" – mortes – de praças em serviço e das manifestações organizadas em solidariedade às famílias:

É preciso reestruturar as forças policiais. Mas é preciso consultar a base, os policiais que estão nas ruas: cabos, soldados e sargentos. Os praças estão no policiamento das favelas, descendo grota, prendendo delinquentes. Os praças têm visão... Sabem o que é importante e o que se precisa fazer para melhorar. Aqui em Alagoas nós fizemos um movimento em solidariedade às famílias dos policiais que "tombaram ao chão" – que foram mortos por bandidos no início deste ano. Para colocar um policial na rua é preciso dar estrutura: um rádio, um colete, uma arma de fogo. (Soldado Elias – AL, jan. 2008, vol. 2, p. 305)

O *ciclo de protestos* policiais militares brasileiros abalou a corporação no que se refere ao trabalho desenvolvido por ela: a Polícia Militar está encarregada de policiamento, patrulhamento, preservação e restauração da ordem pública; da segurança no trânsito urbano e rodoviário; proteção à fauna e à flora; defesa do patrimônio histórico e artístico; e participação na Defesa Civil¹³⁸. Tem ainda a função de dar garantia do exercício do poder de polícia aos órgãos e entidades públicos, inclusive aos municípios. A instituição Polícia Militar é responsável, oficialmente, pelo controle e pela ordenação da sociedade, assumindo, assim, uma atividade primordial. Nesse sentido, as mobilizações de policiais militares em 1997 expressaram sua relevância ao articular duas variáveis: uma externa, relativa à repercussão do movimento no que tange os problemas sociais colocados ao se estabelecer uma greve dentro da PM; e outra interna, referente aos inúmeros desajustes na corporação, que levaram ao estremecimento dos pilares de sustentação da instituição (hierarquia e disciplina).

6.2 Cultura policial militar e abusos hierárquicos

Como os colaboradores narram suas experiências na caserna? Como ingressaram na corporação? O que é ser um policial militar? Essas perguntas instigaram, a partir da leitura das entrevistas, reflexões sobre uma possível *cultura policial militar*. Chama a atenção, em todas as entrevistas, o enfoque dado ao período de formação: na Academia Policial Militar se aprende que os militares são diferentes dos paisanos. E não apenas diferentes, são também melhores: "(...) não por características singulares que os militares tenham ou venham a ter individualmente, mas porque eles - enquanto coletividade, corpo - viveriam da maneira correta" (CASTRO, 1990, p. 43). O ano do "ingresso" marcou as narrativas:

¹³⁸ Decretos-Leis federais nºs 1.406, de 24 de junho de 1975 e 2.010, de 12 de janeiro de 1983, que reorganizaram as Polícias Militares.

Ingressei em 2 de junho de 1988. Escolhi a carreira militar por causa do meu pai e do meu tio, que também eram militares. Foram seis meses de formação dentro da Academia. Achei tudo tranquilo, não estranhei nada: aquilo era o que eu sempre quis! (Sargento Onildo – PB, jan. 2008, vol. 2, p. 351)

Eu tinha o dom militar, aquela vontade de ser policial militar. Ingressei na Polícia Militar do Piauí no dia 1 de abril de 1986. Meu curso de formação de soldado ocorreu na cidade de Picos, no 4º Batalhão. Foram seis meses de formação, o curso foi muito importante. (Cabo Santiago – PI, jul. 2009, vol. 2, p. 430)

Fiz um concurso para soldado da Polícia, passei e ingressei em 1987. Quando ingressei na Polícia, não estava acostumado com a disciplina e a hierarquia. Era muita rigidez, a instrução era puramente militar. (Soldado Barbosa – CE, jan. 2008, vol. 2, p. 306)

Em 1990 eu ingressei na Brigada. Eu já entrei especialista – armeiro. Exigia-se o segundo grau completo. Junto comigo entraram dois irmãos. Temos na família três brigadistas, esse foi o orgulho da minha mãe! (...) Nossa formação foi mais militarizante que policial. Nosso curso era de “milico”. Era muito treinamento, até campo eu fiz: sobrevivência no meio do mato. (Soldado Lucas – RS, jul. 2007, vol. 2, p. 417)

Saí do Exército e passei direto para Polícia Militar. Ganhei certo respeito, pois o pessoal que sai do Exército e passa no concurso da PM já vem praticamente preparado: sabe atirar, respeita o oficial, segue o Regulamento. Existia o respeito aos militares de primeira categoria, que éramos nós. Éramos diferentes dos que chegavam do mundo civil. (Soldado Simas – AL, jan. 2008, vol. 2, p. 295)

A cultura de uma organização não é um produto acabado, não é um estágio final consolidado. A *cultura policial militar* está sempre em processo de modificações, adequando-se aos cenários recorrentes. As Polícias Militares são consideradas forças auxiliares, reservas do Exército. Na formação do PM, são notadamente perceptíveis aspectos semelhantes à estrutura do Exército, no que tange o sistema organizacional. As narrativas evidenciam que as diretrizes militares são fornecidas na Academia de Polícia Militar. Na formação é possível identificar mecanismos simbólicos da construção de uma identidade militarizada.

Segundo Castro (1990), para a construção do *espírito militar* transmite-se a valorização da coletividade sobre os indivíduos. Tem-se a representação da carreira militar como um mundo coerente. Nota-se, entretanto, que além da experiência de coletividade, colocada na formação (experiências de integração), existem espaços e estímulos

específicos para competição como parte da *cultura militar*. Nas Academias Militares valoriza-se, para além da coletividade, o destaque pessoal.

A construção da identidade policial militar tem lugar, especificamente, em meio a uma tensão entre uma visão *ideal* – que afirma posição de superioridade moral, prestígio e distinção sociais dos militares em relação aos paisanos – e a vivência *real* desses policiais por meio de experiências que muitas vezes não confirmam ou mesmo contradizem o militarismo.

Sobre o militarismo na corporação Polícia Militar, verificam-se, segundo pesquisa realizada por Silva Neto (1995), valores, crenças e posturas que caracterizam e tipificam a vida organizacional dessa instituição. Percebem-se os chamados “abusos hierárquicos”:

O policial militar é um ser dominado pela vontade de seus superiores; o militar deixa de ser criativo em função de se ver constantemente obrigado a agir segundo a vontade de seus superiores; o poder hierárquico é utilizado para anular oposições e dominar os subordinados; o poder hierárquico tem mais valor que o conhecimento; os militares não podem expressar suas opiniões, pois elas podem conflitar com as de seus superiores e provocar reações desfavoráveis. (SILVA NETO, 1995, p. 31)

Na média das relações de trabalho, a mesma pesquisa destaca o poder hierárquico empregado basicamente para punir e obter resultados: punir inimigos e beneficiar amigos; solucionar conflitos, impasses ou problemas, em detrimento de uma negociação (SILVA NETO, 1995). Tais abusos são perceptíveis, no universo dos policiais militares entrevistados, a partir da observação do período de formação à qual todos os membros da corporação são submetidos:

Tenho muitas lembranças dos abusos no período de formação no Batalhão de Choque. A minha primeira punição foi em 1978, com dois anos de PM, porque casei sem a permissão do meu comandante. Eu fui punido com quatro dias de prisão porque casei sem permissão. A Polícia Militar só daria permissão a partir dos três anos e eu só tinha dois anos de corporação. Eu me casei no dia 27 de maio de 1978 e fui recolhido ao xadrez do 5º Batalhão por quatro dias por não pedir permissão para casar! (Soldado Alfeu – BA, abr. 2009, vol. 2, p. 377)

O período de formação foi abusivo. Eu tive problemas com o comandante do nosso Batalhão. O questionamento que eu fazia era

não aceitar as loucuras que os instrutores de pelotões faziam com os alunos, coisas humilhantes. O problema para mim não era o militarismo, eu sempre gostei de ser militar, o problema eram as humilhações. Até hoje existe muito abuso, o abuso moral. Um abuso, por exemplo, que me incomoda: os oficiais, de maneira geral, têm comportamento de uma criança mimada; eles não gostam de ser contrariados, tudo que eles querem é que a gente obedeça a eles. (Cabo Savedras – PA, jan. 2009, vol. 2, p. 344)

O maior causador da revolta dos praças foi o arcaico rigor do Regulamento Disciplinar. O Regulamento propiciou abusos dos oficiais. Eles extrapolavam os limites que um ser humano pode suportar: eram prisões abusivas, interferências diretas na vida particular do praça da Polícia Militar. Com os oficiais não acontecia nada. Nós tínhamos um regulamento criado para ser aplicado apenas para os praças. (Sargento Rodrigues – MG, jul. 2007, vol. 2, p. 233)

O Regulamento Disciplinar da Polícia Militar era duro e arcaico. Após o movimento ele mudou, mas continua muito rígido. A Constituição dá o direito de ir e vir à pessoa, o direito democrático, mas na Polícia Militar não existe isso. (Soldado Tupinambá – CE, jan. 2008, vol. 2, p. 312)

A hierarquia classifica os policiais militares em patentes por meio da relação de comando/obediência, na qual cada um tem seu lugar. Em uma instituição hierarquizada como a Polícia Militar, normas e regras – presentes no Regulamento Disciplinar – são produzidas para controlar o comportamento dos participantes.

Ao observar a regulamentação policial militar, anterior aos protestos de 1997, no que tange às “transgressões disciplinares”, notam-se penalidades para situações absurdas, ao olhar de um civil, como: deixar de avisar aos policiais militares, em companhia dos quais estiver, da aproximação de superior; contrair dívida ou assumir compromissos superiores às possibilidades, comprometendo seus vencimentos e o nome da classe; deixar de comunicar previamente e por via hierárquica seu casamento à autoridade competente, e a praça de pedir autorização para se casar; frequentar lugares incompatíveis com o decoro da sociedade e da classe; dar entrevista, discutir ou provocar discussão pela imprensa a respeito de assuntos políticos, militares ou policiais, excetuando-se os de natureza exclusivamente técnica, quando devidamente autorizado.

Dessa forma, o Regulamento Disciplinar consistia, até o ano de 1997 (quando começa uma revisão nacional desses preceitos), em um conjunto

abusivo de regras que regulamentava a vida dos praças tanto no espaço público da organização quanto no mundo privado de seu lar, sendo composto por princípios, normas, delimitação de penas, competências, comportamentos e regras para licença. Na corporação, o Regulamento Disciplinar era o principal documento responsável pelas punições direcionadas aos praças. Não é por acaso que sua revisão surge como reivindicação dos policiais grevistas. De acordo com Souza (1997), a cultura organizacional da Polícia Militar se calca na convicção do papel social da corporação: afirma-se que esta, como instituição estatal, desempenha um serviço público fundamental para a convivência social (a proteção e o socorro comunitário). Todavia, a cultura corporacional envolve mitos, ritos, símbolos, tabus e dogmas militares.

Os mitos¹³⁹ exercem papel fundamental na formação policial militar. São criados e facilmente percebidos. Sua interpretação é crucial para a compreensão do universo simbólico. Aproveitam-se fatos históricos e dá-se explicação mais ou menos lógica de modo a fortalecer e direcionar a crença e condicionar o comportamento dos membros. Os mitos podem exercer efeito psicológico, prevalecendo como valores.

É possível dizer que a participação da corporação Polícia Militar em conflitos "bélicos" constitui mitos. Apesar de, atualmente, as corporações não terem essa função guerreira, sua possível participação na Guerra do Paraguai e em ditas "revoluções internas" é rememorada em cerimônias e instruções. Um discurso divulgado, em 1995, pela turma de Aspirantes da Academia de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais afirma tais mitos:

Reverenciamos e enaltecemos a participação da PMMG na Guerra do Paraguai (1865), na qual Minas era o Brasil em guerra. Salve, salve, o glorioso 17º Batalhão de Voluntários da Pátria! Depois viriam outras batalhas: A Revolução de 1930, 1964... tantas lutas... quanta glória. (Revista *Aspirantes*, p. 2, 1995.)

Referenciam, postumamente, a figura de Joaquim José da Silva

¹³⁹ Cf. PASSERINI, Luísa. Mitobiografia em História Oral. *Projeto História*. n. 10, dez. 1993, p. 32; BARTHES, Roland. *Mitologias*. Lisboa: Edições 70, 1973; DURAND, Gilbert. *Mito, Símbolo e Mitologia*. Lisboa: Presença, 1982.

Xavier, "O Tiradentes", por ter sido Alferes do Regimento de Cavalaria (suposto embrião da Polícia Militar¹⁴⁰). Tiradentes é um mito: o Patrono das Polícias Militares do Brasil espelharia um modelo a ser seguido.

Aqui na Paraíba, fizemos uma lista com 21 reivindicações. Pois 21 (de abril) é o dia de Tiradentes, o nosso patrono. Eram várias reivindicações: melhoria do rancho, a escala de serviço, condições de trabalho. (Sargento Denis – PB, jan. 2008, vol. 2, p. 362)

Além do Dia de Tiradentes, o Duque de Caxias – Luís Alves de Lima e Silva (cultuado a partir de 1923 como Patrono do Exército¹⁴¹) – é também celebrado pelos policiais militares no dia do seu nascimento, 25 de agosto, com o Dia do Soldado. As Polícias Militares efetuam, ainda, comemorações patrióticas como a do Dia da Bandeira (19 de novembro¹⁴²) e a do Sete de Setembro. Aliam-se as Forças Auxiliares Policiais Militares às Forças Armadas em imponentes desfiles cívico-militares de Sete de Setembro. As paradas contam com a efetiva participação da PM em grupamentos que desfilam em continência à Bandeira Nacional e formam as guardas de honra, com os tradicionais uniformes azuis, e o Espadim Tiradentes.

O Espadim Tiradentes é entregue aos cadetes dos Cursos de Formação, em cerimônia solene, precedida de missa de bênção dos espadins e seguida por um baile de gala, Baile do Espadim. O Espadim Tiradentes representa "a honra e a dignidade"¹⁴³ do policial militar. A espada é o símbolo do oficial e o espadim, o símbolo do cadete. As cerimônias policiais militares são norteadas pelos mesmos princípios das

¹⁴⁰ Cf. COTTA, Francis Albert. *No rastro dos Dragões: universo militar luso-brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005; COTTA, Francis Albert. *Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisálida, 2006.

¹⁴¹ Para compreensão da substituição do herói militar da Batalha de Tuiuti, Manuel Luís Osório, por Caxias na criação do culto do Patrono do Exército, é referência o livro de Celso Castro: *A invenção do Exército Brasileiro* (Jorge Zahar Editor, 2002). A obra analisa os principais rituais e símbolos do Exército Brasileiro.

¹⁴² No dia 19 de novembro, as organizações militares realizam o "culto à bandeira", com: hasteamento da bandeira nacional, canto do hino da bandeira e desfile em continência.

¹⁴³ Cf. OLIVEIRA, Juarez (Org.). *Forças Armadas: Decreto nº 2.243, de 03.06.1997: continências; honras; sinais de respeito; cerimonial militar*. São Paulo: Oliveira Mendes, 1997.

cerimônias das Forças Armadas. As diretrizes de "cerimonial militar", assim como de "continências, honras e sinais de respeito", são encontradas no Decreto nº 2243 (Forças Armadas/1997). Esse Regulamento:

Estabelece as honras, as continências e os sinais de respeito que os militares prestam a determinados símbolos nacionais e às autoridades civis e militares; regula as normas de apresentação e de procedimento dos militares, bem como as formas de tratamento e a precedência entre os mesmos; fixa as honras que constituem o Cerimonial Militar no que for comum às Forças Armadas. (OLIVEIRA, 1997, p. 12)

As prescrições desse Regulamento se aplicam às situações diárias da corporação, estando o policial militar de serviço ou não, em área militar ou em sociedade. O cerimonial, de natureza militar ou cívica, busca dar a maior solenidade possível a determinados atos. As cerimônias de formatura e de inclusão de novos membros possuem importante significado para o policial militar. Nesses momentos, a tropa se apresenta com o uniforme especial de parada, utilizando armamento padronizado. Os entrevistados, em sua maioria, demonstraram "certo orgulho" de tais cerimônias:

Na minha formatura, todos percebiam a alegria no rostinho da minha mãe. A nossa Brigada era a mais militarizada do país, inclusive nas cerimônias. (Soldado Lucas – RS, jul. 2007, vol. 2, p. 417)

Eu gostava das cerimônias e dos valores de hierarquia e disciplina dos militares. Eu achava tudo muito bonito, pois eu era de uma família humilde. Um momento importante foi o primeiro aniversário que comemorei. Por ser de família pobre, eu nunca tinha comemorado. Todo mês o comandante do Batalhão reunia os aniversariantes do mês. Eles chamavam apenas aqueles que iam fazer aniversário e levavam ao refeitório. Lá a banda tocava parabéns; tinha até bolo. Eu nunca me esqueço, foi muito importante para mim. (Sargento Delgado – MT, jan. 2009, vol. 2, p. 383)

Nas formaturas, normalmente se faz chamada geral para toda a tropa presente. Inicia-se, então, o processo de socialização: enfocam-se valores militares com vocabulário técnico pertinente à função.

Fecham-se as cerimônias com desfile militar, que constitui, por assim dizer, o auge da cerimônia. Antes de os novos membros se

incorporarem à tropa, são proferidas palavras de compromisso em forma de juramento militar, em voz alta e pausada¹⁴⁴:

Incorporando-me à Polícia Militar, prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades – a que estiver subordinado – respeitar os superiores hierárquicos, tratar com afeição os irmãos de armas, e com bondade os subordinados, e dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, cuja honra, integridade e instituições defenderei com o sacrifício da própria vida. (OLIVEIRA, 1997, p. 28)

Nas cerimônias, bem como no cotidiano, o policial militar, em decorrência de sua condição, suas obrigações e seus deveres, precisa tratar sempre com respeito os superiores hierárquicos. Consequentemente, estabelecem-se os “sinais de respeito” e a “continência” como formas de ação que caracterizam o espírito de disciplina (OLIVEIRA, 1997). Não obstante, conforme as narrativas registradas, tais obrigações são flexibilizadas de acordo com o Comando local:

Aqui em Recife, na década de 90, o Comando iniciou algumas ações para modernizar a Polícia. Alguns entenderam como descaracterização militar. A Guarda não precisava fazer aquelas referências ao Comandante... Ela só anunciava que o coronel estava chegando. Ele apertava a mão de todo mundo. (Soldado Moisés – PE, jan. 2008, vol. 2, p. 318)

O caso narrado acima – a chegada de um comandante – exigiria, segundo o Regulamento, as chamadas “honras militares”, definidas como homenagens coletivas concedidas aos militares superiores e às altas autoridades civis. Essas homenagens ocorrem em honras de recepção e despedida, em comissões de cumprimentos e de pêsames, em honras de gala e honras fúnebres (as duas últimas com guarda, escolta e salvas). As Polícias Militares, seguindo as orientações das Forças Armadas, contam com Bandas de Música e Bandas de Corneteiros e Tambores. São executados toques e hinos a partir das orientações previstas no *Manual de Toques, Marchas e Hinos das Forças Armadas – FA-M-13*.

¹⁴⁴ As “palavras de compromisso” aparecem no item “Do Compromisso dos Recrutados – Decreto nº 2.243, de 03.06.1997: continências; honras; sinais de respeito; cerimonial militar”.

Os ritos são expressivos na *cultura policial militar* por reiterarem e ratificarem valores. Podem ser entendidos como conjunto de atividades combinadas e planejadas com significado latente: dá-se dramaticidade especial a eles para assinalar a importância de um ato que se quer praticar ou um curso de ação que se quer perpetuar.

Nas Academias Policiais Militares, são praticados inúmeros rituais que se identificam com valores militarizantes. Um exemplo é a Solenidade Matinal – todos os dias, ao amanhecer, os cadetes se reúnem num único corpo e hasteiam o Pavilhão Nacional e a bandeira do estado. O hasteamento ocorre às oito horas e a arriação, às dezoito horas. As Polícias Militares procuram preservar e fortalecer o alicerce militar que lhes confere identidade.

Alguns entrevistados ressaltaram em suas narrativas o valor das atividades formativas de sobrevivência: as “jornadas militares” executadas em centros de instrução – terrenos abertos para acampamento. Nesses locais, os PMs recebem instruções sobre deslocamento em terreno irregular, noções sobre munições químicas, nós e amarrações, socorro e resgate.

Além da jornada militar, o “exercício físico-militar com armas” também compõe a rígida formação militarizante do policial. O exercício físico com armas, ou ginástica com armas (“molinete”, como é conhecido), objetiva aprimorar o condicionamento físico, desenvolver a coordenação motora e criar intimidade com as armas, principalmente para desfiles. Os policiais militares revelaram em suas entrevistas o impacto dessa formação militarizante:

Geralmente, quem sai da vida civil para a carreira militar estranha um pouco os primeiros meses, em virtude da disciplina e da rigidez do Regulamento. Em alguns momentos, eu até pensei em desistir – logo na época da formação, mas os companheiros me ajudaram a não pedir o desligamento da escola. (Soldado Cordeiro – PE, jan. 2008, vol. 2, p. 330)

Em uma das instruções que fiz no meu período de formação, tive um problema na clavícula. Na primeira semana, durante um treinamento, com uma brincadeira de um sargento que hoje é capitão na Polícia Militar, onde todo mundo corria até a parede e voltava, no tumulto,

os colegas me empurraram e eu bati o ombro na parede. Até hoje sofro com essa enfermidade, tem dias que não aguento de dor no ombro. Fui assistido, passei uma semana internado no hospital da Polícia Militar, foi grave. (Soldado Elias – AL, jan. 2008, vol. 2, p. 300)

O oficial militar estava acima dos regulamentos, das leis e das normas. A relação hierárquica era desumana, e, hoje, continua sendo abusiva porque “manda quem pode e obedece quem tem juízo”. Hoje chamamos de Código de Ética, mas antes era o RDPM – Regulamento Disciplinar da Polícia Militar. Nas falhas do subordinado, o superior vem e esculhamba, e hoje vem acontecendo muito, por exemplo, assédio moral que são as ameaças, agressão psicológica, perseguição política, mesmo com o Código de Ética. (Cabo Élio – PA, jan. 2009, vol. 2, p. 335)

A redemocratização brasileira, iniciada na década de 1980, evidenciou, nas corporações policiais militares, a falta de sintonia entre a estrutura militarizante e a cidadania policial. Os questionamentos sobre a função pública que os policiais militares deveriam assumir diante do Estado Democrático de Direito indicaram a emergência de um novo policial militar. Nos mitos, símbolos e rituais, procurou-se maior identidade com o caráter militar, e não com a profissão policial. Nesse sentido, cabe entender esse novo policial militar no que se refere aos ideais disciplinares e aos abusos recorrentes, que estimularam, no ano de 1997, as manifestações grevistas e posteriores punições corporativas.

A dualidade militar/cidadão reflete o conflito entre a ordem e as pressões das demandas insatisfeitas. Esses militares acabam, assim, dividindo-se entre a continuidade do respeito à ordem e o inconformismo de trabalhador desamparado. É de se notar que os diversos processos de transição na história do Brasil não foram capazes de encontrar saída jurídico-política sobre o novo papel da instituição militar num estado democrático. Observa-se uma crise de identidade no aparelho militar, incluindo a Polícia Militar.

6.3 Punições corporativas: prisões e exclusões

Após os movimentos reivindicatórios de 1997, abriram-se procedimentos administrativos e penais militares contra os praças manifestantes¹⁴⁵. Os protestos foram enquadrados como revolta e motim, sujeitos a pena legal. Em muitos estados, os Comandos instauraram Inquérito Policial Militar, por unidades, objetivando apurar a participação dos praças. Os autos foram remetidos à Justiça Militar Estadual, pois *"Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar os Policiais Militares e Bombeiros Militares nos crimes militares definidos em lei. Cabendo ao Tribunal competente decidir sobre a pena do posto e a patente dos oficiais e da graduação da praça"*¹⁴⁶.

A transgressão disciplinar é geralmente descrita como os atos contrários à boa ordem ou aos regulamentos militares, não previstos como crime nas leis penais. Crime militar é, pois, a violação do dever militar. Questionou-se, a partir desses princípios, a aplicação da pena administrativa capital (exclusão disciplinar) a muitos policiais militares brasileiros. O "dia da exclusão" marcou as histórias de vida dos policiais militares entrevistados:

No dia 9 de dezembro de 1997, foi publicada a minha exclusão. Era feriado municipal, dia do centenário de Belo Horizonte: tinha que ser em um feriado, quando os quartéis estivessem desativados, para não haver nenhuma repercussão, estava tudo parado. No dia 10 eu recebi uma ligação do coronel dizendo: "a Polícia Militar analisou o relatório do seu Conselho Disciplinar, e estou te ligando para dizer que optaram pela sua exclusão". Eu não acreditei na exclusão. (...) Aquele foi o pior dia da minha vida. Eles me deram uma ordem: eu tive meia hora para entregar minha farda. Eu só sabia ser policial. Fiquei desesperado. (Cabo Júlio – MG, jan. 2007, vol. 2, p. 243)

A Corregedoria analisou os processos policiais. O promotor de justiça pediu minha absolvição por causa de todo o relato da minha vida, tanto na parte civil como militar, pois havia as testemunhas, não tinha motivos para expulsão da corporação. No mês de dezembro de 1997, após o movimento, eu fui excluído da corporação. Eles

¹⁴⁵ Em Minas Gerais: "no dia 27 de junho, o Comando da Polícia Militar já estava pronto, por meio de Inquérito Policial Militar (IPM), para aplicar as penas previstas no Código Penal Militar (CPM). Todos os praças que participaram do movimento deveriam ser duramente punidos." (*Hoje em Dia*, 29 jun. 1997, p. 1)

¹⁴⁶ Cf. Art. 125 § 4º da *Constituição Federal* (1988).

recolheram minha identidade e fardamento, antes mesmo do julgamento. (Soldado Barbosa – CE, jan. 2008, vol. 2, p. 307)

Fomos processados. Não por “mau comportamento”, mas porque éramos lideranças. Eu, Willian, Crispin, Delfim... Todos nós com um comportamento tranquilo. Fomos processados e pediram a expulsão. Eu assumi a culpa. Foi muito ruim para mim porque é muito chato você ir para um tribunal e seus filhos ficarem pensando que você é bandido. (Sargento Denis – PB, jan. 2008, vol. 2, p. 358)

No mês de maio de 1998, saiu um Boletim Geral da Polícia Militar convocando a gente para responder Conselho Disciplinar. O resultado desse Conselho me deu a expulsão, e a justificativa foi de que eu estava sendo expulso por ter participado do movimento reivindicatório ocorrido no ano de 1997, mas um documento de um ano atrás dizia que *não iríamos sofrer punições, salvo militar*. Só eu fui expulso no Pará. Eles alegaram depois, verbalmente, que os outros tinham mais de dez anos de Polícia e já tinham estabilidade, portanto não sofreram disciplina – essa punição. Mas eu, como só tinha oito anos e sete meses, não havia alcançado minha estabilidade. Foi essa a justificativa, segundo eles, para que eu fosse expulso da Polícia Militar. Me pegaram para “castigo exemplar”. (Cabo Élio – PA, jan. 2009, vol. 2, p. 339)

Após receber voz de prisão durante a greve, fui afastado da corporação de julho até dezembro de 1997. No dia 31 de dezembro de 1997 recebi a notícia: estava excluído! Tive apoio familiar, do sindicato dos bancários e de outros sindicatos que também foram solidários. Nós os procuramos e eles também sempre estiveram de portas abertas para nos ajudar. Foi um momento triste, tudo se tornou difícil, as portas se fecharam. Eles fazem tudo para te derrubar. Mas eu não me calei. Procurei a igreja e os sindicatos, buscando um novo trabalho. As Associações da Polícia Militar não ajudaram em nada, foi o sindicato da Polícia Civil que nos ajudou com cestas básicas. Fui estudar porque não tinha o segundo grau completo e terminei o ensino médio. Fiz um curso, trabalhei como vigilante e com comércio ambulante. (Soldado Tupinambá – CE, jan. 2008, vol. 2, p. 313)

Os entrevistados alegaram, em suas narrativas, que tais punições foram atos de discriminação, perseguição e vingança de oficiais administradores:

Durante o período de junho a dezembro de 1997, eu sofri seis prisões, era uma atrás da outra. Teve perseguição explícita, qualquer coisa que eu falasse naquele momento era motivo de comunicação (...). Depois, vieram as exclusões. Cento e oitenta e seis policiais foram expulsos por participar do movimento aqui em Minas. Eu, o Cabo Júlio, o Sargento Bravo e o Milton fomos os primeiros a serem excluídos. PMs foram indiciados. Mais de 3.000 policiais foram punidos com prisão. Foi a “caça às bruxas”. A exclusão foi uma forma de vingança, não houve critério. (Sargento Rodrigues – MG, jul. 2007, vol. 2, p. 240)

Todos perceberam a injustiça que fizeram comigo. Ficaram perplexos, todos sabem que sou uma pessoa muito calma, tranquila. Os meus vizinhos não acreditaram, sentiram que foi uma injustiça e me apoiaram. As pessoas diziam: “com tantos maus policiais dentro da corporação, como um bom sujeito, dedicado à família e ao trabalho, poderia ser excluído”. Todos acharam injusto. (Soldado Barbosa – CE, jan. 2008, vol. 2, p. 307)

Após a manifestação, houve punições e perseguições dentro dos quartéis e só não fui punido porque o Paulo Nunes, que na época era liderança nossa, a principal do movimento da classe dos militares, assumiu toda a responsabilidade e tomou tudo pra si. (Soldado Elias – AL, jan. 2008, vol. 2, p. 304)

Eu senti a minha impotência diante daquela situação em que eu tinha consciência de que estava sendo usado como exemplo para o estado perante a minha categoria; pois, fui o único expulso do Pará. A minha expulsão foi injusta, e eu não tinha na época como me defender. O peso da lei que nos rege é muito forte ainda, muito selvagem. Geralmente quem é expulso da Polícia Militar é quem comete erros ou falhas vergonhosas do tipo massacre, violência física, furto, roubo, estupro, etc. Sofri muito, pois todos pensavam que se um policial militar foi expulso, alguma coisa ruim ele fez. (Cabo Élio – PA, jan. 2009, vol. 2, p. 339)

Tal indignação, com o fim do *ciclo de protestos* dos praças, motivou um novo movimento: ações pela anistia dos excluídos da corporação. Em Minas Gerais, o movimento “Anistia já para os PMs”, liderado por familiares de policiais penalizados, incomodou o governo Eduardo Azeredo:

Minha esposa e até meu menino vestiram a camisa da anistia na porta da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (...). Começamos a nos organizar. Fazíamos reuniões na minha casa e nas casas dos companheiros, para que pensássemos juntos. Pensamos: “vamos procurar a OAB, vamos procurar a Igreja, vamos procurar os políticos”. (Sargento Rodrigues – MG, jul. 2007, vol. 2, p. 234-235)

Entretanto, o governador optou por ficar dentro da linha de suporte da Polícia Militar. Preferiu manter-se na postura de não invalidar uma decisão que havia sido feita dentro da estrutura da Polícia Militar. Com a eleição para governador do estado, na qual Itamar Franco saiu vitorioso, foi dada a anistia aos praças da PM. Na realidade, o novo governo não deu a anistia plena e, sim, propôs uma aposentadoria precoce. Os praças não retornaram à Polícia Militar com a anistia. Criou-se o artifício de enquadrá-

los no Corpo de Bombeiros, que foi separado da PMMG¹⁴⁷.

Ocorreu também, como consequência do movimento, a busca de extinção dos Regulamentos Disciplinares elaborados nos moldes do Regulamento do Exército. Os policiais procuram novos paradigmas, mais assentados nas transformações institucionais. Em Minas Gerais, criaram, pioneiramente, o Código de Ética e Disciplina dos Militares de Minas Gerais (CEDM) em 2002. Tais Códigos de Ética seriam uma conquista para os policiais militares brasileiros. Indicam que a disciplina pode ser modernamente interpretada e aplicada em instituições militares cuja missão é distinta das Forças Armadas. As Forças Auxiliares, policiais militares, têm na segurança pública o objeto próprio de suas ações institucionais.

No dia 13 de janeiro de 2010 o atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou o Projeto de Lei nº 3.777/2008, que prevê a anistia dos policiais militares que foram punidos por participar de movimentos reivindicatórios em suas corporações – tanto penalmente quanto administrativamente. A Lei nº 12.191, que foi originada do Projeto concede anistia a policiais e bombeiros militares que integraram o primeiro *ciclo de protestos* em 1997, bem como os movimentos posteriores (entre o primeiro semestre de 1997 e 2010).

Art. 2º É concedida anistia aos policiais e bombeiros militares punidos por participar de movimentos reivindicatórios por melhorias de vencimentos e de condições de trabalho ocorridos entre o primeiro semestre de 1997 e a publicação desta Lei. Art. 3º A anistia de que trata esta Lei abrange os crimes definidos no Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), e as infrações disciplinares conexas, não incluindo os crimes definidos no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e nas leis penais especiais. (Lei nº 12.191, 13 jan. 2010)

A Lei nº 12.191 gerou debates sobre a vigência de determinadas normas do Código Penal Militar, ou sua aplicabilidade para as Polícias brasileiras, e dos estatutos disciplinares das PM's. Criou-se um precedente

¹⁴⁷ A Emenda nº 39 à Constituição, de 2 de junho de 1999, alterou a redação dos artigos 39, 61, 66, 90, 106, 110, 111, 136, 137, 142 e 143 da *Constituição do Estado de Minas Gerais*, promovendo a desvinculação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar.

para a legitimação dos movimentos reivindicatórios (grevistas) nas polícias militares. A anistia sinalizou para uma possível discussão no sentido de legitimar as greves nas PM's.

6.4 O debate sobre desmilitarização e a PEC nº 21

Após as greves de 1997, e principalmente após as punições disciplinares, a hierarquia da corporação foi colocada em xeque, questionando-se segmentos do oficialato. Por conseguinte, a crise disciplinar gerou a crise na corporação. Atualmente, discussões sobre uma possível desmilitarização amedrontam a cúpula policial militar: o risco de a Polícia passar a ser controlada pela CUT, pelo PT e até pelo MST é um dos principais argumentos da cúpula da Polícia Militar no combate à desmilitarização. O chamado "perigo vermelho", como é tratado ironicamente, foi exposto no dia 12 de agosto durante o encontro de comandantes da Polícia Militar em Foz do Iguaçu (PR). O presidente do Conselho Nacional de Comandantes Gerais da PM, Coronel Luiz Fernando de Lara, alertou sobre o "perigo vermelho"¹⁴⁸. Frente aos debates sobre desmilitarização, cada entrevistado procurou firmar uma posição sobre o assunto:

Eu sou a favor da desmilitarização das Polícias. Acredito que a integração entre Polícia Militar e Civil foi uma tentativa errônea de juntar polícias totalmente diferentes, no sentido da formação. (Cabo Júlio – MG, jan. 2007, vol. 2, p. 248)

Aqui no Rio Grande do Sul nós acreditamos que a desmilitarização é inviável para os dias de hoje. A desmilitarização não será o fim da hierarquia. A hierarquia está em qualquer instituição. O regime tem que ser diferenciado, a previdência tem que ser diferenciada, ser militarizada. O posicionamento a favor da desmilitarização é muito forte com os PMs do Nordeste, aqui no Rio Grande, não. (Soldado Lucas - RS, jul. 2007, vol. 2, p. 420)

Em relação à questão de unificação, integração ou desmilitarização... Fizemos uma pesquisa por amostragem aqui em São Paulo, no ano de 1997, e a maioria optou pela militarização. Fizemos no Rio Grande do Sul, e optaram, também, pela militarização; em Minas Gerais também. Então, me parece que quatro estados optaram pela militarização. Eu, particularmente, sou favorável a ter uma Polícia

¹⁴⁸ Cf. *Folha de S.Paulo*, 13 ago. 1997, p. 15.

única, uma Polícia que complete o ciclo; que tenha uma Polícia só, que não seja Civil nem Militar, mas que seja a Polícia do Estado de São Paulo; uma formação nova, civil, sem ser militar, porque eu acho que o profissional de segurança pública é um profissional de segurança pública; ele não é militar, então não tem que prepará-lo para a guerra, e sim para ser policial. Por isso eu *sou a favor da Polícia única desmilitarizada*. (Cabo Wilson – SP, ago. 2009, vol. 2, p. 459)

Quando eu falo de desmilitarização, eu sugiro uma nova Polícia, um novo modelo de estrutura policial, uma nova formação, mas isso tem que ser para ontem, não podemos deixar passar o tempo. *Todo PM do Brasil quer a desmilitarização*, a prova maior disso foi a Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública, que foi implementada pelo Ministério da Justiça, onde a desmilitarização entra em todas as propostas da Conferência. Essa é a vontade do trabalhador policial de base, é a vontade da sociedade; a sociedade não suporta mais esse modelo ultrapassado que não está atendendo às expectativas da população; agora, há algumas Associações, como a do Rio Grande do Sul, que são contra a desmilitarização porque eles são militarizados; são voltados para os interesses da cúpula. (Soldado Vanderlei – RJ, nov. 2009, vol. 2, p. 469)

Somos a favor da desmilitarização desde que os direitos constitucionais sejam garantidos. Estivemos em abril do ano passado em Brasília por três vezes e, nas reuniões com as entidades representativas de Cabos e Soldados do Brasil, discutimos a PEC 21. O próprio governo de Lula tinha interesse. A PEC 21 é o grande sonho dos praças. A ideia é criar um novo modelo, integrar a Polícia Civil com a Polícia Militar. Teria uma academia única de formação. Acredito em uma Polícia estadual fardada e não mais militar, com formação única. Gostaria que mudasse a formação militarizante, sem perder os direitos constitucionais existentes (...). A desmilitarização é para ser pensada nacionalmente, mas assegurando os direitos constitucionais, porque aposentadoria, por exemplo, não é nenhum privilégio, é uma necessidade. (Soldado Moisés – PE, jan. 2008, vol. 2, p. 329)

Meu posicionamento sobre a desmilitarização é de apoio. Nós entendemos que o respeito ao superior é recíproco e não interessa ter Regulamento Disciplinar ligado às atribuições do Exército brasileiro. Apesar de sermos militares, nós somos servidores públicos civis, servidores especiais porque fazemos concurso público. Não somos voluntários para servir à pátria. Os problemas da desmilitarização são mais administrativos... Os militares superiores querem manter o militarismo e obrigar o militar a fazer o que ele quer. Tivemos um avanço muito grande nas discussões nacionais sobre desmilitarização: discutimos com o Ministério da Justiça pela Associação Nacional dos Praças – ANASPRA – e com a Secretaria Nacional de Segurança Pública. (Soldado Simas – AL, jan. 2008, vol. 2, p. 297)

O modelo militarizado privilegia os oficiais, tendo em vista que eles dizem que são donos – e são donos mesmo – da Polícia Militar, pelo menos aqui. *Eu defendo a desmilitarização das Polícias Militares*. É um legado maldito que os estados carregam, que esse país tem. Aqui existe uma propaganda contrária a esse pensamento... Os oficiais

dizem que o fim da militarização das Polícias vai levar à ausência de disciplina e hierarquia; e eu digo que não, porque existe a Polícia Federal e a Polícia Civil, e existem outras forças organizadas em que há hierarquia e disciplina e, no entanto, não precisam ser militar. Só pra concluir esse pensamento, tem uma emenda hoje, a PEC 21, que eu tive a oportunidade de dar uma lida, e gostei muito. De tantas que tem por aí, ela, pra mim, representa um dos melhores projetos, no que diz respeito à desmilitarização e à alteração das nossas condições policiais estaduais. (Cabo Élio – PA, jan. 2009, vol. 2, p. 342)

A partir do *ciclo de protestos*, o debate sobre desmilitarização gerou, ainda em 1997, um projeto de emenda à Constituição proposto por Mário Covas, então governador de São Paulo, que propunha a reestruturação dos órgãos de segurança pública, propondo a unificação das polícias. Como consequência, a Câmara dos Deputados criou uma Comissão Permanente de Segurança Pública para estudar, entre outros temas, a estruturação dos órgãos policiais militares.

A Deputada Zulaiê Cobra, relatora dos trabalhos, levando em consideração várias proposições legislativas, substantivou a proposta de emenda constitucional. Entretanto, o tema deixou de ser discutido retornando, apenas, em março de 2002 na comissão mista composta por deputados e senadores, sob a presidência do Senador Íris Resende¹⁴⁹.

Em maio de 2005, o Senador Tasso Jereissati subscreveu a Proposta de Emenda Constitucional PEC 21. A PEC 21 propõe nova redação aos artigos 21, 22, 32, 144 e 167 da Constituição Federal, para reestruturar os órgãos de segurança pública. Entre outras coisas, a proposta dá mais autonomia aos estados tornando possível a unificação das polícias civil e militar.

A PEC 21 propõe a “Polícia Estadual”: união das Polícias Civil e Militar. Assim, a “Polícia Estadual” exerceria as funções de Polícia Judiciária e ostensiva. A manutenção e a organização da Polícia Estadual ficaria a cargo dos estados, o que representa a desconstitucionalização. A Associação Nacional de Entidade Representativa dos Praças – ANASPRA, acredita que a aprovação da PEC 21 trará avanços significativos ao sistema de segurança pública do país, pois os policiais militares, após

¹⁴⁹ Requerimento nº 1, de 2002-CN.

serem integrados à “Polícia Estadual”, passariam a ter direito de se sindicalizar e reivindicar seus direitos sem precisar se submeter à punição vigente e ao medo imposto pelos abusos hierárquicos do militarismo. De acordo com o Soldado Moisés:

A PEC 21 é o grande sonho dos praças. A ideia é criar um novo modelo, integrar a Polícia Civil com a Polícia Militar. Teria uma academia única de formação. Acredito em uma Polícia Estadual fardada – não mais militar – com formação única. Gostaria que mudasse a formação militarizante, sem perder os direitos constitucionais existentes. (Soldado Moisés – PE, jan. 2008, vol. 2, p. 328)

A proposta de emenda constitucional, ainda discutida no Congresso Nacional¹⁵⁰, cria a possibilidade de desmilitarização das Polícias estaduais, desvinculando-as do Exército Brasileiro. Essa proposta coloca de um lado os praças, em sua maioria, a favor da desmilitarização e do outro a maioria de oficiais que lutam pela manutenção do sistema atual.

¹⁵⁰ Situação em 14 de abril de 2010: pronta para a pauta na CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Recebido o relatório do Senador Romeu Tuma, com voto contrário à proposta. Cf. <http://www.senado.gov.br/sf/atividade73687>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em *história oral*, com PMs de quatorze estados brasileiros, demandou para análise crítica – sustentada na compreensão da *memória coletiva* sobre o *ciclo de protestos* – a necessidade de labor empírico. Foi vital constituir um amplo corpus documental para observar um “fato/acontecimento” ainda não contemplado pela historiografia. Os movimentos reivindicatórios e os seus desdobramentos, propostos pelos entrevistados, explicitaram tensões históricas: o discurso institucional militarista, os problemas em segurança pública e as questões trabalhistas dos servidores públicos. As narrativas sobre a crise hierárquica e disciplinar das polícias militares, revelaram disputas entre a memória oficial e, o que Pollak (1989) chamou de *memória subterrânea*.

As *memórias subterrâneas* são, muitas vezes, silenciadas pelos cânones das narrativas oficiais: “uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória” (POLLAK, 1989, p.5). O trabalho empírico, de entrevistas em *história oral de vida*, apontou reflexões sobre os conflitos inerentes às lembranças e esquecimentos. O *enquadramento da memória* militarista, nas PMs brasileiras, sofreu um abalo estrutural a partir dos movimentos estudados.

O *ciclo de protestos* dos policiais militares, ocorrido no ano de 1997, revelou problemas sociais decorrentes dos arcaicos regulamentos da corporação, da precariedade das condições de trabalho e da defasagem salarial. Observou-se o diálogo entre as especificidades regionais e uma

cultura policial militar nacionalmente constituída. A história dos movimentos sociais e da segurança pública foi problematizada por meio de quatro redes de análise – que indicaram diferentes *repertórios da ação coletiva*.

A primeira rede “Policiais Militares de Minas Gerais: o início do *ciclo de protestos*” apontou o movimento reivindicatório dos PMs mineiros, ocorrido entre os dias 13 e 24 de junho de 1997, que se tornou um estandarte tático para a ação coletiva dos PMs dos demais estados do território nacional. A rápida difusão das ações reivindicatórias dos praças mineiros intensificou o poder de mobilização dos policiais militares brasileiros. Policiais militares, especialistas no controle oficial do espaço público, reivindicaram abertamente, no ano de 1997, fardados e armados com criativas performances. O *repertório da ação coletiva* indicou novos sujeitos de direito: a categoria policial militar se apropriou do direito de greve garantido aos trabalhadores civis.

Na segunda rede “Policiais Militares de Alagoas, Ceará, Pernambuco e Pará” a pesquisa revelou um repertório marcado por “conflitos armados e ameaças”. Em Alagoas, a mobilização dos policiais militares foi decisiva para a queda do governo Suruagy. Os manifestantes, em conflito com atiradores do Exército, pressionaram os deputados estaduais a votar pela abertura do processo de *impeachment* do governador que pediu licenciamento. No Ceará, os militares grevistas foram duramente repreendidos pelo chamado “governo de ferro” de Tasso Jereissati. A imprensa destacou as prisões e exclusões imediatas dos militares grevistas. Da passeata cearense emergiu um confronto – tiros, pedras e bombas de gás lacrimogêneo – entre as forças militares (policiais grevistas *versus* Tropa de Choque e Grupo de Ações Táticas Especiais – GATE). Em Pernambuco, no intuito de evitar manifestações públicas, o Comando da Polícia Militar iniciou uma “caça às bruxas”, com prisões e ameaças aos líderes grevistas. Os policiais pernambucanos, ao saberem das ameaças, realizaram uma passeata irreverente, com bonecos, caricaturas e enterro simbólico do Governador Miguel Arraes. No Pará,

policiais encapuzados saíram em passeata pelo centro de Belém gritando: “Ah, eu tô com fome!”. O governador do Pará, que enfrentou problemas com a sua PM no episódio de Eldorado dos Carajás, cedeu à pressão dos grevistas e concedeu um abono salarial, o que motivou, ainda mais, o *efeito dominó*: difusão do movimento nos demais estados.

A terceira rede “Policiais Militares da Paraíba, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul” apontou performances relacionadas “aos acampamentos e às negociações”. Na Paraíba, os policiais realizaram um acampamento-protesto em frente à sede do governo. A manifestação contou com variadas estratégias: distribuição de rosas, disparos de fogos de artifício e apitaços. Em meio aos protestos, policiais encobriram a estátua de João Pessoa com um pano preto. Na Bahia, os policiais militares encaminharam uma proposta de reajuste salarial em “carta aberta” ao Governador Paulo Souto. Os policiais militares realizaram assembleias e, com o apoio da imprensa, pressionaram o governo por meio de “chamadas” para uma possível greve geral. No Mato Grosso, o movimento negociou, em assembleias, o pagamento de uma dívida trabalhista de R\$ 29 milhões. A mobilização mato-grossense foi marcada por disputas de liderança entre o Sargento Delgado (negociações com o Alto Comando) e o Cabo Nonato (negociações diretas com o governador Dante de Oliveira). Já no Mato Grosso do Sul, os policiais militares, diante da defasagem salarial no governo Wilson Martins, passaram a participar do “Fórum CUT/PT dos Servidores Públicos”. Tal participação preparou o movimento: os PMs deram um prazo de quinze dias para o governo aumentar os soldos. Não atendidos, realizaram assembleias e decidiram paralisar suas atividades. Foram em passeata até a sede do Comando-Geral, no Parque dos Poderes, onde ficaram acampados.

“Manifestações disciplinadas e articulações à margem do ciclo” foram observadas na quarta rede “Policiais Militares do Rio Grande do Sul, Piauí, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro”. A mobilização realizada pelos PMs do Rio Grande do Sul se caracterizou como uma passeata disciplinada, fardada e desarmada. A população apoiou o ato com

aplausos e chuva de papéis picados. O Soldado Moraes foi considerado traidor do movimento, por encerrar as manifestações. Sob uma nova liderança (Cabo Ademar, excluído após o movimento), os PMs continuaram a mobilização por apenas dois dias. No Piauí, os policiais militares saíram em marcha pelas ruas da capital e reuniram-se, do dia 5 ao dia 9 de julho de 1997, na Praça da Bandeira. O movimento piauiense diferenciou-se dos demais protestos por contar com a presença direta do Governador Francisco Moraes Souza, o “Mão Santa”, que discursou em praça pública para os PMs manifestantes. Em Goiás ocorreu, em desacordo com o desejo da Associação de Cabos e Soldados, uma passeata de PMs considerados dissidentes. O fim da mobilização marcou a autoridade do governo que contou com o apoio do presidente da Associação – Soldado Gilberto. Em São Paulo não ocorreram manifestações públicas dos PMs; a negociação salarial evidenciou articulações políticas diretas entre Cabo Wilson (presidente da Associação de Cabos e Soldados) e o Governador Mário Covas. No Rio de Janeiro, por meio das iniciativas da Associação dos Praças - em especial, do Soldado Vanderlei - ocorreram algumas manifestações isoladas dos PMs cariocas em solidariedade à morte do policial mineiro, Cabo Valério, em 24 de junho de 1997.

A pesquisa indicou o conjunto de possibilidades reivindicatórias da ação coletiva dos PMs: a repetição das performances bem-sucedidas – muitas delas pertencentes às táticas do movimento civil – aliadas às novas estratégias elaboradas a partir de recursos materiais, organizacionais e conceituais de cada estado brasileiro. Evidenciou-se o paradoxo entre a flexibilidade e ritualização das performances em meio ao processo de interação dos personagens: manifestantes, Alto Comando, governantes, Exército, Forças Legalistas, repórteres, policiais infiltrados e espectadores. O *ciclo de protestos* facilitou, entretanto, a ação repressiva das autoridades.

As entrevistas, reveladoras da memória coletiva do ciclo de protestos, foram transformadas em textos trabalhados (transcritos,

textualizados e transcritos) para a elaboração das histórias de vida, apresentadas no volume II. No processo de conferência foram evidenciados, os múltiplos diálogos entre entrevistados e entrevistadora. Os colaboradores repensaram suas experiências, segundo desejos e condições do tempo presente. Buscou-se o respeito à narrativa autorizada pelos entrevistados.

Os PMs narraram suas experiências em um processo de contínuas escolhas. Dois lugares identitários foram reafirmados: o pertencimento “ao movimento grevista” e “à corporação Polícia Militar”. As manifestações públicas abarcaram aspectos referentes ao universo militar (arma, tiro, farda, hino, capuz, rosto pintado/camuflado, criação de mártir) e elementos caros às ações grevistas “paisanas” (queima de contracheques, minuto de silêncio em memória de colegas mortos, oração, faixa, entrega de flores para população, apitaco, abraço simbólico em monumentos regionais, músicas de protesto e palavras de ordem).

Frente ao *repertório da ação coletiva*, foram percebidas disputas pela conformação das memórias dos protestos. Narrativas em primeira pessoa apontaram construções coletivas. As entrevistas indicaram referenciais de pertencimento a partir de *temas recorrentes*: origem social, condições de vida e trabalho; cultura policial militar e abusos hierárquicos; punições corporativas; debates sobre desmilitarização.

Os entrevistados utilizaram discursos reivindicatórios: procuraram justificar as mobilizações que contrariaram leis que proíbem greve na Polícia, afirmando que as autoridades não atentaram para os problemas do aparelho policial militar brasileiro. As narrativas explicitaram a importância das associações representativas dos policiais militares, como por exemplo: Associações de Cabos e Soldados, Associações de Praças e Associações de Subtenentes e Sargentos. Percebeu-se, nas associações, a formação de um sistema representativo para essa categoria profissional que não conta com o direito de sindicalização – o direito de associação, entretanto, se difere da liberdade sindical.

Os membros da corporação, em 1997, perceberam – em meio às punições corporativas – a importância do direito à greve. Após o primeiro *ciclo de protestos*, novas ondas grevistas emergiram no seio da corporação¹⁵¹. Tais greves, em todo o território nacional, evidenciaram a necessidade de um sistema representativo para a categoria¹⁵².

As reivindicações dos militares estaduais expressaram inúmeras insatisfações que motivaram questionamentos sobre a qualidade da prestação de serviço na área de segurança pública. O *ciclo de protestos*, em 1997, gerou um clima de instabilidade social. A falta de policiamento, nos estados envolvidos, engendrou prejuízos econômicos tanto para o setor público, como para o privado. Não se tratava de negar a importância da prestação dos serviços essenciais de segurança pública, mas o reconhecimento da necessidade de se pensar a situação das Polícias Militares no Brasil.

Os entrevistados narraram suas experiências na corporação e destacaram a rigidez do período de formação nas Academias de Polícia Militar. Da mesma forma, ressaltaram as punições sofridas após os movimentos e o “dia da exclusão”. Muitos entrevistados afirmaram que tais punições foram atos de discriminação e perseguição dos oficiais. A substituição dos antigos Regulamentos Disciplinares por Códigos de Ética foi, em muitos estados, a principal conquista dos movimentos policiais militares. Ficou evidenciado que a disciplina pode ser modernamente interpretada. Já os debates sobre desmilitarização motivaram, ao fim dos movimentos de 1997, a proposta de emenda constitucional – PEC 21, que cria a possibilidade de desvincular do Exército Brasileiro as Polícias Militares. Essa proposta foi discutida pelos entrevistados que, em sua

¹⁵¹ Após 1997, emergiu um novo ciclo de protestos, no ano de 2001, envolvendo: Pernambuco, Bahia, Goiás, Tocantins, Distrito Federal, Alagoas, Paraná e São Paulo. Cf. Cronologia dos protestos – Folha de São Paulo, 13 out. 2001.

¹⁵² “Em relação aos policiais, certos países asseguram o direito de sindicalização igual ao reconhecimento para as demais categorias de servidores públicos ou por força de uma legislação especial, tal como sucede na Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Costa do Marfim, Dinamarca, Finlândia, França, Guiné, Islândia, Luxemburgo, Malawi, Nigéria, Noruega, Nova Zelândia, Holanda, Reino Unido, Senegal, Suécia e Tunísia.” (ROMITA, 1993, p. 40)

maioria, são a favor da desmilitarização.

Com o advento da Constituição de 1988, emergiu o reconhecimento dos cabos e soldados, permitindo-lhes eleger e ser eleitos. A instituição Polícia Militar começou a sentir mudanças de valores com o processo de redemocratização do Brasil; a competência técnica começou a sobrepujar a dominação pela patente. A partir da década de 1990, com a melhoria da qualificação profissional e a exigência de ensino fundamental completo para ingresso na instituição, iniciou-se o processo de mobilização dos praças. Em 1997, o *ciclo de protestos* dos policiais militares redefiniu aspectos da esfera pública nacional – greves armadas. A crise policial militar brasileira representou conjuntura em que elementos próprios da corporação desgastaram-se, mas não o suficiente para minar as bases institucionais.

ENTREVISTAS E PERIÓDICOS

Entrevistas em história oral

1. SARGENTO RODRIGUES. Washington Fernando Rodrigues (Polícia Militar de Minas Gerais). Entrevista realizada em julho de 2007, Belo Horizonte/MG.
2. CABO JÚLIO. Júlio César Gomes dos Santos (Polícia Militar de Minas Gerais). Entrevista realizada em janeiro de 2007, Belo Horizonte/MG.
3. SARGENTO MAURÍCIO. Maurício Rodrigues de Barros (Polícia Militar de Minas Gerais). Entrevista realizada em janeiro de 2007, Belo Horizonte/MG.
4. CABO MARCONDES. Breno Luiz Marcondes (Polícia Militar de Minas Gerais). Entrevista realizada em janeiro de 2007, Belo Horizonte/MG.
5. CABO JACINTO. Paulo Jacinto Oliveira Sousa (Polícia Militar de Minas Gerais). Entrevista realizada em janeiro de 2007, Belo Horizonte/MG.
6. SARGENTO EDMUNDO. Magno Edmundo Magalhães (Polícia Militar de Minas Gerais). Entrevista realizada em janeiro de 2007, Belo Horizonte/MG.
7. CABO DE SAL. Marcos Roberto de Sal (Polícia Militar de Minas Gerais). Entrevista realizada em janeiro de 2007, Belo Horizonte/MG.
8. SARGENTO BRAVO. Silvio Henrique Beletabla Bravo (Polícia Militar de Minas Gerais). Entrevista realizada em julho de 2007, Belo Horizonte/MG.

9. SARGENTO MILTON. Milton Batista Figueiredo (Polícia Militar de Minas Gerais). Entrevista realizada em julho de 2007, Belo Horizonte/MG.
10. SOLDADO LUCAS. Leonel Lucas Lima (Brigada Militar do Rio Grande do Sul). Entrevista realizada em julho de 2007, Porto Alegre/RS.
11. SOLDADO GIOVANI. Giovani Formoso da Costa (Brigada Militar do Rio Grande do Sul). Entrevista realizada em julho de 2007, Porto Alegre/RS.
12. SOLDADO AGRA. Ricardo Mauro Agra (Brigada Militar do Rio Grande do Sul). Entrevista realizada em julho de 2007, Porto Alegre/RS.
13. SOLDADO PAIM. Solis Antônio Paim (Brigada Militar do Rio Grande do Sul). Entrevista realizada em julho de 2007, Porto Alegre/RS.
14. SOLDADO MOISÉS. Moisés Florêncio de Oliveira Filho (Polícia Militar de Pernambuco). Entrevista realizada em janeiro de 2008, Recife/PE.
15. SOLDADO CORDEIRO. Moisés de Souza Cordeiro (Polícia Militar de Pernambuco). Entrevista realizada em janeiro de 2008, Recife/PE.
16. SOLDADO SANTOS. José Carlos Oliveira dos Santos (Polícia Militar de Pernambuco). Entrevista realizada em janeiro de 2008, Recife/PE.
17. SOLDADO JOSÉ RICARDO. José Ricardo de Souza (Polícia Militar de Pernambuco). Entrevista realizada em janeiro de 2008, Recife/PE.
18. SOLDADO RENÍLSON. Renílson Bezerra dos Santos (Polícia Militar de Pernambuco). Entrevista realizada em janeiro de 2008, Recife/PE.
19. SOLDADO SIMAS. Wagner Simas Filho (Polícia Militar de Alagoas). Entrevista realizada em janeiro de 2008, Maceió/AL.
20. SOLDADO ELIAS. Elias da Silva Barboza (Polícia Militar de Alagoas). Entrevista realizada em janeiro de 2008, Maceió/AL.
21. SUBTENENTE HELENO. José Heleno da Silva Santos (Polícia Militar de Alagoas). Entrevista realizada em janeiro de 2008, Maceió/AL.
22. SOLDADO TUPINAMBÁ. José Tupinambá Fernandes (Polícia Militar do Ceará). Entrevista realizada em janeiro de 2008, Fortaleza/CE.

- 23.SOLDADO BARBOSA. Raimundo dos Santos Barbosa (Polícia Militar do Ceará). Entrevista realizada em janeiro de 2008, Fortaleza/CE.
- 24.SOLDADO QUEIROZ. Pedro Queiroz da Silva (Polícia Militar do Ceará). Entrevista realizada em janeiro de 2008, Fortaleza/CE.
- 25.SOLDADO JOSUÉ. Josué Pereira de Souza (Polícia Militar do Ceará). Entrevista realizada em janeiro de 2008, Fortaleza/CE.
- 26.SARGENTO DENIS. Denis Soares dos Santos (Polícia Militar da Paraíba). Entrevista realizada em janeiro de 2008, João Pessoa/PB.
- 27.SARGENTO ONILDO. Onildo Rodrigues da Silva (Polícia Militar da Paraíba). Entrevista realizada em janeiro de 2008, João Pessoa/PB.
- 28.SARGENTO WALLACE. Wallace de Souza (Polícia Militar da Paraíba). Entrevista realizada em janeiro de 2008, João Pessoa/PB.
- 29.CABO ÉLIO. Élio Pereira Borges (Polícia Militar do Pará). Entrevista realizada em janeiro de 2009, Belém/PA.
- 30.CABO SAVEDRAS. Rogério Savedras (Polícia Militar do Pará). Entrevista realizada em janeiro de 2009, Belém/PA.
- 31.SARGENTO DELGADO. José Delgado de Almeida (Polícia Militar do Mato Grosso). Entrevista realizada em janeiro de 2009, Cuiabá/MT.
32. CABO NONATO. Gerson Benites Nonato (Polícia Militar do Mato Grosso). Entrevista realizada em janeiro de 2009, Cuiabá/MT.
- 33.SOLDADO GERVALDO. Gervaldo de Pinho (Polícia Militar do Mato Grosso). Entrevista realizada em janeiro de 2009, Cuiabá/MT.
34. CABO MELO IRMÃO. José Florêncio de Melo Irmão (Polícia Militar do Mato Grosso do Sul). Entrevista realizada em janeiro de 2009, Campo Grande/MS.
- 35.SOLDADO SOUZA. Cláudio de Souza (Polícia Militar do Mato Grosso do Sul). Entrevista realizada em janeiro de 2009, Campo Grande/MS.

- 36.SOLDADO AMAURI. Amauri Braga de Oliveira (Polícia Militar do Mato Grosso do Sul). Entrevista realizada em janeiro de 2009, Campo Grande/MS.
- 37.CABO PIRES. Oscar Pires de Jesus Neto (Polícia Militar da Bahia). Entrevista realizada em abril de 2009, Salvador/BA.
38. CABO ALFEU. Alfeu Jorge Pereira (Polícia Militar da Bahia). Entrevista realizada em abril de 2009, Salvador/BA.
- 39.CABO JACKSON. Jackson Barreto Soares (Polícia Militar da Bahia). Entrevista realizada em abril de 2009, Salvador/BA.
- 40.CABO SANTIAGO. Antonio Ferreira Santiago (Polícia Militar do Piauí). Entrevista realizada em julho de 2009, Teresina/PI.
- 41.CABO JARBAS. Jarbas Alves (Polícia Militar do Piauí). Entrevista realizada em julho de 2009, Teresina/PI.
- 42.CABO BENEVIDES. Francisco José Benevides (Polícia Militar do Piauí). Entrevista realizada em julho de 2009, Teresina/PI.
- 43.SARGENTO LIMA. Antonio Ferreira Lima (Polícia Militar do Piauí). Entrevista realizada em julho de 2009, Teresina/PI.
- 44.SOLDADO GILBERTO. (Polícia Militar de Goiás). Entrevista realizada em novembro de 2009, Goiânia/GO.
- 45.CABO WILSON. Wilson Moraes (Polícia Militar de São Paulo). Entrevista realizada em agosto de 2009, São Paulo/SP.
- 46.SOLDADO VIEIRA. Carlos Alberto Rodrigues Vieira. (Polícia Militar do Rio de Janeiro). Entrevista realizada em novembro de 2009, Rio de Janeiro/RJ.
- 47.SOLDADO VANDERLEI. Vanderlei Ribeiro. (Polícia Militar do Rio de Janeiro). Entrevista realizada em novembro de 2009, Rio de Janeiro/RJ.

Jornais

1. *Correio do Povo*, julho de 1997;
2. *Correio do Estado*, julho de 1997;
3. *Correio da Paraíba*, julho e agosto de 1997;
4. *Diário Catarinense*, julho de 1997;
5. *Diário da Tarde*, junho e julho de 1997;
6. *Diário de Pernambuco*, julho de 1997;
7. *Diário do Povo*, julho de 1997;
8. *Diário do Nordeste*, julho de 1997;
9. *Estado de Minas*, junho e julho de 1997;
10. *Folha de São Paulo*, junho e julho de 1997;
11. *Estado de São Paulo*, julho de 1997;
12. *Gazeta de Alagoas*, julho de 1997;
13. *Gazeta do Povo*, julho de 1997;
14. *Gazeta Mercantil*, julho de 1997;
15. *Hoje em Dia*, junho e julho de 1997;
16. *Jornal do Brasil*, junho e julho de 1997;
17. *Jornal do Comércio*, julho de 1997;
18. *Jornal da Paraíba*, julho e agosto de 1997;
19. *O Globo*, junho e julho de 1997;
20. *O Liberal*, julho de 1997;
21. *O Norte*, julho e agosto de 1997;
22. *O Popular*, julho de 1997;
23. *O Povo*, julho de 1997;
24. *O Tempo*, junho e julho de 1997;
25. *Tribuna do Ceará*, julho e agosto de 1997;
26. *Zero Hora*, julho de 1997.

Revistas

1. *Veja*, junho e julho de 1997;
2. *Isto É*, junho e julho de 1997.

Informativos

1. *Alvorada*. Jornal da Sociedade Beneficente dos Sargentos da PM-BA (1997). Salvador.
2. *Aspirante*. Publicação da turma de Aspirantes da Academia de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (1995, 1996 e 1998). Belo Horizonte.
3. *Clamor*. Informativo da ASPRAME – CE (2007). Fortaleza.
4. *CFAP*. Informativo do Centro de Formação de Praças (Ano I, 1997). Belo Horizonte.
5. *Comunitário*. Associação Beneficente dos Reformados da PMMG (n. 24, 1998). Belo Horizonte.
6. *Contato!* Informativo Oficial da União de Militares Cristãos Evangélicos do Brasil – UMCEB (n. 24, 25 – 1992; n. 30 – 1995; n. 32 e 33 – 1996; n. 38 – 1998). São Paulo.
7. *COPM*. Informativo do Clube dos Oficiais (Ano VIII, n. 88, 2003). Belo Horizonte.
8. *Estratégia*. Segurança Pública: Pessoal/Patrimonial (Ano I, 2003). Belo Horizonte.
9. *Filhos de Minas*. Informativo do Deputado Estadual Sargento Rodrigues (2000). Belo Horizonte.
10. *Jornal do Cabo*. Informativo do Deputado Federal Cabo Júlio (Ano V, n. 4, 2003). Belo Horizonte.
11. *Mobilização*. Informativo conjunto da ASPRA PM/BM, AOPMBM, CSCSPMBM (2003). Belo Horizonte.
12. *O Bocão*. Informativo conjunto da ACS/PE (1998). Recife.
13. *Ronda Policial*. Informativo da ACS/PE (1999 – 2007). Recife.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Roberto. *Os Militares e a Constituinte*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. *Farda, coturno e democracia*. In: SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (Org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvum, 2009.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. *Farda e protesto: policiais militares de Minas Gerais em greve*. Belo Horizonte: Segrac, 2008.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. *O repertório da ação coletiva: movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais em 1997*. In: BARROS, Lúcio Alves de. (Org.). *Polícia em movimento*. Belo Horizonte: Editora ASPRA/MG, 2006.

AMARAL, Juracy Costa. *A greve policial: o encadeamento dos processos políticos e sociais na Polícia Militar de Minas*. Rio de Janeiro, 2000 (Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicação. UFRJ).

AMARAL, Luiz Otávio de Oliveira. *Direito e segurança pública, a juridicidade operacional da polícia: o manual do policial moderno*. Brasília: Consulex, 2003.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil 1964 -1984*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência - O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

BARROS, Lúcio Alves de. *Polícia e Sociedade: um estudo sobre as relações, paradoxos e dilemas do cotidiano policial*. Tese (Doutorado. Departamento de Sociologia. FAFICH-UFMG). Belo Horizonte, 2005.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Lisboa: Edições 70, 1973.

BEATO, Cláudio Chaves. *Polícia e sociedade democrática*. Conjuntura Política. Belo Horizonte: UFMG, n. 17, p. 17-22, 2000.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz; GUIMARAES, Luiz Brenner; GOMES, Martin Luiz. *A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã*. São Paulo: Perspectiva, v. 18, n. 1, p. 119-131, 2004.

BORGES FILHO, Nilson. *Os Militares no Poder*. São Paulo: Acadêmica, 1994.

_____. *Santos e Pecadores: o comportamento político dos militares Brasil-Portugal*. Florianópolis: Paralelo 27 - CPGD, 1997.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivido da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BICUDO, Hélio. *A unificação das polícias no Brasil*. Estudos Avançados. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, n. 40, p. 91-106, 2000.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

BRETAS, Marcos Luiz. *Observações sobre a falência dos modelos policiais*. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. São Paulo: FFLCH-USP, v. 9, n. 1, p. 79-94, 1997.

CALDAS, Alberto Lins. *Hermenêutica do Presente. Caderno de Criação*. Porto Velho: UFRO/Dep. de História/CEI, n. 11, ano III, 1996.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CAPELATO, Maria Helena. *Populismo na imprensa*. In: MELO, José Marques de (Org.). *Populismo e comunicação*. São Paulo: Cortez, 1981.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. *O Espírito Militar: um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

_____. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

_____. *Por vias tortas, o caminho da discussão*. Revista Veja. São Paulo, p. 36-38, 30 de julho de 1997.

CHAGAS, Juarez de Oliveira. *Brigada Militar evolução e rumo*. Passo Fundo: Editora Presença, 1987.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (Org.). *Questões para história do presente*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

COSTA, Carlos Frederico Correia da. *Direi.....ta, volver! Esquer.....da, volver!* História de experiência de vida de militares. Tese. (Doutorado. Departamento de História. FFLCH-USP). São Paulo, 1996.

COTTA, Francis Albert. *No rastro dos Dragões: universo militar luso-brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

_____. *Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisálida, 2006.

_____. *Construção e evolução histórica da cultura organizacional da Polícia Militar de Minas Gerais*. Uberlândia, 2002 (mimeo).

DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90. Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 229, 1994.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

DURAND, Gilbert. *Mito, Símbolo e Mitologia*. Lisboa: Presença, 1982.

FELIX, Isabel Regina. *Os sapateiros na cidade de São Paulo: trabalho e militância*. Dissertação (Mestrado. Departamento de História. FFLCH-USP). São Paulo, 2001.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Política e Segurança*. São Paulo: Alfa-Omega, 1973.

FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. (Org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

_____. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, 2000.

_____. *História oral e tempo presente*. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). *(Re)Introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

FLEURY, Maria Teresa Leme; FISCHER, Rosa Maria. *Cultura e poder nas organizações*. São Paulo: Atlas, 1990.

FLORES, Mário César. *Bases para uma política militar*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1992.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2004.

HALBAWCS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

JACOBI, Pedro. *Políticas sociais e ampliação da cidadania*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mênaco. *Refletindo sobre história oral: procedimentos e possibilidades*. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). *(Re)introduzindo história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

JEANNENEY, Jean-Noel. A mídia. RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996,

KAHN, Túlio. *Velha e nova polícia*. São Paulo: Sicurezza, 2002.

KAPPEL, Emanuel da Paixão. *Estrutura hierárquica na Polícia Militar*. Belo Horizonte: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, (CEGES/PMMG), 1999.

LACOUTURE, Jean. *A História Imediata*. In: LE GOFF, Jacques (Dir.). *História Nova*. Coimbra: Almedina, 1990.

LE GOFF, Jaques. *A visão dos outros: um medievalista diante do presente*. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (Org.). *Questões para história do presente*. Bauru, São Paulo: EDUSC, p. 93-102, 1999.

LEINER, Piero de Camargo. *Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. *A Pesquisa de Campo com Militares: algumas questões metodológicas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, 1997.

LOPES, Rosalba. *Líderes e representantes: o processo de formação e consolidação das lideranças do movimento realizado pelos praças da Polícia militar mineira*. Belo Horizonte, 1999 (mimeo).

LUCA, Tânia de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKI, Carla B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Eliezer Pereira. *Direito administrativo disciplinar militar*. São Paulo: Summus, 1996.

MAUAD, Ana Maria. *Olho da História: Fotojornalismo e história Contemporânea*. *Com Ciência*, Campinas, v. 12, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990.

_____. *Canto de morte Kaiowá: história oral de vida*. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. (Org.). *(Re)introduzindo história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

MESQUITA NETO, Paulo. *A violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle*. In: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania, Justiça e Violência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

MINGARDI, Guaracy. *Tiras, gansos e trutas: cotidiano e reforma na Polícia Civil*. São Paulo: Scritta, 1992.

MIRANDA, Paulo Afonso. *Traços psicológicos na PMMG: o perfil do policial comunitário*. Belo Horizonte: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, 1985.

MOISÉS, José Álvaro. *Cidadania e participação*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1990.

MORAES, João Quartin. *A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MOROSINI, Liseane. *Eles não querem só dinheiro*. Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora: UFJF, n. 2, p. 43-52, 1997.

_____. *Mais deveres que direitos: os sargentos e a luta pela cidadania negada – 1930-1960*. Dissertação (Mestrado no Departamento de História. IFCS-UERJ). Rio de Janeiro, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A História política e o conceito de cultura política*. LPH: Revista de História - ANPUH/MG. Juiz de Fora: UFJF, n. 6, p. 83-91, 1996.

_____. *Em guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. (Org.). *História e Culturas Políticas*. Belo Horizonte: Editora Argumentum, 2009.

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1999.

NEVES, Lucília de Almeida. *Reflexões sobre Memória e História*. Revista do Departamento de História. Belo Horizonte: UFMG, v. 4, p.142-145, 1987.

_____. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Orgs.). *Os sentidos da democracia*. São Paulo: Vozes/FAPESP, 1999.

OLIVEIRA, Juarez (Org.). *Forças Armadas: Decreto nº 2.243 de 03.06.1997: continências; honras; sinais de respeito; cerimonial militar*. São Paulo: Oliveira Mendes. 1997.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAIXÃO, Antônio Luiz. *Crime, controle social e consolidação da democracia: as metáforas da cidadania*. In: REIS; O'DONNEL (Org.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, p. 168-169, 1988.

_____. *Ação, organização e instituição: problemas de teoria.* Revista dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia. Belo Horizonte: UFMG, n. 1, p. 87-104, 1997.

PARUCKER, Paulo. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil, 1961-1964.* Dissertação (Mestrado. Departamento de História. UFF). Rio de Janeiro, 1992.

PASSERINI, Luísa. Mitobiografia em História Oral. *Projeto História*. n. 10, dez. 1993, p. 32

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Polícia e a crise política: O caso das Polícias Militares. In: DA MATTA, Roberto (Org.). *A Violência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *Polícia e consolidação democrática: o Caso Brasileiro.* In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *São Paulo Sem Medo: Um Diagnóstico da Violência Urbana*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

_____. Violência, direitos humanos e democracia no Brasil. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto história*. São Paulo, n. 10, pp. 41-58, 1993.

_____. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, (14) fev., pp. 31-32, 1997.

RAMOS, Marcelo de Matos. *Fundamentos para uma política de carreiras no contexto da reforma gerencial*. Revista do Serviço Público. Brasília: ENAP, Ano 49, n. 3, 1998.

RÉMOND, René. *Uma História Presente/Do Político*. In: *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. *O retorno do político*. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (Org.). *Questões para história do presente*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Tramas e traumas: histórias de vida e identidades em marcha*. Tese (Doutorado. Departamento de História. FFLCH-USP). São Paulo, 2007.

ROCHA, Luis Gomes da. *A participação do SINDPOL na queda do governo Suruagy*. Maceió: Edições Nosso Mundo, 2007.

ROMITA, Arion Sayão (Org.). *A greve no setor público e nos serviços essenciais: Brasil, Espanha, Portugal e Grã-Bretanha*. Curitiba: Gênese, 1997.

SANTOS, Andréa Paula dos. *À esquerda das Forças Armadas Brasileiras: história oral de vida de militares nacionalistas de esquerda*. Dissertação (Mestrado. Departamento de História. FFLCH-USP). São Paulo, 1998.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA NETO, Severo Augusto da. *Ideologia e cultura organizacional da Polícia Militar: diagnóstico e viabilidade*. Belo Horizonte: Polícia Militar de Minas Gerais, (CSP/PMMG), 1995

SIMSON, Olga de Moraes (Org.). *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização, Brasileira, 1965.

SOSA, Derocina Alves Campos. *O estudo da Imprensa como fonte para a História*. Revista Biblos. Rio Grande do Sul: FURG, v. 19, p. 109-125, 2006.

SORJ, Bernardo; ALMEIDA Maria Hermínia Tavares (Orgs.). *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SOUZA, Edmundo Aparecido. *Punição disciplinar na Polícia Militar*. Belo Horizonte: Polícia Militar de Minas Gerais, (CSP/PMMG), 1997.

TARROW, Sidney. *Cycles of collective action: Between moments of madness and the repertoire of contention*. In: TRAUGOTT, Mark (Org.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência*. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. São Paulo: FFLCH-USP, v. 9, n. 1, p. 155-168, 1997.

TELLES, Vera da Silva. *Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70*. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Orgs.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

TILLY, Charles. *Contentious Repertoires in great Britain, 1758-1834*. In: TRAUGOTT, Mark (Org.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995.

_____. *Theory and Society*. Cambridge: Harvard University Press, 1977.

_____. *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

_____. *Social movements, 1768-2004*. Boulder, Colorado: Paradigm Publishers, 2004.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRAUGOTT, Mark. *Recurrent patterns of collective action*. In: TRAUGOTT, Mark (Org.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995.

_____. *Barricades as repertoire: Continuities and discontinuities in the History of French Contention*. In: TRAUGOTT, Mark (Org.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, G. (org.). *Weber: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1999.

CRÉDITOS DAS FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Primeira passeata dos praças. (Acervo do Jornal *O Tempo*, 13 jun. 1997)

Foto 2 – Diante do Palácio da Liberdade: praças ajoelhados. (Acervo do Jornal *O Tempo*, 13 de jun. 1997)

Foto 3 – Assembleia no Centro Social dos Soldados e Cabos da PMMG: Cabo Júlio discursa. (Acervo do Jornal *O Tempo*, 24 jun. 1997)

Foto 4 – Segunda passeata dos praças. (Acervo do Jornal *O Tempo*, 24 de jun. 1997)

Foto 5 - “Abraço” no obelisco da Praça Sete de Setembro em Belo Horizonte. (Acervo do Jornal *O Tempo*, 24 jun. 1997)

Foto 6 - *Forleg*: cordão de isolamento no Palácio da Liberdade. (Acervo do Jornal *O Tempo*, 24/06/1997)

Foto 7 – Tiro mata o Cabo PM Valério dos Santos: “Rebelião na PM de Minas” (Acervo do Jornal *O Tempo*, 24 jun. 1997 – “Prêmio Esso” de melhor fotografia do ano de 1997: Isa Nigri)

Foto 8 – Manifestantes encapuzados ocupam o Arquivo Público. (Acervo da *Associação dos Cabos e Soldados – ACS/AL*, 17 jul. 1997)

Foto 9 - Atiradores do Exército posicionados. (Acervo da *Associação dos Cabos e Soldados – ACS/AL*, 17 jul. 1997)

Foto 10 - Cenário de guerra na Praça Dom Pedro II. (Acervo da *Associação dos Cabos e Soldados – ACS/AL*, 17 jul. 1997)

Foto 11 - Enfrentamento: grades derrubadas. (Acervo da *Associação dos Cabos e Soldados – ACS/AL*, 17 jul. 1997)

Foto 12 - Manifestantes *versus* Exército. (Acervo da *Associação dos Cabos e Soldados – ACS/AL*, 17 de jul. 1997)

Foto 13 - Após enfrentamentos as lideranças anunciam a queda do governador Suruagy. (Acervo da *Associação dos Cabos e Soldados – ACS/AL*, 17 jul. 1997)

Foto 14 - Manifestantes comemoram a queda de Suruagy (Acervo da *Associação dos Cabos e Soldados – ACS/AL*, 17 jul. 1997)

Foto 15 - Lideranças negociam com Manoel Gomes de Barros - governador em exercício. (Acervo da *Associação dos Cabos e Soldados – ACS/AL*, 18 jul. 1997)

Foto 16 - Policial manifestante lança explosivo em meio à manifestação. (Acervo do Jornal *Diário do Nordeste*, 29 jul. 1997)

Foto 17 - Tiros, pedras e bombas de gás lacrimogêneo no cruzamento das Avenidas Abolição e Barão de Studart no centro de Fortaleza. (Acervo do Jornal *Diário do Nordeste*, 29 de jul. 1997)

Foto 18 - Policial manifestante, sem identificação, saca arma em meio à manifestação. (Acervo do Jornal *Diário do Nordeste*, 29 jul. 1997)

Foto 19 - Policiais grevistas *versus* Tropa de Choque e Grupo de Ações Táticas Especiais – GATE. (Acervo do Jornal *Diário do Nordeste*, 29 jul. 1997)

Foto 20 - Passeata: policiais indignados com o sequestro dos líderes grevistas. (Acervo *Jornal do Brasil*, 16 jul. 1997)

Foto 21 - Exército: isolamento do Palácio das Princesas.(Acervo da *Associação Pernambucana dos Cabos e Soldados – ACS/PE*, 16 jul. 1997)

Foto 22 - Irreverência: policiais levam bonecos, caixão e caricaturas para manifestação.(Acervo da *Associação Pernambucana dos Cabos e Soldados – ACS/PE*, 16 de jul. 1997)

Foto 23 - Enterro simbólico de Miguel Arraes. (Acervo da *Associação Pernambucana dos Cabos e Soldados – ACS/PE*, 16 de jul. 1997)

Foto 24 - Foto 24 – Policiais Militares encapuzados manifestam pelas ruas de Belém. (Arquivo do Jornal *O Liberal*, 03 de jul. 1997)

Foto 24 - Cordão de isolamento formado por tropas do Exército. (Acervo da *Associação das Mães, Mulheres e Amigos dos Policiais Militares da Paraíba* – AMMA, 14 de jul. 1997)

Foto 25 – Manifestantes encobriram a estátua de João Pessoa com um pano preto. (Acervo da *Associação das Mães, Mulheres e Amigos dos Policiais Militares da Paraíba* – AMMA, 14 de jul. 1997)

Foto 26 - “Tô com fome”: palavras de ordem dos manifestantes. (Acervo da *Associação das Mães, Mulheres e Amigos dos Policiais Militares da Paraíba* – AMMA, 14 jul. 1997)

Foto 27 – Acampamento: protesto em frente ao Palácio da Redenção. (Acervo da *Associação das Mães, Mulheres e Amigos dos Policiais Militares da Paraíba* – AMMA, 14 jul. 1997)

Foto 28 - Sargento Denis, liderança grevista, discursa em carro de som. (Acervo da *Associação das Mães, Mulheres e Amigos dos Policiais Militares da Paraíba* – AMMA, 14 de jul. 1997)

Foto 29 - Manifestações na Praça João Pessoa: policiais aguardam proposta salarial para a categoria. (Acervo da *Associação das Mães, Mulheres e Amigos dos Policiais Militares da Paraíba* – AMMA, 14 de jul. 1997)

Foto 30 - Órgão da Igreja Católica, ligado ao MST, distribui comida para os policiais manifestantes. (Acervo da *Associação das Mães, Mulheres e Amigos dos Policiais Militares da Paraíba* – AMMA, 16 jul. 1997)

Foto 31 – Policiais Militares do Mato grosso do Sul aprovam, em assembleia, o fim da greve. (Acervo do *Jornal do Brasil*, 23 jul. 1997)

Foto 32 - Passeata: brigadianos rumo ao Palácio Piratini. (Acervo *Jornal do Brasil*, 17 jul. 1997)

Foto 33 - Policiais militares manifestantes: palavras de ordem e músicas de protesto. (Acervo *Jornal do Brasil*, 17 jul. 1997)

Foto 34 – Faixas e cartazes: praças da Brigada Militar em protesto. (Arquivo do *Jornal Zero Hora*, 17 de jul. 1997)

Foto 35 - Policiais manifestantes: apitaços nas ruas de Porto Alegre. Foto 36 - Policiais do Batalhão de Choque: cordão de isolamento no Palácio Piratini. (Arquivo do *Jornal Zero Hora*, 17 jul. 1997)

Foto 37 – Após a assembleia-geral os policiais militares saíram em passeata pelas principais ruas de Teresina até o Palácio Karnak. (Arquivo do *Jornal Diário do Povo*, 03 de jul. 1997)

Foto 38 – Policiais militares recusam, em assembleia no Teatro de Arena, a proposta salarial do governo. (Arquivo do Jornal *Diário do Povo*, 05 jul. 1997)

Foto 39 – Durante a concentração no Teatro de Arena, na Praça da Bandeira, policiais militares cantam o Hino Nacional. (Arquivo do Jornal *Diário do Povo*, 07 de jul. 1997)

Foto 40 – O Comandante da Polícia Militar, Valdílio Falcão, fala com o presidente da Associação dos Praças, Cabo Santiago, antes da negociação com o governador. Fim da greve: policiais militares aceitam proposta do governador “Mão Santa”. (Arquivo do Jornal *Diário do Povo*, 09 jul. 1997)

Foto 41 – Manifestação dos policiais militares nas ruas do centro de Goiânia (Acervo do Jornal *O Popular*, 23 jul. 1997)

Foto 42 – Faixa “Chega de Arrocho” - manifestação dos policiais militares nas ruas do centro de Goiânia (Acervo do Jornal *O Popular*, 23 jul. 1997)

Foto 43 – Mulheres de PMs paulistas com painéis vazios representam seus maridos, que decidiram não participar da manifestação. (Arquivo do *Jornal do Brasil*, 22 de jul. 1997)

ANEXO

ANEXO 1

QUADRO - CICLO DE PROTESTOS DOS POLICIAIS MILITARES BRASILEIROS

Corporação - Estado		Datas ações públicas	Governador	Presença do Exército	Cidade	Punições	Conquistas salariais
Início do ciclo	PM-MG	13/06/97 24/06/97	Eduardo Azeredo (PSDB)	Exército convocado	Belo Horizonte	Foram excluídos 186 policiais militares. A reintegração (anistia) ocorreu, apenas, no ano de 1999.	Piso de R\$ 615,00 para soldados (o menor salário) - 48% de aumento real sobre os salários anteriores.
Conflitos armados e ameaças	PM-AL	12/07/97 17/07/97	Divaldo Suruagy (PMDB)	Exército convocado.	Maceió	Nenhuma exclusão.	Regularizou os atrasos e reajustou o salário em 16%.
	PM-CE	29/07/97 30/07/97	Tasso Jereissati (PSDB)	Exército convocado.	Fortaleza	Prisões e punições imediatas: 70 policiais militares foram expulsos.	Complementação o salarial no valor de R\$100,00 para os policiais militares.
	PM-PE	16/07/97	Miguel Arraes (PSB)	Exército convocado.	Recife	Perseguições - Nenhuma exclusão.	Aumento de 100% sobre as gratificações. O salário de R\$ 250,00, passou para R\$ 500,00.
	PM-PA	01/07/97 23/07/97	Almir Gabriel (PSDB)	Exército convocado.	Belém	Em 1998 dois oficiais e três praças foram chamados para o Conselho Disciplinar. Cabo Élio, foi o único excluído após o Conselho Disciplinar.	O governo concedeu abono mensal de R\$ 130,00 para os soldados e cabos. O salário inicial de um soldado da PM subiu de R\$ 205,00 para R\$ 335,00.

Corporação - Estado		Datas ações públicas	Governador	Presença do Exército	Cidade	Punições	Conquistas salariais
Acampamentos e negociações	PM-PB	14/07/97 19/07/97	José Maranhão (PMDB)	Exército convocado.	João Pessoa	Nenhuma exclusão.	A reivindicação da categoria era de um salário de R\$ 600,00 para os soldados. Conquistaram R\$ 380,00.
	PM-BA	28/06 /97 04/07/97 30/07/97	Paulo Souto (PFL)	Não	Salvador	Exclusão, após o Conselho Disciplinar, dos dirigentes da Associação de Cabos e Soldados. A diretoria conseguiu assegurar a permanência de possíveis excluídos em cargos da Associação.	Foi instituída a Lei da GAP - Gratificação de Atividade Policial.
	PM-MT	17/07/97 21/07/97 23/07/97	Dante de Oliveira (PSDB)	Não	Cuiabá	Nenhuma exclusão.	Antecipação do pagamento de um escalonamento vertical para cabos, soldados, sargentos e subtenentes.
	PM-MS	18/07/97 21/07/97 22/07/97	Wilson Martins (PMDB)	Exército convocado.	Campo Grande	Nenhuma exclusão.	Elevou os salários de um soldado para R\$ 408,00 em agosto e para R\$ 500,60.

Corporação - Estado		Datas ações públicas	Governador	Presença do Exército	Cidade	Punições	Conquistas salariais
Manifestações disciplinadas e articulações à margem do ciclo	PM-RS	17/07/97	Antônio Britto (PMDB)	Exército convocado.	Porto Alegre	Punições com prisões. Houve, apenas, a exclusão do Cabo Adelmar.	Concessão de abono de R\$100,00 para cabos, sargentos, subtenentes e de R\$120,00 para soldados.
	PM-PI	03/07/97 5-9/07/97	Francisco Moraes Souza (PMDB)	Não	Teresina	756 praças foram indiciados e, remetidos à auditoria militar. Assim, 755 pessoas foram condenadas a 22 dias de prisão; passaram onze dias no quartel e onze na condicional. Apenas o líder, Soldado Santiago, foi julgado como "crime de incentivo" – condenado por 90 dias.	Os salários dos PMs, a partir de julho de 1997, seriam de: R\$ 689,33 (subtenente), R\$ 597,94 (1º sargento), R\$ 519,14 (2º sargento), R\$ 451,35 (3º sargento), R\$ 365,48 (cabo) e de R\$ 335,35 (soldado).
	PM-GO	22/07/97 23/07/97	Maguito Vilela (PMDB)	Não	Goiânia	Nenhuma exclusão.	Passaram a receber uma gratificação adicional de R\$ 125,00; alunos-oficiais, aspirantes, tenentes, capitães e maiores R\$ 100,00.

	PM-SP	-	Mário Covas (PSDB)	Não	São Paulo	-	Foi concedido 8% de reajuste para sargentos e subtenentes e de 34% para cabos e soldados.
	PM-RJ	-	Marcello Alencar (PSDB)	Não	Rio de Janeiro	-	-

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

JUNIELE RABÊLO DE ALMEIDA

TROPAS EM PROTESTO:
o *ciclo* de movimentos reivindicatórios dos
policiais militares brasileiros no ano de 1997

V. II

São Paulo
2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

TROPAS EM PROTESTO:
o *ciclo* de movimentos reivindicatórios dos
policiais militares brasileiros no ano de 1997

Juniele Rabêlo de Almeida

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social
do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo, para obtenção do
título de doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy

V. II

São Paulo
2010

Almeida, Juniele Rabêlo

2010

Tropas em protesto: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997 / Juniele Rabêlo de Almeida; Orientador José Carlos Sebe Bom Meihy. - São Paulo: FFLCH/USP, 2010. V.2. 472 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História Social). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. Policiais militares, Movimentos reivindicatórios.
2. História Oral, História de vida, Narrativa.

Copyright©2010

Revisão - nova ortografia
Nilma Lima

Projeto Gráfico - Capa
Dorys Marinho

Digitalização dos jornais
Frederico Moura

SUMÁRIO

VOLUME II

Narrativas Referenciais

1 Policiais militares de Minas Gerais: “primeira rede”227

Início do ciclo de protestos

1.1 Sargento Rodrigues (MG)	228
1.2 Cabo Júlio (MG)	239
1.3 Sargento Maurício (MG)	250
1.4 Cabo Marcondes (MG)	258
1.5 Cabo De Sal (MG)	264
1.6 Sargento Bravo (MG)	272
1.7 Sargento Milton (MG)	282

2 Policiais militares de Alagoas, Ceará, Pernambuco e Pará: “segunda rede”294

Conflitos armados e ameaças

2.1 Soldado Simas (AL)	295
2.2 Soldado Elias (AL)	300
2.3 Soldado Barbosa (CE)	306
2.4 Soldado Tupinambá (CE)	311
2.5 Soldado Moisés (PE)	315
2.6 Soldado Cordeiro (PE)	330
2.7 Cabo Élio (PA)	334
2.8 Cabo Savedras (PA)	344

3 Policiais militares da Paraíba, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: “terceira rede”349

Acampamentos e negociações

3.1 Soldado Onildo (PB)	350
3.2 Sargento Denis (PB)	354
3.3 Cabo Pires (BA)	366
3.4 Soldado Alfeu (BA)	377
3.5 Sargento Delgado (MT)	383
3.6 Cabo Nonato (MT)	389
3.7 Soldado Melo Irmão (MS)	400
3.8 Soldado Souza (MS)	408

4 Policiais militares do Rio Grande do Sul, Piauí, Goiás; São Paulo e Rio de Janeiro: “quarta rede”416

Manifestações disciplinadas e articulações à margem do ciclo

4.1 Soldado Lucas (RS)	417
4.2 Soldado Giovani (RS)	425
4.3 Cabo Santiago (PI)	430
4.4 Cabo Jarbas (PI)	441
4.5 Soldado Gilberto (GO)	445
4.6 Cabo Wilson (SP)	453
4.7 Soldado Vanderlei (RJ)	462

1 Policiais militares de Minas Gerais: “primeira rede”

Início do *ciclo de protestos*

1.1 SARGENTO RODRIGUES (WASHINGTON FERNANDO RODRIGUES)

Acervo da autora, jun. 2007.

Entrevista com Sargento Rodrigues (Washington Fernando Rodrigues), liderança do movimento grevista dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais, ocorrido na cidade de Belo Horizonte, no ano de 1997. Expulso da corporação, no dia 9 de dezembro de 1997, por participar da greve, tornou-se deputado estadual em 1998 (hoje reeleito). As entrevistas foram realizadas nos dias 4 e 13 de julho de 2007. Sargento Rodrigues rememorou suas experiências e construiu sua narrativa folheando um “livro de recortes” sobre o movimento de 1997. Ele nos concedeu a entrevista no seu gabinete na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Quando cheguei à Praça da Liberdade eu fui aclamado para participar da comissão de negociação (...) Os policiais conheciam minha capacidade de liderança, meu atrevimento.

Meu pai era vaqueiro, laçador de boi bravo, fazia uns bicos, serviços extras, como açougueiro: comprava boi, matava e vendia. Ele faleceu em 1968, era um homem muito simples, não sabia ler nem escrever. Nós morávamos em Serra dos Aimorés, que fica ao lado da cidade de Nanuque, na divisa de Minas com a Bahia. Minha mãe ficou viúva com 33 anos e com sete filhos para criar: a mais nova tinha 3 anos, o segundo era eu com 4 anos e a mais velha tinha 17 anos. Nós formávamos uma escadinha: 3, 4, 5, 10, 12, 14 e 17 anos. Eram duas filhas e cinco homens. Eu lembro com muita riqueza de detalhes. Minha mãe vendeu os últimos utensílios domésticos que ela tinha (bacia, canecas, colher de pau e panelas) a preço de banana para conseguir dinheiro para ir embora para Belo Horizonte.

Hoje, com 72 anos, ela ainda é muito lúcida. Com a morte do meu pai ela achou que Serra dos Aimorés não era lugar para ela criar os filhos: o lugar era muito pequeno, tinha muita fofoca. Ela era professora primária, e tinha medo que nós (eu e meus irmãos) ficássemos sem estudar, sem conseguir alguma coisa. Ela pagou o hospital e funerária do meu pai e decidiu nos levar para Belo Horizonte.

Tínhamos uma tia que era irmã do meu pai, a chamávamos de Tia Branca. Ela morava no Bairro Salgado Filho, num barraco de três cômodos. Generosamente, ela nos emprestou um cômodo; lá dormíamos todos nós: sete filhos e minha mãe. A única coisa que não fizemos em Belo Horizonte foi dormir debaixo da ponte. Só não chegamos a esse estado por causa da generosidade da minha tia.

Após uns 15 dias da nossa chegada, minha mãe arrumou um emprego em uma fábrica de calçado. Ela foi ser costureira de sapatos, que eles chamam de despontadeira. Tenho uma foto dessa época (final de 1968) aqui, na entrada do meu gabinete; quando minha mãe começou a conhecer a cidade, ela nos levou para tirar essa foto lá no Parque Municipal. Foi uma foto para ficar na memória, somos todos nós, ela queria tirar uma foto com todos os filhos.

Ficamos 30 dias na casa da minha tia. Quando minha mãe recebeu o primeiro pagamento, ela agradeceu a minha tia e arrumou um barracão para alugar. À medida que o tempo foi passando, o meu irmão mais velho começou a trabalhar. Ele arrumou um emprego de engraxate no centro da cidade, naquela época a prefeitura oferecia a engraxadeira, aquela parte de ferro, para os “menores aprendizes”. Ele começou a engraxar sapatos e ajudar a família. Depois, esse meu irmão foi ser trocador de ônibus da viação Antunes, e o

meu irmão mais novo, ao chegar aos 14 anos, assumiu a engraxadeira. Depois esse outro foi ser Office boy de um cliente dele que engraxava os sapatos e o Jovanildo assumiu o lugar dele. Nessa época, o Jovanildo tinha 15 anos e eu tinha 09, então, eu levava marmita para ele no centro da cidade.

Todos os homens foram "arrimo de família". Todos nós começamos a trabalhar muito cedo; com 12 anos a gente já vendia alguma coisa: chup-chup, picolé. Coisas que qualquer criança pobre de periferia faz. Nós vendíamos picolé, catávamos ferro velho no lixo e vendíamos garrafa. Nós morávamos em vários lugares. Era assim: a minha mãe arrumava um barracão, levava os três mais velhos e alugava; depois que assinava o contrato, ela vinha com a mudança e levava o resto. Quando o dono via que eram sete, desistia de alugar. Minha mãe ia trabalhar e nós ficávamos sozinhos, ela não podia pagar empregada. Minha mãe é uma heroína, venceu todos os obstáculos. Com 33 anos ela teve que abdicar de tudo, inclusive da possibilidade de ter um novo marido. Ela tinha um monte de filho ciumento em casa.

Durante uma época eu vendi jornal. Eu lembro como se fosse hoje, eu estava na 7ª série e morava no Bairro Cabana, na Rua Independência. Os irmãos mais novos tiveram um pouco mais de chance de estudar. Os mais velhos fizeram apenas o primário. Era difícil porque todos, e principalmente os mais velhos, tiveram que assumir uma responsabilidade no lugar de pai.

O mais velho, que tinha 14 anos, passou a ser chefe de família. Passou a ter obrigação de pai: tinha que trabalhar e trazer o dinheiro todo dia para comprar as coisas. Eu era engraxate e minha mãe dizia: *you passas no armazém em frente à Rodoviária e compra 1/2 kg de arroz, 1/2 kg de feijão, 1/2 kg de açúcar*. Todos os dias eu tinha que comprar isso, inclusive as caixas do armazém me chamavam de meio quilo. Era pra sobrevivência. O salário da minha mãe era reservado para pagar aluguel e passagem. Eu sei que este não é o retrato apenas de nossa família. Muitas pessoas tocaram a vida desse jeito.

A gente amadurecia vendo os irmãos mais velhos dando exemplo. Todos trabalhavam e entregavam no final do mês o envelope de pagamento para a minha mãe. Ela pegava o dinheiro e dizia: isso aqui é para a casa e isso aqui é pra você (quase nada). Nós fomos crescendo nesse ritmo, na obediência a ela. Víamos o seu sofrimento, a luta, a dificuldade. Passamos muitas dificuldades, inclusive de alimentação. Lembro de uma situação difícil: quando morávamos na Vila Oeste, na Rua das Princesas em frente à Cabana, eu tinha 7 anos de idade e estudava em uma escola estadual; lá, por várias vezes, tínhamos que despistar a fome. Não tínhamos dinheiro para comprar um pãozinho de sal. Ficava o meu irmão de 10 anos tomando conta dos de 5, 4 e 3 anos. Esse de 10 anos de idade também era criança, mas tomava conta, fazia almoço, lavava vasilhas e arrumava casa. A ideia de responsabilidade foi sendo absorvida na vida de todos nós. Quem passa por essas dificuldades acaba amadurecendo muito.

Com 15 anos eu já trabalhava com carteira assinada. Ela foi assinada em março de 1980 em um lugar chamado Ranel Bijuterias. Eu era auxiliar de produção de bijuterias, lá perto de casa, no Bairro Cabana. Depois fui ser vigilante mirim do CESAM (Centro Salesiano do Menor), da Inspetoria São João Bosco. Inclusive, há pouco tempo eu tive uma surpresa muito agradável: o Mesquita, que é da Congregação Salesiana estava aqui na Assembleia e durante o debate eu estava olhando pra ele, depois que fui lembrando quem era ele. Quando eu falei com ele que era de lá, nossa... Ele ficou muito satisfeito! Eu falei com ele da importância do trabalho do CESAM na vida da criança e do adolescente. Ele ficou muito emocionado e depois fiz uma visita a ele, porque a Inspetoria São João Bosco é formada por padres salesianos. Eles procuravam famílias de baixa renda, em periferias e favelas, e buscavam os adolescentes para trabalhar.

Depois eu virei camelô. Vendi frutas no sinal por cerca de três anos. Com 18 anos fui ser auxiliar de tesouraria em uma loja de veículos. Aliás, fui Office boy e depois virei auxiliar de tesouraria. Aí, aos 20 anos, eu entrei para a Polícia Militar. O meu irmão, o Jovanildo, tinha entrado um ano e meio antes pra PM. Foi o primeiro da família, decerto aquilo foi despertando o meu interesse (irmão mais velho acaba influenciando). Eu tinha 20 anos e estava trabalhando de carteira assinada. Fui bem compreendido pelo meu chefe, ele me liberou para fazer os testes na PM. Era um monte de exames: exame médico, teste físico... Virava e mexia e eu tinha que estar matando uma parte do serviço, manhã ou tarde, para fazer os testes.

Entrei para a Polícia Militar em dezembro de 1984. Nessa época eu tinha concluído a 8ª série. Depois que entrei para a Polícia eu concluí o 2º grau. Em 1988 eu fiz o curso de cabo, depois, com apenas 04 anos e meio de Polícia Militar, eu já era sargento. Em dezembro de 1994 eu fui promovido a 2º sargento.

Nos anos de chumbo que foram até 1985, a Polícia Militar era muito atrelada às Forças Armadas. Eu nunca concordei muito com a tese de a Polícia ser militar. A PM sempre usou o discurso da formação militar para reforçar a disciplina. Hoje, sim, a PM tem uma formação vocacional tratada como atividade civil. Nós conseguimos mudar muita coisa: criamos o Código de Ética para substituir o velho RDPM. Eu apelidei o RDPM de “AI 5” dos quartéis. Sempre tive essa preocupação de fazer uma discussão de Polícia diferente. A preocupação militarizante atrasou muito a Polícia Militar. Dificultou a construção de uma Polícia mais cidadã, de não ser uma Polícia de Estado, mas uma Polícia cidadã: aquela que viesse a defender os direitos e garantias fundamentais da Constituição de 1988. A Polícia hoje mudou bastante, mas nós proporcionamos muitas mudanças.

Quando eu entrei para a PM, eu me adaptei à militarização. Afinal, eu vim de uma família muito humilde, com criação muito rígida, isso facilitou minha adaptação. Depois eu comecei a questionar. Quando terminei o Curso de Sargento, em 1989, eu fiquei com uma visão diferenciada do “ser e fazer polícia”. Como comandante de viatura eu fui percebendo que era incompatível o Estado atrelado fortemente ao lado militar e o pouco exercício da atividade de polícia. Eu passei a ler mais sobre pena, a pesquisar mais, observar mais outras polícias.

Eu comecei trabalhando no Batalhão de Choque. Depois, fui para a Academia de Polícia Militar e voltei sargento, em julho de 1989; fiz o curso com 06 meses. Aí, sim, eu comecei a fazer muito mais enfrentamento/questionamentos: obviamente pelo fato de ter tido um pouco mais de instrução no campo jurídico, Código Penal... Cada curso na Polícia oferece uma dose maior de conhecimento de Direito Penal e Constitucional. Dentro de instruções, por várias vezes eu questionava os oficiais e eles falavam que não iam tratar daquele assunto na frente de tropa.

Sofri muita perseguição. Várias vezes eu fui chamado de líder negativo, de questionador. Esse meu perfil, que provocava discussão na frente de tropa, era odiado por oficiais. Eu era pontuado: a pontuação fica a cargo do Comando e com base naquelas pontuações você é ou não promovido. Mas eu não me intimidei, por diversas vezes eu deixei alguns capitães enrolados na hora da instrução ao comparar a Constituição da República e o Regulamento Interno (o arcaico RDPM). Eles sempre faziam uma alusão de que a Polícia Militar era regida por Estatuto próprio. Mais pelo fato de não conhecermos o Direito de forma ampla, e não dominar a ciência jurídica para dizer que direitos e garantias fundamentais estão acima de qualquer coisa, que são intocáveis, e que não seria um regulamento, um decreto que poderia se sobrepor àquilo que tem de mais precioso: a Constituição.

O pessoal não dominava os princípios constitucionais. Eu questionava o tempo todo. Quando algum companheiro era comunicado, regularmente eles já me procuravam para receber orientação. Isso passou a ser voz corrente dentro do Batalhão: *olha, vamos procurar o Sargento Rodrigues que ele vai nos orientar*.

Nunca participei das associações de policiais; eu ajudava os companheiros por amizade e por rebater a injustiça. Aí, eu comecei a ter a clareza de que o regulamento era extremamente maquiavélico. Eu comecei a questionar, bater de frente... algumas vezes eu fui afastado da rua exatamente por ter esse tipo de comportamento.

Quem servia nos Batalhão de Choque e gostava de radiopatrulha queria ir para as Companhias da ROTAM, que era a elite do Batalhão. Por perseguição, por covardia, muitas vezes os oficiais tiravam a gente da ROTAM, deixava “de molho”. Como sargento novo, eu não tinha receio de fazer questionamentos na frente da tropa, enquanto os sargentos mais antigos, primeiro, segundo, subtenente, todos morriam de medo naquela época. Os companheiros do Batalhão de Choque me respeitavam pela minha postura.

Servi no Batalhão de Choque até 1993. Eu tive uma troca de tiro no dia 14 de março de 1993 e um patrulha meu foi baleado e ficou paraplégico na troca de tiro. Nós não conseguimos prender o bandido no dia,

em face dessa troca de tiro. Assim, o tenente-coronel da época me transferiu para o COPOM, o 190. Aquilo para mim foi a pior passagem que eu tive na Polícia.

Quem fica na linha de frente, fica muito visado. Esse tenente-coronel já me conhecia e falou que iria me levar para o COPOM; eu pedi para que não me levasse porque não gostava, o meu negócio era trabalhar na rua. Foi assim: quando eu cheguei ao turno de serviço, 15 dias depois da troca de tiro (já no dia 02 de abril), eu estava voltando do turno cansado e fui deixar as cópias das ocorrências na Companhia, aí o sargento ligou e disse que tinha um ofício pra mim, peguei o ofício e o mundo quase desabou na minha cabeça, porque eu era alucinado pelo serviço de radiopatrulha (igual a cachaça, aquele vício que você tem e não quer sair dele).

O perigo era uma espécie de adrenalina. Eu era respeitado dentro das Companhias ROTAM e das Companhias de Choque pela minha desenvoltura operacional. Eu tenho até hoje vários registros de ocorrências que eu fiz (recortes de jornais), tudo guardado comigo até hoje: quadrilhas que eu prendi, relatórios complementares que eu fazia depois do turno de prisões, flagrantes.

Eu trabalhava depois do turno de serviço, não ligava pra isso. E mesmo assim, eu fui transferido para o COPOM em 1993. Em 1996 eu disputei as eleições para vereador – prova da minha capacidade de agregar para dentro das urnas, eu tive 2.674 votos pelo PNM naquela época. Mesmo porque, eu saí candidato sem ter comitê, sem mandar uma carta pra ninguém. Eu tinha só o respeito, a liderança que a gente exercia. Meus votos foram dos companheiros da corporação.

Em 1996, eu tinha apenas um grupo de pessoas que me ajudava: o Milton, o Bravo, o Osmar, o Gilberto. Éramos 05 pessoas. Eles acreditaram em mim, achavam que eu tinha perfil para ser candidato. Eles abraçaram a bandeira junto comigo. A gente se encontrava durante a semana para entregar o material (só tinha santinho), não tínhamos financiamento. E mesmo assim eu consegui chegar a primeiro suplente. Essa foi uma demonstração clara de que eu já tinha essa capacidade de aglutinar pessoas.

Já fiz críticas ao governo dentro do Palácio. Eu tinha uma carta que o Azeredo havia enviado para nós (policiais militares) prometendo mundos e fundos, e ele não fez nada. Mas em 1997 eu consegui sair do COPOM e retornar para a rua, fui para o 5º Batalhão (não voltei para o Batalhão de Choque). Eu me apresentei ao 5º Batalhão no dia 06 de julho de 1997; no dia 13 eu já estava trabalhando na sala de rádio, com dois soldados sob o meu comando. Lá eu ouvi as notícias pela Itatiaia. Fiquei sabendo da manifestação pelo rádio. Eu sempre preguei (no Batalhão de Choque, no COPOM, e no 5º Batalhão) que precisávamos nos mobilizar. Quando eu ouvi na Itatiaia que a tropa do Batalhão de Choque tinha descido em passeata e que estava caminhando para a Avenida Catalão... Nossa!... Aquilo pra mim foi um momento mágico, tudo o que eu esperava estava acontecendo!

Naquela hora, eu liguei para o Bravo e para o Milton e disse: *o pessoal do Choque tá descendo, a gente precisa ir pra lá*. Eu estava impaciente: estava em serviço, fardado. Os dois soldados que trabalhavam comigo disseram para eu não ir, que aquilo era crime militar. Eu não podia abandonar o posto. Mas eu sempre sonhei com aquilo. O Bravo e o Milton chegaram. Os oficiais, sabendo que a Tropa de Choque já havia descido, estavam alertas dentro do Batalhão. Mesmo assim, nós saímos. Comecei a chamar o pessoal: *é hoje, agora, esse é o dia!* Nós saímos percorrendo as sessões do Batalhão, oficinas mecânicas... Um grupo de oficiais ficou nos observando à distância. Conseguimos juntar uns 50 policiais. Pegamos o carro e descemos. Os oficiais não sabiam que a tropa iria querer descer. A PM tem um serviço de informação muito eficaz. Entretanto, nós conseguimos arrebanhar pelo menos uns 50 PMs. Liguei a televisão e vi as imagens pela rede Globo: as tropas descendo em passeata. Os dois soldados que trabalhavam comigo eu não consegui levar.

Quando cheguei à Praça da Liberdade eu fui aclamado para participar da comissão de negociação. Aí está o detalhe que às vezes quem não está dentro do movimento não sabe: o grosso que desceu foi o pessoal do Batalhão de Choque. Eu servi lá por cinco anos. Os policiais do Batalhão de Choque conheciam minha capacidade de liderança, conheciam o meu atrevimento. Eles sabiam que eu não tinha medo de falar. O pessoal ameaçou invadir a Casa Civil se não me deixassem entrar. Por ordens do Agostinho Patrus, secretário da Casa Civil, os oficiais foram ver *quem era o sargento que o povo queria que entrasse*. Eu já estava na porta do

Palácio! Eu fui realmente aclamado. O pessoal gritava: *Sargento Rodrigues na comissão*. Eles, nessa hora, avançaram para o lado da Casa Civil.

Aceitei participar da comissão. Inclusive, eu já estava com a “carta de promessas” do Governador Azeredo no bolso. Quando entrei na comissão, a primeira coisa que eu fiz foi procurar o secretário e mostrar o que o governador tinha enviado pra nós. Ele não havia cumprido nada. A partir daquele momento, foi criada a comissão e nós demos várias entrevistas.

A televisão estava acompanhando o movimento: eram matérias no *SBT*, na *Manchete* e na *Globo*. A imprensa prestou um papel histórico, inquestionável, porque ela registrou a revolta dos praças, a busca da cidadania. A imprensa mineira buscou compreender o movimento, ela não fez o jogo do Governo. Mostrou o choro, os gritos, as palavras de ordem, a revolta. Claro que tinham, de vez em quando, aqueles colonistas ligados ao Palácio do Governo fazendo crítica. Eu concedi inúmeras entrevistas e fotos.

A imprensa mostrou os PMs queimando os contracheques e rezando de joelho em frente ao Palácio. Meus meninos eram pequenos: eles ficaram assustados! Naquele dia descemos em passeata para a Praça da Rodoviária. Marcamos uma reunião no Clube de Cabos e Soldados e todo mundo dispersou. Meus meninos eram pequenos: eles ficaram assustados! O sentimento dos policiais militares era único. Não eram PMs apenas da capital. Todos os praças sonharam com aquilo, todos queriam sair em praça pública, gritando palavra de ordem, clamando por tratamento digno, respeito, por melhores condições de trabalho. Mas o peso do regulamento, do RDPM, era muito maior: não tinha abertura para manifestação. A questão salarial foi a gota d’água, a coisa já estava sedimentada havia muito tempo.

Não houve nenhuma preparação para o movimento. Ninguém preparou o movimento; ninguém pode se intitular “articulador do movimento”. O movimento explodiu naturalmente. Inclusive, as entidades de classe foram rejeitadas naquele momento. Ninguém acreditava em mais nada! Quando eu cheguei à Praça da Liberdade, fui solicitado por centenas de militares para compor a comissão de negociação. Os PMs rejeitaram as instituições oficiais: as Associações, o Comando, o Governo. O movimento não teve articulador. Somente depois, o ex-deputado federal Cabo Júlio e eu, despontamos na interlocução do pós-movimento. Éramos a representação, ou seja, éramos pessoas falando em nome daqueles que fizeram o movimento reivindicatório. A partir dali, a mídia passou a nos ter como pessoas à frente do movimento, nos chamando de líderes.

O dia 13 de junho de 1997 foi o 1º dia do movimento. Foi a primeira passeata que ocorreu na história da Polícia Militar de Minas Gerais. A tal polícia mais antiga e conservadora. Foi um susto muito grande. O movimento foi fruto de longos anos de sofrimento dentro da caserna. Nós fizemos aquela primeira reunião com o secretário da Casa Civil, que era o Agostinho Patrus, e de lá pra cá, após a passeata, nós nos organizamos com as entidades de classe, ora no Clube de Cabo e Soldados, ora na Associação dos Subtenentes e Sargentos.

O que aconteceu: os delegados da Polícia Civil haviam movido uma ação judicial solicitando equiparação de seus salários aos dos promotores, não conseguiram, conseguiram com os defensores públicos à época, e eles ganharam em última instância, no Supremo Tribunal Federal. Ganharam em três instâncias. O Supremo Tribunal determinou (ao Governador Eduardo Azeredo) o pagamento de três parcelas de onze por cento, que eram aquelas as quais eles tinham direito. Ao pagar a primeira parcela, o Comando da Polícia Militar se insurgiu contra o Governo no sentido de buscar a paridade que existia entre oficiais e delegados. O Governo atendeu aos oficiais, e deu a primeira parcela para os oficiais e não deu para os praças.

Isso foi o estopim, a motivação para os praças ganharem as ruas. Aquilo gerou um sentimento de traição, um sentimento muito forte, que nos levou para a rua. Há muito tempo o sofrimento dos PMs dentro da caserna não era ouvido por ninguém. O Regulamento Disciplinar (RDPM) era arcaico, o seu teor remetia à época do Estado Novo. Eu tive, depois, a oportunidade de fazer uma leitura mais detalhada de livros da própria corporação, datados de 1808: tivemos o primeiro regulamento em torno de 1810, 1811. O nosso Regulamento Disciplinar que vigorou até 2002 ainda trazia muitos elementos de 1808.

O maior causador da revolta dos praças, o maior impulsionador foi o rigor do regulamento, o RDPM, e esse rigor propiciou abusos dos oficiais (condições de extrapolar os limites que um ser humano pode suportar).

Era com prisões abusivas, com interferência direta na vida particular do policial militar, do soldado, do cabo, do sargento. Com os oficiais não acontecia nada. Nós tínhamos um regulamento criado para ser aplicado apenas aos praças; as entidades estavam começando a engatinhar, a mover ações contra o Estado em termos de direitos para o policial militar.

A questão salarial foi a última gota. Falou-se: *nós já não estamos suportando mais, nós não aguentamos esse sofrimento, esse tratamento humilhante*. Nós tínhamos um alto número de suicídios dentro da corporação pela pressão, pelo rigor do regulamento. Muitas vezes os oficiais extrapolavam até o próprio regulamento, eles abusavam muito mais. Frases do tipo *"cala a boca, senão eu te prendo"*, eram comuns naquela época.

Nós sofremos muitas pressões durante o movimento. O coronel Oswaldo Miranda, que era o chefe de Estado Maior naquele momento, fez várias ligações durante a segunda passeata, pro meu celular. Eles ameaçavam a gente de prisão. Diziam que nós iríamos tomar vinte anos de prisão caso a gente chegasse em passeata até o palácio. Naquele momento, a gente já sabia que não havia retorno, não tinha como recuar. Nós realmente seríamos expulsos. Restou falar: *olha, o senhor abra negociação com o Governo porque nós não vamos recuar e nós estamos falando de salário, as reivindicações são justas*.

No dia 24 de junho nós fizemos a segunda passeata. Lá ocorreu a morte estúpida do Cabo Valério! Depois disso, começaram as perseguições. Chama a atenção um pequeno trecho que saiu no jornal, de um cientista político, Rubens Barbosa Filho, que diz: *"a forma puramente militar da Polícia esgotou-se para o próprio policial, submetido a um regulamento feito para dobrar a sua vontade individual e preservar a corporação como máquina coletiva de natureza mecânica. O policial é produzido como uma espécie de cidadão de segunda classe"*.

No momento das passeatas, no calor dos acontecimentos, a gente até esquecia as possíveis punições. Mas depois batia o receio da exclusão. Existia, ao mesmo tempo, um amor muito grande pela profissão, mas a gente tinha que defender os nossos direitos. O PM serve à comunidade, e esse servir é gratificante. Quando a gente conseguia fazer uma prisão, recuperar, salvar uma vítima de alguma coisa, nós ficávamos satisfeitos. Principalmente, aqueles que trabalham com radiopatrulhamento, como eu trabalhava, têm um diferencial da profissão, que é gostar do que faz. O radiopatrulhamento era um vício.

Eu sempre trabalhei em radiopatrulha, eu fui do Batalhão de Trânsito, do 5º Batalhão e do Batalhão de Choque (na época das Companhias ROTAM's). Quando o movimento estourou, tinha apenas seis dias que eu tinha retornado para o Batalhão de Radiopatrulhamento. Eu estava voltando para aquilo que eu sempre gostei de fazer.

No dia 13 de junho, após todas aquelas manifestações, imprensa, entrevista, eu fui pra casa; morava no Bairro Água Branca. Logo que eu cheguei ao portão, olhei pra minha esposa e ela disse: *É, eu vi tudo pela televisão, você vai "levar ferro"*. Eu falei com ela: *Eu posso "levar ferro", mas se tiver mil passeatas eu vou às ruas mil vezes*. Ninguém conseguiria segurar a primeira passeata, porque ela refletia um sentimento muito puro. Era uma vontade muito grande de sair em praça pública, de falar do sofrimento, das humilhações, do suicídio, das perseguições, da revolta.

As "Diretas Já", para o cidadão lá fora, para o civil, vieram em 1984, mas a nossa (dos PMs) só ocorreu em 1997. Foi um grande movimento de cidadania. Não foi uma greve da Polícia Militar. Nós fizemos duas passeatas. Agora, pra você fazer uma passeata você tem que parar o serviço, mas não era uma greve, tanto é que, nesses intervalos, a Polícia continuava atuando do mesmo jeito. Foi um movimento de sentimento puro, sem articulador, sem sindicalista. Não tínhamos sequer uma pauta previamente detalhada. A gente só começou a pensar na pauta quando as pessoas perguntavam o que nós queríamos na praça. Aí fomos falar... Tamanha era a pureza do movimento.

Depois, vieram as exclusões. Cento e oitenta e seis policiais foram expulsos por participar do movimento aqui em Minas. Eu, o Cabo Júlio, o Sargento Bravo e o Milton fomos os primeiros a serem excluídos – foram dezoito no primeiro boletim. A exclusão saiu em dezembro de 1997. O Comando da Polícia escolheu

estrategicamente a data porque Belo Horizonte comemorava o seu centenário e toda a imprensa estaria voltada pra isso. Toda a minha família esteve envolvida no movimento pela anistia dos PMs expulsos. Minha esposa e até meu menino vestiram a camisa da anistia na porta da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Foi um baque violento a notícia da exclusão. Foi no dia 9 de dezembro de 1997. Eu me lembro como se fosse hoje: eu estava acabando de amarrar meu coturno, sentado na minha cama de casal, pra pegar serviço na radiopatrulha (lá na 10ª Companhia do 5º Batalhão, no Bairro Palmeiras). O telefone tocou, eu atendi. Era uma moça chamada Luciana (jornalista da Rede Globo). Ela falou: *Sargento Rodrigues, e agora como é que vai ser daqui pra frente?* Eu não entendi a pergunta, e pedi que ela explicasse. Ela continuou: *O Comando acaba de divulgar a sua expulsão da corporação.* Eu falei: *Olha, Luciana, você me pegou fardado pra trabalhar, então eu não fui expulso ainda, não me entregaram nada oficialmente, então eu vou para o serviço.*

Quando eu cheguei à Companhia, tinha um oficial me esperando para me comunicar da publicação. Ele iria me acompanhar até em casa para eu entregar a minha farda. Foi um dia muito difícil! Não tiveram nenhum cuidado. Ele me acompanhou e pegou as carteirinhas do IPSM (minha, da esposa e dos filhos) pra devolver. Ele pegou todo meu material de trabalho: farda, cinto de guarnição... Entreguei tudo. A partir dali, foi um choque muito forte, porque eu não esperava que aquele momento fosse daquele jeito. Aí começou a nossa luta pela anistia!

Durante o período de junho a dezembro de 1997, eu sofri seis prisões, era uma atrás da outra. Teve perseguição explícita, qualquer coisa que eu falasse naquele momento era motivo de comunicação. Eu sofri uma comunicação na 10ª Companhia, por estar com o coturno com a cor diferente. Meu coturno era de cor preta e eles exigiam marrom: só exigiam isso de mim, na Companhia. Nenhum outro foi fiscalizado, ninguém sofreu comunicação disciplinar por esse motivo. Eu sempre fui um sargento que me apresentei muito bem alinhado, muito bem cuidado. Essas são faltas que um policial militar que se preze não comete; faltas muito bobas pra se cometer.

Eu tenho o documento da designação da comissão de negociação, do dia 23 de julho de 1997, que diz o seguinte: *"o Subtenente Wellington Eustáquio de Jesus, que era da Associação de Subtenente, o segundo Sargento Washington Fernando Rodrigues, o Cabo-Soldado Newton de Moraes, e o Cabo PM Júlio César Gomes estão autorizados a manter contatos com a chefia estadual para dar cumprimento de designação."* Deram autorização, só que essa autorização, pra eles, não existia. Eles continuaram a perseguir, continuaram a punir. Foram várias as punições que eu tomei, eu fui impedido, fardado, de entrar no Batalhão de Choque, unidade à qual eu pertenci. Os mais perseguidos éramos eu e o Cabo Júlio. Mas todos aqueles que eram próximos da gente também foram perseguidos.

O Conselho Disciplinar tinha, entre os motivos de exclusão, a participação de movimento reivindicatório. Esse foi o motivo. No total foram cento e oitenta e seis os excluídos. Todos por participarem de movimento reivindicatório de cunho contestatório. Excluíram aqueles PMs que mais apareceram no movimento, pelos indícios de foto (e aqueles que deram entrevistas). Foi uma escolha completamente arbitrária. Na verdade, eles escolheram quem eles queriam expulsar e juntaram as provas. Quem preside um inquérito, conduz na linha que ele decide. Ele busca as provas para apontar a autoria que ele quer (isso quando ele quer chegar a determinado alvo). Quando ele quer fazer um inquérito comum, um IPM, que seja isento, ele vai seguir uma linha de isenção. Não era essa linha, era uma linha de cartas marcadas, a linha pra "botar a gente na rua".

O critério deles era o critério do Comando. Primeiro excluíram dezoito PMs, depois tiraram mais quinze, mais vinte... Foram "levas"! O Jovanildo, por exemplo, foi expulso porque era meu irmão. Ele não apareceu em fotografia nenhuma (mesmo participando ativamente), não apareceu em vídeo nenhum, não deu entrevista nenhuma. As exclusões foram conduzidas dessa forma. Toda vez que iam fazer o interrogatório do Jovanildo, falavam assim: *"o irmão do Sargento Rodrigues, líder do movimento"*. Meu irmão, o Jovanildo Edson Rodrigues, era segundo sargento à época, tinha quinze anos de serviço, casado, pai de família. Foi uma perseguição escancarada. A exclusão dele saiu em abril de 1998. Ele não estava esperando.

Aí nós começamos a buscar a anistia! Começamos a nos organizar, todos os excluídos. Fazíamos reuniões na minha casa e nas casas de outros companheiros, para que a gente pudesse pensar conjuntamente. Pensamos: *vamos procurar a OAB, vamos procurar a Igreja, vamos procurar os políticos*. Muitas portas se fecharam pra gente, mas outras se abriram. O vereador Paulão, do PCdoB, nos ajudou com recursos para comprar camisetas com a frase “anistia já para os PMs”. O vereador Paulão é uma pessoa que tem um espaço especial na nossa memória. O deputado João Batista de Oliveira, que hoje é subsecretário de direitos humanos, também nos ajudou muito: tirou xerox de documentos que a gente precisava, conduziu o primeiro projeto de anistia (foi dele o primeiro projeto, que não conseguia ser aprovado). Ficamos dependentes de cesta básica por muito tempo. Cerca de 1.759 PMs fora indiciados em IPM (Inquérito Policial Militar). Mais de 3.000 policiais foram punidos com prisão. As punições mais brandas receberam as prisões administrativas. Foi a “caça às bruxas”.

Começamos a nos organizar: fizemos as nossas camisetas, viemos várias vezes na Assembleia. Todos nós estávamos desempregados, todo mundo expulso. Alguns começaram a pegar bico. Cada um ia ajudando do jeito que podia. A gente recebeu uma comissão de policiais reformados de Bom Despacho que foram na minha casa e deixaram cento e vinte quilos de alimento; depois a gente redistribuiu para os outros PMs. Nós tivemos solidariedade de alguns companheiros. As esposas participaram do movimento pela anistia dos PMs. A manchete de um jornal dizia: *“Mulheres de militares afirmam que vão acampar na porta do Palácio”*, as mulheres foram guerreiras. Tem uma foto muito bonita em que elas estão debaixo de chuva manifestando. Meu menino também manifestou; hoje ele está com quinze anos. Infelizmente não conseguimos, mantiveram a expulsão. Após a eleição de 1998, retomamos a discussão da anistia com o Itamar Franco. Aí veio a anistia com a Emenda Constitucional 39. Não ficamos satisfeitos com a anistia porque ela não foi total. Nós não retornamos para a PM. O Governo separou o Corpo de Bombeiros da PM e nós fomos reintegrados ao Corpo de Bombeiros. O Corpo de Bombeiros aceitou (eles já queriam isso).

Como deputado estadual, eu tive a honra de ser o relator do Código de Ética, em primeiro e segundo turno. Nós construímos, na Assembleia, o Código de Ética que quebrou um paradigma. Ele rompeu com os abusos dos oficiais. O Código de Ética substituiu o RDPM que era o pior inimigo dos praças. O RDPM era o AI-5 dos quartéis. Infelizmente, muitos, do nosso pessoal, não compreendem a grandeza do novo código; ele é pioneiro, o mais avançado de todas as Polícias militares do Brasil. Não existe, ainda, nenhum outro Estado da Federação, que tenha abolido a prisão administrativa, e nós abolimos. E hoje ele é lei, ele não é mais decreto. Ele é uma lei, votada pela Assembleia. Toda vez que o Código de Ética for alterado tem que passar pela Assembleia. Eu sou um eterno guardião desse Código de Ética: eu conheço a profundidade dele; eu conheço o estrago que o RDPM fez. Eu conheço por ter convivido durante quase quinze anos com o RDPM.

Nós fizemos a anistia com a emenda constitucional, datada de 02 de junho de 1999. O decreto saiu no dia 04 de junho. Foram 182 (cento e oitenta e dois) anistiados dos 186 (cento e oitenta e seis) expulsos. Os que não foram anistiados tinham outros problemas: o Soldado Wedson, foi acusado de ter atirado no Valério; o Cabo Aguiar, do 1º Batalhão; o Cabo Duarte, que foi acusado de agredir um capitão.

A anistia não foi completa, nela faltou o nosso tempo da exclusão. Eu fui excluído no dia 12 de dezembro de 1997, a anistia só veio no dia 02 de junho de 1999, no Governo Itamar. Então, se fizer as contas, dá um ano e meio. Esse um ano e meio não entrou na contagem do nosso tempo. Foi agora, em dezembro de 2006, que eu negocie com o Governador Aécio Neves, a contagem desse tempo para todos os efeitos legais. Eu fiz uma declaração, de forma muito emocionada, que cicatriza a última ferida do movimento (que era a questão do tempo). Anulam-se as punições, anula-se o ato. Então o tempo tem que ser contado. Fiz dois projetos e consegui aprovar no texto da Lei Complementar 95, o desfecho de toda essa anistia, de tudo aquilo que eu persegui durante todo esse tempo de mandato. O texto diz o seguinte: *“Artigo 18. Para as praças do Corpo de Bombeiro militar, excluídos da Polícia Militar, que apresentarem o requerimento a que se refere o inciso 1º, do parágrafo 1º, do artigo 12, da Emenda Constitucional 39, de 2 de junho de 1999, relacionados no anexo do Decreto 440, será considerado de efetivo serviço o período compreendido entre a data da exclusão da*

Polícia Militar e a data da sua inclusão no Corpo de Bombeiro Militar para todos os efeitos, inclusive transferência para inatividade, disponibilidade e percepção de gratificações e vantagens decorrentes da graduação.” Então, é essa a emenda!

Em 2004, a gente precisou “endurecer o jogo”. Nós não podemos achar que vamos ganhar todas, que todas as vezes que a gente quiser um reajuste a gente vai botar a polícia na rua e vai ganhar. Nós temos que manifestar, nós temos que cobrar. Por outro lado, precisamos compreender que o deputado foi eleito para fazer interlocução política, isso é um avanço muito grande.

O fato de eu estar aqui, ocupando a tribuna, denunciando abusos, é uma instância de controle extremamente eficaz. É o que os operadores do Direito chamam de “peso e contrapeso”. Hoje nós fiscalizamos os abusos dentro da PM. Por exemplo, eu convoquei o corregedor, há pouco tempo atrás, para mostrar abusos de um comandante do Batalhão em Ribeirão das Neves.

Foram muitos avanços. O tempo político é muito pouco tempo para tanto avanço. Eu que fui tachado como líder negativo, como indisciplinado (e até expulso), hoje estou aqui na Assembleia, fornecendo à Polícia Militar a representação que ela buscava havia mais de cinquenta anos. Eu não busco no parlamento apenas questões corporativas, mas pretendo avançar na questão da segurança pública. É por isso que eu julgo o Código de Ética tão importante. Por isso é que eu fico orgulhoso com a criação da Comissão de Segurança Pública permanente da Assembleia (eu tive a honra de ser o primeiro presente, já em 2003, reeleito deputado, no biênio 2003/2004).

Em 2003, no meu segundo mandato como deputado estadual, nós aprovamos a Lei Complementar 74, que é a promoção por tempo de serviço, de 8 de janeiro de 2004. Ela promoveu os primeiros soldados a cabos. Eu também fui relator do projeto que criou a guarda penitenciária: criei as diretorias de inteligência na guarda penitenciária (uma importante contribuição na área de segurança). Como relator do projeto, eu negociei a incorporação de uma gratificação para os agentes (eles aposentavam e perdiam quase 70% do vencimento); bati o pé, até o Governo acatar minha sugestão de incorporar o que eles chamavam de GAPE, que é uma gratificação dos agentes penitenciários. Depois veio a Emenda Constitucional 68, que garantiu a aposentadoria, mas entrou um parecer jurídico, e não permitiu a aplicação, mas é a primeira emenda que eu aprovei. Ontem (3 de julho de 2007) eu aprovei a segunda, para conquistar direitos: aprovei duas emendas à Constituição, fato inédito na Assembleia. É um caso *sui generis* aqui na Assembleia. Eu tive a honra de dar mais uma grande contribuição para a segurança pública. Fui criador do Cadastro de Pessoas Desaparecidas, em 2005, que é a Lei 15.432; a partir dela o Governo do Estado desenvolveu toda a famosa campanha “Volta” (para os desaparecidos). Em 2006 entrou em vigor a Lei 16.076, destinada ao pagamento do abono fardamento em espécie. Ele era pago apenas para as peças básicas do cabo e do soldado, hoje ele é pago do soldado ao coronel, do agente de polícia ao delegado de polícia, do agente penitenciário ao diretor (uma parcela de 40% do vencimento básico de um soldado, em espécie, todo ano).

Tudo isso foi fruto de negociação política, fruto de avanço político. Com a mais recente, a Lei Complementar 95, nós teremos 961 policiais fazendo curso de cabo; todos os soldados agora estão sendo promovidos na data que ele completa tempo e não na data das promoções. Outra inovação, muito importante, foi a questão dos policiais e bombeiros que tinham problemas de saúde e não poderiam fazer curso nem ser promovidos: nós demos essa garantia nessa mesma Lei Complementar 95. Reduzimos o tempo da promoção dos sargentos, abrindo enormemente as vagas para os cabos fazerem o curso (aqueles com mais de dez anos na graduação); que promove o soldado automaticamente na data em que ele completa os dez anos; que permitiu uma abertura maior para o acesso ao quadro de oficiais. Existiam sessenta vagas, agora, vai haver cento e vinte. Esse projeto eu levei nove meses negociando para arrancar do Governo. Agora, eu estou comemorando a aprovação da segunda emenda que foi aprovada em segundo turno: trata da aposentadoria aos trinta anos de serviço dos policiais civis, que até então era aos trinta e cinco.

Isso é resultado de muita negociação política. Então, agora, recentemente, quando eu não fui para o carro de som, queimar caixão na porta do Palácio e xingar o Governo como algumas entidades estavam

fazendo, eu fui criticado! Disseram que eu tinha virado “pelego”, deputado da base de governo. Mas eu estou demonstrando na prática, com o trabalho, que nós estamos tendo vários avanços, por meio de interlocução política. É só observar: em 2003, a emenda constitucional, a condicional penal; em 2004, o projeto da Lei Complementar 74 que inovou as promoções na PM e no Bombeiro, por tempo de serviço. Hoje já são mais de doze mil promovidos, internamente, o que representa ganho salarial, o que representa ascensão à carreira, e muitos eram policiais antigos que não tinham mais condição de fazer um curso. Então, mais de doze mil foram promovidos, entre cabos e sargentos. Em 2005, veio a promoção dos policiais civis, também automático; a transformação – que era o sonho de 800 carcereiros – em cargos de agente de polícia, também é fruto de negociação com esse governo.

Em 2006, veio o abono fardamento, pra todo mundo, pago uma vez por ano, em espécie; tinha mais de quinze anos que esse problema não era solucionado. Fruto de negociação política. E no final de 2006, eu estava recebendo milhares de cobranças dos sargentos e dos cabos sobre a promoção, e nós aprovamos essa lei. Essa lei trouxe nova oxigenação, grandes oportunidades; permitiu agora ao dispensado definitivamente (por problema de saúde, ou com problema físico) de fazer o curso, porque o argumento que eu usei é que toda legislação hoje vem no sentido de incluir o deficiente físico. Mas a PM, como sempre foi muito fechada, eu precisei ir lá, falar com o comandante-geral: *Comandante, está acontecendo a inserção lá fora, nós não podemos admiti-lo com problema físico, mas depois que ele está lá dentro, nós temos que permitir ascensão à carreira.*

E, ainda, o governo Aécio Neves me garantiu que até o final desse mandato, negociaremos uma nova etapa de reajuste salarial para os policiais. Isso é uma demonstração que a interlocução política está funcionando – para mostrar que nós estávamos corretos em não fazer o enfrentamento. Hoje, as Associações de classe estão querendo negociação com o Governo. Hoje, os policiais me procuram diretamente. Porque eles sabem da interlocução política. Os oficiais estão atentos. Os sócios costumam procurar (as Associações); procuram, mas sabem da limitação. Eu respeito o papel das entidades de classe, são importantes dentro do processo, são instâncias de reivindicação, são instâncias de controle e são fórum legítimo para determinadas reivindicações, por exemplo, ação coletiva. Eu, como deputado, não tenho como entrar. É a entidade que tem que entrar. A realização de uma assembleia, eles é que têm que fazer, não o deputado. Agora, a interlocução política com o Governo, aí não é o papel deles. É o papel do deputado que, quer queira ou não, foi eleito com votos desse segmento.

Continuo deputado com os votos de agentes penitenciários, de bombeiros, policiais civis e militares. Graças a Deus, é um mandato com muita legitimidade, eu mostro resultado. Eu, de vez em quando, quando algum policial começa a fazer uma crítica, eu faço um desafio a ele e falo: *Então você me aponta outro deputado nessa casa que no mesmo período de mandato tenha feito a metade do que eu fiz nesse período.* Foram leis, traduzidas em benefício direto, ora eu fui autor, ora eu fui relator, ou fui autor e relator, fui o negociador. Todas essas conquistas que houve, e em todas as negociações salariais, eu participei ativamente. Como autor da lei, como relator do projeto e como negociador político. Não existe nenhuma que passou depois que eu cheguei aqui que não tenha passado também pela minha intervenção política, pela minha negociação, pela minha pressão política; todas ocorreram com a minha presença. Então eu me sinto muito à vontade para poder falar desse assunto, e em que pese as críticas de “pelego”, eu estou dando demonstração de que, nesse momento, a interlocução política está sendo o melhor caminho. Agora, tive mais uma vitória na Comissão de Constituição e Justiça. É um projeto de minha autoria que prevê a obrigatoriedade do Governo em fornecer coletes à prova de bala, equipamento de proteção individual. Existem mais projetos em andamento na casa (Assembleia) na área de segurança pública.

Ainda no primeiro mandato, eu fiz o Curso de Comunicação e fiz uma pós-graduação em Criminalidade e Segurança Pública, pela UFMG, no CRISP. Eu fiz a graduação pensando na pós-graduação (eu queria muito). A gente luta, a gente cobra. Ainda tem coronéis, ainda tem chefes de polícia que querem me ver longe do Governo. Eles sabem que no nível político estamos acima deles. Eu não trato de determinados assuntos com

chefe de polícia. Eu trato é com o Governo, com o secretário de governo, vice-governador e governador, com líder de governo e presidente da Assembleia. Se eu cometesse um erro de fazer um enfrentamento e o Governo fechasse as portas, o prejuízo seria de quem? Seria da classe. Essa interlocução política, nesse momento, é fundamental. E não é pra mim. É pra classe.

Tem-se de fazer uma análise conjuntural antes de iniciar um novo movimento. Primeiro: a mídia está toda na mão do Governo; segundo, infelizmente, temos pessoas à frente das entidades de classe que visam única e exclusivamente à promoção pessoal. Eu não iria submeter os praças a uma nova guilhotina porque eu sei que não há nova anistia. Não há duas anistias pelo mesmo motivo. E o mais importante: ao fazer o embate, eu perderia a interlocução e nós retornaríamos ao *status* de 1997 (sem representação).

As leis estão aqui, as conquistas estão aqui. Então, foi por esses motivos que nós entendemos que não era melhor fazer, naquele momento político, o enfrentamento. Mas os frutos da nossa representação política estão aqui. Estão escritos nas leis, nos avanços e em tudo que ainda poderemos avançar, porque ainda temos 3 anos e 7 meses de mandato pela frente. Vamos conquistar mais ainda, inclusive, a mais forte reivindicação, nesse momento, da classe, que se chama periculosidade. E eu já tenho a garantia do Governo de que até o final desse mandato nós teremos o adicional periculosidade. É preciso maturidade política. Passo a passo, nós estamos ganhando e a classe nunca teve tanto avanço. Eu tenho 8 anos e 5 meses de mandato exercido. Todas as vitórias foram conquistadas na esfera estadual, não passou pelo plano federal.

Eu sou favorável à desmilitarização. Por outro lado, o policial militar ou o bombeiro militar não quer desmilitarizar: temos algumas garantias. Mas a atividade de polícia é eminentemente civil, não é de policial militar; ela é uma atividade que deve ser tratada como civil. O caráter militar pode até ocorrer na formação acadêmica, na disciplina.

1.2 CABO JÚLIO (JÚLIO CÉSAR GOMES DOS SANTOS)

Acervo da autora, jan. 2007.

Entrevista com Cabo Júlio (Júlio César Gomes dos Santos), liderança do movimento grevista dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais, ocorrido na cidade de Belo Horizonte, no ano de 1997. Expulso da corporação, no dia 9 de dezembro de 1997, por participar da greve, tornou-se deputado Federal em 1998 (reeleito em 2002). A entrevista foi realizada no dia 23 de janeiro de 2007. Cabo Júlio, considerado, pela imprensa, o líder do movimento dos praças mineiros de 1997, nos recebeu em seu escritório em um momento delicado de sua vida política: ao ver frustrada nas urnas suas pretensões de um terceiro mandato como deputado federal.

Precisávamos levar uma pauta. Peguei um papel e comecei a escrever o que seria a pauta: R\$ 800,00 de salário, adicional de periculosidade, o fim do Regulamento Disciplinar... Não tinha como desistir. Já tínhamos dado o grito de liberdade, havia ecoado a voz dos policiais.

Eu entrei para a Polícia Militar no dia 1º de dezembro de 1988. Tenho 37 anos de idade e três filhos - um filho de 16, um de 15, e uma menina de 11 anos. Eu sempre tive o sonho de ser militar. Quando ia pra casa de parentes militares, a primeira coisa que eu queria fazer era vestir a farda, isso com uns cinco ou seis anos de idade. Aos 16 anos, eu passei nas provas do concurso para fuzileiro naval, mas fui reprovado no exame médico por uma micose de pele. Quando eu completei 18 anos e me alistei no Exército, ao mesmo tempo eu fiz o concurso no 5º Batalhão e passei. Fiquei no 5º Batalhão por quase dois anos. Em 1990, eu passei no concurso de cabo e fui transferido para o Batalhão de Choque.

As entidades eram muito mal vistas pela tropa. No meio da confusão, eu fiz um desabafo e todo mundo bateu palma. Ganhei certa visibilidade. Todos estavam reclamando, xingando. Ninguém dava uma direção ao movimento. Estávamos no auditório e depois fomos para o pátio. No dia 13 de junho, foi preciso tomar uma decisão: *e agora, vamos fazer uma greve?* A notícia era: *o Batalhão de Choque parou!* Todos começaram a tomar coragem, os batalhões começaram a paralisar. O grupo que ia pegar serviço às 18 horas também aderiu com a gente; também eles não saíram, ficaram aquartelados. Os outros quartéis tinham notícias do movimento pelo rádio e pela televisão.

O pessoal das salas de operações de outros batalhões começou a ligar perguntando: *é verdade, vocês estão parados?* Então, começaram a tomar coragem também, porque não tinha ROTAM na rua, não tinha Tropa de Choque. Todos começaram a noticiar: a Itatiaia, a CBN... A televisão chegou à porta do Batalhão!

Nós fizemos questão de ficar na porta, de braços cruzados, para mostrar a revolta. Às 20 horas, todos começaram a perguntar: o que fazer? Aí eu falei: *ô gente, amanhã nós vamos ter um dia atípico, toda tropa virá no mesmo horário.* Ficou combinado. Quando deu 7 horas da manhã, todos os batalhões, mais os que estavam de folga, começaram a chegar. Às 9 horas da manhã, nós fizemos a primeira caminhada, descendo a Avenida Américo Vespúcio em passeata.

O movimento começou com o Batalhão de Choque. Todos os policiais do Batalhão de Choque participaram (deve ter ficado um ou outro, mas a maioria desceu). Começamos a chegar a outros quartéis e dizer: *olha, o Batalhão de Choque foi pra a rua, estamos parados.* O comandante acompanhou a passeata toda: teve uma hora que ele ligou para o CPC (Comando de Policiamento da Capital) e falou pra prender todo mundo.

Ele chegou à frente da tropa e disse: *está todo mundo preso!* Ele ficou com a mão estendida e a tropa foi passando. Ninguém obedeceu à ordem dele, todo mundo foi passando por trás da mão dele e fomos embora. Quando chegou à Avenida Pedro II, já tinha mais três comandantes de Batalhão nos observando.

Eu acompanhei a saída dos 200 homens no dia 13 de junho. A partir da saída é que começaram aparecer as lideranças. Porque nós começamos a andar e a cerca de 100 metros do quartel, eu pedi aos policiais: *ô gente, não vamos tomar a rua inteira, vamos ficar só na metade, pois as pessoas podem ficar com raiva da gente; vamos deixar os carros passarem.* Quando chegamos à Praça Sete, o 1º Batalhão, que estava de serviço no centro, entrou no movimento e engrossou as fileiras. Pedi, para alguns, que guardassem as suas armas, que tirássemos a tarjeta. Começou a liderança; até ali não existia.

Foi uma caminhada imensa; chegamos ao centro e perguntamos: *Espera aí, nos estamos reivindicando o quê? Nós estamos indo pra onde? A gente saiu igual boi, mas qual é a direção?* Aí, paramos na Praça da Rodoviária e de lá fomos para a porta do Palácio da Liberdade. Não tínhamos reivindicação. Aí, o comandante solicitou meia dúzia de policiais para tentar fazer um acordo.

Formamos uma comissão às pressas. O coronel Severo e o comandante do Batalhão escolheram, quase que aleatoriamente, os integrantes da primeira comissão. A primeira comissão e a última não são as mesmas. Na comissão tinha um de cada batalhão, aliás, o mais louco de cada batalhão: o policial tinha que ter coragem para se expor. Precisávamos levar uma pauta. Peguei um papel e comecei a escrever o que seria a pauta: R\$ 800,00 de salário, adicional de periculosidade, o fim do Regulamento Disciplinar... Não tinha como desistir. Já tínhamos dado o grito de liberdade, havia ecoado a voz dos policiais. Eu entreguei a pauta e fui levado para negociar na Casa Civil do Governo.

Teve um coronel que falou: *a polícia acabou, olha o que vocês fizeram.* E eu falei: *Olha, coronel, não fomos nós que fizemos, foram os senhores que fizeram, porque os senhores arrumaram aumento pra vocês e deixaram a gente de fora.* O chefe da Casa Civil à época, o deputado Agostinho Patrus, disse: *Olha, o Governo não negocia nem com mil, nem com dois mil, nem cinco mil, nem com dez mil; enquanto vocês não voltarem para o quartel não tem negociação.* Aí eu falei: *Então, o senhor vai lá e pede pra que eles voltem, porque eu não vou lá não.* Assim, ele viu que a corporação vivia uma ditadura, que a Constituição Federal valia apenas da porta do quartel pra fora, que o nosso regulamento era absurdo (sobrepunha os direitos individuais das pessoas).

Por exemplo: nas férias, pra sair da cidade, tínhamos que pedir um salvo conduto, tinha que pegar no quartel. Todo cidadão tem direito de ir e vir, mas o policial militar tinha que pegar com o oficial do dia o salvo conduto (ou seria preso). Se um cidadão fosse dar queixa no quartel de que um soldado estava devendo no boteco ou na mercearia, o policial ganhava prisão administrativa. Então, o movimento explodiu!

Resolvemos, em uma assembleia, dar um prazo, uma trégua, para o Governo. Esperávamos uma proposta do Governo. Chegamos a um consenso de dar 10 dias de prazo - do dia 13 ao dia 23 de junho. No dia 23 ocorreu a segunda assembleia. Nesse dia, voltamos para o quartel, continuamos a trabalhar, normalmente. Começou a pressão. O Governo queria abafar o movimento. Eu era vigiado 24 horas por dia; ameaçavam me sequestrar. Ficava um carro parado na porta da minha casa. O coronel me chamava, a toda hora, e dizia: *Depois que acabar a greve você vai ser excluído.*

Não tinha como desistir. Já tínhamos dado o grito de liberdade; havia ecoado a voz dos policiais. Eu lembro que um comandante chegou ao ponto de dizer para um policial que se ele fosse pra greve no dia 24, ele iria ser excluído; que ele iria passar fome, sua esposa teria que ir para a zona, pra sustentar a família. Literalmente, com essas palavras! Na época, nós denunciemos isso no jornal e o comandante-geral acabou tirando aquele comandante da cavalaria.

Eles tentaram boicotar a assembleia do dia 24. Fizeram todo tipo de pressão. Eles soltaram uma carta falsa de um tal "Soldado Pedrão", dizendo que estava arrependido de participar da greve (com erros grosseiros de Português). Eles foram burros, até nisso quiseram nivelar o praça por baixo. Mandaram uma cópia dessa carta falsa para casa de cada policial. À véspera do dia 24 de junho de 1997, alguém descobriu que iriam tentar

me sequestrar. Eu não pude dormir em casa. Na época, minha filha estava com um ano de idade. Uns policiais chegaram lá em casa, todos de capuz, e me colocaram dentro do carro: levaram-me para dormir na casa de outro policial. O Exército veio para Belo Horizonte, tomar conta da gente!

A gente se reunia todos os dias com o Comando para tentar chegar a um acordo. Não deu para segurar o encontro do dia 24. A mídia – a imprensa – acionou os PMs da capital e do interior. Não deu para segurar! Meu celular (quase ninguém tinha celular nessa época) acabou sendo o nosso QG: todos ligavam pedindo informações.

A cada entrevista que eu dava, e que saía na imprensa, o coronel me ligava: *eu já lhe disse que não quero que você fale nada*. A cada notícia que eu dava, eu ficava “entre a cruz e a espada”. Eu tinha que usar a mídia para conseguir convocar o pessoal para a assembleia do dia 24. Quanto mais gente aparecesse, quanto maior fosse a movimentação, maior seria o instrumento de pressão para o Governo nos atender. Mas eu não podia fazer isso: era crime militar.

O Governo não queria negociar, “batia o pé”. Faltando três dias para a assembleia, o governador trocou toda a cúpula da PM, com exceção do comandante-geral; ele trocou o CPC, o chefe do Estado Maior e o comandante do Batalhão de Choque. Colocou oficiais chamados de “linha dura”. Depois, o Governo convocou toda comissão de negociação e as entidades de classe e disse: *nós já decidimos quanto vamos dar de aumento, vai passar de R\$ 332,00 para R\$ 417,00: R\$ 115,00 de aumento*. Eu lembro que ele apertou com força a mão de um por um, e olhando nos olhos falou: *está decidido, não quero mais saber de movimento; não vai ter assembleia nenhuma, caso contrário e vou excluir todo mundo, vocês vão dar uma coletiva à imprensa dizendo que não terá assembleia*.

Ele olhou pra nós com aquele tom ameaçador. Um dia antes da assembleia, ele me chamou e falou: *Cabo Júlio, você vai lá convencer todo mundo que a greve acabou*. Naquela noite eu não dormi. Quando chegou à assembleia, nós começamos a falar de algumas conquistas da negociação, mas quando chegou na parte do salário, o pessoal não aceitou o valor dado. Eu desci, liguei para o coronel e disse: *Coronel, a tropa não aceitou*. Ele: *Cabo, você tem que fazer esse povo aceitar*. E eu respondi: *Não tem jeito, o povo não quer aceitar*. Ele: *Se você não conseguir, eu vou te prender*. Eu concluí: *Então, o senhor pode me prender, mas o povo não quer aceitar*.

Ele me prendeu, por telefone, e os policiais desceram em passeata. Vieram os bombeiros, vieram os policiais de todos os batalhões. Apareceu um pessoal do interior para fazer a Forleg - Força de Legalidade. Eles não sabiam por que estavam vindo, eles achavam que iriam substituir o policiamento de rua, mas, na verdade, deveriam lutar contra a gente: contra os policiais manifestantes. Os oficiais tomaram o prédio armados de fuzis. A ordem era: “se entrar alguém, vamos fuzilar”. Seria uma carnificina.

Depois, o coronel me ligou de novo: *Onde vocês estão?* Eu disse: *Coronel, eu já estou preso*. Ele desfez a prisão e ordenou: *Você vai levá-los até a Praça Sete e ali vocês acabam com o movimento*. Entretanto, um quarteirão antes da Praça Sete, a Polícia Civil estava fazendo uma assembleia (no sindicato dos Tecelões) e houve um encontro. Sempre houve por parte do Estado um medo da união entre as Polícias Civil e Militar. Porque seria um monstro muito forte. Então era incentivada a “rixa” pela cúpula, ao contrário do que existe hoje – a tentativa de integração das Polícias. Primeiro: Se fosse uma polícia integrada, quem iria mandar; o coronel ou o delegado? Sempre houve culturalmente uma “rixa” de baixo pra cima e de cima pra baixo. Ocorriam vários embates de soldados com detetives: o detetive chamava dez viaturas da Polícia Civil e o soldado dez da PM e ficava aquela coisa “eu atiro em você” e quase virava uma guerra. Isso era cultural, era ensinado na academia, ensinava-se que policial civil era bandido e que policial militar não deveria se misturar. E, de repente, essas coisas caíram e os policiais começaram a se abraçar (no encontro, durante a manifestação). Um policial civil carregou a bandeira da PM. A gente caminhou unido para a Praça Sete. Lá, na Praça Sete, nós fizemos uma pequena assembleia e abraçamos simbolicamente o monumento (pirulito).

Todos os policiais queriam acompanhar a passeata. A cada quilômetro, engrossava mais; nós chegamos a ter 6.500 homens lá na Praça Sete. De lá, seguimos para a porta do Palácio da Liberdade. De

repente, nós recebemos a notícia de que havia uma tropa postada na frente do Palácio para não deixar que os manifestantes passassem. Eram 200 homens para segurar 6.500 manifestantes. Quando eu fiquei sabendo disso, liguei para o coronel e pedi para que não fizesse aquilo, pois causaria uma tragédia. Eu estava em cima de um carro de som pedindo: *coronel Miranda, pelo amor de Deus!*

A Forleg não seria uma barreira: o policial de choque é aquele que passa por cima de qualquer coisa, que só é acionado para derrubar barreiras. A Forleg era composta de militares do interior e alunos do Curso de Formação de Sargentos e do Curso de Formação de Oficiais. Ou seja, o aluno não podia fazer greve, ele fez concurso para ser tenente; ele não vai perder o curso por causa de uma greve; o cara é soldado, está quase formando, não vai fazer greve. Então ele tinha que obedecer prontamente, porém fizeram uma barreira só de mulheres, depois de alunos e os oficiais já formados dentro do prédio, com fuzis.

Os oficiais achavam que iríamos invadir e tomar o prédio. Mas ninguém ia fazer isso, era apenas uma manifestação. Não era um motim. Amotinados visam tomar o poder, a nossa finalidade não era essa, era apenas manifestar (principalmente o nosso problema salarial). Era uma reivindicação, mas infelizmente, um policial teve um confronto e arrebentou a corda de isolamento. Quando arrebentou a corda, aqueles 50 policiais que estavam na frente saíram correndo e enquanto eles corriam, os policiais saíram correndo atrás. Nós não sabíamos para onde correr, aí entramos no prédio. Eu fiquei gritando: *Calma, calma!*

Foram seis tiros. O primeiro tiro acertou o Cabo Valério – que trocou de lugar comigo cinco segundos antes. Um vídeo mostra isso: ele tira a boina e eu peço para arrumar um megafone para podermos gritar e pedir para parar. A grande discussão é: de onde partiu o tiro e para quem era? O Cabo Valério não participava da movimentação, ele era uns dos 6.500 e não tinha o porquê de ter sido atingido. Eles queriam acertar uma das lideranças para acabar o movimento. Tanto que dos 6.500 eu era o único que estava de colete. Existia uma denúncia de que iriam tentar me matar. Quando atiraram, foi para acertar a minha cabeça e não o colete, pois a silhueta maior é no peito. Então quem acertou, acertou pra matar.

Depois do tiro, tentamos socorrer o Cabo Valério, e alguém gritou: *Foi o coronel Eleutério*. Ele entrou no carro e fugiu, o pessoal correu atrás, mas não conseguiu pegar. O pessoal ficou chorando e eu consegui juntar todo mundo (coloquei todo mundo sentado) e pedi calma. Começamos a acompanhar as notícias, e o Comando chamou a comissão. Foi uma reunião quente, cheia de acusações. Todo mundo chorando, os nervos à flor da pele.

Com muito custo, eu marquei uma terceira assembleia para o dia 27. Falei com o pessoal que não dava para ficarmos na rua com um colega baleado, íamos ficar na rua fazendo o quê? Resolvemos trabalhar os três dias. Esses três dias foram os piores momentos; começamos a negociar no dia 25: não teve acordo; no dia 26, tivemos outra reunião, e essa reunião, já com o comandante da PM, do Bombeiro, o chefe da Polícia Civil e o vice-governador, que estava negociando em nome do Governo. E cada um real tem um impacto financeiro de dois, a cada dois reais de tanto. Já era mais ou menos umas 18 horas e nisso já tinha vindo um pastor orar, já tinha vindo o arcebispo e rezado. Todo mundo continuou reunido. Até que eu virei para o governador e disse: *Caso não chegue a um aumento considerável, o senhor terá outra desgraça amanhã*. E ele me disse assim: *O que o senhor chama de considerável?* Eu disse que se ele chegasse a R\$ 615,00, a greve acabaria.

Eu sabia que R\$ 615,00 era o nosso limite. Não dava mais para ter outra assembleia, outro risco. A própria população que nos apoiou já estava desgastada: a cidade estava sem policiamento, tinha um furto a cada dois minutos. Então, o governador chamou toda a imprensa e nós anunciamos que a greve estava encerrada. No outro dia, o Hospital João XXIII anunciou que o Cabo Valério havia morrido. Ele já tinha morrido, mas não queriam anunciar, pois geraria um fervor ainda maior.

Voltamos ao trabalho. Logo que começou o trabalho, três dias depois, o comandante-geral começou a baixar portarias de Inquérito Policial Militar (IPM). O inquérito tinha a finalidade de apurar quem participou e até que ponto participou do movimento. Como nós não tínhamos nenhuma experiência de negociação, nós não colocamos a anistia na pauta. O orgulho da cúpula da PM estava ferido. Eles foram desafiados por nós.

Nós negociamos com o Governo, mas os oficiais participaram: eles assinaram o acordo, o comandante-geral estava no acordo. Eu lembro que a Polícia Militar requisitou fotos de todos os jornais para juntar documentos para os inquéritos. O IPM apura crime, e o processo administrativo apura a transgressão disciplinar.

Éramos acusados de crime de greve. Então, se houve crime também houve transgressão. Do IPM se cria um processo administrativo, e esse processo tem a finalidade de dar o parecer se aquele policial que foi acusado de uma transgressão de natureza gravíssima deve permanecer na PM ou não. Para tanto, eles mexiam nas nossas "fichas disciplinares" (uma coisa era judicial e outra administrativa). O IPM, que é o inquérito policial, começou a requisitar fotos de todos os jornais e televisões. O jornal "O Tempo" não quis fornecer as fotografias, daí um major entrou com a força policial. Tal invasão foi capa para todos os jornais (mas ele pegou todas as fotos).

No inquérito, chamaram 6.000 policiais para serem ouvidos. Foram 50 inquéritos diferentes. Eles ouviam e perguntavam (indicando fotografias): *Você conhece esse cara aqui? É você?* A Polícia começou a notificar por telefone, porque é um processo criminal comum. Mas, segundo o Código de Processo Penal Militar, tem que ser por escrito, com no mínimo 48 horas. A Polícia atropelou todo o processo.

Depois da apuração de todos os IPMs, após uns três meses (pois em outubro de 1997 todos os inquéritos já estavam prontos), foram criados os Conselhos Disciplinares. Os Conselhos tinham trinta dias para ouvir o acusado. Tinha processos individuais e outros de 5 ou 6 julgados. O meu foi individual!

Três dias depois, o Comando me transferiu do Batalhão de Choque para uma diretoria chamada Diretoria de Sistemas e Tecnologia (DST). Era um andar com três salas, na Rua da Bahia (ninguém sabia que essa diretoria existia). Eu questionei: *Comandante, o senhor está me perseguindo.* E ele respondeu: *Isso não é perseguição, transferi porque você é bom de computador.* Eu disse: *Mas um ano atrás eu pedi para sair daqui e não deixaram, disseram que eu tinha perfil de policial de ROTAM.* Eu denunciei à imprensa, expliquei que eu estava sendo perseguido.

Foi um absurdo. No Batalhão de Choque eu usava aquela farda grossa, e a primeira coisa que fizeram foi me mandar usar a farda fina. Mas eu não tinha farda fina, e eles providenciaram rapidinho, em um dia, com bainha e tudo, porque eu tinha que tirar aquela farda que era a cara do Batalhão de Choque. Eu tinha que mudar o meu perfil. Arrumaram uma farda e um sapato pra mim e eu me apresentei no outro dia no DST. Entreguei lá o ofício, para o comandante (o coronel Diniz), e ele disse: *Mas você veio para cá? Eu sou coronel e não estou sabendo.* Ele pediu que eu saísse da sala e ligou questionando pó que me enviaram para a sua diretoria e não o avisaram.

Eu lembro que depois ele falou para eu ficar quieto, sem arrumar problema, pois lá era muito tranquilo. Ninguém aparecia por lá, o telefone tocava uma vez por ano. Era uma diretoria que criaram para dar vaga para um coronel, não tinha uma finalidade específica. Eram três salas e, por incrível que pareça, o subcomandante era aquele que eu havia denunciado (aquele da cavalaria que falou que a esposa de um policial iria para zona caso ele fosse excluído).

Teve uma reunião de capitães para decidir em qual setor eu iria ficaria: ninguém me queria. Tive que mudar de setor, e lá me deram uma missão: tomar conta de uma porta, uma porta que era selada, que não abria nunca. Fui enviado pra lá, para sair do meio do Batalhão de Choque. O meu Conselho de Disciplina foi feito no local onde eu estava.

No meu Conselho de Disciplina, foram ouvidas cerca de 30 pessoas, e ao final a pergunta era sempre o mesmo: *Você acha que o acusado deve permanecer dentro da corporação?* E todos foram unânimes em dizer: *Não, tem que excluir.* No dia 09 de dezembro de 1997, foi publicada a minha exclusão. Era feriado municipal, dia do centenário de Belo Horizonte. Tinha que ser em um feriado, em que os quartéis estivessem desativados, para não haver nenhuma repercussão; estava tudo parado. No dia 10, eu recebi uma ligação do coronel dizendo: *A Polícia Militar já analisou o relatório do seu conselho disciplinar, e estou te ligando para dizer que optaram pela sua exclusão.* Eu não acreditei na exclusão. Eu ajudei a corporação, evitei, no movimento de 97,

uma desgraça maior. Eu sempre fui muito tranquilo. Aquele foi o pior dia da minha vida. Eles me deram uma ordem: eu tive meia hora para entregar minha farda. Eu só sabia ser policial. Fiquei desesperado.

Eu tinha perdido todos os meus “bicos” (trabalhos extras), e já estava casado. Achei que eles iriam me dar apenas uma punição. Eu fui uma liderança tranquila; se tivesse um cara louco em meu lugar, tinha mandado atirar em todo mundo; eu consegui controlar o movimento. Tanto que, no meu conselho, o comandante disse: *Graças a Deus, que foi o Cabo Júlio que estava à frente, porque se fosse fulano ou sicrano tinha morrido mil*. Porque, na época, eu tinha um trabalho dentro do quartel; já tinha uns cinco anos que eu havia me convertido, então eu ajudava policiais com problemas, eu fazia oração nos quartéis. Eu tinha bom trânsito com todos do quartel.

Depois da notícia, eu chorei muito. Levei minha farda, entreguei tudo; quando você sai da corporação não tem direito a nada. Entreguei tudo. O mundo tinha acabado para mim, pensei: *Meu Deus, o que vou fazer da minha vida?* Aí, eu comecei a “me virar”; comprei uma Kombi e fui fazer frete. Eu fui o primeiro a ser excluído, logo depois começaram a excluir os outros. Foram 187 excluídos. A imprensa noticiou a minha exclusão. As Associações deram um aparato jurídico pra nós, mas eles não tinham o poder de questionar. Os presidentes das entidades eram militares da ativa (estavam subordinados diretamente ao Comando da COPOM).

Ocorreram muitas punições: dois dias de prisão para uns, cinco para outros. Muitos tomaram punições e não foram excluídos. Uns 3.000 policiais tomaram punições e 187 foram excluídos. Não teve critério para a exclusão: o motivo poderia ser “um oficial não gostar de você”. Nós temos o caso de um cabo que era motorista e participou da greve, fez e aconteceu, e tomou apenas punição e outro que estava lá, sem participar ativamente, e foi excluído. A exclusão foi uma forma de vingança, não houve critério.

Eu nunca tinha tido uma punição na minha vida. Eu estava com ótimo na minha ficha disciplinar (o melhor comportamento da polícia). A Polícia vendeu a seguinte ideia: *Nós arrebatamos todos os líderes e agora nós vamos voltar àquela disciplina que tínhamos antes*. O que fez parar as exclusões foi o processo eleitoral de 1998. O projeto da Polícia era excluir 6.500 homens. Tivemos muitas vitórias. Ocorreu, pela primeira vez, uma verdadeira negociação. Tudo ocorria de cima para baixo. Foi uma novidade total.

Com as exclusões, todos ficaram desesperados. Policial passando fome! Nós tínhamos respondido ao processo administrativo, que resultou em demissão do serviço público. Fiquei sabendo da minha exclusão no dia 10. Imediatamente, eles enviaram o inquérito para a Auditoria Militar julgar o crime (que tinha pena mínima de 20 anos). Era visto como crime de motim. Foi uma discussão: não foi motim, foi insubordinação que geraria uma pena menor. Era pena mínima para o crime de motim no Código Penal Militar, em tempo de paz, e um terço a mais para “os cabeças”. Então, eu poderia ser condenado em pena máxima a 27 anos de prisão. Isso é o que determina até hoje o Código Penal Militar.

Depois que nós entramos em greve, muitos outros Estados do Brasil também entraram. Todos que tinham problemas salariais. Eles ficaram sabendo pela imprensa. Foi o poder da mídia: o policial sofrido de outro Estado vendo o nosso movimento. Foram 17 Estados em todo o Brasil. Foi um ciclo imediato! Foi uma avalanche. Até hoje a Constituição proíbe um policial de ser sindicalizado, nunca houve um tipo de organização, um tipo de sindicalização.

Eu me lembro que no processo de exclusão me mandaram ser entrevistado pela psicóloga do Batalhão. Eu achei estranho, porque ao invés de marcar no consultório do quartel, marcaram em um consultório particular na Avenida do Contorno, no Bairro Santo Antônio. Quando eu cheguei lá, tinha um senhor que ela me apresentou como sendo coronel, era um psicólogo, e a função era tentar tirar de mim se eu era alguém da CUT, do PT, que estava infiltrado na Polícia para criar uma cultura subversiva. Mas eu não era filiado a partido nenhum, eu não entendia de política nenhuma. Eu era policial. Mesmo assim, ele levou uma entrevista de quatro horas para que eu dissesse se tinha alguma participação na CUT, no PT, em Cuba... Ele achou que o movimento era algo preparado. O movimento foi uma explosão de uma classe que estava passando

dificuldades. Não foi programado. Ele achou que o nosso movimento fosse uma provocação dos movimentos sociais de esquerda, tidos como inimigos da Polícia.

A Polícia sempre foi o braço repressor do Estado. Policiávamos todo e qualquer movimento social: nós íamos para a greve dos professores; caso os professores fizessem bagunça, a gente pegava o bastão e “dava na cabeça” do professor, mas, na verdade, a gente torcia para que ele conseguisse 10% de aumento, pois se eles conseguissem era para nós também (servidores públicos). De repente, a coisa se inverteu: nós passamos para o lado de lá. O policial que passou por um movimento, que passou o que nós passamos, ele tem outra visão sobre as greves. Ele não vê mais o grevista como um baderneiro, um bagunceiro, ele vê como alguém que esta reivindicando algo melhor (como nós já fizemos).

A visão do policial mudou totalmente depois do movimento. Tanto, que a primeira coisa que a cúpula da Polícia fez foi transformar a Companhia de Choque (de onde surgiu o movimento) no Batalhão de Policiamento de Eventos, colocando lá um pessoal novo. Isso foi uma consequência do movimento. Existia um câncer na Polícia, que eram os corajosos, e esse câncer tinha que ser fragmentado (dividir para não ter força de fazer outras movimentações). Mudamos, totalmente, a nossa visão a respeito dos movimentos sociais. Isso é lutar para sobreviver!

As exclusões pararam quando veio a eleição, o próprio Governo deu uma desacelerada nisso. Na eleição de 1998, o candidato a governador, Itamar Franco, fazia o seguinte: Ele ia falar hoje do programa de saúde, então ele falava um minuto de saúde e cinco minutos da imagem da greve (para atacar seu adversário, o Azeredo). A imagem da greve foi o calo do governo Azeredo, principalmente depois da morte do policial, no tiroteio. O Azeredo ficou como um fraco, mal-informado, mal-assessorado. Ele disse que não sabia que os policiais estavam totalmente insatisfeitos.

Percebemos que a única forma de tentar barrar as exclusões era procurar uma nova forma de organização política. O pessoal dos partidos políticos começou a procurar a gente. Começaram a surgir os convites de vários partidos. Isso tudo foi algo muito novo pra mim. Para o Rodrigues não, porque ele já tinha todo um cunho político. O Rodrigues forçou a entrada dele na comissão. Ele já tinha sido candidato a vereador anteriormente. No dia do movimento, ele levou uns dez policiais e falou: temos que entrar para forçar (ele tinha objetivos políticos).

O mais procurado pelos partidos fui eu. Eu estava excluído da PM: sem emprego, sem dinheiro pra campanha. Era difícil fazer uma campanha para deputado federal. A ideia deles foi: *Você que ganhou mais espaço na mídia, vai ser candidato a federal. O Rodrigues e o Moraes, que ganharam menos espaço, vão ser estadual.* Eu nunca tinha pensado em ser candidato. Nem mesmo a vereador, lá na cidadezinha de Moeda, onde eu era pastor e precisaria apenas de trinta votos.

Para ser candidato a qualquer cargo, devia estar filiado a algum partido político um ano antes (onde fecha o tempo da filiação partidária). Só que o militar, por ser proibida a filiação a partido político, só filia no ato da convenção, só filia três meses antes, isso é constitucional. O que a Polícia Militar pensou: *Não podemos excluir antes de outubro, porque se excluir, ele vira civil e filia a um partido. Se a gente excluir um dia depois de outubro, já venceu o prazo, daí eles não poderão ser candidatos.* Só que, por “baixo dos panos”, eu, o Rodrigues e o Moraes fomos ao partido e nos filiamos. A pena para quem se filiasse era ser excluído; nós já éramos. Quando a Polícia nos excluiu, nós já estávamos filiados. Demos “um chapéu” na administração da PM. A campanha foi muito difícil: a gente fazia um santinho de papel... chegávamos até a cidade e não tínhamos dinheiro pra comer, pra ir embora. O pessoal nos ajudava muito, nós vendíamos até rifas.

A Polícia Militar nos doutrinou da seguinte forma: *Polícia e política não combinam.* O policial não pode se filiar a partido político, não pode se sindicalizar. Na época da Constituição, falaram o seguinte: *Os militares saíram do poder; nós temos que ter muito cuidado, precisamos fechar as portas e não deixar que eles voltem para o poder através do voto.*

Já o policial achava que: *Política é coisa de esquerda, de gente barbuda, que dá tiro nos outros.* Essa era a visão que nos ensinavam. A Polícia Militar doutrina: “grevista é inimigo, tinha que pegar e bater, o PT

era a imagem do diabo". Tínhamos a cultura do repressor, contra qualquer movimento social, independentemente do mérito – que hoje nós analisamos – mas na época não, tínhamos que passar por cima.

Na campanha, eu viajei por 200 cidades sem ter R\$ 1,00 sequer. O pessoal ajudava: eles pagavam o almoço e a gasolina. Eu deixava um santinho e eles o reproduziam. Não tinha material, não tinha nada. Até o carro era emprestado. A gente se virava para conseguir divulgar a campanha.

Nós não esperávamos a enorme votação. Aí, quando veio o resultado da eleição... Meu Deus, eu não esperava: eu, com apenas 28 anos de idade, inexperiente, magro sem emprego, sem nada, eu era o *deputado mais votado* e nem carro eu tinha. Ali, começou verdadeiramente a politização. No 2º turno, o Azeredo me chamou para conversar: *Eu queria que o senhor me apoiasse nesse turno, porque agora é uma conversa diferente, você agora é parlamentar; nós vamos ter uma conversa diferente, nós vamos resolver os problemas*. E eu falei: *Governador, o primeiro problema que o senhor tem que resolver é anistia aos excluídos. O senhor é dono da caneta, o senhor está candidato, mas ainda é o governador. Caso o senhor conceda a anistia, agora, via decreto, aceitaremos lhe apoiar*. E ele respondeu: *Não, eu só posso fazer isso depois*.

No outro dia, o Itamar Franco, adversário de Azeredo, me chamou e disse: *Eu gostaria que vocês me apoiassem (me deem 24 horas que vou fazer um estudo jurídico para ver se é possível fazer anistia aos PMs)*. Eu, na época, tinha um tio que era capitão e bacharel em Direito. Ele se reuniu com um ex-ministro, Alexandre Perra, que era jurista e levaram um parecer para o Itamar dizendo que era possível fazer a anistia. Aí, o Itamar falou: *Tudo bem, eu topo*. O Itamar foi para a televisão e disse que iria anistiar os PMs. A Polícia toda entrou na campanha dele; nós víamos policial fardado na rua com o adesivo do Itamar. Com isso, o Itamar foi eleito e mandou para a Assembleia a Emenda Constitucional nº 39, que foi aprovada em 09 de julho de 1999, anistiando os PMs. A emenda constitucional tinha duas finalidades: separou o Corpo de Bombeiro da PM, pois antes era uma instituição só, como é em São Paulo até hoje. Nós voltamos anistiados/reintegrados ao Corpo de Bombeiro.

Depois de encerrada essa primeira parte, começaram os problemas judiciais. A justiça queria ouvir. E nós fizemos um acordo com o Governo (o Ministério Público participou desse acordo): o Ministério não oferecia denúncia contra os crimes; a Polícia mandava inquéritos; o Juiz abria vista para o Ministério Público; o Ministério não oferecia denúncia, e os processos ficaram arquivados. O único processo que não foi arquivado foi o meu. Como fui eleito deputado federal, eu passei a ter foro privilegiado para ser julgado; o meu processo subiu para o Supremo, só que quem tem a capacidade de denunciar no Supremo é o Ministério Público Federal, que por sua vez não participou do acordo (o acordo foi com o Ministério Público de Minas Gerais). Os 6.499 processos foram arquivados e o meu está correndo até hoje, me levando para um local que não participou do acordo. O interessante é que logo depois que fui eleito, a Polícia Militar da Bahia entrou em greve, e eu fui até lá para participar da negociação. Saí na mídia de lá, e quando cheguei a Brasília, em virtude da minha participação na greve, no mesmo dia o Ministério Público me denunciou pela minha greve de Minas Gerais. Na época, o Aécio era presidente da Câmara e interveio. Aí, o próprio Governador Azeredo e o vice-governador se ofereceram para serem minhas testemunhas no Supremo, para dizer que eu ajudei o Governo ao invés de atrapalhar (que teria sido muito pior sem mim). Por incrível que pareça, os meus carrascos, que me excluíram, se ofereceram para serem testemunhas de defesa.

Dos outros Estados, em que houve greves de PMs, apenas alguns tinham representação política estadual. A Paraíba, por exemplo, elegeu, na época, o líder que era o Sargento Denis. Lá os manifestantes chegaram a ficar presos depois da greve. Ele foi eleito deputado estadual, teve sua representatividade. Outro exemplo está no Tocantins, lá o pessoal elegeu o Sargento Aragão; inclusive, o projeto de anistia de lá foi a cópia exata do projeto de Minas. Em São Paulo, elegeram um deputado estadual, o Cabo Moraes, que é presidente da Associação de lá. Alguns Estados tinham representatividade, mesmo sendo no âmbito estadual. Através dessas representatividades houve anistia. Em Alagoas, por exemplo, foi muito pior, porque o comandante-geral foi baleado, então houve exclusão, houve confronto, o Exército teve que ir para a rua.

No âmbito federal, eu fui o único eleito. Em Pernambuco, foi o momento mais difícil que eu passei, porque o governador na época, Jarbas Vasconcelos, deu uma entrevista dizendo que os policiais que estavam fazendo greve eram marginais, isso em 2000. Eles me chamaram, eu fui e a imprensa toda estava no aeroporto; e a primeira coisa que me perguntaram era se eu concordava com a afirmação do governador de que todos os policiais são marginais. Eu falei: *Concordo, a Constituição diz que o Chefe da Polícia é o governador. Se nós somos marginais, ele é o chefe da quadrilha*. Isso foi para os jornais e eu quase morri lá em Pernambuco. O pessoal dando tiro, eles falaram que iam me dar facada, que eu vim de Minas Gerais para bagunçar no Nordeste. Quando eu cheguei lá, a greve estava no seu sétimo dia; ela começou com 500, 400, 300, quando eu cheguei tinha 50. Com a minha chegada, vieram 1.000, e eu pedi a eles que passassem marchando, no centro da cidade, em frente ao Palácio. Aqueles que tinham enfraquecido voltaram, e nós solucionamos: fizemos um acordo. Na eleição seguinte, esse presidente da Associação foi eleito deputado estadual, que é o soldado Moisés.

A Polícia Militar é regida por leis estaduais; é necessário um deputado estadual para poder acompanhar o dia-a-dia dos problemas. Aqui, em Minas Gerais, nos vinte primeiros dias depois da eleição, tínhamos quatro policiais mortos, um a cada cinco dias. É preciso alguém para denunciar isso. Nós começamos a estimular o processo político: é possível resolver os problemas de forma diplomática e não através de uma greve ou de instrumento em que a população também perca ou você se desgaste. A representação política era nova pra todo mundo. Somente a partir da Constituição de 1988 é que foi permitido ao cabo e ao soldado votar. Ao entrar em um quartel se perdia os direitos: somente os sargentos ou oficiais tinham direitos. Como o sistema é piramidal, existe um número muito maior de cabos e soldados. De 1988 para 1997, tínhamos apenas nove anos de democracia na PM, aliás de “direitos” não de “democracia” no nosso meio. É algo novo, a própria Polícia colocava em nossas cabeças que polícia e política não combinam.

Por isso, começamos a estimular isso nos outros Estados. É preciso levantar uma liderança, é preciso alguém para defender, alguém para comprar a briga, estar à frente. Toda vez que alguém sobe um morro e tem uma troca de tiro, o único tiro que a população diz que acertou o cidadão é o do policial. O policial, em regra geral, sempre foi malvisto pela sociedade, pois “o policial perturba, polícia, me multa, me ‘enche o saco’, que me dar pernada, que me mandar abrir as pernas”. É preciso fazer um contraponto, contra isso.

O movimento de Minas, infelizmente, contou com uma morte. Um tiro matou o Cabo Valério. Eu acho que tem muito mais coisa obscura no caso da morte do Cabo Valério: foram seis tiros que aconteceram na Praça da Liberdade e a Polícia só investigou três. A Polícia só investigou o que ela quis. Todo o prédio tinha atiradores de elite, no Palácio do Governo. Esses atiradores não foram identificados, e se não foram identificados os atiradores, não foram identificadas as armas para poder fazer a perícia. O Soldado Wedson foi condenado a oito anos de prisão. Depois que ele saiu da prisão, foi expulso da corporação e começou a andar por “caminhos tortuosos”; ele morreu há dois anos atrás; recebeu 13 tiros em uma favela. A própria munição não foi encontrada porque ela ficou perdida. Tem muitos pontos obscuros: um coronel foi acusado de ter dado o tiro, embora não tenha nenhuma imagem ou foto disso; a gente sabe que no exame de resíduo gráfico (que foi feito na mão dele) deu positivo, então ele deu tiro para algum lugar, pode não ter sido no Cabo Valério, mas deu para algum lugar.

A Justiça Militar é extremamente corporativa, é diferente da Justiça Civil. Você tem um Conselho de Sentenças com cinco oficiais. Se for julgar um sargento, são dois tenentes, dois capitães, um major e um juiz que têm o mesmo poder de votar. A Polícia Militar influencia as pessoas como quiser, ela chega para os cinco oficiais e diz que quer que seja assim, não podem falar que não (senão nunca mais serão promovidos, têm sua carreira presa). No julgamento do Soldado Edson, somente um oficial, uma moça – uma segundo-tenente – teve coragem de votar contra o major, e dizer que não tinha motivo para condená-lo, e o juiz que absteve de votar; os outros dois votaram como a corporação queria. A corporação queria encontrar um culpado para a morte do Cabo Valério, e nós não tínhamos nenhum instrumento de pressão ética para mudar isso. Ainda sim, houve certa irresponsabilidade do Soldado Edson, porque ele deu dois tiros em um lugar que só tinha um

colega; por mais que ele dissesse que tinha gente lá no alto apontando a arma para baixo, ainda assim sabemos: tudo que sobe desce. Ele foi imprudente ao fazer esse tipo de coisa. Mas sabemos que tem pontos obscuros nisso e que “ninguém” foram os responsáveis pelos outros tiros.

Hoje existe uma grande frustração em 80% dos anistiados, pois foram reintegrados ao Corpo de Bombeiros e não à PM. O trabalho de um Bombeiro é completamente diferente de um policial. O policial pega em armas, troca tiros, dá tiro em bandido, sobe na favela... e o bombeiro não. O bombeiro fica em um sistema aquartelado, sobe em altura, tem que nadar (e tem policial reintegrado que tem medo de altura, que não sabe nadar). Então, 80% dos nossos policiais que foram anistiados são extremamente frustrados por estarem no Corpo de Bombeiros. Por outro lado, entendemos o seguinte: melhor estar no Corpo de Bombeiros, ter o emprego, o salário de volta do que não ter nada. Mesmo assim, são frustrados. O próprio Comando do Corpo de Bombeiros aproveitou a situação: eles sempre tiveram o sonho de ser uma corporação independente, pois eles sempre formaram uma subunidade da Polícia. O Bombeiro sempre foi, naquela época, o local para onde a Polícia mandava todos os indisciplinados, era cultural.

O Corpo de Bombeiros sempre teve o sonho de ser independente. Vou explicar: o governador tem 1 milhão de reais, então, ele compra um único autobomba ou compra 50 viaturas de 20 mil. Politicamente, é muito mais eficaz entregar para a sociedade 50 viaturas do que um autobomba. O Bombeiro sempre ficou sucateado, sempre ficou em segundo plano. Então, a Polícia Militar pensou: *Vamos separar o Bombeiro da PM e mandar esses bandidos/grevistas*. Eles abriram mão do Corpo de Bombeiros para não abrir mão da disciplina.

O Corpo de Bombeiros não recebeu bem os reintegrados. Esqueceram do acordo/preço acertado para serem autônomos. Até hoje, já passados oito anos da anistia, os militares anistiados são vistos de forma diferente (como grevistas); ainda existe essa cultura. Mas se hoje o nosso salário não é de R\$ 300,00, é porque existiram 187 loucos que deram a vida, o emprego por esse aumento, por essa transformação. Os mais novos que veem hoje uma Polícia que tem um Código de Ética; que ganha um salário melhorzinho, não entendem que para que acontecesse isso hoje, foi preciso uma ruptura cultural enorme.

Quando um cidadão discava 190 para chamar um policial para resolver o seu problema, o cidadão não sabia que o profissional que iria resolver o seu problema tinha muito mais problema que ele. O policial ganhava pouco e morava na favela. Muitos policiais tinham que andar fardado porque não tinham vale-transporte para poder pegar o ônibus. A esposa tinha que lavar e estender a roupa atrás da geladeira pra ninguém saber que ele morava lá (é muito arriscado ser policial). O policial, por ganhar pouco, tinha que ter dois a três empregos (“bicos”): trabalhava de segurança, peão de chácara... Muitos tinham problemas familiares, tinham problemas de alcoolismo. Com isso, o “bico” acabava sendo o emprego deles, pois ganhava mais lá fora. Entretanto, quando o cara chegava ao quartel cansado, ele era punido, preso (chegava cansado porque havia trabalhado 12 horas em outro emprego). Chegava ao quartel para pegar mais 12 horas de serviço.

Tinha um problema estrutural. Era dura a realidade desse profissional que carregava uma arma na cintura para cuidar do cidadão. Quando a sociedade bateu palma para o nosso movimento em 1997, foi porque viu que o policial estava pedindo socorro; estava havendo muito suicídio, vários se suicidaram na frente da família, outros dentro do quartel. O Batalhão de Choque era o que mais tinha suicídio, o policial se suicidava dentro do alojamento. Era problema de separação, de álcool, de droga, só que a população nunca soube disso, e quando soube, foi em um momento de ruptura.

Eu sou a favor da desmilitarização das Polícias. Acredito que a integração entre Polícia Militar e Civil foi uma tentativa errônea de juntar polícias totalmente diferentes, no sentido da formação. Hoje, temos o CICOP, tipo COPOM, que funciona no mesmo prédio: o Bombeiro fica no canto da esquerda, o militar no meio e o policial civil em outro canto, um distante do outro, não existe essa integração.

A Polícia Militar de Minas Gerais é a única que tem um Código de Ética. O policial é um reflexo da forma como a corporação o trata. Ele reflete esse tratamento na sociedade, tem uma pressão psicológica em que, se chegar barbudo vai preso, fica no quartel três dias, e quando chega em casa, o filho pergunta: Pai o

senhor estava onde? O pai diz que estava preso, e o filho pergunta: mas o senhor não é policial? Como explicar isso para a sociedade.

Há 10 anos atrás, se uma policial feminina ficasse grávida ela era excluída, ou seja, o RDPM entrava na vida particular e não na vida profissional. A grande diferença entre o Código de Ética e o RDPM é: *o Código de Ética se aplica à atitude profissional e não à atitude particular*. Eu me lembro de uma coisa: em 1998 foi criado o “Disque-Pileque”, uma operação em que havia uma viatura policial com dois policiais motoristas, para levar para casa o cidadão que bebesse muito, não tendo condições de dirigir o carro, pra não ter o risco de acidente. O policial colocava o carro do cidadão na garagem e encerrava: pode liberar que o cidadão está em casa sem problema. Por outro lado, se aquele cidadão que acionou o Disque-Pileque fosse um policial, a ordem era levar para o quartel preso... havia esse absurdo. O Código de Ética separa isso: atividade profissional e atividade pessoal; foi um grande avanço.

Existem várias Associações nacionais de policiais, mas elas não têm nenhuma condição de representar. Temos a Associação Nacional dos Cabos e Soldados, a Associação Nacional dos Sargentos e Subtenentes, a Associação dos Oficiais. Entretanto, a nossa legislação é toda estadual, cada Estado tem um aspecto diferente. Nós só nos organizamos em Associações nacionais quando existe algo que vai ser mudado na Constituição, em uma lei federal que afete os nossos direitos, por exemplo, a Reforma da Previdência. Aí a gente se organiza nacionalmente.

As Associações nacionais não têm o efeito representativo porque a grande discussão é no próprio Estado. Elas trabalham muito mais para reagir, mais ativamente do que pró-ativamente; ela só reage. Quando fui à Paraíba, na época da greve, eu vi os policiais trabalhando de kichute, calça da polícia e camiseta branca, eles não tinham farda. Fui ao governador e ele pediu para chamar o coronel que disse: *Essa é uma farda nova*. Eu sei que se for nas praias do Rio de Janeiro, o policial vai estar de bermuda, botina, mas ali [na Paraíba] faltava uniforme. São situações que em regra geral os governantes não sabem, porque o próprio Comando da Polícia bloqueia informação, pois se a informação chegar significa que aquela direção da Instituição é incompetente.

Após as “greves policiais” dos vários Estados, os governadores que foram entrando procuraram, de uma forma geral, ter uma convivência mais harmoniosa com a Polícia Militar. Os governadores descobriram que os policiais militares formam a única classe que realmente pode atrapalhar os projetos políticos de um governante. É possível viver até um mês sem um professor dando aula, mas não se consegue viver sem a Polícia. Essa é uma classe que carrega armas; isso é um ingrediente perigoso.

1.3 SARGENTO MAURÍCIO (MAURÍCIO RODRIGUES DE BARROS)

Acervo da autora, jan. 2007.

Entrevista com Sargento Maurício (Maurício Rodrigues de Barros), integrante da Comissão de Negociação do movimento grevista dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais, ocorrido na cidade de Belo Horizonte, no ano de 1997. Expulso da corporação, no dia 28 de dezembro de 1998, por participar da greve, foi anistiado em 1999 e reintegrado ao Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais. Sargento Maurício reformou em julho de 2006, e hoje é Chefe de Segurança do Cemitério Bosque da Esperança. A entrevista foi realizada no dia 18 de janeiro de 2007. Sargento Maurício foi ao meu encontro uniformizado. Apesar de reformado, aposentado, ele ainda trabalha como chefe de segurança em um Cemitério de Belo Horizonte.

Alguns dizem que eu fui o verdadeiro líder do movimento. (...) Fui marcado. Após a greve começaram as exclusões. Eu não fiquei em uma situação difícil, porque eu mexia com segurança de eventos.

Sou natural de Serra Talhada, Pernambuco. Hoje, moro na região de Venda Nova, em Belo Horizonte. Tenho 45 anos e sou 2º sargento da reserva, mas na época do movimento eu era cabo. Cheguei a Belo Horizonte com 16 anos. Sempre fiz parte da força pública. Saí do Exército e fui para São Paulo fazer uns exames objetivando entrar para a PM de São Paulo. Aconselhado por um amigo, procurei a Polícia Militar de São Paulo que, segundo ele, seria a melhor do Brasil.

Fui para São Paulo e comecei a fazer os exames e os testes, só que era muito demorado. Na época, você ficava o ano inteiro fazendo o exame para depois passar e ingressar; nesse meio-tempo eu voltei para Belo Horizonte, em 1983. Naquela época, a Polícia Militar de Minas Gerais tinha lançado uma tropa muito respeitada, a ROTAM. Eu vi a ROTAM e pensei: *aqui também me serve*. Perguntei para um soldado na rua e ele falou onde era o Batalhão, fui lá e fiz inscrição e já comecei a fazer os exames e na época, me lembro que com 40 dias estava tudo pronto. Aprovado, comecei a escola e larguei a ideia de ir para São Paulo. Fiquei aqui.

Na época... eu lembro que quem tinha o 1º e 2º graus completos não fazia prova, passava direto para os exames. Eu entrei direto com 23 anos para o Batalhão de Choque. Eram cinco Companhias de Choque: a 1ª e 2ª ROTAM, a 3ª e 4ª de Choque e a 5ª o Canil, o pessoal dos cães. Minha vida inteira foi na ROTAM e no Choque; trabalhei no serviço reservado por algum tempo também, uns 4 anos, mas minha vida inteira foi no choque, não trabalhei em outro Batalhão, a não ser lá.

Não estranhei o treinamento pesado, porque já fui do Exército. Eu estava habituado ao serviço, sabia o que era. Fiquei um período nas Companhias de Choque, onde fazia diversas atividades, depois passei para a ROTAM, trabalhei na 2ª Companhia. Eram poucas equipes, tínhamos uma união muito grande, depois voltei para a Companhia de Choque.

O Batalhão de Choque foi criado com o objetivo de conter as greves. Naquela época ocorriam aqueles movimentos grevistas dos peões em Belo Horizonte. Era necessária uma tropa especializada em combater aquele tipo de movimento. Foi assim que se deu a criação do Choque. Era um Batalhão especial para combater esses eventos específicos da rotina normal do policiamento.

Sobre o nosso movimento, de 1997, alguns falam que eu fui o verdadeiro líder do movimento. Eu era cabo, na época, e tive uma participação ativa. As pessoas confiavam muito em mim, por eu ser uma pessoa decidida. Eu fazia as coisas com o pé no chão. Alguns colegas que ainda estão na ativa falaram: "Maurício tinha vontade de ver essa polícia mudar, isso que acontece é radical demais, tem que mudar." E eu respondi: "Também sonho com isso, mas fazer o quê?" Aí foram dando ideias, fomos conversando, e surgiu a confiança. Eu lembro que um amigo, hoje oficial, falou: "Maurício, eu tenho umas ideias para um movimento, só que eu não tenho coragem de aparecer; se o 'bicho' pegar eu não tenho coragem de aparecer, pois sei que as consequências são graves." Eu respondi: "Sei das consequências, mas alguém tem que fazer alguma coisa." Então ficamos naquilo mais de oito meses, pensando em ideias, bem antes de junho de 1997.

O abuso era constante, o poder dos oficiais era absoluto dentro dos quartéis. Eu nunca sofri muito. Sempre fui um cara decidido, sempre batia o pé. Mas eu tinha colegas que eram martirizados, sacrificados. Eu me lembro de um caso que envolveu um oficial e um praça que tinha sido dispensado do uso do uniforme pelo médico; quando esse praça chegou ao quartel à paisana, o oficial o colocou na posição de sentido e falou mil "asneiras", obrigando o praça a colocar o uniforme. O praça tentou explicar: "Ô, senhor tenente, tenho uma autorização médica para ficar à paisana." Mas o oficial disse: "Isso não interessa, quem manda aqui sou eu, não é o médico." O pessoal via aquilo e dizia que a situação precisava mudar. Tinha que acabar.

Muitas coisas vinham acontecendo. Muita gente queria criticar. Eu tive um atrito com um oficial, bem antes da greve de junho de 1997. Eu tive problema com o meu comandante no Batalhão. Entrei na justiça contra ele. Coisa que ninguém fazia, eu fiz. Esse comandante me puniu injustamente. Ele era o "líder absoluto", a autoridade. Eu não tive direito de defesa. O cara poderia cismar e dizer: *você está preso*. O praça cumpria a prisão para depois apurar. Eram abusos. Eu e mais dois colegas pensávamos sobre esses abusos. Esses dois falavam: "Maurício, a gente só vai dar as ideias e ajudar; na hora de aparecer não temos coragem, você é o único que tem coragem de iniciar esse negócio". Então fui pegando umas ideias e somando.

O pessoal já estava "nas últimas", mas, ninguém tinha coragem de reivindicar. No militarismo a eclosão de um movimento gera consequências graves. Todos tinham consciência disso. O estopim da greve de 1997 foi um aumento diferenciado para os coronéis. Nesse momento, um coronel foi ao Canil e reuniu a tropa falando que *soldado ali era igual cachorro*. Aconteceu a crise! A tropa ficou calada, ninguém se posicionou. Depois, esse coronel tentou se justificar: "Falei do cachorro porque a gente dá a ordem e o cachorro obedece, dá a ordem e ele cumpre." A explicação dele, na época, foi essa. Ele usou a palavra cachorro por estar no canil.

Logo após esse evento, ocorreu o assassinato do cabo do 16º Batalhão. Esse cabo estava em serviço na porta de uma casa lotérica no bairro Floresta quando foi assassinado durante um assalto. O corpo foi para o IML e o Comando da PM ocultou para não passar aquela imagem ruim para a tropa. Isso gerou uma polêmica. Lembro que esse cabo foi velado no Cemitério da Paz, e o Batalhão de Choque ficava ali próximo (no bairro Caiçara, depois da Rede Globo). O clima ficou tenso.

O pessoal do Batalhão de Choque queria participar do velório. Eles deram a ordem para que ninguém se ausentasse do Batalhão – para não ir ao velório. Nessa época, eu já trabalhava no serviço reservado (P2), e chegou um sujeito que disse: "Veio lá do Comando que ninguém pode sair do quartel." Eu falei: "Eu estou indo", mas não incentivei ninguém a vir atrás de mim. Eu sou responsável pelos meus atos, os outros deveriam agir "cada um com a sua cabeça".

Aprontei para ir ao túmulo do companheiro, saí pela sentinela e fui. Na minha saída alguns companheiros também criaram coragem. Imediatamente foram chamados todos os comandantes dos Batalhões, das Companhias e fizeram uma reunião secreta. Nós ficamos lá no velório e ocorreu um grande tumulto: sacaram armas, xingaram o coronel. O coronel levou um soldado amigo, que era motorista dele, para mostrar para a imprensa o quanto que o soldado ganhava, ele dizia: "Está vendo aqui, é ele que está falando o quanto ganha, não sou eu não." Tudo estava combinado para acalmar as coisas. Mas nós continuávamos questionando. Eu me lembro que a maioria dos companheiros queria "dar tiro" dentro do cemitério. Mas eu

falei: "Fazer algazarra e bagunça não; vamos dentro da legalidade." O pessoal me atendeu prontamente. Nesse dia, acho, um repórter realizou a cobertura. A imprensa viu que o clima estava tenso.

Após o sepultamento, retornamos para o quartel. Lembro que um praça colocou fogo nos colchões do alojamento, e o subcomandante desceu com toda a autoridade dando ordens e ninguém obedeceu. A decisão de colocar fogo nos colchões partiu de um grupo, mas apenas um ateou. Os outros deram cobertura. Isso gerou um clima péssimo. O pessoal chegou e falou: "Maurício, a hora é agora, precisamos colocar o plano em atividade, precisamos fazer uma greve e parar esse negócio." Naquela época eu era chefe dos motoristas dos microônibus, aí um colega falou: "Eu tenho uma ideia: inventa um problema para os microônibus." Chamei alguns colegas da 3ª Companhia, que estavam em serviço, e eles disseram: "É perigoso, vamos fazer o quê?"

Eu cheguei para a tropa e perguntei: "Vocês estão comigo?" E eles responderam: "Qualquer coisa que você decidir é isso mesmo." Cheguei para todo mundo e disse: "Baixa o microônibus, arruma qualquer problema; você baixa o seu, o outro o dele" (baixar é colocar na oficina), "deixa só o meu aqui no pátio do quartel." Falei para a tropa que tinha "dado sumiço" nos microônibus e que às treze horas chamaria a Companhia em forma, mas ninguém deveria entrar. Disse para todos ficarem no alojamento, quietos, sem responder ninguém; deveríamos aguardar. E assim o pessoal fez: foram todos para o alojamento e ficaram quietos, deitados. Às treze horas eu, que era cabo, cheguei para o sargento e expliquei a situação. O sargento falou: "Estamos com vocês, mas não podemos ficar à frente, vocês sabem como é a situação dos sargentos."

Para nós era muito bom que eles aderissem. Então começamos o movimento. O tenente chamou o sargento e disse para chamar a Companhia em forma. Quando ele chamou ninguém foi. Em forma significa sair e se posicionar no pátio. Era para ficar em forma para fazer a chamada e dali sair para o policiamento. Um aspirante a oficial chegou ao alojamento e xingou: "O que está acontecendo nessa Companhia que ninguém quer entrar em forma? Vou prender todo mundo." Ninguém deu ideia pra ele, ficaram calados. Aí ele chamou o capitão. O capitão foi lá para conferir e falou que daria um minuto para entrar em forma senão todo mundo iria preso. O capitão pediu ao primeiro da fila, um cabo, para anotar o nome de todo mundo que estava deitado. O cabo falou que não podia fazer aquilo, pois ele não era o mais antigo do alojamento: "Tem gente mais antiga, eu não posso sair anotando o nome de todo mundo, tem que ser o mais antigo." Eu já tinha orientado esse cabo, disse para ele o que deveria falar. Cheguei para o pessoal e falei: "Vamos lá para fora em grupo, ninguém isolado do outro, e o grupo fica no pátio do quartel."

Isso ocorreu, mais ou menos, no dia 11 de junho. Chamaram a Tropa de Choque para policiar um movimento grevista no centro de Belo Horizonte, mas ninguém queira ir. O capitão chegou para mim e disse: "Ô, Maurício é você que está liderando esse pessoal? Pelo amor de Deus não complica minha vida não, não tem um pelotão na rua." Eu falei: "Olha, vou negociar com o pelotão e depois o senhor tem que negociar. O pelotão vai lá, vê o que está acontecendo e retorna para o quartel." Ele concordou. O pelotão foi lá "rapidão" e voltou para o quartel. Encostei meu ônibus, e disse: "Meu ônibus agora também está com problema."

O capitão percebeu que a coisa não estava boa. O que queríamos é que ele anunciasse para o Comando que a tropa estava insatisfeita. Às cinco horas eles viram que o clima não estava bom. O Comando já estava sabendo. Mandaram dispensar, de acordo com as ordens. Todo mundo estava dispensado (de folga) e no outro dia seria a chamada da 4ª Companhia. A Tropa de Choque queria descer para a rua em passeata. Jogamos alguma coisa para a imprensa, para o Ismar Madeira e outros.

Nós marcávamos encontros no Mineirão com a imprensa. Em algum lugar discreto, dávamos entrevistas para o jornal Estado de Minas, para o jornal Nacional, para o MGTV, e outros. Articulei e liguei para o pessoal dizendo: "Todo mundo esquece a folga, esquece o bico esquece a esposa, esquece os filhos e sem exceção, vem todo mundo para a porta do quartel."

Nós precisávamos mostrar para a 4ª Companhia o que aconteceu. Eles precisavam parar. Dar sequência. Todos concordaram. Ninguém entraria para o quartel. Ficaríamos dentro do ônibus a princípio, lá no Cemitério da Paz. Fomos todos, não descemos para a rua, ficamos em greve esperando a 4ª Companhia aderir. Na 4ª Companhia ocorreu o mesmo. Eles atenderam prontamente e se uniram. Os sargentos começaram a se

unir. Conseguimos também negociar com o pessoal da administração (acompanhariam à distância). Precisávamos parar a ROTAM, mas um 1º sargento disse: “Quem falar em greve aqui, eu prendo.” Aí o pessoal da ROTAM começou a dar para trás. Nós falamos: “‘Pô’, vamos fazer tudo sozinho, não vão aderir, não vão dar apoio moral, vão ‘deixar eles’ sofrerem sozinhos, pagar tudo sozinhos.” Quando deu hora de recolher o turno, o pessoal começou a aderir, a não ir embora e ficar no quartel. No outro dia a ROTAM aceitou também. Tudo aconteceu dentro do Batalhão.

No outro dia cruzamos o braço na porta do Batalhão. Todo mundo ficou ali conversando, vendo o que iria fazer. O Choque inteiro parou. Talvez uma meia-dúzia não tenha participado. O movimento não tinha nenhum líder. Não tinha nenhum grupo para liderar. Não teve nenhuma reunião com a nossa Associação de Cabos e Soldados. A Associação estava do lado do Comando para tentar apaziguar. Mas ninguém deu ideia para o Comando, nem para a Associação. Eles tentaram uma reunião no auditório, mas saiu todo mundo.

A primeira passeata foi uma necessidade. Tinha que mudar, não havia alternativa. Estava todo mundo parado, todos cruzaram os braços. Precisávamos ir em frente... Todos estavam insatisfeitos. Sabíamos da insatisfação de outras unidades por contato de telefone, pelo rádio e pela imprensa. O Batalhão de Choque precisava tomar decisão. O resto dos batalhões tinha medo de iniciar o movimento e o Choque reprimir. Tinha que começar do Choque. Havia a necessidade de fazer uma passeata. Mas nessa saída, ninguém tinha coragem de puxar a fila (os oficiais estavam na porta do quartel). Ficou aquele clima: *vai ou não vai, o que vamos fazer*. Tínhamos marcado com os repórteres em um determinado local para dar uma entrevista. Não vou falar o nome do repórter. Eu não sei o que ele é hoje. Eu sei que esse repórter chegou para mim e falou: “Maurício! E aí? Vocês chegaram até aqui e agora, qual o destino de vocês? Ficar parado na porta do quartel, e aí fica nisso? Agora é a hora do movimento na rua, mostrar para a sociedade, chamar a atenção do Brasil inteiro!” Aí ele falou comigo que tinha uma ideia. Eu perguntei: “Qual é a ideia?” Ele disse: “Vou entrar em contato com um repórter amigo meu, e vou ficar perto do Comando, do lado dos oficiais, você fica lá perto... Esse colega meu vai ligar no meu celular, e eu vou falar: ‘O 16º Batalhão já saiu em passeata, está indo em direção à Praça da Liberdade, o Choque não vai dar apoio não, vai ficar aí parado’.” Isso foi feito. Eu dei o primeiro passo, se ninguém seguisse, eu pagaria sozinho. Era um risco.

O repórter disse: “Já tem dois batalhões em passeata na rua, e só vocês aqui parados. Estão esperando o quê?” Quando ele falou isso, o pessoal olhou e eu disse: “Ô, gente, o que é isso, então vamos sair.” Eu saí. Fechei os olhos e descí. Pensei: *“Putá merda” se não vier ninguém...* Quando olhei, veio alguém. Veio todo mundo. Parei, voltei para o fundo, parei perto do Comando. O Comando falou que quem passasse dali iria preso. Mas o pessoal passava e fingia que não era com eles. Cruzei os braços e fui descendo.

Sobre o trajeto da passeata ficou aquela história: *vamos pra Praça Sete, pra Praça da Liberdade*. Fomos caminhando na rua e quando a gente via um policial gritávamos: “É greve! É greve! Vamos parar!” Passamos em frente ao DI, a 6ª Companhia no bairro Caiçara. Quando chegamos à Praça da Liberdade o pessoal assustou: *conseguimos muita gente*. Fizemos só um itinerário: quem estava de folga foi pra lá, quem estava nos quartéis foram pra lá. Na época, o Comando da PM era linha dura, tinha o coronel do Estado-Maior que era linha dura com os próprios coronéis. Quando todo mundo chegou lá, ficaram sem destino. Nesse momento criamos uma comissão para começar a negociar. Fizeram duas comissões: uma para a Casa Civil com Agostinho Patrus, com o Cabo Júlio e as associações.

Escolheram a comissão na hora. Pegaram o Júlio que estava muito integrado, conversando. Levaram o Júlio para conversar com o Patrus. Eu e Gonzaga estávamos em uma outra comissão, para conversar com o Coronel Hélio, linha dura. De lá, juntamos as duas comissões e continuamos a conversar. Dessa conversa do dia 13 de junho, falei para o Cabo Júlio: *o Comando pediu o prazo de dez dias para resolver a situação*. Nos reunimos com o Comando e decidimos que seria feita uma comissão para negociar com o Comando durante esses dez dias. O pessoal tinha decidido pela greve, só que nós voltamos para o Comando e ficamos até tarde negociando isso. Fizemos um documento e o Comando pressionado publicou no boletim interno que a comissão seria aquela... A comissão foi oficializada: eu, Cabo Júlio, Sargento Rodrigues, Soldado Miguel, Subtenente

Gonzaga, Cabo Moraes e o Subtenente Wellington. Essa comissão ficou dispensada do trabalho, exclusividade para negociação.

Dentro das negociações, o objetivo era a assembleia para o dia 24 de junho. O Comando prometia, mas não aumentava o salário. O Governo não abria mão daquilo. O Governador era o Eduardo Azeredo. As vésperas do movimento, o Comando se sentiu pressionado e chegou a impor: *A passeata do dia 24 está proibida, quem se atrever está preso*. Teve mudança no Alto-Comando: não era mais o Wellington era o Coronel Eleutério, ele foi linha dura, pois reuniu com os oficiais e falou que *"praça, no passado, comia arroz, feijão e ovo, agora come arroz, feijão e carne e está querendo iogurte de sobremesa"*. Tínhamos notícias de que a intenção era eliminar os líderes. Um oficial chegou e disse: "Tomem cuidado daqui pra frente." Então, reunimos um grupo de confiança para nos escoltar à distância. Todo mundo alerta. Chamávamos sempre a imprensa, para dar segurança.

Chegou o dia 23 de junho. Era a última reunião com o Comando. Deu para perceber que a intenção naquele dia era de sequestrar as lideranças, "pegar e levar para um local" deixando. Segundo eles, sem o líder não tinha como a tropa fazer a passeata, a assembleia. Cheguei a escutar essa conversa dos oficiais, escutei mesmo, e cheguei para o pessoal e falei: "Olha, a situação é essa e essa; vamos tomar cuidado." Isso, já eram dez horas da noite; a imprensa já havia ido embora, não havia mais ninguém. Íamos ao banheiro escoltados; até para tomar uma água era escoltado, a pressão era grande.

Eu falei para o coronel: "Eu sei que o pensamento do Comando é 'levar a gente daqui' e já sei que o carro do Comando está lá na garagem com algumas viaturas para escoltar a gente até que as coisas se acalmem." E ele: *Não, a intenção do Comando é preservar vocês*. Eu falei: "Nós temos um compromisso com a tropa amanhã." E ele: "Não. Esse compromisso de vocês está descartado."

Tínhamos um advogado nosso que ficava de plantão o tempo todo. Os únicos que tinham celular na época éramos eu e o Rodrigues. Naquele momento, eu peguei o celular que estava escondido dentro da roupa, (eles não viram) e fui ao banheiro ligar para o advogado para explicar a situação e acionar a imprensa. Quando a imprensa chegou à porta do Comando e viram que estávamos retidos, o Comando ficou desesperado. Eles disseram: "Foi você que chamou a imprensa, Maurício?"

Foi decidido na época, pela comissão, que só o Cabo Júlio daria entrevista para a imprensa. Era importante um só falando. As pessoas ouviriam somente aquela mensagem. Nós construímos esse porta-voz da comissão. O Júlio falava bem e já estava acostumado com a igreja, microfone, aquelas coisas. Optamos pelo Júlio.

Queríamos sair em passeata. A assembleia já estava convocada, não tinha como evitar. O Comando chegou e falou: "Está proibido discurso; vocês deverão mandar cada um voltar para sua casa." O Comando falou: "Vou mandar um coronel pra lá e ficar de olho no que estão falando." A ordem era: na hora que o pessoal chegasse, tinha que reunir; o Júlio pegava o microfone e falava que estava tudo resolvido, que era para voltarem para os seus quartéis e esperar o Comando decidir. A ordem era essa. Quando chegamos lá na Gameleira, no dia 24, já tinha o coronel esperando (infiltrado dentro do clube). Ele estava lá para ouvir o que íamos falar. A tropa foi chegando. Alguns companheiros ligavam e diziam para não começar ainda não que estavam chegando e com a tropa do 13º Batalhão. O coronel queria que dispensasse as pessoas porque o combinado não tinha sido aquele, mas eu falei que não tinha jeito. Então ele falou por telefone comigo: "Você está preso em flagrante." Mas como eu seria preso por telefone? Não havia como impedir as pessoas; estavam chegando várias tropas, uma atrás da outra. Nós tentávamos apaziguar e o pessoal gritava: *"É rua! É rua!"*

Na assembleia apareceu um amigo meu da CUT (municipal do PT) e falou: "Ô Maurício, que passeata é essa sem microfone, sem carro de som... Cadê o carro de som de vocês?" Eu falei para ele que nós não tínhamos. Na hora, ele disse que arrumaria um carro de som para nós. Chamei o Júlio e o Rodrigues e falei que tinha um carro de som, o que eles achavam, ele disseram: *Tudo bem*. Foi só falar, e o carro da CUT, do PT, estava encostando. Eu falei para o Júlio subir. O Júlio subiu, falando sempre na calma com o pessoal. Eu fui à frente com o restante do pessoal.

Quando chegou ao portão do Comando, foi aquele empurra-empurra. Aí houve o rompimento do cordão de isolamento, uma correria danada, a invasão. Acabou ocorrendo o acidente fatal com o Cabo Valério. Foi uma sequência de tiros. Vieram do prédio do Comando. Ninguém sabe quem começou. O tiro partiu dos oficiais, eu vi. Eu estava lá na frente na hora que começou. Quando vi o Cabo Valério no chão, com a minha experiência deu para perceber que ele já tinha morrido. Tinha um buraco de todo tamanho no crânio. Os oficiais não deixaram a gente chegar perto dele; os oficiais pegaram e saíram correndo. Nós queríamos invadir o prédio para negociar com o Comando-Geral de qualquer jeito. O Comando não queria nos receber, mas acabou recebendo o Júlio, o Moraes e mais algum que não lembro. Eu fiquei no carro de som tentando acalmar o pessoal. Aí ficou só na negociação: o Comando e o Governo.

No dia 25 foi feita a mesa redonda: o governador, o vice-governador, o secretário, a comissão. Começamos a negociar: já perdemos um colega, e nós queríamos o salário de 800 reais. O vice-governador estava irredutível, eles queriam chegar aos 615 reais. Não aceitamos isso.

Chegaram a uma conclusão e decidiram o aumento. Eles disseram: "Agora vocês convocam a imprensa e fazem uma comitiva anunciando que está cessado o movimento, e que todo mundo volte a sua vida normal." Assim foi feito. A tropa ficou satisfeita. Os não-manifestantes ganharam sem fazer nada. Voltamos a trabalhar. Sabíamos que haveria punição!

Muita gente nos procurava. Principalmente os jornalistas; eram muitas as matérias sobre polícia. As coisas foram acontecendo, o Rodrigues já era um político; já tinha se candidatado para vereador, era suplente em Belo Horizonte, do PMN. Vários líderes do movimento saíram candidatos. Eu fui candidato a deputado estadual junto com o Júlio e o Rodrigues, mais para ajudar. Fui pelo PT, eu não tinha sido excluído ainda. Eu tinha problema de saúde, fiz uma cirurgia, então retardei a minha exclusão. Na época que me candidatei, eu estava na ativa; eu podia entrar com os papéis a hora que eu quisesse. Saí candidato a vereador uma vez, a pedido do próprio Júlio que era deputado. Não deu, acabei desistindo, larguei a política pra lá. Eu tinha amigos do PT. O PT e a polícia naquela época eram inimigos. Alguns amigos falavam: *Só não vou votar em você porque está no PT, se fosse outro partido eu votaria.*

Eu acho difícil a PM desmilitarizar. Acho que a disciplina é fundamental. A hierarquia deve ser respeitada dentro dos âmbitos legais. Mas eu acho que a desmilitarização não seria um bom negócio. O militarismo é um sistema muito grande. É uma tropa de 70 mil homens. Não pode perder o controle, se perder a autoridade, acabou.

Logo após a greve, começaram as exclusões. Primeiro foram o Júlio, o Rodrigues e mais alguns. Sabia que a qualquer hora eu iria. A minha exclusão aconteceu já no dia 28 de dezembro de 1998. Eu tinha feito uma cirurgia, e estava com 90 dias de licença. Eu, retardando a minha saída. Retornei da licença médica e entrei de férias. Quando eu voltei de férias, eles foram à minha casa avisar: *"tchau pro céu"*. Eles foram à minha casa (um oficial) e entregaram a notificação de que eu estava sendo excluído. Ele foi tranquilo, disse que infelizmente estava cumprindo uma ordem. Recolheram tudo: farda, carteirinha de hospital (eu tinha quatro dependentes). Não fiquei em uma situação muito difícil, porque eu mexia com segurança de eventos; eu tinha uma empresa paralela. Já trabalhava, tinha um ganho. A tal "estabilidade" não me fez muita falta. Eu tinha um contato com a prefeitura de Betim pra trabalhar para o prefeito Jésus Lima: eu fazia a segurança dele através da empresa. Então, eu tinha um *status*. Eu tinha uma condição financeira até controlada. Senti falta do tratamento médico, que agora tinha que arrumar um plano de saúde.

O capitão falou: "Você foi líder, líder não tem direito a reivindicar nada, vai buscar seu direito na justiça." Acompanhei o processo de anistia, através dos nossos três deputados eleitos: Cabo Júlio como deputado federal Júlio, e o Rodrigues e o Moraes como deputados estaduais. Tenho mais contato com o Júlio, até hoje faço trabalho pra ele. Sem os deputados, a anistia não ocorreria.

No processo de anistia, a negociação, ficou naquele negócio: vota ou não vota; aposenta ou não aposenta; encosta e não encosta; vai para o bombeiro ou não vai. Aí chegou a ideia: enviar para o Bombeiro. Isso, na verdade, foi um golpe. Não foi anistia, foi um golpe, porque tinha um coronel lá que já pensava em

separar o bombeiro da PM, por causa de verba, porque o bombeiro sempre arrecadava bem, mas quem gastava era a PM. Eles se reuniram na calada na noite e entraram com um projeto de lei na Assembleia: separando a PM do bombeiro e aceitando os reintegrados/anistiados no bombeiro, pra sociedade "calar a boca". Na mesma semana o golpe foi aprovado nas comissões, no mesmo dia foi o primeiro o turno, o outro já foi o segundo turno e aprovado. Exceto três (o Euderson, o Rocha e mais um outro), que foram acusados de extrapolar, todos foram anistiados. Todos foram para o bombeiro. Fizeram requerimentos e incorporaram no bombeiro. Todos passaram por um estágio de três meses para se adaptarem. Cada um foi integrado em um Batalhão e trabalhou.

Fiquei no bombeiro por sete anos, e dei muita sorte: fiquei no 3º Batalhão. No 1º Batalhão eu era perseguido (rodei todos os Batalhões de Belo Horizonte). Eu estava em um Batalhão, de repente chegava um ofício dizendo para eu me apresentar em outro, e assim foi. A separação do bombeiro da polícia para mim foi um golpe, deveria ter separado o bombeiro da polícia, mas só no orçamento. O bombeiro continua militar. Para o praça foi ruim, já para o oficial não. Porque ganharam *status* e dinheiro para gastar. Eu conversei com um representante do governo e ele falou que foi o pior investimento que o Governo fez no estado de Minas Gerais, pois o bombeiro era uma tropa que atendia a sociedade e só tinha um coronel que era o do Comando-Geral da PM. Então, depois que separou o bombeiro, criaram várias diretorias, vários coronéis. Foi um golpe, do Comandante José Maria, para ser um comandante, ter *status* de comandante-geral, de secretário de estado. Deu um alto lucro para o bombeiro, o que o bombeiro é hoje é graças aos anistiados, porque se não fosse, nada disso teria acontecido no bombeiro.

Em julho de 2006, somei meu tempo de INSS e saí. Entrei com 18 no Exército, tinha tempo fora. Não quis continuar, poderia ter ficado mais seis anos, ter chegado a subtenente, mas abri mão. No bombeiro tenho muitos amigos, pessoas muito boas, mas o Comando, em termo de administração, é difícil de mexer, o pessoal é muito difícil. Então, para evitar, preferir sair. Financeiramente não compensaria esperar, a diferença que ganharia já ganho hoje. Trabalhei com o Júlio (como assessor político) enquanto ele foi deputado federal. Hoje tenho um salário bacana, arrumei outro emprego como chefe de segurança no Cemitério Bosque da Esperança.

O Cabo Júlio, como deputado federal, representava os policiais militares de todo Brasil. Até hoje ele recebe e-mails do Brasil inteiro lamentando a perda dele (na última eleição). A gente ia a Recife, por exemplo, chegava lá havia 200 carros esperando no aeroporto, uma caravana para acompanhar e desfilarem em carro aberto. Na Paraíba era a mesma coisa. Ele lutou pela anistia e interveio em vários estados brasileiros. Ele participou de negociações em Tocantins, Paraíba e Alagoas. E em vários estados ele esteve presente. Na época, eu estive em Pernambuco... Lá não houve punição; o Comando sentou com a tropa e falou: *Páginas apagadas, vida nova*. A greve lá em Pernambuco foi logo depois da nossa e resolveu. Já em Alagoas teve aquela crise, alguns excluídos. Em São Paulo, os PMs só articularam e houve exclusão (o pessoal só tentou se reunir).

Aqui, em Minas Gerais, foram 189 excluídos. Não houve critério para exclusão. Eles pegaram pessoas "pra Cristo". Pessoas marcadas: *alguém que fulano não ia com a cara*. Muitos que participaram da manifestação ativa não sofreram nada (não foram punidos). Milhões de PMs foram identificados, entretanto, só pegaram 189. Foram mais de 15 mil na passeata de Belo Horizonte. Só 189 pagaram. No meu caso, por exemplo, *paguei e não tenho arrependimento nenhum; fiz o que tinha que ser feito e pronto: acabou*. Da comissão de negociação foram excluídos "imediatamente": eu, Júlio e o Rodrigues, e os demais não foram.

Eles excluíram as lideranças da greve. Teve cara aí que nem participou do movimento, passou na passeata e foi excluído. Fizeram uma comissão de oficiais e sargentos de cada unidade, e pensaram: *temos que pegar alguém aí, tem fulano que é problemático, vive chegando atrasado, questionando o Comando, vê se ele aparece aí*. Não teve um critério rígido. Ficamos marcados na corporação. Qualquer coisinha, não passava. A anistia, também, não foi suficiente. Muitos se deram bem, fizeram cursos e hoje são sargentos, oficiais. A maioria dos reintegrados foi promovida. Caso eu não tivesse arrumado outro serviço, também seria oficial.

Fazendo um balanço da greve de 1997, posso afirmar pontos negativos e positivos. Os pontos negativos foram: a perda de nosso companheiro Valério e, hoje, a perda de dois deputados que nos tínhamos

nos representando (eles perderam as eleições). Construimos três deputados e perdemos dois. Deveríamos fortalecê-los mais, mantendo-os. O ponto positivo é que conseguimos eleger os três deputados; ainda temos um. Foi muito bom, há vários vereadores (PMs) eleitos no interior devido à greve. Precisamos esperar, é gradativo: a PM está se transformando.

1.4 CABO MARCONDES (BRENO LUIZ MARCONDES)

Acervo da autora, jan. 2007.

Entrevista com Cabo Marcondes (Breno Luiz Marcondes), integrante do movimento grevista dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais, ocorrido na cidade de Belo Horizonte, no ano de 1997. Expulso da corporação no dia 19 de janeiro de 1999, por participar da greve, foi anistiado após seis meses e reintegrado ao Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais. A entrevista foi realizada no dia 16 de janeiro de 2007. Cabo Marcondes concedeu a entrevista durante o seu horário de trabalho, em um miniauditório do 1º Batalhão de Bombeiro Militar. Breno Luiz Marcondes defendeu a desmilitarização e denunciou os abusos cometidos por oficiais.

Todos foram a favor do movimento. Inclusive meu pai, que já se encontrava reformado da Polícia Militar. Meu pai passou 30 anos nesse regime. 1997 foi um grito que estava entalado na garganta.

Meu pai era militar, meus irmãos são militares. Desde criança eu já tinha a vontade de ser policial militar. Entrei na Polícia Militar no ano de 1993. Fiz essa escolha. Foi uma opção de vida. Inicialmente eu entrei para o 13º Batalhão. Posteriormente eu fui para o Batalhão de Choque e permaneci até minha exclusão em 1998. Entrei para o Polícia Militar acreditado realmente em um corpo policial. Mas quando eu entrei vi que era totalmente diferente. É mais ou menos o que acontece no Brasil: existe uma lei, igual para todo mundo, que é aplicada somente em parte. Massacravam os cabos e soldados.

Nos meus primeiros anos de corporação, eu percebi que a Polícia não era aquilo que eu imaginava. Existia abuso e parcialidade. O regulamento disciplinar existia para os praças. Para o oficial, o regulamento só existia no papel, não na prática. Então comecei a ter esse tipo de consciência. De uma forma involuntária eu fiz questão: “um dia tinha que mudar aquilo”.

A minha politização veio naturalmente. Eu me sentia tão massacrado com o regulamento, com o abuso. Aquilo, de certa forma, me fez despertar. Todos os meus familiares participaram das manifestações de 1997. Todos foram a favor do movimento, inclusive meu pai, que já se encontrava reformado da Polícia Militar. Meu pai passou 30 anos nesse regime. 1997 foi um grito que estava entalado na garganta. A vontade do meu pai é que tivesse acontecido na época dele. Meu pai reformou como praça do 13º Batalhão.

A minha participação no movimento foi bastante ativa. Busquei conscientizar a tropa, pois a tropa era uma espécie de marionete. Quando a gente entra para a Polícia eles falam: *você é policial, você agora é um cidadão diferente, você não é igual a um civil comum, você é um policial militar, e raciocina mais do que o civil*. Esta é a filosofia deles. É uma forma de manipular o policial militar. Colocam na nossa cabeça que somos mais que todo mundo. Você vive sem razão. Você vive para a Polícia, só que a Polícia não vive para você.

Eu amava a Polícia Militar, mas queria ser amado por ela também. Queria ser respeitado e ter os meus direitos. Chegou uma época em que os direitos humanos começaram a intervir muito no serviço da Polícia. A população não entendia meu serviço. Não era culpa minha. O cidadão, na rua, me enxergava como um inimigo. Surgiam atritos verbais e a gente acabava perdendo a cabeça. Às vezes dizia coisas que não podia. O cidadão ia reclamar no Batalhão. Muitas vezes “cara até fichado”, ia ao quartel reclamar. Ele era recebido como convidado de honra pelo próprio comandante da unidade. Enquanto isso, nós ficávamos presos, por uns cinco dias, para aguardar a decisão do Comando. Não havia condições de trabalho.

Vivemos no Brasil, um país de terceiro mundo. Nem todo mundo está preparado para ter uma polícia educada. Infelizmente, é uma verdade. O País precisa trabalhar muito na educação. Desde criança já embutiram na nossa cabeça (do menino) que o policial é inimigo. Com exceção de alguns que são filhos de militares, que é no meu caso. Policial é mal e o bombeiro é o bonzinho. Tem gente que diz adorar o serviço do bombeiro. Mas seu filho quer ser bombeiro? Você quer que ele seja advogado, médico, psicólogo. Ninguém quer que o filho seja bombeiro. Apenas as classes mais baixas. A elite diz que admira o bombeiro, mas ninguém quer que o filho seja.

Meu pai me apoiou para fazer concurso na Polícia Militar. Foi tranquilo o período de formação. Eu já esperava o militarismo da instrução. Isso pra mim foi o de menos. O que me decepcionou na Polícia foi a indiferença. Eu achei que iria encontrar irmãos. A Polícia faz tudo para o oficial; e o praça, ele não tem direito a nada. A tendência natural do filho que está sendo discriminado é ser indiferente. Foi o que aconteceu comigo. Eu já vi oficial envolvido com tráfico de drogas, envolvido com roubo. Mas nunca vi um oficial ser excluído. Já vi um praça ser excluído por causa de bebida alcoólica, por causa de briga de rua. São coisas brandas em vista do que eu já vi oficial fazendo. Desvia-se verba e ninguém fala nada. Abafa tudo. Todo mundo sabe, mas ninguém é posto na rua.

No meu ponto de vista, os oficiais também não passam de uns pobres coitados. Eles acham que são elites. O sistema está todo corrompido. O que gerou o movimento foi a substituição da Polícia. Ela deixou de ser policial para ser política. Passou a atender o interesse de alguém de fora. Massacra a tropa e faz a política da boa vizinha. Você nunca vai ver a polícia tumultuando a zona sul de Belo Horizonte. Todo mundo sabe que rola tráfico, mas vai mexer lá... Com quem... Com o filho de deputado. Aí não dá, é complicado.

Em junho de 1997, quando a greve estourou, eu pertencia a 4ª Companhia de Choque. Foi a primeira Companhia que parou. Era a Tropa de Choque e a 2ª Companhia da ROTAM. Então o que aconteceu: houve um aumento diferenciado para os oficiais e isso causou certa indignação. A tropa já estava indignada. No dia, ocorreu uma missão principal: era uma manifestação no centro da cidade, e a Tropa de Choque tinha que combater aquilo. Fomos acionados para combater. Entretanto, já estava naquele stress todo. Policial morrendo, abuso por parte dos oficiais, deboche dos oficiais porque eles tiveram um aumento diferenciado. Daí, quando nós estávamos fazendo educação física, um determinado oficial, disse simplesmente: "A tropa toda se componha... Ponham o uniforme que nós vamos descer para o centro em uma missão principal". O pessoal todo questionou, pois nós não tínhamos almoçado ainda, e estávamos vindo de uma atividade física. A missão especial não tem hora para acabar. Perdíamos um tempo... Um período maior para o pessoal se alimentar, se compor. Ele simplesmente falou: "Em cinco minutos a tropa pronta".

O oficial estipulou um prazo. Em média quase 100 homens deveriam trocar de roupa em 10 a 15 minutos. A tropa deveria estar pronta pra ir pro centro. Nesse momento o pessoal, os cabos e soldados, se reuniram no alojamento. Indignados, decidimos, na hora, não houve líder. Em uma conversa o pessoal resolveu: "ninguém vai descer".

Na hora, o pessoal passou um trote para a imprensa: "A tropa não vai descer". O que na verdade aconteceu. A tropa realmente estava indignada e não ia descer. O aumento diferenciado era uma maneira de justificar a paralisação. Mas ninguém pensava: *vamos parar porque nos não recebemos aumento*. Foi uma série de fatos.

A tropa só queria a gota d'água. Uma desculpa para parar: "*estamos com fome*". Não foi o aumento diferenciado. A imprensa divulgou aquilo. Quando vimos a repercussão do que a imprensa tinha feito... Todo mundo abraçou a causa. Deu no que deu. O movimento foi se alastrando. Eu sei quem passou o trote para a imprensa. Eu sei. Ele era sargento e falou: vou passar um trote lá. Tudo foi negociado entre nós mesmos, vamos falar, liga para a imprensa e diz que estamos parados por causa do aumento que eles tiveram e alguém ligou.

Os oficiais tentaram conversar, mas viram que era inútil. O movimento se alastrou depois que a imprensa divulgou. A imprensa chegou lá e começou a filmar o pessoal parado de braço cruzado no quartel.

Alguns militares tiveram a ideia: "Vamos colocar fogo em tudo". Eles botaram fogo nos colchões. Nesse dia, voltamos normalmente para casa. Sem retaliações. Mas no dia seguinte... A outra Companhia tomou conhecimento dos fatos e também não desceu. Eu não me recordo bem da data. Eu sei que a primeira passeata foi no dia 13 de junho. Esse fato, se não me engano, ocorreu no dia 11 ou 10 de junho.

Em princípio só queríamos parar. Ninguém descer. No dia 13, o pessoal se reuniu: "Vamos descer e parar isso tudo". Nós estávamos sentindo aquela opressão. Aquele peso nas costas. Eu já sonhava com isso, desde que entrei na Polícia. Eu tinha essa convicção: um dia essa tropa vai conscientizar. Os oficiais vão perder o controle da tropa. Uma instituição não pode existir com divisão. Era nítida a divisão: oficial de um lado e praça do outro. Até mesmo os sargentos. O sargento é praça. Entretanto, ele tem um poder subjetivo para fazer sacanagem com o próprio colega. Mas o Comando-Geral olha o sargento como subordinado. Para o Comando não faz diferença um soldado de um subtenente.

Existe muita discriminação no meio militar. Existe o curso de formação de oficiais, para jovens de 18 a 30 anos. E outro curso de oficial para pessoas mais velhas que chegaram a primeiro sargento e subtenente. O pessoal antigo, com até 25 anos de serviço, mais velho, que já está quase no final de carreira. CHO é o curso de habilitação desses antigos. Existe a discriminação: "Vocês não são formados em oficiais, vocês são apenas habilitados". A pessoa fica ali 25 anos e será apenas habilitada a oficial. E pior, nunca vão ser mais que capitão. Você consegue chegar a primeiro sargento com 15 anos de serviço e, se passar no CHO, você vai ter 15 anos para cumprir ainda, e você só vai até capitão. Ao contrário do cara que ingressa hoje como cadete. Ele será formado oficial. Incrivelmente, a tropa não enxerga essa discriminação.

No dia 13 de junho descemos em passeata para a Praça Sete. Fomos até a Praça da Liberdade. Isso foi assistido por várias pessoas. Militares em serviço, que estavam no centro, acompanharam. A imprensa divulgou a imagem daquele monte de policiais andando no centro da cidade. Todo mundo soltando tudo para fora. Isso encorajou, de certa forma, os policiais de fora.

Minas Gerais motivou os policiais de outros estados. Era um sentimento nacional. Todo militar sofria, passava aquilo que nós passamos aqui. Todos os movimentos, revoluções partem de Minas Gerais. Parece que o pessoal, classe mais oprimida, tem uma consciência política. O pessoal de São Paulo, por exemplo, que deveriam ser os mais cultos do Brasil, não são. Só a elite é culta. Lá, as classes massacradas, os militares, aguentam os abusos. Parece que eles não são organizados. Depois desse movimento, isso ficou bem claro.

Do dia 13 ao dia 24 de junho, os oficiais sentiram que haviam perdido o comando da situação. O Comando-Geral pediu para dar uma trégua nas retaliações. Trabalhamos normalmente, pelo menos na minha unidade que era o Batalhão de Choque, sem retaliação. No dia 24 eu estava de folga e sai para a manifestação. Na volta, ficou tudo tranquilo, até quando... Saíram às primeiras listas de punições. Isso ocorreu uns dois, três meses depois.

Depois do dia 24 acabou. A Polícia nunca mais foi a mesma. Acabaram os abusos. O movimento funcionou, foi um grito coletivo. O Comando não poderia punir todo mundo, pois todos organizariam um outro movimento. Então pensaram: *"Alguns vão passar em branco, outros vão ser punidos de maneira mais branda, e outros, vamos cortar a cabeça"*.

Os que tiveram punição mediana ficaram apenas presos. Havia a punição de prisão e a de exclusão. Outros passaram em branco. Por exemplo, não aconteceu nada com o meu irmão que estava o tempo todo do meu lado no movimento. Não aconteceu nada com ele. O Comando teve que fazer vista grossa para alguns. Com as punições, naturalmente, a tropa se dividiu: *"Eu já fui, já fiz a minha parte, fiz e dei sorte, então pronto, agora eu continuo no meu serviço e boa sorte para quem for punido"*. Senti que faltou apoio dos colegas.

Acho que isso foi um erro nosso. Faltou organização. Deveríamos, no dia 24, ter falado para o Comando: "Não haverá retaliação, caso chegue uma lista de exclusão tudo vai parar de novo". Faltou organização. Nós acreditamos no Governo, no Comando; isso aí foi um erro da nossa parte. No calor das emoções, o cara que não participou do movimento, de certa forma, era visto pela tropa como um covarde. O conforto deste policial seria ver alguém sendo excluído, sendo preso. Para confortar quem não participou.

Em Minas, foram, que me recordo, 182 excluídos. Não foram mais porque veio a eleição do deputado Cabo Júlio e do Sargento Rodrigues. Eles firmaram um acordo com o Governador Itamar Franco que cessou as exclusões. Eu conheço militares que foram excluídos mesmo com fichas excelentes. No meu Batalhão, à época, havia mil homens. Todos foram ao movimento. Eu consigo apontar apenas um no Batalhão de Choque que não foi. Teve colega meu que estava no mau comportamento, que é o pior comportamento. Ele estava no movimento, foi fotografado e não foi excluído. Não sei qual foi o critério adotado para exclusão. Existia um Conselho de Disciplina na época. No meu Conselho de Disciplina eu fui absolvido. Mas quando chegou ao Comando-Geral, ele não aceitou a decisão do conselho e mandou me excluir. Não sei qual foi o critério usado. Na Polícia há muitos sem perfil. Pessoas pacatas. Geralmente eles não são bem aceitos. O grupo dos 182 excluídos é bem distinto: uns são nitidamente a liderança e outros são pacatos demais. Aproveitaram para jogar na rua aqueles “caras” ruim de serviço, que não têm iniciativa. Não era especificamente por disciplina.

Eu, com um ano de Polícia, ou seja, aproximadamente quatro anos antes do movimento, já tinha uma convicção: “eu seria excluído, um dia, da Polícia”. Quando eu me formei soldado, já sabia que aquilo não dava para mim. Sempre busquei o meu direito. Sempre busquei a igualdade. Com um ano de polícia tentar fazer esse tipo de coisa é meio complicado. Então a gente acaba se queimando. Quando vi meu nome na lista de exclusão... Só confirmou o que eu já esperava. A primeira vez que eles tentaram me ouvir eu fiquei calado. Não me manifestei: “Vocês vão me excluir pelo que vocês têm aí, eu não falo nada, não me pronuncio”.

Primeiro fizeram uma sindicância. Tem um processo administrativo e um processo penal: duas coisas completamente paralelas. Você pode ser absolvido no administrativo e condenado no penal, ou vice-versa. Mas se você for condenado no penal e tomar mais de dois anos, aí tem que abrir de novo pra ver se você pode permanecer ou não, conforme for o tempo de prisão que a gente tome.

Quando eu vi meu nome na lista, era o que eu esperava. De certa forma eu senti certo orgulho. Eu senti que minha missão na Polícia tinha sido cumprida: mostrar para os oficiais que eles não tinham tanto poder assim não. Era mostrar que eles eram tão vulneráveis quanto um soldado, quanto um mendigo que estava dormindo na rua. Eles não eram esses deuses que pensavam.

Eu não tinha outro emprego (“bico”) quando fui excluído. Eu fui buscar apoio na minha família, no meu pai, nos meus irmãos. Lá em casa, dos quatro irmãos militares, eu fui o único excluído. Eu e o meu irmão fomos para o Conselho de Disciplina. Mas o meu saiu antes. O meu irmão não foi excluído porque o Itamar Franco mandou parar as exclusões.

Lá em casa somos nove irmãos. Eu sou o sexto. Dos que entraram para a Polícia, eu era o mais novo. Meu pai me apoiou com a exclusão e falou: “Não esquenta a cabeça, você está novo ainda.” Na época, quando eu fui excluído, eu estava com 24 anos e já havia formado no 2º grau. Meu objetivo era estudar, desenvolver uma vocação, porque até então o que eu tinha pensado para a vida era ser polícia. Eu tive um bom apoio, comecei a estudar. Em janeiro, já começou a ventilar a anistia. O Deputado Rodrigues, juntamente com o Cabo Julio começou a negociar a anistia. A gente sabia que eles iriam anistiar todo o povo que havia sido excluído. Eu me pronunciei por várias vezes. Eu ia à Assembleia, acompanhava tudo direitinho, para ver com que pé ia dar.

Reintegrados no Bombeiro. Aquilo foi uma decepção. Se você perguntar para mim hoje: “Você gosta da polícia?” Eu respondo: “Não gosto da Polícia”. Eu me decepcionei. Hoje minha visão é: *A Polícia não me merece*. Não vale a pena dar sua vida pelo Estado. Um Estado que não está nem aí para você. Um Estado que é parcial nas decisões, vaidoso. Mas se me perguntar: “Você está feliz no bombeiro?” *Não, não estou feliz no Bombeiro. Eu não gosto da Polícia, mas eu prefiro ela ao Bombeiro*. Quando chegamos anistiados, a ordem dos oficiais era que os alunos de formação não passassem nem perto da gente, não conversasse. Aluno não podia conversar com o pessoal reintegrado.

Tivemos um período de adaptação. De formação. Para aprender o serviço de bombeiro. Achavam que a gente iria influenciar negativamente os alunos de formação. Depois de três meses de adaptação, nós fomos para a ala operacional. Lá também era a mesma coisa. Todos receosos. Às vezes a gente ia para a ocorrência e

escutava muita coisa. Particularmente, eu presenciei várias vezes companheiro de guarnição mandando um ficar de olho em mim. Houve discriminação e há até hoje. Quando eu fui anistiado, optei pelo 2º Batalhão de Bombeiro em Contagem. Mas não fui bem recebido. Optei por lá, por achar que a recepção seria melhor. Mesmo sendo mais distante da minha casa. Por ironia do destino, estou aqui no 1º Batalhão por punição. Trabalhei em Contagem por cinco anos. Depois me mandaram para cá alegando necessidade de serviço. Mas foi mentira: fui transferido por punição. Porque eu tive muitas desavenças no 2º Batalhão.

A tropa do 2º Batalhão, sargentos e oficiais, olhavam para nós e não admitiam a anistia. Para eles era um absurdo eu dizer que não gostava de ser bombeiro. Você não precisa gostar de ser bombeiro. Você precisa ter compromisso com o serviço. Faço meu serviço e trabalho igual a todo mundo. Às vezes até melhor que muitas pessoas que dizem amar o Bombeiro. Todo mundo fala: *eu amo o Bombeiro*. Aqui, o pessoal veste a camisa mesmo. Quando você chegar a uma tropa de Polícia e começar a falar mal da corporação, se tiver dez, nove vão falar mal. No Bombeiro não. Eles começaram a achar que eu era subversivo, ingrato. Eles falaram que eu tinha que dar graças a Deus do Bombeiro ter me aceitado.

O Comandante do Bombeiro, o tal “Messias”, tinha autonomia de absolver qualquer bombeiro que participou do movimento. No entanto, teve bombeiro aqui excluído, tanto quanto policial.

Aquele comandante que excluiu bombeiros no ano passado, hoje recebe de braços abertos? Por quê? De piedade... Será que ele se arrependeu de verdade? Eu acredito que não. Foi bom negócio para mim. Bom que ele pensou assim, que não foi mais radical. Mas não tem esse santo aqui não. Minha vida é muito corrida hoje. Estou casado e trabalho em três empregos. Eu faço “bico” em dois lugares e trabalho no Bombeiro. Faço “bico” como segurança. Praticamente não tenho mais tempo para estudar. Minha vida hoje se tornou totalmente diferente. Meu objetivo, agora, é adquirir coisas materiais. Além de não sobrar tempo, não sobram forças pra eu estudar. Mas a minha pretensão é ir embora daqui. Mesmo que seja para ganhar menos. A minha pretensão é sair daqui para ser um policial civil. Entretanto, o concurso hoje está bem mais concorrido. A gente tem que se preparar. Não adianta querer encarar um concurso no peito e na coragem.

Se perguntar se eu voltaria para a Polícia hoje: *eu voltaria*. Só que a militarização precisa acabar. Prefiro a Polícia Civil, mesmo que ganhe menos. Meu salário bruto no Bombeiro é mais ou menos R\$2.020,00 e meu salário líquido gira em torno de R\$1.800,00 / R\$1.700,00. Se eu for para a Polícia Civil, como escrivão ou detetive, o salário será mais ou menos R\$1.300,00 / R\$1.400,00. Ou seja, uns R\$300,00 a menos. Somando isso aí, por ano, vai dar uma diferença enorme. Mas eu abro mão dessa diferença salarial para ir pra Polícia Civil. Já construí um patrimônio. Hoje, quanto mais eu tiver será melhor. Hoje eu não pago mais aluguel, tenho minha casa própria. Eu não tenho filhos. Hoje, para mim, um salário girando em torno de R\$1.500,00 já é o suficiente. Preciso buscar minha qualidade de vida. Não adianta ganhar R\$2.000,00 aqui no Bombeiro e ser infeliz.

A solução é a desmilitarização. Isso aqui não funciona mais. Acabou esse negócio de submissão. Isso não existe mais. O militar tem mania de dizer: “se desmilitarizasse... isso aqui viraria um bando”. Estranho. Onde não existe hierarquia militar é bando? Por exemplo: nas faculdades existe a hierarquia, com professor, diretor e reitor, mas não é militar. A Polícia acha que a hierarquia segura o militarismo. Mas não é. O que segura a hierarquia, no meu ponto de vista, é a disciplina. O que é a disciplina? É a consciência, a educação. Isso é que faz a diferença.

No militarismo é ferro e fogo. A desmilitarização será muito importante. Todo mundo ganha com a desmilitarização: a população e a tropa. Entretanto, os mais velhos não querem a desmilitarização. Meu pai entrou na PM em uma fase bem antiga, só que ele era uma pessoa instruída. Ele já tinha um grau instrução, uma formação diferente. Ele se formou, respirou outros ares. Ele não se deixou contaminar.

Infelizmente, a nossa tropa é muito doente. A tropa antiga, muitas vezes, acha que o novo policial precisa sofrer como ele sofreu. Comer o pão que o diabo amassou. Mas é cultura. Quando eu entrei, há 14 anos atrás, a gente via um militar na rua e já sabia que a postura era diferente. A Polícia, hoje, tem uma seleção rigorosa. Estão buscando pessoas que pensam, com conhecimento de causa. Entretanto, querem

aplicar aos novos policiais aquele regulamento antigo. Ocorrerá um choque. Os aspirantes hoje se formam diferente.

Quem puxou mesmo o movimento de 1997 foram os policiais do Batalhão de Choque que tinham dois ou três anos de praça. Não foram os antigos. Os antigos disseram: "Nós temos muitos anos de casa, não podemos nos expor, vocês podem. Vocês estão novos, se forem excluídos ainda têm condição de arrumar alguma coisa... nós não". Aquilo foi liberado realmente por policiais jovens. Eu me recordo de uma ocasião do movimento, em que paramos dentro do alojamento, e os policiais, que tinham 15 ou 16 anos de praça, tentaram quebrar o movimento.

O Júlio e o Rodrigues não foram líderes do movimento. Entretanto, eu tiro o chapéu para eles, porque na hora da negociação, no calor das emoções, eles foram os que se prontificaram a negociar. Mas líder... Para mim eles não foram. Eles foram mensageiros de toda a tropa. Quem ouve os dois falando, entende que eles manipularam tudo. Entretanto, o Cabo Júlio que é visto como líder da greve, só ficou sabendo do movimento no segundo dia de greve. Nem no quartel ele estava no primeiro dia. Ele era da ROTAM, a tropa de elite do Batalhão. Essa queria trabalhar no dia. Fizemos uma espécie de piquete no Batalhão para não deixar a ROTAM sair para trabalhar.

Eu me recordo que o movimento precisava de representantes para negociação. Alguns amigos meus falaram: "vai lá!". Eu tenho esse gênio de manipular. Mas eu disse: "Eu não". Não fui... Eu não queria negociar. Eu estava com muito ódio, muito rancor guardado. Eu queria, na verdade, era quebrar tudo. O que fosse preciso fazer eu faria no movimento. Até derramar sangue. Eu não queria negociar. Eu não queria salário. Não me interessava se eu fosse excluído. Eu queria ver a cabeça daqueles oficiais rolando.

No dia 24 de junho foram muitos tiros na praça. Ocorreu a morte do Cabo Valério. Na verdade, as informações foram omitidas. Só à noite tomamos conhecimento da situação. Eles abafaram o caso. Sabíamos apenas que ele havia tomado um tiro. Prenderam o Soldado Edson Campos. Mas, para mim ele foi apenas um bode expiatório. Eu acho que tem muito mais coisa envolvida. Eu acho que o Cabo Campos (hoje já falecido) segurou aquele crime para alguém. Ninguém fala nada, é muito estranho. Ninguém apurou isso. O Coronel Eleutério sumiu. Ninguém nunca mais ouviu falar dele.

O coronel de polícia tem muito poder. É poder demais. É muito fácil manipular uma tropa de militares. É muito fácil. O militar é muito desleixado. Ele não tem muita ambição: basta chegar um comandante com um sorriso para mim e eu já o teria como o melhor homem do mundo. Eu não penso assim. Mas a grande maioria pensa. Se um coronel falar "mata aquele lá pra mim... eu seguro sua onda" não faltará praças para executar. O praça acredita mesmo. É muito abuso. Sabe qual é a política do Comando do Bombeiro? Se você estuda, logo você tem que trabalhar mais do que os outros.

O que diferencia um militar do outro é "o que ele tem no braço e no ombro". Valorizam aquilo que tem no braço (as divisas para os praças) e no ombro (as divisas para subtenentes e oficiais). Quem tem mais divisas é mais valorizado.

1.5 CABO DE SAL (MARCOS ROBERTO DE SAL)

Acervo da autora, jan. 2007.

Entrevista gravada com Cabo De Sal (Marcos Roberto De Sal), integrante do movimento grevista dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais, ocorrido na cidade de Belo Horizonte, no ano de 1997. Expulso da corporação em 19 de janeiro de 1999, por participar da greve, foi anistiado após cinco meses e reintegrado ao Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais. A entrevista foi realizada no dia 17 de janeiro de 2007. Em uma varanda, ao lado da piscina de treinamento do 1º Batalhão de Bombeiro Militar, Marcos Roberto De Sal, nitidamente cansado após um dia de trabalho, procurou evidenciar o seu desgaste por ser rotulado de “grevista anistiado”, bem como sua vontade de retornar à Polícia Militar. Pacientemente, rememorou suas experiências de vida, ressaltando o valor do movimento reivindicatório de 1997.

Antes do movimento minha ficha contava apenas com bons serviços prestados. Policiais com fichas exemplares foram excluídos por causa da greve.

Bom, eu nasci no interior de Minas, em uma cidade chamada Bom Jesus do Galho, próximo a Caratinga. Fui criado na roça, em uma família de renda baixa, com aqueles costumes do interior... Sempre ajudando em casa. Aos dois anos de idade eu perdi meu pai. Minha mãe se casou novamente, após uns quatro anos. Morei com os meus avós e, posteriormente, aos sete anos de idade, eu me mudei para Belo Horizonte.

Sempre estudei em escola pública: do ensino primário ao ensino médio. Moro em Belo Horizonte, na região de Venda Nova, no bairro Maria Helena. Desde a minha adolescência tive uma afinidade muito grande com a Polícia. Eu tinha parentes que estavam na Polícia Militar: tios, primos e alguns colegas. Eu sempre tive vontade de entrar para a PM. Sempre estudei e batalhei por esse objetivo. Eu via um policial passando fardado, na rua, e dizia que um dia eu ia vestir aquela farda. Queria ser policial, achava uma coisa muito bonita, achava como acho até hoje. É uma missão muito nobre ser policial militar. Assim eu me preparei bastante. À época, eu completei meu primeiro grau e assim que abriu o concurso, eu tinha dezoito anos, fiz a prova, todos os testes físicos e passei. Exigiam 8ª série na época.

Eu ingressei na Polícia Militar em 01 de março de 1993. Eu me senti muito realizado de ter entrado na Corporação. Trabalhei na Polícia Militar durante sete anos, aproximadamente. Quando eu entrei na Corporação, os treinamentos eram mais rígidos. Era uma pressão interna bem maior: regulamentos, superiores. Quando eu estava próximo dos cinco anos de carreira, quatro a cinco, aconteceu a greve.

Em 1997, eu servia no Batalhão de Choque. Sempre fui do Batalhão de Choque. Ingressei, iniciei minha carreira no Batalhão de Choque da Polícia Militar, na Avenida Américo Vespúcio, do bairro Aparecida, hoje lá funciona o 34º Batalhão. Eu pertenci a diversas Companhias lá no Batalhão de Choque, estive na ROTAM, no Canil... fiquei na Polícia Militar por aproximadamente sete anos.

Após a decisão do meu Conselho de Disciplina, de expulsão, por causa da greve, eu fui ingressar no Corpo de Bombeiros na época da separação. Eu presenciei, eu participei da maior parte de tudo na greve. Sempre estava presente, estava ali à frente com os companheiros. Havia uma insatisfação geral de toda a tropa: baixos salários; amigos nossos tombando no dia-a-dia em confronto com os marginais; a questão da pressão interna do regulamento; os baixos salários; a proibição de pegar “bico” para complementar renda. Nós

tínhamos perdido um colega, o Cabo Glendyson do 16º Batalhão. Ele foi fazer uma ocorrência no bairro Floresta sobre assalto em uma Casa Lotérica e veio a falecer. No enterro dele não compareceu quase ninguém dos policiais superiores, somente os amigos... os praças compareceram, houve uma revolta da tropa.

Juntando com essa revolta, a cúpula da Polícia Militar se uniu e o governador ofereceu um aumento somente para os oficiais. Um aumento diferenciado. Somente para os oficiais. Para os praças não. Isso culminou em uma grande revolta em toda a tropa. Começou no Batalhão de Choque aquele “zum, zum, zum”, aqueles grupinhos que diziam não poder deixar isso acontecer, que era um absurdo, uma humilhação... Fomos ignorados.

A gente que carrega a bandeira da Polícia Militar... a gente que está defendendo a sociedade no dia-a-dia, na rua... são os praças: cabos, soldados, sargentos, subtenentes. Somos o grosso, a maioria que está ali. A viatura que está rodando na rua, que está defendendo a sociedade, dentro dela é um soldado, um cabo, um sargento; há, sim, alguns oficiais que trabalham, mas é em menor número, há, sim, um tenente, um capitão, mas é um número muitíssimo reduzido; eles estão ali, às vezes, somente coordenando alguma ação. Então o grosso que está atendendo alguma ocorrência são praças.

A morte do Cabo Glendyson foi por volta do dia 06 ou 07 de junho, e nesse meio foi concedido o reajuste salarial diferenciado. Começou a insatisfação. Nós nos reuníamos no Batalhão de Choque, e era uma coisa que não podia nem se falar, era depois do horário, começou: “Amanhã nós não vamos sair para a rua, nós vamos paralisar.”

No dia 13 de junho, numa sexta feira, começou a paralisação mesmo. Mas na terça-feira, foi a primeira manifestação: começou à noite; na quarta já houve a queima dos colchões, na quinta-feira já juntaram as duas Companhias e ninguém mais saiu às ruas. Na sexta-feira, tinha uma Companhia que estava até dispensada, de folga; o pessoal não quis ficar de folga, foi para os quartéis e não tinha nada marcado lá, resolvemos “nós vamos fazer uma passeata”. Estourou, aconteceu de uma hora para outra.

Não tinha uma liderança; nesse momento estava meio aleatório, quem tinha um contato e um telefone ligava: “está acontecendo isso”. Informava para a imprensa ir lá e tomar conhecimento. Os oficiais ficavam procurando os culpados, mas não aparecia. A tropa era muito unida, ninguém entregava ninguém, ninguém sabia de nada: “você viu, não, não vi, não sei”. Então os oficiais ficavam perdidos, porque eles dependiam de alguém para falar. Não havia ninguém para delatar, naquele momento não.

Naquele dia o pessoal estava bem unido. Todo mundo em prol de uma causa justa. As condições de trabalho eram precárias e a pressão era muito grande. Começou aquele negócio: “vamos para a Praça Sete, não, vamos para a Praça da Liberdade, vamos e não vamos”. Nesse momento foi que apareceu a liderança do Cabo Júlio, do Sargento Rodrigues... do dia 13 pra frente. Começou a discussão de ir ou não para a Praça Sete. Aí começaram a descer dois, três e foram se unindo e desceu aquela passeata no dia 13, surpreendentemente uma coisa que nunca tinha acontecido no Brasil inteiro.

Os oficiais perderam o controle, eles tentaram dominar, querendo reprimir: “nós vamos prender em flagrante, nós vamos isso, nós vamos aquilo, e é proibido, nós não vamos deixar cair o regulamento aqui”. Eles tentavam reprimir de toda a forma. O pessoal já não obedecia mais às ordens; já não obedecia a capitão, major, coronel. Ninguém obedecia mais ninguém. Os oficiais perderam o controle e não sabiam o que fazer para controlar a tropa. Já tinham falado em prender em flagrante, só faltava falar em matar. Então preferiram sair e deixar o pessoal fazer o que quisesse e posteriormente eles iriam aplicar essas ações: prender e mandar para a Justiça Militar.

Não estávamos amedrontados com as ameaças. Era uma causa muito justa e uma união muito grande, um movimento muito coeso. A grande maioria do Batalhão de Choque participou; alguns poucos se amedrontaram, acovardaram-se... não vem ao caso citar nomes, mas poucos. A maioria, 80% a 90%, aderiu ao movimento. Viram que era uma causa muito justa, tanto que passado isso aí, nos fomos elogiados, todo mundo reconheceu. Trouxemos muitos benefícios, mudou muito, a cara da Polícia e do Corpo de Bombeiro

Militar. Mudou completamente depois de 97. A passeata do dia 13 de junho foi uma coisa diferente para mim, uma coisa inusitada eu nunca tinha participado de uma coisa tão diferente na minha vida.

Eu nunca tinha participado de nenhum movimento político, nem na minha escola. Eu participei de um movimento na minha Corporação, na minha Polícia. Eu tinha entrado com os meus amigos, que são meus amigos até hoje, então eu vi aquilo e tinha que lutar. Era uma causa justa, para melhorar, melhorar o salário. Aquilo me motivou muito, e vendo meus companheiros em situações difíceis, outros precisando do “bico” para completar renda e sendo punidos, colegas morrendo, se suicidando. Naquela época tinha muito suicídio. Eu perdi muitos colegas por suicídio; isso motivou muito a gente a lutar por uma causa justa. E já que tinha começado, era o primeiro e único, nós não estávamos ligando para a punição, para o que fosse acontecer. A gente queria lutar e brigar mostrar que existíamos, que queríamos melhores condições de trabalho, melhor salário, um tratamento digno dentro dos quartéis.

No dia 13, nós descemos pela Avenida Américo Vespúcio e caminhamos na Avenida Antônio Carlos. Foi uma coisa gloriosa, muito diferente. Fomos chegando ao centro da cidade e a população começou a aplaudir, jogar papeizinhos, carros buzinando, ninguém tinha visto tanto policial sair andando, fazendo uma passeata pela Antônio Carlos afora. Nós éramos e somos ainda bem-vistos pela sociedade: por serviço prestado. Por contatos telefônicos, a tropa do BG (1º Batalhão) ficou sabendo e esperou a gente na Praça Sete. Quando chegou nas imediações da Praça Rio Branco com Rua Tupinambás, Avenida Afonso Pena, fomos encontrando com outros policiais.

Uma turma grande do 1º Batalhão esperando a gente ali. Fomos encontrando e nos abraçando e nos juntando. Policiais que estavam de folga, do Batalhão de Trânsito que estava na rua apitando, foram juntando e aderindo. Não teve tanta gente porque foi inesperado. Fomos até o prédio do Comando-Geral, pacificamente, só fazendo nossa manifestação. Vieram outros movimentos para incorporar ao nosso como a CUT e nós cortamos. *O movimento era nosso, era único.* Nós não aceitamos ninguém entrar no nosso movimento, só nosso, era o movimento da Polícia Militar. A CUT chegou com bandeira e nós quebramos, não aceitamos, não tinha manipulação política, era um movimento da Polícia Militar.

No dia 13 foram feitas as negociações e foi montada a primeira comissão de negociação com o governador. Apareceram o Sargento Rodrigues e o Cabo Júlio. Foram escolhidos pela grande influência e amizade com a tropa. Eram bem conhecidos do pessoal... sempre foram lutadores, brigavam pelo direito do pessoal. O Sargento Rodrigues era meu conhecido, já tinha passagem pela ROTAM. Eles se propuseram a ser líderes, porque nesse momento ninguém queria colocar a cabeça a prêmio; falar em liderança de um movimento grevista em 1997 era colocar a cabeça na forca. Nesse sentido, eles se propuseram e indicaram outros nomes, na época, para a comissão e a tropa aceitou: “tudo bem pode ser essa a comissão” e eles foram os representantes para negociar.

Ficamos mais um tempo vendo a decisão, a negociação. O governador ofereceu um abono salarial pequeno que não foi bem-aceito pela tropa. Resolvemos dar um prazo de 10 dias para o governador; colocamos um piso salarial. Marcamos uma nova negociação para o dia 24 de junho. Nesse momento, o movimento foi divulgado para outros Batalhões, para o interior de Minas. A divulgação foi boca a boca, o que foi decidido pela comissão todo mundo ficou sabendo, “olha, tá marcando para o dia tal”. No dia 24 engrossou o movimento. Vieram ônibus do interior. Tão coeso, a união era tão grande que a Polícia Civil resolveu marcar também uma reunião deles. Pegaram carona no nosso movimento. Foram se unindo. No dia 24, realmente havia muita gente de vários Batalhões, porque tinham sido previamente avisados.

A reunião do dia 24 aconteceu lá no Clube de Cabos e Soldados. Foi marcada para às 10:00 da manhã. O clube fica na Avenida Amazonas, ao lado do 5º Batalhão. A caminhada, lá do Clube de Cabos e Soldados até a Praça da Liberdade no COPOM, deu aproximadamente uns 15 Km. O pessoal fez esse percurso a pé, na Avenida Amazonas todinha até chegar na Praça da Liberdade.

A maioria fardada. Eu estava presente, estava de serviço no dia 24, abandonei tudo e fui direto para o clube. Eu já não me preocupava mais com o que iria acontecer. Já que eu tinha entrado no movimento, eu iria

até o fim, “dê o que der”. Estava preocupado em lutar por uma causa justa... fui, lutei, briguei e conseguimos muitas melhorias.

Durante os dez dias de trégua, ficou um clima muito tenso, muito ruim. Houve ameaça de prender em flagrante, disso e daquilo. Nesse tempo, os oficiais não sabiam o que fazer; eles pensavam como parar o movimento. Não se podia comentar no quartel sobre greve; não podia falar se foi ou não foi à passeata. Do contrário, sofreriam uma comunicação disciplinar; colocavam em processo.

Os oficiais fizeram de tudo para boicotar a reunião do dia 24. Eles tomaram o movimento como “contra eles”, não tomaram como se fosse um movimento em prol do salário de melhorias para todo mundo. Para os oficiais, o movimento era para destruir a Polícia, para destruir a hierarquia e a disciplina, que era boa só para os oficiais, eles detinham o Comando, mandavam. E o aumento era só para eles. Então fizeram de tudo para boicotar, atrapalhar, para punir. Eu tomei punição, está na minha ficha, e eu nem sei porquê. Começaram a caça às bruxas.

O governador, por muita pressão, concedeu um aumento; não era bem o que queríamos, mas era bastante satisfatório. O dia 24 culminou com a morte do Cabo Valério. Eu presenciei, estava lá. Isso desestabilizou um pouco o movimento. Eu não sabia que ele tinha falecido. Foram muitos tiros, muito tumultuado. Muitos atiraram, os oficiais atiraram. Havia alguns oficiais com metralhadora, pistola semi-automática, que se uniram dentro do COPOM (Centro de Operações da Polícia Militar).

A Força de Legalidade (*Forleg*) não ofereceu muita resistência para evitar a invasão do COPOM. Ela não quis muito o confronto, tanto que o pessoal venceu fácil o cordão de isolamento. Alguns foram pressionados a participar da *Forleg*, claro. Eles não ofereceram resistência para desestabilizar o movimento. Estavam lá, não descumpriram as ordens, mas também não estavam muito afim de cumprir. Não ofereceram muita resistência. Aconteceram algumas agressões, e o pessoal foi deixando, abrindo espaço, foram se recolhendo rapidinho. Alguns saíram da *Forleg* dizendo: “não eu não quero participar, fui obrigado; eu quero estar aqui no movimento”. Eu me lembro de um cabo do interior que falou que o major estava *obrigando eles*, porque muitos praças estavam sendo obrigados, ameaçados e que se não fossem participar da *Forleg* eles seriam presos em flagrante, seriam mandados para a Justiça Militar, seriam punidos. Mas eles estavam lá tentando proteger o Comando-Geral, o COPOM, não conseguiram. Culminando com a morte do Cabo Valério.

A morte do Cabo Valério foi uma tragédia. Ver um colega baleado, sangrando... Não foi fácil. Pensei: *já perdemos um companheiro, para que mais derramamento de sangue*. Foi um momento complicado do nosso movimento. Principalmente, após a morte do Valério, a nossa greve repercutiu em outros Estados. O pessoal veio para pegar ideias com a gente aqui, ver como tinha acontecido.

Depois do dia 24, voltar a trabalhar até chegar a exclusão. Foi a pior experiência que eu já passei em toda a minha vida, em termos profissionais, em termos sociais. Saíamos para trabalhar com uma sensação muito ruim, ao sair de casa e não saber o que ia acontecer. Começou realmente a caça às bruxas, então quem tinha participado do movimento era taxado como bandido, baderneiro. A maioria tinha participado da greve. Era um futuro muito incerto. Ninguém sabia o que iria acontecer. Sabia que estava por vir uma coisa muito ruim, os oficiais comentando, se reunindo, um falando que iria excluir o outro que iria punir, iria para a Justiça Militar. Ficava aquele ambiente ruim para se trabalhar, você saía e não tinha ideia do que iria acontecer quando estivesse voltando.

Resolveram então abrir os conselhos de disciplina, os processos sumários. Não se podia mencionar sobre a greve, pois era uma coisa que tinha ferido, e muito, o ego dos oficiais. A perseguição foi feita através de fotografias, filmagens que foram feitas pela P2, por depoimentos de oficiais. A palavra de oficial tem fé de ofício; oficial falou, ele não precisa provar, é a voz da verdade, por exemplo, chegou o major fulano, o capitão fulano e disse “o Cabo De Sal estava lá” e pronto, ele tinha respondido por aquilo. “O cabo fulano deu tiro, o cabo fulano jogou o carro em cima de não-sei-quem”, o oficial falou acabou... O outro tinha que responder por aquilo ali. Éramos muito perseguidos. Eu pedia transferência para algum lugar... não davam. Eu queria dispensa... não davam. Uma coisa velada, do tempo que acabou a greve até a minha exclusão.

A minha exclusão foi em 19 de janeiro de 1999. Foi o pior ano que eu vivi. Antes do movimento, minha ficha contava apenas com bons serviços prestados. Policiais com fichas exemplares foram excluídos por causa da greve. Talvez por falta de sorte ou por ser desafeto de alguém. O processo foi arbitrário e injusto, tanto que nós voltamos por força de lei, após muita luta. Foi um movimento justo. Depois que elegemos os nossos deputados, tivemos uma representatividade melhor junto ao governador.

Eu não tinha outro trabalho. Às vezes, eu pegava um “bico” para complementar a renda, pegava um “bico” de segurança, de motoqueiro... mas nada fixo. Eu sempre abracei a Polícia Militar como meu primeiro emprego, prioridade. Dedicava-me ao serviço, às ocorrências. Às vezes saía de folga e fazia levantamento de boca de fumo, de vagabundos que estavam fugitivos de cadeia. Eu saía de folga e fazia o levantamento para no dia de serviço eu prender e fazer uma boa produção, prestar um bom serviço à sociedade. Eu sempre fui muito dedicado à Polícia Militar, como outros amigos meus: Cabo Jacinto, Cabo Bonfim, Cabo Marcondes, e outros tantos bons de serviço que foram excluídos. Um sofrimento. Não foi todo mundo excluído de uma vez, foram excluindo pouco a pouco.

Eu não sabia que seria excluído. Sabia que estava no Conselho de Disciplina. Mas eram muitos, vários conselhos distribuídos por vários Batalhões. Entretanto, estar nesse Conselho de Disciplina não quer dizer que você vai ser excluído. Você poder ser punido, pode ser absolvido. Eu sabia que estava no conselho, desde 1998, quando foi aberto.

Alguns foram excluídos em 1998. Cada um foi um caso diferente. O Cabo Júlio, o Sargento Rodrigues e o Sargento Bravo, pela liderança do movimento, fizeram o conselho mais rápido, os oficiais tiveram pressa, quiseram *excluir eles* primeiro. A partir disso, toda semana, todo mês saía uma lista de exclusão, com dois, quatro, cinco.

As exclusões eram decididas no Conselho de Disciplina. Fechavam esse conselho tendo, depois, a decisão do presidente. Por exemplo, o meu Conselho de Disciplina era: eu, o Cabo Marcelino, o Cabo Cota, Soldado... esqueci o nome, o Cabo Daivison. Eram cinco ou seis num Conselho de Disciplina. O conselho era fechado e depois saía a decisão. Então havia vários, montava lá o presidente, major fulano, capitão fulano, tenente fulano e eles vão decidir sobre fulano e sicrano. No 16º Batalhão era o Conselho de Disciplina com capitão fulano, tenente fulano sendo o sargento fulano, o soldado fulano e tal que estão no Conselho de Disciplina do 16º, lá no 5º era outro, na academia também.

No meu conselho eram três oficiais. Cada Conselho de Disciplina era composto por três oficiais, julgando uns cinco, seis praças. E o Conselho de Disciplina do 16º fechou e optou pela exclusão do cabo fulano, do soldado beltrano, saindo a exclusão deles; e do meu não tinha saído ainda, estava em andamento. Eu tinha que ir lá ser ouvido, tinha que ouvir fulano, mas já sabíamos que havia excluído alguns. Então ficava aquela sensação ruim, você chegava e, ou vou ser excluído, ou não vou, isso foi uma pressão muito forte, foi um desgaste.

O meu conselho foi o último. Juntamente com o do Cabo Jacinto e do Cabo Marcelino. Foi um desgaste psicológico muito grande na minha vida. Eu sofri bastante na minha vida profissional, por causa dessa sensação, dessa insegurança. Éramos perseguidos. Eu tomei muita punição de 1997, após o movimento até 1999.

Eu tomava punições absurdas. Um exemplo: Eles fizeram a escala de uma operação – a operação camelô que tinha no Batalhão de Choque. Essas escalas eles normalmente avisavam com antecedência, mas eles fizeram a escala na sexta-feira e eu nem estava sabendo e obviamente, no outro dia eu não fui, então me comunicaram e fui punido. Eu tomei prisão, só que eu não cumpri a prisão, mas tomei a punição. Foi pra minha ficha para me derrubar. Porque existe um negócio de comportamento, assim derrubaram meu comportamento para ruim, ou seja, eu caí de bom para o insuficiente, depois tomei outra punição e caí para o mau comportamento, e foi derrubando o comportamento de todo mundo para ficar fácil de excluir, porque estava apresentando conduta negativa na corporação.

Excluíram os policiais da corporação, a princípio, para desestabilizar a questão da liderança. Quem teve uma presença muito ativa, que apareceu mais à frente do movimento e comentários no meio da tropa. Eu mostrei muito a cara, eu tive uma participação ativa. Dessa forma, eu fui tomando punições injustas que eu nem esperava. Problemas corriqueiros, do dia-a-dia, que passavam “batidos” e que a partir de 1997 não passavam mais. Por exemplo, eu cheguei um dia, como acontece com todo mundo, com cinco minutos de atraso, e eu não sou de chegar atrasado... raramente. Eu não fui perdoado. Tudo bem: está previsto no regulamento que é falta, que você tem que ser punido, mas é uma coisa que pode acontecer com qualquer um, a pessoa chegar com uma ou duas horas de atraso é uma coisa, agora cinco minutos... e eu fui punido por isso. Faltas bobas foram derrubando meu comportamento. Na hora de ser avaliado no Conselho de Disciplina, meu comportamento estava no mau. Opinaram pela minha exclusão, além de pesar contra mim algumas acusações de ter uma participação ativa, de ter desobedecido a ordens de superiores.

O Governo Itamar Franco foi sensível nessa parte, ele reconheceu que foram injustas as exclusões, que nosso movimento foi por uma causa justa. Até sair essa decisão do conselho foi uma agonia muito grande, eu sofri muito. Quando chegou o dia, eu entraria de serviço, me parece, às 18:00 horas. Eu sempre chegava mais cedo, com a farda passada, arrumadinha. Eu fui fazer uma educação física antes, correr. Quando voltei, me chamaram; precisavam falar comigo; eu fiquei meio assustado e me deram a notícia que eu estava excluído. Foi primeiramente o sargento da Companhia que me chamou e depois vieram os oficiais, os tenentes e capitães que estavam no Batalhão para me acompanhar. Queriam ir buscar a farda no outro dia na minha casa e eu falei que não, que era humilhação, que depois eu levava a farda lá.

Não teve nenhuma gentileza. Parecia que eles estavam comemorando a nossa exclusão. Cada processo de exclusão era motivo de festa para os oficiais. Eles sentiam uma satisfação enorme de chegar para um ou dois e dizer “você está excluído, pode passar lá e devolver suas carteiras”.

Outros colegas não foram expulsos. Os que apenas integraram o movimento, mas não tiveram uma participação destacada, tomaram uma punição de 48 horas. A tropa sentiu muito, mas não tinha como se fazer nada, pois a repressão era muito grande, não havia como chegar a alguém e brigar ali pelos nossos direitos. Muitos colegas choraram com a nossa exclusão. A Polícia Militar inteira ficou abalada nessa época com os que foram e não foram excluídos. Estavam perdendo colegas.

Já os oficiais se uniram e comemoraram cada exclusão, para eles era um orgulho. Eles retomaram as rédeas, o controle da Polícia Militar com autoritarismo e repressão. Eles se sentiam satisfeitos. Na minha exclusão eles foram brutos. Fui mal tratado, fui tratado rispidamente como se não tivesse trabalhado ali durante sete anos. Colocaram escolta para andar atrás de mim, de uma sessão a outra. Eu não podia andar sozinho no Batalhão, um lugar onde eu sempre trabalhei. Colocaram até colega meu para andar atrás de mim; eu não podia ficar mais sozinho lá dentro. Isso foi uma humilhação muito grande, eu senti muito, foi um desgaste grande. No momento que eles falaram para mim que eu estava excluído, parecia que tinham tirado o meu chão. Eu não acreditava. Pediram a minha carteira funcional de polícia.

Eu era casado à época, tinha meu filho. Eu tive que devolver a carteira de saúde, de benefícios do Hospital Militar do meu filho e esposa. Meu filho tinha quatro anos, precisando de assistência hospitalar e me tomaram a carteira. No mesmo dia foram querendo tudo. Aquilo ali para mim foi uma humilhação muito grande, um impacto muito grande. Eu senti muito, porque a Polícia Militar para mim não era só um emprego, era um dom, era uma coisa que eu almejava desde adolescente: ser um policial militar. Eu estava perdendo tudo, minha carreira indo por água abaixo, por uma luta com os meus colegas.

Eu sabia que eu tinha lutado por uma causa digna e não me arrependo em momento algum de ter ido, eu só me arrependo de ter sido avaliado injustamente. O pessoal estava preocupado em punir. Os oficiais estavam preocupados em dar exemplo, sentiram o movimento como uma afronta contra os oficiais. Entretanto, melhorou para todo mundo.

No dia da exclusão eu fui para casa muito abalado, chorei muito. Fiquei em casa uns três a quatro dias. Um dia eu era um policial militar respeitado no meu bairro. Eu fiquei com vergonha, não tinha cara para

sair. Acreditava que muitos amigos iriam me olhar diferente, a sociedade iria me olhar diferente. Eu sentia que tinha perdido mais que um emprego. O policial militar tem um treinamento, uma visão, o militarismo, a amizade. Somos cobrados. Quando fui excluído me senti arrasado, acabado. Chegando em casa, eu não queria jantar. No outro dia, eu já não queria almoçar... só pensava nisso. Aquilo virou um inferno na minha vida. Demorei a colocar os pés no chão... até as coisas chegarem no lugar. Foi um momento muito difícil para mim.

Eu fui o último a ser excluído. O Governador Itamar Franco entendeu que foi injustiça e determinou que não fosse mais excluído nenhum policial no seu governo. Deveríamos aguardar. Seria montada uma nova comissão para avaliar. Uma comissão jurídica que iria avaliar, sendo formada por diversos membros da sociedade: professores, advogados que iriam avaliar se era para excluir ou não. No mesmo momento, surgiu a questão da separação do Bombeiro da Polícia Militar. Foi uma jogada política que beneficiou os coronéis ao criar um Comando-Geral do Corpo de Bombeiro. Desmembrar o Corpo de Bombeiro foi um acerto político entre os deputados e o governador: desmembrando o Corpo de Bombeiro, eles aceitariam todos os excluídos aqui, já que o Comando da Polícia Militar não queria aceitar.

Todo processo de anistia foi decidido na Assembleia. Estávamos sempre em contato com os deputados (Sargento Rodrigues e com o Cabo Júlio). Ligávamos e éramos recebidos. Eles deram muita atenção ao pessoal, lutaram muito na época. Nas audiências em plenário, na Assembleia, a gente ia, reunia todo mundo lá. Até que o processo da separação Polícia/Bombeiro gerou a anistia e nós viemos para o Corpo de Bombeiro em 1999.

Fiquei, aproximadamente, cinco meses e meio afastado; eu continuei recebendo meu salário. A anistia para mim, foi incompleta, não foi uma anistia, pode-se usar um outro termo e não anistia, porque anistia é perdoadada, é um perdão de todos os seus atos, de todos os acontecimentos: eu deveria ter voltado para a minha corporação anterior.

A anistia foi para os bombeiros que participaram da greve e voltaram para a sua Corporação, para os seus Batalhões. Eu queria retornar para a Polícia Militar, no entanto vim para o Corpo de Bombeiros, pelo emprego. Eu tenho família para cuidar, para tratar, vim mais em função do emprego. Tentei me adaptar, fiz vários cursos, tenho várias amizades, gosto muito do pessoal aqui do Corpo de Bombeiro, os praças nos receberam de braços abertos.

Tivemos uma boa recepção pelos praças. Já os oficiais, na época, não 100%, mas 80%, “viraram a cara” para nós, acharam ruim, não concordaram. Entretanto, foi uma questão de decisão política do Comando-Geral com o governador. Os oficiais não tinham que falar nada, somente acatar e receber a gente aqui no Corpo de Bombeiro. Eu não fiquei satisfeito, eu gostaria de voltar para a Polícia Militar que é o que gosto de fazer.

Continuo com o pensamento de um dia poder regressar a Polícia Militar. Apreendi muita coisa aqui, é muito nobre a missão de ser bombeiro, mas aquela questão, de ter uma afinidade grande desde adolescente em ser policial, para mim é um dom. Eu gosto muito da Polícia Militar e queria retornar. Toda essa questão de vir para o Bombeiro, de adaptação, atrapalhou muito a minha vida... me separei. Ao longo do tempo, houve muitas confusões em casa, relacionamento interpessoal, relacionamento com amigos.

No ano de 1997 tive um desgaste muito grande. Eu sinto que envelheci quase 10 anos, após 97. Desgaste psicológico, muitos problemas, questão de adaptação. O problema é fazer uma coisa que você não está habituado, você não tem afinidade. E você ter aquela esperança de retornar à Polícia Militar e não acontecer. Você, no Bombeiro, passando por dificuldades por não saber fazer alguma coisa. Você é taxado, “você não sabe”. Eu não pedi pra vir pra cá, fui transferido; foi bom na questão de ter um emprego, de não perder o emprego, mas por outro lado não é uma coisa que eu queria.

Eu não me senti anistiado. Eu me sinto punido injustamente por uma coisa justa que melhorou para todo mundo, e que hoje é reconhecidamente público que foi justo, trouxe melhorias, que mudou para melhor o Corpo de Bombeiro e a Polícia Militar. Então fomos anistiados, é força de lei; os oficiais tiveram que acatar isso.

Eles não podem ficar falando muito nisso, devem respeitar o governador e o Comando. Devem se calar e aceitar.

O movimento foi feito por nós, praças, e trouxe muitas conquistas. Tanto que passaram dois anos, três desse movimento, os próprios oficiais tentaram fazer um movimento. Foram chamados pelo coronel Pecinine e fizeram várias reuniões. Participaram vários oficiais. Os próprios oficiais chegaram frente à tropa chamando para participar do movimento. Depois, bem depois do nosso movimento, o salário teve uma defasagem.

A greve de 97 foi muito traumática. Nós, praças, fomos punidos, taxados até hoje. Aqui dentro do Corpo de Bombeiro eu carrego a mesma cruz: ser taxado como "grevista" e como "anistiado da Polícia". Alguma missão não me é confiada por eu ter participado da greve, por eu ser grevista, isso acontece até hoje. É o preço que a gente paga. Porém somos respeitados, por termos colocado nossa cara, por termos lutado, por termos trazido melhorias. Muitos reconhecem isso. Eu tenho o desejo ainda de voltar para a Polícia Militar, de fazer o que eu sempre gostei, e sempre quis desde pequeno.

1.6 SARGENTO BRAVO (SILVIO HENRIQUE BELETABLA BRAVO)

Acervo da autora, jul. 2007.

Entrevista com Sargento Bravo (Silvio Henrique Beletabla Bravo), integrante do movimento grevista dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais, ocorrido na cidade de Belo Horizonte, no ano de 1997. Expulso da Corporação, no dia 09 de dezembro de 1997, por participar da greve, foi anistiado e reintegrado ao Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais no dia 06 de julho em 1999. A entrevista foi realizada no dia 13 de julho de 2007. Sargento Bravo narrou suas histórias: na Polícia Militar, no movimento reivindicatório, na luta pela anistia e na carreira como “assessor parlamentar”. Ele nos concedeu a entrevista no gabinete do deputado estadual Sargento Rodrigues (na Assembleia Legislativa de Minas Gerais).

O meu sonho era ser policial. (...) Sou neto e filho de militar. (...) No dia da exclusão, eu chorei pela primeira vez. Chorando, falei para o comandante que eu iria voltar.

Eu nasci, e já estava escrito que eu seria policial. Nasci no Vale do Jequitinhonha em uma cidade chamada Itamarandiba. Sou neto e filho de militar. Na minha infância, sempre acompanhava o meu pai em diligências para ficar tomando conta dos carros no meio do mato. Naquela época, era muito difícil, não tinha viatura, era um jipe. Meu pai já me deixava com um revólver. Desde pequeno eu já sabia o que era ser policial. Em Itamarandiba prendia-se muito pistoleiro. Tanto é que meu avô fez o curso de soldado e foi promovido a cabo e depois a sargento por ato de bravura (prendendo pistoleiros). Naquela época, as mulheres dos policiais, como minha avó, tinham que andar armadas.

Meu pai só tinha a 4ª série primária, mas ele se sobressaiu quando fez o curso de cabo. Ele foi reconhecido como um dos melhores, sendo convidado para fazer o curso de oficiais, mas ele não quis, preferiu ficar no interior; ele também trabalhava em serviço braçal na roça. Ele era um exemplo: quando ia atrás de um bandido, ele prendia; tinha uma fama muito grande lá. Era aquilo que eu queria ser!

O meu sonho era ser policial. Eu cheguei em Belo Horizonte no ano de 1975. Vim com a família toda, pois meu pai tinha a ilusão de estudar os filhos, mas só dois fizeram curso superior. Éramos onze filhos e mais seis de criação. Minha mãe, quando via alguém abandonado, pegava para criar (junto com meu pai ia ao cartório). O meu pai, infelizmente, faleceu há dois anos. Depois que ele se aposentou ficou mais 35 anos vivo.

Em Belo Horizonte, eu trabalhei como *office boy*, como engraxate na Savassi, e como funcionário da Prefeitura de Contagem (na Famuc). Quando eu fui entrar para a Polícia, coincidentemente, eu tinha passado no concurso da Petrobrás, mas eu não quis. Eu tinha dois irmãos trabalhando na Petrobrás, mas não era aquilo que gostaria de ser, eu sou policial por vocação.

Entrei para a Polícia Militar em 1983. Entrei para servir no já extinto Batalhão de Choque. Quando cheguei lá, vi como as coisas funcionavam. Nos primeiros 15 dias já fomos cobaia de pelotão que estava em formação para operações de choque. Foi aquele tumulto: bomba de gás lacrimogêneo em cima dos recrutas que eram as cobaias. O Batalhão de Choque foi fundado em 1981, por causa da greve dos pedreiros, dos peões de 1979. Cheguei lá em 1983 e não tinha aquela Constituição Cidadã. Em 1983, o curso para policial militar era só de 4 meses e meio. Não tinha aula de Direitos Humanos, o principal era a hierarquia. O cidadão era o último depois do recruta (imagine como eles nos ensinavam a tratar o cidadão lá fora). Como o recruta não tinha

ninguém para mandar, ele ia para a rua e mandava no cidadão. Esse era o pensamento que tínhamos quando entrávamos para a Polícia. Por isso, tinha tanta violência arbitrária dentro da Polícia Militar. A formação era muito militarizante: nós perdíamos a pele do cotovelo de tanto rastejar no asfalto quente, em treinamento. Era assim: nós saímos da sala de aula e íamos até a porta do rancho rastejando, ou então em passo de ganso ou marchando. Quem não gostasse mesmo, desistia! Tinha muita educação física: a aula começava às 7:30 e ia até as 17:00 horas, a gente ficava marchando. Era muito rígido; se o soldado deixasse de fazer continência para o cabo, este fazia comunicação disciplinar.

Logo que eu me formei fui para a Companhia ROTAM. Quando fazíamos alguma coisa errada, íamos de castigo para outra Companhia de Polícia: lá eles ficavam te dando os piores serviços, como “ficar a pé” no centro da cidade com aqueles capacetes marrons. Teve um caso muito engraçado: eu cheguei à Praça da Liberdade para policiar um momento grevista dos servidores públicos. Lá eu encontrei um primo (do lado da greve), e nós demos um abraço. O oficial que estava comandando o policiamento me xingou muito, chamou minha atenção. Ele disse que eu não podia fazer aquilo, e eu respondi: nós somos primos e amigos. Incutiam na nossa cabeça que os grevistas eram comunistas (perigosos). Caso alguém saísse no centro correndo com a bandeira vermelha ou pano vermelho, o nosso Batalhão deveria ficar de prontidão. Na época, ficávamos de olho no pessoal do PT.

Aquilo era o que eu queria! Logo nas primeiras semanas de trabalho eu havia me destacado. Eu gostava de prender, não tinha medo de enfrentar bandido. Com 15 dias de trabalho nós entramos em uma ocorrência onde três policiais foram baleados e eu fui o único que sobrou na frente do bandido, e na troca de tiro consegui *alvejar ele*. Todo mundo queria trabalhar comigo, e eu fui trabalhar com o Tenente Pessoa, que hoje é coronel. Eles falavam que eu ponderava muito, e questionei se ser ponderado não era uma virtude. Policial não podia questionar nada, tinha que fazer, mesmo não estando certo, tinha que fazer.

Em 1987 eu fui para o 5º Batalhão fazer o Curso de formação de cabo. Quando eu me formei, o comandante já me conhecia e me segurou no 5º Batalhão. Quando ele foi para o Batalhão de Choque me levou de volta para o Batalhão. Fui destaque operacional por várias vezes. Eu era extremamente rígido com os bandidos, várias vezes, vou ser sincero, não levávamos em conta a questão dos Direitos Humanos. Queríamos era prender bandido e quando o bandido assaltava alguém, parecia estar assaltando um familiar nosso. Mesmo porque assalto não era tão comum igual é hoje. Então nós fazíamos de tudo para prender. Existia até uma disputa entre outro cabo e eu para ver quem prendia mais bandido, mais arma de fogo, mais droga.

Em 1993 eu fui fazer o curso de sargento. Depois do curso eu voltei para o mesmo Batalhão, o Batalhão de Choque. Entretanto, devido a uma desavença minha com o subcomandante de lá, que deu credibilidade para umas queixas contra mim, que no meu entendimento eram infundadas, eu pedi para ir para o 5º Batalhão. Inclusive, nesse momento, eu recorri ao meu irmão que era tenente-coronel, pedindo para ele me levar para o 5º Batalhão. Cheguei lá, eu já conhecia o Rodrigues e o Milton do Batalhão de Choque, desde 1987. Eu e o Rodrigues trabalhamos na mesma Companhia, só que ele trabalhava na sala de rádio (ou na 10ª Companhia) e eu na 7ª Companhia, no tático móvel.

Naquela época existia um descontentamento muito grande dentro da Corporação. O salário da Polícia Militar estava muito baixo e o RDPM, que era o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar, “arrebentava a gente”. Os oficiais faziam o que queriam. Quando chegavam aspirantes no quartel, era um terror; os oficiais faziam comunicações disciplinares, e os aspirantes ganhavam pontuações negativas.

Eu me casei em 1987 durante o curso de formação de cabo. Inclusive, eu não tive aqueles sete dias de folga para casamento, só tive um dia. Eu tive o domingo e a segunda de folga porque estava fazendo o curso e não podia faltar. Não tive os direitos, estava muito difícil, tendo que trabalhar muito.

O policial que trabalha na rua está muito mais vulnerável aos regulamentos disciplinares. Já o que trabalha atrás da mesa, não: ele faz uma amizade muito grande com os oficiais. A Polícia Militar era dividida: P1 é de pessoal, P2 investigação, P3 operações, P4 como se fosse um almoxarifado, P5 é aquela que recebe as pessoas, conversa. Fica muito mais fácil para quem está no administrativo. Quem está na rua, está sujeito às

punições. No meu caso mesmo, a Dra. Heloísa Combate falou: “Na sua ficha tem muita anotação negativa, entretanto, as positivas são muito maiores.” Eu sempre tive um grau de comprometimento em prender os outros, em estar dando resposta à sociedade.

Estava um clima muito ruim na Polícia Militar. O dinheiro não estava dando pra nada, todo mundo tendo que pegar “bico”. Nós tínhamos um sargento no 5º Batalhão que no horário de folga pegava uma caixa de isopor e ia vender chup-chup na Rua Guarani. Eu já peguei muito “bico”, pra tentar melhorar a situação. Já trabalhei de motoboy na Nikine de 7:00 até as 17:00 horas, e às 17:30 pegava serviço na Polícia Militar. Eu trabalhava a noite toda na PM e ao invés de ir para casa, voltava para a Nikine. Eu ficava 60 horas fora de casa e só 12 horas com minha família. Isso começou a ocorrer em 1993.

O PPO é o Posto de Policiamento Ostensivo, mas a gente chamava de PPO aqueles bares, lanchonetes que nos davam comida de graça, porque a gente não tinha dinheiro para lancher. Trabalhávamos 12 horas e tínhamos que procurar os PPOs. Nesses locais sempre teria um policial inibindo a criminalidade. Os donos dos bares e lanchonetes davam em troca um lanche, muitos davam até um jantar. Éramos obrigados a fazer o PPO que hoje o pessoal chama de 0800. Antigamente acontecia isso devido à necessidade mesmo. Em 1997 o problema estourou. Quando saiu a notícia do aumento só para os oficiais, eu pensei: *não posso aceitar*.

Três dias antes, minha filha precisava levar uma fruta para fazer salada na escolinha, e eu não tinha “um centavo” para lhe dar. Fui para passeata... Eu sabia do risco, tive medo da exclusão, mas a nossa dignidade está acima de qualquer coisa. Eu não podia aceitar um aumento só para os oficiais. Eu expliquei isso para uma aspirante grávida que queria saber o que a gente estava pensando (os oficiais não tiveram coragem, mandaram uma aspirante grávida). Eu disse: “Nós queremos conversar com o Comando, pois somos totalmente contrários a esse aumento, estamos revoltados.”

Todo mundo tinha muito medo. Quando foi no dia 13 de junho, eu estava em casa e o telefone tocou, era o Rodrigues dizendo que o Batalhão de Choque descera para a greve. Eu pensei que era alguma greve pesada, e que o Choque precisava de ajuda para policiar. Porque no Batalhão de Choque a amizade que nós tínhamos deixado era muito grande: até hoje, quando eu chego lá, fica difícil sair, vem todo mundo em cima da gente para conversar.

Eu exercia uma liderança muito grande no 5º Batalhão e o Rodrigues falou: “Você tem que vir para cá, eles estão fazendo greve.” Aí eu pensei: *puxa vida, eu sou policial porque gosto, já tive oportunidade de sair da Polícia, já tive condições de tudo, e agora fazer greve, e se eu for excluído?* De qualquer forma eu não poderia aceitar aquilo que estavam fazendo com a gente.

Eu vesti a farda para encontrar o pessoal. Para ser sincero, nós andávamos fardados porque não tínhamos dinheiro para pegar ônibus. Nós andávamos fardados porque subíamos e descíamos pela porta da frente e se não tivesse fardado não teria condição. Na hora em que cheguei vi o Rodrigues, ele teve a atitude mais corajosa: ele foi para lá e estava de serviço; em tese ele abandonou o serviço, o que é crime militar. Eu ia pegar serviço às 11:30 horas; chegamos e conversando com todo mundo, o Batalhão de Choque desceu. Eu, o Milton e o Rodrigues começamos a explicar para o pessoal que não podíamos aceitar aquilo.

O pessoal do Choque já estava na Praça da Liberdade. Na hora que chegamos lá, o pessoal começou a gritar o nome do Rodrigues, para ele fazer parte da comissão de negociação. Nós chegamos todo mundo junto, o Rodrigues esperou por nós na Avenida Bias Fortes e chegamos juntos, ficamos todo mundo sem saber o que fazer. A própria comissão de negociação não tinha experiência, só sabíamos combater greve. Estávamos em frente ao Palácio dos Despachos. Ficou todo mundo sentado lá.

Gritamos muitas palavras de ordem, queimamos contracheques (os demonstrativos). Nós cometemos todos os crimes militares possíveis. Nós não queríamos nem parar para pensar no que podia acontecer. Muitos tiraram a identificação da farda, mas eu não tirei. Todo mundo em Belo Horizonte me conhecia na Polícia Militar, não tinha nem jeito de tirar a identificação, todo mundo sabia quem era o Sargento Bravo. Nós vimos vários P2 investigando o movimento.

Não foi uma greve, porque nós não paramos. Nesse dia, 13 de junho de 1997, eu voltei para trabalhar às 17:30 horas e o turno terminava às 18:00 horas. Quando eu cheguei, o capitão disse que eu não podia trabalhar, eu disse: "Claro que posso, não terminou o horário." Falta de serviço era transgressão grave, mas chegar atrasado era transgressão leve. Eu queria me apresentar e ele não quis; então eu fui ao comandante: "Ô comandante, eu estou apresentando agora faltando meia hora de serviço." E o comandante: "ótimo, vai lá e fala para o tenente que você está apresentando." O comandante lá do 5º Batalhão era o Tenente-Coronel Paulo Henrique. Ele era uma pessoa de diálogo. Ele é aquela pessoa que fala alto que nem eu falo, mas era uma pessoa que aceitava diálogo.

O Rodrigues estava na comissão de negociação e eu trabalhando normalmente. Quando eu chegava, todo mundo vinha em cima de mim para saber o que estava acontecendo nas reuniões. Meu posicionamento influenciava o dos outros. Eu falava para todo mundo: *a pessoa tem de ir de livre espontânea vontade, não tem que pedir minha opinião*. Eu lembro que falei isso com o Sargento Xavier: "Você é quem tem que decidir se vai ou não, porque se der tudo certo, foi o Sargento Xavier que foi corajoso, mas se desse tudo errado foi porque o sargento Bravo me chamou." Eu deixava claro que no dia 24 de junho eu iria trabalhar.

Do dia 13 ao dia 24 de junho de 1997 eu trabalhei normalmente. Não teve perseguição, tanto é que quando o pessoal ia fazer a chamada, ia todo mundo lá para ver se a chamada ia ser normal. O subcomandante, Major Victor, era amigo meu, já tinha trabalhado no Batalhão de Choque. O Tenente Tavares que perseguiu muita gente, e pouco depois que o Rodrigues ganhou para deputado ele, em uma ocorrência desastrosa, deu um tiro nas costas do filho de um empresário e matou esse menino. Ele foi quem mais perseguiu a gente, ele mentia muito.

Teve um dia que nós chegamos para trabalhar normalmente e ele (Tenente Tavares) começou a falar: *vocês vão descer para a rua*. Todo mundo ficou sem entender. Como todo mundo ficou calado, ele achou que não iríamos descer. Ele falou, falou e eu resolvi dizer: *quer saber de uma coisa, eu não tenho condições mais de trabalhar. O senhor já me abalou psicologicamente, eu estava indo descer e o senhor vem falar isso, não tenho condições mais não*.

Ele ameaçou: *se vocês não descerem eu prendo*. Mas ninguém estava pensando em não descer, ele já chegou prepotente, ameaçando de prisão. Nisso, o Major Victor chegou, e o Subcomandante Tavares falou o que tinha acontecido, e o comandante disse: "Tavares, você não vai assumir o Comando desse turno, você pode voltar para o seu serviço normal que vou colocar outra pessoa para assumir." Ele perguntou quem tinha condições de trabalhar: todos responderam que tinham se não fosse o Tenente Tavares. Trabalhamos normalmente, produzimos normalmente, prendia normalmente, atendemos as ocorrências.

O pessoal do 5º Batalhão participou ativamente da manifestação do dia 24. Mas nós não paramos, não fizemos greve do dia 13 ao dia 24, trabalhamos normalmente, não houve interrupção do trabalho. No dia 13 muita gente foi, porque estava de folga, aposentado, por isso que encheu muito.

No dia 24 de manhã, fui para o Clube de Cabos e Soldados e eu teria que pegar serviço às 11:30 horas. Vesti minha farda e fui para o Clube dos Cabos e Soldados. Já estava muito cheio, todo mundo queria ir para a rua, manifestar. Apareceu gente do Batalhão de Contagem, caminhando. Gente do 18º e do 2º Batalhão lá da Avenida João César. Eles vieram caminhando em fila para não tumultuar o trânsito, e quando chegaram foi aquele alvoroço. Falamos que íamos descer, mesmo que o pessoal da comissão de negociação quisesse impedir de descer não teria jeito.

Durante a passeata do dia 24 de junho eu gritava: *PM unida jamais será vencida!* Mas eu não chamei ninguém para participar comigo. Alguém me filmou na frente do Batalhão e falaram que eu estava intimando o pessoal, mas não estava. Eu estava apenas gritando palavras de ordem. Estavam entaladas na garganta! Não foi um movimento por questões meramente salariais. O salário foi apenas a gota d'água. Lá na praça, encontramos um cordão de isolamento (Forleg): colocaram os cadetes, coitados, pessoas que não tinham experiência nenhuma, pessoal do interior, para nos impedir de fazer a greve. Lembro que veio ônibus do

interior e o pessoal estava chorando: *eu não quero impedir nada*. Policiais militares armados, fardados e chorando; houve policiais que largaram o bastão e o escudo e entraram para os ônibus deles.

Continuamos descendo. Encontrei um amigo que já estava a mais de 20 anos reformado, e perguntei: "Por que você está nesse movimento?" E ele disse: "Eu sempre quis fazer isso, mas precisava estar acompanhado." Eram mais de 200 policiais reformados lá, nesse dia. Eles queriam participar, porque estava atravessado na garganta deles tudo o que sofreram.

Lembro do momento em que o Valério foi baleado; eu estava próximo dele. O Valério foi meu patrulheiro, era meu amigo, nós já tínhamos trabalhado juntos. Eu fiquei todo sujo de sangue, ajudei a carregar o Valério. Em uma fotografia divulgada na imprensa, eu estava todo sujo de sangue. Ele já não estava mais vivo. Tomou um tiro na cabeça. Eu escutei os tiros, foram muitos, disseram que foram três ou quatro, mas eu, que tenho experiência, sei que foram muitos tiros (dezenas). Houve aquele tumulto: o pessoal queria invadir o prédio do Comando-Geral. Eu, o Rodrigues e o Júlio pedimos para o pessoal não invadir. O pessoal estava ali para reivindicar mesmo, não era para quebradeira. Infelizmente têm dois ou três que fazem coisa errada: o Valério sofreu a ação de um policial inconsequente. O Valério estava pedindo o pessoal para não invadir, pedindo calma ao pessoal.

Depois que o Valério foi baleado a coisa começou a ficar tensa. O pessoal do Exército começou a chegar. Caminhões do Exército entraram no Palácio. Quando eu telefonei para casa, minha mãe estava desesperada. Ela já tinha voltado do interior e estava vendo na televisão. Minha filha pequena estava chorando, vendo o pai sujo de sangue na televisão. Estava passando ao vivo, minha filha chorando dizendo: *mataram o papai, mataram o papai*. Aí que eu conversei com ela, a acalmei. Minha menina tinha achado que eu havia sido baleado.

No dia 25 eu fui trabalhar. Aí o Batalhão todo foi em cima de mim: *o que você está fazendo aqui?* Eu não queria tumultuar nada. O comandante e o subcomandante me liberaram. Disseram que era melhor eu ir para casa, falaram: *na hora que terminar essa confusão toda você pode voltar a trabalhar*. Eu só fiz isso porque eles disseram na frente de todo mundo. Eu já tinha um falta leve e uma falta grave porque no dia 24 realmente eu faltei ao serviço. No dia 25 eles me liberaram porque eu causei tumulto ao chegar no Batalhão (todo mundo queria saber informação).

A morte do Cabo Valério gerou uma grande revolta. Era uma pessoa maravilhosa que morreu. Pedimos para as pessoas não irem armadas! Mesmo eu não fazendo parte da comissão de negociação, eu tinha influência; eu influenciava o pessoal para não ir armado, tanto é que eu não fui armado. O Governador Azeredo cedeu à pressão, deu o aumento salarial. Voltamos a trabalhar normalmente. Aí começaram os processos. Meu irmão, em 1997, já era comandante do 20º Batalhão de Pouso Alegre, e ele esteve aqui e conversou com o comandante-geral para que eu não fosse excluído. Ele pediu para o comandante geral me dar 30 dias de cadeia e me transferir lá para o 20º Batalhão no Sul de Minas. Ele falou comigo que já tinha arrumado um lugar para mim: como eu gostava de pescaria, lá o rio Sapucaí passa no fundo.

Eu já estava no Conselho de Disciplina para ser excluído, e falei para ele: "Deixe-me eu pegar o nome dos outros que estão comigo no Conselho de Disciplina." Meu irmão foi muito claro comigo: "Eu vou te segurar porque você é meu irmão, mas eu também não concordo como que foi feito." Ele também era coronel e não concordava. Pedi, então, que ele não intercedesse por mim.

Participei ativamente do movimento. Apareci em todos os jornais. Eu não podia deixar as pessoas serem excluídas! Com que cara iria olhar os companheiros (só eu livre)? Por outro lado, a Polícia Militar era a minha vida. Eu não aceitei a ajuda do meu irmão. Não tive coragem de aceitar. Eu ia me sentir um pelego. Vou, participo de tudo e porque sou irmão de coronel eu tenho tratamento diferente? Isso não faz parte da minha vida.

Minha família ficou amedrontada. Sabia que eu iria ser excluído. Minha esposa que sempre trabalhou (trabalhava na Rua Espírito Santo) falou: "Nós vamos parar de pagar a prestação da casa e vamos pagar só a escolinha da Bárbara (que eram uns poucos reais), a alimentação, a água e a luz." Ela me apoiou. Depois que

fui excluído, o pessoal me arrumou um emprego em uma Companhia de carro forte, mas eu não quis ir! Eu acordei politicamente. Eu tinha que apoiar os principais: o Júlio e o Rodrigues. O Moraes pegou uma carona (no meu entendimento). Falei com minha esposa que ia trabalhar com o Rodrigues e com o Júlio, e ela me apoiou. Quando fui excluído, vários policiais foram levar cesta básica para mim, na minha casa. Eram policiais do Batalhão de Choque, que não foram excluídos. Um dia eu levei um susto: chegaram 12 Kombis na porta lá de casa com policiais; eles foram fazer um policiamento em Betim, a prefeitura alugou 12 Kombis e cada Kombi ia trabalhar em um bairro, e antes de irem trabalhar (eu moro na região de Contagem com Betim), eles foram me visitar porque sabiam que eu morava na região, e eu chorei igual menino. Eu saí do Batalhão de Choque, mas ninguém me esqueceu!

Eles gostavam muito de mim, porque sou muito brincalhão, extrovertido, faço amizade fácil. Eu nunca fiz uma comunicação disciplinar de ninguém. Eu acho, que o importante é conversar com a pessoa. Ela tem que me respeitar como ser humano. Eu não preciso ser cabo ou sargento para a pessoa me respeitar. Eu sempre tive essa conduta de respeitar as pessoas.

Eu nunca tive experiência em movimento social. Tive uma discussão dentro da minha casa, lá no interior: a esposa do coronel falou comigo, na frente do meu pai, que eu, o Rodrigues e o Júlio fomos treinados pela CUT e pela CGT (eu nem conhecia o que era a CUT ou CGT). Tanto que em 1994, eu era tão ignorante político, que um subtenente foi me pedir voto para deputado federal, e eu falei: "Se eu votar no senhor para deputado federal, o que o senhor vai poder fazer para nos ajudar?" Eu não votei nele. Depois eu vi a burrice que fiz, como eu fui ignorante; dei o meu voto para outra pessoa que não é da minha classe, eu poderia ter dado o voto para ele.

Eu apareci na retrospectiva, que passou no final do ano de 1996, na Rede Globo. Fui o símbolo de violência policial do ano de 1996: por obedecer cegamente à determinação do capitão. Foi assim: o pessoal do bairro Citrolândia fez um movimento reivindicando uma passarela porque tinha muita gente sendo atropelada na região (o Jésus Lima fazia parte desse movimento). Eu estava lá para policiar e uma pessoa tentou me dar uma paulada (mas, não acertou em mim), e eu virei uma fera: bati com o bastão. Essa cena foi filmada e eu fui símbolo de violência na retrospectiva da Rede Globo, no final do ano de 1996. Nós éramos treinados para ter esse tipo de reação. O pessoal do Choque treinava a gente como se fôssemos animais. Éramos treinados para ser Pit Bull, só obedecer ao dono.

Nós nos achávamos acima dos cidadão/paisanos. A gente esquecia que prestávamos serviço para ele: o cidadão. Era muita militarização; tinha que pedir autorização para o comandante para casar, se ele não te autorizasse você não podia. Mandavam fazer exame médico na sua noiva: *se ela estivesse infectada com AIDS e eu quisesse casar com ela assim mesmo, qual era o problema?* A minha noiva, que era civil, teve que fazer exame no Hospital Militar para o médico ver se tinha alguma doença ou não para poder casar, um absurdo!

Sobre a minha exclusão: houve os processos, a gente sabia que todo mundo ia ser excluído. Eu, o Júlio, o Rodrigues e o Milton fomos os primeiros a ser excluídos em dezembro de 1997. Fiz parte do mesmo Conselho de Disciplina do Rodrigues. Eu não fumava, e nesse processo comecei até a fumar, lembro que um major, presidente do meu Conselho de Disciplina, falava: *você não pode fumar*, e eu: *lógico que posso, já estava*. Os oficiais ficavam extremamente chateados, porque a gente já estava chamando o Rodrigues de deputado. Sabíamos da necessidade da representatividade política.

Antes da greve, eu ajudei o Rodrigues nas eleições de 1996. Perdemos as eleições porque não tínhamos experiência: nós não montamos um comitê, não tínhamos um telefone para fazerem contato, nós não saímos para visitar os familiares. Mesmo assim, faltaram apenas 314 votos para ele ser eleito. Não tínhamos nenhuma estrutura! Eu lembro que o jornal Estado de Minas fotografou uma Kombi antiga que nós alugamos (aquelas que tinham que empurrar para pegar) e foi chacota. Virou piada a campanha do Rodrigues.

O dia da exclusão foi um dia pesado. O Conselho de Disciplina falou que éramos "tumores malignos", que estavam dentro da tropa e que qualquer probleminha de novo o tumor poderia estourar. Colocaram-nos como "tumores malignos no seio da tropa", isso está no processo. A exclusão foi um terrível presente de natal.

No dia 12 de dezembro de 1997, uma viatura foi lá em casa me buscar. Um subtenente chegou lá em casa e disse que eu tinha que pegar todas as minhas coisas. Eu conhecia esse subtenente, tínhamos um relacionamento muito bom, e ele estava todo sem graça. Ele foi me buscar para o comandante me dar a notícia. O comandante estava no quartel me esperando. No dia da exclusão, eu chorei pela primeira vez. Chorando, falei para o comandante que eu iria voltar.

O que eu tinha feito não foi errado. O movimento melhorou o salário de todo mundo. Eu nunca roubei. Sempre trabalhei com honestidade; eu nunca roubei dinheiro de bandido, poderia ser rico porque já prendi vários traficantes pesados que nos ofereçam propina. Todo traficante, todo bandido que você prende ele lhe oferece propina, todos oferecem. Eu optei pelo caminho da honestidade, e disse que iria voltar.

Hoje, eu não me sinto anistiado, porque eu estou no Corpo de Bombeiro. Não sei nadar e tenho medo de altura, tenho claustrofobia (eu fiquei preso no elevador há, pelo menos, 15 dias... quase que morri). Estou no Corpo de Bombeiro, porque eu não podia perder o tempo que eu tinha de Polícia, até por causa disso, eu lutei tanto e agora que vou usufruir de um aumento salarial melhor. Hoje me arrependo, porque tinha ganhado na primeira instância e normalmente iria ganhar na segunda, só que renunciei à ação por causa da anistia, só que eu iria voltar para a Polícia Militar. Hoje não estou satisfeito; adoro o Corpo de Bombeiro, fiz uma amizade muito grande no Corpo de Bombeiro, sou respeitado lá por oficiais e praças, mas meu negócio é ir para dentro das favelas. Eu gosto é de prender bandido e dar segurança para a população.

Estou no Corpo de Bombeiro, mas não tenho formação nenhuma. O pessoal me recebeu muito bem: fui trabalhar no posto de atendimento do bairro Padre Eustáquio na Rua Santa Quitéria. Quando eu cheguei lá eu era o mais antigo, então tinha que comandar. Entretanto, eu chamei o terceiro sargento e disse que não sabia nada, que era ele quem iria comandar e me explicar o que eu deveria fazer. Aí eu fui fazer comida, porque eu cozinho muito bem, fui ser cozinheiro. Logo eu, o mais antigo, comandando um posto, e cozinhando. Eu queria ser útil para eles. Já que eu não sabia ser bombeiro, cozinhava o almoço e a janta para ser útil.

Hoje eu estou no Corpo de Bombeiros, que fica na Rua Piauí, no Comando-Geral. Eu passei por vários locais no Corpo de Bombeiro. Só no 3º Batalhão que eu senti uma pequena perseguição por parte do comandante e subcomandante, pois eram muito amigos e foi na época do movimento de 2004 que começou aquele tumulto que o Exército foi parar na rua, aqui em Belo Horizonte. Então o Major Filipe que era o meu subcomandante, agrediu fisicamente o Cabo Júlio e em uma reunião o comandante quis defender o Major Filipe; eu falei que não se tratava do Filipe bater no Deputado Federal Cabo Júlio, se tratava de um major agredindo um cabo, no meu entendimento era isso. O Júlio era cabo reformado, tanto é que eu mostrei à tropa toda e o comandante me mandou dar o recado para o Júlio e o Rodrigues que eles não representavam o comandante e disse assim: "Eu não dei procuração para Júlio e Rodrigues me representar." Pensei: *realmente o senhor nunca deu não, oficial não vota em praça. Agora, a maioria da tropa que está rindo para o senhor, dá.* E falei com ele da seguinte maneira: "Se o senhor esta acostumado a comandar homem de recado é melhor o senhor me tirar daqui que eu não sou garoto de recado, eu dou o telefone celular do Júlio e o do Rodrigues que tenho, e o senhor liga para eles e fala o que quiser falar com eles, não comigo." Como fechou o cerco em cima de mim, o Júlio e o Rodrigues foram ao governador e o governador mandou que me tirassem de lá. Foi de cima para baixo. Trabalhei no 2º Batalhão de Contagem, lá eu fiz muita amizade.

Acho que a anistia não foi total. Foi o seguinte: a PM, a cúpula da PM não queria a gente de volta. Então pensaram: se separassem o Bombeiro da Polícia Militar, o Bombeiro nos aceitaria. Seria ótimo para os bombeiros. Por exemplo, o Coronel José Maria, que era comandante do Bombeiro, era subordinado ao Comandante da PM; com a separação ele seria comandante do Bombeiro subordinado só ao governador. Ele teria uma instituição, da qual ele seria o comandante. Foi uma jogada política deles. Separaram o Bombeiro da Polícia Militar; houve esse acordo com o Governador Itamar Franco.

Houve uma discussão cerrada. Os coronéis chegaram a criticar o Coronel José Maria; falaram que ele estava acabando com a Polícia Militar. Para o Bombeiro foi muito bom, porque hoje ele é autônomo. Ele recebia

uma pequena parte que a Polícia Militar enviava para ele; hoje tem orçamento próprio. Hoje as viaturas dos bombeiros são todas novas. Os equipamentos que os bombeiros têm hoje são de primeiro mundo.

Até hoje tem muita gente que nos trata diferente dentro do Bombeiro. Só para se ter uma base: eu era 3º Sargento e fui promovido a 2º Sargento pelo Corpo de Bombeiro. Um capitão lá me deu seis, normalmente, moralidade, todo mundo ganha dez. Como você vai julgar a moral do outro? Ele me deu seis, e eu fui perguntar por quê: "Olha, eu trato bem da minha família, eu cuido da minha família, eu nunca cometi um crime que desonre o Bombeiro, desonre a minha vida profissional e pessoal, porque o senhor me deu seis?" Ele deu dez de moralidade para outro sargento que depois de 15 dias foi excluído por uso de maconha dentro do Corpo de Bombeiro. De qualquer forma, eu fui promovido por antiguidade e não por merecimento, na época. Porém, aconteceu o seguinte: o outro que foi promovido no meu lugar saiu do Corpo de Bombeiros porque usava drogas dentro do Batalhão e eu fui promovido no lugar dele. Foi coisa de Deus!

Foi uma briga ferrenha. Aconteceu muita coisa lá dentro do Corpo de Bombeiro. Fui panfletar, ou melhor, fui levar panfletos na época da votação do Código de Ética, e um tenente-coronel perguntou: "Que panfletos são esses?" Eu disse: "Estamos convidando vocês para votar o Código de Ética que é importante para todos nós, inclusive para o senhor que é tenente-coronel, porque o coronel agora não vai poder fazer com o senhor o que quer. O senhor vai ter que passar por um conselho para avaliar sua conduta, ele não vai mais poder punir o senhor da forma que ele quer." E ele respondeu: "Mas eu não quero." Eu falei: "Então vai lá para se posicionar ao contrário disso aí." Ele me mandou aguardar e eu disse: "Só aguardo se estiver preso." Liguei para o Rodrigues e ele ligou para o comandante. O comandante disse: "Deixa o Bravo panfletar aí." Eu estava fazendo uma coisa que não tinha nada a ver, não era escondida. Tinha essa perseguição no Corpo de Bombeiro porque eu era reintegrado. Hoje, se tem um problema, eles perguntam: *ele é reintegrado?* Fomos reintegrados, não anistiados. Não foi anistia, porque os anistiados políticos das revoluções estão todos recebendo. Foi aprovada uma lei, a Lei Complementar nº 95, que me dá esse direito, e porque não está me dando esse direito? Por que eles não querem me pagar?

Nós temos policiais como o Cabo Jacinto que chora todo dia por não estar na PM. Isso porque ele é Polícia, ele não tem nada a ver com o Bombeiro. Nós temos o Cabo de Sal e vários outros que são policiais. Por outro lado, temos vários que se adaptaram bem com o Bombeiro e não querem ir para a PM. Foram anistiados, verdadeiramente, os que eram do Corpo de Bombeiro (que eram poucos). Esses realmente foram anistiados.

Eu fui reintegrado no dia 06 de julho de 1999. Nós fomos excluídos no dia 12 de dezembro de 1997, e no dia 13 começamos a visitar os Batalhões, falando que tínhamos sido excluídos e que precisávamos de representatividade política. Nós fomos fazer uma visita a uma Companhia no Jardim América, dali a pouco chegou o comandante, o subcomandante... tudo porque queriam saber o que estávamos fazendo lá, tanto que nunca nos amedrontamos, e nós continuamos a visitar os quartéis.

Em fevereiro de 1999 o Rodrigues assumiu, como deputado estadual, e eu vim para a Assembleia. Fiquei sem renda até janeiro de 1999, sem renda nenhuma. Quando fui excluído, eu tinha 14 anos de serviço e a única coisa que recebi foram 12 dias. Esse foi o meu desespero! Não tínhamos experiência em campanha eleitoral. Durante a campanha, a gente sentava depois das 21:00 horas e cada um dava R\$ 10,00, R\$ 20,00 para pagar o comitê e pagar a gasolina. Pensávamos: *Em Belo Horizonte, vamos ter mais ou menos 5.000 votos, em tal lugar 1.000 e quando chegava nas 43 cidades que era urna eletrônica estava dando 45.000 votos.* Parávamos: *estamos totalmente errados, não vamos ter isso tudo de voto, vamos ter uns 20.000.* A experiência era tão pouca, a gente sonhava que iria ter uma votação boa, mas não podíamos acreditar piamente nela. O Rodrigues teve 22.000, em Belo Horizonte; foram 70.000 e tantos votos.

Aconteceu muita coisa engraçada na campanha: estávamos em Araguari e não tínhamos dinheiro para voltar, só tinha ¼ tanque de gasolina. Eu cheguei perto do Sargento Barbarez e disse: "Nós não temos dinheiro para irmos embora; nós não temos dinheiro para comer e temos mais três cidades para visitar (Palmaria, Patrocínio e Serra do Salitre)." Ele falou: "Eu estou mudando, não tem como dar almoço para vocês, mas vamos à casa de um rapaz que está tendo uma festa, que ele foi promovido a Sargento." Chegamos lá,

comemos; tinha um churrasco muito bom e eu vi o Barbarez contando (ele tinha arrecadado um dinheiro); ele voltou e nos entregou um dinheiro, enchemos o tanque de gasolina. Foi a primeira vez que dormimos em um quarto de hotel. Geralmente, eu e o Rodrigues dormíamos em “casas de favor” ou dentro do carro.

O recurso que entrou para a campanha foi quando o Rodrigues vendeu o carro que ele tinha. A campanha do Itamar (para governador) deu um gol para podermos viajar. Nisso, o Rodrigues pegou o carro dele e vendeu. Lembro que estávamos indo para o Norte de Minas, e o Rodrigues falou: *faz uma rota aí*. Eu pegava o mapa e ia para cima, pegava a BR e lá na frente eu fazia uma ferradura e voltava por outra BR. Assim que eu fazia minha rota, não conhecia ninguém lá, não sabia nada, e só comunicávamos com o pessoal quando chegávamos dentro da cidade.

Fiquei sabendo que nós estávamos mal de votação no Triângulo Mineiro. No outro dia que iríamos para o norte, eu fui para o triângulo, e o Rodrigues perguntou: “Por que você está indo para o triângulo?” *Porque estamos mal lá, vamos para um lugar onde “estamos ruim”*. Mas, quando chegamos, o pessoal recebeu a gente com festa; teve um sargento que ficou emocionado. A gente chegou em Uberaba às 15:00 horas e não tínhamos almoçado. Um sargento falou: *vou fazer um arroz aqui para vocês*. Ele estava mexendo o arroz, mas não tinha ligado o fogo (ele é um amigão nosso hoje). A vantagem da campanha foram essas amizades!

Hoje existe uma continuidade do movimento. As pessoas recorrem ao Deputado Rodrigues. Na área jurídica não é tanto, porque não temos estrutura jurídica para dar assessoria para todos. Nosso gabinete é como se fosse um sindicato dos policiais militares e civis. As associações têm ciúmes. Quando assumimos, em 1999, começamos a ajudar os excluídos com alimentos. Quando foi mais ou menos março, abril de 1999 eu falei: “Ô, Rodrigues você não vai comprar um carro para você?” Estávamos andando de golzinho de um lado para outro, e ele respondeu: *só vou comprar um carro para mim na hora que conseguir a reintegração dos policiais, enquanto isso eu não vou comprar, pois não vou me sentir bem com nada que eu comprar para mim*. Ele continuou morando lá no bairro Água Branca, mesmo sendo deputado; morando nos fundos da casa da sogra dele. Ele falou assim: “Enquanto nós não anistiarmos esse pessoal, não tenho coragem de comprar nada para mim; sei que eles estão passando dificuldades.”

Nós não concordamos com assistencialismo, mas se eram pessoas que foram excluídas junto com a gente, que chegavam aqui e diziam não ter água e nem luz em casa, como íamos fazer? Em 1999, no primeiro semestre, nós mantivemos várias famílias com água, luz, e outros. Depois da reintegração, graças a Deus, não teve um que voltou aqui para pedir uma cesta básica, para pagar água ou a luz, voltaram a ganhar um dinheirinho.

Hoje, estamos vivendo uma crise no Corpo de Bombeiros. O comandante não quer cumprir a Lei Complementar nº 95 que determina que o 3º sargento que completar 7 anos, independentemente de ter vaga ou não ter, ele tem que ser promovido a 2º. Ele falou que não vai promover. O Rodrigues comprou essa briga, e são focos que acontecem durante o mandato, por exemplo, tem comandante no interior que fala que o policial de folga não pode sair da cidade onde mora e a Constituição dá o direito de ir e vir; o militarismo não pode se sobrepor ao regulamento; uma lei estadual não pode se sobrepor à Constituição Federal. Existem esses focos de tensão, mas a gente costuma apagar esses incêndios.

Estamos fazendo essa pressão: o Corpo de Bombeiros iria promover apenas dois policiais 3º Sargento a 2º, agora vão promover 144. Ainda não é o ideal, porque ainda não vai cumprir a lei, pela lei já teriam sido 200. De qualquer forma, já é uma vitória. Hoje nós atendemos, por dia, mais de cem telefonemas do interior, só que a maioria é buscando justiça: *tô sendo perseguido aqui; fizeram uma comunicação disciplinar minha*. Por exemplo, nós fazemos defesa de comunicação disciplinar.

A PM não queria cumprir aquela jornada de trabalho para quem tem filho especial, nós já vencemos aqui quatro ações na justiça dando esse tempo. Outro exemplo: um policial, no enfrentamento, ele mata o bandido, vai preso em flagrante; nosso advogado vai lá e quebra o flagrante, mas depois passa esse processo para algum advogado das associações, porque não temos estrutura. A gente dá aquele socorro imediato.

Se a Lei Complementar nº 95 for cumprida pelo comandante do Corpo de Bombeiros, eu vou juntar todas as minhas férias para me reformar. Caso eu estivesse na Polícia Militar, eu cumpriria 30 anos, mas no Corpo de Bombeiros eu não vou cumprir. Eu não sei ser bombeiro. Já imaginou se eu andasse fardado, e tiver algum problema... não tem condições.

Hoje tem um tal de Jorge Bombeiro, que é cabo aposentado do Bombeiro, que é um dos maiores traficantes de droga que eu prendi. Ele está terminando de cumprir a pena e já falou que vai sair e me matar. Hoje, eu sou sargento do Bombeiro e ele é cabo do Bombeiro, e continua recebendo do Bombeiro; já cumpriu mais de 15 anos de pena por tráfico de droga. Mas já disse que ao sair de lá vai matar o Sargento Bravo, por quê? Porque eu não aceitei a propina que ele queria me dar, queria me dar um carro (monza). Ele ofereceu e eu não aceitei. Fingi que aceitei, não sabia da droga, e quando ele veio com a droga eu falei: "Ô, rapaz, você está é preso em flagrante, e eu sou polícia e você é bandido." Não adianta, que eu não ia bater nele para saber onde estava a droga, então eu fingi que aceitei tudo e quando veio eu dei voz de prisão. Ele nunca imaginou, porque lá na gíria é "vacilo"; não imaginou que daria um vacilo tão grande daquele; que ele ia chegar perto de mim achando que eu era um dos policiais corruptos que ele podia ter encontrado pela vida. E não, disse que aceitava, falei: *até gosto de cheirar também!* Trouxe tudo, a cocaína, a maconha, as armas e o monza, e na hora em que chegou eu falei que estava preso em flagrante por tráfico de droga.

São os riscos da profissão. Entretanto, no Corpo de Bombeiro eu não tenho segurança nenhuma. São os riscos, eu não posso entrar na Ventosa, no Jardim América, na Cabana, a não ser que seja com um amigo meu, ou se tiver policial perto, porque a maioria já me viu fardado, sabe que ando armado e tudo, é lógico que ando armado.

O movimento de 1997 valeu a pena. Eu pensava assim: a história ainda vai ter meu nome! Eu fiz alguma coisa! Imagina você morrer sem ter feito nada, você ter uma vida aqui de 50, 60, 70 anos sem uma causa coletiva. Aqui, no gabinete, eu sou sobrecarregado de trabalho, porque todo mundo conhece o "Sargento Bravo". O Rodrigues é deputado, então, eles pedem: *me deixa falar com o Bravo*. Eu sei o linguajar deles, sei o que estão querendo; às vezes me contam um caso eu já sei, não precisam pedir, já sei o que querem. Hoje eu sei dar importância a representatividade política. Sei que os movimentos devem ser tratados com muita seriedade. Na política as coisas não funcionam na velocidade que precisamos, a burocracia é muito grande. Melhorou demais, mas ainda tem o que melhorar. É o caminho, não tem outro.

Esse nosso caminho na política surgiu de um movimento. Deus me deu forças para não me acovardar, mesmo com a exclusão!

1.7 SARGENTO MILTON (MILTON BATISTA FIGUEIREDO)

Acervo da autora, jul. 2007.

Entrevista com o Sargento Milton (Milton Batista Figueiredo), integrante do movimento grevista dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais, ocorrido na cidade de Belo Horizonte, no ano de 1997. Expulso da Corporação, no dia 09 de dezembro de 1997, por participar da greve, foi anistiado em 1999. A entrevista foi realizada no dia 04 de julho de 2007. Muito atencioso e interessado, Milton quis saber detalhes do projeto de pesquisa. Sargento Milton, hoje assessor parlamentar, concedeu a entrevista em sua sala, no gabinete do deputado estadual Sargento Rodrigues (na Assembleia Legislativa de Minas Gerais).

Eu vivi em um aglomerado, numa favela, durante 25 anos. (...) Em 1997 eu já estava como segundo sargento, no 5º Batalhão. Hoje sou chefe de gabinete de um deputado.

Nasci em Barão de Cocais, uma cidadezinha a 100 km de Belo Horizonte. Quando minha família veio para BH, eu tinha apenas dois anos de idade. Meu pai conseguiu invadir um terreno na região do bairro Vista Alegre. Eu vivi em um aglomerado, numa favela, durante 25 anos. Lá eu fui criado, educado pelos meus pais. O fato de eu estar aqui, hoje, (como assessor parlamentar) foi muito além das minhas aspirações. Venho de uma família muito humilde, muito pacata, com pouco conhecimento. Tenho sete irmãos, cinco de sangue e dois de criação. Minha mãe mora nesse aglomerado até hoje. É um local com grande concentração de tráfico de drogas. Hoje é complicado tirar minha mãe de lá.

Eu fui criado nesse meio. Vários de meus amigos viraram bandidos ou então ficaram naquela péssima situação. Eles não estudaram, e ficaram quietinhos por lá. Eu sempre trabalhei, sempre corri atrás: formei na quarta série primária e depois dos 14 anos precisei “me virar” na vida para me vestir e estudar.

Os meus pais não tiveram condição financeira nem cultura suficiente para incentivar o nosso estudo. Quando eu completei o primeiro grau achei que estava ótimo. Achei que eu não precisava de mais nada. Entretanto, nesse momento, eu servi às Forças Armadas. Eu completei 18 anos e fui para a Aeronáutica. Eu tinha me alistado como voluntário, eu queria ser pára-quedista. Fiquei apenas um ano e resolvi sair. Caso eu soubesse que depois dessa história iria para a Polícia, talvez não tivesse saído da Aeronáutica.

Logo que eu saí da Aeronáutica, eu comecei a buscar um mercado de trabalho. Antes de completar 18 anos de idade eu trabalhei com pintura de casas; como servente de pedreiro; como carroceiro comprando ferro velho e fazendo transporte em depósito de material. Concluí o primeiro grau aos 18 anos, mas logo que saí das Forças Armadas eu voltei pra escola. Foi onde eu conheci o Rodrigues (hoje deputado), aliás, primeiro conheci o irmão dele. Em 1981 eu comecei a fazer o segundo grau. Em 1982 foi quando eu conheci o irmão do deputado Sargento Rodrigues, que era da minha sala. Foi aí que conheci a família e criou esse vínculo de amizade. Somos amigos até hoje. A partir do Jovanildo, eu conheci a mãe deles, e depois conheci o Rodrigues. Eu morava no bairro Vista Alegre e ele na Cabana, que é um pouco mais pra frente, mas a região era a mesma. Nós começamos a sair juntos, ir pras festinhas, pras discotecas à noite.

Logo depois que saí das Forças Armadas, eu comecei a trabalhar como caixa numa loja de fliperama no centro de BH. Depois, um amigo nosso arrumou um emprego na “Pisa Veículos”. Daí, eu comecei a trabalhar como auxiliar de tesouraria e depois fui promovido à caixa geral e acabei levando o Rodrigues para trabalhar como *office boy* pra mim. Eu sou mais velho que ele três ou quatro anos. Meu irmão, Marcelo Figueiredo, que

trabalha com a gente hoje aqui e é policial, também estive por 5 anos num seminário no Rio de Janeiro e voltou para Belo Horizonte. E aí foi aquela luta, todo mundo desempregado. Era aquela época de 1981, 1982, uma crise violenta em que ninguém conseguia nada. Nesse momento, abriu um concurso na Polícia do Trânsito, na Avenida Amazonas.

Meu irmão e o Jovanildo estavam desempregados e eu trabalhava na Pisa Veículos. Falei com eles: "*Por que vocês não fazem o concurso lá no Batalhão de trânsito? Vai mexer com trânsito mesmo, não vai mexer com bandido nem nada.*" Os dois resolveram prestar o concurso. Na época, o concurso era setorizado e não precisava ter 2º grau. A PM exigia apenas quarta série, mas, me parece, que o Batalhão de Trânsito exigia a oitava série (um pouco mais elitizado). Quem tinha carro estava um pouco mais elitizado. Aí entraram o Jovanildo e meu irmão, o Marcelo, no Batalhão de Trânsito.

Eu continuei trabalhando na loja, e o Rodrigues sempre querendo trabalhar na Polícia Militar: quando completou 18 anos ele fez o primeiro concurso para a Polícia. Seguindo a trajetória do Batalhão de Trânsito, cada um foi fazer, depois, o curso de sargento. Nesse ínterim, eu fui demitido da "Pisa Veículos", no auge da crise de 1983/1984. Fiquei cerca de sete meses desempregado. Naquela época, eu estava me preparando pra casar. Eu tinha 24 pra 25 anos e já estava noivo, com apartamento comprado e com a maioria dos móveis. Ouvi no rádio o concurso da Polícia Rodoviária. Fui lá, fiz o concurso, passei e comecei a fazer o curso de soldado na Polícia Rodoviária Estadual. Nesse ínterim até a Souza Cruz me chamou para trabalhar, mas eu comecei a gostar da coisa e não quis ir. Começou a minha história na Polícia Militar. Fiz o curso de sargento.

Em 1996, foi a nossa primeira participação política. A Polícia Rodoviária Estadual é um órgão da PM, só que tem um Comando de policiamento especializado, que hoje tem a Polícia Rodoviária, a Polícia de Trânsito, a Polícia Florestal, o GATE, o BPE (batalhão de eventos). Eu entrei para a PM em 1985, e em 1988 eu fiz o curso de sargento e no final daquele ano eu fui para o Batalhão de Choque. Aí, eu tive a oportunidade de trabalhar com o Rodrigues, apenas um tempo lá. Depois eu voltei pra Polícia Rodoviária e o Rodrigues foi pro COPOM central. Depois que voltei da Polícia Rodoviária eu fui para o 1º Batalhão, e depois, novamente, voltamos a trabalhar juntos no COPOM, antigo Centro de Operações e que hoje é SICOPE. De lá, do COPOM, fomos transferidos para o 5º Batalhão. Essa foi a época da greve, em 1997.

Em 1997, eu já estava como 2º sargento, no 5º Batalhão. Eu trabalhava na 7ª Companhia, que era a de tático móvel, no policiamento operacional, e o Rodrigues trabalhava na sala de rádio. E aí, greve. Dia 13 de junho. Eu entrei no serviço no dia 12 de junho e já estava aquele rebuliço no Batalhão de Choque. O pessoal estava meio desanimado porque eles tinham anunciado o aumento para os oficiais. Parece que os delegados teriam ganhado uma ação na justiça e como tinha um acordo entre os oficiais, seria uma paridade de salários entre oficiais e delegados. Resolveram aprovar esse aumento aos oficiais em detrimento ao dos praças. No dia 12 de junho, se não me engano, uma quarta-feira, durante o expediente na parte da manhã, eles informaram que ia ter o aumento dos oficiais. Todo mundo ficou "puto". No Batalhão de Choque estava uma movimentação. Eu entrei de serviço à noite, no dia 12 de junho, e começaram a falar que o pessoal do Batalhão de Choque não tinha saído para trabalhar. As ROTAMs não tinham saído.

No rádio já estavam comentando: *o Batalhão de Choque está aquartelado e nenhuma ROTAM saiu à rua, queimaram até colchão lá dentro*. E eu estava de serviço à noite nesse dia. Do dia 12 para o dia 13 de junho. Eu até tentei marcar um contato com todas as viaturas do 5º Batalhão que trabalhavam na área do Barreiro, sugerindo que a gente fosse pro Batalhão de Choque. Mas todo mundo ficou com medo e continuamos no turno de serviço normal.

A rede de rádio não tinha como identificar qual que era a viatura que estava enviando aquelas mensagens. Foi a noite inteira o rádio falando: *Batalhão de Choque, vamos parar*. No outro dia de manhã, 13 de junho, nós tomamos conhecimento que o Batalhão de Choque tinha descido em passeata em direção ao centro. E o Rodrigues estava trabalhando lá no 5º Batalhão nesse dia. Eu estava de folga. Larguei serviço de manhã e fui embora pra casa.

O Rodrigues me ligou e falou: "Ô, Milton, o trem pegou aqui. Tá todo mundo descendo pro centro." Como o pessoal saiu do Batalhão de Choque, eu não tomei conhecimento. Fizeram uma passeata, com todo o Batalhão de Choque andando por Belo Horizonte pra Praça da Liberdade. Levantei, vesti minha farda e fui pro Batalhão. Encontrei o Rodrigues no caminho e fomos embora. Eles vieram descendo pela Avenida Catalão, pegaram a Avenida Pedro II e saíram pela Avenida Amazonas; subiram a Avenida Afonso Pena em direção à Praça da Liberdade. E a gente estava no 5º Batalhão. Encontrei com o Rodrigues perto do 5º Batalhão, e fomos de carro pra Praça da Liberdade. Chegando à Praça da Liberdade e encontramos muitos policiais do Batalhão de Choque. O pessoal conhecia o Rodrigues, conhecia a gente. E aí eles começaram a chamar o nome do Rodrigues. A comissão já tinha sido escolhida.

Estavam lá: o Cabo Júlio, o Gilmar Miguel, o Maurício, o Subtenente Wellington, o Cabo Moraes. Essa turma toda já tinha sido escolhida. Só que quando o Rodrigues chegou, o pessoal começou a pressionar pedindo a entrada dele. No final, deixaram o Rodrigues subir. Ele subiu e se incorporou àquela comissão. Naquele dia acabaram as negociações, aconteceram vários movimentos, conversações entre eles e a gente continuou trabalhando normalmente.

Eu estava de folga no dia 13 de junho, mas participei do movimento. Fui lá, entre milhares de policiais. Foi uma loucura o "trem"! Todo mundo parou em frente ao prédio do COPOM. Depois dessa movimentação, nós descemos pro centro, todo mundo fardado. Não era só o Batalhão de Choque que estava parado. Começaram a chegar outras pessoas. Eu acho que, no final, deveria ter uns 2.000 policiais na Praça da Liberdade. Nós descemos pro centro (tem até uma foto no Pirulito da Praça Sete) e fechamos a Rua São Paulo, a Av. Amazonas e a Av. Afonso Pena. Descemos pra Praça da Rodoviária, e lá deliberamos o que iríamos fazer.

Na época, o governador nem estava aqui. Ele tinha ido, me parece, pro Vale do Silício. Ele mexe muito com esses negócios de informática, não sei, ele estava fora do Brasil e quem estava cuidando disso na época era o vice-governador. Desse dia 13 ao dia 24 trabalhamos normalmente. Eu cumpri a minha escala normal. Eu ia pro trabalho e fazia o simples. Claro que o trabalho era assim: você saía pra trabalhar, mas fazia o básico. No serviço policial você fica fuçando a noite inteira, uma parte entra pra favela, corre aqui, corre ali, esse trabalho realmente foi pouco. As ocorrências que eram transmitidas pelo rádio a gente conferia, mas sem aprofundar. Isso ocorreu até o dia 24 (dia marcado). No dia 24 eu entrei de serviço e, coincidentemente, meu aniversário é no dia 24 de junho.

Marcaram uma assembleia no Clube dos Cabos e Soldados pro dia 24 de junho. Houve uma reportagem no jornal – na época era até o Coronel Gomes (relações públicas da PM) – anunciando que todo policial que estivesse de folga poderia participar do movimento devidamente desarmado. Marcaram para 10 ou 11 horas da manhã. Fomos todos pra lá. Fomos pro Clube dos Cabos e Soldados pra decidir se aceitavam a proposta do Governo. Tinha umas 5 ou 6 mil pessoas e ali foi discutida aquela situação. O Governo ofereceu uma proposta, mas não foi aceita. O pessoal da comissão se reuniu dentro de uma sala do Clube dos Cabos e Soldados para fazer contato com o Tenente-coronel Miranda.

Enquanto a comissão estava lá dentro, o pessoal gritando "*vão embora, vão embora*" e começou a descer todo mundo em passeata pra Praça Sete. Eu falei para o Rodrigues: "Vamos esperar pra ver o que acontece." Na época, eu tive um contato com o Coronel Seixas, do Centro de Promoção Social, para explicar a situação. Ele percebeu que não foi a comissão que instigou o pessoal a sair em passeata. O pessoal realmente não aceitou. Estavam todos revoltados, partiram pra rua e foram embora. Se isso não ocorresse, talvez a Polícia estivesse na "mesmice" até hoje.

O pessoal desceu. Eu esperei o Rodrigues e perguntei: "E agora? O que é que a gente vai fazer? Vamos descer todo mundo." Tínhamos orientação do Comando e do Governo para não ir pra Praça da Liberdade. Na Avenida Amazonas fechamos o trânsito com a passeata. Havia uns 6 mil policiais! E ainda veio o pessoal de Contagem. Chegaram os bombeiros de Contagem, o pessoal do 18º Batalhão. Encontramos todo mundo ali. Foi aquele "mundo de gente" pro centro. Na Praça Sete, decidimos que iríamos pra Praça da Liberdade, mesmo com a orientação do Comando pra não ir.

O pessoal que estava fazendo curso de sargento, de cabo, de oficial ficou numa situação delicada. Eles foram orientados a integrar as tropas de legalidade, a *Forleg*, para defender o Comando Geral. Essa tropa estava posicionada na Praça da Liberdade, formando um cordão de isolamento. De repente, apareceu um caminhão de som não sei de onde. Era um caminhão de som da CUT. Até hoje eu não sei de onde surgiu aquele caminhão. Afinal, o movimento não teve uma organização, uma condução. Não teve organização até mesmo por nossa inexperiência do ponto de vista sindical. Foi um movimento que nasceu assim, espontâneo, fruto da nossa necessidade. Não foi nada programado, premeditado. Não existiu isso.

E aí apareceu esse caminhão, o Júlio e o Rodrigues subiram. Juntou aquele "monte de gente" e eu fiquei muito distante. Chegando à Praça da Liberdade, o comentário que se ouvia era: *o primeiro que passasse o cordão de isolamento eles mandariam atirar pra matar*. A história que se ouvia era a que todos os militares que trabalhavam no prédio do COPOM, do Comando-Geral, estavam impedidos de sair. Todos os oficiais estavam armados e impedidos de sair. Tem até uma foto no jornal mostrando que alguns saíram pelas janelas do COPOM. Pensamos: *eles não podem ficar presos aí não*.

Nesse meio, lá na frente, o Júlio dizia: "Não vamos invadir, não vamos entrar não!" Surgiram os tiros. *Quem atirou primeiro?* Não sei. Só sei que começou "tiro comer: tá tá tá tá tá". Foram vários tiros. O companheiro Cabo Valério morreu nesse tiroteio. Eu acredito que a morte do Valério foi realmente uma fatalidade. Foi um azar que ele deu. Tinha muita gente armada ali. Eu não fui armado, mas tinham várias pessoas armadas.

Na verdade, a história que a gente tem é que naqueles prédios ali em volta havia vários atiradores de elite. Acusaram o Coronel Eleutério, que era o coronel CPC (Comando de Policiamento da Capital) na época, de ter atirado no Cabo Valério. Houve essa situação da troca da arma dele com a de um cadete, isso realmente aconteceu. O Coronel Eleutério sempre foi um estrategista.

O nosso movimento foi muito bem aceito pela sociedade. Nós fomos aplaudidos, jogaram papel picado, foi "um trem de doido". Qualquer coisa que criasse um clima de tensão ou de problema para a cidade poderia desmobilizar ou até mesmo descaracterizar o nosso movimento que era pacífico. Infelizmente, aconteceu a morte do Cabo Valério. O Edson Campos foi condenado pela morte dele. Ele era um soldado, um exímio atirador e muito ligado aos oficiais, sempre muito ligado. E ele era um "pau mandado" dos oficiais. Hoje, inclusive, o Edson Campos está morto. Ele foi assassinado. Foi montado um circo, queriam criar um problema.

Depois do tiro deitei no chão e fiquei esperando o que pudesse acontecer. Eu acredito que o tiro que matou o Valério possa ter sido do Edson. Mas acho que ele teve a intenção, apesar dele ser um exímio atirador. Era muito bom atirador. E o revólver dele também era um 38 calçado com um cano de um largo 357. A perícia nossa, de BH, constatou que a bala que o matou saiu do revólver do Edson. Eu acredito que talvez ele não tenha tido intenção. Ou então, o revólver pode ter sido plantado lá. Porque, pra quem conhece o Coronel Eleutério, sabe que ele poderia montar uma história assim. Ele foi o fundador da ROTAM. Um cara que quando a ROTAM estava no auge em BH, ela era igual à rota de São Paulo. Eles chegavam pra abafar mesmo, não tinha conversa. Eu mesmo entendo a fatalidade. Era um risco no meio de seis mil policiais. Alguns armados, soltar uma bombinha no meio seria o suficiente "pro trem virar uma merda". Graças a Deus não teve uma consequência pior. A morte do Valério cessou o movimento. Parou tudo quando o Valério caiu. O pessoal queria matar o Coronel Eleutério. O Bravo ajudou o Coronel Eleutério fugir, colocou-o na ROTAM e saiu fora.

Foram vários tiros. Por isso que pode ter sido tiro de festim. Eu vi a fita da morte do Valério trezentas mil vezes. Ninguém, responsável o suficiente, iria arrancar uma arma, no meio do tumulto, e dar um tiro. Eu não fui armado pra lá. Eu não tinha intenção nenhuma. Que intenção teria de ir pra um movimento daquele armado? Entrar num confronto? Claro que nunca foi essa a intenção da gente. Eu estava lá na hora da morte do Valério, mas não vi. Na hora em que aconteceu o tiro, gritaram "*Para, para, para! Atiraram em alguém!*" Fiquei preocupado, poderia ter sido o Rodrigues ou até o próprio Cabo Júlio. Eu fui chegando perto do prédio. No que eu chego lá, eu percebi que quem tinha tomado o tiro tinha sido o Valério. Conhecia o Valério, trabalhei com ele. Um cara excelente. A morte dele, talvez tenha sido o sacrifício para as coisas mudarem em Minas

Gerais com relação à Polícia Militar. A sorte é que morreu apenas uma pessoa; o “trem” poderia ter virado uma bagunça.

O movimento tem muita história interessante. Tem a história do bombeiro que levou a esposa e o nenenzinho para a passeata. Tem o caso de dois policiais irmãos que se encontraram: um das forças legalistas (cordão de isolamento), e outro do lado do movimento. Quando um viu o outro, o legalista abandonou o lado de lá e passou pro lado de cá e abraçou o irmão dele. Muitos da força legalista abandonaram e passaram pra cá. Na hora da confusão, ninguém atirou diretamente contra os policiais. Eu não sei quem foi que deu o tiro primeiro, se alguém se perdeu; como é que começou, não dá pra saber. Só sei que havia atirador de elite espalhado por aqueles prédios. Eu tinha trabalho naquela noite. Eu estava escalado pra trabalhar às 17:30. Mais ou menos umas cinco horas da tarde o movimento acabou; o Valério foi levado pro Pronto Socorro. Eu acredito que ele tenha morrido naquele mesmo dia. Eles ficaram segurando a morte dele aqueles dias todos justamente pra não deixar o caldeirão ferver mais ainda. Mas eu acredito que ele morreu naquele dia mesmo. Eu voltei pro Batalhão pra trabalhar, mas naquele alvoroço todo nenhum dos Batalhões colocou viaturas na rua.

Nós saímos realmente pra trabalhar no dia 24 pro dia 25 de junho. Nós saímos do Batalhão quase onze horas da noite. Não houve retaliações e foi até muito tranquilo. Nesse dia quem estava comandando o policiamento é até um amigo meu, que hoje é major, o Capitão Carlos Alves. Ele foi minha testemunha no meu processo de reintegração à Polícia Militar. Passou essa situação e começaram as discussões. Chegaram num consenso de pagar o salário e nós voltamos a trabalhar de novo.

Anunciaram a morte do Valério, e começou a caça às bruxas. Eles precisavam punir alguém. Não dava para mandar 6 mil PMs pra rua. Aí, cada Batalhão abriu um Conselho de Disciplina. O Tenente-coronel Miranda abriu as portarias dos IPM (Inquérito Policial Militar). Esse Inquérito Policial Militar não tinha o papel da ampla defesa nem do contraditório, ele é inquisitório. Cria-se o inquérito, eles vão lá ouvir, e ninguém apresenta testemunha de defesa, nem nada. Eles ouviram, me parece, no 5º Batalhão, 42 pessoas pelo crime de motim ou revolta, que daria de 6 a 9 anos de “cana”. E aí, do 5º batalhão, começaram a analisar: *quem faltou ao serviço, quem fez isso, quem fez aquilo, quem teve atuação destacada, quem apareceu, quem saiu em foto do jornal...* Na verdade, eles pensaram: *quem é que nós vamos pegar pra bode expiatório*. Nesse sentido, tinha de ter pelo menos um “minimozinho” de coerência na hora de pegar um ou outro.

Eles nos jogaram no artigo 76, item 3, que era o “decoro da classe”. Disseram que nós participamos de um “movimento vexatório que complicou a Polícia Militar”. Os conselhos de disciplina contavam com um grupo de oficiais: o presidente do conselho, o vogal interrogante e o escrivão. Vou ler o início da portaria do processo administrativo: *“O coronel chefe do Estado Maior da Polícia Militar, no uso de suas atribuições regulamentares previstas no artigo 40, inciso 2, artigo 77 do inciso 2 do Regulamento Disciplinar, contido no Decreto 23/85 de 10 de outubro...”* Assim, no nosso conselho foram nove policiais acusados. Vou continuar lendo (inclusive o nome dos nove): *“Geraldo Antônio Alves, Washington Fernando Rodrigues (que é o deputado), Milton Batista Figueiredo (eu), Laércio Xavier da Silva, José Rogério dos Santos, Valdir Santana, Sílvio Henrique Beletabla Bravo (que é o Sargento Bravo), Carlos Eduardo do Nascimento, Antônio Francisco Ferreira Silva conforme lhes foi apurado em IPM de portaria 42, cometeram, dentre outras, as seguintes transgressões disciplinares residuais subjacentes nos dias 13 e 24 de junho de 1997: participaram, de caráter coletivo e de cunho reivindicatório e contestatório, envolvendo-se em escândalo comprometedor do prestígio da Corporação, tiveram condutas incompatíveis com os princípios e valores policiais militares, instigando e induzindo outros militares a participarem do movimento, levando-os a abandonarem ou faltarem ao serviço para o qual se encontravam escalados, contribuindo, decisivamente, para a quebra da disciplina coletiva da Instituição. Diante da gravidade das transgressões que acarretaram no prejuízo moral e desprestígio da Polícia Militar, afetando o decoro da classe, encontra-se o militar em situações que o incapacitariam, em tese, para a permanência nas fileiras das instituições, motivo, pelo qual, deve responder perante ao processo disciplinar respectivo, onde lhe sejam assegurados o princípio da ampla defesa e do contraditório por se achar incluso no artigo 76, item 3 do IPM resolve: Convocar o Conselho de Disciplina no qual ficam convocados os seguintes*

oficiais: Silas Barnabé de Souza (comandante do nosso Batalhão), Capitão Saulo Ferreira de Abreu (do 5º Batalhão), Capitão Agostinho Dias Lacerda (esse era o responsável por fazer o Conselho de Disciplina)."

Na verdade, o IPM ouviu 42 pessoas. Eu tenho cópia disso tudo (do nosso IPM, do Conselho de Disciplina). Estou estudando isso diuturnamente pra poder ter como entrar com um processo na justiça. Apresentei meu material na sexta-feira agora. A minha condição é especial. Só eu estou com uma ação na justiça hoje. Dessas 42 pessoas ouvidas pelo IPM, nove foram incluídas no Conselho de Disciplina. O critério usado eu não sei. Eu fui ouvido e a mesma declaração que dei no IPM também foi dada no Conselho de Disciplina. Das 42 pessoas ouvidas, 9 foram para o Conselho de Disciplina, que é o procedimento administrativo para exclusão. Desse 9 que foram para o Conselho de Disciplina, 5 foram excluídos e 4 absolvidos.

A minha tese de defesa está em cima disso. Eu acho que sou o único com uma ação legítima no Estado pra retornar à Polícia Militar em detrimento do ocorrido no movimento de 1997. No meu entendimento, eu só fui parar nesse conselho por causa da minha amizade com o deputado, com o Rodrigues, que foi considerado o líder. Minha participação foi tão normal quanto a dos demais (os outros 5 mil policiais). Todo mundo no 5º Batalhão sabia da minha relação com o Rodrigues, sabia da minha participação na eleição dele em 1996. Eu e o Bravo éramos pessoas sempre ligadas ao Rodrigues, porque além da amizade, nós tínhamos sempre interesses políticos juntos. Sempre tivemos. Eles pensaram: *o Milton, o Rodrigues e o Bravo têm que ir pra rua*. Não tive absolutamente nada. No IPM teve 14 oficiais testemunhas de acusação. Todos eles do 5º Batalhão. Desses 14 oficiais, apenas 1, que era o comandante da minha Companhia, fez menção a meu respeito. Ele falou que me viu de lá da ponta da Companhia, na seção de transporte, junto com o deputado Sargento Rodrigues e com o Bravo, gesticulando e conversando com os funcionários da seção de transporte, que são os mecânicos lá, e dava a entender que eu estava incitando a tropa a aderir ao movimento.

Essa foi a acusação. De resto, ninguém me acusou de absolutamente nada. Ninguém lembrava da minha participação, não sabiam quem eu era, onde eu estava. Terminou esse IPM e foram ver as faltas subjacentes. O que era crime e o que era falta disciplinar. Eles falam que separaram isso. O inquérito policial foi remetido pra justiça e desse inquérito policial saiu um relatório falando dos policiais que tiveram participação efetiva, que eram considerados líderes. E desses acharam nove. Seria ironia do destino. E fomos os nove pro Conselho de Disciplina, que era instalado numa sala do comandante e todo dia tinha reunião o dia inteiro. O dia inteiro todos sendo ouvido.

A família teve medo. Era o meu emprego. Apesar de que eu sempre fiz uma coisa fora, um "bico" a gente sempre tinha. Esse "bico" foi o que me sustentou pelo menos uns 6 meses depois da exclusão. Depois nos dedicamos à campanha do Rodrigues (para deputado estadual), não teve como trabalhar em outra coisa. Fomos os nove pro Conselho de Disciplina. Tinha um sargento lá, o Geraldo Antônio Alves, que chorava dentro do Conselho de Disciplina igual a um menino. Ele falava *"eu não tive participação em nada, eu não fiz nada, eu trabalhei, eu não falei nada, eu não sei o quê..."* Daí, durante o Conselho, nós percebemos que eles enganaram o nome do tal do Geraldo: quem tinha de ir pro Conselho era o Geraldo Pinto, e não o Geraldo Alves (eles enganaram de sargento). Isso foi confirmado, e esse sargento não foi excluído. Só que até hoje, 10 anos depois, não abriram processo disciplinar para o suposto contraventor, o suposto acusado, que seria o Geraldo Pinto. Ele está na Polícia até hoje, normalmente.

Daqueles 14 oficiais de acusação que teve no IPM, nove deles foram, também, testemunhas de acusação no Conselho de Disciplina. A única pessoa que falou da minha participação no movimento foi o Tenente Peres. Ele disse que Tenente Tavares teria anunciado "que me viu" pra ele. Entretanto, o Tenente Tavares foi ouvido, e disse que não se lembrava de minha participação. Então, não tive acusação. Apenas a acusação de um dizendo que outro teria me visto. E o outro que teria me visto também não me acusou porque não sabia.

Desse grupo que estava lá, eles avaliaram quem estava no bom comportamento. E hoje é um conceito, mas na época era bom comportamento. Eu estava no bom comportamento. O resto estava no mau ou no insuficiente. Eu estava no bom comportamento porque, primeiro, eu não faltei nenhum dia de serviço, eu

não abandonei serviço pra ir pra greve. Claro que eu não confirmei que eu participei no dia 13. Eu falei que não fui. Mas no dia 24 eu falei que fui porque o próprio coronel falou na televisão que quem estava de folga e desarmado podia ir. Eu assumi meu horário de trabalho normalmente. Não faltei nenhum dia de serviço. Foi uma coincidência, mas isso me propiciou defesa. A única coisa que os irritou foi: dentro do Conselho de Disciplina, começamos a chamar o Rodrigues de deputado. Ficávamos naquela gozação o dia inteiro. A gente já sabia que estava no cadafalso só esperando a guilhotina. Todos os nove ficavam lá. Primeiro ouvem o acusado. Depois ouvem as testemunhas de defesa. Primeiro as de acusação e depois as de defesa, que aí se tem chance de defender daquilo que foi acusado naquele processo. No final, eles fazem uma salada daquilo tudo e veem quem tem participação. Só que eles não acharam nada meu. No IPM eles pegaram uma foto de jornal e falaram que era eu. Na verdade essa foto não foi apresentada pra mim, nem perguntaram "Ô, Milton, esse aqui é você?" Não vi isso acontecer. Lá não fala qual oficial me reconheceu naquela foto e nela realmente não sou eu, no IPM.

Os 186 policiais militares excluídos foram anistiados. Ou melhor, foram enviados para o Corpo de Bombeiro. Eu não aceitava isso de jeito nenhum. Eu não tinha interesse nenhum de ir para o Bombeiro. Aliás, eu não tinha nem interesse de voltar pra Polícia. Eu não entrei na Polícia por amor à profissão. Foi uma necessidade momentânea. Com o tempo eu aprendi a gostar da Polícia Militar, aprendi a gostar do serviço que eu fazia, mas nunca fui pra lá como se fosse a profissão da minha vida. Não fui por opção, fui por necessidade devido ao alto índice de desemprego na época. O salário da PM nunca foi bom. Hoje é que está um pouco melhor devido a tudo o que aconteceu. Mas tinha a tal estabilidade, por ser um concurso público.

Hoje o policial militar tem acesso à carreira. A pessoa que se dedicar um pouquinho entra soldado e sai coronel. Qualquer um tem condição de fazer isso, pois depende muito mais do esforço pessoal. A Polícia dá essa oportunidade realmente. Eu não posso reclamar, pois, a melhor coisa que aconteceu na minha vida até hoje foi ter entrado pra Polícia Militar, mesmo depois de tudo isso.

Em 1999 saiu a anistia daqueles 186 policiais que foram excluídos. A Emenda Constitucional 39 separou os Bombeiros da Polícia Militar e anistiou todos os policiais lá no Corpo de Bombeiro. Eu estava de férias no dia em que saiu a minha exclusão, publicada em 9 de dezembro de 1997. Aliás, a PM fez nesse dia pra não dar ibope, pois, em 12 de dezembro de 1997 era o aniversário do centenário de Belo Horizonte. Então, todas as atenções estavam voltadas pro aniversário de centenário de Belo Horizonte. Eles pensaram: *vamos excluir no dia 12, sábado, que aí a imprensa também segura, não vai noticiar*. Essa era a intenção. Eles publicaram no dia 9, mas o boletim ficou lá trancado a sete chaves. No sábado eu estava de férias, inclusive estava pintando meu apartamento, quando chegou o oficial dizendo que eu deveria comparecer ao quartel porque eu tinha sido excluído. Deveria levar minha farda, minha carteira de polícia, meus documentos e o que eu tivesse, imediatamente. Tive de largar o que estava fazendo. Peguei tudo e coloquei num saco. Liguei pro Rodrigues.

Ninguém avisou da exclusão. Chegaram à minha casa, constrangidos, uma tenente, uma aspirante e um soldado até meu amigo. Eu falei: "Esquenta a cabeça não, eu já sabia que isso ia acontecer." Sem indelicadezas, eles falaram: "Ô Milton, nós viemos aqui, porque sua exclusão saiu. Pelo Conselho de Disciplina, você está excluído. Você tem que ir ao quartel pra poder assinar sua documentação." E eu estava de férias do dia 1º ao dia 12 de dezembro. O Rodrigues estava trabalhando nesse dia lá na 10ª Companhia. Ele foi avisado e fomos todos pro 5º Batalhão, os 5 excluídos: eu, o Rodrigues, o Bravo, o Soldado Francisco e o Eduardo. Com esses dois, o Eduardo e o Francisco, foi a coisa mais absurda do mundo: ninguém sabe quem são esses dois. Eu ainda tenho uma ligação com o Bravo e com o Rodrigues e talvez até por esse motivo. E o Chiquinho e o Eduardo? Nada! Eu não vi nada deles. Eram apenas testemunhas e estavam no mau comportamento por coisa simples, tipo coturno sujo, chegada atrasada. Os oficiais aprendem o nome e dizem "*esse cara é enrolado, esse cara é enrolado*". Pronto! Você fica vigiado e qualquer vacilo seu... O Francisco e o Eduardo são casos típicos. Eles tiveram uma participação igual aos outros. Então teria de ter mandado 6 mil pra rua! Não teve critério, eram os bodes expiatórios.

Nesse período em que fui excluído, em 1997, pensei: *o que vou fazer?* O Rodrigues me disse que a gente deveria montar nosso escritório no centro. Em 1998, juntamos um grupo de 10 pessoas e alugamos uma sala no centro de BH, na Rua Mato Grosso com Avenida Bias Fortes. Ninguém tinha dinheiro, todo mundo desempregado! Eu ainda tinha um “bico” e consegui ganhar um dinheirinho. Nessa turma alguns eram excluídos: Eu, o Bravo, o Rodrigues. O Xavier não era excluído, mas tinha participado na comissão. Alguns outros não tiveram participação. Chamamos todo mundo.

Um grupo de 10 pessoas fechou com a gente. Cada um dava R\$ 50,00 pro aluguel da sala e conta de telefone. Desse grupo, um cara saiu fora, ficando só o Juarez, que está aqui hoje com a gente e não foi excluído; o Marcelo, que é meu irmão e segundo sargento hoje (também não foi excluído); o Xavier, que não foi excluído; o Edmilson e a namorada dele que veio também na época; a Valdênia, que trabalha com a gente e é civil; o Gilberto, que é ex-policial e também trabalha aqui.

Começou a campanha. Nós começamos a viajar. O Rodrigues arrumava um jeito, o pessoal ajudava “fazendo vaquinha” pra gente. Nós fizemos uma parceira com o atual vice-presidente, o José Alencar, na qual ele fornecia as camisas pra gente. A gente vendia as camisas lá a R\$1,00, R\$2,00 e com esse dinheirinho a gente iniciou a campanha. Eu tinha “acertozinho” (um dinheiro) que eu recebi da Polícia, mas quem segurou financeiramente foi a família. Eu falei para minha mãe e para os meus irmãos: “Ô gente, eu não tenho dinheiro, não tenho de onde tirá-lo.” Até o mês de junho eu ainda fazia um “biquinho”, eu trabalhava com uns agentes de carro, viajando, dava atendimento à família. Mas teve um momento que o Rodrigues falou: “Ô Milton, você tá coordenando meu gabinete, é complicado você ficar saindo!” Daí eu cheguei perto da minha família e falei: “Ô gente, o que eu precisar aí, se vocês tiverem pra me emprestar...” Eu tinha montado uma “locadorazinha” lá na favela, o “trem” não tava dando muito certo e eu vendi, peguei o dinheiro que tinha lá, o cartão de crédito e o cheque especial. Foi indo até acabar tudo. Chegou a um ponto em que eu não tinha mais nada. A minha mãe era ajudada com uma cesta básica. O deputado enchia o tanque do carro, sem dinheiro, e saía pra estrada; lá o pessoal fazia “vaquinha” pondo gasolina, e ele ia andando.

Nós começamos a organização em fevereiro ou março de 1998. Nós abrimos o escritório e ficamos lá à disposição desse grupo todo. Aí veio a campanha. No meio da campanha tentaram dar uma derrubada na gente, mandaram mais de trinta mil cartas aí, denegrindo a imagem do Rodrigues. Falaram que ele tinha tomado uma arma de um cara que tinha pulado na casa dele, uma ocorrência que teve (a gente ficava pensando que podia ter sido o Moraes, ou a própria Polícia, com o serviço de informação). O serviço de informação da Polícia é muito grande, e eles não tinham o interesse do Rodrigues ser eleito. Pegaram a cópia da ocorrência e mandaram pra mala-direta da Polícia Militar, com o nome de Cabo Salvador. O Cabo Júlio não teve esses problemas.

Foram mais de trinta mil cartas que eles distribuíram, pros policiais militares, só que parece que isso teve efeito totalmente contrário. A gente “fazia conta” e dizia: *não tem jeito; nós vamos ter uns 28, 30 mil votos, nós não vamos ganhar a eleição, não tem jeito, qualquer conta que a gente faça, não tem como.* Entretanto, nós tivemos 74 mil votos. O Deputado Rodrigues só perdeu pro João Leite! O Rodrigues teve 74 mil votos para deputado estadual, e o Júlio 217 mil pra deputado federal.

Muitos críticos, muitos especialistas na área falaram que aquilo ali foi uma aberração política. Falaram: *isso aí é um mandato só e tá fora!* Porém, isso só aconteceu com o Moraes. O Rodrigues cresceu muito na eleição seguinte, cresceu a votação. Na última eleição eles até fizeram uma situação inteligente: pegaram um monte de polícia colocaram em um partido só, foi um ajudando o outro, até o Bravo saiu candidato a deputado federal (e ele fez o dever de casa, foi o mais votado, só que a somatória dos votos não deu legenda pra ele ser eleito deputado federal).

Passou a fase dura da eleição: dificuldade com a família, salário. Eu tinha uma Variant arrumadinha, bonitinha, ela entrou na campanha, destruiu o carro todo, eu não tinha mais dinheiro, não tinha nada; o Rodrigues acabou com o carro dele na campanha também, que era um “Fiatzinho” velho, e assim nós fomos levando. O José Alencar ajudou a gente na campanha; na época o Newton Cardoso também ajudou, levou a

gente pro PL; foi o Newton Cardoso, um cara visionário, mas na verdade o Rodrigues durante a campanha já brigou, cortou relações com ele (porque ele ficou de dar uma ajuda financeira pra campanha, e ficou enrolando). O Rodrigues o mandou “pra aquele lugar”, falou que não queria mais nada dele. O José Alencar, que foi candidato a senador naquela época, nos ajudou bastante. A gente também pediu muito voto pra ele, que foi eleito.

Ficávamos numa “pedição danada” aos policiais que iam lá. Eles eram muito solidários. O Rodrigues viajou mais de seiscentos municípios aí. A gente arrumava um jeito de colocar gasolina aqui e o resto ele “se virava” no caminho afora. Dormia na casa dos outros, sem dinheiro, foi assim. Foi uma luta, comendo “tropeirinho” de um real no mercado, ou então, no restaurante popular. Atravessávamos ali na beirada do rio Arrudas e íamos lá no restaurante popular pra comer. Às vezes, pegávamos o tropeirinho e dividíamos com dois. Também não tínhamos hora para trabalhar, a gente chegava lá sete horas da manhã, a hora que desse a gente ia embora. Uma vez eu fiquei três dias direto dentro do escritório, sem ir em casa; fiquei rodando de noite, colando carta, ia mulher, os meninos... Foi muito legal, campanha igual àquela acho que a gente nunca mais consegue fazer. Na outra campanha (2002) a gente já tinha o dinheiro, apesar de que nós não gastamos como gastam os políticos profissionais aí. Foi uma campanha com um pouco mais de recurso, mas sem fazer aquela ostentação financeira. O Rodrigues não aceita doação de campanha de ninguém, não tem conchavo com empresário, porque ele gosta de ser um deputado independente mesmo, isso tem hora que é difícil pra gente.

Depois, começou a campanha da anistia. O primeiro projeto do Itamar era todo mundo ser reformado com vencimento real. Isso a opinião pública não aceitou de jeito nenhum e foi aquele “trem”. A Polícia Militar cismou que não aceitava a gente de volta. Entretanto, acharam uma saída: a anistia mandando os excluídos para o Corpo de Bombeiros. Já tinha um projeto pra separar o Bombeiro da Polícia Militar; aproveitaram e mandaram todos pra lá. A carreira é a mesma. A Polícia Militar mandou nos dizer: *aqui vocês não voltam*. Por causa da própria tradição da Polícia Militar.

No dia 5 de junho de 1999 eu conversei com o meu advogado, o doutor Carlos Pimenta. A minha intenção era deixar, eu queria ganhar tempo. Eu falei: “Olha, eu não pretendo voltar pra Polícia, não quero vestir farda, não quero trabalhar na Polícia mais; entretanto eu tenho que ganhar minha ação, é uma questão de honra pra mim, porque eu não tive acusação.” Qual foi o critério de reconhecimento dos acusados? Não teve perícia nenhuma, era uma simples foto de jornal, não pode ter afirmativa que sou eu. No Conselho de Disciplina tinha um advogado para cinco, ele era inclusive da ASPRA, da Associação dos Praças, era o Carlos Pimenta. Ele trabalhou com o Júlio muito tempo. Foi o meu defensor, ele falou: “Ô Milton, tá tranquilo, não tem jeito de eles te acusarem, ninguém pode te acusar de nada aqui; você não faltou ao serviço, não tem nenhuma testemunha contra você, você tem bom comportamento, não tem jeito de te excluírem não.” Mas me excluíram! Aí falaram lá que eu era um sargento de péssimos antecedentes, que eu tive alguns problemas, que eu sempre fui um cara que briguei muito contra o sistema. Eu era muito visado, muito vigiado nesse ponto. Então qualquer “vaciladinho” era um problema: eu já cheguei a tomar uma parte disciplinar por pegar um “barranquinho” no restaurante do quartel.

Eu fui vítima de uma perseguição dentro da Polícia. Um “trem” complicado, porque na verdade eu sempre fui da Polícia Rodoviária, sempre gostei, e tinha um “bico”: eu trabalhava com umas agências de carro; antigamente dava muito ágio de carro, então eu viajava, ia muito ao Rio de Janeiro, São Paulo, levando carro. Acabei levando muita gente da Polícia Militar pra fazer isso. E tinha mês que eu conseguia dobrar o meu salário fazendo esse “bico” no meu horário de folga. E aí eu comecei a ser perseguido nessa Polícia por causa disso. Polícia Militar é o seguinte: pra eu sair daqui pra ir pra outro município, antes do Código de Ética, eu tinha que ter um salvo-conduto, uma autorização, pra chegar lá, pedir pro “cara” assinar a hora que eu cheguei e a hora que eu saí. E como eu viajava direto, era um problema. Eu ia pra São Paulo, ia pro Rio, pro Espírito Santo direto, levando carro, dirigindo carro novo que eu levava pra lá, isso gerou uma perseguição dentro da Polícia. Porque o direito de ir e vir sem ser molestado em tempo de paz é pra qualquer cidadão. Só que como militar você não tinha essas regalias. Você tem que pedir autorização pra casar. Claro que virou pro forma, você pedia

e eles autorizavam, mas e se você pedisse e o “cara” falasse “não, você não pode casar não”. E pensei: *não quero voltar pra esse sistema mais*. Aí eu conversei com o Carlos Pimenta e ele falou: “Milton, eu acho melhor você não perder o foco, porque podem falar talvez numa ação judicial que você não aceitou essa anistia, por um motivo ou por outro.” Eu ia tirar uma licença de dois anos, eu estava fazendo faculdade, porque até então segundo grau pra mim já estava ótimo, e na Polícia Militar, com um apartamentinho lá na região do Barreiro, financiado pela Caixa Econômica Federal, pra mim não é que estava ótimo, mas eu tinha uma vida razoável. Eu comecei a fazer faculdade, logo eu que estava acostumado a trocar tapa e tiro com bandido na favela. Hoje sou chefe de gabinete de um deputado.

Eu aproveitei a oportunidade (de trabalhar em um gabinete de deputado) e pensei: *vou ter que estudar, me reciclar*. Eu me formei em administração de empresas, já fiz uma pós-graduação em Direito Constitucional. Estou pensando em fazer um mestrado na área de Ciências Políticas, mas estou com preguiça. Na verdade, minha aspiração é outra. Eu gosto de esporte de aventura, eu tô querendo montar uma empresa de turismo, mas eu tô “mexendo” com uma confecção também, não tenho tempo pra nada. Financeiramente, pouca diferença pode fazer um outro curso superior agora, a não ser que eu vá dar aula, ser professor (tem um espaço bacana pra quem tem doutorado e mestrado).

Eu sou muito frustrado de não ter feito Direito. Mas eu fiz especialização na área de Direito Constitucional. A gente é operador, fica o tempo todo falando de direito, tem facilidade, mas a minha grande frustração realmente é essa. Quando eu resolvi fazer um curso superior, ainda não tinha essa proliferação de faculdade igual hoje. Tinha vinte anos que eu não estudava. Eu fui pro cursinho, daí tentei uns dez vestibulares pra Direito e eu não passei. Aí, no último que eu fiz, tentei Administração de Empresas, Relações Públicas e Direito. Passei em Relações Públicas e Administração, não passei em Direito. Cheguei a ficar como terceiro excedente na PUC, mas não me chamaram. Então, eu fui pra Administração mesmo. Pensei: *depois eu mudo pra Direito*. E fui, fui e terminei o curso de Administração. Quando eu terminei o curso pensei: *eu vou fazer Direito*, aí fiz uma pós-graduação. Fiquei desanimado de enfrentar cinco anos de faculdade de novo.

Tenho quarenta e seis anos e tenho duas filhas. Tenho novas pretensões na minha vida. Eu acho que tudo o que a gente faz na vida tem que dar prazer. Estudar tem que dar prazer. Já tinha filhos antes da greve, minha filha fez dezoito anos agora, minha filha mais velha tinha oito anos na época e a mais nova tinha cinco. Hoje uma está com quinze e a outra com dezoito, e a minha esposa está trabalhando agora nessa confecção que nós montamos, em sociedade com a minha irmã.

O início da vida na política, com o deputado, não foi fácil. O salário era só pra pagar aos outros. Cheque especial estourado, cartão de crédito estourado, devia duzentos pra um, trezentos pra outro, quinhentos pra outro. Não tinha carro, não tinha nada. Aliás, graças a Deus eu tinha amigos, minha mãe e minha família: eles me deram apoio, apesar de serem pessoas muito mais simples do que eu, condição financeira muito menor. Eu como sargento ainda ganhava mais do que meu pai.

Foi uma virada de mesa; aqui eu ganho o dobro do que ganhava na Polícia Militar. Eu não tenho intenção de voltar pra Polícia mesmo. O advogado falou: “Melhor você aceitar a anistia, você tira uma licença de dois anos.” Eu não trabalhei um dia sequer como bombeiro. Eu aceitei a anistia, me apresentei, vesti minha farda, fui lá, me apresentei, e já entrei com o meu requerimento de licença sem vencimentos. Fui lá, apresentei meu requerimento no primeiro dia, e aí me concederam a licença e eu continuei aqui no meu cargo, como chefe de gabinete. Eu falei: *vou perder meu cargo de chefe de gabinete, estou fazendo faculdade, vai atrasar tudo, não quero voltar agora não*. Teria dois anos para pensar no que eu iria fazer.

Depois dos dois anos tentei mais uma licença de dois anos. Assim, o meu cargo ficaria seguro, se der uma “zebra” qualquer eu volto. Conseguimos ficar quatro anos de licença, só que o comandante dos bombeiros não quis me dar licença de jeito nenhum. O Xavier, o Juarez, o Marcelo, o Edmilson, esses conseguiram... O Xavier não. Os deputados deveriam escolher dois, nós tínhamos o Leonardo aqui ainda, que era o motorista do deputado, não tinha dez anos, e tirou dois anos de licença; ele agregou e não podia tirar mais dois anos. Aí ficou o Juarez, o Marcelo e o Xavier. O chefe de Estado Maior falou na época: *Deputado, o senhor escolhe dois,*

um você devolve. Aí ficou meu irmão e o Juarez. O Xavier voltou pra PM, e o Leonardo também teve que voltar: por não ter dez anos ainda, ele não podia. Aí o Marcelo e o Juarez conseguiram ficar quatro anos. Eu não consegui, aí eu falei: “Então, deputado, eu não vou voltar não.” E a Constituição Federal fala que o militar que aceitar cargo público não-eletivo por período superior a dois anos, vai para a reserva não-remunerada. Nesse caso estávamos eu, o Jovanildo e o Gilmar Miguel. Eu cheguei lá, fiquei uns dois dias naquele Corpo de Bombeiros. Falei: “Ô Rodrigues, não aguento aquele “trem” lá, não vou ficar lá não, vou embora, vou ficar aqui mesmo, eles estão numa enrolação danada lá, faz o que você quiser que eu vou tornar sem efeito a minha exoneração e eles vão ser obrigados a me reformar sem vencimentos.” E assim aconteceu. Voltei pra cá, o Jovanildo e o Gilmar também tomaram a mesma decisão. Aí nós três fomos para a reserva não-remunerada do Corpo de Bombeiros.

Quando completou cinco anos, que é o prazo regimental que a gente tem, cento e oitenta dias para um mandado de segurança e cinco anos para uma ação ordinária, eu entrei com uma ação de anulação do processo do Conselho de Disciplina, porque todo mundo que foi para o Corpo de Bombeiros anistiado teve que renunciar às ações que tinha. Era o seguinte: eu fui excluído, eu tinha uma ação, automaticamente eu entrei com uma ação pra voltar pra PM. Eu falei: “Vou esperar a minha data-limite, pra eu ganhar tempo, eu vou esperar correr os cinco anos.”

No dia 12 de dezembro de 2002, eu entrei com a minha ação pedindo a reintegração de cargo. Porque como eu não renunciei – quem tinha ação já legítima, inclusive eu já consegui pegar cinco ou seis militares que ganharam a ação pra voltar pra Polícia – quando saiu a anistia da PM, como eu não tinha ação, eu não tive que renunciar. E aí está correndo até hoje.

Eu quero voltar para a Polícia Militar, porque eu acredito que o meu Conselho de Disciplina foi falho. Eu entrei com uma ação de reintegração do meu cargo na Polícia Militar; eu entendo que a anistia do Corpo de Bombeiros não valeu, não foi suficiente. Primeiro, que eu fiz concurso para ser PM, não para ser bombeiro. Vamos supor que eu tenha medo de altura (claro que eu não tenho), que eu não saiba nadar. O meu negócio é prender bandido, essa é a minha profissão, e para isso que eu fiz concurso. E é isso que eu estou contestando na Justiça.

Eu vou voltar pra Polícia: isso é uma questão de honra. Porque eu acredito até que se eu voltar pra Polícia, se eles demorarem três anos para julgar a minha ação e ela for positiva, eu já vou voltar pra Polícia aposentado. Porque eu já tenho vinte e cinco anos de serviço, tem mais de um ano que esse projeto foi apresentado, daqui a dois anos e meio eu já tenho tempo suficiente pra aposentar na Polícia. Se eles demorarem dois anos e meio para julgar a minha ação, eu já vou voltar pra Polícia aposentado e continuo aqui do mesmo jeito. Mas minha intenção é voltar pra Polícia Militar, nem que eu tenha que falar: *eu estou pedindo a minha baixa e eu estou indo embora.* Hoje tem lá no Corpo de Bombeiros vários policiais; inclusive o Bravo, está lá anistiado, mas presta serviço aqui no gabinete. Enfim, é isso que aconteceu na história.

A greve, com certeza foi um marco histórico, eu acredito que hoje tem mais democratização; eu acho que o fosso que existia entre oficiais e praças na época, que era realmente muito grande, reduziu muito. Nós temos oficiais com a cabeça totalmente diferente do que era antigamente, e os oficiais sempre entenderam naquela época que eram os donos da Polícia. E realmente o próprio regulamento falava assim: “eu te prendo”; podia prender, sem exposição de motivo, até quinze dias, sem explicar.

A gente era obrigado a trabalhar no policiamento urbano respeitando os direitos humanos do cidadão, e os nossos próprios direitos não eram respeitados dentro da Polícia Militar. A gente ficava cinco dias fora de casa (preso no quartel) e tinha que dizer para o filho “*eu estava preso*”; e ele dizia “*ué, mas você não é da Polícia?*” Prisão administrativa, isso não existe, já era. Hoje, prisão, só em flagrante delito ou por ordem da autoridade judicial, fora isso não tem prisão, direito do cidadão de ir e vir é garantido. Então, nós éramos realmente aliados do processo, dentro da Polícia.

O movimento foi cívico, a gente não trata aquilo como greve, foi um movimento que gerou uma mudança muito grande na Polícia Militar. O advento do Código de Ética é uma modificação histórica na Polícia

Militar. O que permitiu essas mudanças na Polícia Militar foi ter uma representação política. Apesar de nós não termos conseguido, ainda, amadurecimento suficiente da Polícia Militar pra entender que às vezes não precisava ter só um deputado aqui. E outra: nós não conseguimos reeleger um deputado federal, claro que ele teve lá os problemas dele, que realmente teve polícia que “ah, eu não vou votar nesse cara não”. O voto da Polícia Militar sempre foi muito difícil. A Polícia Civil conseguia eleger dois, três deputados com um efetivo “desse tamanhozinho”.

Hoje nós já trabalhamos para a integração das Polícias (militar e civil). Eu acredito que a desmilitarização é um caminho pro futuro. Não digo agora, num país que culturalmente ainda é muito forte a história do Regimento de Cavalaria (quando foi fundada a Polícia Militar). Daqui a pouco nós podemos ter um comandante-geral mulher; temos a Tenente-coronel Luciene, hoje, que pode ser comandante-geral, por que não?

De 1997 pra cá, tudo mudou na Polícia Militar. A relação interpessoal mudou sensivelmente, hoje os novos oficiais são formados com outra cabeça. Antes o “cara” saía de lá aspirante achando que tinha que pisar em todo mundo que tinha patente abaixo da dele. Eu acredito muito na Justiça até no meu caso, que eu *vou conseguir ganhar essa ação*.

2 Policiais militares de Alagoas, Ceará, Pernambuco e Pará: “segunda rede”

Conflitos armados e ameaças

2.1 SOLDADO SIMAS (WAGNER SIMAS FILHO)

Acervo da autora, jun. 2008.

Entrevista com Soldado Simas (Wagner Simas Filho), integrante do movimento grevista dos praças da Polícia Militar de Alagoas, ocorrido na cidade de Maceió, no ano de 1997. A entrevista foi realizada no dia 31 de janeiro de 2008. Wagner Simas Filho, hoje presidente da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar de Alagoas, liderou, após 1997, uma nova mobilização de PMs em 2001 e foi punido (entrou com recurso contra exclusão e está *sub judice*).

O movimento de 1997 foi um marco, por ser o primeiro. Nesse movimento teve o conflito. Após o tiroteio houve a informação que o governador iria assinar a renúncia, passando o cargo para o vice que iria fazer as discussões preliminares para pagar os salários.

Meu nome é Wagner Simas Filho, nascido em 26 de julho de 1977, aqui em Maceió. Eu tenho nove irmãos e meus pais também são de Maceió. Meu pai era microempresário e trabalhava com açougue e minha mãe enfermeira, meu avô e meus tios eram oficiais do exército, e eu servi o exército em 1986. Nesse período, no primeiro momento senti dificuldade, porque nós estávamos saindo da adolescência para a fase adulta e começamos a ter responsabilidade com algumas coisas.

Hoje, vinte e dois anos após a minha saída do Exército, se eu pudesse voltar atrás eu voltaria, porque eu aprendi a ser adulto, apesar do aprendizado, tinham muitos abusos, excessos, por parte do regulamento que até hoje perpetua nas instituições militares, mesmo sabendo que existiam esses excessos por conta da hierarquia e da disciplina. Esse foi o momento em que me senti mais maduro, adulto, responsável pelas coisas que deveria conduzir.

Na verdade, no período que passei no Exército, fui convidado pelos meus familiares para permanecer. Fiz curso pra sargento efetivo, mas o Exército pagava muito pouco. Naquela época, em 1987, a Polícia Militar de Alagoas pagava um bom salário. Isso me levou a fazer inscrição para o concurso público da PM. Esse foi o grande motivo que levou um grupo de sessenta militares do Exército a fazer a inscrição para o concurso da Polícia. Dos sessenta candidatos, quarenta e nove foram aprovados, dentre eles eu. Passei seis meses de formação para a Polícia Militar e, diga-se de passagem, não foi uma formação que se diga “estamos preparados pra manter a ordem pública, para proteger a sociedade no sacrifício da própria vida”, não foi adequada e ainda hoje sofremos essas consequências. Ela não foi adequada para o desempenho da atividade de segurança pública porque, no caso do militarismo, é um contexto da disciplina e falta muito para a instituição manter a ordem pública, e nós não temos quase nenhuma estrutura e qualificação profissional.

Saí do Exército e passei direto para a Polícia Militar. Ganhei certo respeito, pois o pessoal que sai do Exército e passa no concurso da PM já vem praticamente preparado: sabe atirar, respeita o oficial, segue o regulamento. Existia o respeito aos militares de primeira categoria, que éramos nós. Éramos diferentes dos que chegavam do mundo civil. Eles passavam tudo aquilo que já tínhamos passado no Exército. Levar grito, ser perseguido, pagar por excesso na questão de esforço físico, da ordem unida, dos ensinamentos, mesmo particulares, da instituição.

Na minha primeira função após o término do curso, eu fui lotado no 1º Batalhão, na função de policiamento ostensivo. Nós saímos da formação e fomos colocados na rua como se fôssemos veteranos na atividade; eles pegam uma dupla de recém-formados e põem para exercer a atividade e não têm nenhum tipo de ensinamento da área em que você vai trabalhar. No primeiro contato com a PM, no período que entrei, as Associações não existiam, as Associações dos Cabos e Soldados, no nosso Estado, não existiam, a Associação dos Oficiais Subtenentes e Sargentos existia só como lazer, eram clubes, não para defender o direito da categoria.

A partir do momento que a Constituição de 1988 deu direito aos militares a votar – porque antes o militar não era cidadão, ele tinha que ser “brucutu” mesmo, tinha que estar na rua pra pegar bandido e manter a ordem pública – depois dessa Constituição que abriu precedente para o militar usar os seus direitos de cidadão, começaram a formar grupos que identificavam a necessidade de conquistar direitos. Nossa entidade foi criada em 1989, um ano após a Constituição, como centro social, e três anos depois foi denominada como Associação dos Cabos e Soldados.

Nós tivemos algumas diretorias que achavam que a entidade não era para reivindicar direitos, não era de luta de classes. Eles usavam a entidade para fazer assistencialismo. Entretanto, esse paradigma foi sendo quebrado ao longo desses anos, com a sobrecarga de serviço - com hora de pegar serviço, mas sem hora de largar. Foi surgindo a necessidade de uma mobilização diferente, inclusive na discussão salarial. Hoje as representações de praças, soldados e subtenentes já se encontram com o governador e com o Estado Maior. Falamos diretamente com o Governo.

Em 1997 nós ficamos sete meses sem receber salário. Então, com o apoio da sociedade civil, organizada pelos sindicatos, surgiu o movimento dos PMs - liderado por um oficial superior, na época o Major Paulo Nunes. Ele era o presidente da Associação dos Oficiais. Ele havia quebrado o paradigma de que a Associação deveria ser apenas clube; a partir daí, foi um efeito dominó: Associação dos Subtenentes e Sargentos, Associação dos Praças, Associação da Reserva. Antes eles eram apenas centros ou de clubes sociais.

Naquele momento, nós tivemos apoio da categoria dos praças que tinha ligações com o Governo, era ligada ao PSDB. Muitos PMs pensavam apenas no benefício próprio; tinham medo de ir para o movimento e de ser punidos ou de não ser promovido. O estopim para o movimento de 1997 foi o atraso de salário. As Associações começaram a se reunir e discutir a possibilidade de recuperar seus salários. As tentativas iniciais foram frustradas e os ânimos foram acirrando. O movimento foi crescendo em cada entidade representativa.

O primeiro dia do movimento foi uma assembleia que reuniu todas as lideranças sindicais e associativas para deliberar e discutir os possíveis atos que pudessem ser apresentados para a sociedade. Buscaram definir uma pauta. Depois dessa assembleia, as lideranças buscaram o apoio geral da categoria. Nós decidimos fazer um grande ato no dia 17 de julho - uma passeata pedindo o *impeachment* do governador. No dia da passeata, cada uma das entidades saiu de suas respectivas Associações a caminho da Assembleia Legislativa. Acredito que 90% do efetivo dos PMs manifestantes estavam fardados e armados. Havia também um grupo encapuzado, um grupo com a cara pintada, mesmo estando fardados. Os cartazes surgiram no andamento da passeata; quando passamos pelo centro da cidade, compramos cartolina e lápis para escrever o que “dava na cabeça”. Nessa caminhada nós tivemos mais de cinco mil pessoas porque envolveu todos os seguimentos dos servidores públicos, não só os PMs.

A população ficou muito assustada até porque nesse mesmo dia houve até troca de tiros com o Exército. No percurso da passeata não houve conflito. Na Praça da Assembleia Legislativa, lá ocorreu a pressão para o *impeachment* ou a exoneração espontânea do governador. Todos nós ficamos esperando a decisão da Assembleia. O Exército foi convocado para conter o movimento, inclusive, com atiradores de elite. Lá começou a troca de tiros, diante do posicionamento do governador de não querer anunciar a renúncia. Tínhamos um grupo negociando com o presidente da Assembleia.

Alguns deputados federais estavam mantendo contato com o governador, via telefone, entre eles, a Heloisa Helena, Manoel Luis Pinheiro, Jota Duarte, Antonia Holanda - essa equipe passava as informações para

os manifestantes que estavam do lado de fora. Entraram com um microfone e tudo que falavam saía no carro de som. O tiroteio começou quando chegou uma notícia de que o governador não iria renunciar. Começaram, aí, as tentativas de quebrar a grade da praça para invadir a Assembleia e retirar os deputados para levá-los, no meio da multidão, para o Palácio do Governo. Após o conflito, as lideranças subiram no carro de som para passar as informações. Chegou a informação de que o governador iria assinar a renúncia, passando o cargo para o vice que iria fazer as discussões preliminares para ver como pagaria os salários.

Após esse dia, continuaram as movimentações. Houve punição para os oficiais, que perderam promoções, e para os praças que foram identificados no ato, com prisões. Nesse movimento não houve nenhuma exclusão. A questão salarial foi resolvida sete meses depois, quando o vice-governador conseguiu regularizar os atrasos e reajustar o salário em 16% (em quatro parcelas de 4%).

Depois do movimento, houve uma mudança de comportamento tanto da sociedade quanto do Governo em relação à Polícia, pois após essa movimentação as Associações ficaram mais próximas dos movimentos de esquerda. Nós nos indentificamos muito com o PT que foi o partido que ficou na linha de frente e estava defendendo as questões trabalhistas. Os PMs deveriam também ter direitos e garantias no que diz respeito às questões trabalhistas.

Mas em um contexto global, os nossos avanços diante dessa mobilização é que nós conseguimos hoje sentar com o Governo a respeito da nossa realidade, debater em reuniões abertas com o Estado Maior das corporações que antes não existia; o soldado era só para trabalhar e não para discutir os problemas da corporação, e hoje nós discutimos qual percentual que a categoria merece receber. Mesmo que nós não consigamos o que estamos pedindo, sentamos e apresentamos as propostas.

Não tivemos representação dos praças, e somente o Major Paulo Nunes foi identificado pela tropa como liderança e eleito deputado estadual com o voto dos militares para que pudesse, pelo menos, minimizar as nossas dificuldades e tentar trazer benefícios para a categoria. O seu mandato foi frustrado pela posição dele de ter fidelidade ao partido no qual ele foi eleito, que foi o PT, e de “bater de frente” com o Estado Maior da corporação no que diz respeito ao desvio de funções, abuso de autoridade, ao uso indevido do investimento da instituição e por ter “batido de frente” com todos esse itens. Ele terminou ficando sem credibilidade com a tropa porque só estava acusando os oficiais de coisas erradas; apresentou alguns projetos que beneficiaram os praças, um de aumento do Q.O da corporação que é o quadro organizacional, que na época era de dez mil homens e passou a ser de dezesseis mil e duzentos e que até hoje nós não conseguimos chegar aos dez mil; na verdade, não saímos dos sete mil homens.

Meu posicionamento sobre a desmilitarização é de apoio. Nós entendemos que o respeito ao superior é recíproco, e não interessa ter Regulamento Disciplinar ligado às atribuições do Exército brasileiro. Apesar de sermos militares, nós somos servidores públicos civis, servidores especiais porque fazemos concurso público. Não somos voluntários para servir à Pátria. Os problemas da desmilitarização são mais administrativos. Os militares superiores pretendem manter o militarismo e obrigar o militar a fazer o que eles querem. Tivemos um avanço muito grande nas discussões nacionais sobre desmilitarização: discutimos com o Ministério da Justiça pela Associação Nacional dos Praças – ANASPRA – e com a Secretária Nacional de Segurança Pública. Por força do regulamento, ou ele cumpre ou é punido, então nós vamos deixar de ter um Regulamento Militar que esteja atrelado às Forças Armadas para termos Código de Ética; então, o primeiro passo seria a mudança do regulamento, da Constituição, onde atrelam a segurança pública dos Estados ao militarismo.

No caso da desmilitarização, ela começaria com o desenvolvimento de uma academia endereçada ao Governo federal na ANASPRA, que trouxesse formação única para civis e militares, para o bombeiro militar, guardas do presídio, agentes penitenciários, uma área de integração. Hoje os serviços são diferenciados, até porque a Polícia Militar faz a manutenção da ordem pública, a Polícia Civil é a judiciária que investiga, o Bombeiro todo mundo sabe, faz socorro, apaga incêndios. Na verdade, essa integração é a união das Polícias. Não é para não dizer que não trabalham no mesmo espaço, vai além disso. Se for preparado em uma única

academia com a mesma disciplina, instrução, só que o curso que fez foi para área diferenciada, todos vão se conhecer e estar inseridos em um único sistema que é a segurança pública.

O movimento de 1997 foi um marco, por ser o primeiro. Atípico, onde havia algumas reuniões, como falei, com a Constituição de 1988, onde abriu precedente para o militar poder usar exatamente a cidadania. Foi quando começou a formar estatutos para criar as Associações, mas não passeatas públicas, até porque, naquela época, os grupos tinham que se reunir escondidos, pois o Estado Maior ainda não entendia como levar como correto a criação de Associações; depois de 1997 houve vários outros movimentos.

Fizemos outro movimento, em 2001, que culminou na condenação para seis militares, inclusive eu; a punição é de exclusão e não fomos expulsos ainda por conta do recurso. Estamos no período do processo, o Juiz pediu a perda das patentes, mas por conta do recurso ficamos *sub judice*. No entanto, volta-se normalmente a trabalhar, mas no Ministério Público fomos condenados a dois anos e sete meses; três militares a dois anos e sete meses; e mais três militares a três anos, e ele pediu para agravar a pena para vinte e nove anos para todos os seis. Mas antes de ser denunciado pelo Ministério, passou pela sindicância um Inquérito Policial Militar, onde eles alegam motim, revolta, desrespeito a superior, desacato.

Esse movimento de 2001 foi uma passeata pacífica, não houve baderna, mas o comandante que na época se encontrava no auge na corporação, achava que podia tudo e que continuaria com as prerrogativas da idade da pedra, de humilhar, de massacrar. Um problema com o Comando foi o movimento de praça surgido aqui na Associação de Cabos e Soldados. Nesse movimento, nós colocamos três mil e quinhentos militares nas ruas; mesmo com essas punições, o movimento valeu a pena, pois nós tivemos alguns atendimentos na questão salarial e de trabalho, e após esse movimento, até a data de hoje, nós conseguimos criar a carreira militar, discutir a possibilidade na mudança do Regulamento Disciplinar, no estatuto da corporação, tudo isso foi a pauta do movimento que, apesar de estarmos no começo de 2008, nem tudo foi colocado em prática, mas tivemos aí um avanço bastante significativo, a margem de 40% do que discutimos. O movimento de 2001 não teve tanta oxigenação porque a discussão era diferente de 97, em que nós estávamos querendo buscar salários atrasados, e em 2001 nós queríamos condições de trabalho e reajuste salarial. Estávamos cobrando, porque o militar que trabalhava no Palácio do Governo recebia 100% a mais que o militar que estava na rua. Na época, estava trabalhando no Palácio e recebia um salário de R\$ 1.100,00, enquanto um companheiro da tropa, trabalhando na rua, subindo e descendo morros, recebia R\$ 480,00.

O movimento que estourou no ano de 1997, foi específico do Estado de Alagoas e não teve influência de outros Estados. Sabemos, por outro lado, que muitos movimentos estouraram em outros Estados e passaram uns aos outros como se fosse um efeito dominó. Mas em Alagoas, essa não foi a estratégia, apesar de que hoje, com essas mobilizações a nível de Estado, nós temos as Associações Nacionais e estamos discutindo a problemática de cada Estado. Agora sim, existe uma sintonia por meio da Associação Nacional com as representações dos vários Estados. Então, toda a dificuldade que estamos atravessando nas corporações dos vários Estados, geram a preocupação da Associação Nacional.

Fizemos outra mobilização salarial, e a de 2006 nenhum outro Estado havia feito; na verdade são situações isoladas, é um processo de luta que vai muito pela necessidade do momento. No Rio Grande do Norte, os companheiros, no ano passado, Gerais e Virgínia, foram expulsos por conta do ato isolado de mobilização salarial de condições de trabalho que foi tipicamente do Estado deles, e o que é que está acontecendo agora com a participação das Nacionais. Alguns representantes, quando têm disponibilidade de ir, vão para fortalecer o movimento, para fazer as mobilizações em nível de poderes, mas também já recebemos lideranças de alguns outros Estados aqui e, na verdade, a negociação é interna; a peculiaridade, no que diz respeito à dificuldade de trabalho e a realidade, é igual em todos eles e não diferencia o Estado de São Paulo do Rio de Janeiro que são maiores e as dificuldades são as mesmas, ou seja, as condições de trabalho, salários, armamentos, escala de serviços, todas as peculiaridades de corporação.

Há muitos anos, todos os comandantes de polícia se reúnem periodicamente, e o que entendemos é que eles fazem pactos de decisões dentro das instituições militares. Fazem um espelho de forma que a Polícia

do Rio, São Paulo e de Alagoas trabalhem dentro desse pacto de forma linear. Isso vem prejudicando o crescimento das instituições de cada Estado. Não achamos que em Alagoas o soldado deve ter a obrigação de ganhar quatro mil reais como ganha em Brasília, ou deveria ganhar seis mil no Rio de Janeiro, ou ganhar seis mil em São Paulo; o índice de criminalidade de Brasília é diferente do Rio de Janeiro, de São Paulo, então a forma atípica de fazer investimento em Brasília é diferente porque é um distrito; é lá que está a nata da nação, da administração do país. Lá em Brasília um soldado recebe quatro mil reais. Vemos uma distorção muito grande dos soldados do Rio de Janeiro que ganham novecentos reais. A ASPRA está procurando uma resposta para isso.

Ainda existe por parte de oficiais superiores aquele “eu sei tudo”; não cabe espaço para a base discutir, para opinar; os oficiais superiores se reúnem para dizer que numa favela precisa de quinhentos soldados para desempenhar uma atividade, mas quais são as necessidades desse soldado? Sabemos quais são as peculiaridades que iremos encontrar. Mas eles não sabem, determinam o que teremos que fazer, mas quando dá errado, o erro não foi de quem articulou a operação e sim de quem foi executá-la; então nós precisamos amadurecer essa discussão para que o soldado, o cabo, o sargento possam sugerir dando opiniões para os projetos para a segurança da força pública.

Nós fizemos um ato público no dia 24 de janeiro de 2008 em solidariedade às mortes de companheiros. Em menos de trinta dias nós tivemos quatro militares assassinados por conta do aumento no índice de criminalidade. O crime organizado está aumentando no nosso Estado e só para se ter uma ideia da ousadia do criminoso, ele está adentrando a delegacia, rendendo os policiais em serviço, levando armamento, a viatura parada que está fazendo o policiamento ostensivo e levam as armas, coletes, munições. Por conta disso, fizemos esse ato. Paramos na porta da OAB, pedimos para parar de cobrar excesso dos militares, porque a criação dos direitos humanos só exige que a corporação os exerça com os meliantes. As pessoas que prestam o serviço de segurança pública não têm nenhum atendimento no que diz respeito aos direitos humanos. Eles estão tirando o poder da polícia e dando para os bandidos, pois, hoje, nós não podemos nem sequer algemar um meliante mais, porque se algemar e ficar a marca da algema no braço, e for fazer exame de corpo de delito, o policial militar vai responder administrativamente podendo ser punido. Nós achamos que os direitos humanos estão com excesso de exigência para as ações da Polícia Militar. Entregamos, nesse ato público, um ofício de reivindicações ao Governo.

2.2 SOLDADO ELIAS (ELIAS DA SILVA BARBOZA)

Acervo da autora, jun. 2008.

Entrevista com Soldado Elias (Elias da Silva Barboza), integrante do movimento grevista dos praças da Polícia Militar de Alagoas, ocorrido na cidade de Maceió, no ano de 1997. A entrevista foi realizada no dia 31 de janeiro de 2008. Filho de pai pernambucano e mãe alagoana, em uma família com seis irmãos, Elias da Silva Barboza desistiu da construção civil e ingressou na corporação em 1986. Durante a entrevista falou das perseguições que sofreu para fundar a Associação de Praças e da sua atuação no movimento de 1997.

Entrei no movimento de 1997 com os meus companheiros... Eu estava sentindo na pele o sofrimento da categoria...

Sou filho de pai pernambucano e mãe alagoana, do interior. Nasci em 1967, no primeiro dia do mês de junho. Meu pai era mestre-de-obras e minha mãe, falecida há dois anos, era doméstica. Somos seis irmãos, dois deles da corporação Polícia Militar. Antes de “ser policial militar” eu abria letreiros, fazia trabalhos de pintura. Também trabalhei com o meu pai na construção civil. Ele sempre me levava. Aprendi um pouco dessa profissão.

Queria muito ingressar na carreira policial militar. Caso eu não passasse no concurso da corporação, pretendia *ir embora* para São Paulo, onde tenho alguns primos e tios. Em São Paulo existia perspectiva pra quem tinha uma profissão. Eu era pintor, letrista e desenhista profissional e também sabia de construção civil. Na década de 80 a construção civil “deu uma parada” aqui em Alagoas, e o meu pai ficou um período desempregado. Passamos por um momento difícil da vida...

Nessa época, meu irmão mais velho já era um policial militar. Ele e o meu outro irmão, que fazia também serviço de construção, ajudavam nas despesas da nossa casa. Eu observava que a Polícia Militar era uma instituição forte, de respeito e que valia a pena. Eu tinha uma boa referência da corporação, antes de entrar.

A minha turma do Curso de Formação de Soldados, de 1986, teve uma preparação muito boa. Nossa turma foi formada na União dos Palmares, que fica a mais ou menos duas horas da capital. Nós ficávamos lá a semana toda, estudando, fazendo treinamento de tiro com fuzil, com revólver. Treinamento militar intensivo.

Eram muitos os abusos... Quando eu entrei para a Polícia Militar, mudei completamente a visão que eu tinha. Não era uma instituição séria. Em uma das instruções, do curso de formação, tive um problema na clavícula. Na primeira semana, durante um treinamento, todos deveriam correr até a parede e voltar – no tumulto, os colegas me empurraram e eu bati o ombro na parede. Até hoje sofro com essa enfermidade; sinto muita dor no ombro. Foi grave, passei uma semana internado no Hospital da Polícia Militar. Todo enfaixado, tomando medicamentos. Enfim, treinamentos dentro da instrução, muitas vezes, provocavam acidentes.

No período de formação conheci o Major Adelmo Cavalcante, que foi expulso da Polícia Militar por participar da “gangue fardada”, descoberta em 1988, aqui de Maceió. Foi um grupo de policiais militares que assaltavam bancos, casas lotéricas, faziam desmanche de carros e crime de pistolagem a serviço de políticos e fazendeiros. Fui percebendo muitas coisas erradas na Polícia Militar. Desvios de conduta manchavam, maculavam a corporação.

Quando terminei o curso voltei, juntamente com todo o pessoal, para o Batalhão de Trânsito, em 1987. Lá realizei as minhas primeiras atividades como policial militar. Tive uma experiência muito negativa. Em uma das ocorrências, fui deslocado para policiar o trânsito no terminal rodoviário de Maceió. De repente, um taxista tentou furar o bloqueio, querendo ser mais esperto do que os outros. Eu o mandei parar, mas ele ficou discutindo e não quis descer do carro. Eu, sem experiência, vindo do mundo civil, peguei o revólver e apontei para o taxista e mandei sair do carro. Tudo foi resolvido, mas por pouco eu não atirei... Esse despreparo marcou a minha primeira atividade militar no trânsito...

Continuei no Batalhão de Trânsito por três anos e meio, trabalhando próximo ao Shopping Iguatemi... Lá eu conheci o sargento reformado Melo, da Polícia Militar de São Paulo. Ele foi um dos sócios fundadores da Associação de Cabos e Soldados de São Paulo. Motivado por ele, comecei a divulgar a ideia de se criar uma Associação de Praças. Convidei os colegas para participarem de reuniões. Fui muito perseguido dentro do Batalhão de Trânsito.

Começou, assim, minha história de luta dentro da corporação. Queria criar alguma coisa dentro da Polícia Militar que diminuísse a distância entre o oficial e o praça, que diminuísse os abusos. Era chamado de doido. Levei duas punições porque diziam que eu estava propagando questões políticas e partidárias. Até então, em 1987, cabos e soldados não podiam votar, isso mudou a partir de 1988. Mas eu não estava vinculado a nenhum partido político e até hoje eu não sou. Aliás, eu não voto no partido, mas na pessoa do partido.

Fazer parte da Associação foi difícil. As primeiras reuniões aconteceram no Bairro do Feitosa, perto do terminal rodoviário, e eram escondidas. Os oficiais questionavam, diziam que não estava certo... Sofri muito. Os piores serviços (trabalhar de madrugada, dobrar serviço) eram escalados para mim e para os meus companheiros que participaram das primeiras reuniões. Uma vez eu abandonei o posto de serviço, pois eu estava trabalhando por mais de doze horas... Fui punido com quatro dias de detenção. Pensei em desistir da Associação por causa dessas perseguições...

Chegou um período da nossa trajetória, nesse momento de construção da Associação de Cabos e Soldados, que carros descaracterizados rondavam a nossa casa. Ameaçavam a gente... Éramos vistos como subversivos. Eu era chamado de agitador, de petista. Muitos dos meus colegas, até hoje, me chamam de Paulão, nome de um político aqui do nosso Estado, um deputado estadual do PT, que é uma pessoa questionadora, uma pessoa que briga muito. Mas sempre houve um respeito dos companheiros com relação ao trabalho que eu fiz na Associação.

Tivemos uma primeira experiência de luta em 1989. Paramos por treze dias as atividades policiais, em busca de melhorias para amenizar o sofrimento dos praças. Fizemos uma assembleia. Não houve passeatas. Entretanto, no ano de 1997, nós manifestamos em praça pública.

A Associação de Cabos e Soldados não chegou a participar do movimento de 1997, porque nesse ano os sócio-fundadores não estavam mais na direção da entidade. Era uma outra direção: o Cabo Pádua, que agradava os oficiais e desagradava os praças... Participei do movimento de 1997 com outras lideranças: o Major Paulo Nunes, que foi deputado pelo PT, e o Major Hermes. O dia 17 de julho foi o clímax final do que estava acontecendo no Governo Suruagy. Nas três vezes que saiu candidato ao Governo do Estado de Alagoas, Divaldo Suruagy ganhou. Era um homem que dava emprego, que gostava do servidor público, e as pessoas tinham o governo dele como preocupado com as questões sociais. Infelizmente, ele colocou no poder as pessoas dele, que não eram comprometidas com o servidor público. Existiam diversas ramificações, grupos dentro do próprio Governo e isso prejudicou muito.

O secretário da Fazenda atrasou por oito meses o pagamento do servidor público e isso foi a gota d'água. Em 1997, nós recebíamos um mês e passávamos dois, três para receber de novo. Muitos companheiros passaram fome... Eu não passei, porque fazia bico de segurança e dava aula de música. Alguns companheiros até se suicidaram... Teve um soldado que se matou, matou a mulher e as duas filhas...

Os colegas me viam como uma liderança... Esperavam orientações; foi um momento de caos... Enquanto alguns Estados estavam lutando por uma melhoria salarial, aqui era diferente: o levante da Polícia

Militar do Estado de Alagoas, juntamente com os demais funcionários públicos, foi para receber o pagamento de salários atrasados; queríamos apenas receber... Só pedimos a saída do governador porque ele não nos mostrou nenhuma alternativa...

Entrei no movimento de 1997 com os meus companheiros. Eu estava sentindo na pele o sofrimento da categoria; fazia bicos de segurança; foi um período de desespero, o PM não aguentava mais. Nós planejamos uma manifestação em frente à Assembleia, onde seria votado o *impeachment* do governador pelos deputados. Os deputados estavam comprometidos com as atrocidades praticadas pelo Governo. De vinte e sete deputados, vinte e um estavam ao lado do Governo, contra apenas seis. Muitos desses deputados estavam envolvidos com os "crimes de pistolagem" aqui do Estado de Alagoas, máfias que existem até hoje. Alguns desses criminosos permanecem no Governo.

Houve uma assembleia decidida pelas lideranças que teve como integrante, a então deputada estadual, Heloísa Helena. Uma mulher muito forte, nesse movimento. Heloísa Helena estava na linha de frente das manifestações. Os principais líderes da PM eram os Majores Paulo Nunes e Hermes. Cada entidade do funcionalismo público tinha o seu representante. Tínhamos a Lenilda, na área da educação. Em cada órgão formavam-se comissões e lideranças que se juntaram em uma assembleia no Clube Fênix. Lotamos o clube para decidir se no dia 17 estaríamos lá para acompanhar a votação do *impeachment*...

Nessa assembleia, alguns policiais foram fardados e outros não. Até essa reunião final, os policiais militares estavam resistentes, pois estavam preocupados com a pressão do Governo e do Comando. O Governo queria jogar o policiamento contra os funcionários, queria jogar o BOPE, que foi o único batalhão que ficou contra os colegas, contra o movimento... Só não levei cacetada porque meu irmão trabalhava no BOPE, e um dos colegas dele avisou para todos que eu era "irmão do Israel". Alguns companheiros estavam camuflados e a maioria que estava de serviço era contra o movimento. Aqueles policiais do BOPE que estavam lá, coagindo a população, ficaram ao lado do Governo para não perder regalias e benefícios. Muitos, que naquela época participavam do BOPE, entraram para a PM em 1991, através do Comando do coronel Rocha, entre 1991 e 1993. Esse coronel reuniu, na corporação, policiais militares analfabetos que não sabiam nem assinar. Setenta por cento do BOPE, que estavam naquela operação, eram pessoas desse concurso, eram policiais sem visão social e de mundo, que estavam ali só pra cumprir ordens...

De qualquer forma, a assembleia foi tranquila, o problema foi o dia 17 de julho. Nesse dia, o Exército cercou a praça... Eu estava fardado e com identificação, pois eu não tinha medo. A manifestação dos policiais militares estava marcada para as sete horas da manhã. Eu fui um dos primeiros a chegar. Cheguei às seis e meia... Estava em jogo a dignidade, não só da Polícia Militar, mas de todos os servidores do Estado. Era uma questão de honra a gente estar lá. Eu me surpreendi com a quantidade de policiais que participaram das manifestações. Às oito horas, a praça estava lotada com os funcionários de todas as secretarias do Estado; todo mundo agitado, querendo derrubar a grade. O que me impressionou foi que, quando cheguei, a praça já estava cercada pelos homens do Exército armados com fuzis, fazendo isolamento... Eu apareci em uma reportagem que passou em âmbito nacional. Tive uma discussão com um membro do Exército: ele tentou me furar, mas eu estava armado... Fui com um revólver dentro da roupa, mas não consegui puxar... Graças a Deus, porque se eu tivesse puxado teria sido muito pior...

O sucesso do movimento só foi possível porque teve a participação dos policiais. Caso fossem apenas os outros funcionários públicos, sem os policiais, os manifestantes iriam apanhar, levariam uma surra de cassetete. Mas quando o Exército viu que havia policiais militares no movimento, ficaram acuados. Aqueles meninos novos do Exército ficaram "tremendo de medo" da gente... O governador jogou o Exército contra a Polícia Militar e contra os outros funcionários públicos...

A população gostou da nossa participação... Sentiram firmeza ao ver os policiais militares dentro de um movimento reivindicatório. Depois, chegou o Batalhão de Choque e o coronel – que fazia parte do Estado Maior da Polícia Militar – mandando que todos os policiais militares se retirassem da praça. Eu questionei, disse que não sairia; "botei peito", não só eu, mas muitos... O coronel ficou acuado...

O BOPE e o Exército estavam de prontidão. Em relação aos tiros, quem começou a atirar foram os policiais civis. Estava todo mundo manifestando, tentando quebrar as grades da praça, em frente à Assembleia Legislativa. Na manifestação, eu esculhambei com todos os deputados, com o governador, com o Comando. Desci o verbo! Dei várias entrevistas, pois eu não tinha medo de ser excluído. Estava no meu sangue essa questão da luta de classes... Hoje eu estou um pouco parado, mais recuado; não quero ficar tão exposto, porque tenho uma família, objetivos para concretizar; então eu dei uma "pisada no freio"... Mas, naquele momento, vesti realmente a camisa do movimento, estava ali dando entrevista de "cara limpa", falando a verdade...

Muitos colegas estavam de capuz, sem querer aparecer... Quando o Exército se preparou, estrategicamente, em alguns pontos para um ataque (um possível tiroteio), nós também colocamos nosso pessoal em alguns pontos estratégicos... Lá na Praça Dom Pedro II tem uma Biblioteca Pública e o nosso pessoal armado foi para lá, tanto da Polícia Civil, como da Militar. Estrategicamente, o pessoal estava encapuzado.

Aconteceram situações engraçadas. Alguns deputados fujões e medrosos, como João de Assunção, Gervásio e Máximo Alexandre, queriam descer em cordas pelos fundos da Assembleia; isso depois do tiroteio. Nós dissemos que não ia sair ninguém e cercamos com nossos policiais os pontos estratégicos. Foi uma decisão tomada por nós, não foram os outros funcionários que decidiram, já que nós éramos policiais e íamos fazer a segurança. Os demais grevistas, funcionários públicos, não tinham essa noção de estratégia militar como nós...

A comissão de policiais militares planejou tudo. Os comerciantes da praça fecharam suas lojas quando ouviram o tiro. Nesse momento do tiro, eu estava na praça com um repórter da TV Gazeta. Ele estava fazendo uma entrevista comigo e com um colega sargento, no meio do tumulto. Isso, a gente já tinha quebrado a grade. Quando o repórter estava se preparando para fazer uma tomada comigo, de repente houve um tiro e todo mundo começou a se jogar no chão. Eu fiquei sem ação no momento do tiro. O repórter Miguel Torres, da TV Gazeta, gritou para eu me abaixar... Dei um mergulho no chão, porque, senão, podia ter sido atingido, como alguns foram...

Após o primeiro tiro, começou a confusão... O Exército foi recuando e deu tiro para cima, mas deram tiros que feriram algumas pessoas. Porém, foi o tiro desse policial civil que feriu os servidores. Os tiros do Exército eram de festim... As lideranças, e o próprio Comando do Exército tiveram equilíbrio, senão "o sangue ia dar na canela". Mesmo assim, acabou virando um campo de guerra... No momento do tiro, quem estava armado, sacou sua arma...

A motivação que levou os policiais a ficarem mais zangados foi a existência da "gangue de deputados" que apoiava o Governo – eles disseram que não iam votar o *impeachment* do governador. Esse foi o estopim para iniciar o confronto. Os seis deputados, que eram da oposição, como Heloísa Helena, convenceu o líder da bancada – Washington Luís – a telefonar para o governador e dizer para ele se afastar ou renunciar, pois a situação estava grave. O Governador Suruagy, estava acuado no Palácio, cercado pelo Exército e pelo BOPE. Quando conseguiram convencê-lo, ele ligou para dizer que podiam votar no afastamento dele.

Nós ficamos aliviados porque ele se afastando, o vice assumiria. Tínhamos os informantes lá dentro; a própria deputada Heloísa Helena descia e subia com informações a todo instante. Os assessores dela mandavam informação para o carro de som, aliás, para o trio elétrico que estava na praça. Tinha muita gente lá, mais de vinte mil pessoas. As lideranças do movimento tinham contato com os assessores da deputada. Se as lideranças, juntamente com a oposição e a bancada de sustentação do Governo, não convencessem o Governador Suruagy do afastamento, a situação seria pior...

Depois da boa notícia, não voltamos pra casa, pelo contrário, saímos em caminhada pelo centro da cidade, em uma passeata de vitória. Escutavam-se gritos de ordem dizendo que o povo tinha vencido e que todos, unidos, tinham conseguido derrubar um governo corrupto. Ele pediu afastamento, e o vice Manoel Gomes de Barros assumiu o governo. Apesar do passado sujo, o vice-governador normalizou a situação e autorizou o pagamento dos salários atrasados; foi um governo equilibrado.

Após a manifestação, houve punições e perseguições dentro dos quartéis. Só não me puniram porque o Major Paulo Nunes, que na época era nossa liderança, assumiu toda a responsabilidade. Eu era muito visado: fiquei sabendo que havia várias fotos e entrevistas minhas no Serviço de Informação do Alto Comando. Não ocorreram exclusões... Afinal, alguns oficiais também participaram do movimento. Por outro lado, o Major Hermes e o Major Paulo Nunes até hoje são perseguidos. Depois do movimento, o Paulo Nunes foi eleito deputado estadual; ele teve apoio de 80% da tropa. A partir disso, ocorreram mudanças na corporação.

Depois de 1997 eu amadureci; depois de apanhar muito... Eu não vinha só desse movimento, vinha sofrendo desde 1989, antes da criação da nossa Associação. Fui expulso do 5º Batalhão, aqui de Maceió, em 1991, porque o comandante, o coronel Nogueira, na época, que hoje está na reserva, mandou a guarda me tirar à força do batalhão, porque estava tratando de assuntos político-partidários... Embora eu não estivesse falando de assuntos político-partidários, estava falando de assuntos pertinentes à minha entidade, e disse a ele que ia procurar a imprensa para divulgar aquela atrocidade que ele estava cometendo...

Na época, eu era do Hospital da Polícia Militar, e esse major me deu dez dias de prisão por causa disso. Fui até o 5º Batalhão porque estava à disposição da entidade, e era diretor de relações públicas em 1991, na gestão de fundação da nossa Associação – Centro Social. Então fui lá divulgar as ideias, levar alguns panfletos e tudo mais, e esse coronel teve coragem para baixar uma portaria no corpo da guarda dizendo que eu estava proibido de entrar no batalhão. Eu, um policial militar, não podia entrar no batalhão...

Depois do movimento, eu continuei participando da Associação. Houve uma eleição em 1994 e a nossa gestão perdeu, houve um racha da diretoria, e em virtude disso perdemos a eleição para o Cabo Pádua. Fiquei apenas como sócio. Nunca me desliguei da Associação... As pessoas sempre me viam como diretor de relações públicas da Associação.

Em 2000, fui transferido para Santana de Ipanema a três horas daqui de Maceió, como retaliação, porque estava apoiando um movimento de paralisação. Vim fardado aqui para a sede da Associação e apareci na TV... Então, o comandante viu a minha imagem na televisão e me transferiu. Passei sete meses em Santana de Ipanema e foi um dos períodos mais tristes da minha vida como policial militar. Houve um abalo na minha família, por pouco eu não me separei da minha esposa. Não é fácil ficar longe de casa...

Saí de lá com a ajuda de um coronel que entendeu a minha situação. Ele soube que eu era da banda de música da PM. Esse coronel conseguiu me levar para Arapiraca, cidade mais próxima de Maceió, porque lá tinha uma banda de música. Fiquei dois anos. Tentei voltar para Maceió a todo custo... Entrei por equivalência no curso de Jornalismo, que foi um alibi a mais para eu voltar a trabalhar em Maceió. Eu consegui, mas foram viagens tristes, pesadas, arriscando a vida nesses ônibus, de madrugada, para chegar lá sete horas da manhã e estar em forma no batalhão. Foi difícil fazer o curso de Jornalismo, pois eu ia e voltava de Arapiraca todo dia para frequentar as aulas... Eu viajava fardado para não pagar passagem.

Hoje eu continuo na ativa, voltei para a banda de música. Estou com vinte e dois anos de Polícia Militar. Tenho o desejo, a ânsia de ver uma melhora na classe, de ver a situação mudar; ainda continua no meu sangue. As pessoas que estão no Estado Maior da Polícia Militar, as que estão no primeiro e no segundo escalões do Governo, na Assembleia Legislativa, ou na Câmara Municipal, não moram em periferia, andam lá só para pedir voto. Não convivem com a situação, com a miséria, com a fome, o crime e tráfico de drogas.

Não há nenhum apoio ao policial militar, com isso fico revoltado... Por isso é que estou escrevendo um livro sobre a PM, a partir do meu Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo; sobre a questão do crime organizado instalada, hoje, nos três poderes. A pistolagem em Alagoas ainda é uma profissão. Muitos desses pistoleiros são recrutados também em Águas Bela, Pernambuco, uma cidade onde está centralizada a pistolagem do nordeste, onde muitos desses deputados vão requisitar pessoas lá para virem fazer serviços sujos aqui no Estado, junto com os pistoleiros daqui. E eu estou denunciando tudo isso no meu livro. Eu não tenho medo de denunciar...

Então como é que nós podemos ter uma Polícia estruturada, um Estado estruturado, se nós estamos cercados pela indústria do crime? A desmilitarização é um assunto que quando entrei na Polícia Militar já se

discutia. Muitos companheiros nossos de outros Estados, como Rio de Janeiro e São Paulo, morreram, literalmente, por defender essa questão, pois ela era importante; porque nós teremos alguns ganhos como sindicalização e uma série de fatores relevantes, e hoje nós ficamos presos, nem fazemos bem o serviço policial, nem o militar...

As Escolas de Soldados ensinam mais o militarismo do que o *ser* policial; por exemplo, aquilo que falei quando cheguei às ruas quase matei um taxista, foi porque minha formação policial era zero; tive apenas formação militar... Então a desmilitarização é boa nesse sentido, porque iremos aprender a função de ser um policial e o que ele faz; vamos deixar esse negócio de militarismo, porque a hierarquia não vai quebrar, é uma coisa que existe até na nossa casa; em qualquer empresa existe a hierarquia, o respeito...

Antes mesmo de fazer o Curso de Jornalismo eu já pesquisava, já me interessava por essa questão do Estado, da Polícia Militar. Em 1997 havia duas realidades, uma dos outros Estados que estavam em busca de um reajuste salarial e a nossa. Claro, o nosso movimento aconteceu um pouco “no calor dos outros Estados”, principalmente de Minas Gerais e Pernambuco. Entretanto, aqui nós estávamos brigando por salários que estavam atrasados, e não por reajuste... Tínhamos, também, muitos outros problemas...

É preciso reestruturar as forças policiais, mas é necessário consultar a base, os policiais que estão nas ruas: cabos, soldados e sargentos. Os praças estão no policiamento das favelas, descendo grota, prendendo delinquentes. Os praças têm visão. Sabem o que é importante e o que se precisa fazer para melhorar. Aqui, em Alagoas, nós fizemos um movimento em solidariedade às famílias dos policiais que “tombaram ao chão” – que foram mortos por bandidos no início desse ano. Para colocar um policial na rua é preciso dar estrutura: um rádio, um colete, uma arma de fogo. Sem estrutura, os policiais militares serão apenas vítimas da violência...

2.3 SOLDADO BARBOSA (RAIMUNDO DOS SANTOS BARBOSA)

Acervo da autora, jun. 2008.

Entrevista com Soldado Barbosa (Raimundo dos Santos Barbosa), integrante do movimento grevista dos praças da Polícia Militar do Ceará, ocorrido na cidade de Fortaleza, no ano de 1997. A entrevista foi realizada no dia 29 de janeiro de 2008. Nascido no Ceará, Barbosa ingressou em 1987 na Polícia Militar. Após sua formação na academia militar, fez curso de cabeleireiro e foi trabalhar de barbeiro em uma escola da corporação. Por participar do movimento reivindicatório de 1997, Barbosa foi excluído da corporação policial militar.

Fui afastado após o movimento, eles recolheram minha identidade e fardamento antes mesmo do julgamento. No mês de dezembro de 1997 eu fui excluído da corporação.

Nasci no Ceará. Meu pai e minha mãe moravam em Aracati e viemos todos para Fortaleza há cerca de quarenta anos atrás. As condições de vida no interior eram muito difíceis e na capital sempre havia mais possibilidades. Quando cheguei, eu tinha por volta de quatro anos de idade, meu irmão mais novo não tinha nascido. Na minha família sou eu e mais quatro irmãos. Veio toda a família. Fomos recebidos por um tio nosso que morava aqui. Moramos com parentes da minha mãe durante um tempo. Depois, empregado, meu pai conseguiu alugar uma casa no bairro onde moramos até hoje, Jacarecanga. A nossa cidade cresceu muito. O nosso bairro, apesar de ser Jacarecanga, é muito conhecido como Grande Pirambú, porque abrange várias regiões, como o Bairro Nossa Senhora das Graças. A convivência na comunidade é muito boa. Todos nos conhecem lá. Todos sabem das nossas origens de Aracati. Hoje a família cresceu. São muitos primos.

Na família temos dois policiais militares, dois tios que já se aposentaram. Meu pai tinha profissão de pedreiro, depois trabalhou na estiva, no cais do porto. Eu gostava muito dessa profissão de pedreiro, aprendi e trabalhei um bom tempo. Terminei meu ensino médio em um colégio do Estado, antes de entrar para a Polícia. Meus tios, que já estavam na Polícia, me perguntavam se não queria entrar, falavam que era um emprego mais seguro, que era do Estado e sempre me interessei pela carreira militar, quis servir o Exército, mas não servi. Fiz um concurso para soldado da Polícia, passei e ingressei em 1987. Quando ingressei na Polícia, não estava acostumado com a disciplina e a hierarquia. Era muita rigidez, a instrução era puramente militar. Acho que deveria ser modificada para melhor qualificação dos policiais para servir à sociedade e garantir a lei. Temos que ter disciplina em qualquer lugar, até em uma empresa, mas com a hierarquia militar eu não concordo, porque é abusiva e, inclusive, sou um dos defensores da desmilitarização da Polícia.

Eu acho que a Polícia seria mais bem-vista pela sociedade, no Brasil, com uma formação para garantir a Constituição e servir o cidadão para que ele se sinta seguro, mas, infelizmente, não é assim, apesar de que dentro da Polícia a grande maioria é de bons policiais, cidadãos dedicados à vida militar, policial... pessoas que querem fazer o bem para a sociedade. Entretanto, dentro da corporação existe o "mau policial" que acaba com a imagem de todos.

Logo que terminou minha formação na academia, foi criado, aqui no Estado, um policiamento de turismo e fui deslocado para lá. Trabalhei quatro anos na Avenida Beira-mar, depois fiz um curso de cabeleireiro e fui trabalhar de barbeiro em uma escola da corporação, lá na Companhia do meu bairro, o Pirambú. E foi aí que eu tive um contato maior com a tropa, porque cortava o cabelo de todo mundo, daí

começar a surgir aquele espírito de liderança em mim e foi daí que, quando houve uma eleição para a Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado do Ceará, foram à minha procura.

Fui o primeiro representante da minha Companhia. Depois representei a Associação e fui convidado a fazer parte da diretoria. Exatamente no ano anterior à greve, fui eleito diretor de patrimônio. Quando surgiu aquele movimento de insatisfação da tropa, que começou em Minas Gerais, eu acompanhava tudo pela televisão. Nossa situação, aqui no Ceará, era muito ruim. Eu tinha dez anos de polícia e havia tirado férias apenas quatro vezes. O policial, que era para ser tratado como cidadão, não tinha direito nem a férias.

Há um problema em relação às promoções, não incentivam o policial, e isso nós víamos. Eu que convivia direto com os policiais e via essa insatisfação, pois eu fazia parte da direção da Associação que representava a classe, não teria como ficar de fora de um movimento daquele. A minha participação no movimento foi de modo pacífico, inclusive, na época, eu pedi ao meu comandante para ser liberado no dia, porque o Governo ia apresentar algumas reivindicações, mas ninguém sabia que ia dar no que deu. No primeiro dia eu fui à paisana, desarmado, sem capuz. Eu era da Associação e precisava acompanhar o movimento para repassar para o pessoal. Quando cheguei lá, já havia um movimento de policiais.

No dia 29 de julho começou aquela aglomeração, e o presidente da Associação, que tinha convocado a assembleia, não teve controle: o pessoal partiu para a passeata nas ruas. O presidente tentou pedir para ficarmos, mas o pessoal estava muito insatisfeito. Todos acompanharam a luta dos outros Estados. Então, o presidente nos acompanhou na manifestação até o 5º Batalhão e lá ficou. O restante da tropa seguiu em passeata até a Avenida Beira-Mar. Havia pessoas que não eram do movimento, eram do próprio Governo, mas infiltradas – os chamados “arapongas”. Saiu uma lista de nomes para punição, com quase quinhentos nomes, mas somente setenta responderam ao Conselho de Disciplina, e 13 foram excluídos. Alguns dos PMs foram reintegrados, voltaram para a corporação.

No primeiro dia de manifestação, houve um tiroteio causado por um oficial da tropa do Governo, que furou os pneus da Kombi do movimento, e a passeata que era para ser pacífica acabou sendo interrompida pelo tumulto. A tropa do GATE tentou interceder várias vezes, mas segundo o Governo, os manifestantes é que estavam revoltados. Alguns policiais estavam encapuzados por temerem represália... Eles não queriam aparecer, mas não estavam mal-intencionados. Nós, que estávamos de cara limpa (sem capuz), fomos excluídos. A mídia foi tendenciosa, criou uma ideia de “policiais baderneiros”.

No segundo dia, eu não participei porque tive uma crise de garganta e a caminhada seria longa no asfalto quente. Eu fui ao Hospital da Polícia. O movimento foi se esvaziando porque prenderam algumas pessoas. No primeiro dia, não houve palavra de ordem nem cartazes, porque, na verdade, o pessoal não estava preparado para esse movimento, foi criado na hora, foi só uma passeata, e no terceiro dia, o pessoal foi se entregando em uma passeata com flores no centro da cidade, da qual eu não participei.

O Governo foi muito severo, juntamente com o Comando. Eles me expulsaram à revelia da corporação. No mês de dezembro de 1997, após o movimento, eu fui excluído da corporação. Eles recolheram minha identidade e fardamento, antes mesmo do julgamento. A Corregedoria analisou os processos policiais. O promotor de justiça pediu minha absolvição por causa de todo o relato da minha vida, tanto na parte civil como militar, pois havia as testemunhas; não havia motivos para expulsão da corporação. Até essa época eu ainda recebia uma quantia, e como já havia completado dez anos de Polícia, pagavam um monte de abonos, que, inclusive, dava o direito a minha esposa de receber a pensão integral, mas depois foi cortada e entrei na justiça aguardando esse processo também.

Todos perceberam a injustiça que fizeram comigo. Ficaram perplexos, todos sabem que sou uma pessoa muito calma, tranquila. Os meus vizinhos não acreditaram, sentiram que foi uma injustiça e me apoiaram. As pessoas diziam: “com tantos maus policiais dentro da corporação, como um bom sujeito, dedicado à família e ao trabalho poderia ser excluído”. Todos acharam injusto.

Da Associação em que eu fazia parte, eu e o Feitosa fomos os excluídos. O Feitosa, presidente da Associação dos Cabos e Soldados, ainda está com o caso em processo... Ele sofreu muito, ficou incomunicável

uns três dias - ninguém sabia onde encontrá-lo, nem a própria família. Fizeram isso porque o Governo o considerava líder do movimento. Mas, na verdade, não tinha nenhum líder que levou o pessoal pra lá. Tivemos apoio até dos policiais civis, do sindicato deles. Da Polícia Militar nada! Pelo contrário, até a própria Associação... o Governo cortou o repasse da entidade, que ficou sem um tostão, e reprimiu de forma violenta; precisou dos diretores entrarem com ação na justiça para tornar a receber; foi repressão total, coisa que os policiais daqui estão acostumados, então acho que deve mudar e está mudando, pois, hoje, a sociedade, na visão que tenho, em relação à questão de segurança pública, está sendo algo que chama a atenção. Acho que a tendência é modificar alguma coisa, com certeza. A própria corporação tem essa falta de união, até a questão da luta é difícil, porque depois desse movimento muita coisa melhorou como a questão das férias entre outras, até o respeito policial está melhor.

Os companheiros da corporação têm a consciência da nossa importância, tanto que aonde vamos, chega que eles se interessam, perguntam como está a minha situação, porque eu ainda não voltei; comentam que há tantos maus policiais na corporação que voltam e que nós, que somos pessoas de bem, não voltamos; fica aquela ansiedade deles pelo nosso retorno. Existe uma possibilidade real de volta, principalmente porque já há alguns que retornaram, como a Edna, o Cabo Melo, o Soldado Arruda, o Sargento Dimas, todos participantes do movimento, que tinham sido colocados como liderança de alguma forma, mas todos voltaram através da justiça e não houve anistia, nem discussão sobre esse assunto.

Olhando a questão do Ceará, acredito que o Estado errou em colocar o Batalhão de Choque na Avenida Beira-mar, porque o Governo nunca tentou negociar com a tropa; e era pra ter havido uma negociação, porque, aqui, o salário, realmente, estava "lá embaixo", e as condições de trabalho eram mínimas, inclusive, o comandante da época cortou a diária que valia a metade se o pessoal adoecesse. Quer dizer, no caso de doença do policial, ao invés de ele ter uma ajuda, um apoio maior, cortavam era o salário dele porque estava doente. No meu caso, dois dias só de repouso não tira, mas se ficasse de quinze dias a trinta dias, na época, eles cortavam as diárias. Eu acreditava que não fosse ter nada de punição, mas da forma como o Governo tratou, eu podia esperar que fosse haver. Até mesmo pelos meios de comunicação e pela maneira que o Governo, através dos comandantes, encarou o movimento; e diziam que os policiais deveriam ser punidos, aí eu já pensava que poderia terminar sendo excluído da Polícia.

Na época, eu já trabalhava de barbeiro, aí passei a trabalhar em casa, onde trabalho até hoje; minha esposa teve esse problema na pensão, aí ela se formou e fez um concurso da prefeitura e hoje é professora; temos uma filha de 17 e outra de 15; uma está terminando o ensino médio agora, e a outra começando. Eu continuei na minha profissão, mas muitos policiais não tinham outra profissão, a maioria nunca se preocupou com outra coisa; eu, graças a Deus, sei trabalhar um pouco de eletricista, pintor, pedreiro, cabeleireiro e barbeiro; hoje tenho muitas profissões porque realmente é necessário e foi o que me ajudou muito para a época que nós sofremos essa represália.

Um balanço que posso fazer do movimento, no meu caso pessoal, é que ele atingiu a questão da família, que ficou traumatizada, mas, como sempre, tive aquele espírito de coletividade, de ajuda; me sinto feliz com que houve de ganhos, de melhora e até a maneira como hoje o policial vê que a coisa é diferente de antes da greve, do movimento. O regulamento da corporação sofreu algumas modificações, mas acredito que a polícia só vai melhorar quando ela desmilitarizar, mudar a formação do policial, que ele seja realmente formado para defender o cidadão. Pelo que converso com os companheiros da corporação, a maioria da classe de praça, acho que 99% são a favor da desmilitarização; acho que só os oficiais, os superiores ainda desejam a corporação militar, mas acredito que a maioria dos praças, não.

A relação da Polícia Militar com a Civil melhorou bastante depois do movimento. As duas Polícias se uniram naquele dia, mas acho que há um distanciamento; até a forma de trabalhar é diferente. Nós trabalhamos mais a questão preventiva e a deles é mais investigativa; até as funções são diferentes. Mas não acho que atrapalha o trabalho do policial militar, acho que cada um deve respeitar sua área, fazer o seu papel de polícia preventiva e a Polícia Civil fazer o seu papel de polícia investigativa.

A população, na grande maioria, entendeu que o movimento era justo, porque viam a situação dos policiais, principalmente da época, embora muitos achavam que polícia não podia fazer greve, mas a própria Constituição diz. O problema é esse: a Constituição diz, mas os governantes não cumprem que todo cidadão trabalhador tem direito de se alimentar, vestir e comer, não é garantido nem para o policial, nem para maioria do povo. A questão do salário, hoje, que também não garante, teve uma melhora significativa.

Depois do movimento, eu não perdi nem deixei de ter contato com a Associação, tanto que minha esposa foi lá e se associou. Ela continua sócia e eu continuo indo lá; de todas as eleições que tem lá eu faço parte, acompanho aqueles policiais que realmente merecem um voto de confiança e não deixo essa questão política. Aliás, depois do movimento, essa questão política na minha vida parece que está no sangue. Depois que eu fui excluído, como fiquei livre, militei na esquerda pelo PT, e me filiei no PCdoB. Esse partido, no Ceará, tem o senador Inácio Arruda, o deputado federal Chico Lopes e Lula Moraes deputado estadual, e para vereador temos Eliana Gomes. O policial militar não pode ser filiado a partido político. Por exemplo, se eu retornar para a Polícia, tenho que me desfilial, muito embora minha consciência não se desfilie.

Muitos policiais saem candidatos por partidos políticos, mas se afastam e têm o direito de escolher o partido para qual vão sair. Infelizmente, a classe é desunida, porque aqui não se consegue eleger na Polícia Militar nenhum deputado, devido à repressão. Ninguém do movimento nunca saiu candidato, todos nós desprendidos totalmente de poder, muito embora com consciência política.

No meu caso, prefiro ficar na qualidade de orientador político, porque quando você quer ser um candidato, as pessoas dizem que você faz as coisas por isso, então prefiro ficar negociando com candidatos que possam representar a classe e que tenham um bom trabalho. Qualquer um desses tem o meu apoio, tanto é que me envolvi dentro da corporação e filiei ao PCdoB, apoiando pessoas não ligadas à corporação, porque têm histórias de luta com relação à política no sentido geral. São pessoas que veem a questão da educação, saúde, e não só de segurança que é importante, mas, principalmente, a questão da educação que é fundamental.

Em Minas Gerais, as coisas foram diferentes. O Cabo Júlio conseguiu apoiar o Governo, na época o Itamar Franco e o Eduardo Azeredo na disputa, mas ele falou que queria apoiar aquele que ajudasse os companheiros. O Itamar se prontificou e, inclusive, ajudou mesmo esses policiais; ele ganhou o Governo do Estado, resolveu o problema dos policiais e até aqui saiu uma nota, na revista Veja, sobre esse assunto - foi uma negociação, porque tinha representação dos PMs em Minas.

Na minha família, as minhas filhas têm prioridades na vida, como o estudo, e não namoram, pois acho que tem que pensar em outra coisa por enquanto, mas se quiserem, um dia, não há proibição nenhuma, desde que traga para nós conhecermos. Fazemos parte, também, da Escola de Pais do Brasil, seccional Fortaleza, e lá dou aula no curso para os pais e nós tanto aprendemos como também passamos informações. A discussão fundamental é a educação dos filhos, através dos pais, porque muitas vezes nós educamos de maneira errada os filhos.

Nós entendemos que os filhos têm que ter limites e que isso influi na questão da segurança, da violência. Se você cria um filho sem limites, ele não vai respeitar nada e vai dar trabalho para a polícia e para o Estado, então, um filho bem-educado, seja da classe média, alta ou inferior, tem que ter boa educação. E acho que nesse momento todo mundo está preocupado com a questão da educação, reeducar os pais para educarem os filhos. Na era do consumismo, que é neoliberal e onde todo mundo só aprende a consumir e se esquece do "ser para se ter", só quer ter e possuir. Então, acho que essa questão do ser humano tem que ser muito trabalhada, acompanhada da segurança e da educação. E como tenho essa consciência, faço parte dessa escola de pais. Acho que cada um de nós tem que contribuir com o conhecimento e sempre tive isso comigo e acho que é por isso que aonde eu vou, todo mundo gosta de mim. Eu fui excluído da Polícia, mas dos soldados ao coronel ninguém tem nada contra mim; e foi um relevante da época, a repressão do próprio Governo. A política se faz com democracia, com diálogo, isso é importante. Uma questão marcante, de que eu gostaria de falar, foi uma atrocidade com relação ao meu companheiro, o Soldado Feitosa, que ficou preso por dois dias, sem ninguém tomar conhecimento. Ninguém sabia por onde ele andava, nem a própria família. Levaram-no pro

quartel do Exército, mas não o aceitaram lá e, se não me engano, levaram-no para Itapipoca, onde ele ficou em um celeiro onde havia animais, mais especificamente cavalos. Foi uma tortura psicológica, e depois ele me falou que pensou em coisas que não era para pensar, que só não fez por causa da família; ele era motorista na Polícia e hoje trabalha com vendas, trabalhando de motorista.

No meu caso, eu não fui preso, nem chumbado e fotografado. Eu tenho aqui a cópia do processo onde o promotor de justiça vê que até as testemunhas que eles arrolaram contra mim depuseram a meu favor. Quer dizer que não há nada contra a mim nem contra meu ato, e o promotor solicitou minha absolvição, mas o Comando me expulsou à revelia, porque era ordem do Governo do Estado, na época o Tarso Jereissati. Eu tenho receio de voltar para a Polícia, até pela questão da violência que hoje está muito ampla, mas sempre digo que ainda posso contribuir para a Polícia Militar do Estado do Ceará, mesmo sabendo que terei que diminuir meu tempo de trabalho como barbeiro.

Mas na Associação, eu vou ficar mais próximo, inclusive tenho um pensamento de voltar pra lá, não vou deixar de participar, pois ela é importante. Vou ter que sair do partido, mas minha cabeça não vai sair e minha mente não vai conseguir mudar. Nós passamos por muitas dificuldades, eu e meus companheiros, nós não esperávamos e nem estávamos preparados para isso, mas foi uma consequência, e nossas famílias realmente sofreram com isso, e hoje, em 2008, conseguimos equacionar, mas com muita dificuldade, e é por isso que quero conseguir o meu retorno na justiça.

2.4 SOLDADO TUPINAMBÁ (JOSÉ TUPINAMBÁ FERNANDES)

Acervo da autora, jun. 2008.

Entrevista com Soldado Tupinambá (José Tupinambá Fernandes), integrante do movimento grevista dos praças da Polícia Militar do Ceará, ocorrido na cidade de Fortaleza, no ano de 1997. A entrevista foi realizada no dia 21 de janeiro de 2008. José Tupinambá Fernandes ingressou na corporação em 1981. Participou ativamente do movimento reivindicatório da Polícia Militar do Ceará e no dia 31 de dezembro de 1997 recebeu a notícia de que seria excluído da PM.

A notícia da greve surgiu com a Associação que havia pregado uma circular nas unidades e subunidades da PM. Chamavam para uma reunião que iria decidir um possível aumento salarial. A imagem dos PMs encapuzados marcou os movimentos do Nordeste. Eles estavam encapuzados por medo. A mídia, muito comprada, noticiou o movimento como baderna. Os policiais manifestantes não eram marginais.

Eu nasci na cidade de Sobral, em 9 de agosto de 1961. Minha mãe era empregada doméstica e meu pai era um operário, mecânico de armas e de máquina. Eles não concluíram o ensino fundamental, mas meu pai teve um esforço para que nós pudéssemos estudar. Éramos sete filhos, cinco mulheres e dois homens, todos estudamos, uns se formaram e outros não. Meus pais e quatro irmãos ainda moram em Sobral e eu e mais os outros dois irmãos, moramos em Fortaleza. Eu vim para Fortaleza em 1979 com o objetivo de sair de uma cidade pequena e procurar um espaço melhor na sociedade e achei que a capital era o ponto certo para crescer tanto pessoalmente como profissionalmente.

Vim pra cá sozinho, morei com minha irmã aqui em Fortaleza e com muito esforço estudei, servi o exército brasileiro, que era um sonho que eu tinha. Lá no interior, só havia Tiro de Guerra e em 1980, comecei a servir o exército, onde passei um ano. Quando saí, fiz curso pra Polícia Militar, onde a vivência do exército me ajudou na questão do comportamento, aonde já vinha de todo um treinamento de disciplina, então já vinha preparado. Apesar de que, a polícia tinha outra formação.

Em 1980 servi o exército e em 1981 eu ingressei na PM, fui pro agrupamento de elite, de choque, fiz parte também do COE, que era o Comando de Operações Especiais. Eu gostava do que fazia porque era um trabalho aonde você poderia ajudar as pessoas e isso tem muito a ver comigo. Eu imaginava poder fazer alguns cursos, inclusive tentei, mas sem êxito e continuei a estudar, mas não consegui concluir o ensino médio dentro da corporação e fui concluir depois. Foi uma experiência muito boa pela formação disciplinar e profissional. A Polícia em si é uma organização séria e que dependendo do modo de agir você tem condições de ajudar o ser humano e no COE nós trabalhávamos diretamente no combate ao crime como também no combate a violência de todas as formas e ele foi usado contra nós porque tem uma formação rígida e temos outros ensinamentos.

Em 1997 eu me encontrava na 4ª Companhia do 6º Batalhão, que fica em Fortaleza, onde nós trabalhávamos no serviço preventivo com a comunidade. A ideia da greve de 1997 surgiu na Associação e foi divulgada nas unidades e subunidades da PM por meio de uma circular. Convocaram a tropa para uma reunião

que decidiria ações para um possível aumento salarial. Quem convocou a reunião foi o então presidente da Associação, o Cabo Anselmo. Ele não dimensionou a importância da movimentação.

O Cabo Anselmo, como presidente da Associação, ficou assustado após a convocação para reunião. Quando ele viu que ia chegando gente, e que aglomerou uma multidão em frente à Associação, ele quis desfazer tudo. No início, não havia nenhum tipo de contenção do movimento, mas quando houve a passeata dos policiais da Associação até o 5º Batalhão, com uma concentração maior de policiais, houve agressão por parte dos comandantes. Tentaram impedir que se chegasse a um evento maior. Em frente ao 5º Batalhão havia mais ou menos uns dois mil policiais que aguardavam os PMs que estavam dentro do quartel (que o Comando não deixava sair para aderir à greve). Esses policiais estavam de prontidão, mas conseguiram sair e decidiram que fariam uma passeata para que a população tomasse conhecimento do movimento pacífico e ordeiro que estava acontecendo.

Eu acompanhei os três dias de greve. No primeiro dia eu estava em casa (de folga) e recebi a chamada do Cabo Anselmo. Pensei: *preciso ir, preciso lutar para melhorar as coisas*. Decidi ir e não medi as consequências. Vesti a farda e fui desarmado, com identificação. Eu não coloquei capuz. Chegando lá na Associação, saímos em passeata para o 5º Batalhão, lá estava uma aglomeração maior. De lá, saímos em passeata pelo centro da cidade, passando pelo Corpo de Bombeiros. Depois, seguimos pela Avenida Beira-Mar, e iríamos até o local de concentração do FORTAL (um carnaval fora de época). Quando chegamos nesse curso, fomos interceptados pela Tropa de Choque. Eles fizeram uma barreira: todos armados, equipados com bombas de gás lacrimogêneo. Nós, manifestantes, estávamos desarmados. Aliás, alguns poderiam estar armados - alguns policiais encapuzados. O Tenente Henrique, do Batalhão de Choque, furou o pneu de uma Kombi, com carro de som, para que ela não prosseguisse. Nesse momento começou o confronto.

É difícil para todo mundo a greve, inclusive para o Batalhão de Choque, porque na época o regimento era duro e foi uma coisa de momento, não foi nada planejado. O regulamento disciplinar da Polícia Militar era duro e arcaico. Após o movimento ele mudou, mas continua muito rígido. A constituição dá o direito de ir e vir à pessoa, o direito democrático, mas na Polícia Militar não existe isso. Aí fica difícil para todo mundo participar de um movimento como o de 1997. No meio do tumulto, não houve negociação. Após o comandante ser baleado, jogaram bombas de gás contra os manifestantes. A ordem do Governo era barrar de qualquer forma. Depois desse dia eu retornei a Praça da Polícia Civil para continuar o movimento. Na Polícia Civil ainda havia aquele clima de greve.

Havia informações de que se nós fossemos para casa íamos presos. O Elísio, presidente do Sindicato da Polícia Civil teve a sua casa e o seu carro metralhados. Então fiquei escondido em uma casa no bairro Bom Jardim, acobertado pelo atual vereador de Fortaleza, Sérgio Novaes, que era político e era da corporação. No primeiro dia da manifestação, eu saí de casa e não disse nada para meus familiares. Infelizmente precisei ficar escondido... Ninguém sabia por onde eu andava. Foi um choque para a família toda. Até então não tinha pensado que seria punido, porque só pensava no movimento, em melhorar as condições da Polícia Militar. No terceiro dia, eu voltei para a Praça da Polícia Civil e a aglomeração de greve já era bem menor. Nesse dia chegou o Coronel Justino e me deu voz de prisão no meio da Praça. Eu me rendi. Fui para o quartel, fiquei detido.

Eles queriam mostrar a força do Estado, do Governo do Ceará. Queriam acabar com o movimento, prendendo os manifestantes para mostrar força. Nós nos rendemos, pois tinha um caminhão da Tropa de Choque, com uns oitenta policiais. Caso pensássemos em resistir, não sei o que iria acontecer com a gente. Ficamos presos no quartel. Queriam me colocar preso no xadrez do quartel, mas fiz um acordo e consegui ficar no alojamento. Tomaram minha farda e a minha identidade militar. O meu salário foi reduzido, mais da metade, perdi uma série de benefícios. Isso tudo "logo de cara", imediatamente após o movimento.

Eu trabalhava na corporação e naquele momento não tinha nenhum outro trabalho de bico. Fiquei afastado de julho até dezembro de 1997. Nesse intervalo fui convidado para fazer a segurança privada do então presidente de honra do PT, Luís Inácio Lula da Silva – hoje Presidente da República. Então a Polícia

Militar mandou uma denúncia na segunda seção através de documento para ser anexado ao meu processo, para me prejudicar ainda mais. Mas só tive acesso a esse documento depois, pois tinha amizade lá. Houve também um comunicado confidencial do Secretário de Segurança à época, o General Freire, que nós tivemos acesso depois onde ele dizia que o simples fato de ter participado do movimento era motivo de exclusão. Ele já tinha determinado a nossa exclusão. Ele intimidava o presidente do inquérito, o Capitão Gilberto, que pode ter sofrido alguma represália ou alguma coisa parecida. Inventaram a ideia de Conselhos Disciplinares para dar uma satisfação social, e seguir a regra dos outros estados. Mas o fato já estava consumado. O Governo fez isso para mostrar a força repressiva do estado.

Após receber voz de prisão durante a greve, fui afastado da corporação de julho até dezembro de 1997. No dia 31 de dezembro de 1997 recebi a notícia: estava excluído! Tive apoio familiar e dos sindicatos. Nós os procuramos e eles estiveram de portas abertas para nos ajudar, foram solidários. Foi um momento triste, tudo se tornou difícil, as portas se fecharam. Eles fazem tudo para te derrubar. Mas eu não me calei. As Associações da Polícia Militar não ajudaram em nada, foi o sindicato da Polícia Civil que nos ajudou com cestas básicas. Fui estudar porque não tinha o segundo grau completo e terminei o ensino médio. Fiz um curso, trabalhei como vigilante e com comércio ambulante. Colocam você numa situação em que a liderança não possa existir, fazem isso para desistir do seu objetivo e senão tiver uma formação familiar e espiritual muito boa acaba desistindo e vai procurar outros meios, mais isso não foi motivo para que eu me calasse.

Na época, eu não tinha nenhuma ligação com Associação da Polícia Militar. Nós que fomos afastados sempre nos reuníamos na igreja com o bispo de Fortaleza, na época, Dom Cláudio Nunes. Ele era da direita e a gente o achava muito conservador, não tivemos êxito. Depois que sai da PM, continuei em novas lutas: fui vice-presidente e depois presidente da Associação Residencial Cruzeiro do Sul em Caucaia.

Eu tive muito apoio por parte da comunidade, porque sempre me preocupei não só com os problemas da polícia, mas com a comunidade, sempre fui uma pessoa de bons relacionamentos dentro e fora da corporação. As pessoas foram muito solidárias comigo e entenderam a injustiça. Muitos, da própria corporação, até hoje me perguntam: *quando você vai voltar?* Nós fomos capazes de lutar pela categoria. Muito são solidários.

Meu processo encontra-se atualmente na 7ª vara e está com um ano concluso pra julgamento e espero retornar, mas há uma possibilidade porque a própria justiça pode reconhecer como fato absurdo! Porque a desproporção da punição com o fato que ocorreu, é notório. Outro detalhe foi ter respondido o Conselho de Disciplina, onde nem deveria ter respondido por que era crime militar. Para ser julgado pela justiça militar e se pegasse até doze anos não era motivo de exclusão, agora, se fosse punido e tivesse pegado mais de doze anos não poderia voltar, mas não foi o que aconteceu.

O balanço que faço de toda a situação é que valeu a pena porque nós estamos aqui na Terra, uns passam sem que tenham feito alguma coisa e outros passam com o intuito de fazer algo. Acho que isso faz diferença. Era necessário fazer isso porque a Polícia Militar tanto naquela época como hoje, passa por problemas sociais, econômicos e de saúde. Muitos policiais estão doentes com problemas emocionais.

O próprio estado continua cometendo crimes contra esses policiais, muitos deles não entendem o problema e acham que aquilo é normal, mas não é. O estado não toma nenhuma providência. Através do movimento de 1997, houve alguns benefícios, mas precisamos de uma mudança no regulamento que é arcaico e de uma melhor formação para os policiais.

Em 2000, houve algumas modificações, mas ainda existem coisas pendentes que precisaria da participação dos policiais. Isso seria uma nova forma de trabalhar, de ter uma junção melhor dos fatores econômico, social, político e ter condições para fazer isso. Tem pessoas dentro da polícia que podem fazer e espero que isso aconteça. Durante o tempo que estou fora da Polícia, não só fiquei com a ideia de aprender mais, mais de progredir de todas as formas como venho fazendo cursos. Hoje tenho um curso técnico em urgência e emergência, em enfermagem, formação política na Universidade Federal do Ceará e a própria corporação já me convidou para participar de movimentos e de seminários.

Entre eu e meus companheiros de corporação existe uma boa relação, já teve um oficial que chegou pra mim e disse: Tupinambá, eu vou escrever um livro e quero que você participe e no Comando que eu estiver você será bem recebido, isso é gratificante. Outros oficiais, inclusive o comandante geral da polícia militar que passou agora, na época foi favorável para que eu ficasse na corporação e no processo que respondi.

Um momento marcante foi o fato de nós termos participado de um evento desse e ter sido esquecido. Acho que é um fato que marca, porque já deveria ter tido uma conotação maior, até porque o estado, deveria ter sua participação na redenção de toda essa repressão, mas não teve nem discussão de anistia. Esse é o problema de liderança, que nós vemos hoje. Parece que as pessoas têm medo, não sei se pelo fato do capitalismo que se fala que é o “bicho” e que veio pra acabar com tudo, às vezes não entendem o porquê ele destrói e isso faz com que não se manifestem e não façam nenhum tipo de reivindicação. Ele causa medo, pânico nas pessoas, e talvez muitas delas tem vontade de participar, de lutar.

Durante o movimento, estimulamos as pessoas, falamos no carro de som da importância do movimento, pedimos apoio tanto dos policiais, como da sociedade, falamos que é importante e que nossa luta era ordeira, pacífica e que estamos ali para reivindicar direitos tolhidos pelo estado que não nos deu condições básicas de trabalho, salário. O regulamento da época era um absurdo, pois, nos impedia de participar de movimentos, de associações.

A imagem dos PMs encapuzados marcou os movimentos do Nordeste. Eles estavam encapuzados por medo. A mídia, muito comprada, noticiou o movimento baderna. Os policiais manifestantes não eram marginais. Os encapuzados seriam os bandidos e os que não estavam com capuz eram as lideranças do movimento, mas isso não procede. As pessoas que estavam encapuzadas estavam com medo da própria corporação e do próprio estado, mas não eram marginais.

Os próprios policiais que estavam do lado do Governo e do estado, que se tornou arbitrário porque impediu uma cláusula da constituição, dando o direito de ir e vir e até porque o movimento era ordeiro, pacífico e até o Governo colocar sua tropa de elite contra essas pessoas estava tudo tranquilo, tudo em paz, não tinha ocorrido.

A partir do momento em que o Governo colocou a tropa para barrar o movimento, tudo mudou. Aquilo tomou uma dimensão política muito grande, lutávamos por melhores condições de trabalho, e até então ninguém, nunca tinha feito um movimento desse porte no estado, principalmente na Polícia Militar. Infelizmente, a mídia transformou os PMs em bandidos. Mas até o momento em que a tropa barrou o movimento, estava tudo muito ordeiro, estava tranquilo e as pessoas encapuzadas estavam com medo da própria corporação, do estado, pois mostrou sua força repressiva com as pessoas que foram punidas e que até hoje estão pagando caro por isso. Não teve nenhuma sensibilidade por parte do estado em resolver esse problema e valorizar as pessoas que estavam querendo, apenas, só melhorar as condições de trabalho. Não estávamos pedindo mais do que isso.

Hoje, em 2008, eu sou técnico em socorro de urgência e emergência, em enfermagem. Sou diretor de relações públicas da associação dos ambulantes do Beco da Poeira que abriga 2050 ambulantes continuo no movimento social. Faço parte da direção e pretendo continuar com a minha atividade político-social para que possa de alguma forma e colaborar ou talvez transformar o meio em que vivemos no campo social, econômico e político dando nossa contribuição e aprendendo a passar as informações de alguma forma onde estiverem os direitos das pessoas.

A PM precisa mudar. O mundo precisa ser transformado. Acredito que, só através do conhecimento, da educação, teremos melhoras. Cada um deve buscar as esferas da sociedade para contribuir de alguma forma. Eu espero estar fazendo isso. Até quando Deus quiser! Pretendo também, através dos movimentos de classe que participo hoje, trabalhar e me dedicar à filantropia. Não sei ainda em que área eu vou atuar, mas tenho uma convicção de que vou trabalhar para o bem comum das pessoas e tenho certeza disso.

2.5 SOLDADO MOISÉS (MOISÉS FLORÊNCIO DE OLIVEIRA FILHO)

Acervo da autora, jun. 2008.

Entrevista com Soldado Moisés (Moisés Florêncio de Oliveira Filho), integrante do movimento grevista dos praças da Polícia Militar de Pernambuco, ocorrido na cidade de Recife, no ano de 1997. A entrevista foi realizada no dia 29 de janeiro de 2008. Em seu gabinete, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, Soldado Moisés enfatizou: o sonho de ser policial; as relações familiares; a construção da Associação dos Cabos e Soldados; a luta por melhores salários na greve de 1997; a carreira de Deputado Estadual.

Eu esperava uma oportunidade para mudar a situação da polícia. Eu pensava em sair da polícia, e queria fazer alguma coisa para meus amigos que iriam ficar.

Sou natural de Recife, nascido em 21 de maio de 1963. Meus pais são pernambucanos; minha mãe veio de Vitória, do interior do Estado, e meu pai de Escada. Somos quatro filhos, duas mulheres e dois homens. Eu sou o mais novo dos homens. Nossa programação de vida foi para que todos estudassem em colégios do Estado com o objetivo de cursar uma faculdade. Meu irmão é jornalista e minha irmã é psicóloga e também técnica e instrumentista de hospital federal.

Meu pai tinha uma fábrica de cofre, era empresário. Ele fornecia aqueles cofres antigos, de guardar dinheiro e joias, para nove Estados do nosso país. Entrou em falência e terminou sendo serralheiro, para manter o sustento da família. Minha mãe era doméstica, foi a “grande gerente” dele. Em nossa família, havia quatro primos que eram da cavalaria, eles encostavam e amarravam os cavalos na frente da minha casa; eu, com cerca de sete anos, ficava impressionado. Admirava-os como super-heróis: meu sonho era ser soldado da polícia.

Sempre fui um menino muito tímido (evangélico). Por incrível que pareça, entrava em choque de cultura com minha família, porque tinham outros planos... Para eu ser médico ou veterinário, era um sonho. E também poderia ser um engenheiro mecânico, porque eu passei no vestibular com 17 anos em engenharia mecânica. Quando eu passei, meu pai já estava ajudando meu irmão a pagar a faculdade. Ele pediu carta de crédito da Caixa Econômica, mas não era suficiente. Minha irmã também já estava fazendo cursinho. Estava um gasto muito grande para o meu pai e tive que esperar as coisas melhorarem. Depois disso, meu pai entrou numa crise de coluna, fazia tratamento em São Paulo e passamos novamente por dificuldades, passamos até fome. Eu estava com 18 anos. Meu irmão já estava trabalhando e ajudava de certa forma, mas não dava para sustentar a nossa família.

Meu pai foi fazer tratamento em São Paulo e aproveitei para fazer a inscrição na Polícia. Eu tinha o segundo grau, tinha passado no vestibular, mas tinha que me submeter ao concurso público da Polícia, ganhando o mesmo que o salário mínimo, isso em 1982. O nível de seleção era da quarta série primária.

Houve divulgação do concurso. O meu primo, que era soldado da cavalaria, passou a me orientar, disse que tinha chance de vencer porque eu tinha um grau de escolaridade elevado e era muito “CDF”.

Fiz curso de preparação para ser sargento, passei na seleção com 18 anos. Só colocaram um indicado no meu lugar, na época havia essas coisas. E a instituição era muito fechada, não podia entrar na justiça para

protestar em busca do direito. Na época eu era civil, e entrar com uma ação contra a instituição da Polícia Militar era um risco. Hoje é uma coisa muito comum.

Entrei para a Polícia Militar sem que meu pai soubesse. Fiquei com medo de quando ele voltasse de São Paulo; temia que sendo policial fosse causar uma decepção para ele, mesmo fazendo 19 anos; tive uma educação muito rígida. Mas quando me viu fardado, ele chorou. Passei a ser uma referência para ele, além do meu irmão que tinha um curso de nível superior, mas ele sempre teve uma grande aproximação comigo, o sonho dele era ser policial e eu não sabia. Tinha medo que ele me descobrisse policial, achava que para ele seria uma vergonha eu ganhar um baixo salário.

A Polícia, na época, era moralizada por ter autoridade, mas não era compreendida pela sociedade, de certa forma; as pessoas até questionavam o poder de polícia, caracterizavam-na como repressora e opressora, mas nós temos mudado essa visão.

Meu pai me apoiou e me formei no BPTRAN, Batalhão de Trânsito. Foi minha escola, e eu passei quatro anos naquela unidade. De 1987 para 1988 houve uma formação de novos batalhões, para isso foi preciso transferir alguns policiais de alguns batalhões. A tendência era mandar os que não tivessem bom comportamento. Eu tinha um excepcional comportamento, mas me desentendi com um sargentinho, na época, então fui transferido com os outros.

Então eu me formei no 11º Batalhão, o BPTRAN: um batalhão da elite, de nível de formação cultural mais elevado. Além de passar no concurso público da Polícia, para entrar no Batalhão de Trânsito, tinha que fazer um teste, que era quase uma nova prova de seleção. Graças a Deus eu fui selecionado.

Saí do Batalhão que era tido como de relações públicas, e não tive treinamento de tiro, porque meu comandante alegava que não precisava, minha turma não precisava, éramos relações públicas. Fui transferido e levei um choque quando, pela primeira vez, coloquei uma arma na minha cintura; eu temia de ela disparar porque não tinha nenhuma preparação. Meu irmão que pagou a arma.

Eu não tive treinamento de tiro. Durante os quatro anos que trabalhei como policial nunca tinha colocado uma arma na minha cintura. O treinamento do BPTRAN era mais para aprender o funcionamento do Código de Trânsito, SENTRAN, SENETRAN, e todos os órgãos de trânsito. Tínhamos que saber tudo. Não era para decorar, pois estávamos vivenciando o dia-a-dia, e tinha que aprender a argumentar com os advogados, porque quando você passa a ser o agente de trânsito, precisa conviver com pessoas de todos os níveis.

Tem juiz, promotor, desembargador, advogado, que quer se impor, então eu tinha que me preparar, tinha que mostrar competência nas ruas. Eu não era mais um, queria ser o diferencial. Eu fui para o 11º, um batalhão com um efetivo insuficiente, com área de atuação mais do que crítica, o Alto Pascoal - com 22 bocas de fumo. Para entrar na área do Alto Pascoal eram, no mínimo, seis viaturas, e me colocaram para trabalhar em patrulha de bairro. O Dr. Roberto Magalhães criou um sistema de policiamento que era uma aproximação com a sociedade, a Polícia Comunitária. Era interessante porque tinha integração, porque não existe crime perfeito. Passamos a contar com o apoio da população civil para diferenciar o bandido, do cidadão honesto.

Começamos a vivenciar, intensamente, os abusos de poder dentro dos sistemas de segurança. Eu estudei para ter um segundo grau, era um nível como o superior hoje. Para o pobre, na época, chegar ao segundo grau e estudar em colégio do Estado era uma bênção.

Estava entrando em choque de cultura, porque, em momentos de festas, fim de ano, carnaval, Natal, São João, que eu poderia estar com minha família, com a namorada ou com os meus amigos eu tinha que trabalhar. Eram os momentos que eu mais dedicava minha vida para a sociedade, que era tão hipócrita ao ponto de não reconhecer a minha importância. Era uma doação da nossa vida em defesa de uma sociedade que não dava retorno.

Eu começava a me revoltar. Aí meu pai me levou para o psicólogo, porque minha irmã é psicóloga e achou que eu estava me desequilibrando. A nossa profissão é a segunda mais estressante do mundo, e você passa a ter uma carga de trabalho excessiva. A Associação dos Cabos e Soldados foi a última a ser fundada,

mas a primeira a ter uma atuação direta com essa questão de políticas nacionais, respeitando nosso Cabo Júlio que foi o grande baluarte; é ainda minha referência como líder.

Na época, eu entrava nesse choque, e via muitos abusos. Passei no vestibular e não pude fazer a faculdade; o capitão disse na minha cara que ele era o capitão e tinha só segundo grau, e que eu teria que escolher entre ser soldado e ter um curso de nível superior. A Polícia deveria estar em primeiro lugar, não tinha espaço para estudar. O nosso Código de Disciplina era pior que o Código Penal, que está em vigor desde a década de 40. Os comandantes eram nossos juízes, nos julgavam e condenavam. Cometi uma falha na guarda do Batalhão, porque não anotei a placa do cidadão que entrou, e o tenente queria, na época, que eu o avisasse assim que essa pessoa chegasse. O sargento não me repassou a ordem, então fiz o que era minha obrigação. Ele mandou prender todo mundo da guarda. Como o sargento não assumiu a culpa, o tenente me prendeu pela falha. Levei a culpa pelo sargento.

O sistema militar era abusivo. Eu fiquei recolhido dez dias no xadrez e, depois disso, um tenente, que sabia da minha boa conduta, mandou me tirar da prisão. Muitas vezes, ficávamos incomunicáveis, a minha família não podia me visitar. Nem preso da mais alta periculosidade neste país tem o tratamento que nos tínhamos na época. Enquanto presos que matavam eram liberados com confiança ou *habeas corpus*, eu, que era formado para defender a sociedade, representar a lei, ficava trinta dias, no mínimo, no xadrez.

Sempre fui um homem pacato, o que o povo daqui chama de “tabacudo” (sem maldade). Passei a ser uma pessoa agressiva, revoltada, instável, com desequilíbrio psicológico total. Fiz tratamento, mas isso não ajudou muito porque eu permaneci com o mesmo problema. Tenho uma necessidade de mudanças, não só de função, como de pessoas com quem convivo.

Trabalhei durante três anos e seis meses na operação bancária, que era o policial destinado para os bancos (convênio com o Estado e com a Polícia). Os bancos arcavam com a alimentação, o combustível e a manutenção das viaturas; fazíamos rondas locais, era mais tranquilo. Isso era um desvio de função, porque a segurança é pública e não privada. Mas os banqueiros eram posições de Estado.

Dali foi que saiu uma matéria falando sobre a adoção do meu filho. Ele trabalhava e ficava tomando conta de carro – na época tinha oito anos de idade – eu tinha uma amizade com ele e resolvi registrá-lo no meu nome; hoje ele tem 19 anos. Conhecemo-nos na operação bancária. A partir daí, passei a me preocupar mais ainda, porque agora eu era pai.

Foi durante esse período que começou a preocupação com a defesa dos próprios companheiros; estávamos sem colete, sem armamento; minha família me ajudou a comprar minha arma. Outros companheiros que não tinham condições, e não tinham como comprar, se armavam no quartel. Quando tinha arma, não tinha munição, quando tinha munição, não tinha arma, era inconstante. Foi quando assassinaram dois PMs, em 1996, em frente à Caixa Econômica Federal, em Abre Cocos, dentro da Fundação de Pernambuco. Revoltei-me, porque eram amigos do mesmo batalhão. O Batalhão tinha que estar em forma para subir para os bancos. Tínhamos contato direto com as pessoas e isso fez nascer uma amizade.

No enterro, eu estava revoltado, e chorando, eu dizia que queria uma oportunidade para poder mudar essa situação da polícia. No velório havia muita gente, aconteceu dentro do quartel. Na hora do enterro, nos mandaram para o banco; eu disse que não ia sem condições de trabalho. O coronel Romeu, na época, era muito rígido nas decisões e punições, e não estava no quartel. Passamos despercebidos e ninguém foi trabalhar no banco porque não estava um clima bom, estava muito tenso, mas no dia seguinte tivemos que voltar à vida normal. Conversando com meu irmão, que já era jornalista, pedi: *Se eu for preso, acione a imprensa para eu dizer que ninguém trabalha sem condições dignas*. Eu já pensava em sair da Polícia e, antes de sair, eu queria fazer alguma coisa para meus amigos que iriam ficar.

Eu não queria mais ser policial porque me decepcionei. Aquele sonho de menino, com meus heróis, meus ídolos, minhas referências, foi tudo pra baixo quando eu vivenciei a instituição, a instabilidade de ser policial. Foi quando meus companheiros me chamaram e já estavam se reunindo no centro de saúde: um grupo de seis colegas. Eles disseram que estavam com intenção de formar uma Associação, que já tinha havido três

tentativas, e não tinham conseguido; foram frustradas porque a pressão foi muito grande. A Associação das Mulheres também foi perseguida, porque eram esposas de policiais, e fizeram terrorismo [os oficiais].

Os clubes tinham papel mais de lazer. Devia ter alguma organização, ou uma entidade que eu pudesse buscar os meus direitos de cidadania. A partir da liberação do direito ao voto para os policiais, passei a reclamar os meus direitos. Era esse argumento que eu usava com alguns comandantes que abusavam da autoridade.

A partir desse dia, passamos a não aceitar as punições no quartel. O comandante sentiu não só o clima de emoção, mas também a necessidade de apoio e mandou anotar o nome de todos que estavam lá. Mas quem estava coordenando isso éramos eu e o Soldado Barros, que é hoje ex-diretor da Associação. Éramos tratados como peão de construção – sem desmerecer os peões de construção. Alguns comandantes de Companhia colocavam rifa para vender e tínhamos que comprar; outros comandantes vendiam coisas de prata, de ouro 18 quilates. O rapaz tinha que comprar, porque se ele não comprasse pegava inimizade com o comandante que o colocava na pior escala. Se eu encostasse o pé na parede esperando de demora, ou largando serviço, e sujasse, tinha que pagar a tinta. Fora a falta de respeito, já que o comandante muitas vezes não ia e tinha que esperar o outro dia para pagar minhas contas. O salário não chegava a três salários mínimos. Além disso, o que sobrava do meu troco ficava na caixinha para comprar graxa. Era uma situação imoral.

Eu queria exercer meu direito de cidadão, fazer parte de um mercado financeiro, ter talão de cheque, fazer empréstimo e eu não podia. O Barros, que já tinha se revoltado dentro do quartel sobre a questão da patrulha bancária, descobriu que um amigo nosso, o Serafim, trabalhava no DEBE, no Comando-Geral, tinha um cartão magnético e recebia pelo banco, com talão de cheque. Pensei que se ele podia, por que eu não? Então, o Barros conversou com a gerente do Banco do Arruda e ela abriu nossas contas. A partir daí, conseguimos cadastrar dois mil e quinhentos PMs, e o comandante-geral não podia fazer nada a ninguém porque o que aconteceu era um direito do cidadão e estava dentro do Regulamento Disciplinar, e não tinha como prender e botar no xadrez 2.500 policiais.

O coronel Mourão mandou suspender o direito de talão de cheque. Ele alegou que iríamos gastar por conta e não poderíamos pagar por causa do salário baixo. Começamos a crescer. A minha referência com o Barros, dentro do Batalhão, começou a dar resultado, começamos a recrutar dentro desse Batalhão mais membros para fazer parte da Associação dos Cabos e Soldados. Conseguimos, praticamente, 34 diretores, de início, e desses, 22 eram do 11º Batalhão, o Batalhão que passou a se tornar referência, porque o comandante também nos dava apoio, o coronel Ximenes. Começamos a ter uma organização política.

Foi quando, em 1997, aconteceu o primeiro movimento grevista, em julho. Minas Gerais, Alagoas, Paraíba já estavam em greve e o próximo seria nosso Estado onde havia um temor, porque se em Pernambuco explodisse a greve, toda a região Nordeste seria poluída. Os Pernambucanos foram referência em termos de revoluções, isso era preocupante. O regime não tinha como controlar, porque Minas Gerais já tinha o Cabo Valério, e o Júlio não fazia parte da diretoria, mas ele pegou o microfone, começou a conduzir todo processo e acabou se tornando uma referência, uma liderança. Aqui foi o mesmo processo. Foram 12 dias de greve, inclusive - até o quarto dia - tivemos a participação dos oficiais. A Associação dos Policiais foi formada dentro de uma greve dos praças.

A primeira passeata já estava programada com o Governo; o coronel do Comando-Geral era o Menezes. Ele tinha dado abertura para valorização das entidades, porque tinha intenções políticas de se candidatar a deputado estadual, isso era claro já no meio da tropa. Aqui em Recife, na década de 90, o Comando iniciou algumas ações para modernizar a Polícia. Alguns entenderam como descaracterização militar. A guarda não precisava fazer aquelas referências ao comandante. Ela só anunciava que o coronel estava chegando, e ele apertava a mão de todo mundo.

Convidou-nos também a reconhecer até a entidade como uma entidade representativa. Por falta de compromisso dos coronéis da época, que faziam uma política individualista, que trabalhavam, na verdade,

porque havia celular à disposição, combustível à disposição do Estado, viatura à disposição; não se fazia uma política do social, do coletivo. A Associação passou a ocupar esse espaço, a intermediar as situações junto ao Governo.

A primeira ação foi no próprio 11º Batalhão. Um amigo que trabalhava comigo foi preso, acusado de assédio sexual contra uma senhora. Ele mantinha uma relação nos bastidores, ela era viúva; a família, por ter um capitão parente, alegou que ela tinha problemas mentais. Mandaram determinar a prisão desse companheiro. Deixaram-no preso, incomunicável, e foi a primeira ação da Associação que formamos na entidade. O doutor Sérgio Ricardo Vasconcelos, que hoje é delegado, foi nosso colaborador sem ganhar nada, salário nenhum. Passamos quase um ano e seis meses sem pagar nada. O Capitão Araújo começou a criar caso comigo. Ele dizia que a nossa Associação era uma farsa e quem mandava ali era ele.

O 11º era o único Batalhão onde nós tínhamos sócios; foram 36 sócios de início, que eram os corajosos, porque todo mundo tinha medo de se associar e ser identificado e punido. Durante nossa posse, tivemos que mandar um requerimento enviando o nome dos diretores, e todos foram transferidos para o sertão, dificultando nossas vidas. Entramos com um recurso na justiça, e ao mesmo tempo, o Comando viu que daria uma repercussão política muito boa pra nós se ele transferisse oficialmente. Ao mesmo tempo, não tínhamos espaço, pagávamos uma sede no segundo andar do edifício São Cristóvão, na Boa Vista, no centro da cidade. Ganhávamos um salário de miséria.

Tudo era levado de casa, até pó de café para poder haver as reuniões. Experiência que, até então, nunca imaginávamos viver, porque tínhamos o treinamento militar para defender a sociedade; vivíamos uma guerra civil, mas nunca tínhamos ideia de fazer estratégia de movimentos paradistas.

Éramos vistos na sociedade como elementos repressores e opressores. Era um choque de cultura, e eu era o outro lado da Polícia, do Estado, servindo como bucha de canhão, a base da pirâmide de um conflito social de Estado. Eu estava exercendo, pela Associação, meu direito de cidadania e eu passava a ser um formador de opinião. Então começamos a discutir isso, a estratégia na própria sede. O coronel Menezes, por sua vez, se prontificou e assumiu um compromisso de dar um aumento satisfatório.

O Governo não correspondia à expectativa de Miguel Arraes, o avô do atual Governador Eduardo Campos. E era tido como a referência das mudanças, dos movimentos populares, porque ele foi deportado para fora do Brasil, ficou em Angola, por um certo período. Foi exilado, foi anistiado, voltou para o Brasil, se tornou de novo o governador de Pernambuco, por duas vezes, e tinha toda uma história de liberdade. Eu tinha Miguel Arraes como um símbolo; eu tinha livros em minha casa; era como um ídolo; ele era minha referência, um gênio. Foi justamente nesse governo que eu fui preso com meus companheiros, até chegar nessa situação.

Então, procuramos negociar com o comandante; o Governo não queria nos receber, e designou para o Comando essa tarefa. Não éramos subordinados nem ao regime militar, tampouco ao Governo. Mesmo assim, o regime ainda nos intimidava; mesmo aos diretores, mesmo aos corajosos que já tinham passado por várias etapas dessa questão de formação da Associação. No centro de saúde, onde era o local de encontro, passamos a ser investigados; grampearam os telefones. A Polícia passou a investigar as nossas vidas também para descobrir qualquer tipo de irregularidade e imoralidade, para desacreditar nossa liderança, para intimidar.

Chegou ao ponto de ficarmos no fundo do quintal de uma casa, que era do Sindicato da Saúde. Fomos tanto ao local que acabamos incomodando a diretoria, que pediu que a gente procurasse outro lugar porque lá não tinha estrutura para nos abrigar. Chamamos uma assembleia-geral, recorrendo a todos os diretores, que até então eram 26 e não mais os 34, porque alguns tinham desistido pela pressão. A grande maioria trabalhava administrativamente, tinha uma gratificação de incentivo, e eles tinham medo de perder a gratificação e também perder o *status* de trabalhar administrativamente, a pressão maior foi essa. Porque trabalhar na rua, na época, também era de autorrisco.

O comandante marcou uma reunião conosco, uma semana antes do dia 16 de julho de 1997. Na verdade, não foi nenhuma reunião, foi uma tortura que sofremos do coronel Menezes, que levava um por um

para a sala dele, com um charuto fedorento dentro da sala, um frio, acho que abaixo de 0º; parecia mais aquela cena do Batman. Uma coisa bem macabra mesmo, parecia um terrorista, um "Fidel Castro".

Primeiro, ele nos deixou quase o dia todo sem alimentação, sem condições de comunicação. Eu e o Cabo Lira tínhamos um telefone celular, éramos os únicos do grupo que tinham um celular. Eu tinha, porque meu irmão me deu de presente, não tinha condições na época de comprar; celular era só para grã-fininho, e nós éramos os únicos que tinham como se comunicar. Foi quando meu irmão acionou a imprensa e também o Movimento de Direitos Humanos, o movimento "Tortura Nunca Mais". Apareceram algumas pessoas importantes, o vereador Sérgio Leite, hoje deputado do PT (meu parceiro aqui na casa); o Henrique Leite que também era do Sindicato da Polícia Civil, hoje vereador do Recife; o Marcelo Santa Cruz que é do Movimento de Direitos Humanos e hoje vereador de Olinda. Eles pressionaram o Comando a nos liberar, porque até então íamos virar a noite até chegar o dia 16, isso dez dias antes da assembleia-geral.

Quando oficializamos a assembleia-geral, nos reuníamos na sede da Associação, no 2º andar do edifício São Cristóvão. Temíamos quando era anunciado a possível chegada do grupamento especial de operação antissequestro e do CIOSAC - Companhia Independente de Operações e Sobrevivência na Área da Caatinga. Já estávamos vivendo um clima tenso, orientávamos nossas famílias que, se nos prendessem ou nos executassem, porque tudo era possível, que tomassem providências em relação a unir as famílias e pressionar, através do Movimento de Direitos Humanos, e cobrassem uma resposta do Governo. As famílias apoiavam o movimento, começou a apoiar na greve, mas quando ela aconteceu, os familiares ficaram preocupados com seus parentes. Os diretores tinham esse apoio, que era fundamental e alimentava a ousadia que tínhamos.

O coronel Menezes viu que não íamos desistir e marcou uma prontidão. Prontidão é quando todos os policiais ficam dentro do quartel para uma emergência. Só que foi prontidão geral no Estado. Como eu era da unidade do 11º e o diretor Loyola do 6º, fomos nos apresentar. Chegando lá, o Major Inaldo, muito amigo nosso, solidário ao nosso movimento, sabendo e entendendo também que era defendido o direito do cidadão e uma qualidade de vida melhor para a comunidade militar, sem nenhum preconceito de soldado a coronel, ativo e inativo, disse que estava em uma situação difícil porque fora designado para nos levar até o Comando; ele disse que estava orando a Deus para mudar a situação porque ele sabia que iríamos ser presos.

Nós fomos e nosso batalhão aplaudiu de pé. Eu nunca usei o poder que me deram para destratar ninguém, principalmente os coronéis conservadores que tanto nos humilharam. Na época, fomos para o DEBE; o comandante nem nos recebeu, mandou todo mundo para o Teatro do DEBE (havia um teatro da Polícia Militar dentro do quartel do DEBE), e nós éramos ingênuos; por mais que fôssemos corajosos para enfrentar tudo, ainda éramos frágeis na questão de direito e justiça, e eles eram covardes; os oficiais foram covardes, os gestores da época, não todos.

Quem comandava era o coronel Menezes, o estrategista de desequilíbrio com estratégia militar. Eu não aceito até hoje esse regime. Nós estávamos armados, mas os homens da SIOI, que era a Companhia Especial de Operações, estavam fortemente armados, com armas de calibre 12. Eles cercaram o prédio com aquelas cordas e equipamentos de última geração.

O comandante, coronel Fonseca, mandou que entregássemos as armas e nos deu voz de prisão. Nesse momento, me veio à lembrança a história do filme que eu assisti do Antônio Vilella, que falava da história de Miguel Arraes; ali dizia que o Governador Miguel Arraes havia sido preso. Eu gostava muito dessas histórias de mudança de cultura, mudança de consciência, mudança de instituições. Eu era referência na minha casa, de homem íntegro; com minha ficha limpa, mesmo assim, ia ser preso. Arlesio, que era nosso coordenador, disse que não entregava a arma porque eles iam roubar nossa arma e aí começou a perder o equilíbrio. Não teve jeito. Entramos na Grale, e o que chocou foi que as pessoas choravam, inclusive as do DEBE. Até a Sargento Luciana deu depoimento, dizendo que ela ouvia os abusos e absurdos que diziam.

Em certo momento da minha vida, parei e pensei que já estava com quase quarenta anos, não havia evoluído na minha vida, ganhando um salário miserável de soldado, menos que dois salários mínimos. Vi meus

irmãos crescendo, fazendo faculdade, e eu ficando nessa miséria de salário, mas Deus foi tão grande que modifiquei essa situação.

Mesmo que eu não ganhe hoje, não esteja bem financeiramente, faço parte de uma mudança, de uma história, de uma mudança de consciência de um povo; não sou simplesmente parte de uma diretoria de cabos e soldados, representante de uma entidade; nós mudamos uma cultura conservadora, ditadora, manipuladora, dentro de um sistema de segurança quase bicentenário; são 185 Instituições, e nosso grupo de praças, frágil, chegar ali... a grande maioria foi presa, foram 14 e outros fugiram.

Esse grupo foi, até então, escoltado por três viaturas do CIOZAC, como eu disse, as pessoas estavam fortemente armadas, com arma de calibre 12. Nem que eu fosse um gangster, um exterminador, junto com os companheiros, eu poderia competir. Durante o percurso, um dos nossos diretores nossos entrou em pânico, em crise, gritou pedindo pelo amor de Deus, que o socorresse. A ordem até então era nos levar para um lugar incerto e desconhecido.

Em minha opinião, isso se configurou um sequestro. O comandante percebeu que não éramos desequilibrados; nós éramos evangélicos, até. Então, começamos a orar a Deus pedindo equilíbrio e até mesmo proteção para os companheiros que estavam nos conduzindo. Nosso medo era de sermos executados, porque todas as ações partindo do comandante e do próprio Governo eram de repressão, eram de acabar com essa entidade, então eles não mediam os limites e as consequências. Ficamos nos comunicando com o Lira através do telefone, e conseguimos falar com a imprensa e com os companheiros dos direitos humanos.

Nossos companheiros foram às ruas sem ordem de comando, e começaram a marchar em direção ao Boa Vista. A imprensa divulgou, a radiopatrulha acompanhou, e foi desencadeando os outros batalhões. Isso, na avenida principal, no corredor de trânsito do principal centro de comércio, o que mantém 75% do PIB do Estado, a região metropolitana e o comércio do centro da cidade.

A Associação de Cabos e Soldados e sua diretoria lutavam, principalmente, pela questão do aumento do salário, que era pouco mais que o mínimo; ganhávamos R\$ 220,00, e pelas condições de trabalho, queríamos o mínimo de condições dignas para prestar um serviço melhor à sociedade, sem demagogia.

As pessoas bloquearam as estradas, ficaram sabendo, e nós fomos para Arco Verde, no 3º Batalhão. Lá tinha um Grêmio, formado pelos policiais que nos cederam material de higiene. A ordem era nos colocar no xadrez, e o Major Fonseca, até então comandante da operação, que já estava emocionalmente abalado, percebeu que não éramos desequilibrados, que discutimos uma política de segurança eficaz, buscando uma política de recursos humanos.

Ele abraçou nossa causa, passou de malfeitor, sequestrador, coordenador da operação a uma pessoa solidária, mesmo mantendo a postura leal ao Governo, que era o treinamento deles. Ele determinou o xadrez pra gente, mas mandou nos colocar no alojamento dos praças, e a única mulher que estava conosco era a Cabo Betânia.

Tivemos um tratamento humano, foi quando nos tranquilizamos da ideia de achar que eles tinham ordens de nos executar, isso foi comentado também. Simular acidente de carro ou coisa parecida. Os diretores que ficaram em Recife passaram a coordenar esse movimento na frente do Palácio. O Exército foi designado para ficar de guarda na porta do Palácio.

O líder do Governo, o deputado Pedro Eurico, junto com Pedro Eugênio, que era o vice-líder do Governo, do partido do governador, PSB, determinou a saída da frente do Palácio. Nossos companheiros disseram que iriam sair desde que seus representantes fossem libertados: essa era a moeda de negociação. Nós não ficamos assustados com o número de pessoas que estavam lá, ouvimos só pelo rádio, porque, até então, não tínhamos contato com ninguém, porque mesmo no alojamento estávamos incomunicáveis por determinação do chefe da operação, que era o Major Fonseca.

A única coisa que eu tinha de informação vinha por telefone celular, em que meu irmão se comunicava comigo. Ele me deixava informado sobre o andamento das coisas. Outros batalhões estavam aderindo ao movimento e isso nos empolgava, alimentava nossa defesa. Por volta das 9, 10 horas da noite, descemos para

Recife, cumprindo uma ordem. Fizemos uma oração, agradecemos todo apoio, até o comandante Albino, que foi meio grosseiro na recepção, depois ele aliviou, compreendeu o que estávamos vivendo ali, e retornamos para Grale.

O major recebeu uma nova ligação a caminho de Recife, determinando que ficasse conosco fora da estrada. Foi quando saímos, e paramos em uma fazenda; estava muito escuro. No sertão, o Arco Verde é a porta de entrada. O pessoal dos “direitos humanos” nos ligou neste momento, mas a bateria estava descarregando; saímos da estrada e o major estava indignado; discutindo por telefone, disse que não ia fazer uma operação fora do padrão e que cumpria ordens, mas não ordens absurdas e que iria voltar conosco.

Pensamos que seríamos executados. Tudo era novo, as ações, as formas que eles agiam era a mesma da ditadura. Nessa hora, lembrei-me de uma série da Rede Globo que tinha a Malu Mader: “Anos Rebeldes”, que mostrava aquela década de 40, de revolução que houve, dentre outro período, de 60. Tudo era assustador, porque não havia respeito à pessoa humana; eles estavam, de certa forma, querendo nos intimidar e neutralizar, depois que havíamos sido torturados a mando do comandante Menezes.

Ninguém pensou em desistir nesse momento, até porque estávamos orando a Deus, e a única força da gente era o grupo e, graças a Deus, ninguém demonstrou nenhum ato de covardia. Fomos ousados até na hora de nos posicionar com o comandante, porque ele ficou na sala com um por um, fazendo ameaças; mesmo assim, não abaixamos a cabeça.

Voltando à questão de Arco Verde: ficamos quase duas horas fora da estrada, no escuro; começou a dar fome, sede, e o major nada de dar uma posição. Os companheiros desceram do carro e ficaram em posição de escolta. O major não queria mais manter diálogo conosco e esperava retorno do Palácio. Foi quando veio a ordem, a nova ordem dizendo para descer, e foi quando “aliviamos” um pouco; mesmo assim eu disse ao major que estávamos em contato com os direitos humanos, que nos aguardava. E era isso que o major pressionava também, a organização pelo líder do Governo Pedro Eurico, vice-líder, Pedro Eugênio, o presidente da assembleia.

Descemos para o Recife, e quando chegamos ao Comando-Geral do DEBE, o que nos chocou foram aqueles arames farpados, tipo guerrilha, cercando o prédio todo, e quem ocupava os lugares dos policiais militares era o Exército. Isso foi um choque, porque, para os companheiros da Associação, era uma desmoralização. Nós amamos a Polícia, temos uma relação de amor com a instituição para poder nos manter nela, viver nela, sobreviver nela, porque quem não gosta, acaba saindo.

Conversamos com o coronel e ele designou para nos levarem até a Assembleia Legislativa para falar com os deputados. Chegando lá, um dos diretores, Odilon, que tinha ficado aqui em Recife, tinha se comprometido que assim que fôssemos liberados, os PMs sairiam da frente do Palácio e voltariam ao trabalho no dia seguinte, para manter uma negociação permanente. Porém, não confiávamos mais no Governo, ele não tinha mais nenhuma credibilidade. Nós fomos até a Assembleia Legislativa, saímos da frente do Palácio e fomos até o monumento, em homenagem aos mortos pela ditadura, que é na Rua da Aurora – o monumento do “Tortura Nunca Mais”, que é também uma entidade.

Enquanto os colegas foram pra casa, porque estavam cansados, nós, diretores, que estávamos presos e cansados mais que tudo, fomos direto para o Sindicato da Polícia Civil, e lá traçamos estratégias de greve, de negociação, bem orientados por Caetano, da Polícia Federal. Hoje, ele faz parte da Secretaria do Bem Social, aqui do Estado; e o coronel Sales, que era um dos grandes homens inteligentes da Polícia Militar, que hoje faz parte do Governo municipal de Luciana Santos, em Olinda. Foram essas pessoas que nos orientaram.

Durante todos os dias da greve tivemos reuniões no Sindicato da Polícia Federal, que nos cedeu o espaço, onde poderíamos agir sem o Governo radicalizar conosco. Tivemos a ideia de no outro dia de manhã ocuparmos a frente da Assembleia Legislativa; queríamos entrar na Assembleia, mas em consideração aos companheiros da Casa Militar, ocupamos só o espaço da Rua Dourada; fechamos. Ficamos durante 12 dias comandando a Política Militar; éramos nós quem determinava quais as viaturas que iam ou não para as ruas.

Começamos a filiar os companheiros; batemos o recorde de associação, passamos a ter 14 mil associados, incluindo oficiais. Eu virei, naquele momento, uma referência nas negociações dos policiais em Recife. Eu, como diretor de imprensa, fiquei aparecendo para mais de cem países, deu uma repercussão mundial: CNN, CBN – que é nacional, dentre outras emissoras, enviavam os repórteres pra cá. Eu passei a ser o representante oficial, o intermediário do Governo, da negociação, entre a tropa e a sociedade, através da imprensa. Por essa situação, eu passei a ter uma força que eu até então não imaginava. Muitas vezes eu me reservava para poupar minha voz. Eu comecei a andar com segurança e com colete a prova de balas. Passei a ser o foco das atenções, na imprensa; eram tantas fotos que eu me assustava. Para escolher o porta voz do movimento não teve votação, porque cada diretor já tinha sua função. Eu era diretor de imprensa, tinha que corresponder à expectativa. Passei a ter habilidade. Meu irmão, por ser professor na Universidade Católica, por ser jornalista, passou também a me orientar.

O Governo foi correto, não perseguiu, não puniu, não caçou, não transferiu e voltamos à normalidade. Eu percebia apoio por parte da população. Essa população apoiou porque o Governo jogou pesado com a imprensa; o maior cliente da imprensa era o Estado, na época, e ele pagava duas páginas de jornal, enquanto nós só tínhamos notinhas, à beira de rodapé de jornal; então ele [o Governo] levava vantagem por isso. A sociedade civil que nos apoiou – reconhecendo a necessidade de uma política de segurança eficaz e de uma estruturação da condição de trabalho e também da política de recursos humanos – absorveu a nossa mensagem.

Eu me candidatei, em 1998, a deputado estadual; tive 11. 814 votos. Após o movimento, os partidos procuraram as lideranças. Antes, eu detestava política, hoje, descubro que política é o único bem social. Ela lhe dá oportunidades, quando você procura ser solidário às pessoas, atingindo ações mais coletivas para a população.

A política passou a ser o foco da diretoria, porque era a única forma de termos defesa; com a imunidade parlamentar, poderíamos proteger os diretores e a busca das conquistas na mudança do regime militar; do Código Disciplinar; da extinção do xadrez; das penas acumulativas; da aplicação das penas alternativas; e salários dignos, moradias dignas, projeto de habitação por parte do Governo, que até então não designava para nós.

Éramos tratados como uma espécie de subcidadãos: não tínhamos data-base, nem reposição de inflação, e passamos a ter essas reivindicações quando fomos ousados para ir contra o Sistema. Começamos a negociar, a Associação começou a crescer; passamos para um prédio no DEBE, uma casa mais espaçosa, mais estruturada, e a contratar advogados, não só a pagar o Dr. Sérgio – que até então trabalhava um ano e seis meses de graça – mas nós o contratamos, pagamos o atrasado e colocamos os novos advogados. Com a ousadia de atendermos em todo o Estado de Pernambuco; de início, a região metropolitana; depois, a zona da mata; depois, o agreste; e depois, o sertão. Eram divididos por área.

Os associados contribuíam e a própria entidade começou a arrecadar. De apenas 34 associados, passou a ter uma expressão de mais ou menos 6.000 associados. Começamos a ter uma assessoria de imprensa, uma questão técnica, de programação, de projeção. Passamos a nos tornar um produto também, uma empresa de verdade, então tinha que ter uma organização. Foi aqui que começamos a firmar as nossas posições, porque até então a sociedade entendia que soldado e polícia eram semianalfabetos, um borra-botas, um cara que era visto elemento repressor e opressor.

Em 2000, era o Governo de Jarbas Vasconcelos, que, até então, passou a simpatizar conosco. Tivemos duas audiências com o Jarbas Vasconcelos, então governador, de janeiro para abril de 2000. Ele foi muito receptivo conosco, ficou impressionado com as nossas colocações, nossas ideias, até porque ele era tido como referência do movimento popular, ele era altamente democrático.

Tivemos uma assembleia-geral lá no Treze de Maio, no mesmo local que teve em 1997, na quadra do Colégio IEP, um grande parque no centro da cidade; é o pulmão do Recife. Fizemos a estratégia de todos os

companheiros se desarmarem e entrarem na quadra. Ficamos responsáveis por todo armamento que foi cadastrado.

Chegando lá, começamos a dizer aos companheiros os prós e os contras, até porque buscávamos parceria com o Governo; não era viável uma greve. Perderiam os dois lados: sociedade e Governo e quem mais perderia era nossa instituição, porque fragilizava a imagem, a história que foi construída. O Governo designou um secretário de administração pela primeira vez na história da instituição para tentar negociar. Quando chegou lá, ele foi vaiado.

Já existia na própria quadra, no meio dos companheiros, uma estratégia política desse grupo que até então tinha sido nosso concorrente em 1998. Alegando que estávamos do lado do Governo, esquecera da luta pelos direitos. Além do mais, fazer reunião em local definido, sabido, é permitido por lei, mas fazer greve não é. Eu disse que estávamos ali para fazer um apelo pra que não tivesse greve, mas se fosse necessária a greve nós iríamos até as últimas consequências porque nós tínhamos compromissos com todos, como diretoria. E, na hora, subiu um policial, na época, da Radiopatrulha, o Rubens, querendo me desacreditar, me desmoralizar, dizendo: *Ele é mais um boneco fardado, manipulado pelo Governo, dessa diretoria que não tem compromisso com ninguém*. E na saída dele, com o fervor da situação, a turma começou a gritar; foi um eco, uma coisa que dava para se arrepiar. Foi quando eu usei de novo a palavra e disse que se quisessem greve, teriam, mas cientes das consequências. E todos votaram pela greve.

A greve teve repercussão internacional, estava até na internet. A coisa tomou uma repercussão muito maior. E a referência deixou de ser Minas Gerais para ser Pernambuco, para ser o Nordeste, e desencadeou em outros Estados. Era polícia atrás da polícia em outros Estados: Alagoas, Paraíba, Maranhão, dentre outros Estados que estavam tentando o movimento de greve.

Fomos em marcha até o Palácio, pegamos a Rua da Boa Vista, mais uma vez – o corredor de comércio – a sociedade respondeu de uma forma positiva. Eu tinha sido candidato a vereador, e tinha perdido. Tive 2.800 votos, fiquei como primeiro suplente, pelo PSDC, o partido que era coligado com o Dr. Roberto Magalhães, que era, até então, prefeito, candidato à reeleição, e candidato do Jarbas Vasconcelos.

Em 2000, desencadeou uma greve – que a tropa quis, mas não compareceu – e a nossa diretoria não queria e assumiu. Havia dia que eu estava só com cinco companheiros na frente do Palácio. Eu estava sozinho ali na frente, porque meus diretores estavam na organização da greve. Eu, por ser o porta-voz, continuava sendo diretor de imprensa; eu passei a ficar sozinho de um lado, e do outro era a tropa. Que tropa? Eram todos que continuavam acreditando numa mudança. Foram pressionados pelo Governo por telegramas em suas residências, mexendo no sentimental das esposas para que elas “fizessem a cabeça” dos maridos dizendo contra a luta. Eram ameaçados quanto à perda do emprego, por parte do Comando da Polícia. Mandaram também os contracheques dizendo que eles iam ser descontados. Nos primeiros dias, ainda tinha uma expressão, por volta de 8.000 policiais.

A concentração de 1997 foi maior porque foi toda a polícia que parou. No movimento ocorrido em 2000, havia dia que só compareciam cinco colegas. No primeiro dia, todo o efetivo foi, menos os oficiais, que até então esperaram e decidiram para negociar depois, que era a representação com o Feitosa, que foi meu parceiro e deputado federal. Recuou porque ele era aliado do Governo. A população apoiou mais o movimento de 2000. Essa se tornou um “Davi contra o Goliás”, porque eram só os policiais e os praças contra o poder de Jarbas. Ele era um governo de excelência, gastava mais de um milhão por mês, só em propaganda; vivia mais um governo de visualização do que de resultados, mas que tinha credibilidade com a população, por ter participado de movimentos populares.

Ele também não contava com os empresários; o comércio pressionou para que nós voltássemos a trabalhar, e pra ele nos dar um aumento. Não era mais uma cobrança só do Governo para que acabasse a greve, eles [os empresários] cobravam o Governo, para que pagassem o aumento. O que eu falava para imprensa e para a sociedade, é que não estávamos brigando por salário. A luta era também por cumprimento da lei e por condições dignas de trabalho; com isso conseguimos o apoio da sociedade.

Provocávamos o Governador Jarbas com estratégias simples. Não tínhamos marqueteiros. Então, eu dizia na entrevista que todos poderiam ir embora que eu ficaria com minha diretoria, me algemaria na frente do Palácio e mostraria a Jarbas Vasconcelos quem era o Soldado Moisés. Por isso que meu nome é deputado Soldado Moisés, e passou a se tornar uma referência, uma referência de recuperação de autoestima, que meu povo, até então, sonhava tanto em exercer o direito de cidadania e não tinha. Eu nem imaginava processar o comandante de Companhia. Hoje eu processo até o governador em busca de meus direitos; hoje processo até o comandante-geral se ele abusar da autoridade; hoje eu contesto, questiono, eu uso o recurso que a Associação conseguiu evoluir.

Muita coisa mudou; a relação interpessoal entre oficiais e praças... eles se aproximaram. Foram integrados em 1997, distanciados em 2000. A partir do momento que fui eleito em 2002, procurei me ocupar com essa aproximação, porque hoje os comandantes não são só comandantes, essa nova geração é de líderes. Eles percebem que os praças que estão nas ruas – que são o elo entre sociedade e Governo – é que dão a referência para eles numa projeção não só política, mas de ascensão de funções. Então, o social não é mais um capricho, é a obrigação de um gestor.

O Governo de Jarbas perdeu espaço para um soldado de polícia; por praças, na verdade. O Governo começou a perder a credibilidade. A Rede Globo que era tida como de direita, foi a emissora que mais nos ajudou. Os evangélicos diziam que eu era o Moisés escolhido por Deus para libertar o povo. Era uma coisa assim de mexer com a gente.

Passamos a designar, também, as viaturas que saíam e as que não saíam. Começamos a mandar na Polícia Militar do Estado de Pernambuco, o comandante perdeu a sua autonomia. Vivia no gabinete dele, perdido, na verdade, e conseguimos mudar a situação, e o que mais pesava eram os motoqueiros.

Tínhamos 125 motoqueiros, policiais militares, que iam; era uma estratégia minha que os companheiros botassem as bandeiras nas costas (do Estado de Pernambuco e do Brasil), nos principais corredores de comércio, para mostrar à sociedade que a greve não estava enfraquecida.

Os motoqueiros estavam incomodando o Governo. E Jarbas disse na imprensa que nós éramos um bando de marginais. Geraldo, que era um dos caras da Rádio Jornal daqui – que é um das emissoras de rádio mais ouvidas aqui – era muito simpático a Jarbas, e colocava todo dia Jarbas ao vivo, como me colocou em algumas vezes para me descredenciar. Eu me defendia, é claro!

A vinda do Cabo Júlio aumentou minha popularidade, o reforço de nosso movimento. As pessoas, mesmo trabalhando no dia que Cabo Júlio veio, começaram a aparecer, e fomos com um carro de som fazer nosso protesto. Eu pedia para as emissoras de televisão, rádios, jornais que doassem comida porque estávamos passando fome. E a população reagia de forma muito solidária. Íamos ao CEASA pegar frutas, era o que nos mantinha.

Eu continuei como liderança do movimento e não surgiram outros. Fui o segundo mais votado da história do Estado, com 58.297 votos no Estado de Pernambuco, em 2002, em que eu fui candidato pelo PL, na época, um partido neutro: não era um partido nem de direita nem de esquerda. Cabo Júlio, como deputado federal, foi muito importante. Eu tenho uma relação de amizade com ele, muito distante... mas ainda temos uma relação. Ele é uma referência como líder. Espero que nas próximas eleições ele atinja o seu objetivo.

Pra voltar a negociar, fomos chegando ao desgaste, e o que pesava para o Governo eram os motoqueiros. Eles “armaram”, dizendo que tinha uma reunião na SPS, e era importante que os companheiros fossem fazer um manifesto na Secretaria de Defesa Social, na Avenida Magalhães – a avenida, aqui em Pernambuco, que só é diferente por causa do canal, mas lembra muito a Avenida Paulista: é larga, com vários prédios empresariais e liga a área norte à área sul.

Já sem voz, e praticamente num dia eu já estava seco, magro; eu tive problema de bexiga seríssimo, de uretra, de infecção, inflamação, porque eu estava permanentemente lá na frente, eu não podia sair, não tinha substituto para mim. A jornalista Ana Paula Padrão, que está no SBT Brasil hoje – coordenadora do sistema de telecomunicação do SBT – falou para que eu saísse dali, que eu estava parecendo um zumbi. Mas

eu era treinado para o risco de vida, então iria até as últimas consequências, nem que fosse com minha morte, mas iria mostrar para a sociedade as perversidades daquele Governo Jarbas Medeiros, que, a meu ver, era um grande ditador.

Começamos a nos desgastar, a perder; o último golpe foi o Governo levando todos os policiais e motoqueiros para a Avenida Magalhães. Eu pedi que ninguém saísse do local, e fui atendido. A Lúcia Ponte, que era secretária, a “dama de ferro” do Governo, estava intermediando conosco. E havia um bate-boca constante com ela, porque não estava mais me suportando e nem eu a suportando.

Ela me disse que iríamos ter uma resposta do Governo no final da tarde e pediu que eu não mandasse os motoqueiros, pois eles estavam, na concepção dela, prejudicando todo o processo. Eu lhe disse que dava a minha palavra que seria da forma como ela quisesse. Alguém induziu os companheiros, alguém do nosso povo, poderia ser alguém da própria SPS, ou alguém do próprio Comando da Polícia e foi emotivamente sem a nossa autorização pro Agamenon. Chegando lá, encontramos um helicóptero da Polícia Rodoviária Federal, que era comandada pelo major. Havia, ainda, os oficiais graduados, em pontos estratégicos, para prender esses companheiros, em viaturas paradas, sem serem vistos, em locais escondidos. O helicóptero da Polícia Rodoviária Federal sobrevoava com uma luzinha azul e fazia terrorismo conosco. Uma arma calibre 12 era apontada para a comunidade que estava ali acampada.

Quando os companheiros entraram na Avenida Magalhães, começou o tiroteio de cima pra baixo, atirando nas motos. Foram seis motos destruídas, sete motos apreendidas. Alguns conseguiram fugir. Eram 125 motoqueiros e parecia uma guerra. Fiquei chocado quando vi na capa de jornal a manchete: “Polícia contra polícia”, na cobertura do fato, dizendo para a sociedade que nós não nos entendíamos. Isso era para descredenciar, para destruir. O que repercutia eram minhas declarações dizendo que nós brigávamos por aumento, por uma condição de trabalho para servir à sociedade e a sociedade já tinha sinalizado para o nosso lado.

Com essa prisão, os companheiros entraram em desespero. O tratamento dado a um grupo, vítima desse incidente, provocou uma revolta muito grande. Os oficiais pegaram os praças pelos cabelos e arrastaram os companheiros para levá-los até o xadrez. Prenderam 24 companheiros que, até então, foram condenados a oito ou nove anos de cadeia por crime militar. Eu fui para julgamento e teria mesmo que ser julgado porque eu fui o líder deles; por uma questão política, eu não tinha sido eleito pra nada; até então, eu era só soldado.

Fui interrogado, fiquei com sete processos. Em um deles fui acusado de todos os crimes que houve durante os 12 dias. Nem que eu fosse um Arnold Schwarzenegger, um oficial científico para executar tantas pessoas em 12 dias! Responsabilizaram-me pela greve. Eu não fiz greve, eu assumi a greve. Fui absolvido porque, graças a Deus, nossos advogados foram muito competentes. Tive apoio também do Movimento de Direitos Humanos, da OAB. Nem a OAB, o Jarbas Vasconcellos queria receber, foi muito mais radical do que o Governo de Miguel Arraes, que pelo menos ouvia a entidade de direitos humanos. Ele não quis conversar com ninguém, agia como todo político, como o “todo-poderoso”. O que provocava a ira dele eram as minhas colocações feitas através da imprensa.

Depois desse incidente da Avenida Magalhães, os companheiros foram presos, e seis pessoas do grupo vieram até o meu encontro no Palácio. Eles me disseram que prenderam nossos companheiros. Eu os tranquilizei, dizendo que já tinha mandado os advogados para tentar libertá-los. Eles queriam invadir o Palácio, mas eu disse que era complicado, pois quem fazia a guarda interna e externa do Palácio era o SIOZAC, nossos companheiros. Estavam armados com 12 calibres, conhecida como mosquepal, escopeta. Um desses companheiros sacou a arma e começou a atirar pra cima, e de uma ação sempre há uma reação. Começaram a atirar de dentro pra fora. Dizem que um major foi baleado, mas contestamos essa versão até hoje. Dizem que o tiro de uma pistola bateu uma caneta e não perfurou o major; a caneta segurou, foi um milagre... só para comover. Ficamos nesse tiroteio e sobrevivemos.

Quando parou o tiroteio, levantei e fui até o local. Graças a Deus só um companheiro foi baleado de raspão nas costas e outro com bala de borracha. Disseram que não houve tiro por parte do Comando da Polícia,

mas do comando de greve, como se fôssemos terroristas querendo invadir o Palácio. Eu contestei através do espaço dado pela imprensa. É por isso que hoje respeito a imprensa, que é o quarto poder e, ao mesmo tempo, ela denuncia e contribui com todos os lados.

Depois do tiroteio, ficou mais difícil porque o Governo fechou as portas para negociação. Como eu poderia manter aquelas pessoas ali? Recorremos ao bispo da igreja anglicana, uma pessoa maravilhosa, que era da mesma igreja do Mendonça Filho, que era o vice-governador da época. Ele pediu que eu parasse de brigar com o poder, mas eu não poderia mais voltar atrás. Pedi que ele tentasse retomar as negociações. Ele tentou, mas não conseguiu.

Tentei a OAB pela terceira vez, e Jarbas não queria conversar. Provocamos, fizemos apelo e fomos para a Assembleia Legislativa, que já tinha fechado as portas por causa do Cabo Júlio. Ele nos deu apoio e foi embora, e nós ficamos, ainda, no terror. Passamos fome.

Em um momento, Jarbas disse que eu estava só, que era um perdido e era um alienado, ele usou um termo como se eu fosse um louco. Durante a manifestação de greve, mesmo as pessoas que estavam trabalhando foram nos apoiar. Mais de 100 mil pessoas lotou aquela praça. Eu estava em cima do carro de som, até Arnaldo subiu. Foi uma solidariedade tão natural, não só à Associação, mas a mim, que estava ali, esquelético; perdi mais de 12 quilos na greve, lutando por melhores condições.

Eu fazia uma refeição por dia, usava dois coletes para me proteger. Eram três carros e seis motos dos companheiros, cada moto com dois combatentes. Um carro veio de Palmares. Três carros faziam parte da diretoria, eles tinham até granada para destruir o helicóptero da Polícia. Mas não queríamos isso, polícia contra polícia. Meu objetivo era garantir meu direito, não era promover uma guerra entre militares, nem ir contra as instituições. A Polícia Civil passou a exercer funções de ostensividade, ela é a Polícia Judiciária. Em algumas greves, participamos para exercer os serviços essenciais, mas não a função de delegado e de comissário; a Polícia Civil passou a exercer nossa função.

No dia do segundo turno da votação, fui pra casa, pois votava lá perto. Fazia uns seis dias que eu não via minha mãe; eu escondia a minha mãe e a minha família, porque recebia ligação dizendo que iriam sequestrar minhas irmãs, meu filho, violentar minhas irmãs, sequestrar minha mãe. Eu tinha dois aparelhos de celular nessa época, então recebia ligações de todo tipo. Eu sou traumatizado com o tal do privado, que tem o item inibido, ligações privadas. Eu tenho trauma de ligações privadas porque já fui ameaçado de morte por causa disso. Na época era muito estranho para mim; quando fui votar, eram seis carros, cheios de seguranças olhando para um lado e para o outro para que eu descesse com tranquilidade.

Meu nome ficou evidenciado. Voltamos a negociar mais fragilizados, o Governo não cumpriu nada do que foi acertado. Fomos com a ajuda da Comissão de Direitos Humanos. A principal discussão era se voltaríamos a trabalhar, assim como muitos que já tinham voltado a trabalhar. A comissão dos deputados ia tentar fechar, naquela tarde, um acordo com os grevistas.

Um documento nos dava anistia, então não poderíamos sofrer punição, perseguição, transferência ou prisão. Jarbas não cumpriu nada. Ele processou mais de 1.600 companheiros; 24 foram condenados a oito ou nove anos de cadeia, foi uma questão de honra pra ele. Sete foram excluídos.

O Código foi cortado, ficamos sem dinheiro pra Associação. Quando nós nos apresentamos no outro dia, fomos mais que humilhados, aí que foi pior. Por um lado, eu tinha o nosso povo policial vibrando porque nós fomos corajosos, e por outro lado, o regime pairou e reinou mais do que na ditadura. Até hoje temos pendências; hoje apelamos para o Governo Eduardo Campos, pois a grande maioria dos policiais e bombeiros abraçou a causa dele. Por ser deputado do partido do governador, me sinto na responsabilidade de intermediar o Governo com essas pendências.

A Associação voltou a ter o Código por uma decisão judicial; temos hoje mais de 12 mil associados e uma arrecadação de mais de 60 mil reais. Cada um contribui com 14 reais. Só no ano retrasado e ano passado, fizemos um trabalho social com a volta do Código, e gastamos mais de 350 mil reais em um ano até com a

reforma de alojamento de batalhões, o que não é nossa função, mas temos a preocupação com a comunidade militar.

No ano passado, foram mais de 150 mil reais no meu mandato. Fui eleito pela primeira vez em 2002. Fui o deputado que mais apresentou projeto na história da Assembleia Legislativa, como soldado e polícia, 80% dos quais aprovados na área de saúde, de educação e de segurança.

Desenvolvemos parcerias com outros órgãos e entidades. Participamos de duas greves na Paraíba, uma greve em Alagoas, uma greve em Tocantins, uma greve em Brasília. Negociamos anistia para os companheiros de Tocantins; os 18 excluídos, inclusive o Sargento Aragão, que era da grande liderança Pernambucana. Como ele era deputado, por questão da instituição, a Polícia Militar não aceitava o retorno, a reinclusão na instituição, porque ele quebrara a hierarquia, a disciplina; ferira os princípios morais, constitucionais que eram ditos pelos conservadores das instituições de segurança e militares. Tivemos a negociação também com a libertação do Cabo Patrício, que hoje é deputado distrital, fizemos uma visita pra ele no presídio quando ele foi, por duas vezes, excluído e reincluído. Hoje é deputado, já saiu de lá.

Tentamos nossa reeleição em 2006, fiquei como primeiro suplente; perdi por menos de 600 votos. Hoje, por ser do partido do Governo, estou como deputado suplente. Espero que o deputado José Queiroz seja eleito prefeito agora em 2008. Ele é do nosso partido, da coligação. Se for eleito, passa a ser titular e me dará independência nas decisões. E já esse ano, no governo, temos discutido quanto à política salarial, recursos humanos, no qual já evoluímos muito; conseguimos várias promoções para soldado e para cabo, de cabo para sargento, e também para oficiais.

Não tenho mais preconceito com os oficiais como eu tive no passado. Exercendo a função de político eu enxerguei que o melhor caminho pro bem social é o da política; e a única resposta desse caminho é a integração, é a parceria. Tive que ter muito equilíbrio e humildade pra não usar o poder que me deram; para não perseguir quem me perseguia; não me desfazer de quem se desfez de mim; não mandar prender ou criar situações para mandar prender quem me prendeu. Eu nunca usei o poder pra esse fim, sempre dei prioridade para a questão social.

Chamam-me de corporativista – e sou – mas discuto também uma política social para a sociedade civil, porque o povo da Polícia e do Bombeiro me elegeu pra ser deputado de um Estado. Então eu tenho que discutir saúde e educação que também envolve os familiares dos policiais, que nem todos são militares, a maioria é civil. Hoje, o Governo está levando; tem dado retorno ao nosso povo, ele tem respeitado o nosso povo. Nossa preocupação era essa, o governo passado esteve no mandato durante 8 anos e não tinha respeito pela instituição de segurança.

O Governo sucateou a Polícia; a segurança pública era muito questionada e a sociedade tinha dúvidas se valeria mesmo a pena ter polícia. A nossa preocupação era recuperar a autoestima e a imagem da instituição de segurança; é o que o Governo do Eduardo está tentando fazer. Mas quando ele pensa em colocar em prática as mudanças de modernização, o dinheiro é usado pra corrigir as distorções que foram feitas no governo passado, que não priorizou nem segurança, nem saúde, nem educação.

É possível pensar em questões nacionais para as Polícias Militares, mas ainda estamos fragilizados; a mudança maior que nós queremos é da formação das instituições de segurança. A formação do profissional de segurança é distorcida, é errônea. O treinamento dado é um de formação de uma defesa exterior; o Brasil, na verdade, é parceiro de todos os países do mundo, e nunca vai se envolver numa guerra.

Somos a favor da desmilitarização, desde que os direitos constitucionais sejam garantidos. Estivemos, em abril do ano passado, em Brasília, por três vezes, e nas reuniões com as entidades representativas de Cabos e Soldados do Brasil, discutimos a PEC 21. O próprio Governo de Lula tinha interesse. A PEC 21 é o grande sonho dos praças. A ideia é criar um novo modelo, integrar a Polícia Civil com a Polícia Militar. Teria uma academia única de formação. Acredito em uma Polícia Estadual fardada – não mais militar – com formação única. Gostaria que mudasse a formação militarizante, sem perder os direitos constitucionais existentes.

Vivi uma experiência, recentemente, num bloco carnavalesco na área da Avenida do Forte, que é o Bairro de Engenho do Meio. Alguns jovens alunos, que estavam estagiando, resolveram um tumulto. Eles deram uma gravata num menor de 13 anos, enforcaram o menino até a morte. Fiquei admirado quando a OAB disse que isso tinha ferido o princípio da inocência e condenou a Polícia pelo ato dos meninos.

As Associações Nacionais, a ANERCS e a ANASPRA, de certa forma, têm o mesmo objetivo. Eles, na verdade, são meus parceiros e não posso criticar. Eles queriam me colocar como presidente, mas não concordei porque não resolvo nem o problema do meu Estado por completo, não conseguiria resolver problemas de âmbito nacional. Eu não teria tempo, não tenho tempo nem para a minha família, ficaria difícil. O objetivo é o mesmo, mudar a formação, mas deixar os direitos constitucionais. Por exemplo, em 2003, o governo federal manteve os direitos constitucionais da Marinha, Exército e Aeronáutica, e os militares estaduais perderiam a qualidade, a integralidade salarial, e o direito dos pensionistas e, o mais grave, a aposentadoria só viria com 35 anos trabalhados. Se eu saio com 30 anos, já estou velho, acabado fisicamente e psicologicamente, imagine trabalhar mais cinco anos para essa instituição. É um desgaste muito grande.

No movimento de 2003, em Brasília, tive um café da manhã com José Dirceu, nove deputados federais, dois senadores; só os parlamentares tinham o direito a falar; o auditório lotado de policiais e bombeiros de todo o Brasil, presidentes das Associações e clubes de oficiais e praças, ativos e inativos. O coronel Alves se manifestou contrário ao Lula, e eu fui muito mais além, ameaçando uma greve nacional; o Lula não ia querer uma greve porque, na época, eram mais de 800 mil servidores. Hoje nós somos mais de um milhão, nós decidimos a eleição presidencial. Seriam homens e mulheres, armados, fardados e revoltados, não teriam controle, seria pior que uma greve civil, pior que o movimento dos trabalhadores do PT.

Nós tivemos só meia hora para apresentar uma emenda. Foi o nosso sargento, que é advogado, doutor Bedoni Ribeiro, quem elaborou um texto. Fizemos a apresentação na Câmara Federal e no Senado; conseguimos, de uma forma impressionante, aprovar e garantir os direitos constitucionais em 30 anos, qualidade e integralidade ao direito do pensionista.

Em função disso, recebi uma homenagem da maior comunidade, de autoridade do Estado do Rio de Janeiro, que é a medalha Tiradentes. Nem Aécio Neves, governador do Estado, tem. É uma coisa também que dá essa evidência pelo que essa Associação de Cabos e Soldados fez aqui em Pernambuco. Foi a última a ser fundada, mas uma das mais atuantes, e uma que se torna referência. Os colegas de outros Estados nos consultam para qualquer ação que vão fazer, até porque, ao longo dos anos, construímos uma relação de amizade, integração, carinho e de preocupação também. Até Júlio me convidou para ir até Fernando de Noronha quando estava por lá, mas não pude porque tive outros problemas na Polícia, e ele vem de Minas Gerais, que não tem praia, para me fazer inveja. A desmilitarização é para ser pensada nacionalmente, mas assegurando os direitos constitucionais, porque aposentadoria, por exemplo, não é nenhum privilégio, é uma necessidade.

2.6 SOLDADO CORDEIRO (MOISÉS DE SOUZA CORDEIRO)

Acervo da autora, jun. 2008.

Entrevista com Soldado Cordeiro (Moisés de Souza Cordeiro), integrante do movimento grevista dos praças da Polícia Militar de Pernambuco, ocorrido na cidade de Recife, no ano de 1997. A entrevista foi realizada no dia 29 de janeiro de 2008. Soldado Cordeiro ingressou na corporação em 1986. Participou da formação da Associação dos Cabos e Soldados de Pernambuco. Durante a entrevista, afirmou seu papel no movimento de 1997 apontando as dificuldades enfrentadas pelos policiais manifestantes.

Em 1997 ocorreu uma assembleia geral com a participação de todos os batalhões. A divulgação ocorreu através de panfletos, carro de som e com ajuda das rádios. Naquele momento os policiais, revoltados, já queriam a paralisação.

Meu nome é Moisés de Souza Cordeiro. Nasci no Recife, em 1965. Meus pais eram funcionários públicos. Venho de uma família composta por oito irmãos. Antes de ingressar na corporação, eu trabalhei como montador e vendedor de móveis. A primeira coisa que me fez entrar para a Polícia foi o desemprego! A segunda foi a sensação de que lá (na corporação) as coisas funcionavam.

O emprego, aqui em Recife, era escasso, e os “serviços” disponíveis eram na construção civil. Esses foram os fatores que fizeram com que eu ingressasse na corporação. Eu realizei um concurso, no ano de 1986; após ter passado nesse concurso, fiquei um período de seis meses em formação na academia. Antes de ingressar na corporação policial militar, eu não passei pelo Exército. Geralmente, quem sai da vida civil para a carreira militar estranha um pouco os primeiros meses, em virtude da disciplina e rigidez do regulamento. Em alguns momentos, eu até pensei em desistir (logo na época da formação), mas os companheiros me ajudaram a não pedir o desligamento da escola.

Minha primeira função, depois do período de formação na Polícia, foi fazer policiamento de rua. Comecei minhas atividades no 13º Batalhão e atuo nesse posto até os dias de hoje. Como presidente da Associação, tenho liberação de serviço há quatro anos. Eu participei, indiretamente, da fundação da Associação, contribui para o surgimento da Associação dos Cabos e Soldados de Pernambuco. Na verdade, eu ingressei nela mesmo depois dos primeiros meses de sua fundação. Fiquei sabendo da tentativa de fundar a Associação dos Cabos e Soldados, aqui em Pernambuco, através do Soldado Renato, que na época também era do 13º Batalhão, mas quando Renato foi transferido para o 11º Batalhão, a Associação ganhou mais força. Foi nesse momento que ela realmente foi fundada, tanto é que os diretores foram todos do 11º Batalhão. No 13º Batalhão, não somente eu sabia da movimentação para fundar a Associação, mas o Odilon, que hoje é cabo, e o Soldado Costa também ficaram sabendo. Odilon era também um fundador, ele estava presente desde o início, já o Costa e eu entramos depois. Por ter entrado na Associação não tivemos perseguições, mas logo após o movimento de 1997, elas começaram.

Em 1997, ocorreu uma assembleia geral com a participação de todos os batalhões. A divulgação ocorreu através de panfletos, carro de som e com ajuda das rádios. Neste momento de mobilização, os oficiais não “encrencaram”, pois, segundo o comandante-geral, na época, essa mobilização só iria ficar ali, não iria pra frente. Sendo assim, houve até uma autorização de um juiz auditor. Logo, começaram os anúncios através dos

meios de comunicação, como jornais e rádios; sendo assim, todos tomaram conhecimento sobre a assembleia. Eu participei da assembleia e inclusive fui vice-coordenador.

A pauta da assembleia abordava vários pontos, dentre eles estavam: a regulamentação da carga horária, a promoção por tempo de serviço, mudanças no Regulamento Disciplinar, o cumprimento da Lei 11.216 de VBL, valor básico de referência. Acredito que esteve presente nessa primeira assembleia-geral cerca de 6.000 a 8.000 pessoas. A assembleia-geral era, naquela época, uma novidade no meio militar, ninguém imaginava um movimento que reunisse tantos praças. Nós levamos a pauta para ser apreciada na assembleia-geral. Naquele momento, os policiais, revoltados, já queriam a paralisação. Contudo, nós contornamos a situação e avisamos que se caso o Governo não aceitasse as reivindicações, haveria uma nova reunião e faríamos outra assembleia. Porém, houve uma determinação do Governo do Estado para proibir a segunda assembleia; eles então se reuniram conosco e ficaram nos ameaçando o tempo todo.

Chamaram uma assembleia-geral, mas eles prenderam os líderes e eu estava no meio. Na época, eles nos levaram para um lugar incerto, o que ficou caracterizado como um sequestro, isso gerou mais revolta nos companheiros. O que piorou a situação é que tinha uma reunião geral entre alguns diretores, então os batalhões ficaram sabendo da notícia da prisão e resolveram ir para a rua, começando pelo Batalhão de Choque. Eu não sei ao certo como a notícia da nossa prisão chegou aos batalhões, mas como estávamos no DERB, algum soldado pode ter visto aquela prisão e posteriormente ter levado a notícia para algum batalhão. Além disso, o Batalhão de Choque ficava próximo ao DERB, fato que levou esse Batalhão de Choque a ir primeiro para a rua. Em 1997, quase ninguém tinha celular, mas o irmão do atual deputado Moisés que é professor de jornalismo da Universidade Católica, deu de presente para ele um celular, e foi com esse telefone que nos comunicávamos com os companheiros.

Quem saiu em passeata foi o Batalhão de Choque, que foi recebendo o efetivo das outras unidades. Cem por cento do efetivo participaram do movimento, com exceção do COE que era a Companhia de Operações Especiais, pois foram justamente eles que auxiliaram em nossa prisão. Por sorte, uma parte da diretoria não estava presente no momento da prisão, logo eles tomaram a liderança do movimento.

Durante o movimento não houve somente a participação dos policiais, na época tinha o SIMPOL. Desde a fundação da Associação que o SIMPOL vinha nos ajudando. No momento da passeata, teve carro de som, os comerciantes nos ajudaram fornecendo frutas para a alimentação. Quando os outros diretores, que não foram presos, souberam da nossa prisão, os batalhões estavam na rua, então eles seguiram em direção à tropa e a conduziram pra frente do Palácio; foi ali que os outros diretores tomaram frente junto com o advogado Dr. Sérgio, fundador da Associação de Cabos e Soldados. Ele tomou a frente e o tempo todo tentava contornar as situações difíceis que estavam acontecendo.

Um movimento com pessoas armadas e revoltadas criou, assim, uma situação difícil, mas graças a Deus não repercutiu em nenhum acidente. Muitas pessoas extrapolaram o limite, uns se embriagavam e ficavam provocando o Exército, mas não houve confronto e foi por isso que os oficiais participaram do movimento de 1997 tomando frente pela greve. Durante esse impasse, foi negociado que os policiais só sairiam da frente do Palácio se eles nos liberassem, assim voltamos e fomos pra frente do Palácio, que fica de frente para a Praça da República, e a Assembleia Legislativa que fica na Rua da Aurora, ambos ficam muito próximos. Foram doze dias de mobilização na frente da Assembleia, tivemos a participação de cerca de 8.000 pessoas, sendo que durante a noite ficavam em protesto de 4.000 a 5.000 pessoas. Depois do quinto dia de mobilização, nós começamos a dispensar as pessoas para que fossem dormir em casa e durante o dia elas retornavam, era esse o compromisso.

Eu acompanhei todos os dias de manifestação. O acampamento eram as ruas e as marquises, não tínhamos nada e nem levávamos nada, por isso é que as pessoas voltavam para suas casas à noite. Todos os dias nós montávamos a estrutura com faixas e carros de som; os comerciantes faziam as doações, e não nos faltava alimento, pois a população se sensibilizava e apoiava, inclusive quando passamos em frente ao Palácio

na Avenida principal, denominada Boa Vista, o povo começou a jogar papel picado e confete, aplaudindo o movimento.

O lugar onde ficamos era denominado de "concentração". Durante esse período de concentração, quando estávamos na Rua da Aurora, uma parte dos deputados da bancada governista de oposição ficou o tempo todo negociando com uma parte da diretoria dos Cabos, Soldados e Oficiais. Em alguns pontos, tínhamos avançado nas negociações, mas a questão financeira ficou por último, demorou cerca de dez dias, porque não chegamos a um consenso de quanto seria o aumento salarial.

Na época, o Governo estava oferecendo R\$ 10,00 para os praças, mas nós acabamos conseguindo um aumento de 100% em cima de gratificações. O salário, que era em média R\$ 250,00, passou para R\$ 500,00. Quando anunciamos para as pessoas que estavam na concentração, nós pudemos ver que já tinha muita gente se deslocando; o povo já estava cansado e ficando contra o movimento. Nos primeiros momentos, tivemos o aplauso da população e eles jogaram até confete, mas a partir do sexto dia, as pessoas começaram a notar que a coisa estava ficando insuportável, tivemos homicídio, havia muitas pessoas mortas pela rua e eles não estavam recolhendo esses mortos, tudo porque a Polícia Civil aproveitou e entrou também no movimento. Porém, eles não estavam concentrados conosco. Então a situação era essa: as pessoas estavam revoltadas, havia muito assalto, os lojistas e os bancos estavam com as portas fechadas, a situação estava muito insuportável. Além de tudo isso, o Governo já estava jogando a imprensa contra o movimento. Inicialmente, todos estavam agindo de maneira favorável, depois foram ficando contra o movimento, a situação ficou insustentável.

Quando anunciamos para a tropa o resultado das negociações, ficou decidido que o movimento seria cessado. Durante esses doze dias, tivemos a adesão de 100% dos quartéis, inclusive os presídios. Depois do anúncio do acordo, a notícia saiu nos jornais e os policiais voltaram para os quartéis. Depois do movimento, tivemos as retaliações, começaram as perseguições. Mas graças a Deus, no primeiro movimento, não tivemos nenhum policial punido, mesmo porque, os oficiais eram responsáveis por fazer a sindicância e os conselhos de disciplina estavam participando do movimento.

Tivemos apoio dos familiares, mas estes ficaram um pouco apreensivos porque estávamos participando de um movimento grevista e os policiais militares não têm direito de fazer greve. Mas foi devido a uma necessidade especial que enfrentamos esse movimento. Depois do movimento, podemos ver que tudo valeu a pena, principalmente a Associação. Até hoje eu acredito muito no potencial das Associações, e costumo dizer que a Polícia Militar tem dois momentos, um antes e o outro após a fundação da Associação.

Antigamente, os policiais eram submissos aos caprichos de alguns oficiais que por qualquer coisa prendiam um soldado. Bastava algum oficial não ir com a "fisionomia" de algum soldado que eles usavam uma barba grande como desculpa para prendê-lo. Era assim que acontecia; agora, antes de falar alguma coisa, eles pensam duas vezes; antes de ofender alguém, eles pensam duas vezes, tanto é que, na semana retrasada, um determinado oficial andou falando que os policiais eram gordos e que eram um "bagaço". Resultado, ele agora está respondendo criminalmente, está sendo ouvido pela corregedoria da Polícia e ainda foi afastado do cargo. Hoje existe uma maior fiscalização por parte das entidades, assim os oficiais pensam duas vezes antes de fazer algo contra um policial militar.

Em alguns casos, nós apoiamos o fato dos policiais saírem para cargos políticos porque sabemos que, infelizmente, tudo pode acontecer através da política; o que acontece de bom e de ruim é através da política. Torna-se viável ter os nossos representantes na Assembleia Legislativa, na Câmara dos Vereadores e na Câmara Federal. Temos sempre que procurar projetar um determinado policial para que ele chegue a um cargo político. Sobre muitas coisas que tramitam na Assembleia, não temos conhecimento; com a projeção de policiais na política, sabemos de qualquer coisa que aconteça em desfavor da corporação. Temos o Soldado Moisés que verifica tudo para a tropa, ele traz tudo ao nosso conhecimento para que possamos mobilizar os policiais a fazerem um "lobby".

Eu também sou vice-presidente da ANERCS (Associação Nacional das Entidades Representativas dos Cabos e Soldados), que hoje está parada por falta de doações. Sabemos bem que toda entidade sobrevive à custa de gratificações e doações. Mas quando ela estava em atividade, nas mãos do Wilson de São Paulo, as pessoas contribuía muito e eles podiam realizar os encontros nacionais todos os anos. Procurava um Estado da Federação para sediar os encontros, cada ano era um Estado diferente. Hoje não fazemos mais esses movimentos, contudo, acreditamos que neste ano de 2008 vamos fazer uma reunião geral para dar um encaminhamento e uma solução para a ANERCS. Já temos uma proposta para fazer uma fusão com a ANASPRA (Associação Nacional dos Praças da PM), o presidente dela é meu amigo, ele é do Mato Grosso e está fazendo vários encontros com essa Associação recém-criada.

Essa Associação é uma segunda via, pois ela pode se unir com a ANERCS. A ANERCS, na verdade, foi criada com o intuito de promover algumas ações em nível nacional que abrangesse a Polícia Militar do Brasil, mas ela não tem esse poder porque isso é inconstitucional. Então, quando foi criada a outra entidade, ela serviu para esse fim, porque conduzia as propostas de ação em inconstitucionalidade; ela foi criada para poder entrar em partido político com representação em nível nacional.

Eu não acho que o movimento de 1997, em Pernambuco, teve influência de outros movimentos. Quando Minas Gerais fez o movimento, já tínhamos convocado a assembleia-geral, e ela aconteceu antes da paralisação deles. Na verdade, não foi uma ligação direta com os outros Estados, foi uma coincidência. Logo depois vieram os movimentos da Paraíba e de Pernambuco. Eu participei de outros movimentos; no Rio Grande do Norte, participei como representante nacional, participei também dos movimentos da Paraíba e de Alagoas.

Em relação à discussão sobre desmilitarização, Pernambuco sempre a defendeu em nível nacional. Nos encontros como a PEC 21, nós discutimos a questão da desmilitarização e a Associação de Cabos e Soldados sempre foi a favor da desmilitarização. Nós também defendemos a história de integração entre a Polícia Civil e Polícia Militar, visto que seria também um processo favorável à desmilitarização. Falando da pós-greve, nós da diretoria temos o sentimento de dever cumprido, pois temos o reconhecimento da categoria.

Nossos anseios foram atingidos e contemplados naquele movimento. Também foi um desabafo, em 1997 estávamos parados no tempo, mas depois da Associação tudo mudou, ela mostrou para o que veio e, desde então, podemos ver que politicamente a tropa melhorou muito.

2.7 CABO ÉLIO (ANTONIO ÉLIO PEREIRA BORGES)

Acervo da autora, jun. 2009.

Entrevista com Cabo Élio (Antonio Élio Pereira Borges), líder do movimento grevista dos praças da Polícia Militar do Pará, ocorrido na cidade de Belém, no ano de 1997. A entrevista foi realizada no dia 19 de janeiro de 2009. Cabo Élio ingressou na corporação em 1990. Concluiu o curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará em 1997, ano em que liderou o movimento dos praças da PMPA.

Os policiais militares e bombeiros colocaram capuzes e foram para a assembleia. Eu preferi não usar, assumi o movimento e fui penalizado. Fiquei dez anos expulso da Polícia Militar. Fui reintegrado apenas em 2007, após muita luta...

Nasci no Maranhão, na cidade de Godofredo Viana, em 1965. Sou filho de lavradores: Antonio Borges e Francisca Pereira Borges. Meu pai era lavrador-pescador, passava o dia na roça e a noite no mar. Na minha família, por parte de meu pai, são oito filhos. Minha mãe já é falecida há quatro anos e meu pai ainda vive, está com 83 anos e mora no Maranhão. Eu vim pra cá, pra Belém, por volta de 1987; passei pela cidade Zé Doca, no Maranhão, onde fiquei de 1982 a 1984; e de 1985 a 1986 fiquei em São Luís.

Entrei para corporação em 1990, aqui em Belém. Antes eu trabalhava na lavoura e na pesca; nasci nesse meio e trabalhei nele até os 16 anos. Entrei para corporação, a princípio, com o objetivo de ter uma autossustentação financeira para que eu pudesse continuar meus estudos. Na época, eu já tinha o ensino médio completo. Ao contrário dos meus colegas eu tinha iniciado Filosofia e Teologia no Colégio Santo Antônio, no Maranhão, que é colégio e seminário também. De 1982 até 1986, eu fiz parte de um colégio interno, que era, também, o Seminário Santo Antonio. Primeiro era o Seminário Sagrada Família, minha diocese na época, sediada lá em Zé Doca. Lá eu fiz o ensino médio.

Destaco a conscientização que a Igreja me deu, em relação às questões humanas, e isso me ajudou muito pra que eu me tornasse um grande defensor das causas sociais na Polícia Militar. Quando ingressei na Polícia Militar, em 1990, eu estava fora dos estudos, e aí eu fiz o vestibular novamente, aqui na Universidade Federal do Pará, pro curso de Ciências Sociais. Passei em 1993, e concluí com bacharelado e licenciatura em Sociologia, em 1997, nesse período eu ainda estava dentro da Polícia. O fato de eu estar em um curso de Ciências Sociais me fez pensar na polícia de um jeito diferente.

Eu pertencia ao Batalhão de Choque em 1992. Os nossos comandantes não incentivavam a gente a estudar. Ou seja, não adequavam escalas com nosso horário de faculdade. Trabalhávamos vinte e quatro horas por quarenta e oito... escala de serviço muito sobrecarregada! Tive que sair do Batalhão de Choque pra ir para uma Companhia onde se trabalhava com crianças e adolescentes, porque lá eles reconheciam melhor a condição do estudante; a partir daí eu tive melhor rendimento na faculdade.

O período de formação dentro da Polícia funciona da seguinte forma: a gente faz um concurso pra ingressar como soldado, no caso. Entrei como soldado; passei seis meses e me formei no próprio batalhão em que eu estava até 1995, o Batalhão de Choque. Lá, na época, funcionavam duas Companhias, a 1ª Cia., que é o PATAM (Policamento Tático Metropolitano), considerada como uma Companhia Operacional; e a 2ª Cia. era o Choque. Então, nesse quartel, funcionavam essas duas Companhias, e lá mesmo eu prestei o concurso pra

Polícia Militar, para entrar como soldado, e fui fazer o curso lá no 6º Batalhão, onde me formei soldado depois de seis meses de curso. A formação, em termos de treinamento, é mais militarizada. Mas não foi impactante para mim essa questão de hierarquia e disciplina, porque eu já tinha certa convivência, uma experiência, porque no seminário essa questão de hierarquia e disciplina não é diferente!

O problema não é a hierarquia ou a disciplina, o problema é a forma como acontece essa relação – humana ou desumana – e é isso que faz a diferença em termos de Polícia Militar de Estado hoje. Tinha e ainda tem abusos, do tipo que a gente chama de “esculhambação”; o policial militar é subordinado a normas, regras, legislações e a gente deveria ser enquadrado nas punições que estão registradas nas nossas leis, regulamentos e normas. Entretanto, o abuso acontece por parte de quem está ali para fiscalizar e executar essas normas.

O oficial militar estava acima dos regulamentos, das leis e das normas. A relação hierárquica era desumana, e, hoje, continua sendo abusiva porque “manda quem pode e obedece quem tem juízo”. Hoje chamamos de Código de Ética, mas antes era o RDPM - Regulamento Disciplinar da Polícia Militar. Nas falhas do subordinado, o superior vem e esculhamba, e hoje vem acontecendo muito, por exemplo, assédio moral que são as ameaças, agressão psicológica, perseguição política, mesmo com o Código de Ética.

O Código de Ética, inclusive o nosso, no artigo 19... É até vergonhoso! Onde diz que nós somos, enquanto policiais militares estaduais, proibidos de nos manifestar politicamente, proibidos de discutir qualquer assunto atinente a nossa instituição. E eu entendo que dessa forma estamos sendo tolhidos, enquanto cidadãos, de expressar o nosso pensamento, as nossas ideias. Leis como essas nos algemam, nos impede de nos manifestar dentro do nosso local de trabalho. Esse artigo, ele nos priva desses direitos básicos, e não é satisfatório.

Eu ingressei na Corporação, primeiro no Batalhão de Choque e depois passei para a Companhia que na época chamava CEPAS – hoje é CIEPAS e era uma Companhia que trabalhava com crianças e adolescentes; em 1997 eu estava lá, trabalhava um expediente e estudava à noite. Antes de acontecer o movimento – aconteceu um em 1989 – eu já estava aqui como civil e vi só ouvi comentários através de imprensa. Esse movimento aconteceu aqui, por parte de uns quartéis, na Praça do Relógio. Foi um movimento reivindicatório; foi um ato de protesto – podemos dizer – isolado, em termos de categoria de segurança pública, por uma parte de policiais que ficaram revoltados pela situação financeira deles e, em 1989, foram pra praça e fizeram lá uma manifestação. A consequência disso foi que o Batalhão de Choque foi lá e dispersou, prendeu e espancou, e o governador da época, que era Hélio Gueiros, expulsou quarenta policiais que participaram desse movimento e até hoje continuam expulsos. Foi o próprio Batalhão de Choque que, na época, reprimiu.

Em 1997, a categoria – categoria que eu digo é Polícia Militar, Bombeiro Militar, Polícia Civil – são as categorias que estão mais ligadas com as questões de segurança pública. Então, eu fui informado da manifestação através da Polícia Civil, que começou a se manifestar fazendo assembleias-gerais da categoria para discutir a situação da época: salarial e condições de trabalho. Eu, sabendo disso, fui atrás e consegui localizar as lideranças da Polícia Civil que estava cuidando disso, discutindo aquele problema, e a gente se interessou porque era também o nosso problema: a situação financeira, a condição de trabalho, pressão e perseguição política, mas o mais grave da época era justamente a condição financeira e a condição de trabalho.

Em 1997, eu apenas pertencia à Associação de Cabos e Soldados, não representava nenhuma entidade, a não ser uma entidade que eu criei, que foi a cooperativa de crédito para a instituição, mas só que ela não tinha cunho político; o objetivo era emprestar, cuidar da questão financeira, então eu não envolvia a entidade naquele tempo e tampouco falei por ela. As lideranças da Associação de Cabos e Soldados não estavam lá nessas negociações com a Polícia Civil nem no princípio, nem durante, e nem no fim. Embora já existisse a Associação de Subtenentes e Sargentos, bem como a Associação de Cabos e Soldados, por sinal, quantitativamente muito forte – na época éramos aproximadamente doze mil associados. Hoje temos, aproximadamente, umas doze associações ou entidades relacionadas a nossa categoria, mas que não têm outro papel senão o de assistência social e lazer. Praticamente nenhuma, atua no que diz respeito à discussão dos

problemas socioeconômicos da Polícia Militar, cultural. Lamentavelmente elas são alheias a esses processos, a essas questões.

Aí eu procurei a Polícia Civil e começaram as articulações. Houve a primeira assembleia de discussão naquele período, puxada pela Polícia Civil. Estavam lá delegados, investigadores, representantes de associações e sindicatos. Na época já tínhamos informações de greves da PM em outros Estados, através da televisão. Nós fomos o terceiro Estado que explodiu o movimento. Aconteceu em todo o país um efeito dominó sobre os levantes da Polícia Militar. O problema socioeconômico, principalmente a questão financeira, era geral das polícias militares de todo o Brasil. Isso nos estimulou.

Quando aconteceu a primeira assembleia da Polícia Civil eu fui à paisana pra lá apenas para observar e ver de que forma a gente poderia engajar o nosso movimento. Chegando à assembleia eu presenciei todo aquele movimento de policiais civis (eu era praticamente o único policial militar na ativa ali naquele momento) e havia também um parlamentar nosso, um capitão que era vereador da cidade de Belém e que estava à frente do movimento lá – o Capitão Ivanildo. Ele estava à frente com os policiais civis dando apoio moral, e me lembro muito bem que ele expressou que a Polícia Militar não podia participar do movimento grevista ou reivindicatório porque o nosso regulamento não permitia tal coisa, e a Polícia Civil, na época uns dois mil e oitocentos homens aqui no Estado, e lá presentes umas duzentas pessoas, aceitou a colocação dele. E eu achei aquele momento uma situação de covardia por parte dele, como representante político nosso da Polícia Militar, e me senti também um covarde como integrante da Polícia Militar, caso eu me omitisse daquela situação, daquele processo onde o problema da Polícia Civil era o mesmo nosso.

Nós éramos doze mil homens e na Polícia Civil só dois mil e oitocentos, embora eles se organizassem através de sindicatos e nós, ainda hoje, não temos essa oportunidade de nos organizarmos nesse sentido, mas eu estava vivendo já – e me sentia seguro – em um Estado com liberdade democrática estabelecida, apesar de ser militar naquele momento e estar passando por uma situação econômica difícil, onde o soldado na época tinha um salarial de setenta e um reais, um ganho na época de, aproximadamente, duzentos e setenta reais, nessa média: soldado, cento e quarenta reais e cabo, duzentos e setenta, aproximadamente. E muitos policiais militares, naquele período, estavam entregando as suas fardas para o Estado por não terem mais condições de suportar a questão financeira, e entregaram o emprego. E os oficiais ainda diziam que quem não estivesse se sentindo bem, era para pedir para ir embora, que ninguém era obrigado a ficar.

Naquele momento daquela assembleia-geral, eu pensei que aquela era a hora! Que era a hora e, com certeza, eu iria incentivar meus companheiros também a desabafar, a aproveitar o ensejo e dizer o que sentia e que estava disponível para somar com aquela categoria que estava clamando por melhores condições de trabalho e financeiras. E aí eu me levantei na assembleia, quando o capitão se manifestou e disse que nós não podíamos fazer greve e nem fazer parte daquele movimento porque as nossas leis impediam, e eu acho que lembro mais ou menos a minha conversa, eu me levantei no meio da assembleia e disse: "Sou Policial Militar, estou na ativa, estou passando por uma situação financeira e condições de trabalho de dificuldade assim como meus companheiros da Polícia Civil também estão. As nossas leis impedem que a gente se manifeste politicamente ou faça qualquer tipo de cobrança; não permite que a gente se organize sindicalmente, mas eu quero dizer que neste momento agora, eu, como cidadão, como profissional que defende a segurança pública, que tem juramento, com risco da própria vida, de defender a vida do meu companheiro da sociedade paraense, não admito ficar alheio a esse movimento e deixar que isso passe em branco. Eu quero manifestar o meu apoio à participação, e convocar os nossos companheiros policiais militares e bombeiros militares para que se sintam no direito de gozar de sua liberdade de cidadão brasileiro e vir aqui expor, mesmo contra as nossas leis que, apesar de nos proibir de tal ação, em outras situações, que estão lá registradas, dizem que temos direito a um salário digno para sustentarmos nossos familiares, para termos nossa moradia, para termos nossa educação – e, no entanto, esse salário não nos dá condição, e aí se quebra um acordo do Estado conosco – então a gente tem a liberdade de dizer que é insustentável essa situação e que a gente vai estar aqui, sim, para somar ao movimento da Polícia Civil em prol de uma reivindicação que nos traga mais respeito e dignidade."

Aí, mediante esse meu posicionamento, a assembleia da Polícia Civil, em coro, se levantou e aplaudiu, e deu o maior apoio moral pro meu registro, e nessa situação eu senti que o capitão ficou em xeque. A imprensa foi em cima dele – a imprensa estava presente, e a Polícia Militar tinha recebido convite para estar lá – perguntando qual era o posicionamento dele, “porque o registro do cabo chamou a atenção da Polícia Civil e a gente concorda”. E ele falou que ia fazer a convocação da tropa, comprar capuz, que é uma forma de driblar os olhos dos informantes do Estado, “pra que amanhã não venha a sofrer represália”, e assim a gente poderia convocar o nosso policial militar para engrossar o movimento, para garantir a eles a estabilidade. Daí, ele conseguiu comprar uns duzentos capuzes.

Os policiais militares e bombeiros colocaram capuzes e foram para a assembleia. Eu preferi não usar, assumi o movimento e fui penalizado. Fiquei dez anos expulso da Polícia Militar. Fui reintegrado apenas em 2007, após muita luta. Quem tem que usar capuz é o Governo do Estado, o secretário de Estado, as autoridades responsáveis por todo esse tipo de situação de humilhação que nós passamos... eles é que têm que usar, eu não! Eu não tenho que usar! E aí, por conta disso, eu fui penalizado, mas não usei, só eu. No princípio, eram uns duzentos manifestantes, depois chegamos em torno de mil e quinhentos, dois mil, cada um com seu capuz. A imprensa apoiou o movimento.

O movimento começou, a princípio, numa primeira assembleia da Polícia Militar e da Civil no IML. A segunda assembleia; a primeira foi aquela em que eu estava, da Polícia Civil. Era um local da Polícia Civil onde a gente se reunia, não era um sindicato. No princípio, eram mais policiais civis, depois ficou proporcional. Aqui em Belém, aparentemente não existe rixa entre Polícia Civil e Militar, no que diz respeito às tarefas a executar, o que existe, aqui, é um certo despeito, questão mais salarial, questão mais de função, de liberdade. Por exemplo, na Polícia Civil, hoje, investigador recebe melhor, mas segundo a Polícia Militar, o militar trabalha menos; delegado recebe melhor, mas segundo a Polícia Militar, os coronéis, têm mais liberdade. São mais essas questões de liberdade de expressão, de organização e de remuneração mesmo. O que se vê é que a Polícia Civil tem liberdade para se organizar e reivindicar, e está na nossa frente no que diz respeito a reconhecimento financeiro, e nós, policiais militares, por conta de não termos oportunidade de nos organizar pra buscar nossos direitos, estamos mais atrás.

A partir daí, fazíamos passeatas. Não me lembro bem os dias, só sei que o último dia, que foi o dia decisivo de negociação e acordo com o Governo, foi 4 de julho; esse foi o dia decisivo, mas iniciou assim, por volta de 27, 28 de junho. Foi um dos primeiros movimentos. As manifestações não foram muito duradouras. Em praça pública, nós saímos a partir da segunda assembleia – saímos de um ponto para outro, através de passeatas. Existia mais estratégia, a gente fazia panfletos e soltava nos quartéis dizendo o horário das assembleias e a finalidade, e depois disso fazíamos passeatas, inclusive a primeira saindo do IML em direção à casa que era o setor financeiro do Estado e que trabalhava com planejamento (hoje se chama CEPOF, mas na época tinha outro nome). E outras assembleias, sempre se deslocando do local da assembleia para algum setor do Estado, onde alguém do Governo pudesse nos receber... lembro que na terceira nós fomos até a CEPOF, aqui na Doca; saímos novamente do IML e fomos lá pra Doca em passeata. Geralmente íamos em avenidas, eu me lembro que foi muito marcante a terceira passeata, em que nós saímos do IML e fomos em direção ao CAN, pois foi quando saiu o resultado da negociação com o Governo.

Foi anunciado o resultado lá no IML mesmo, e de lá nós saímos em direção ao CAN – o Centro Arquitetônico da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré – e lá foi a conclusão, a manifestação dos líderes a respeito do resultado positivo; tinha carro de som que a Polícia Civil, que era organizada, alugava. Tínhamos apoio de algumas forças sindicais também, de que não lembro mais o nome, mas recebemos manifestações na época, por exemplo, do Senador Ademir Andrade – ele era Senador e mandou pra gente uma carta manifestando o apoio dele. Recebemos apoio, também, na época, da comunidade da Universidade Federal, de alunos que escreveram cartas e também um manifesto apoiando o movimento. A comunidade civil também apoiava o nosso movimento; quando a gente passava recebia aplausos e acenos de positivo pro nosso movimento, então foi justificada para a opinião pública nossas ações, nesse sentido. Sempre trabalhávamos

com pauta de reivindicação – eu ainda tenho em casa as reivindicações daquele período, mas na época reivindicávamos salário, condições de trabalho, questão de armamento (que policiais trabalhavam sem armamento ou com armamento defasado), não havia colete a prova de balas. E todas essas reivindicações a gente colocava em pauta para apresentar ao Governo. E o principal disso tudo, mesmo, era a questão salarial. Eu me lembro de que nós, naquele período, não ganhamos aumento salarial nem reposição salarial, o que nós ganhamos foi abono que até hoje ainda existe. Abono salarial que ficou considerado. Em princípio nós, praças (soldados, cabos e sargentos), ficamos com cento e trinta reais, oficiais com cem reais; tenho quase certeza que não dava para negociar mais, mas naquele período isso satisfaz aos nossos anseios em relação a essa questão de abono. Saíram também alguns acordos que foram firmados com a Secretaria de Governo. Juntamente com a concessão desse abono, o Governo iria comprar armamento, na média de três mil e setecentas pistolas calibre ponto quarenta e metralhadoras modernas; de modo que aconteceu de o Governo cumprir e modernizar mais o armamento. Hoje nós usamos pistola ponto quarenta – todo Policial Militar tem uma na cintura. Os coletes que na época só os oficiais usavam; os praças não usavam em serviço porque não havia. Infelizmente não havia, mas hoje já temos coletes em consequência daquela reivindicação. A maior parte dos policiais militares tem colete e tem armamento moderno que é a pistola ponto quarenta; temos metralhadora também.

Na época saiu, em algum jornal, que o Fernando Henrique disse que tinha muito medo das manifestações em Belém do Pará, mas aqui não houve saques nem nada. Eu acredito que esse posicionamento era uma forma da opinião pública não aprovar nosso movimento, se aproveitando do uso dos capuzes pelos policiais, ou seja, policiais militares armados e encapuzados. Acredito que todos os policiais estavam armados. Eu me lembro de que teve um momento, na segunda assembleia, que policiais militares detectaram agentes de informação da Polícia Militar e colocaram eles na parede do cemitério Santa Izabel e, pelo que vi, se eu não estivesse presente, eles teriam baleado aquelas duas pessoas: um oficial e um soldado que estava na segurança dele, um P2. Se eu não estivesse lá presente – eu entrei no meio mesmo – eles teriam matado os caras de tanta revolta que eles estavam. Os P2 foram lá para colher informação de quem estava presente, de quem não estava, e daí eles descobriram. E eu vi a cena: o oficial – um capitão – e um soldado lá na parede e vários policiais com revólver em cima deles, dizendo que eram P2 e que iam matar. Eu vi que os caras ficaram no muro, inertes, caso eles se mexessem ali – qualquer ação – eles seriam mortos, e eu senti aquilo como policial também e se eu não entrasse, aquela ação ia desgastar nosso movimento, foi o que eu senti naquela hora. Então eu tive que entrar e dizer que não era aquele o caminho que estávamos buscando pra que a gente pudesse trazer algum resultado positivo. Pedi pra entenderem que eles só estavam fazendo o papel deles, porque essa função existe na Polícia Militar; com certeza eles não estavam lá por vontade própria, daí tentei convencê-los, e consegui convencer os policiais militares que estavam ali, naquela situação de agressão, com revolta. Levei os dois até a casa deles em segurança, de modo que a última manifestação que ocorreu – eu me lembro – foi que o chefe do serviço de informação da Polícia Militar levou uma surra muito grande, na última assembleia onde teve o resultado final positivo pra gente. Aquela ação de eles quererem agredir o P2 com armas na mão significa que praticamente todo mundo estava armado.

Voltando à questão do medo dos representantes políticos em relação aos policiais militares, eu não tenho certeza se aqui, no Pará, foi o único Estado que apresentou os policiais militares encapuzados, mas a forma deles se apresentarem – a condição deles se livrarem da perseguição do Estado, por participarem de um movimento reivindicatório – foi aquela. Esconder o rosto. Lamentavelmente, eles não tinham consciência, ou não eram conscientizados a ponto de dizer para todo mundo mostrar o rosto; “que o Estado expulse todo mundo, mas todo mundo mostra a cara”. Mas só que não foi essa a postura deles; eles já eram vítimas de perseguição, sabendo que esconder o rosto era uma forma de se fazer presente. Mas pra quem não conhecia nossa situação interna, poderia dizer que era perigoso, que era “Policial Militar encapuzado”. Tinha alguns policiais fardados e alguns à paisana. Desse movimento é dito que foi greve, mas eu classifico como *movimento reivindicatório*, até porque quem ia mais eram os policiais militares de folga. Eu, por exemplo, nunca faltei ao

serviço pra ir àqueles movimentos, porque coincidiam as assembleias com meu momento de folga, por isso é que eu digo que não fiz greve. Greve faz quem não vai ao trabalho, então eu classifico nosso movimento como um movimento reivindicatório, que também é proibido. Como aqui muitos estavam em dia de folga era até difícil detectar quem estava no movimento.

O Exército foi chamado para fazer a segurança da casa do Governador Almir Gabriel, que não queria nos receber para negociar. Acharam que a gente poderia invadir ou fazer reivindicação lá, mas não chegamos a ir porque lá era longe, do outro lado do mundo. Mas o Exército foi chamado para dar garantia por uns quinze dias ao Governador. Geralmente, a gente ia para os órgãos onde estavam pessoas do Governo que representavam, em termos de planejamento, condições de poder negociar com os líderes do movimento.

O que aconteceu no pós-movimento foi o seguinte: saiu um acordo entre as lideranças das entidades constituídas e os secretários de Governo da época – um acordo assinado e tudo – e nesse acordo, além das reivindicações que nós conseguimos como o abono salarial, a promessa de comprar armamentos modernos e coletes, saiu também um item no Boletim Geral 82, do mês de agosto. Está lá registrado (um documento interno da Polícia Militar – BG 82, do mês de agosto, de 1987). Então, saiu nesse acordo que está registrado, que *nenhum manifestante ou líder daquele movimento seria punido disciplinarmente, salvo crime militar*. Aquilo nos deu tranquilidade e, aí, a *covardia* por falta desse tipo de rompimento saiu um ano depois do movimento – desse acordo ser divulgado: eu e mais uns três companheiros, inclusive dois oficiais e três praças, um era o Cabo Savedras, outro era o Soldado Luís, e como oficiais tínhamos o Tenente Luís Fernando e o Capitão Silva Junior (todos, nomes de guerra). E o Soldado Joaquim também foi chamado pra responder.

Os praças respondem Conselho Disciplinar; os oficiais respondem Conselho de Justificação, aqui pra nós. Então, nós fomos chamados para responder. Naquele período, alguns oficiais participaram; não foi um movimento apenas de praças, mas os praças eram a maioria. No mês de maio de 1998, saiu um Boletim Geral da Polícia Militar convocando a gente para responder Conselho Disciplinar. O resultado desse Conselho me deu a expulsão, e a justificativa foi de que eu estava sendo expulso por ter participado do movimento reivindicatório ocorrido no ano de 1997, mas um documento de um ano atrás dizia que *não iríamos sofrer punições, salvo militar*. Só eu fui expulso no Pará. Eles alegaram depois, verbalmente, que os outros tinham mais de dez anos de Polícia e já tinham estabilidade, portanto não sofreram disciplina – essa punição. Mas eu, como só tinha oito anos e sete meses, não havia alcançado minha estabilidade. Foi essa a justificativa, segundo eles, para que eu fosse expulso da Polícia Militar. Me pegaram para “castigo exemplar”. Quebraram o acordo militarmente; o promotor da época, Gilberto Valente, deu o parecer dele, que está anexado ao meu processo, onde ele me inocentava militarmente daquele fato. Portanto, não tinha como o Estado me punir, então fizeram a minha expulsão ilegalmente. Foi uma injustiça muito grande.

Na época, eu já havia concluído meu curso, que foi em 1997, e em 1998 eu fui expulso. Eu senti a minha impotência diante daquela situação em que eu tinha consciência de que estava sendo usado como exemplo para o Estado perante a minha categoria; pois, fui o único expulso do Pará. A minha expulsão foi injusta, e eu não tinha na época como me defender. O peso da lei que nos rege é muito forte ainda, muito selvagem. Geralmente quem é expulso da Polícia Militar é quem comete erros ou falhas vergonhosas do tipo massacre, violência física, furto, roubo, estupro, etc. Sofri muito, pois todos pensavam que se um policial militar foi expulso, alguma coisa ruim ele fez. Na época, minha ficha disciplinar dizia que nós, que temos oito anos de serviço sem sofrer nenhuma punição, temos o melhor comportamento, um comportamento excepcional. E eu tinha esse comportamento. Então eu fiquei triste porque o que eu iria fazer dali pra frente? Expulso da Polícia Militar... quebraram o acordo! E a sociedade como iria me ver? E eu pensei em cometer algum ato selvagem em protesto contra alguém do Estado que teve aquele poder de cometer tal injustiça. Queria que o povo soubesse que eu não estava sendo expulso por qualquer ato que denegrisse a minha imagem, pelo contrário, estava sendo vítima do poder do Estado que quebrou um acordo que o Estado reconheceu, depois de um ano. Aí eu pensei em fazer ou um ato selvagem contra quem fez isso comigo ou buscar o apoio da comunidade, do povo, da sociedade. Aí na época eu pensei e fiz.

Eu fiz uma greve de fome em protesto àquela atitude do Estado; fui pra frente da Assembleia Legislativa e passei ali uns cinco dias. Levei uma faixa pra lá dizendo que eu estava sendo expulso pelo Governo por ter feito o movimento grevista em 1997, e que o Governo estava quebrando o acordo de não-expulsão dos manifestantes. Fui sozinho pra lá; depois esse Capitão Silva Junior foi lá prestar solidariedade a mim. Mas logo veio o superior dele, chefe do CPC, ameaçando que ele poderia ser expulso também e o levou embora. Eu fiquei lá por cinco dias, de segunda a sexta-feira. Não lembro exatamente a data, mas foi em 1998. Foi no mês de maio do ano seguinte, fui expulso no dia 12 de maio de 1997... foi exatamente um ano depois. Antes disso eu estava trabalhando normalmente, tranquilo. Nem estava esperando o Conselho Disciplinar que aconteceu apenas no mesmo ano da minha expulsão. Porque pelo acordo, não teria Conselho Disciplinar. Foi totalmente arbitrário; não tinha nada tramitando.

Fui enquadrado e fizeram o que fizeram comigo. Aí fui pra greve de fome, o Governo naquele período teve a cara-de-pau de dar mais cinquenta reais de abono para os policiais militares, tanto é que eles recebiam cento e trinta, e a partir dali começaram a receber cento e oitenta reais. Eu imagino que o Governo ficou com medo de haver um levante da Polícia Militar por conta daquele ato injusto que eles estavam fazendo contra mim e deu mais cinquenta reais de abono naquele período, e os policiais militares começaram a ganhar cento e oitenta reais, talvez para acalmar os ânimos; acho que esse é o pensamento do Governo. E aí ficou minha expulsão por isso mesmo. Entrei na justiça e foram dez anos de batalha. Ganhei na primeira instância, ganhei na segunda, daí já estava no Supremo Tribunal Federal, na mão do Ministro Joaquim Barbosa, e então mudou o governo aqui. Em 2007, o novo governo ajudou a reconhecer o meu retorno à tropa, tanto é que eu fui, aqui no Estado, reintegrado por três vezes. Ignoravam a decisão judicial. Eu juro que naquela época só tinha um poder aqui no Estado, o executivo. Existia Legislativo e Judiciário, mas estavam todos com bons relacionamentos com o Governo do Estado. Não havia distinção de poderes, dos três poderes que nós temos neste país.

Quando fui excluído, eu não tinha outra fonte de renda, infelizmente. O nosso regulamento aqui no Estado do Pará – nosso estatuto – não permite que a gente tenha outra atividade, a não ser a da Polícia Militar; nós somos enquadrados na condição de funcionários públicos do Estado, de dedicação de tempo exclusivo. O “bico” é comum, mas é ilegal, só que eu tirava “bico” também, mas nós não podemos exercer, por exemplo, comércio. Até agora, ultimamente, eu estava dando aula contratado pelo SEDUC. Tive que fazer opção quando voltei para a Polícia Militar. Lá eles tinham salário de praticamente quatro mil e duzentos reais. Deixei esse salário para vir para um salário de mil e duzentos reais porque, embora o meu estatuto diga que eu tenho o direito de exercer o magistério, a Secretaria de Administração não reconhece. Daí que eu tenho que dar dedicação exclusiva, porque o Estado entende que eu não tenho tempo para exercer outra função e estou enquadrado hoje nessa situação. Mas nós não recebemos nada por esse tempo integral e dedicação exclusiva. Eu voltei por uma questão de honra, abandonei meu trabalho de educador com um salário maior, embora também não me desse estabilidade – era contratado. Eu tinha oportunidade de fazer concurso e me estabilizar, mas eu voltei pela luta, pela honra e pra mostrar pra tropa que com empenho e esforço vale a pena a gente lutar pelo nosso direito. Isso é fazer história, construir, e hoje a situação só está como encontramos hoje por causa de muitos que deram a cabeça, deram o sangue, deram o suor por conta de ver uma sociedade mais justa, e assim vai.

Eu busquei apoio de políticos, na época, mas a maioria estava do lado do Governo. Eu fui candidato, foi uma forma de ver a força do nosso pessoal. Fui candidato em 1998 – assim que fui expulso – a deputado federal e veio comigo um companheiro que foi candidato a deputado estadual, que foi o Capitão Evanildo que estava, na época, no movimento; ele foi um dos deputados mais votados aqui no Estado e se elegeu. Eu fui um dos mais votados também, mas não me elegi. O Capitão Evanildo não chegou a ser processado, porque ele já era vereador à época do movimento, então ele estava fora dessa condição, ele tinha liberdade de se manifestar. Era muito pouca a representatividade dos policiais no Legislativo, só tinha o Capitão Evanildo; nunca elegemos, aqui dentro de Belém, um parlamentar, em termos de Assembleia Legislativa; nem vereador, no município de Belém; nunca elegemos nenhum praça, nunca elegemos nenhum Deputado estadual nem

federal, elegemos só oficial. Aqui, infelizmente, essa conscientização política ainda está chegando, está se trabalhando. Segundo informações que tenho, já elegemos aqui, se não me engano, o Capitão Mergulhão, que era oficial, claro. Depois elegeram o coronel Eladir, que foi comandante-geral e depois foi eleito pela tropa deputado estadual. Aliás, os dois foram deputados estaduais, um em cada período. Depois elegeram esse Capitão Evanildo deputado estadual, mas só que a expectativa que a tropa tinha e teve dele não foi correspondida por ele; podemos dizer que ele, politicamente, nos traiu diante das propostas de trabalho, diante da luta e diante dos problemas que nós tínhamos. Era para ele ser um parlamentar atuante, presente, e que pudesse fazer ouvir nossos clamores, mas ele ignorou.

Na realidade, concluímos que ele usou nosso movimento para se eleger e depois usou o mandato em benefício próprio, e isso foi um problema sério pra nós, porque desgastou a relação de confiança entre os políticos do Estado, da Polícia Militar, com seus eleitores, sua categoria. Hoje ele não é mais deputado. Ele se elegeu vereador antes do movimento, pelo PSD. Ainda não tinha acontecido o movimento, mas pelo fato dele ser advogado – esse é um dos problemas seríssimos que enfrentamos ainda aqui: o policial militar é muito carente de apoio jurídico – então ele é advogado e ajudou, com o escritório que tinha, alguns amigos e alguns policiais; fez algumas cartilhas e se elegeu vereador antes do movimento. Depois do movimento, ele se elegeu deputado estadual e nos ignorou. Antes do movimento ele era do PSD. Em 1998 – com a vinda dele – eu pertencia ao PSB e ele, para sair junto comigo (saímos em parceria), veio para o PSB e fizemos essa dobradinha. Na época, ele pegou quinze mil e oitocentos votos e eu peguei quatorze mil e seiscentos; cheguei só a terceiro suplente de deputado federal, precisava em média de mais mil e oitocentos votos para eu chegar a deputado federal. Mas foi um resultado bom. Só que existia um problema e existe ainda: o policial militar, é um eleitor que pode votar, mas ele é obrigado a votar na sua própria jurisdição, e pode justificar onde estiver. Eu acho que os policiais militares deveriam poder votar onde estivessem. Quem sabe, um dia, eu consiga defender esse direito? Como eleitor ele pode votar, mas quando ele está de serviço, assim como ele pode justificar em qualquer lugar, ele deveria poder votar. E assim perde muito voto porque a gente está na mão do Governo; porque, se caso não se interessar, ou mesmo que se interesse, pela necessidade do serviço, ele tem que viajar. Naquela época, eu lembro que o Estado marcou muito em cima da gente, ele deslocou a tropa de seus domicílios eleitorais; o policial militar que trabalhava e votava em Belém, eles destacavam para outra região e durante doze horas de serviço não tinha como ele vir aqui... apenas justificava o voto dele lá e não votava no candidato dele; isso também aconteceu nos maiores batalhões do interior do Pará, Santarém, Altamira, etc.; chegou ordem para que os policiais militares fossem para o destacamento – cinquenta por cento. Era uma forma de quebrar as pernas dos candidatos mais fortes que não eram de interesse do Governo. E continua, ainda agora; nós somos vítimas desse processo, dessa situação que ainda continua e é um problema sério.

Depois de 1997 ainda não teve nenhum movimento. Depois da greve de fome que fiz, eu não esperei a coisa acontecer, eu corri atrás, mas tive apoio da minha família. Minha família paterna, no caso. Na época, quando fui expulso, meus pais vieram do interior do Maranhão. Eles, já com uma certa idade, ficaram preocupados, não entendiam essa condição, vieram e me deram apoio moral; e outros disseram pra eu deixar disso, parar com esse negócio, mas a gente tem uma ideologia, sempre teve, de fazer justiça. E como eu falei, quando eu estava no seminário não deu pra eu continuar e ser padre, inclusive, na época, eu ganhei até uma bolsa para estudar no Colégio Pio-Brasileiro em Roma, fazer Teologia lá, mas antes disso eu estava em dúvida entre ser padre ou escolher a família, e eu preferi a família. Então, saí desse dilema e deixei que outro fosse no meu lugar, outro que tivesse vocação, e tanto é que foi, que essa pessoa que foi no meu lugar, hoje em dia é padre, quase virou bispo agora: o Padre Sebastião Lima Duarte. Mas foi boa a minha decisão e dei a oportunidade para outro. Assim como não quero mandato hoje só pra me dar bem pessoalmente, mas pra fazer revolução, pra fazer acontecer, pra construir.

Quando saí da igreja, o padre me falou que não tinha problema, que não era vergonha se eu não tinha segurança pra minha vocação, pra ser sacerdote, mas que a igreja só pedia uma coisa: que eu fosse o grande

defensor da justiça social onde eu fosse, onde eu estivesse. Embora minha vocação já fosse muito para esse lado, eu não esqueço isso, e quando eu entrei na Polícia Militar – que, inclusive, eu não gostava de polícia porque lá, naquela época, na Igreja Católica, onde eu cresci e fui seminarista, estava já nos finais dos tempos no militarismo nesse Estado, e a igreja era uma das defensoras da democratização nesse país, a gente tinha intrigas da Igreja Católica com a polícia, com as forças do Estado; nosso bispo, algumas vezes, teve colocado fuzil no peito dele e a gente, revoltado com aquela ação, não entendia que o policial militar estava ali como um braço do Estado, do sistema; eu não entendia e associava aquilo ao policial militar, então eu não gostava da categoria – aí eu entrei justamente na polícia, e vim aprender a gostar; e hoje eu tenho uma ligação muito forte com a Polícia Militar, devido, justamente, ao sofrimento que eles têm, as injustiças que eles passam e a falta de oportunidade de se defender. Como homens da segurança pública, não têm essa oportunidade, não têm esse direito.

E eu criei essa ligação muito grande com eles, tinha a intenção de entrar, estudar, sair e depois ir cuidar da minha vida, mas quando entrei lá fui ver o que a sociedade aqui fora não vê, lá eu fui vivenciar. E fui ver que o pessoal lá é vítima do Estado, é vítima do sistema opressor, é vítima de uma condição subumana que o Estado, hoje, impõe através dessa relação que existe superior e hierárquica aqui dentro, do desrespeito, da falta de condição de trabalho, da falta de reconhecimento da pessoa, do pai de família que está aqui nessa farda, que é considerado como órgão repressor, um órgão do Estado repressor, mas que não tá certo essa coisa aqui. Isso aqui não é polícia! Isso aqui é um convite à depreciação da pessoa, um desrespeito à própria pessoa que vem escolher uma profissão para dar segurança, mas a gente passa por dificuldades tamanhas. A maioria do pessoal aqui vem da periferia, vem de uma condição socioeconômica muito difícil. No que diz respeito à condição intelectual, também, um ensino muito pobre. No meu tempo, eu era um dos poucos que tinham nível superior e eu lembro que aqui em Belém, em um universo de, praticamente, seis mil policiais militares e bombeiros, eu era o único que fazia faculdade, em termos de praça. Oficial tem acesso mais fácil.

A maioria dos praças, na minha época, que vinha de escolaridade de ensino fundamental ainda incompleto, era aceito. E ainda é, hoje, nos nossos concursos aqui. O último agora aconteceu, e o nível de escolaridade é o fundamental. Polícia Civil: a última turma agora entrou com nível superior. Aqui, no Pará, eles pediam primeiro ano do ensino médio, *só o primeiro ano*. Então ainda há problemas. Imagina só naquele período que eu estava: eu lembro que tinham policiais militares que mal sabiam escrever o nome e pensavam que iam passar porque o “Q.I.” (quem indica) é forte. Imagina só com quem eu estava lidando, eu estava lidando com uma categoria reprimida, mas a condição intelectual deles é muito complicada, muito difícil. Então isso é ruim pra gente, enquanto categoria.

O modelo militarizado privilegia os oficiais, tendo em vista que eles dizem que são donos – e são donos mesmo – da Polícia Militar, pelo menos aqui. Eu defendo a desmilitarização das Polícias Militares. É um legado maldito que os Estados carregam, que esse país tem. Aqui existe uma propaganda contrária a esse pensamento... Os oficiais dizem que o fim da militarização das polícias vai levar à ausência de disciplina e hierarquia; e eu digo que não, porque existe a Polícia Federal e a Polícia Civil, e existem outras forças organizadas em que há hierarquia e disciplina e, no entanto, não precisam ser militar. Só pra concluir esse pensamento, tem uma emenda hoje, a PEC 21, que eu tive a oportunidade de dar uma lida, e gostei muito. De tantas que tem por aí, ela, pra mim, representa um dos melhores projetos, no que diz respeito à desmilitarização e à alteração das nossas condições policiais estaduais. É um projeto que eu li e que fala muito bem sobre essa alteração; conheço algumas coisas dela e gostei, que com essa emenda, que não está dando muito caso, termina a grande quantidade de hierarquias que estamos tendo hoje, de patentes que temos hoje na Polícia Militar do Estado. Aqui nós temos doze patentes, de soldado a coronel; ela [a emenda] diz que só pode haver cinco. Dá oportunidade profissional, incentiva o profissionalismo.

E o maior salário vai ser quatro vezes maior que o menor. Isso também é uma forma boa de se trabalhar, e eu acredito que vai democratizar bastante, se isso for levado em consideração. E só tenho a concluir que esse governo – eu digo federal e até mesmo estadual – deveria pensar e discutir muito essa

questão de militarização, hoje, das polícias estaduais; se pudéssemos tirar esse negócio, com certeza estaríamos construindo algo muito grande no que diz respeito a uma polícia voltada, realmente, para os anseios da sociedade: fazer esse papel de polícia. A liberdade de nós mesmos tomarmos essa iniciativa de preparar a polícia voltada pro seu fim e eu não vejo isso hoje. Ficar batendo continência, falando “sim senhor” e “não senhor” enquanto tem tanta coisa importante para ser construída.

2.8 CABO SAVEDRAS (ROGÉRIO DAVID SAVEDRAS)

Acervo da autora, jun. 2009.

Entrevista com Cabo Savedras (Rogério David Savedras), integrante do movimento grevista dos praças da Polícia Militar do Pará, ocorrido na cidade de Belém, no ano de 1997. A entrevista foi realizada no dia 19 de janeiro de 2009. Cabo Savedras, que ingressou na corporação no ano de 1994, questionou em sua narrativa os abusos hierárquicos cometidos por oficiais da Polícia Militar.

Foi como um dominó, as peças foram caindo. Cada Estado brasileiro fez sua greve. Minas Gerais serviu de exemplo. Aqui, no Pará, tínhamos problemas específicos... Nossa concentração era na Praça do Operário.

Nasci no Rio de Janeiro em 1963. Minha mãe é do lar, meu pai é padeiro, duas pessoas fantásticas. Tenho duas irmãs, viemos todos juntos para Belém. Meu pai não está mais conosco, está com Deus... Ele faleceu faz cinco anos. Viemos para cá, e em 1984 eu consegui um emprego no Bamerindus, como digitador. Desde a época de Exército, eu tinha um ideal de fazer uma revolução, como na época não consegui fazer nada dentro do Exército – eu servi no mesmo quartel onde serviu o Capitão Nilson, o autor da bomba do Rio Centro – eu fui habilitado para dar baixa do Exército brasileiro e eu dei. Fui pra São Paulo, lá fui metalúrgico, antes de vir para cá, nesse momento. Na época eu não tinha uma convicção de sindicalista, tinha uma convicção de mudança, de fazer uma revolução.

Daí, a família veio toda para o Pará; meu pai teve uma oportunidade de ter uma padaria, então montou a padaria dele aqui, e eu fui trabalhar no banco, onde trabalhei por quatro anos. Meu pai era proprietário de padaria; lá ele tinha muitos amigos na Polícia Militar. Eu saí do banco, fui trabalhar na padaria com ele, mas não deu certo a minha convivência com meu pai dentro da padaria, então eu fiz o concurso da PM e entrei. Meu objetivo, desde o início, era fazer essa revolução.

Entre na corporação em 1994. O período de formação foi abusivo. Eu tive problemas com o comandante do nosso batalhão. O questionamento que eu fazia era não aceitar as loucuras que os instrutores de pelotões faziam com os alunos, coisas humilhantes. O problema para mim não era o militarismo, eu sempre gostei de ser militar, o problema eram as humilhações. Até hoje existe muito abuso, o abuso moral. Um abuso, por exemplo, que me incomoda: os oficiais, de maneira geral, têm comportamento de uma criança mimada; eles não gostam de ser contrariados, tudo que eles querem é que a gente obedeça a eles. Eu tenho uma formação acadêmica, já tenho a minha pós-graduação, então eu já tenho outro pensamento, eu bato de frente sem receio e isso incomoda muito os oficiais. Eles, para mim, não passam de meninos mimados a serviço do governador.

Depois desse período de formação, que durou um ano, fui para o 6º BPM; na época eu queria ser herói ainda, fazer essa bendita revolução. Eu não era ligado a nenhuma associação naquele momento. Eu estava na

luta sozinho. Mas ia falando dos ideais de Marx com os companheiros, falando de uma sociedade igualitária. Eu não era ligado a nenhum movimento político, só depois dessa greve é que comecei a participar de partido.

Em 1997, no ano do movimento, eu continuava no 6º BPM. Eu tinha sido procurado por algumas lideranças nossas do Pará falando dessa greve. Eu tinha, no batalhão, um prestígio de liderança, mesmo com o pouco tempo de casa. Eu era muito novo na Polícia Militar, mas as pessoas já me ouviam, eu já brigava por direitos. Fui procurado, então, pelo pessoal da Polícia Militar, pelo Soldado Joaquim e, posteriormente, pelo Capitão Luiz Fernando. Participei de todas as passeatas, foram três. Eu faltava ao trabalho e ia para as passeatas, porque era greve e todos tinham que participar. Era uma greve em que se usavam capuzes, mas eu não usei. Eu fui como líder, estava sempre nos palanques, falava as palavras de ordem, que chegou o momento da mudança; melhores salários, pras coisas para gente melhorarem, ficarem mais dignas. O carro de som, quem arrumou pra a gente foi o pessoal da esquerda. Mas apesar desse tipo de apoio, o movimento era só dos policiais. E o que foi importante para gente foi a greve do Cabo Júlio em BH. Eu não posso deixar de citar, foi ele que nos incentivou.

Foi como um dominó, as peças foram caindo. Cada Estado brasileiro fez sua greve. Minas Gerais serviu de exemplo. Aqui no Pará tínhamos problemas específicos. Na época, pedíamos melhores salários; os salários eram muito baixos, para ter uma ideia, nós saíamos do banco e depois de duas horas nosso dinheiro já tinha acabado. Pagava apenas as contas básicas; o nosso dinheiro não dava, acho que era de cento e oitenta reais, não estou bem lembrado. Os policiais então faziam “bicos” para sobreviver; eu trabalhei de segurança, fui até baleado nessa função. Esses “bicos” eram motivo para Conselho Disciplinar, mas faziam vista grossa, alguns o comandante apertava, e outros não, de acordo com a conveniência deles.

Em 1997, fiquei sabendo do movimento através de Joaquim e Luiz Fernando. Convoquei a tropa, disse que tinha chegado a hora, e que a gente ia fazer o seguinte: ir ao quartel tirar a pauta, depois ninguém vai pros boxes. Aqui no Pará, naquela época, era diferente, não tinha viaturas ou tinha muito poucas; tinha era os boxes, que eram casas onde o policial se alojava, ficava lá vinte e quatro horas nesses pequenos pontos na cidade, nos bairros, sem estrutura nenhuma. Daí, íamos para tirar a pauta só; falei pro pessoal que tinha chegado a hora, aí distribuí as máscaras, porque como eram pais de família, eu tinha muito medo de que eles perdessem o emprego; era uma responsabilidade minha: *ser líder chama-se ser responsável*. Então me perguntaram porque eu não estava mascarado e eu disse pra deixar isso morrer que a hora era essa. Quando a gente passava nas ruas, a população ficava assustadíssima vendo policiais fardados e mascarados. Foi terrível, eu me lembro.

Nossa concentração era na Praça do Operário. Íamos andando até a Secretaria de Administração que ficava na região da Doca. Fazíamos faixas, levávamos o carro de som. Íamos até lá e depois voltávamos para casa. A negociação com o Governo, eu me lembro porque estava lá (estávamos eu, Cabo Élio, o Capitão Luiz Fernando e o Soldado Joaquim em uma comissão de negociação). Eu cheguei a virar a mesa lá porque eles assinaram uma proposta ridícula e eu achei aquilo de um absurdo. O Dr. Sérgio Leão, que era um homem forte do Governo na época, pintou um quadro favorável ao Estado, sempre falando da Lei de Responsabilidade Fiscal; falava que não podia dar esse aumento pra gente, porque, senão, estaria indo contra as leis do nosso país, essa lei é a Lei de Responsabilidade Fiscal; falava que iam gastar X por cento arrecadado para nos pagar. Aí eu fiquei revoltado e virei a mesa em cima. Eles pediram calma, pediram para acalmar os ânimos, falaram que eu era um soldadinho muito nervoso, e eu falei que ali eu não era um soldado, eu estava representando uma categoria, porque nós, formados ou não, sempre éramos vistos como soldadinhos, cabinhos e sargentinhos pela elite e pelos oficiais. Ali estávamos negociando diretamente com o Governo. A tropa não ficou satisfeita com essa negociação.

A nossa tropa, aqui no Pará, intelectualmente, está muito abaixo das tropas de outros Estados, do sul do País; nem vou falar do nordeste, vou falar do sul do País. Para ter uma ideia, no Rio Grande do Sul, quarenta por cento dos praças possuem o terceiro grau; aqui no Pará não chegamos nem a cinco por cento, é

muito pouco. Mas essa questão de ser uma minoria que tem o ensino superior não é o que faz ter uma legitimidade com a tropa, é mais pelo carisma mesmo.

Sobre repressão, na nossa segunda passeata que nós fomos para a SEAD (Secretaria de Administração) e depois fomos lá para a basílica, nossa igreja principal onde fica a nossa santa. Ali montamos o palanque; tivemos o apoio da população, um reforço para a nossa luta. Nesse dia, o serviço reservado da PM, o P2, estava lá, dentre os quais, havia o coronel Benigno, esse estava filmando. Os nossos colegas viram que era o coronel chefe do P2 e queriam matá-lo. Eu estava no palanque junto com outras lideranças da greve, e quando eu vi aquela confusão, alguém batendo em uma pessoa que eu nem sabia quem era ainda, eu vi aquilo e pensei que alguém ia morrer, então saltei do palanque. O Élio veio atrás de mim, ele e o Adílson, quando eu vi que os caras iam matar esse coronel, eu já saquei minha arma, falei que era o Savedras e mandei-os pararem. Eles ainda discutiram comigo, mas eu fiquei ajoelhado na frente do coronel com a minha arma na cabeça e os caras foram embora. Eu os conheço, mas não vou citar os nomes porque até hoje eu ainda pago por isso; todos pensam que eu é que queria matar aquele coronel, mas isso não chegou a contar no processo. Aí salvei a vida desse coronel. Daí acabou a nossa festa democrática, porque acho que está na democracia você reivindicar; eu desci aquela rua lateral à esquerda e aparece esse coronel com um carro, aí aparece outra pessoa e me manda entrar no carro falando que o coronel queria me matar, daí entrei no carro e fugimos do coronel que é o chefe do serviço reservado da PM.

Logo após o movimento, ninguém mexeu comigo porque eu tinha certo respeito dentro do quartel, não só com os oficiais, mas com os praças também. Nunca tive nenhuma punição, até hoje minha ficha é limpa, apenas os conselhos que eu tive por causa desse movimento e outra vez, mais recente, que eu fui em público falar sobre a lei do porte livre de armas, onde eles estavam prendendo os policiais militares com armas frias; eu falei na Globo e na Record sobre esse episódio e fui chamado de novo pelo coronel que era nosso comandante da época e ele me ameaçou; disse que o outro comandante não me expulsava, mas ele ia me expulsar, perguntou se eu fazia faculdade e eu respondi que sim, então ele disse que ia me mandar para a retenção. Ele me ameaçou e eu tive que aceitar porque a minha maior vontade era concluir meu curso. Na época, o meu comandante-geral era o Major Lamera e mais o coronel Santiago que me deram uma ficha para eu assinar minha exclusão da Polícia Militar, mas eu falei que quem tinha que me expulsar era o Estado. Eles queriam que eu preenchesse uma ficha fazendo isso, mas eu falei, até rindo, que quem tinha que me expulsar era o Estado, mas o coronel Santiago me ameaçou e disse que ia me pegar na Polícia Militar. Eu falei que não tinha roubado ninguém, nem matado ninguém, não tinha feito nada de errado, só lutei por aquilo que acho certo. Aí me mandaram sair da sala, eu dei meia volta e saí, mas eles nunca me perseguiram além desse episódio porque tinham muito respeito com a minha pessoa.

Depois desse movimento, eu fui presidente de uma associação, a APOMI (Associação de Policiais Militares do Pará). Nela estavam desde os soldados mais recrutas até os coronéis do nosso Estado; abrangia todo mundo, desde praça até oficial. Acabou porque eu fui enganado por pessoas que queriam apenas se dar bem, ficar ricas em cima de associação, aí fui obrigado a pedir a minha licença da associação quando eu fui ameaçado de morte e uma série de outras coisas; fui ameaçado de morte pela diretoria porque eles não queriam algo certo, queriam algo errado, que beneficiasse a eles e não a todos. Aqui, atualmente, não tem nenhum praça no Legislativo como vereador ou deputado. Eu já fui candidato, todos nós saímos por partido de esquerda, eu saí pelo PDT, mas, infelizmente, a tropa não teve a ressonância; os praças são muito fáceis de serem manipulados.

Durante o período que eu saía em passeata, não tive medo de exclusão. Na época, minha mãe ficou apavorada, mas eu falava com ela que a hora era aquela, a hora da mudança. É como eu falo: a história é igual a um cavalo: a gente tem que selar e montar. Em relação à mídia, ela quer vender jornais, quer ibope, não se importa no que é certo ou errado, quer a audiência em seu jornal local. Quando o Governo dava anúncios para eles, faziam matérias boas para o Estado, quando não davam, eles vinham atrás de nós para levar a notícia para a população do que estava acontecendo realmente com a segurança pública do Estado do Pará. Em

relação à desmilitarização ou integração da Polícia Civil com a Militar, penso que o nosso modelo de polícia é errado, não resolve nada, está provado isso; você vê policiais de caráter nebuloso, porque o nosso modelo é muito errado. Hoje deveria acabar com as polícias e criar uma nova, tirar todo esse ranço. Eu sempre falei que no nosso modelo deveria ser uma só polícia, mas dentro dela haveria um policiamento ostensivo, e um serviço de investigação, funções diferentes. Mas jamais com um treinamento militarizante, isso só traz ódio. Eu que não tenho medo de represália estou acostumado com isso.

Quando nós estávamos na formação, nós alunos íamos para a praia tirar serviço ostensivo... e o que fazíamos lá? Nós pegávamos uma briga, um delinquente, o que fosse, a gente fazia cada barbaridade, batia nos caras, como é feito no treinamento militar; somos treinados para fazer guerra e não para guardar o cidadão, a verdade é essa; o modelo tem que ser mudado. O Hélio Bicudo, eu estava muito próximo dele – acompanho muito o que ele queria fazer – eu achei ele bem próximo do ideal, mas só que antes ele deveria vivenciar isso, ele não vivenciou. Teoricamente está bem, mas dentro da prática ele não entende de polícia ainda. Está faltando isso. Aquilo que ele queria, ele já ofereceu.

Sobre violência contra o policial, eu penso que sempre nos lembramos dos direitos do cidadão, no artigo 5 da Constituição, mas a gente esquece que o policial, aqui dentro do seu quartel, é humilhado pelos seus superiores, não pode falar que está doente, não pode fazer aquilo. Há policiais nossos que não têm estrutura para aguentar tantos maus-tratos e começam a beber. Tem índice de alcoolismo; a gente vê casos, mas são casos isolados. O que acontece aqui na PM: se os policiais não têm estrutura familiar nem psicológica, eles vão se voltar para o vício. O alcoolismo é uma janela para os homens mais fortes. E eles não têm liberdade dentro da corporação. Hoje está melhor, mas queremos mais; eu quero poder falar “não” para o coronel, mas sem ser retaliado. Eu acho que a desmilitarização seria o caminho. O sistema de saúde para os militares é falho; não existe educação para os militares. Ao invés dos coronéis ficarem nos perseguindo, deveriam criar uma cooperativa educacional, mas não é só criar, [mas] abrir as portas também, e quando eles criassem essas cooperativas, deveriam colocar os cabos, sargentos que sejam como presidentes, diretores maiores da instituição. A gente sempre fica em segundo lugar, sempre o assessor, mas nunca o principal, mas deveria.

Sobre o trajeto das passeatas, nós saíamos sempre da Praça dos Operários, íamos pela Avenida Nazaré e depois íamos em direção a Docas, onde ficava a SEAD (Secretaria de Administração). Não parávamos o trânsito, nós tínhamos essa ideia de comportamento, ocupávamos apenas metade da pista. Quando eu pegava o microfone, pedia o apoio da população, dizia que a briga não era só minha, era de todos nós. Mas assim não há dignidade para o policial. O policial sai da sua casa e deixa seu filho com fome, a luz está para ser cortada, está sem pagar o colégio que tem que pagar.

Esse policial sai com uma arma no coldre; se aquele policial não tiver um espírito do bem, ele vai ser levado para o caminho do mal, ele vai fazer o que não deve. Quem é culpado disso é a sociedade; se os policiais estão assim hoje, os culpados são vocês que não sabem nos dar a nossa importância para a sociedade.

Sobre a Associação de Cabos e Soldados são todos “pelegos”, a associação é muito mais um clube, eles esquecem da luta pelo avanço social dos praças. Depois desse movimento de 1997, eu fiz outro. O Élio, na época, não estava e eu fiz sozinho. Eu estava nessa associação – na época o presidente era o Luiz Fernando, foi em 2002 – eu dei até entrevista, falei do porte de armas. Eu fiz o movimento sozinho, mas depois fui procurado pelo nosso presidente, o Luiz Fernando, pra gente não fazer greve porque eu ia prejudicá-lo.

Sobre essa questão do desarmamento, os policiais, quando estavam fora de serviço, estavam sendo presos na rua se estavam armados, e eu fui para a imprensa fazer essa denúncia, onde esse coronel me chamou e me ameaçou e falou que o outro não tinha me expulsado, mas que ele ia me expulsar. Como eu tinha que acabar de fazer minha faculdade, fiquei com medo de perder a coisa que eu mais queria que era ter a minha graduação. Eu tenho muita vontade de sair da polícia ainda, já fiz dois concursos para ser professor e bati na trave porque eu desmarquei três questões certas. Mas é complicado, não tem muita ajuda para o estudante; tem comando que ainda ajuda a gente, mas tem comando que não, ou é a polícia ou é a faculdade, eu já ouvi muito isso. No meu caso eu consegui finalizar, já fiz a minha pós. Agora vou fazer mais uma

faculdade, de Direito, para poder fundamentar mais a minha luta. Para finalizar, gostaria de dizer que se os policiais são corruptos, a culpa é da sociedade; quem recebe mil e duzentos reais, com uma arma no coldre, com essa facilidade que o mundo capitalista oferece, com certeza, mesmo a pessoa tendo caráter e índole, vai ser corrupta.

**3 Policiais militares da Paraíba, Bahia,
Mato Grosso e Mato Grosso do Sul:
“terceira rede”**

Acampamentos e negociações

3.1 SARGENTO ONILDO (ONILDO RODRIGUES DA SILVA)

Acervo da autora, jan. 2008.

Entrevista com Sargento Onildo (Onildo Rodrigues da Silva), integrante do movimento grevista dos praças da Polícia Militar da Paraíba, ocorrido na cidade de João Pessoa, no ano de 1997. A entrevista foi realizada no dia 28 de janeiro de 2008. Sargento Onildo ingressou na corporação em 2 de junho de 1988 e assumiu a presidência da Associação dos Sargentos em 1995. Em sua entrevista, falou das primeiras articulações para o movimento de 1997, na Paraíba, e das consequências: a greve de 1999 e as punições.

A situação dos batalhões, naquela época, era horrível! Fizemos uma manifestação grande. O movimento de 1997 quebrou um tabu. (...) Em 1999 fui perseguido novamente, eu era reincidente e cumpri um ano e quatro meses de prisão.

Nasci em João Pessoa, no dia 14 de maio de 1966. Tenho duas irmãs e um irmão. Somos quatro, dois homens e duas mulheres. Meu pai foi militar, daí surgiu a motivação para entrar na corporação. Entretanto, meu pai faleceu antes de eu entrar na corporação. Ingressei em 2 de junho de 1988. Escolhi a carreira militar por causa do meu pai e do meu tio, que também eram militares. Foram seis meses de formação dentro da academia. Achei tudo tranquilo, não estranhei nada. Aquilo era o que eu sempre quis! A minha primeira função dentro da corporação foi como delegado da cidade de Mogeiro. Foi no 4º Batalhão, que pertence a Guarabira, assim que eu saí. Mogeiro é uma pequena cidade, 96 km de João Pessoa.

Em 1988, eu ainda não era da Associação de Praças. Como 3º sargento, em 1995, eu virei presidente da Associação de Praças. Acho que eu fui o 3º sargento mais jovem do Brasil a assumir, a ser presidente da Associação de Praças. Existia um tabu muito grande no Brasil: todo presidente de Associação dos Sargentos era sempre 1º sargento ou subtenente, nunca aparecia um 3º sargento. Como 3º sargento, eu quebrei esse tabu. Na época, eu tinha uns 27 pra 28 anos. Saí do batalhão onde eu estava locado, em Mogeiro, pra assumir a Associação, após as eleições. Lancei meu nome e ganhei. Eu me interessei na candidatura porque a situação estava difícil naquela época, éramos mal-remunerados.

A Associação tinha um caráter recreativo, não reivindicava nada. Nunca se interessou em reivindicar, nunca bateu de frente com o Comando, nunca bateu de frente com o Governo. A Associação era ASSP e hoje é a ASSPOM (Associação dos Subtenentes e Sargentos). Em 1995, eu estava revoltado. Estava prestes a deixar a Polícia pra seguir outra carreira, fazer algum concurso público. Quando eu assumi a presidência da Associação, já tinha em mente sair da corporação. Naquela época, em 1997, muita gente estava saindo da corporação. A gente ganhava uma miséria. Havia policiais morando em favela. Os coronéis abusavam, não existia autonomia pra nada. Praça era praça! Nós tínhamos que obedecer para não receber punição.

Antes da nossa entrada para a Associação, as atividades eram apenas de recreação. A Associação não tinha nenhum trabalho de assistência. O pessoal só recebia: os policiais pagavam mensalmente pela tal "recreação"; o valor era descontado em contracheque. A Associação existia apenas para deixar presidente rico. Vinha no contracheque, descontando em folha, direto pra conta do presidente. Ele só botava no bolso e pronto! Enganavam bem... Era uma panelinha. Nós modificamos tudo isso! Eu e o Denis (que era 2º sargento e muito

estimado). Eu assumi a presidência da Associação em 1995. Falei para o Denis: *"bora" reivindicar e bater de frente com o Comando, vamos promover assistência social*. Nós partimos pra briga na época do Governo de José Maranhão (hoje é senador).

Assumi a Associação em setembro de 1995. Em 1996, nós começamos a reivindicar, em visitas aos batalhões (o 1º, o 2º, o 3º, o 4º, o 5º e o 6º Batalhões). A situação dos batalhões, naquela época, era horrível! As piores condições possíveis. Era uma rigorosa escala de 24 por 24. Os policiais tiravam serviço, chegavam em casa, trocavam a farda, tomavam banho e tinham que pegar serviço novamente. Era o tempo de enxugar a farda, e estavam novamente de serviço.

Visitávamos os batalhões para conhecer a situação dos policiais. Não existia alojamento para sargentos, não tinha nenhum conforto. Não tinha nada! Tinha beliche, mas não tinha colchão. Não tinha geladeira, não tinha televisão. Eu e o Denis começamos a usar o dinheiro da Associação para o associado: dar a César o que é de César. A Associação colocou geladeira, televisão, colchão... Não tinha nada disso antes.

A ideia de começar "um movimento" foi uma loucura nossa. Foi um estalo. A ideia surgiu em Guarabira, no 4º Batalhão. Eu e Denis, a gente foi dar uma entrevista. Estávamos lá para ajudar um sargento, que foi preso por perseguição. Era a repórter Norma Xavier. Eu não sabia dar entrevistas, então chamei o Denis, que era "relações públicas" da nossa Associação. O Denis era desenrolado, sabia falar, tinha contato com a imprensa. Lá em Guarabira, o Denis, meu assessor, concedeu a entrevista. O Denis era assessor, vice-presidente, era tudo!

Após essa entrevista, vários policiais começaram a ligar. Denunciamos que o comandante estava agindo erradamente ao punir os militares. Pensamos: *somos fortes, somos praças e somos a maioria*. Queríamos um movimento pros praças, só pros praças! Falei: *Rapaz, "bora" seguir em frente*. Quando terminou a entrevista, vários policiais ligaram pedindo pra gente fazer um movimento pra fortalecer os "praça". O Denis disse: *Vixi, eu sou louco, tu é louco, então bora fazer o movimento, tu é o presidente*.

Fomos falar com o comandante, mostrar a situação. Vários militares reclamavam do salário. O comandante da época era o coronel Uchoa. Às vezes a pessoa é comandante e não sabe o que se passa na corporação. O coronel disse: *vamos resolver isso aí, vamos resolver...* Mas ele não resolveu! Ele fez promessa e não cumpriu. Disse que ia olhar o alojamento do sargento, olhar o "locamento" dos cabos e soldados pra melhorar, mas não houve melhoria. A gente ia passando e deixando o nosso número de telefone. O pessoal ligava pra gente e dizia: *não tivemos melhoria nenhuma, aqui não chegou nada, aqui só tem prisão e gente sofrendo!* A conversa com o comandante foi sobre a estrutura da Polícia e salário.

Resolvemos fazer uma assembleia e falar sobre a estrutura da Polícia Militar, falar sobre o social, sobre as necessidades da tropa. Eu marquei uma assembleia pra discutir esses assuntos. Inicialmente, pensamos que não iria aparecer ninguém. A gente mandou vários convites, pra todos os batalhões. Apareceu um pessoal de Patos e de Cajazeiras. Nessa primeira assembleia, dava umas vinte pessoas. Essa primeira assembleia foi na Associação do Cabo Branco. Vimos aquele pessoal que já estava revoltado. Apareciam lideranças de cada batalhão, aquele pessoal que já era revoltado, "os malucos". Era o pessoal que reivindicava.

Vieram os malucos, e nós fizemos uma assembleia pra discutir problemas da estrutura da Polícia Militar. A gente estava ganhando uma miséria, muito pouco. Os policiais não tinham coragem de participar por causa de retaliação, medo de punição! Reivindicávamos melhores salários. Discutimos na assembleia e o secretário colocou na ata e levou as reivindicações para o comandante. Demos um prazo pra ele resolver a situação. Ele não resolveu. Marcamos outra assembleia.

Os policiais que apareceram foram punidos. Foram punidos com detenção. Mesmo assim, queríamos mudar a estrutura: alojamento digno para o policial, uniforme digno, melhoria no rancho, uma alimentação digna pro policial militar. Só os oficiais comiam bem. O "praça" comia mal: comia a PPA: pé, pescoço e asa! Só o resto. Era sopa todos os dias. Para o oficial era peito, o filé mignon!

Levamos para o coronel Uchoa as reivindicações dos policiais! O coronel falou: *essas reivindicações são de uma minoria, você fez uma assembleia com uns "gatos pingados"*. Eu disse: *tá certo, tá bem, iremos fazer*

outra assembleia pra mostrar a maioria. Nós ficamos revoltados. Começamos a rodar todos os batalhões novamente. A Paraíba não é pequena! A Paraíba é grande! Saímos de João Pessoa pra Cajazeira, 600 km. A gente rodou, rodou e convidou o pessoal para o movimento!

Visitávamos os batalhões de carona, pois ninguém tinha carro. Falávamos: *vem com a gente, vamos pra assembleia, vamos decidir o movimento.* Havia uns policiais malucos: o Bernardo, de Cajazeira e o Delfino, de Patos. Esse pessoal encorajava o resto da tropa. A partir daí, fizemos uma manifestação grande. Em minha opinião, foi a melhor do Brasil.

Juntamos 3.000 policiais. E só havia 6.000 na ativa. A passeata, em Minas, parece que foi em 13 de junho. A nossa manifestação saiu na imprensa nacional: "Policial da Paraíba deflagra greve!". A assembleia já era um anúncio de greve. Demos um prazo pro governador atender, um prazo de 30 dias. A imprensa anunciava: "Paraíba ameaça greve e dá prazo ao Governo do Estado". O nosso movimento foi pacífico, não teve guerra. Não houve policiais contra policiais. Só quem ficou contra a gente foram os oficiais e o Exército.

A gente marcou a passeata pra 14 de julho, bem próximo ao movimento de Minas, lá foi em junho. O Denis pensou: *é a data de aniversário da Queda da Bastilha, representava uma data bem interessante.* Aquela manifestação foi uma coisa inédita! O Denis chegou à praça, e não tinha ninguém, só o Exército e dois tanques de guerra. Ele foi o primeiro a chegar à praça no dia da greve. Ele disse, quando eu cheguei: *Onildo, eu não saio daqui.* Então, eu fui buscar o grupo. A televisão anunciou a nossa greve, aí os caras lá de Patos, lá de Cajazeira, vieram manifestar.

Os quartéis estavam fechados, os coronéis não deixavam o pessoal sair. Quando eu cheguei no 1º Batalhão, a tropa me viu e ficou doida. Era o "dia D". Falei: *vocês querem ficar aqui ou querem reivindicar? Os oficiais ganham bem, cada um tem seu carro, mandam na gente.* Chamei toda a tropa e disse que o Denis já estava lá. Foi todo mundo comigo. Eu cheguei lá com aquela tropa. Passamos por cima, arrebentamos o portão. O Denis foi buscar mais gente nos quartéis. No quartel havia uma conversa, de que soldados não têm direitos. Policial não faz greve. Era essa a pressão na cabeça dos soldados.

A galera queria fazer greve, mas o coronel Maqui não queria. Ele queria apenas entregar uma rosa. De oficial, só havia o Maqui, que é reformado e o Francisco, que era major; eles não conseguiram levar os oficiais. Era só praça, só tinha praça. Quando a gente chegava aos batalhões pra chamar, tinha muita pressão. Era preciso "peitar". Tanto é que quem manda até hoje é o praça. Esse movimento de 1997 quebrou um tabu. Dele surgiu um deputado praça, porque nunca existiu na Paraíba um deputado praça. A partir do movimento, a gente viu que tinha que ter um representante na Assembleia Legislativa.

Nas negociações desse movimento (com o Governo) eu fui voto vencido. Houve uma votação. O Governo colocou: *está de acordo Caixa Beneficente?* Eu sozinho disse: *sou contra essa lei.* Mas fui voto vencido. Eu disse: *não estou de acordo.* O pessoal lá na praça confiava na gente. Depositou confiança. A gente não poderia sair com 100%, mas pelo menos com a metade, 50%. A proposta era de 600 reais, o mínimo da época mais 100 reais. Mas o Governo não queria dar: a gente combinou lá embaixo, mas quando chegou ao Governo o discurso mudou. A comissão estava com medo; coronel com medo... o cara era major e tinha medo de não ser promovido, ele queria sair coronel. O soldado queria sair cabo. Eu não, eu era 3º sargento naquela época, eu não queria mais nada. Eu perdi na negociação. Eu queria saber: *quem vai pra praça dar a notícia? Eu "num" vou.* Solon, o secretário, deu a notícia na televisão. Os praças ouviram a notícia pela televisão. Aí que começou a briga. Então eu disse: *rapaz, não foi isso que a gente combinou não! A gente combinou lá embaixo, antes de se reunir aqui, e vocês me dizem que não, eu sou contra! Agora eu quero saber quem é que vai pra praça dar essa notícia aos que estão lá, porque ninguém vai aceitar.*

Eu cheguei à praça e fui quase que linchado. Eu ia ser linchado! Cheguei lá, e disse que houve o acordo, que eu fui contra, mas infelizmente foi feito o acordo, então eu estou me retirando. Eu disse: *estou acabado!* Passei o microfone pra eles falarem o que quisessem... Tinha carro de som das pessoas que doavam - o PT, a CUT - a gente aceitava tudo, só quem ajudava a gente eram eles. Só quem ajudava a gente eram eles.

Eu saí desgastado, saí acabado! Eu sofri muito. Eu fui pra casa e me tranquei, não dava mais brecha. Chegava reportagem e eu dizia: *rapaz, não quero mais falar não!* Porque as pessoas não acreditavam mais em mim.

Eu tive de me afastar do movimento. As outras lideranças da Associação me procuravam, me aconselhavam, falavam que era melhor eu sair. Acharam bom eu sair, queriam acabar com o movimento, eles foram embora. O resto eu só vi pela televisão, eu me tranquei, fiquei oito dias trancado, arrasado. Mas em 1999 foi totalmente diferente. Eu voltei pro movimento. O Denis já era deputado, e eu continuei na Associação, aí houve a segunda greve. E eu acho que, no Brasil, se tiver mais uma aqui, acho que eu vou! Houve muita punição em 1999; eu tive uma punição que não tinha nada a ver com o movimento. Eles me perseguiam.

Em 1999, foi totalmente diferente. Foi possível corrigir os erros de 1997. O Governo não dava aumento, não cumpria o que tinha assinado em 1997, não cumpriu o que ele tinha prometido. O Denis fez requerimento pro Governo pedindo em nome da Polícia Militar, como parlamentar, e nada. Então, a gente partiu novamente pra uma assembleia e decidiu outra greve. Nós saímos da praia de Cabo Branco até a praça. Andamos uns 10 km a pé. Aí a TV começou a dar flashes: "Estamos aqui na passeata da polícia". Em 1999 foi muito bom, não havia os "traíras" (pessoas que traíam a gente). Os que foram punidos em 1997 também participaram, não ficaram amedrontados! Os reintegrados participaram! Em 1999 deu mais gente do que em 1997, porque já tinha deputado (o Denis) e o pessoal estava mais confiante. Os praças confiavam... A gente já havia feito um movimento, já tinha deputado. Então pronto, "vamu si embora", o Denis tá lá pra nos defender.

Nenhum "polícia" gosta de greve, a gente vai obrigado. Ninguém quer se explodir, as pessoas fazem isso porque não têm outra alternativa, não têm condições. Muitos não tinham "o que dar pros filhos comer"! O governador deu os 100 reais de aumento deu, mas ele retirou gratificações, acabou com a gratificação de habilitação policial militar e risco de vida da Polícia Civil. No final da história, houve, realmente, um aumento de 50 reais em 1997. Já em 1999 melhorou mais, foi cento e poucos reais.

Em 1999 eu fui perseguido novamente. Fui porque era reincidente e peguei três anos; cumpri um ano e quatro meses de prisão, em 1999, em outro Batalhão, agora no Choque. E nesse momento os militares se movimentaram. A Paraíba toda se movimentou! Essa prisão foi terrível: não tem estrutura de presídio; não tem direito a uma visita diária; não tem telefonema - só clandestino; não pode sair de lá pra nada! Fiquei um ano e quatro meses preso! Igual xadrez mesmo. Tinham que levar comida pra mim. Fiquei quinze dias no xadrez mesmo, na grade! E depois eles me colocaram num alojamento de sargento. Não tinha privacidade.

Foram trinta e seis presos! Os oficiais queriam pegar um alojamento e botar grade, só pra nos humilhar! Os próprios coronéis que foram os maiores beneficiados da nossa greve. O próprio juiz que nos condenou, ele é capitão reformado da Polícia. Temos dois mundos, o mundo civil e o militar. É como se minha mãe, meu filho, minha esposa, fizessem parte de outro mundo. Não existe política sem a força, não existe rei sem seu exército. Nós somos o exército do governador estadual. Na verdade, eu não fui excluído da Polícia. Voltei a trabalhar na mesma função. Voltei a trabalhar normalmente, só que é muito difícil, a gente perde a graça. A polícia olha pra gente com um olhar diferente. As pessoas olham pra você como se você fosse um agitador. Tem gente que não se aproxima. Hoje a coisa melhorou, e eu tenho consciência de que tudo isso se deve a uma luta da qual eu participei. Eu fiz! Mas muitos dão as costas pra mim. Alguns até agradecem, falam: "*obrigado pela melhora!*", "*o que eu tenho aqui, bicho, é graças a você e ao Denis!*" Isso aí é bom pra gente. Eu sei que fiz uma coisa boa! Líder é sempre assim! Nunca vi um líder terminar bem. Líder de verdade é pobre! A gente só é lembrado quando morre. Agora eu tenho certeza... No dia em que eu morrer vai ser um enterro bonito, vai ter um discurso bonito: vai ser um enterro de herói!

As minhas filhas (uma já se casou) se orgulham de mim. Minha família toda me apoiou. Mas nos movimentos eu perdi duas mulheres! Hoje eu estou solteiro. A mulher falou: *se você entrar, tchau. Você escolhe!* Eu disse a ela: *eu quero os amigos e quero você.* Para participar de um movimento, tem que ter muita dedicação. Eu acredito ainda que vá acontecer outro movimento e que eu vou fazer parte! A gente diz que não, mas tá no sangue. Agora tem que ser mais louco porque, depois de 1997, de 1999, a punição ficou mais severa pra quem fizer greve.

3.2 SARGENTO DENIS (DENIS SOARES DOS SANTOS)

Acervo da autora, jan. 2008.

Entrevista com Sargento Denis (Denis Soares dos Santos), integrante do movimento grevista dos praças da Polícia Militar da Paraíba, ocorrido na cidade de João Pessoa, no ano de 1997. A entrevista foi realizada no dia 28 de janeiro de 2008. Sargento Denis foi líder do movimento de 1997, em João Pessoa. Após as manifestações, foi duas vezes eleito Deputado Estadual da Paraíba. Denis Soares dos Santos, filiado ao PV, concedeu a entrevista em sua casa, na Praia de Cabedelo.

Fizemos um acampamento. Dormíamos lá no chão da Praça. Não tínhamos barracas. Nós fizemos "abrigos de lona" e ficamos lá durante sete dias. Eu não saía de lá.

Alguma coisa tinha que ser feita! Ocorreram algumas coincidências para que eu fosse o líder do movimento dos policiais militares da Paraíba. Minha mulher estava viajando e os meninos não estavam comigo. Naquela época tinha ocorrido um suicídio de PM, havia uma comoção geral. O policial suicidou porque não tinha como manter a família. A tropa queria fazer uma greve.

No dia 14 de julho de 1997 a tropa estava prestes a se transformar numa turba, em uma multidão descontrolada. A galera queria quebrar tudo, diziam: *vamos quebrar, vamos virar carro, vamos tocar fogo*. Muitos PMs saíram do interior (Patos, Cajazeira) sob um sol quente, mendigando para chegar em João Pessoa. Todos vieram decididos: queriam resolver, principalmente, os problemas salariais.

Os manifestantes se sentiram traídos pelos representantes da classe, pois eles não conseguiram "banciar" a proposta de aumento salarial desejada. A multidão ficou indignada. Nesse momento, subi no trio elétrico e tomei o microfone do Coronel Maquir, que era presidente da Caixa Beneficente da PM. Ele estava "cozinhando" a galera com um discurso vazio. Não sabíamos se confiávamos em um oficial. Chamei o pessoal, e eles pararam para ouvir. Pensei: *Vai acontecer uma desgraça e eu não quero ser instrumento de desgraça nenhuma*. Peguei o microfone e disse: *Vocês não querem esta proposta?* Todos disseram: *Não*. Então, eu fiz um discurso bem longo para que a galera dispersasse. Foi um discurso "tipo Fidel Castro", de 3 ou 4 horas.

Comentei a negociação, rasguei a proposta, fiz encenação para acalmar os ânimos. Eu já sabia que a partir do momento que subisse lá eu estaria preso e, o meu sonho, acabaria ali. Na verdade, o meu medo era que ocorresse um desastre, que acontecesse uma turba. A uma tática seria cansar o pessoal, para que eles dispersassem. Eu fui construindo uma proposta salarial... Ela foi aumentando até chegar a R\$ 600,00, mas sabia que o Governo não cumpriria, pois pagava apenas R\$150,00. Eu pensava: *you can destroy everything in a person, less the hope*. Naquele momento a galera estava sem esperança. Todos que estavam ali, inclusive eu, achavam que a negociação havia sido uma "peleguise". Afinal, eu e o Onildo já tínhamos feito "a volta ao mundo" convidando e incentivando os PMs para uma mobilização séria.

Apareceu mais gente do que imaginávamos. Os oficiais ficaram assustados. A televisão foi filmar, teve flash ao vivo. No Jornal Nacional saiu como se nós já estivéssemos em greve: "Polícia Militar da Paraíba entra em greve". Era muita gente nas imagens. Fiz com que os manifestantes cantassem o hino do Brasil. A

manifestação foi marcada para as 10 horas da manhã, só saímos de lá por volta das 18 horas. Caso não ocorresse o meu discurso acabaria às 13 horas.

Fiquei “cozinhando” o pessoal, jogando propostas: *Não queremos apenas R\$ 50,00 de aumento*. Eu precisava retomar a confiança da tropa que já estava desconfiando do Coronel Maquir. Peguei a proposta que foi mandada e rasguei, mesmo porque, não tinha assinatura do governador, nem do secretário, não tinha nada. Como confiar num papel escrito pelos coronéis? Quando terminou o discurso, já estava em R\$ 600,00 para os soldados. Era uma proposta maravilhosa, na verdade - um sonho. Imagina se um soldado como eu, velho de guerra, ganhasse R\$ 600,00! São 14 níveis hierárquicos na Polícia Militar da Paraíba, o soldado tem o pior salário da instituição. Caso ganhássemos 50%, seria bom.

Fiz um discurso longo para ir dispersando, retomando os ânimos e marcamos para o dia 14 de julho. A imprensa filmava tudo. Flash direto. Os jornais impressos e, até o Jornal Nacional, mostraram para todo Brasil o movimento. Não houve greve dos militares da Paraíba antes de 1997. O que houve em 1983 foi uma revolta no quartel de Campina Grande que logo foi resolvida.

Quando entrei para polícia era uma situação terrível. Atrasavam os nossos salários e, quando pagavam, não era tudo. Resumindo: policiais morando em favelas, cometendo suicídio, salário miserável, coronel ganhando como um cabo do Exército. Uma situação humilhante. Um amigo foi comprar um liquidificador numa loja e o contracheque dele não dava para pagar. Mais de 600 policiais “deram baixa” na corporação para trabalharem como cobrador, motorista e vigilante, pois, nesses serviços ganhavam de duas a três vezes mais que um policial. Foi tanta gente que deu baixa, que criei uma Associação de ex-PM, que existe até hoje - mas não tem mais meu apoio político - para colocá-los de volta depois que as coisas melhorassem.

Eu fiquei na mídia, pois o Onildo (que era presidente da Associação) não gostava de dar entrevista e dava meu telefone celular. A galera me procurava... Sempre gostei de rádio e de televisão porque sempre tive facilidade para comunicação. No dia 14 de julho, fui bem cedo para a Praça João Pessoa. Minha mulher estava viajando e os meninos também estavam fora. Quando cheguei lá, eu vi que o Exército cercava o Palácio do Governo. Foi muito humilhante, pois o nosso objetivo não era invadir nada. Tínhamos apenas divulgado que, caso o Governo não nos atendesse, faríamos uma manifestação na Praça.

Cheguei lá sozinho e fiquei de braços cruzados encarando o Exército. Lá de cima do palácio um atirador de elite ficava apontando um fuzil para mim. Era uma multidão de militares do Exército com dois tanques e corda de isolamento. Os PMs que ficaram assustados. Após uns 15 minutos chegou um bombeiro militar e disse que manifestaria comigo. Ficamos lá: os repórteres chegaram, bateram algumas fotos. Depois o Onildo chegou e eu perguntei: *cadê o pessoal?* Falei: *vê se me arruma um par de algemas, porque vou me algemar nessa palmeira imperial*. Eu pensei: *árvore é protegida pelo IBAMA - ou eles cortam a árvore, ou cortam minha mão*.

Eu estava pronto para fazer “greve de um homem só”. Mas o Onildo voltou e trouxe o pessoal: cerca de 200 militares que estavam de prontidão no pátio saindo do serviço do 1º Batalhão. As pessoas que vinham de casa, que não estavam de serviço, quando viam a tropa se animavam para ficar. A televisão começou a mostrar às 12 horas as nossas entrevistas, fiquei de porta-voz - aquele que vai se ferrar. O Onildo, por mais boa vontade e coragem que tivesse, não teria condições de abrir uma discussão como eu abri com o secretário de segurança. A greve era considerada inconstitucional e eu pensava: *passar fome é inconstitucional?* Não precisávamos apenas de comida, mas de casa, de saúde, de armamento, pois havia muitos policiais que morriam em confrontos.

Eu nunca vi essa “tal pauta” de reivindicações feita pelos “líderes”. Quando eu era entrevistado ia criando pautas, a partir do sofrimento. Acho que esse foi um dos erros que nós cometemos pela falta de experiência. Toda greve tem que proceder a um pedido de audiência. Não fizeram isso. A polícia não é formal, é verbal.

Não tínhamos experiência de movimento. Eu não queria liderar nada, o meu sonho era ser Polícia. Tive visibilidade porque eu era o porta-voz do Onildo e da Associação, porque os outros não sabiam o que falar.

Havia um “lance” da imprensa que era muito complicado: colocavam um negócio no meu ouvido e de repente estava o secretário num programa de rádio e eu tinha que rebater algumas coisas que ele dizia. Como sou formado em direito, sabia o que eu deveria falar. Uma greve de polícia é realmente muito traumática - tanto para o Governo quanto para nós. Nenhum policial quer fazer greve.

Fizemos um acampamento. Dormíamos lá no chão da Praça. Não tínhamos barracas. Nós fizemos “abrigos de lona” e ficamos lá durante sete dias. Eu não saía de lá. Achava que a qualquer “meu pessoal” poderia sublevar. Alguns colegas gostavam de beber, e eles só obedeciam a mim. Colocamos uma televisão na Praça e por meio dela acompanhávamos as ameaças dos comandantes. O Governo não queria aceitar que eu participasse das negociações, pois ganhei muita visibilidade em entrevistas. Já à noite, apareceu na TV o Coronel Maquir dizendo que foi aceito um aumento, mas a proposta do Governo é que os policiais devem voltar para casa, pois as Associações estavam se retirando. Eu estava perto da Assembleia Legislativa. Naquele momento, correu uma multidão de policiais dizendo: *Sargento, acabou a greve, acabou a greve!* Foi aquela confusão. Fiquei com medo de haver uma violência; então, subi num caminhão e me comuniquéi com eles. Eu disse: *tenham calma, não estou sabendo de nada*. O grande erro deles foi o de não voltar para negociar com o pessoal.

Quando o acordo foi aceito, as pessoas já estavam sendo pressionadas e os oficiais da polícia já estavam visitando suas casas e fazendo inferno, dizendo para as esposas: *seu marido ia perder o emprego*.. Eu sempre pensava: *se eu for embora isso aqui vai virar um inferno*. O pessoal do exército colocou dois atiradores de elite para fazer a segurança do governador, então, eu comprei alguns espelhos (aqueles que têm uma “beradinha amarelinha”), e nós colocávamos no sol para o pessoal do Exército que ficava apontando arma para nós. Nós ficávamos nos divertindo com isso.

Resistimos por 7 dias. O movimento foi enfraquecendo, e eu quis que as pessoas fossem embora para diminuir um pouco a minha responsabilidade. Na verdade, tinha uns 40 malucos que não queriam deixar a Praça. Havia, também, sempre um esperto que passava pelo trabalho e fugia para a greve. Havia outros que vão de folga para o movimento. A maior força foi daqueles que vinham do interior, pois não “arredavam o pé” nem um minuto... Depois começou a repressão, eles lançavam nomes e diziam: *vai ser expulso!*

Eu era a única liderança ligada à Associação que estava lá. No 4º dia a Associação anunciou o fim da greve, sem nos avisar. Quem é líder tem que saber discursar para conduzir a tropa. A Associação perdeu credibilidade. Quando a tropa, no primeiro encontro, queria fazer o quebra-quebra no clube dos oficiais eu notei que eles não tinham liderança, discurso afinado. Eu já estava preocupado com isso. Quando eles deixaram o clube, eu subi na carroceria do caminhão e o pessoal estava balançando querendo subir e me derrubar, mas minha sorte é que ainda tinha o carro de som. Começou um sofrimento terrível, primeiro porque esse pessoal não queria “arredar o pé”, não aceitaram o fim da greve.

Eu consegui evitar muita coisa naquele acampamento. Quando as pessoas estavam muito agitadas eu colocava os hinos evangélicos e alguns começavam a orar e acalmavam. Colocava as pessoas para ajoelhar e rezar o “Pai Nosso”, foi uma greve diferente. Não gostava das canções militares, de guerra e sangue. Eu pregava pacificação e vitória. Precisávamos do apoio da sociedade. Tinha gente que pegava o microfone para “esculhambar” o governador, falar palavrão, eu ficava louco. Eu até emagreci. A minha mãe pediu para eu sair da Praça: eu, chorando, disse para ela que pela primeira vez eu iria desobedecer. Ela sorriu me deu um abraço, mas não fui com ela.

Minha mãe, que ainda é viva, foi a primeira presidente da AMMA (Associação das Mães, Mulheres e Amigos dos Policiais Militares da Paraíba). Nós tínhamos medo de falar, mas as mulheres podiam falar. Então quando era necessário dizer algumas coisas que precisavam ser ditas, passava para minha mãe. A AMA começou com a minha família e é forte até hoje. Só não fui preso porque 10 mulheres, após a greve de 1997, conseguiram me soltar. Depois da greve elas foram para o Comando-Geral e não deixaram que eu fosse preso. Elas foram me buscar. Foi emocionante. Eles não tiveram coragem de me prender. O objetivo era eu ser preso e responder ao processo preso, sem *habeas corpus*. A AMA, que na época era só minha família, pois foi

inventada na hora - minha mãe foi negociar. Lembro que estávamos afastados e minha mãe dizia: *se ele for preso, vamos todos e ficamos aqui em greve de fome*. Todo militar morre de medo da mulher!

Já estávamos cansados e eu não tinha a quem recorrer, sempre busquei a legalidade. Fui ao presidente do tribunal explicar o que tinha acontecido e disse: *não estou aqui querendo ser. Não sou candidato a nada, Deus me colocou para enfrentar essa missão*. Eu adquiri 25 a 30 processos para todos os gostos... Tive processo até porque peguei o microfone para dizer à tropa. Dizia: *tomou o microfone do Coronel, usando de violência*. O próprio Coronel me denunciou. Fui então ao bispo com o coração na mão pedir que ele intercedesse. Mas nesses momentos não encontramos ninguém. Os comentaristas da imprensa começaram a esculhambar o nosso movimento. Um comentarista da rádio foi, depois de falar mal do movimento, para a Praça: a galera correu para cima dele, com tapa, chute e lá vai. Eu fiquei segurando.

Pensei: *só tem um jeito de acabar com essa greve*. E mandei os caras para casa, só que havia entre 30 e 40 que não queriam ir de jeito nenhum, então eu disse: *eu não tenho força, quem ficar aqui vai perder o emprego, vocês podem ser enquadrados*. Eu fiquei até o último. Era minha responsabilidade. Eu me senti responsável porque era da Associação. Eu estava cumprindo com a minha responsabilidade e se levei o pessoal para lá eu tinha que sair com ele.

Fui esvaziando o movimento e pedindo apoio para essas autoridades. Era necessário que nós pudéssemos sair pelo menos com anistia. Foi quando o arcebispo foi à praça e disse que tinha falado com o governador pelo telefone e ele disse que não ia punir ninguém. Saímos da greve com apenas R\$ 50,00 reais de lucro e a não-punição. Eu confiei no bispo que confiou no governador. Nós nos reunimos: fizemos uma oração, tiramos o capuz da estátua de João Pessoa, fizemos uma limpeza geral na Praça e fomos para casa.

Depois, disseram que iam me processar, foi muito engraçado! Eu queria mostrar autoridade, mas estava muito nervoso porque eu só tinha esse emprego. Os PMs queriam "dar um pau" na P2 (militares do serviço de informação), mas não deixei. Algumas vezes, o pessoal deu uns tapas e empurrões nos homens da P2 - eles iam à paisana ou oficialmente para o nosso acampamento.

Eu não me via procurando outro emprego, a não ser que eu passasse num concurso. Preferia a polícia, ganhando mal, a um emprego numa empresa que podia fechar em meio ao plano real. O meu irmão nunca participou de nada. Ele é soldado até hoje: nunca ligou para nada! Após as manifestações reivindicativas, ele dizia: *você conseguiu só isso?* Eu ficava irado, e respondia: *os meus irmãos verdadeiros são esses caras aqui - que lutam comigo*. Ele é uma figura. Eu sempre compreendi a atitude de "outros colegas" por causa do meu irmão. Eu acredito no poder de uma Greve (aquela que une, todos conseguem juntos). É preciso solidariedade, pois o benefício final será de todo mundo! Então, o meu irmão ficava naquela parte dos 30% que não ajuda na greve.

Eu avisei ao Governo que os policiais do presídio também participariam da greve. O Governo mandou os alunos dos cursos de oficiais para assumir os postos, pois não tinham ninguém mais para mandar. Eu disse para imprensa: *vai ter problema*. Afinal, alunos oficiais não têm o preparo do policial de presídio. Eles não sabem detectar uma revolta no presídio. Eu já sabia do problema: foi uma confusão danada, os presos aproveitaram - atearam fogo. Foi um inferno com os alunos oficiais. A partir daí, a população ficou contra e nós começamos a perder espaço.

Quando cheguei ao quartel, no outro dia já tinham me transferido para o Comando-Geral. Fiquei lá, porque os oficiais não queriam me deixar com a tropa. Eu fiquei isolado, com um tenente que tomava conta de mim. Eu sentava lá pelo menos de manhã e depois ia para casa. Eu era um cara de Batalhão de Choque, Radiopatrulha... De repente tive que ficar na burocracia. O coronel Uchôa me perguntou para onde eu queria ser transferido, entretanto ele tinha medo da minha liderança. Medo que eu instigasse colegas de outros lugares. Então, eu disse: *sonhei que iria para Patos - no sertão pesado... Imagine, o Batalhão de Patos vindo do sertão, pela estrada, todos com fuzil nas costas... a TV Globo filmando com helicóptero... Está chegando em Campina Grande a "coluna Denis"!* Ele se assustou e não me transferiu. Eu disse isso a ele porque tinha que mostrar calma, mas estava morrendo de medo porque eu não queria jamais ser punido e ir para o interior, pois

estava acostumado com praia e ficaria deprimido longe dela. Tenho que estar sentindo o cheiro do mar. Fui para o presídio de castigo, porque na época o presídio era onde ficava o policial que bebia muito, que tinha muita falta. Presídio era um lugar de castigo: tinha percevejo nos colchões; não tinha água gelada; era só comida fria. Lá só tinham pessoas com problemas. No centro de João Pessoa me colocaram para comandar o presídio. Foi difícil.

Ao final do movimento, aqui na Paraíba, eles processaram 12 policiais. Fomos processados. Não por “mau comportamento”, mas porque éramos lideranças. Eu, Willian, Crispin, Delfim... Todos nós com um comportamento tranquilo. Fomos processados e pediram a expulsão. Eu assumi a culpa. Foi muito ruim para mim porque é muito chato você ir para um tribunal e seus filhos ficarem pensando que você é bandido. Disse para os juízes que não estava me sentindo bem sendo julgado. Eles não tinham condição de me julgar, primeiro porque o juiz era um Capitão da polícia, reformado, que depois passou no curso de direito, juiz auditor. Eu disse: *aqui não tem tribunal, pois é só a partir de 30, 40 mil homens; aqui é auditoria*. O promotor era militar reformado, teve aumento por causa da greve. O Aluísio Leite e Farias, recebe aposentadoria da polícia.

A galera não entende que você esteve na luta. Depois que acaba a greve a pessoa fica totalmente sozinha. Seus amigos do quartel não querem ficar para falar com você, porque você é um “cara queimado” e se ficam perto sobra para eles. Então você é totalmente discriminado pelos colegas – muitas vezes, que até estavam na greve, mas não querem que você diga o nome deles para não serem processados. Eu só não tenho coragem de escrever um livro agora porque já faz 10 anos e não tem como punir ninguém. Eu já comecei a escrever sobre a greve, mas me emociono e não sai mais nada. Além de ser péssimo no computador para escrever, eu me emociono e então começo a dar meu depoimento muito pessoal e acho que isso não é muito bom para um livro, para uma coisa que pretende ser um relato histórico, um aprendizado para quem lê. Quando lembro, fico muito desolado e é uma depressão muito grande.

Depois, o comandante geral lançou a sua candidatura para deputado. Começou, aí, a perseguição. Meu salário não foi cortado, mas o dos meninos (colegas grevistas) foi. Na verdade eles sabiam que não podiam me enganar. Eu sou formado em Direito e eles não poderiam me excluir “de boa” como faziam com os soldados. Eu não iria aceitar e iria entrar com uma liminar, com o apoio de amigos formados que estava advogando.

A Associação abandonou todos nós. Quem me ajudou foi o Dr. Saulo e o Dr. Vandalberto. Eles que disseram nosso nome, ficou considerado o seguinte: quatro dias de greve, tudo bem, mas quem passou disso... seria punido! Entretanto, alguns advogados que formaram comigo me orientaram. Eu não tirei OAB, me contentei em ser bacharel, pois eu era militar. Na minha época nem concurso para a OAB tinha. Formava e pegava a carteira. Eu nunca peguei, porque achava que isso era um erro, pois já era militar. Eu me arrependo até hoje. No meu tempo não tinham esses cursos de direito que tem hoje em toda esquina. Tem que haver fiscalização, mas no meu tempo não tinha, aliás, foi o último ano que não teve essa questão aqui na Paraíba, pois começou a ter o exame da OAB.

Então, preparei minha defesa com esses colegas. “Em terra de cego, quem tem um olho é rei”. Muitos colegas, que foram excluídos, não tinham nada. Eu, o Wallace e os outros colegas ficávamos na porta do banco (no dia do pagamento) e pedíamos uma quantia R\$1,00 ou R\$2,00 para fazer a feira de alguns colegas que estavam expulsos para passarem o mês, eu e outro colega ajudávamos, tecíamos a rede da solidariedade.

Os PMs manifestantes não ficaram abandonados por conta da minha iniciativa e dos colegas do interior. Dávamos sempre uma cesta básica. Desde a greve, que eu cuido de todos: eu tive que fazer segurança dentro da greve, quando alguma coisa estava para acontecer de errado. O policial é muito machista, se uma pessoa está armada contra ele, ele logo quer usar a arma. Para eles o Exército estava ali não para segurar a greve, mas para humilhar! Em Minas Gerais houve isso, polícia tomando o quartel. Muita gente queria, aqui na Paraíba, tomar o palácio, desmoralizar o Exército, envenenar a água. Causar a desgraça, seria uma coisa simples para muitos.

Fiquei no presídio do "Roja" trabalhando e o Coronel Uchôa lançou a candidatura dele para deputado. O pessoal dizia: *o Coronel vai se candidatar e você não vai?* Ficou aquela pressão e, eu disse: *eu não sou filiado a partido nenhum*. Foi um conflito. Na cabeça do povo, todo advogado é ladrão, ganha dinheiro com o sofrimento. Enfim, eu sempre me preocupei com que o povo pensava de mim. Os PMs se juntaram comigo porque confiavam. Eu sempre fui liderança: presidente de classe, do primário do colégio à universidade - a turma sempre votava em mim. Não tinha jeito, era uma coisa que estava em mim. Mesmo sendo o mais pobre, o negro da turma, tinha um monte de gente querendo me ouvir falar. Uma vez eu cheguei à sala de aula da faculdade fardado, vinha de uma blitz - tinha uma prova e eu tive que ir fardado -, estava com uma arma "meio carregada" e poderosa aí a galera disse: *aí, professor, toma a prova do Denis*. Eu armado disse: *epa, eu vim para fazer a segurança do professor*. Na verdade, eu não tive tempo para guardar - ou perdia a prova ou ia para casa.

O comandante lançou sua candidatura. Era uma injustiça: aquele comandante sair candidato depois de prejudicar a categoria. Resolvi enfrentar o negócio. Eu já tinha essa experiência como vereador, porque a galera também já tinha pedido, mas foi um negócio bem menor. Era o PV. Partido Verde. Quando fui conhecer o PV, fui fardado porque amo andar fardado. Minha mulher toda vez joga a minha farda fora e eu apanho no lixo, porque ela não aguenta ver as fardas ocupando um espaço enorme no guarda-roupa. Eu sempre digo: *pode me jogar fora, mas não joga minhas fardas*.

Antigamente o policial era expulso e tinha que tirar a farda, mas aqui não foi assim porque acabei com isso antes. A minha história de liderança é anterior. Um exemplo: o policial a ser expulso, naquela época, ia para frente da tropa e o oficial rasgava a farda dele e nós dávamos meia-volta volver, ou seja, viramos as costas para o cara. A polícia algemava e levava o PM de cueca para o presídio, alguns até suicidavam. O Coronel Farias foi fazer isso no tempo em que eu já era Sargento e quando ele trouxe o cara gritei para tropa: *você não vai levar o cara!* Todo mundo puxou o revólver. Minha liderança começou dessas cenas malucas.

Fui conhecer o PV por meio de um amigo maluco. Eu me preocupava com as discriminações relacionadas às drogas. Eu prendi um cara que estava fumando maconha: na verdade, eu juntava a galera presa e no outro dia dava baixa na rádio. Infelizmente, encontrei, certa vez, um rapaz de 17/18 com um cigarro de maconha, era viciado. Pedi ao tenente para não filmar, mas ele disse: *vai filmar para esse safado aprender*. O resultado: o rapaz foi filmado, a mãe o expulsou de casa, perdeu o emprego num parque e seis meses depois, eu o prendi assaltando a mão armada. Eu vi que o PV estava com a razão. Eu pensei: *quem foi que jogou o cara na criminalidade, foi à droga ou a discriminação?* A polícia tinha que ter cadastrado o cara ou levá-lo para a justiça e obrigá-lo a fazer um tratamento. Tem outras discussões do partido em termos de segurança pública e meio ambiente que eu lia e estudava. Quando fui vereador pela primeira vez, queria salvar o mundo!

Aqui, o PV era conhecido como partido da maconha. por causa dessa discussão. Eu chegava fardado e parava a reunião do partido, então pegava minha bolsa, sacudia para que eles vissem que não tinha gravador. Eu levantava a minha camisa para mostrar que não estava espionando. Depois, a turma começou a se abrir para a reunião. Eles achavam que eu estava ali infiltrado, naquela época não estava pensando em defender a polícia, mas o comum, o meu sonho já tinha acabado. Quando não estava mais filiado aconteceu à candidatura do Coronel, eu, como já tinha afinidade com o pessoal do partido, fui lá conhecer.

Quem queria um militar do Batalhão de Choque no PV: um cara antidroga como eu, o maior caçador de traficante. O Judice, um amigo meu, foi drogado. Bobagem, eu nunca fui um militar 100%, tinha essa dificuldade, na minha Companhia fui o único que votei no Lula na primeira eleição dele. Fugí para votar. Quando eu falava em Lula, os soldados quase batiam em mim, eles diziam: *o que isso, rapaz, ele é comunista, bandeira vermelha*. Eu desistia de explicar a eles, sonhava muito que Lula fizesse um governo. Hoje o Lula é igualzinho a qualquer um, não está ruim, mas também não é a melhor coisa - do nosso sonho.

Fui indicado para deputado. Muitos colegas me apoiaram 100% nesse momento, pois estávamos numa situação ruim. Oficiais passavam em frente a minha casa e atiravam. Eu ensinei a minha esposa Maristela a

atirar. Assim, seriam dois revólveres para defesa. Não sabíamos o que iria acontecer, não abríamos o portão e criei um cachorro. Todo cão para atacar você tem que ter uma senha, e a minha eu coloquei "oficial", porque, quando alguém estranho aparecia eu dizia: *É oficial!* O cachorro ficava irado.

Voltando para história da greve: fui preso depois do movimento! Saí da prisão e fui candidato. Na ficha, no papel, continuo preso. Quando eu saí como candidato eles me prenderam porque estava crescendo muito. O coronel queria acabar de vez comigo: fui para a grade no dia dos pais de 1998, faltando alguns meses para iniciar a campanha. As pessoas queriam saber como ia ser o embate de um praça com um oficial. Mas o inimigo estava me detonando. Eu dizia que a crise da polícia era uma crise de cem anos.

Eu não achava que iria ganhar, porque a maioria dos policiais não tinha título de eleitor, e os que tinham, transferiam para o interior. Os oficiais colocavam policiais de serviço no dia da eleição – bem distantes da urna. O oficial nunca vai aceitar um praça deputado, nem Cabo Júlio, Sargento Denis, nem Soldado Moisés. Na academia eles ensinam o oficial ser contra o praça.

É por isso que o soldado quando pega atestado, os oficiais dizem: *está se fazendo de doente*. Eles nunca acreditam, porque foram armados para não acreditarem no soldado. Tive esse aprendizado por isso sei o que o cara está pensando de mim. A minha vantagem sobre o coronel Uchôa foi justamente essa: de saber o que ele estava pensando. Ele morria de medo da "Coluna Denis".

Para a campanha tive ajuda da minha mulher. A campanha foi crescendo e nós fomos aparecendo nas pesquisas. Até o meu sogro me emprestou um carro, eu tinha uma casa que tirei no conjunto residencial que nós mesmos construímos na polícia e vendi para minha esposa, porque não queria aceitar o dinheiro dela. Com esse dinheiro banquei pequenas despesas, como gasolina. Foram dez mil reais, que consegui: a casa eu vendi por cinco mil. Eu não queria ficar com menos votos que o coronel, mas eu achava que não iria ganhar a eleição.

Começamos a vender camisas no valor de R\$ 15, 00. As pessoas, para ajudar, pagavam vinte, trinta reais pela camisa. Eu mesmo pintava os muros e subia nos postes para pregar os retratos. Na verdade, eu achava aquilo poluição, eu odiava, mas tinha que participar do jogo. Eu colocava meu retrato perto dos quartéis. Obviamente, eu era expulso dos quartéis. O Wallace acompanhou a campanha, sempre foi muito mais que um irmão.

Minha campanha era feita às três da madrugada com o Crispim, Tornelas e outras pessoas. Foi uma campanha para os policiais militares, era como se fosse para dar uma resposta ao governador e ao comandante. Mas eu tinha certeza que não ia ganhar. Uma vez o Malvino me pegou na rua e disse assim: *Sargento Denis, polícia vota em polícia?* Mas, também diziam que polícia não fazia greve e a gente fez. Eu dava resposta assim no seco. A galera toda queria me derrubar porque estava virando sensação. Tinha um movimento da imprensa "para me pegar de jeito".

Bem, um belo dia soube que o Coronel Uchôa tinha ido lá e o Comando estava em forma, eu inexperiente, pensei que ele tinha "botado" em forma. Eu queria "vender meu peixe". Cheguei lá com uns panfletos debaixo do braço. Os colegas pediram e distribuí. Ele me deu voz de prisão - ele disse que não era permitido fazer política dentro do quartel e que iria me jogar num "xadrez". Foi aquela confusão! Mandaram um soldado acabar comigo. Minha mulher ficou chorando, foi uma confusão danada. Não conseguiram me jogar no xadrez. Eles me mandaram para o alojamento. Quando eu entrei no alojamento vi uma foto do Coronel Uchôa pregada lá dentro. Eu queria que minha mulher entrasse lá e batesse uma foto, para eu provar que ele esteve lá. Só que me arrastaram do alojamento, rasgaram a foto e não tinha como eu provar que estava cheio de foto do Coronel no quartel.

Falei para minha mulher: *vai à imprensa e comunica que eu estou preso*. E ela foi numa rádio. Para ela foi um sofrimento, porque não conhecia polícia como eu conhecia. Eu nunca passei para ela as coisas reais. Hoje eu não tenho raiva do coronel Uchôa, mas se eu contasse o que ele fez comigo, nenhum filho, nenhum parente perdoa. De repente eu vejo o lado dele, querendo comandar e eu querendo melhorias. E aí causa um conflito. Isso foi muito ruim para mim porque até então eu só tinha ficado preso no papel. Nunca tinha me sentido como bandido.

Foi a primeira vez que eu me senti excluído. Fui o único de todos os deputados que saíram que teve prisão durante a campanha e acabou com minha campanha. E o que é pior: minha mulher ficou lá e eles me sequestraram à noite - do 4º Batalhão para o Choque. Eu sempre choro quando lembro disso. Minha mulher ficou em Guarabira e não conseguia se comunicar comigo. Eu achava que eles iriam me matar, lá!

Cheguei de madrugada do Batalhão para o Choque. Desci do carro e eles abriram o xadrez onde tinha um pessoal de homicídio. Eu fiquei com medo e não estava mais com celular, nem nada. Minha mulher soube no outro dia que eu estava lá. Queriam me jogar no xadrez, mas eu saí na "porrada" com o tenente.

O oficial se retirou e pediu a um sargento, amigo meu, me pedir para entrar no xadrez. Não tive coragem de bater neles e fui para o xadrez! Fiquei lá, humilhado no meio de pessoas acusadas de homicídio, policiais que tinham cometido crime. Minha mulher foi me visitar. Eu não tinha ninguém por mim, não tinha deputado, tinha televisão, rádio nem meu irmão, nem minha mãe foram me visitar, mas acho que eles nem sabiam que eu estava preso e eu não queria preocupar ninguém.

Depois de doze dias, fui transferido para uma sala, pois eu não queria que meus filhos vissem o pai deles no xadrez. Era dia dos pais e eu preso feito um bandido. Pedi para Maristela continuar a campanha e onde tinha marcado minha ida e ela foi com um soldado. Ninguém queria dar *habeas corpus*, pois para a polícia isso não existia. Então consegui um celular e liguei para as rádios dizendo que estava sofrendo muito, sendo maltratado e humilhado todos os dias e que os colegas recebessem minha mulher porque eu não podia cumprir a campanha. Pedi que eles ouvissem minha esposa e meus companheiros que fossem com ela porque ia cumprir toda a programação que tinha no outro dia. Neste dia o Saulo entrou com uma liminar junto com o candidato ao Governo João Freire e cem pessoas foram me buscar. Eu sempre choro quando lembro disso!

O povo tem medo de entrar no quartel para visitar, porque eles ficam fazendo pressão, pedem nome e endereço, mas foi aí que vi que as pessoas gostavam de mim e que não tinha sido abandonado, era só medo, pois a minha família tinha medo e meu irmão também porque poderia ficar queimado e perder o emprego. Fomos para a eleição sem dinheiro, sem santinho. Escrevia na mão, na camisa e tivemos doze mil votos. Como aqui não tinha urna eletrônica, tinha em só uma parte da Paraíba, comecei em primeiro lugar como o mais votado, depois sumiram os votos, foi corrupção demais.

Eu creio que seria o primeiro mais votado, mas terminei em terceiro, porque a galera como viu que eu estava estourando em João Pessoa, não tinha nada contra e faltava onde eu era forte, Campina Grande, por exemplos. Só que nesses lugares não tinha urna eletrônica, eu começava estourando com cem votos nas urnas, de repente, estavam dois ou três. Porque os mesários eram comprados por algum deputado local.

Três semanas antes, eu sabia que iria ganhar, foi muito emocionante, porque acho que a eleição durou o dia todo até a noite. Os policiais foram para o tribunal acompanhar, mas eu não tinha coragem de ir e eles ficavam me ligando: *está saindo muitos votos!* Agradecia a Deus e aos amigos.

Fui fardado de branco para a diplomação. Foi muito engraçada, não esqueço: era no Espaço Cultural e minha esposa, como sempre, chegou atrasada, ficou o dia todo no cabeleireiro, ficou alta, esbelta. Eu nem a reconheci quando ela chegou lá, eu ia descendo e tinha umas cordinhas. Lá sofri a primeira discriminação após diplomado: fui com minha túnica branca, "botei" todas as minhas insígnias, engraxei o sapato, coloquei minhas coisas em ordem e fui para lá - quando eu estou descendo um cara do cerimonial disse *aqui é só para os deputados*. Então minha mulher disse: *ele é o Sargento Denis. Ele ganhou para deputado*. Três vezes duvidaram que eu fosse deputado. Eles diziam: *aqui é só para deputado*. Eu e a banda da polícia estávamos de branco, então o pessoal pensava que eu era músico e que ia tocar o hino nacional. Passei uma semana só rindo dessa cena interessantíssima, e o pior de tudo é que o governador foi eleito e eu tive que apertar a mão dele "depois de tudo".

Eu achava que podia resolver tudo da polícia, estava extremamente feliz. Antes de entrar na assembleia eu achava que podia tudo e comecei a fazer um trabalho de... O que eu ia fazer na Assembleia? A primeira pergunta foi essa. Mudança no regulamento disciplinar: não consegui. Casas para a polícia: consegui algumas coisas. Aumento salarial: lutas. Foi a proposta que enviei ao Governo de aumento salarial. Assistência

jurídica, porque a Associação daqui não dá assistência jurídica. O cara paga. Então eu dava no meu gabinete. “Botei” quatro advogados para dar assistência jurídica, melhorias da saúde, fiz uma relação de coisas que eu “botei” vinte e uma porque vinte e um é a data de Tiradentes que é o nosso patrono, aí coloquei vinte e uma reivindicações, pois eram aquelas que eu via, melhoria do rancho, a escala de serviço. Eu já tinha contato com alguns amigos que tinham sido eleitos também, o meu grupo de assessores foi com poucos policiais, porque o Comando não liberava, só tinham um ou dois policiais que, assim mesmo, só trabalhavam no quartel porque o comandante e o Governo não liberavam e iam para lá.

Meu gabinete era cheio de polícia e eu era muito requisitado. No início os pedidos eram coletivos, depois se transformou em pedidos individuais que eu não podia atender, era oposição ao Governo. Eu fiz uma parceira com um clube aqui e ninguém ia. Porque tinham medo de estar lá comigo e ser punido no quartel por qualquer coisa, porque não se pune por isso, mas por outra coisa. Foi sempre uma luta entre o bem e o mal na tentativa de, vamos dizer, agregar, juntar, porque havia uma dispersão. Toda a força do Governo e do comandante para dispersar a tropa sobre a minha pessoa, detonando e mentindo. Isso é covarde, porque eles dizem o que quer e alguns acreditam nisso. Uma mentira repetida várias vezes se torna verdade na cabeça. Diziam: *o Sargento Denis não está mais “nem aí” para vocês*. Coisa deste tipo foram minando a cabeça dos colegas.

Eu era muito empolgado na assembleia, porque aquilo ali era um instrumento de trabalho valioso para a mudança da corporação. Nós fizemos projeto de lei reajustando a carga de horário, que o Governo vetou, emancipação do bombeiro e descriminação do rancho, proibindo de diferenciar a alimentação de oficiais, aí fizemos e discutimos. Fizemos o seguro de vida que o governador naquela época era José Maranhão, vetou, policial morria muito naquela época e um projeto de lei que de dez em dez anos o policial era promovido, porque era quinze anos para o cara ser promovido e às vezes passavam-se vinte anos para que fosse promovido a Cabo, mas o Governo vetou tudo que fazia na assembleia e foi muito frustrante para mim e mal compreendido pelos praças, porque não conseguia aprovar. No início eram só quatro na oposição e peguei todos os meus projetos, as coisas malucas que queria melhorar a polícia, de direito que eu queria transformar numa grande corporação e coloquei tudo de uma vez, mas foi tudo reprovado.

Aqui, tudo que o Sargento Denis queria era vetado! O que a gente fazia: quando a galera se assanhava, o Governo passava para outro deputado apresentar, para ser aprovado, era um ódio que eu tinha do governo contra mim. Eu disse para o governador: *o que passou, passou... ajudar a polícia, é a minha missão*. Ele nem me deu ouvido. Eu trouxe alguém de fora para testemunhar (acho que o Cabo Júlio, ou foi o Cabo Wilson) senão iam dizer que eu estava querendo fazer conchavo com o Governo indo visitar o governador na granja, que estava querendo me vender, como foi dito no jornal.

Mas eu fui levar uma pauta de reivindicação que serviu de base para o Governo dar as outras pessoas para fazer. Então eles tentaram com vários deputados assumir a paternidade dos avanços da polícia no primeiro mandato, mas eu, muito inteligente, nunca contrapus que alguém entrasse, só deixava bem claro e deixei ver que a luta era nossa. Uns acreditavam, outros não acreditavam.

O caso, por exemplo, dessa de dez anos, é uma luta muito histórica. Antigamente o cara morria soldado, e quando eu entrei na polícia o cara também morria soldado. Quem não fizesse curso ia para a reforma como soldado e fizemos alguns movimentos, reuniões no teatro para discutir isso. Mas eu fiz o projeto para dez anos. Resultado: no final da eleição, o governador, pensando em jogar a tropa contra mim, mandou um projeto de lei com as mesmas propostas e que baixava para dez anos, mas queria que outro deputado apresentasse. As Associações levaram todos os policiais para assistir a essa sessão e para provar que foi outro deputado que tinha entrado, mas eu tinha o requerimento e o projeto de lei que mostrei a ele, com erros que eles estavam cometendo. Porque, só iria ganhar uma gratificação quem fizesse o curso, mas os outros que já eram Cabo e não iriam receber. Então eu criei, no plenário, o CHS, Curso de Habilitação de Cabo e o de Sargento, ou seja, todos os promovidos, antes de serem promovidos, fazer um curso e não iriam mais ser promovidos.

Eu tive fôlego para um segundo movimento! Porque, nesse meio, o policial não conseguiu conquistar os seus direitos. Tudo que eu colocava na assembleia, o governador, para me desmoralizar, não aprovava. Então fiquei pensando com o Onildo que só tinha um jeito, era fazer um novo movimento e continuar a Associação.

Então me dedicava vinte e quatro horas na assembleia e esquecia de fazer política... ir ao quartel, bater bola, dar uma cachaça. E se Onildo se separasse de mim, eu perderia a força da Associação que dava essa sustentação. Os jornalistas não escreviam mais sobre mim e eu gastava muito mais com advogado do que com imprensa. Porque, para mim, como estávamos administrando os processos, punições, gastava demais com advogado.

Nesse intervalo, aconteceu a greve nos Estados e eu participei. Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco, Tocantins, eu estive me preparando para ir para lá, um soldado chegou e disse: - "deputado não vá, porque vim de uma reunião que estão querendo te matar lá." E vou ser sincero, eu tive medo porque sei que são capazes de fazer isso e denunciei na assembleia e voltei a anda armado porque eu tinha medo de morrer. Cheguei à assembleia e disse: *estou andando armado, viu gente, por conta disso, disso e disso*. Eu sei que Polícia Federal não dá segurança a ninguém, quando quer matar mata. Polícia Militar não dá segurança a ninguém e como eu vou confiar na polícia se a própria polícia quer me matar? E eu acreditei, pois o soldado chegou desesperado era meu amigo e estava me alertando, senti sinceridade no soldado e não tinha porque ele vir com essa história, já tinha me esquecido das brigas com os coronéis e ele veio na garagem da Assembleia Legislativa. Por isso eu digo, depois, que fui deputado, ainda era muito perseguido, tanto politicamente, quanto com estas questões e armadilhas. O governador não pagava o que nós chamamos hoje de escalonamento.

Em Pernambuco, em 2000 eu era presença, porque Wallace ligou para mim, dizendo que a greve não decolava e ele tinha medo porque ele foi expulso e, esses quinhentos colegas que estavam lá, muitos não foram anistiados, pois foi quem o comandante quis. Neste mesmo ano houve uma anistia de boa parte dos PMs e o Wallace estava no meio. Ele ligava para mim e pedia que eu levasse o Cabo Júlio, mas não queria nem a minha presença, só queria o Cabo Júlio, porque ele era nosso ídolo, era um exemplo de batalha, de luta e que nós deputados do Brasil tínhamos ele como símbolo.

Lá em Recife, quando cheguei, foi muito engraçado: eu vi que a greve ia acabar, então tomei logo as providências. Cabo Júlio fez um discurso e mandaram que eu fizesse outro e nisso aproveitei que a televisão estava filmando e o pessoal estava sentado lá e ninguém estava querendo ouvir nada, foi uma estava um fracasso, peguei o microfone e "botei" na boca, como se quisesse falar e fiquei esperando a galera. Deixei uns três minutos, calado e já estava irritando o cara que me anunciou. Quando a galera estava prestando atenção eu comecei a cantar: *Polícia Militar de Pernambuco, bravura e lealdade varonil. Jamais deixaste de se estar à pronte, na guarda e na defesa do Brasil*. Todo mundo se levantou e continuamos cantando. Todo mundo ficou espantado. O cara lá da Paraíba sabe o hino de Pernambuco. Todo mundo cantando e aí, os soldados começaram a chorar e filmar para e sair no noticiário de meio-dia. Minha presença era para motivar e forçar a negociação, mas o Governo achando a greve fraca não negocia.

Muitas vezes caímos no seguinte erro: nós quando estamos forte não queremos renunciar porque está forte, o que é uma besteira. Tem que renunciar quando estamos fortes e era o que eu sempre "botava" na cabeça da galera. Quando chegava a setenta, oitenta por cento, eu dizia: *gente, é agora*. Porque depois daí é só cair. Não tem que resista, família sofrendo, filho chorando, pressão dos oficiais dizendo que nas vamos perder o emprego. A greve de 99 na Paraíba foi um aprendizado. Acho que sou quase doutor de movimento, pois, sei emocionar, lutar, chorar, dar meia-volta, aprendi tudo, mas aprendi foi no cacete e podia ter morrido nessa zona. Assim, fiz meu discurso, contei a história da cavalaria lá em Recife e disse que eu era pernambucano, por isso sabia cantar o hino da polícia.

É uma pena, pois foi um dos discursos mais bonitos que fiz na minha vida, porque lembrei de um baobá que tinha lá no Palácio da Princesa. Minha mãe me contava uma história: tinha um escravo que foi trazido à força para cuidar do jardim do Palácio das Princesas e no navio negreiro ele trouxe uma semente de

baobá que é uma árvore africana e ele plantou lá com a esperança de um dia voltar para a terra dele. E eu usei esse termo. Então eu abracei o Soldado Moisés e disse: *a Paraíba empresta à Pernambuco o seu deputado, mas eis que será como o africano a plantar o baobá, para um dia não precisar mais de deputado de outro Estado, nem de Minas, nem da Paraíba. É importante que vocês elejam um deputado para fortalecer a categoria.* Então, eles elegeram o Soldado Moisés!

Então eu contei essa história: *vamos plantar o baobá.* O governador começou a esculhambar todo mundo, dizendo que quem estava lá era vagabundo, bandido. O Júlio e eu respondemos o seguinte: *Está certo. Ali está a Polícia Militar e tem vagabundo e bandido. Como ele é o comandante supremo da Polícia Militar ele é o chefe da gangue.* Logo foi divulgado na imprensa: "Deputado diz que Jader é chefe de gangue". Respondemos um processo danado, mas escapamos por imunidade parlamentar, senão, estávamos ferrados. Acho que imunidade parlamentar é uma coisa maravilhosa, a melhor invenção política do mundo.

Então eu e o Júlio tomamos conta das negociações para conseguirmos pacificar o movimento. Porque lá tinha uns outdoors que diziam assim: greve da polícia, nunca mais! Que era uma crítica ao governo passado e ao que tinha sido à greve de 1997 e dizia que não iria ter greve nenhuma, mas em Natal foi duas vezes.

Aqui, no movimento da Paraíba - eu, Onildo e Wallace - sempre fomos muito conscientes do que estávamos fazendo, pois conhecemos a luta da categoria. O Onildo foi ao quartel e o Wallace foi nessas lutas, eles são amigos muito próximos. Todo final de semana vem polícia aqui em casa, graças a Deus. Eu amo demais a polícia e muitos deles gostam de mim. Apesar de que há uma tentativa de afastamento e estou me sentindo muito cansado para reconquistar. A polícia não está preparada para ganhar aos poucos, ela tem uma necessidade, pois foram cem anos de atraso para que tivesse o primeiro movimento na polícia. Os políticos, quando chegam à assembleia, achavam que os soldados não votavam ainda. Primeiro foram os negros a votar, depois as mulheres e, por último, só em 1988 é que foram os cabos e soldados. Fomos a última classe a ser chamada de cidadã. Quando eu cheguei à assembleia, perguntavam: *soldado vota?* Eles só pediam voto de Coronel e tal e assim começou o olho pela polícia. Doze mil votos. Todos sabiam que não tinha prefeito, nem vereador. Foi à polícia que começou essa difamação. Tem um deputado falando mal de mim no interior, mas não estou lá para me defender. Começa essa loucura: gente dando dinheiro a soldado para que o soldado vote nele, cooptação. Eu peguei muito exemplo disso. E perdemos muito da polícia, pois até hoje não ter um deputado federal ou vereador. Eu tento colocar isso na cabeça deles, mas cada dia que passa sai mais candidatos. A polícia não tem condição de eleger um monte.

Quando eu fui para greve de 1999, eu já tinha uma credibilidade. Em 1999 eu digo que foi mais fácil, porque tinha uma assembleia e um microfone de certa forma uma estrutura de gabinete e já tínhamos credibilidade perante a tropa e à população. O Onildo disse: *a galera está querendo outro movimento.* Eu fui ao quartel, e os soldados diziam: *deputado não tem jeito. A perseguição está grande. Estão humilhando.* Prendiam um soldado eles diziam: *Cadê seu deputado?* Eu não podia soltar, não sou juiz. Eu era deputado. Eu lembro que um soldado, num campo de futebol, foi uma das ações muito interessantes da AMA e do meu gabinete, pois ele estava agindo num campo de futebol e um tenente achou pouco e foi humilhar o soldado, "esculhambou" o cara, como diz o pernambucano. O soldado não aguentou e deu um murro nesse tenente, que se levantou e o soldado fugiu e ele prendeu dezessete policiais que estavam "em forma" e depois prendeu o soldado, era contra essas arbitrariedades e íamos para a porta do quartel.

Infelizmente não surgiu em 1999, nenhuma outra liderança. Nesse movimento, o meu único erro foi que não percebi que havia pessoas que estavam lá, e que não participaram de 1997, mas que pensavam que poderiam usar para se elegerem a vereador ou qualquer outra coisa, até para ser deputado. A greve foi, para esses, um passeio. Primeiro que se o soldado precisasse de comida, não tinha dinheiro para dar, de remédio, porque uns tomavam calmantes e os outros passavam mal e não tinha como eu ir à farmácia, como em 1997 pedir remédio. Eu tinha uma estrutura montada, pois o sonho era meu e falava quem eu queria. Não era como antigamente que se alguém não mandasse um carro de som não tinha como falar para a tropa.

Mas vou ser sincero, não queria outro mandato, aconteceu de novo o coronel Francisco ser candidato e mais uma vez fui motivado por causa de um Coronel de lá. Um cara que traiu nos traiu de repente vai ser eleito porque eu não vou então eu fui candidato e tive dezessete mil votos, dobrei o numero da primeira vez. Mas tinha carro para visitar os quartéis, de certa forma eles não podiam me colocar para fora, mas podiam camuflar, por exemplo: em Patos, o comandante: *Estão todos em fora de forma. Marchem!* Eu disse: *esperem aí, eu quero falar com vocês aqui.* Eu já podia encarar o Coronel e ele não podia me prender. Na outra, se fizesse um negócio desses já teria sido preso, por desobediência me enquadrado nuns quinze artigos. Foi muito mais tranquilo e o Onildo comandou bem. Durante a greve e viajei para resolver os problemas da polícia, a nível nacional, pois o Júlio me chamou. Tinha certa tranquilidade, com os assessores de imprensa, porque não precisava falar diretamente. De certa forma, conseguimos mais um pouquinho por causa desta tranquilidade, não tinha Exército e quem participou do movimento, de certa forma, já sabiam aonde iriam, pois fazíamos passeata em toda a cidade.

As pessoas estavam desestimuladas a votar por isso não fazíamos eleições, mas a sociedade votou um pouco mais porque nesse meu mandato participei da greve dos professores do ensino estadual e tinha um movimento nacional para acabar com o TRT, que lutei a favor. Eu sempre encaixei o funcionário público dentro da minha luta pela polícia, pois aceitava outras classes e aglutinei outras porque um deputado estadual tem muito mais condições de ampliar, pois nos problemas que aconteciam com os funcionários públicos, estávamos lá, eles me procuravam e colocávamos isso.

O que sinto é que as Associações não me procuravam por conta dessa inveja, eles achavam que eu tinha apenas aproveitado. Isso me deixa muito triste. Em um balanço final, posso dizer o seguinte: valeu a pena! Hoje, seja na greve ou na eleição eu digo: *se for para a felicidade da minha família e da Polícia Militar, que Deus me conceda a liderança.* Eu acredito que os mandatos são feitos por Deus. Às vezes queria dizer uma coisa e a pessoa entendia outra que é até agradável porque eu sou muito franco e elas gostavam disso. O político tinha que mentir, mas eu não conseguia.

Eu acho que valeu a pena! A polícia se transformou, temos carros novos, o presídio ganha gratificação, os beliches têm cama razoável, não tem mais perchevejo, não tem mais castigo corporal, três dias de serviço direto, não existe isso mais como existia antigamente. Então eu vejo que a polícia está mais feliz, mas por outro lado, essa felicidade faz com que eles achem que não precisem mais de representação.

Na última eleição, saíram quinze candidatos da PM, mais o Coronel. Agora saíram cinquenta candidatos, e eu fiquei com seis mil votos - eu já estava queimado, por causa de uma política que as Associações fizeram contra mim. Os policiais queriam eleger o governador e no final acharam que não deviam mais votar nele. No finalzinho da campanha eu não podia recuar mais à coligação. Hoje nós vemos que este governador está cem vezes melhor. Eu acho que hoje a policia é mais respeitada!

3.3 CABO PIRES (OSCAR PIRES DE JESUS NETO)

Acervo da autora, abr. 2009.

Entrevista com Cabo Pires (Oscar Pires de Jesus Neto), líder do movimento grevista dos praças da Polícia Militar da Bahia, ocorrido na cidade de Salvador, no ano de 1997. A entrevista foi realizada no dia 8 de abril de 2009. Pires ingressou na corporação em 1980. Foi presidente da Associação dos Cabos e Soldados da PMBA. O entrevistado afirmou sua liderança durante as ações reivindicatórias do movimento de 1997.

Em 1997 nós saímos em passeata com nossos familiares e depois acampamos na porta do Comando Geral. A passeata saiu da Praça Municipal e seguiu rumo ao Comando, que fica na região do Campo Grande.

Nasci no dia 31 de dezembro de 1960, na cidade de Entre Rios – Bahia. Minha mãe era professora e o meu pai tinha uma fazendinha, era agricultor. Eu sou de uma família de doze irmãos, apenas seis são vivos. Meu pai é falecido e minha irmã ainda é viva, graças a Deus. Meu irmão mais velho foi seminarista, deixou o seminário faltando cinco anos para terminar, a minha outra irmã é professora; eu só tenho um irmão que é policial militar, agora de dez anos pra cá resolveu entrara para a PM, trabalha aqui na 36ª Cia., é o caçula, está com 32 anos.

Eu vim para Salvador em 1974, ainda bem novinho, e fui trabalhar em um prédio que tem na Rua Carlos Gomes, na Praça Castro Alves, chamado de SULACAP e lá eu trabalhava de ajudante de pedreiro, quebrando parede para fazer instalação elétrica e coisas assim. Eu estudava à noite. Depois eu voltei para Entre Rios, e quando fiquei maior de idade fui trabalhar como vigilante de um banco, Bradesco, lá em Entre Rios. De lá eu fui transferido para Salvador e vim trabalhar no Banco Mercantil do Brasil. Lá eu conheci uma figura inesquecível na minha vida, o gerente do banco, chamado Nascimento, e ele tinha uma amizade bacana com todo mundo, com todos os funcionários, vigilantes; e lá eu conheci um major da PM que era correntista do banco e logo eu saí da vigilância e fui trabalhar de contínuo no banco, e conheci o Major Rebouças e fiz uma amizade bacana com ele. Aí ele me perguntava sempre se eu não queria entrar para a Polícia e eu falava que não, porque eu estava bem lá no banco. E uns seis meses depois, o Nascimento me chamou e disse que o banco ia demitir e que ele iria embora para Recife, Pernambuco, e que se eu quisesse ir com ele, ele ia tentar arrumar uma transferência para mim. Então, quando ele foi embora, o banco demitiu um monte de gente e eu fui no meio dessas demissões; fiquei desempregado e voltei para Entre Rios.

Em um belo dia eu vim a Salvador e fui procurar o major. Ele perguntou se eu tinha resolvido entrar para a Polícia e eu disse que sim, mas minha mãe era completamente contra eu entrar na Polícia porque ela não queria de jeito nenhum. Nessa época, eu tinha 20 anos; e eu me inscrevi com ele lá na Vila Militar que era o Central nosso de ensino, e marcaram a prova. Eu fiz e passei, fiz os exames médicos e minha mãe, sem saber de nada. Então, voltei para Entre Rios e falei com ela que eu tinha me inscrito na Polícia, feito os exames e passado em tudo e que ia chegar um dia em que eu ia ser chamado, e seis meses depois eu recebi um

telegrama, que era usado ainda na época Chegou na delegacia, e o soldado foi levar lá em casa, me chamando que era para eu me apresentar no outro dia, e pensei como eu iria. Meu pai era vivo ainda; mostrei o telegrama para os meus pais e disse que precisava me apresentar no dia seguinte. Meu pai, nessa época, já tinha se desestruturado financeiramente, tinha vendido a fazenda, teve uma série de problemas, família pobre. Perguntaram de onde eu ia ter dinheiro para vir para Salvador e eu disse para a minha mãe não se preocupar porque eu ia dar meu jeito de ir e arrumei minha sacola. Minha mãe não queria de jeito nenhum que eu fosse policial.

E tem uma história que quando eu conto minha esposa briga comigo, porque diz que é horrível e eu digo que não. Tenho que contar porque é bacana; minha esposa manda eu pular essa parte, mas eu conto em qualquer lugar que eu vou. Tinha um rapaz de Entre Rios que transportava laranja para o CEASA de Salvador e eu sem dinheiro não tinha como vir; o dinheiro que eu tinha não dava nem para pagar a passagem de ônibus e me manter e andar em Salvador; eu não sabia como eu ia chegar na vila, não sabia se já ia ficar no quartel ou não, mas eu falei que ia. O nome do cara da laranja era “seu” Antonio Manguá, que era como a gente “chamava ele”, e eu fui à casa dele umas dez horas da noite, cheguei lá e contei uma mentirona para ele: falei que meu pai tinha me mandado lá para eu perguntar se ele podia me dar uma carona para Salvador, e o carro dele na porta parado. carregado de laranja; e ele falou que podia me levar, mas o carro tava cheio, a cabine estava cheia porque ele ia levar duas pessoas e só se eu fosse em cima das laranjas e eu falei que ia; daí peguei minha sacola e às quatro da madrugada cheguei na porta dele e subi no caminhão; um frio arretado, e são duzentos quilômetros de Entre Rios para Salvador. E quando chegou perto da CEASA começou a me dar fome e eu pensei que o jeito era chupar as laranjas e como não tinha faca, eu pegava as laranjas e descascava na carroceria do próprio caminhão e chupava e chupei tanta laranja que me senti mal. Chegando ao CEASA, pensei como eu iria para a Vila, já que era muito longe, aí tinha um cara dos bombeiros lá. Eram umas sete da manhã e eu tinha que estar na Vila às oito horas; perguntei para ele como chegava e ele falou para eu pegar o ônibus para Ribeira, descer no Hospital Irmã Dulce, que era ao lado da Vila Militar.

Cheguei na Vila faltavam quinze minutos para o horário de eu me apresentar; não era seleção mais, já era para eu me apresentar para o recrutamento, para o curso, aí cheguei lá e encontrei uma pessoa que nunca me esqueço, o Capitão Eurico Silva Costa, pai do Washington; eu pequeno com 1,65 metros e o Eurico Silva Costa um cara bem alto e altamente mal-educado, e com a boca enorme, e xingava todo mundo de monstro e de animal, isso no primeiro dia. Depois veio a Polícia Civil gritando que dali a pouco a gente ia ver, quem fosse ladrão ia sair de lá algemado, e realmente saíram. Isso é até bacana: a Delegacia de Furtos e Roubos entrou no meio da tropa – uma turma de trezentos e tantos homens – entrou no meio com um álbum de fotos que tinha fotos de presos da Polícia Civil, ladrões, e começou a ir em coluna por coluna, olhando, e encontrava os caras que estavam inscritos para ir pra Polícia, mas eram assaltantes, que roubavam ônibus. E encontrou vários; eu me lembro que na minha turma tirou uns dez caras, algemaram e levaram. Nunca me esqueci que eu media 1,65 m e chegou o Eurico Silva Costa e perguntou para mim quem tinha me colocado na Polícia daquele tamanho; disse que se eu não tivesse a altura correta exigida, que era 1,66m, eu não ia entrar para a Polícia e que eu podia ir embora dali mesmo, e eu fiquei calado, com medo, mas calado. E lembrava do Major Rebouças que disse que o Eurico ia criar problema comigo por causa da minha altura, mas ele me disse que quando ele fosse me medir era para eu prender a respiração embaixo e soltar que eu crescia no mínimo 1 cm e quando ele foi me medir eu lembrei do que o major disse e fiz isso e ele xingou, disse que já ia botar pra fora.

Nisso deu meio-dia e ninguém comia, não tinha almoço pra ninguém. Eu não tinha nada, não conhecia ninguém; deu duas horas da tarde e os oficiais foram almoçar, os sargentos foram almoçar e largaram a gente lá no pátio. Quando foi três horas da tarde gritaram para entrarmos em forma porque tinham chegado os caminhões, que eram aqueles caminhões-agulha velhos, e eu pensava onde que eu ia parar, aí distribuíram e fui para o 7º Batalhão, na Fonte Nova. O comandante era o coronel Francisco Menezes Moeira; foi o meu primeiro comandante na PM, um cara extremamente ético, extremamente educado, um profissional de mão cheia. Chegamos na Fonte Nova eram quatro e meia da tarde, e eu pensei que como já estava tarde, devia ter

um lanche lá pra gente, mas foi uma recepção horrível: quando chegamos encontramos, de cara, com o subtenente Leal, que era 3º sargento, e com o Tenente Virgulino. Já gritaram para ficarmos em forma e ficamos em uma ladeira horrível de asfalto – lembrando que o batalhão ficava embaixo do Estádio da Fonte Nova. Hoje não tem mais lá, hoje é pior, os batalhões são piores.

Chegando lá, o cara mandou “botar em forma” de novo. Eu pensei que era só para recepcionar e liberar, que quem fosse da capital ia para casa e quem fosse do interior eles iam arrumar um lugar para dormir. O Capitão Leal então gritou: “Ordinário!”, e eu pensando o que era isso... eu venho pra cá pra esse cara me chamar de ordinário? Mandou então a gente marchar e eu comecei a pensar que minha mãe estava certa e que eu ia embora. Deu cinco, seis horas da tarde e ele pra cima e pra baixo. Quando foi seis horas ele mandou parar, a gente parou, aí mandou tirar o sapato e a camisa e colocar lá – mais de duzentos homens lá – cada um em forma, largava o sapato e a camisa lá, ele mandava sair e quando voltava estava tudo junto, eles pegavam os sapatos e davam nó, as camisas também, e molhavam e descia lá embaixo no estacionamento, e quando voltava ele dizia que queria em cinco minutos todos calçados e uniformizados; e aí todo mundo vestia o sapato do outro, a camisa do outro e chegava por último, a gente passava em um “corredor polonês” com eles com a camisa molhada batendo no nosso lombo, horrível.

E eu pensei: “se aquilo era o treinamento do cara que ia atender um cidadão, não era possível aquilo”... Aí fizemos aquela fila para ir para o Rancho e eu pensando que, agora sim, era o lugar bom, chegando lá e eu pensando que agora sim ia ter uma comida boa, depois daquela miserabilidade que os caras fizeram com a gente. Chegou lá tinha pão sem manteiga, um copo de café preto, e aquela bandeja de presídio de inox – que acho que hoje nem no presídio tem mais – e sopa... imagina sopa naquele negócio; só tinha água, mas não tinha outra coisa, então comemos. Terminou e o Leal falou que era para irmos para o alojamento, arrumar lá e depois ir dormir, dez horas da noite ia ter a revista e todos aqueles procedimentos de quartel. Eu pensando que já que eu estava lá eu ia enfrentar tudo isso, e enfrentei. No meu período de recruta, quando eu via essas coisas, eu pensava que eu não ia ser o melhor ali, mas que eu ia tentar ser o padrão para que eu não desse lugar para nenhum daqueles caras fazerem o que eles faziam com os soldados velhos, que eu via. Você estava lá e via sempre um descendo para ir para o xadrez, que era um fosso que tinha lá. Era quando se indisciplinava com algum superior, que iam para o xadrez. Aí veio a mudança de batalhão, eu me formei soldado, entrei na PM em 15 de setembro de 1980. Daí, o 7º Batalhão já mudou da Fonte Nova para o Forte do Barbalho, que é um quartel do Exército. As pessoas me incentivavam a fazer um curso de sargento ou de cabo e em 1982 eu fiz o curso de cabo; durou oito meses, aprendi algumas coisas interessantes, a parte do recrutamento foi bem pior que isso a nível de instrução. Já no curso de cabo a gente via mais a parte teórica, mas também tinha algumas instruções, mas eu já com um certo macete, porque conhecia já como funcionava a estrutura e facilitou mais, exercícios com armas que sempre teve. Então fomos para detenção fazer treinamento, no Batalhão de Guarda, na Casa de Detenção no Curso de Cabo.

Eu me formei cabo em 1982, fui para a radiopatrulha e fiquei treze anos lá, e em 1986, no Governo João Durval, eu já cabo, fui convidado para fazer parte do corpo docente do CEFAP, Centro de Formação, e lá me despertou a Associação. Eu passei um período lá, a gente começou a fazer campanha, tinha um cara lá que tinha o nome de Valério, o Cabo Valério Rodrigues Lima – que era o presidente do Centro Social e Beneficente dos Cabos e Soldados da PM da Bahia. E essa entidade fazia muita assistência social, mas era empréstimo, coisas assim, e a gente já amadureceu a ideia de que tínhamos que tirar o Valério de lá porque ele já tinha vinte e quatro anos que estava lá, mas como que tirava ele de lá? Vinte e quatro anos que ele era presidente. E a gente reunia, questionava demais, fazíamos as assembleias e era tão pequeno o quadro de associados: eram novecentos e quatorze pessoas, e o Valério fazia uma assembleia e colocava cinquenta pessoas lá, a gente levava dois, três e não dava em nada, só dava confusão e briga até que um dia a gente conseguiu levar um número grande de associados para essa assembleia, eu nunca me esqueço que tinha um cara, um associado, que defendia o Valério de qualquer forma, a gente chamava ele de Diacoló, um negão todo feio, parecia um gorila, e em uma assembleia dessas eu levei um cheque que eu tinha conseguido.

Na época o Aleluia tinha envolvido naquela questão toda, porque a gente tinha colocado ele como diretor de Valério para se infiltrar e nos trazer as informações, e aí eu consegui um cheque. Valério emprestando dinheiro para ele e cobrando juros extorsivos e nesse mesmo cheque ele botava uma quantia que empresta também ao coronel José Alberto da PM e eu consegui um xerox desse cheque, levei para a assembleia, mostrei lá e foi o maior tumulto e o Diacoló me sacou um revólver e apontou para mim e falou que ia me matar; e eu cheguei na frente dele e disse para ele atirar se fosse homem, isso em 1986, mais ou menos. Aí começaram a acontecer as assembleias, veio a eleição, o Horácio concorreu e perdeu – eu apoiei ele – aí nos preparamos durante três anos, e quando veio a eleição em 1991 nós “estouramos a boca do balão” e ganhamos de cacetada. Na época, o Valério teve oitenta e poucos votos, e a gente teve quatrocentos e tantos votos dentro da Associação. Ganhamos a eleição, para diretoria da nossa Associação em 1991 – Governo de Antonio Carlos; o coronel Paraíso era o comandante-geral. A nossa posse foi um sucesso, encheu a Associação, todo mundo acreditava que a gente ia mudar mesmo, como realmente mudamos. Da nossa Associação surgiu o movimento de 1997.

A Associação era uma sede na época, hoje tem um clube social. Crescemos a sede que era térreo e primeiro andar, colocamos mais um andar em cima, aí começamos a fazer jornalzinho, que era o Jornal do Praça, que está até hoje aí. Os caras que não fazem mais, mas a existência dele é oficializada até hoje. No editorial do jornal o título foi “É hora de união, chega de malvadeza”, porque o Toninho, aqui na Bahia, era conhecido como Toninho Malvadeza. Isso foi como cair uma laje na cabeça dos coronéis; esse jornal foi feito com as letras vermelhas e os caras me ligaram falando que eu era petista, mas eu não tinha nenhum partido político nessa época, eu não era ligado a nenhum. Então tocamos à frente o meu primeiro mandato; no meu segundo mandato não tivemos concorrência, fizemos a eleição e foi chapa única, a gente já começou a trabalhar, isso foi em 1994, a segunda eleição. Esse ano o Paulo Souto foi candidato ao Governo do Estado e o João Durval concorrendo com ele, nós apoiamos o João Durval. Eles pediam apoio da Associação, fazendo promessas; fizemos, na época, um documento e convidamos os três candidatos. Dos três, o único que se apresentou para ir até a Associação apresentar suas propostas e a gente entregar a ele um documento reivindicatório e bater um papo com a categoria foi o João Durval; o Paulo Souto não foi e nem o candidato do PSDB da época, Jutair Magalhães, e nós entregamos a ele o documento, como encaminhamos para os outros candidatos, e a imprensa em massa foi para essa reunião.

Enchemos a Associação, colocamos um trio elétrico na porta da Associação na época; a Associação lotou de famílias de policiais; o coronel Cristóvão Rios, que era o chefe da casa militar, me ameaçou que me prenderia na hora da reunião, mas eu fui para a casa do João Durval e vim de lá dentro do carro do João Durval, mas ele me tranquilizava, dizia que queria ver Cristóvão me prender eu estando com ele. O prefeito de Salvador, o filho dele, João Henrique, também dentro do carro, que era candidato a deputado na época, e fomos para lá para a reunião que foi muito bacana. A imprensa cobriu essa reunião e quando foi no dia seguinte, a imprensa toda em massa, até os jornais da oposição noticiaram, porque foi um fato verdadeiramente a nível de Polícia Militar, tido como um desafio, porque eu tinha uns três meses antes estado com o governador que era o Imbassaí que estava cobrindo o ACM no afastamento dele, e o Cristóvão tinha me prometido uma área de terreno para fazer um clube e ele botou um oficial, o coronel Newton, pra andar comigo em Salvador pra achar uma área para doar para a Associação para fazer um clube social, e isso foi para o Diário Oficial e tudo, mas naquela época era assim, eu tinha que escolher entre ficar com Paulo Souto e perder o apoio da categoria total, porque ninguém queria o governo dele; o João Durval é querido até hoje pela tropa da PM, então eu tinha que escolher um dos dois e chegou no outro dia, Cristóvão disse que não tinha mais terreno para mim, mas eu expliquei que não era pra mim, era para a categoria e ele disse que já era; foi aquela confusão, ele querendo me prender – isso foi antes da eleição um mês, em setembro – e ficamos fazendo campanha para João Durval nos quartéis, todos com ele. Passou a eleição; quando foi dia 22 de novembro eu estava em casa e o coronel Ramos, que era meu amigo, me liga e disse que eu estava preso. Perguntou se eu já estava sabendo e eu disse que não sabia de nada; disse que o comandante queria falar

comigo, era Gouveia o comandante, e fui até lá, eram dez horas da noite; cheguei lá, era o Major Eleotério, que hoje é coronel Eleotério, e a imprensa publicou assim: "PMs insatisfeitos com os baixos salários e o comandante-geral é o último a saber". Isso foi no jornal "A Tarde", de 1994.

O Eleotério me chamou, eu encontrei com o Gouveia e ele disse que tinha me avisado e eu não tinha acreditado, mas eu disse que não estava entendendo porque tinha sido chamado lá, e ele falou que o governador tinha mandado me prender; então eu questioneei se quem mandava na Polícia era ele ou o governador, e ele disse que recebia ordens; então perguntei se ele tinha me chamado lá era para dizer isso e ele falou que era para eu esperar que eu ia ver para que, e chamou o Eleotério que me mandou sentar lá, ele comendo biscoito e tomando suco e me perguntando as coisas, e tudo eu dizia que não tinha nada a declarar, e quando terminou me falou para assinar um papel e eu disse que não ia assinar nada. Falei que dez horas da noite não se ouve nem preso e fui embora. Mesmo assim, com esse fato de eu não ter respondido nada, eles publicaram a punição: trinta dias no Batalhão de Choque. Esses trinta dias ficaram enrolando, tentando ser negociado para não me prender, para constar só na ficha. Eu não pensava em desistir da Associação. Ficou rolando, e quando foi 22 de dezembro, eu prontinho com meu carro para ir para a Ilha com minha família – minha mulher já estava lá – eu tinha uma filha na época com três para quatro anos, tinha ido fazer algum serviço para a Associação, mas eu ia pra Ilha; eu estava vendo uma viatura atrás de mim, encostei na oficina, e vi o Major Carvalho Melo, que hoje é coronel, lá sentado; me cumprimentou, eu o cumprimentei e quando ele foi embora, o cara da oficina me perguntou se eu tinha visto o jornal do dia, o "A Tarde", eu disse que não e ele me mostrou e quando eu vi, tinha minha foto e estava escrito: "Cabo Pires, mesmo com a punição publicada no boletim da PM, continua desafiando o Governo e está solto".

O jornal estava jogando contra mim, na época o Governo era muito forte, isso chegava distorcido na imprensa, porque eu criei muitas amizades com os oficiais, com alguns coronéis, vários oficiais, muita gente ficou fulo da vida comigo lá, porque eu denunciava tudo o que acontecia. A Associação já tinha um caráter de defesa, um caráter reivindicativo; deixava de ser só de lazer, era muito mais reivindicatória do que recreativa e, na verdade, o major tinha saído para ligar para o comandante. O Souza Filho tinha acabado de ser anunciado comandante-geral, mas não havia assumido ainda, ele era chefe de gabinete do Governo. Então eu liguei para o jornalista pra perguntar o que tinha acontecido, e ele disse que era uma matéria que tinha vindo da auditoria geral, a banda tinha passado direto por ele. Não deu cinco minutos e chegaram as viaturas, me prenderam de bermuda e camiseta. Eu estava sozinho porque minha família estava na Ilha. Me prenderam, me levaram para o Módulo dos Leões, chegou lá e eu pedi para me deixarem ir em casa e não deixaram. Falei que estava com o carro cheio de coisas, precisava descarregar, precisava comunicar minha família e não deixaram. Aí o coronel Cabral, que era o chefe da P2, e o Tenente Isídio pegavam o rádio do Módulo e dizia para o coronel que estava comigo e que estava tudo sob controle, mas que eu estava pedindo para ir em casa e o coronel dizia no rádio: "Negativo, Batalhão de Choque direto, essa é a ordem do comandante", e eu baixei o rádio da mão do tenente e falei com o coronel, perguntei se ele estava lidando com algum marginal e disse que eu ia em casa sim e que depois eu ia para o Batalhão de Choque. O tenente tremia de medo, sempre foi medroso e dizia que assim eu o prejudicava. Aí cheguei lá no Batalhão de Choque e fiquei preso. A recepção horrível de Júlio Marcelino, que era o comandante de choque; fiquei preso trinta dias no Batalhão de Choque, depois retornei, assumi de novo a Associação, fiquei lá e a luta continuou; entrou outro comandante-geral, o Souza Filho, porque era mudança de governo, e aí as coisas continuaram; o Souza Filho pisou na bola, a gente denunciou, botou ele pra fora como ladrão.

Em 1997, eu continuei como presidente da Associação. Vieram os movimentos, teve eleição da Associação, Alfeu concorreu, o Governo botou uma chapa contra a gente na Associação, montou estrutura, montou tudo e perdeu a eleição pra gente. Começaram as perseguições; eu tava à disposição eles me tiravam; colocavam para responder expediente; alguém que estava comigo, o Nunes, tiraram da disposição e colocaram no hospital, mas mesmo assim a gente continuou e em 1997. Apareceu a Lei de Reestruturação da Polícia Militar, conhecida como Lei da GAP (Gratificação de Atividade Policial) que nivelou a Polícia Militar em cinco

níveis; e nessa lei a gente era contrário porque tinha algumas distorções que prejudicariam no futuro, como de fato prejudicou.

Logo no início a GAP tinha uma diferença muito grande, que era o cara que trabalhava na atividade administrativa e o cara que trabalhava na atividade que era operacional da rua. Essa diferença era muito grande, o cara entrava na operação ganhando nível 1, que era menos do que ele ganhava sem a reestruturação; a gente foi contra e deu muito tumulto na época; isso começou em junho, aí veio julho, agosto e quando foi em agosto o projeto foi para a Assembleia. Fizemos o acampamento dos aflitos, as reuniões dos quartéis... A tropa começou a se mobilizar, a gente fazia assembleia na Associação, no Clube dos Sargentos. Então, a nossa motivação foi a Lei da GAP. Começou e foi para a Assembleia a votação.

Estouraram movimentos no país inteiro. Primeiro em Minas Gerais, onde o movimento foi mais forte. São Paulo se manifestou, mas não deu em nada. Foi muito noticiado... Começaram os focos de Rio Grande do Sul, de Goiás, de Alagoas e outros Estados que fizeram movimentos. Era o momento para anunciar o nosso movimento. Começaram os movimentos nos Estados, e a Assembleia votou o projeto e aprovou exatamente como o Governo queria. Na Assembleia, fizemos uma pequena manifestação. A gente chamou a imprensa que, inclusive, apoiou muito o movimento. A *TV Itapoã* era a que mais "batia" no Governo, naquela época. Já o jornal *Tribuna da Bahia* e o jornal *A Tarde* eram bem acanhados. Quando aprovou o projeto na Assembleia, apareceu na *Folha de São Paulo*, em vários jornais do sul do país, porque exatamente na época da aprovação, já tinham surgido os focos no país inteiro. Caso o Governo não aprovasse, a PM da Bahia ia parar "em solidariedade aos companheiros de outros Estados". Não aconteceu, o Governo aprovou. Eu dei uma entrevista na porta da Assembleia Legislativa convocando a tropa para que paralisasse, não só por isso, mas também pela solidariedade aos companheiros, porque o Governo tinha votado contra e a "Folha de São Paulo" publicou uma matéria que eu tinha chamado o governador para sair na mão, inventaram isso. O termo que eu usei foi esse: se a assembleia aprovasse a mensagem, como veio do Governo, a gente ia pro pau. A expressão "a gente ia pro pau" é subjetiva, eu queria dizer que a gente ia pra greve e o Governo entendeu o contrário e essa matéria foi o instrumento do meu processo. A presença da imprensa foi fundamental. Aí, em agosto pra setembro foi a eleição da Associação e nós ganhamos. Quinze de outubro foi minha posse, nossa posse, e nesse dia, quando eu acabei de tomar a posse na Associação, a gente fazendo a festa da posse, com a família lá na Associação, cheio de gente, e a televisão ligada lá noticiou que eu acabava de ser excluído da Polícia Militar; eu e mais cinco diretores da Associação, no dia da posse.

O Conselho Disciplinar já estava rolando na época, e eu fui excluído, mas eu já sabia que isso ia acontecer, porque o coronel Sigfrido tinha me dito que participou de uma reunião onde o governador tinha dito que não ia perdoar, não ia voltar atrás, ia me demitir. Fui demitido, a gente já vinha se preparando para um acontecimento desses, não só comigo, mas com qualquer outro diretor. Minha família queria, já, que eu saísse da Associação; minha mulher é muito apavorada nesse aspecto. A gente já vinha se preparando, tínhamos feito uma assembleia e colocado em ata que qualquer membro da diretoria, que fosse demitido em decorrência de movimentos a favor da categoria, permaneceria no cargo até o seu retorno. Então, permaneci presidente, os outros permaneceram diretores e a Associação bancou isso até o fim do processo, mesmo demitidos. Aí eu fiquei dois anos fora, voltei em 1998, no fim do ano, através de um processo judicial.

Em 1997 só os policiais da diretoria que saíram, só cinco diretores foram demitidos, eu e mais quatro. Soldado Marivaldo Santana, o nome dele Norival, Soldado Santos e Santos e o Cabo Rogério, aí fui demitido e fiquei esse período fora, começou o processo, no meio do meu processo o meu advogado faleceu, aí foi passado para outro advogado, eu fui reintegrado através de uma sentença judicial. Quando fui reintegrado, no final de 1999, início de 2000, me colocaram no quartel do Comando-Geral numa seção de apoio logístico; fiquei lá e eu não fazia nada, mas continuei na Associação, continuei a luta, fazíamos as denúncias. O Comando mudou, chamou a gente, conversou, discutiu, e a gente continuou fazendo denúncias, fazendo movimentos e o barco rolando. Surgiram outras entidades querendo se aliar com a gente e a gente se aliou com o Sindicato da Polícia Civil, na época.

A Lei de Reestruturação da PM, de 1997, mexeu na questão salarial, como mexeu nas graduações da PM. A PM da Bahia é a única Polícia Militar do Brasil que não tem cabo, não tem 3º sargento, não tem 2º sargento, só tem sargento, que é o 1º sargento; não tem 2º tenente, só primeiro, não tinha aspirante e não tinha cabo. Cabo voltou agora nesse governo, eles mandaram de volta; e não tinha subtenente, eles retornaram essas duas graduações agora, de cabo e de subtenente, que foram extintas em 1997. Isso foi questionado pelo Exército, na época, pelos próprios oficiais que não concordaram, mas o Governo passou o rolo por cima. O RDPM permaneceu. Quando foi o movimento de 2001 surgiu a possibilidade de se fazer um novo estatuto, aí o RDPM caiu por terra, e hoje nós somos regidos pelo estatuto, pela Lei 7.990, de 2001, uma lei que é do estatuto nosso. Se alguém me disser que todos esses movimentos não valeram a pena, eu vou dizer que valeram, sim, muitas coisas mudaram na PM.

Eu defendi essa questão em 1997, essas mudanças no estatuto; eu trouxe isso do Rio Grande do Sul, apesar de que lá a brigada não conseguiu mudar. Eu defendi com a seguinte tese, eu me lembro que quando a gente ia para a Secretaria de Administração discutir alguma coisa, o Sérgio Moisés, que era secretário de administração, dizia que a Polícia era muito complicada, tinha coronel, tenente-coronel, major, 1º tenente, 2º tenente, soldado de primeira classe, 1º sargento, 2º sargento, cabo, e isso complicava a vida deles na questão salarial; e eu falava para ele mudar isso e reduzir as graduações que era de competência do Poder Legislativo, de competência do Governo. E em um desses encontros nossos no Rio Grande do Sul, nós discutimos isso e eu trouxe esse projeto de lá; e o Paulo Souto embarcou nessa aí, com o Souza Filho, através da Universidade Federal da Bahia, através do professor Emiliano, que entrou na PM e revolucionou a PM. O Souza Filho, apesar de a gente ter brigado muito, deixou uma marca muito bacana na PM; ele pensava na PM como empresa, foi um cara que fez um seminário na Casa do Comércio e fez uma festa teatral nesse seminário mostrando que era inviável a permanência do cabo e do subtenente, porque eles não tinham função.

O soldado de primeira classe e o soldado de segunda classe, o aspirante e o 2º tenente eram a mesma coisa, até que depois foi feito um estudo e provou que era interessante voltar o aspirante, mas que se voltasse com um estágio de um ano, como hoje é. Ele faz um estágio de um ano, mas pula de aspirante para 1º tenente, ele não passa por 2º tenente, então isso foi bacana. Na época, eu defendi, inclusive, a extinção do posto de tenente-coronel que não tinha, ou melhor, não tem função; o tenente-coronel, hoje, na PM da Bahia, não tem função porque hoje na Bahia nós temos Batalhão de Choque, de Guardas, 16º Batalhão (esse aqui na sede de Salvador), 12º Batalhão, na região metropolitana, que fica em Camaçari. Aí temos o nono que não é mais batalhão, é Batalhão-Escola, não é mais operacional. temos o quinto e o oitavo que é em Porto Seguro, e o sexto. Porque depois do movimento de 2001, um estudo feito pelos coronéis – que a gente não sabe nunca como é que eles perceberam isso – porque, na verdade, o movimento não surgiu por causa disso. O movimento surgiu em 2001 exatamente pelo descontentamento dos oficiais – que em uma pesquisa feita em 2001, o problema número um não era o salário (era o quinto problema, a quinta reclamação dos policiais); a primeira reclamação, quando foi feita essa pesquisa pela Universidade Federal, era o tratamento dos oficiais com os praças e o movimento surgiu exatamente pelo tratamento, pela carga excessiva de trabalho.

Isso foi questionado em 2001 e não em 1997. Os horários, o tratamento dos oficiais, a moradia dos soldados... Eu falo isso aqui, porque hoje ainda acontece isso aqui no Estado da Bahia – não sei se nos outros Estados acontecem – eu tenho quase dez anos que saí da Associação, não tenho acompanhado, às vezes quando falo, o cara da minha época já saiu. No movimento de 2001 eu participei, já não ligado à Associação. O que acontece é que na PM da Bahia, hoje, a gente não tem mais o cara que é vizinho do bandido; a gente tem o cara que é *inquilino* do bandido, que vive sobressaltado; que não pode mais colocar a farda pra secar no varal. Agora mesmo eu estou fazendo um documento para o comandante-geral, coronel Mascarenhas, pedindo a ele que interceda junto à Secretaria de Administração, que não mande mais os contracheques dos policiais militares para casa, pelo correio, porque o cara fica exposto; o correio entrega o contracheque e todo mundo sabe que o cara é polícia. Eu não moro muito bem, mas o soldado que mora na favela, na invasão, que é *inquilino* do ladrão, ele pega o contracheque e todo mundo sabe que é polícia. Me parece até que a secretaria

está modificando isso; me parece que não vem mais contracheque, não vai mais entregar, vai ser só pela internet, mas mandei um documento pro comandante e ele achou interessante, concordou comigo em relação a isso, que o contracheque não deveria vir exposto assim, deveria vir em um envelope ou coisa assim, era simples, ao invés de colocar Polícia Militar, colocava Governo do Estado e pronto.

Então, a nossa história foi contada mais ou menos assim; eu conheço as vinte e sete Polícias militares do país, todas elas, e eu não vejo nenhuma diferença de nenhuma para outra a nível de comportamento de oficiais com praças; a diferença que a gente vê é do Governo, o comportamento do Governo; tem uns que se interessam mais, que investem mais, tem outros que não investe em segurança que é o caso agora, atualmente, do Partido dos Trabalhadores que comanda hoje o Governo da Bahia; e eu votei nesse Governo. Hoje a segurança pública na Bahia está entregue às traças, hoje você não tem viatura, combustível colocam só dez reais por dia, ou melhor, dez litros por dia para a viatura ir para a rua; nós tivemos morte de policial militar no primeiro semestre do ano passado, tivemos trinta e quatro policiais assassinados nos primeiros seis meses do governo do ano passado, e nesses últimos três meses já tivemos quatro policiais assassinados e você nunca vê o Wagner chegar na televisão e falar alguma coisa a favor da PM; ele vê como são as mortes dos PMs, baleados são no mínimo três ou quatro por mês dentro de transporte coletivo; identificou que é polícia, o cara dá tiro, tem troca de tiros dentro de ônibus, é horrível. A violência hoje, na Bahia, pra você ter uma ideia, no primeiro ano de Governo do Wagner, a Polícia Militar da Bahia computou 48% dos homicídios na Bahia, e tem a ver, porque a estrutura que o Governo oferece para a segurança pública não permite o combate à violência porque você não tem viatura, combustível, efetivo. Nós temos uma Companhia da Polícia Militar, aqui, que é a única e exclusiva que trabalha, chamada RONDESP. Essa unidade tem quarenta viaturas veraneios que trabalham todos os dias; esse pessoal recebia quarenta horas extras por mês; o Governo assumiu em um dia de manhã, de tarde cortou as horas e isso desestimulou a tropa; mesmo assim, é uma tropa especializada, dedicada, são uns verdadeiros heróis, a imprensa diz isso todo dia. Eu dizia para o comandante-geral, semana passada, em um almoço no CDL, depois que ele me falou que estava preocupado com a RONDESP porque recebia comunicado do Comando do coronel Eleotério, três ou quatro autos de resistência da delegacia da RONDESP, e eu disse que era melhor ele receber isso do que receber a morte de um policial da RONDESP e o dia que ele mexesse nela ele também ia junto com ela, porque ele sabe que a RONDESP é que segura o comando dele, e ele disse que nesse aspecto eu estava certo. Porque quem segura hoje a segurança pública na Bahia é a RONDESP, porque as viaturas convencionais recebem dez litros de combustível, não tem efetivo nas Companhias; tem Companhia de Polícia Militar, aqui na Bahia, que tem o efetivo de cem homens para cobrir um bairro onde moram cinquenta mil pessoas, por exemplo. Subúrbio Ferroviário são quatrocentas mil pessoas, é uma cidade dentro de Salvador; as Cajazeiras têm quinhentas mil pessoas, é uma cidade, como Feira de Santana e tem uma Companhia de Polícia que tem cento e oitenta homens, então tudo isso é em decorrência de que tanto a Associação dos Sargentos como a nossa Associação de Cabos e Soldados esqueceram da história, da luta; a diretoria, hoje, é uma diretoria totalmente descomprometida com a categoria; morre policial aqui e nem no enterro os caras vão; agora, recentemente, mataram aquele PM eu fui no enterro, e os caras fizeram "vaquinha" para comprar uma coroa de flores. No meu tempo não tinha isso, no meu tempo já vinha com aquilo pronto porque a gente mandava a funerária fazer, fazia tudo e depois a gente pagava a conta, não que isso seja grande coisa, mas essas coisas são uma atenção especial.

Na nossa gestão na Associação nós construímos o clube social, sem ajuda do Governo João Durval que nos negou o terreno na época, mas nós compramos o terreno e fizemos o clube social, o número de associados aumentou, eu saí da Associação em 2000 e deixei lá sete mil duzentos e vinte e oito associados; e eu peguei com novecentos e quatorze. Deixamos um clube social. Ambulância na Associação, que hoje não tem mais, venderam. O comprometimento é horrível hoje, a Associação não tem crédito hoje.

Nesses movimentos, eu recebia vários comunicados para segurar a tropa, não deixar saírem. Em 1997, todo mundo sabia a família de quem que era que estava ali acampada. Teve um movimento lá no acampamento e eles mandaram um oficial, o Capitão Lobão, ir lá e pegar quatro esposas de policiais e levar

para conversar com o comandante-geral para desacampar. Eles faziam isso, paralelamente, para desarticular o movimento; isso era de praxe, ameaças contra a minha integridade física foram várias, eles não aguentaram porque mexeram com minha vida de todo jeito.

Em 1997, nós saímos em passeata com nossos familiares e depois acampamos na porta do Comando-Geral. A passeata saiu da Praça Municipal e seguiu rumo ao Comando, que fica na região do Campo Grande. Quando a tropa chegou à Avenida Carlos Gomes começou a diminuir o número de pessoas, porque estava se aproximando do Quartel – ficaram os nossos familiares, principalmente as esposas. Já tinham oficiais envolvidos no meio, tudo montado, e as esposas ficaram lá. O Batalhão de Choque isolou a frente do Comando-Geral, eles não se envolveram no movimento; o Exército não chegou a vir pra cá em 1997, só em 2001. Não teve negociação. Em 2001 eu não era da Associação, mas acompanhei esse movimento todo, participei de 90% das reuniões; me recordo que teve muita fantasia política na época, o Governador Wagner bancou esse movimento. Foi um movimento mais político do que voltado para a categoria, porque o PC do B foi quem bancou esse movimento todo. PC do B botou carro de som, trio elétrico na passeata que saiu do ginásio dos bancários até a Castro Alves; os carros que faziam os movimentos dos quartéis de noite parando os quartéis, invadindo os quartéis para parar. Em 1997, foi só a Associação, panfletos, os oficiais tentando segurar, alguns incentivavam, outros faziam a parte deles por fora. Agora, em 2001, foi um movimento muito mais político porque tinha o Nelson Pelegrino por trás, tinha a Alice Portugal por trás, a Moema que hoje é prefeita de Lauro de Freitas. Esse povo que está no Governo, todos foram os que na época fomentaram o movimento de 2001 e o PC do B foi o carro-chefe porque bancou isso, bancou imprensa pra isso, a imprensa noticiou.

Foram treze dias de greve: começou dia 05 de junho e terminou dia 18, depois de várias negociações. Eu não concordo muito que muita gente diz, hoje, que algumas coisas que conseguiram foi por causa do movimento; primeiro, porque não se conseguiu nada no movimento, eu não vejo nada conseguido. O que conseguimos no movimento de 2001, por exemplo, mudamos o comportamento dos oficiais porque teve oficial que tomou porrada no movimento; os praças deram porrada e botaram pra fora. O coronel mais bravo, mais Caxias, mais sistemático que a polícia tinha, o Adelson Guimarães, que era comandante do Corpo de Bombeiros, um soldado botou ele pra fora, tomou o comando dele e colocou ele pra fora, mandou ele pegar o carro dele e ir embora porque o quartel estava tomado; ele com, um grupo de encapuzados, tomou o quartel e ele teve que sair; foi embora e assumiu o comando dos bombeiros; quem estava dentro, só quem saiu de oficial foi ele, os outros todos ficaram presos dentro dos bombeiros, não saía nem entrava ninguém, todo mundo armado e com disposição, e quem estava na porta era Nelson Pelegrino, Moema, Jaques Wagner e companhia limitada; então teve essa sustentação política por trás de tudo.

Tiveram algumas coisas que foram interessantes, por exemplo, isso quebrou um tabu muito grande dos oficiais que se achavam que eram tudo e que na verdade não são, porque aquele tempo da ditadura já passou. Hoje, você não resolve mais nada no peito como os oficiais resolviam, na porrada, na cadeia, no regulamento, isso foi uma boa lição, mas eu não concordei muito com o movimento de 2001 no aspecto de, por exemplo, nós tivemos no 8º batalhão companheiros que foram proibidos de saírem do quartel: soldados, sargentos, praças também. Oficiais que estavam apoiando movimento, por trás, e que eles deram porrada nos caras, tomaram armas, deram pancada nos caras e eles estavam apoiando. Ficou muito ressentimento da época e esse ressentimento está vivo hoje na corporação. Apesar de estarem encapuzados, muita gente foi identificada, esse ressentimento está vivo na corporação até hoje. Estamos pagando por esse ressentimento até hoje, porque os oficiais da época, até os coronéis da época, muitos deles, inclusive, já foram para a reserva, como o ex-comandante geral da época, que era o Jorge. O Santana, foi embora, terminou sendo preso em flagrante, agora, mas esse ressentimento está hoje vivo na corporação. Mas os oficiais têm medo, hoje eles têm medo dos soldados.

Hoje a tropa da Polícia Militar da Bahia se segura no discurso, na conversa, no diálogo, só negociando; se criou uma base de negociação. Essa foi a grande vitória. Agora dizer que se conseguiu algo de benefício salarial, não se conseguiu; os salários continuam a mesma coisa ou pior. Em 1997, nós ganhamos uma lei, a

Lei da GAP, que escalonava em cinco níveis, e se o Governo tivesse cumprido, a gente tinha ganhado, só que o Governo cumpriu até o terceiro nível e do terceiro pra frente não pagou mais. Está parado até hoje, mas se paga a gente ganha, porque esses níveis aumentavam muito, mas só que o Governo regulamentou isso até o terceiro nível e o quarto e o quinto estão pardos até hoje, e esse governo que está aí, que tanto criticou isso, até hoje não regulamentou também e está entrando no terceiro ano de governo.

Agora, nós mudamos muito e essa que é a verdade; e a gente tem uma participação importante nessa questão, não só eu como vários companheiros, inclusive oficiais, porque nós conseguimos quebrar alguns paradigmas que a Polícia Militar tinha; umas coisas ruins que a Polícia Militar tinha. Era muito difícil falar com o coronel. Então, hoje, as coisas mudaram muito, o comportamento dos oficiais foi muito modificado, aqueles encontros que o Souza Filho fazia através da Universidade Federal da Bahia com um grupo de professores em vários quartéis, promoveram seminários questionando a própria estrutura da Polícia; e o Souza Filho começou isso pelos oficiais, eu nem deveria estar falando do Souza Filho, porque foi ele quem me demitiu, foi quem me puniu, mas eu não deixo de reconhecer que a visão que ele tinha era da Polícia tendo um funcionamento como uma empresa; e ele dizia que se a gente não conseguisse mudar a cabeça dos oficiais, como iríamos adestrar essa tropa para fazer uma boa prestação de serviços à comunidade? Se os oficiais são os que passam as informações e passam dessa forma, nós temos que mudar os caras primeiro. E realmente, os seminários que ele fez, os professores da UFBA que ele jogou dentro da PM, que muita gente questionou, as peças de teatro que ele fez pela PM, os encontros que ele fez na PM, os seminários que eram muitos, eram por turma, tinha turmas de duzentos, trezentos, espalhados nos núcleos das universidades. O Curso de Aperfeiçoamento de Oficial, o CAO, passou a ser na universidade federal na época; agora que voltou pra academia. Então era um cara que tinha uma visão ampla do tanto que a Polícia Militar podia crescer, podia avançar, e avançou muito, essa que é a grande verdade. Agora, é muito pouco pro que a gente pensa, porque a estrutura de governo é assim, o Governo não faz investimento na segurança pública. Eu me lembro do projeto de Hélio Bicudo quando a gente começou a discutir desmilitarização. A gente foi à Brasília e discutiu. Depois de Hélio Bicudo surgiu a Rita Camata lá no Espírito Santo e reapresentou o projeto, já no novo modelo, que já não era mais a desmilitarização e sim uma unificação do sistema de defesa social como um todo.

A Associação Nacional, ANERCS, surgiu para discutir a proposta de unificação das polícias (civil e militar); quem era contra a desmilitarização na época era São Paulo, e no Rio Grande do Sul a brigada militar resistia a isso horivelmente. Em Minas Gerais também tinha uma reação; agora, aqui no nordeste, todo mundo era a favor da desmilitarização, mas em São Paulo o Cabo Wilson reagia a isso horivelmente.

Aqui a gente tinha um Hospital da Polícia Militar. Temos o Colégio da Polícia Militar que é um bom colégio, o terceiro no ranking. Hospital a gente tinha no Governo de Imbassaí ele fechou; ficou quatro anos fechado e depois reabriu, mas já com um plano de saúde, o mesmo hospital; teve uma reação que não resultou muita coisa, está lá aberto mas funciona precariamente.

O Wilson de São Paulo incorporou a ideia dos coronéis de que você tem uma PM com oitenta e seis mil homens armados sem ter o efetivo controle da estrutura militar, ele acha que isso não funcionaria, ele acha que seria uma coisa muito solta. Aí, quando veio a discussão de Rita Camata, queria saber como unificar, quem iria engolir quem; falava que o bicho maior ia engolir o menor, aí vinha a reação do delegado, o que fazer com os delegados, colocá-los na estrutura do judiciário? Que é tudo que eles sonhavam e até hoje sonham. E os agentes, fazer o quê? Colocá-los na estrutura da justiça? Nos presídios? E quem toma conta da delegacia? Então essa discussão não avançou muito, o Lula que defendia muito isso de desmilitarização, quando assumiu o Governo tirou a desmilitarização, a unificação, e hoje só fala em integração da Polícia. Isso de integração não existe. Aqui ainda é separado: o Comando da Polícia é o Comando da Polícia; e o da Civil é o da Civil. Agora o serviço de comunicação a PM não tem mais, é da Secretaria de Segurança Pública que hoje é chamada de CENTEL, mas nada de integração. Essa CENTEL pegou o pessoal do REDA que é uma seleção pública, que não é um concurso público; é uma maneira de o Governo nomear quem ele quer. Porque no outro governo era indicação mesmo, não era seleção pública. Esse fez uma seleção pública e está tirando os policiais militares do

serviço de comunicação e de alguns órgãos da Polícia Militar e botando esse pessoal para trabalhar. Agora, imagina se pega uma pessoa que não sabem se tem antecedentes criminais e colocam em um serviço de comunicação onde se registram todos os fatos que ocorrem dentro do Estado da Bahia e essa pessoa toma conhecimento. Quem atende lá nesse serviço são pessoas que não têm conhecimento nenhum, não sabem nem o que é polícia. REDA é um processo seletivo que o Governo tem que não é concurso público, são quatro anos e até logo e muito obrigado, não tem compromisso nenhum daquilo.

3.4 SOLDADO ALFEU (ALFEU JORGE PEREIRA)

Acervo da autora, abr. 2009.

Entrevista com Soldado Alfeu (Alfeu Jorge Pereira), integrante do movimento grevista dos praças da Polícia Militar da Bahia, ocorrido na cidade de Salvador, no ano de 1997. A entrevista foi realizada no dia 8 de abril de 2009. Soldado Alfeu ingressou na corporação em 1976. Foi diretor da Associação dos Cabos e Soldados da PMBA. Durante a entrevista, afirmou seu papel na diretoria da Associação durante o movimento de 1997.

Nós convocamos os familiares dos policiais militares e acampamos em frente ao quartel do Comando-Geral da Polícia Militar durante oito dias. Acampamos com barraca e tudo, com as esposas e os familiares...

Sou filho de servidor público municipal e dona de casa. Nasci no dia 17 de novembro de 1955, aqui mesmo na cidade de Salvador. Fui criado em um bairro popular, conhecido como Bairro do IAPI, na Avenida Progresso. Somos oito irmãos; o único militar sou eu mesmo. Servi ao Exército com 17 anos. Ingressei na Polícia Militar no dia 8 de março de 1976, com 20 anos, e lá ficou a minha juventude - dentro da PM.

Fiquei seis meses como recruta. Após a formação como soldado, fui transferido para servir na Companhia de Choque que havia sido recém-criada. Servi no Choque por quatro anos. A Companhia de Choque foi criada no dia 2 de fevereiro de 1975, uma das primeiras do país. Logo depois desse período de quatro anos no Choque eu fui transferido para o Gabinete do Governo, onde trabalhei na segurança do governador por oito anos, nas gestões do Governo Antônio Carlos Magalhães e João Durval Carneiro.

Tenho muitas lembranças dos abusos no período de formação no Batalhão de Choque. A minha primeira punição foi em 1978, com dois anos de PM, porque casei sem a permissão do meu comandante. Eu fui punido com quatro dias de prisão porque casei sem permissão. A Polícia Militar só daria permissão a partir dos três anos e eu só tinha dois anos de corporação. Eu me casei no dia 27 de maio de 1978 e fui recolhido ao xadrez do 5º Batalhão por quatro dias por não pedir permissão para casar! Foi a primeira punição que eu tive dentro da Polícia Militar, isso era comum aqui na Bahia. Eles descobriram porque à época o Governo dava uma gratificação de 20% de auxílio-moradia para quem era casado, então como o salário do PM sempre foi muito ruim, eu precisava desses 20% e dei entrada nos papéis, reivindicando essa gratificação. Mas eles descobriram que eu tinha casado sem permissão e eu fui punido.

Nós não tínhamos direito a férias, não tínhamos direito a dispensa médica. A primeira greve de ônibus que teve aqui no Estado da Bahia foi em 1978 e eu fui vítima de um incidente de tiro; eu fui atingido, e foi estourado meus tímpanos e eu tenho hoje uma deficiência na vista justamente por esse incidente. Não me lembro bem a data, mas foi no ano de 1978. Como eu era da Companhia de Choque, que hoje é Batalhão de Choque, eu fui atingido pelo disparo que foi feito de um armamento que é muito conhecido. Quem conhece a tropa de choque conhece esse armamento, que é o lançamento de bomba de gás de alta precisão; isso é para atingir edifícios de alturas grandes e eu fui atingido por estilhaços que foram deflagrados pelo então tenente na época, Sigfrid Keiser, que hoje é coronel da Polícia Militar. A tropa de choque aqui nasceu especificamente para conter esses movimentos grevistas; ela é uma dissidência do serviço de radiopatrulha e foi criada com a

especialidade para distúrbio civil, controle de tumultos e essas ações. Após esse incidente, eu passei cento e vinte dias afastado e quando retornei fui submetido a todos os treinamentos, mesmo àqueles que não tinha condições, que até hoje eu tenho problema pequeno de audição e de visão, e fui submetido a todos esses treinamentos, aqueles treinamentos que eu não tinha condições de praticar. Eu era punido, eu tenho mais três ou quatro punições e, inclusive, isso interferiu na minha reserva há quatro anos atrás, porque eu não tinha condições mesmo, mas eles não consideravam; chegou a ponto de eu não aguentar o regime do Choque e pedir o meu licenciamento da Polícia Militar; e foi quando, então, o ex-comandante do Choque – eu me dirigi ao quartel do Comando-Geral para entrar com esse requerimento pedindo o meu desligamento e encontrei com o mesmo e ele me perguntou o que eu estava fazendo ali e eu disse que a minha intenção era pedir o meu licenciamento por não ter condições mais de servir ao Batalhão de Choque. Ele tinha sido comandante do Batalhão de Choque e tinha sido transferido para o gabinete do governador, e por ele achar que eu era um bom policial, ele me levou para trabalhar junto a ele, sob o comando dele no gabinete do governador. E aí foi justamente onde me despertou para as crueldades que eu via dentro do Governo, que eles não tinham nenhuma sensibilidade com a Polícia Militar. Eu não me refiro apenas aos soldados, cabos e sargentos, mas sim a todos os componentes da Polícia Militar. Eles não tinham nenhum compromisso.

O Governo não tinha nenhum compromisso com o policial militar. O Governo vai à imprensa e diz que vai investir na Polícia e aí se sai bem. Quando a Polícia está bem, o Governo vai pra televisão, pra imprensa e diz que a Polícia Militar está bem porque ele está investindo nela. A Polícia Militar serve de palanque para os governos que aí estão. Eu fui convidado, naquela época, pelo Cabo Pires, presidente da Associação, para fazer parte da diretoria da Associação e eu aceitei. Aceitei porque eu achava que eu, defendendo a Polícia Militar, não estava indo contra o Governo; eu estava, sim, ajudando o Governo porque o que nós queremos é uma Polícia Militar eficiente, uma Polícia Militar que saia para trabalhar e dê realmente segurança pública para a sociedade que nos paga, e não uma Polícia Militar que se venda, uma Polícia Militar que venha a se corromper, que vai trabalhar sem nenhum entusiasmo; faz uso da farda para cometer outros delitos. Então, na verdade, o nosso objetivo era fazer com que a Polícia Militar venha realmente a funcionar, essa é a nossa intenção, então eu pensando comigo que se eles achassem que eu, por fazer parte da Associação, não teria condições de servir ao gabinete, que me mandassem de volta para o meu quartel. Eu nunca tive medo de trabalhar no quartel. Nessa parte, eu só vim fazer parte da Associação. Na verdade, eu já tinha saído do gabinete do governador, estava trabalhando na Câmara de Vereadores; eu trabalhei na casa militar do governador de 1980 a 1988 e de 1988 até janeiro de 2009 eu trabalhei na Câmara de Vereadores, e agora estou na reserva.

Mesmo antes de fazer parte da diretoria da Associação, eu já tinha feito alguns movimentos; eu fui um dos primeiros que participei da primeira greve que a Polícia Militar fez, que foi em 1978. Não foi uma greve de sair às ruas, mas foi um movimento, foi um aquartelamento que foi feito que foi o pioneiro, foi o 7º Batalhão da Polícia Militar; foram excluídos setenta e sete policiais só do 7º Batalhão naquela época, depois voltaram pelo poder da justiça e aí veio o de 1981 que foi feita por um grupo de oficiais; a de 1978 foi feita por oficiais e praças; em 1981 foi feita pelos oficiais, liderados pelo 6º Batalhão, na época, e atingiu as outras unidades aqui em Salvador como o 6º, o 7º, o 8º, o 5º Batalhões, mas não teve êxito, foi um movimento fraco, e depois de 1981 veio o de 1989. Eu participei de todos os movimentos; só do de 1981 que não, porque foi só dos oficiais; a de 1989 nós participamos; eu trabalhava ainda no gabinete do governador, mas eu fazia parte (inclusive tenho fotos da época, tenho foto minha com Genivaldo – ele foi excluído e eu não, em praça pública). Em 1989 foram feitas assembleias no auditório do DPT (Departamento de Polícia Técnica), que foi liderada pelo sargento Carneiro, na época, e de lá nós saímos em passeata até o Campo Grande e Piedade. Saímos do auditório e fomos para lá; o objetivo dessa passeata era chegar e tomar os módulos que tinham naquela área e as viaturas. Nós fomos contidos pela tropa de choque, onde houve um pequeno confronto. A tropa de choque da própria polícia. Isso foi na Praça do Campo Grande, entre o Campo Grande e a Piedade que são próximos; houve feridos, mas nenhum ferimento grave, só ferimentos de bomba de efeito moral, isso em 1989. Aí de 1989 veio ali 1997. O de 1989 não foi a Associação que chamou o movimento, foi um grupo de policiais

descontentes, liderados pelo Sargento Carneiro, hoje falecido, que foi uma vítima também da Polícia Militar, tem uma história de luta muito grande, ele foi excluído, foi preso.

Nesse movimento teve essas exclusões, mas todos voltaram pelo poder da justiça; não tive punição, a minha punição foi aquela punição interna, eles acharam que eu trabalhava em um local que eu era beneficiado e que eu não deveria participar, mas eu tinha a minha convicção de que eu deveria participar. Eu trabalhei diretamente com o Antônio Carlos Magalhães, eu era homem de confiança dele e eu sempre dizia que eu estava ali não fazendo um movimento contra o Governo, mas, sim, a favor da sociedade. Mas a briga era diretamente com o Governo, mas eu achava que aquela insensibilidade que o Governo tinha com a Polícia, como o governo atual continua tendo, não modificou nada, modificou só o rótulo, porque o conteúdo continua o mesmo. Não era um tratamento compatível com os policiais militares porque você ser obrigado a trabalhar vinte e quatro horas em um quartel, você ser obrigado dentro das suas quarenta e oito horas de folga que naquela época eles não cumpriam a carga horária; dentro dessas quarenta e oito horas você ter que dar mais vinte e quatro horas pra você buscar o complemento do sustento da sua família, ou então como teve muito colegas que eu presenciei, de filhos de companheiros nossos, trabalhando em esquina de sinaleira para buscar a complementação de seu sustento; eu, como nunca quis isso para os meus filhos, eu dava vinte e quatro horas no quartel e dava vinte e quatro horas no conhecido “bico”; fazia o “bico” para buscar o sustento da minha família, então eu não achava que aquilo era um tratamento adequado para os policiais militares; então o que me adiantava eu estar trabalhando no gabinete do governador se eu estava trabalhando lá porque eles acreditavam no meu serviço e quando eu estava de serviço, eu estava de serviço, eu estava ali na defesa do governador e quando eu estava na minha folga, eu estava na minha folga e tinha o direito de escolher o que eu ia fazer, então eu nunca abri mão disso aí, e hoje eu tenho o reconhecimento de vários companheiros nesse sentido. Passei seis anos na diretoria da Associação dos Praças, hoje é a Associação dos Policiais Militares, já é o terceiro nome, já mudou a denominação por três vezes, mas continua no mesmo local.

Em 1997, o movimento que foi liderado pelo Cabo Pires, presidente da Associação. Contamos com o apoio da imprensa, principalmente do jornal A Tarde, que noticiou as nossas reivindicações. Nós convocamos os familiares dos policiais militares e acampamos em frente ao quartel do Comando-Geral da Polícia Militar durante oito dias. Acampamos com barraca e tudo, com as esposas e os familiares. Eram mais de duzentas pessoas acampadas, revezavam e tudo mais; pra se ter uma ideia, nós levamos de caminhão, já tinham oficiais envolvidos. Nós nunca participamos de movimento nenhum com outra categoria, sempre os movimentos nossos foram feitos somente por policiais militares. Nós pagávamos carros de som, não tivemos nenhuma ajuda. Em 2001 foi diferente, mas em 1997 não. Em 2001, o PC do B bancou tudo, inclusive na época desse movimento eu me encontrava com carro de som no 6º Batalhão, e fui colocado pra fora de lá. Na época, o comandante do 6º Batalhão, coronel Muller, me pôs pra fora de lá porque eu estava fazendo uso da palavra para convencer os nossos companheiros de que aquele movimento era um movimento justo, um movimento que tínhamos que fazer porque não era aceitável o tratamento que o Governo estava disponibilizando para nós, policiais militares. Então foi uma maneira de convencer os nossos companheiros a participarem. O acampamento só foi feito com os familiares. O mês desse movimento, eu não lembro ao certo, mas foi antes do movimento de Minas Gerais. O movimento de Minas, eu acredito que foi logo depois desse movimento nosso. Nosso movimento deve ter acontecido em março ou abril, por aí, e logo em seguida que foi feito o movimento de Minas Gerais, eu me lembro muito bem que a gente se comunicava com o Cabo Júlio e ele dizia que a Polícia Militar de Minas estava atravessando uma situação não tão ruim quanto a nossa, a nossa era ainda pior.

O nosso movimento só foi interno, foi da Polícia Militar da Bahia, mas devido a gente fazer parte da Associação, nós tínhamos criado recentemente a Associação Nacional de Cabos e Soldados da Polícia Militar que ficou sediada no Rio Grande do Sul, se eu não me engano, aliás, o presidente era do Rio Grande do Sul, mas a sede começou em São Paulo, era itinerante, mas o primeiro ano após a criação ficou em São Paulo. E houve uma participação nossa aqui da Bahia, nós, inclusive, criamos a Comissão de Direitos Humanos porque se fala muito de direitos humanos contra a Polícia Militar. A favor da Polícia Militar, os direitos humanos nunca foram

aplicados, e esse movimento de 1997 teve todo o aparato, teve passeatas, usávamos a família dos policiais, os PMS, não porque não podemos participar de passeatas, nós aquartelamos, fizemos um movimento aquartelado com os familiares, houve a interferência, lógico, toda a coordenação foi feita pela Associação na época. Houve punições, inclusive a exclusão do presidente da Associação, Cabo Pires, que na época foi excluído e passou quase dois anos fora da corporação e houve outros companheiros, eu não me lembro bem quantos foram, teve o pessoal de Ilhéus, que a diretoria da Associação de lá foi toda excluída, todos os diretores; lá também não aconteceu nenhuma passeata, só aquartelamento, e durante esse aquartelamento sempre tem uma pressão dos oficiais, principalmente do Comando, que sempre pressiona, mas esse movimento foi feito com toda programação. Quando nós fazemos um movimento dentro da corporação, nós não fazemos um movimento por fazer, nós fazemos um movimento por não estar aguentando mais a situação. A Polícia Militar da Bahia é um dos piores salários que temos no país, então chegamos a uma situação que não aguentávamos mais: ou você vai ou não tem jeito, você está num mato sem cachorro, sem gato, sem nada; nós tínhamos que partir pro pau, essa é a última da última instância que nós chegamos.

As reivindicações eram mais salariais e de condições de trabalho que continuam as mesmas; hoje nós estamos vivendo a mesma situação e não vai ser novidade se a Polícia do Estado da Bahia parar. O Governo, nessa época, não abriu, aliás, nunca abriu diálogo com os policiais militares; eles usavam da força dos oficiais para querer nos conter, mas nós íamos à luta porque nós tínhamos esse objetivo de defender a Polícia Militar. Foram oito dias que ficamos aquartelados, mas o que aconteceu no oitavo dia foi que nós perdemos as nossas forças, não tínhamos mais condições de ficar mais em movimento porque tivemos apoio da imprensa, mas uma coisa muito restrita. Noticiavam, mas era uma notícia com um descrédito muito grande do movimento – que foi o que causou o descrédito da imprensa em 2001. Foi o que causou aquele movimento: o descrédito do Governo que dizia na imprensa que não existia greve dentro da Polícia Militar e chegou aonde chegou. Na verdade, a nossa imprensa é muito parcial, ela não tem o interesse de divulgar um movimento desses, principalmente da Polícia Militar, e a imprensa era do Governo; o Governo tinha uma força muito grande sobre a imprensa, dominava a imprensa; então não tinha como ter o apoio deles; não teve nenhum chamado. Quando veio o movimento de 2001, aí veio um movimento mais preparado, no sentido de parar. Alguns participantes do movimento de 2001 eram os mesmos de 1997, porque hoje nós temos a Associação nossa, nem ela mesmo acreditava; o movimento foi crescendo através da comunicação e do desespero dos policiais militares que era grande na época e continua sendo; estamos sendo massacrados por esse governo que aí está instalado. E esse movimento de 2001 foi justamente isso, foi como se fosse um grito de liberdade, nós tínhamos que gritar porque a situação não era fácil, como não está sendo hoje também. Houve passeatas.

Eu nunca usei desse artifício de capuz, sempre as entrevistas, todos os movimentos que participei, participei fardado como policial militar; eu não condeno quem acha que deve ser usado desse artifício, mas eu não uso. Houve violência porque houve um descrédito muito grande por parte do governo; foi o Governo que incendiou a greve, o único incentivador da greve de 2001 foi o Governo do Estado da Bahia, a culpa de 100% daquele movimento foi do Governo, sem dúvida nenhuma, porque o Governo sempre achava que tinha o Comando da Polícia Militar nas mãos e não respeitava de jeito nenhum os direitos dos policiais militares; como eu falei, eu fui punido com quatro dias de prisão porque me casei. Nós fomos as maiores vítimas da ditadura; até a Constituição de 1988 nós não tínhamos o direito de voto, nós não éramos cidadãos e ele vai dar ouvido a quem? A quem é cidadão ou a quem não é cidadão? Nós não éramos eleitores e passou-se o período da ditadura. Em 1988, a Constituição deu o direito de voto aos policiais militares, mas os governos não reconheceram isso, como até hoje não reconhecem. A Polícia Militar para eles é uma insignificância, não sabendo eles que a Polícia Militar é uma instituição muito importante dentro da sociedade.

Nesse movimento de 2001, eu não participei fazendo parte da diretoria da Associação, eu não era mais diretor de lá, então eu não sei se houve intervenção de partido político. Hoje, a Associação são garotos de recado do Governo, não se tem nenhuma participação em defesa da nossa categoria; eles se negam até mesmo a falar alguma coisa que diz respeito aos policiais militares; eles não têm nenhum compromisso com os

policiais militares; a Associação hoje, praticamente, só existe no papel, não existe no sentido de defender a categoria.

Eu acredito que a desmilitarização é a saída para a polícia, eu sou a favor, aliás, mas não acredito, porque hoje a Polícia Militar é uma base de estrutura do governo, e o governo do Estado é o comandante supremo da Polícia Militar e não vai perder essa condição de ser comandante supremo da Polícia Militar para desmilitarizar a polícia. Com certeza, com a desmilitarização nós vamos ter mais direitos... direitos de greve, respeitando e sendo serviço essencial, aquilo que diz a Constituição, mas nós vamos ter mais direito porque hoje na verdade nós temos o direito de aquartelamento; não temos direito de greve, quando chega a esse ponto é na base do desespero.

Os movimentos valeram a pena, mas nós ainda não temos nenhum reconhecimento por parte do Governo. Pra se ter uma ideia, já chegando à época de agora, o Governo do Estado da Bahia anunciou em fevereiro que ia dar um aumento de 5% aos policiais militares, mas o aumento que eles fizeram foi o seguinte, por exemplo, eu que sou 1º sargento, no mês de janeiro tinha uma gratificação de quinhentos e quarenta e sete ponto trinta e dois; no mês de fevereiro esse percentual diminuiu para quinhentos e quatorze e cinquenta e nove, esse é o aumento e o tratamento que o Governo do Estado da Bahia está dando ao policial militar. Então, quando a Polícia Militar faz um movimento, não estamos fazendo um movimento contra o Estado da Bahia, estamos fazendo um movimento em defesa da Polícia Militar, porque nós queremos uma Polícia Militar eficiente, que dê serviço, que preste serviço à sociedade. Agora, o que o Governo do Estado está fazendo conosco, policiais militares, isso não tem cabimento. Não tem ninguém que levante a voz pra nos defender, isso é um absurdo, eu perdi minha gratificação aqui em mais de 30%, isso é direito adquirido que o governador mete a mão no meu bolso. O governador está metendo a mão no meu bolso e eu não posso ficar calado porque se eu ficar calado o que vai acontecer é que vou deixar de levar pão para os meus filhos. E não tem nenhuma movimentação das associações, os movimentos que estão tendo são movimentos isolados porque eles só podem calar a minha voz de uma maneira e eles sabem qual é essa maneira. Fora isso, eles não vão me calar, o governador mandou uma mensagem para a Assembleia Legislativa, pedindo à Assembleia Legislativa direito; eu tenho trinta e três anos de Polícia Militar. Pra ter o direito de nos excluir, depois que nós já estamos na reserva, de dar trinta e três anos de contribuição, e a Assembleia Legislativa com a eficiência que ela tem, ela aprovou esse projeto do Governo. Direito de excluir após a nossa reserva. O Governo do Estado da Bahia quer isso, todos os absurdos que podem acontecer, na Bahia tem precedência; esse governo que não tem compromisso nenhum com a Polícia Militar. Está surgindo agora um movimento muito forte, inclusive com a participação dos oficiais que antes ficavam quietos, mas agora estão atingindo não só os praças, como os oficiais, porque isso que aconteceu na minha gratificação, aconteceu também com a gratificação dos oficiais.

No Legislativo nós temos um representante, diz ele ser representante, que é um Capitão da Polícia Militar, o Capitão Tadeu, que a primeira oferta que o Governo deu a ele, ele se rendeu. Praça nós não temos, nenhum, por causa falta de cultura, falta de consciência política. Pires, que participou de todos os movimentos, foi candidato a vereador, e deixaram de votar nele para votar em oficial; e votaram nesse oficial porque ele fazia parte do serviço social, então quando o policial morre, o funeral dele já está pago, mas ele usava isso como benefício, então ele era o salvador da pátria e se elegeu com isso aí. E mesmo com toda essa história de luta na Bahia, praça não vota em praça. Já votou, mas não vota mais. No movimento de 2001, elegeram um sargento que foi horrível, que não fez o que prometeu; teve um sargento antes desse também, o Jonas, que foi horrível, então há uma certa decepção. O Sargento Isidoro era liderança no movimento de 2001, e saiu candidato também. Do movimento de 1997, o Pires saiu candidato em 1998, mas em 1998 foi eleito Tadeu, que nunca participou de movimento nenhum; quem participou do movimento foi o irmão dele, o Capitão Fernandes, que hoje está fora da corporação, é procurador do Estado. Aqui na Bahia não temos um representante no Legislativo, o que é importante; o que acontece é como nos casos do Capitão Tadeu e do Sargento Isidoro, que são eleitos pelo movimento de 2001, o Jonas Alves e depois que eles se elegem, eles dão declarações que foram eleitos pela comunidade e não pela PM; então, na verdade, não se tem uma

representação, a representação é feita por nós mesmos, uma luta incansável, mas que nós vamos continuar; isso aí nós não vamos nos calar de jeito nenhum, nós vamos fazer denúncias.

Com relação à Polícia Civil, existem diferenças, mas tem diminuído; a gente tem tido um outro tratamento, mas ainda existe aquela separação de eles serem policiais civis e nós sermos policiais militares; nós batemos continência e eles não, então existe essa diferença, mas os movimentos continuam separados; em 2001 juntou, mas eles não participaram. Agora é esperar ver se eles vão cumprir o que diz o Estatuto da Polícia Militar, porque já estou na reserva tem cinco anos e é esperar e lutar pra reforma.

3.5 SARGENTO DELGADO (JOSÉ DELGADO DE ALMEIDA)

Acervo da autora, jan. 2009.

Entrevista com Sargento Delgado (José Delgado de Almeida), integrante do movimento grevista dos praças da Polícia Militar do Mato Grosso, ocorrido na cidade de Cuiabá, no ano de 1997. A entrevista foi realizada no dia 21 de janeiro de 2009. Delgado ingressou na corporação em 1983. Foi presidente da Associação dos Cabos e Soldados da PMMT. Enfatizou o seu papel como líder do movimento dos praças de 1997.

Em 1997 a adesão foi grande, nós da associação convocamos uma assembleia-geral, mas já havia movimento nos batalhões porque o pessoal já estava sabendo do movimento de outros Estados...

Sou de Santo Antônio do Leverger, município do Mato Grosso. Nasci no dia 11 de fevereiro de 1963. Minha mãe é do lar, agricultora, nós temos como herança da família uma casa na beira do rio; temos essa casa até hoje. Ela já faleceu, mas ainda existe esse espaço que ela deixou para nós. Somos cinco irmãos, quatro homens e uma mulher. Nós viemos para Cuiabá, acho que no ano de 1967 ou 1968, não me recordo agora, veio a família toda.

Antes de entrar para a corporação eu trabalhei em uma distribuidora de doces, primeiro no atendimento, depois fui para vendas, tinha que trabalhar de terno, mas aí logo eu já entrei pro Exército, prestei serviço militar, servi no 44º Batalhão, no ano de 1982. Eu gostava das cerimônias e dos valores de hierarquia e disciplina dos militares. Eu achava tudo muito bonito, pois eu era de uma família humilde. Um momento importante foi o primeiro aniversário que comemorei. Por ser de família pobre, eu nunca tinha comemorado. Todo mês o comandante do batalhão reunia os aniversariantes do mês. Eles chamavam apenas aqueles que iam fazer aniversário e levavam ao refeitório. Lá a banda tocava parabéns; tinha até bolo. Eu nunca me esqueço, foi muito importante para mim.

Eu servi à Polícia Militar porque eu já gostava do trabalho que ela fazia, eu a via trabalhando, então eu tinha uma vontade, um desejo de servir. Daí, fui para o Exército e também gostei, saí bem de lá, sem problema nenhum. Não tenho problema com disciplina e hierarquia, me adaptei bem, aí saí e fiz as provas e entrei para a corporação. Ninguém da minha família foi ou é militar, eu sou o único que entrei. Entrei em 1983, dei baixa, fiquei só um tempo, fiz as provas e já fui pro batalhão, e já fui fazer o curso de soldado que durou seis meses. O treinamento no curso de soldado da Polícia é diferente do Exército, mas dentro do militarismo mesmo, um treinamento muito militar, mas mais voltado para as questões internas, dia-a-dia, abordagem, revistas, aulas de direitos humanos, legislação, tudo voltado para aquele serviço que iríamos fazer mesmo. Após esse tempo de curso, eu voltei para o mesmo batalhão. O batalhão onde eu mais trabalhei foi o de guardas, que era e ainda é o responsável pelo serviço de presídios, pela guarda dos presídios, guarda do Palácio do Governo, só que eu nunca trabalhei no Palácio do Governo, sempre fiquei dentro do Batalhão de Guarda, trabalhei o maior tempo em presídios, mas trabalhei também no 1º Batalhão: serviço ostensivo. Trabalhei um pouco em ruas, em viaturas, depois eu vim para o 3º Batalhão. Fiquei um período trabalhando em ruas também. O trabalho era bastante puxado por causa da escala de serviço, não tinha quadro efetivo, era pouco efetivo, então a escala era bem puxada. Hoje, na Polícia Militar, a escala está melhor porque entraram mais policiais; a escala hoje me parece que é de doze por setenta e duas horas, algo assim. Quem trabalha vinte e quatro, folga setenta e duas

horas; na minha época não: eu saía do presídio e já ia para o policiamento ostensivo – era vinte e quatro por vinte e quatro, então a maior parte do serviço era assim, nessa época.

Desde que comecei a estudar, fiz até a quinta série, continuei o primeiro grau, só que sempre participei de conselho de estudantes e reuniões; sempre o pessoal me chamava porque eu gostava de falar e sempre me interessava, sempre fui liderança. A associação... eu via sempre através da imprensa movimentos de associação de moradores, aí resolvemos criar a associação pela necessidade nossa, porque eu percebi que nós não tínhamos representatividade nenhuma. Ninguém nos motivou a criar a associação. Tudo partiu daqui de dentro mesmo. Depois da fundação é que começaram a aparecer os contatos de fora, mas a Associação de Cabos e Soldados já estava fundada. Ela foi fundada em 1993, mas começou a funcionar só depois, porque até eu conseguir desocupar a casa demorou um pouco. Então não foi assim de imediato, até pela credibilidade de você fazer um trabalho, procurar explicar... tudo que é novo é difícil. Em 1994 ela começou a funcionar. A primeira sede foi no Bairro Dom Aquino, mas estava ficando muito pequeno para a nossa acomodação e eu aluguei um salão próximo a essa casa, bem na esquina; já foi um espaço maior, a segunda sede, então ficamos lá e funcionamos um pouco até fazermos uma parceria com o Hospital da Polícia Militar para alugarmos uma casa maior para funcionar um hotel de trânsito para recebermos os policiais do interior do Estado que vinham para trabalhar em Cuiabá com os familiares e não tinham onde ficar. Então eu mudei [a associação] para essa casa. Eu pagava uma parte e o Hospital da Polícia Militar pagava outra parte, só que, mesmo assim, ficou pesado porque o valor da casa era muito alto. Pra nós foi bom temos saído de lá, porque desembolsamos um valor alto para pagar o aluguel, e muitas vezes o policial chegava do interior com a família e tínhamos que dar alimentação também, montar uma cozinha, tinha material de higiene, limpeza, papel higiênico, lavagem dos materiais, roupa de cama... Então foi encarecendo aquele trabalho. Mas ajudamos muita gente, nós ficamos, acho, uns dois anos lá, mas aí fui vendo que precisávamos conseguir um terreno porque como é que íamos ficar pagando um aluguel tão caro assim? E estava inviável porque o recurso era pouco.

A gente não cobrava nada do policial para ele ficar lá. Ele só precisava se associar, só que o valor da associação era baixinho e não cobria esses valores da despesa, mas foi um momento de muita relevância, muito importante, e todo mundo gostou. Foi aí que nós resolvemos procurar o Governo do Estado para ver se conseguíamos o terreno. E conseguimos o terreno atual. Esse espaço nosso é também do Governo, aqui é o Centro Político Administrativo; só existia antes um primeiro espaço que é o Batalhão da PRE. A Justiça Federal não estava aqui. Não tinha nada na época, era só mato; nós fomos os primeiros a ocupar aqui, e como eu tinha pressa de vir com a associação pra cá, eu corri com o, já finado, Raimundo para agilizar o processo de doação junto ao Governo. Trouxe o topógrafo para medir, fazer a topografia e arrumar tudo, e assim que liberou começamos a ocupar. Comprei as madeiras para fazer a sede lá atrás, conversei com o delegado do setor de menores que veio aqui para liberar de a gente puxar a luz da rede dele, puxamos a água também, e aí mudamos pra cá. Como já tinha a casa de madeira, água e luz, viemos logo porque não estávamos aguentando. Logo fiz a compra, procurei um pré-moldado para fazer o salão e começamos a mexer para justamente abrigar o pessoal do interior. Na época, quando saí daqui, estava funcionando o trânsito aqui; voltamos a receber os policiais aqui também. Então construímos a sede lá no fundo, depois que eu saí daqui eles desmancharam a sede e aí conseguimos mais um terreno no fundo. Quando eu saí daqui já estava pronto o salão, a cozinha e um bar, a churrasqueira... tudo fui eu que fiz, mobiliei, coloquei um fax, fogão industrial, mesa – porque fazíamos refeições aqui – geladeira nova, freezer novo, telefone, tudo eu que coloquei; coloquei um portão, mandei murar; quando saí daqui deixei tudo pronto.

O movimento de 1997 foi o maior. Depois, houve outros, mas eram apenas reuniões reivindicativas dentro dos batalhões, reuniões com o Comando e com o Governo. Em 1997 a adesão foi grande, nós da associação convocamos uma assembleia-geral, mas já havia movimento nos batalhões, porque o pessoal já estava sabendo do movimento de outros Estados. Estávamos acompanhando outros Estados e já estávamos caminhando para marcar uma assembleia-geral para reivindicações de aumento de salário. Para nós foi uma coincidência ocorrer no mesmo momento. Foi paralelo, mas no meu entendimento não houve um

desencadeamento geral para provocar esse movimento. Foram questões internas, no meu entendimento, problemas que já existiam nas corporações e foi ocorrendo tudo naquele período. Minas Gerais já não estava bem e nem outros Estados, inclusive nós. As nossas reivindicações eram aumento salarial, melhoria nas condições de trabalho, porque já havia um trabalho no sentido de melhorar essas condições dos policiais, o salário também. Como nós fizemos uma assembleia e percebemos que não iríamos conseguir resolver, o movimento cresceu bastante e resolvemos levar esse trabalho lá para o Comando-Geral, que é realmente nossa casa, e decidimos ir para lá.

Todos que estavam na assembleia foram para o Comando-Geral. No caminho a imprensa filmou a manifestação. Saímos da Associação e fomos para lá. Não foi nada premeditado, foi devido aos acontecimentos... Percebemos que havia pessoas infiltradas com o objetivo de prejudicar o trabalho. Então, para evitar que isso acontecesse, deveríamos negociar com o Comando-Geral. Chegando lá, o que aconteceu foi que eu procurei o Comando-Geral. Já tinha conversado com os policiais, já tinha recebido proposta do Governo e eles não aceitaram, e eu falei que não tinha mais o que fazer já que eles não aceitaram o que o Governo propôs, então levamos a proposta para o Comando-Geral para ver se ele tinha condição de conversar com o governador.

Chegamos, conversei com os policiais, falei que ia subir para falar com o Comando-Geral e subi lá com o pessoal que estava no movimento: Associação de Subtenentes e Sargentos Inativos. Conversamos sobre como estava a situação, e a partir desse dia ficou decidido que os policiais iam ficar lá até esperar decidir; e ficamos, dois ou três dias, não me lembro. Ficávamos revezando, uns ficavam, depois iam embora e vinham outros. Eu tinha certeza de que não estávamos fazendo nada ilegal; o que eu fiz dentro da associação foi sempre respeitando a hierarquia e a disciplina militar, sempre respeitei o comandante, sempre respeitei os oficiais, sempre prezei por isso, e a prova é que eu participei de todos os movimentos, consegui todas as melhorias para os cabos e soldados do Mato Grosso e me aposentei com comportamento excepcional, sem nenhuma punição – não tomei nenhuma. Desse movimento da minha época, ninguém foi punido. Se alguém da época foi punido, não chegou ao meu conhecimento, porque eu sempre conversei com eles e falei que tínhamos que reivindicar, mas respeitar a disciplina e a hierarquia, porque nós somos funcionários do Estado, encarregados da segurança pública, então temos que fazer esse trabalho reivindicando. E as coisas que não conseguimos reivindicando verbalmente, houve algumas ações na justiça, onde reivindicamos salário, que eu entrei na época, e deve estar saindo por agora um precatório que na época eram vinte e cinco milhões e hoje, com certeza, já aumentou. Eu consegui isso também. Sempre trabalhei dessa forma, respeitando a hierarquia. A prova é que eu participei do movimento nacional; acho que sou o único aqui do Mato Grosso que participou, não apenas aqui, mas fui reivindicar também fora. Em Brasília ajudei a fundar a Associação de Cabos e Soldados, fiz um trabalho nacional, não porque eu quis fazer sozinho, mas porque na época era só eu quem liderava a associação e eu não consegui trazer mais ninguém; eu tentei levar mais pessoas comigo, mas não consegui, então eu fui sozinho.

Eu entendo que o movimento de 1997 foi importante porque demonstrou que o policial militar não está fora do contexto social, porque quando ele está fardado, trabalhando na rua, todo mundo está dignificando-o como policial, mas ele tirou a farda; ele é um cidadão comum; não quero dizer que fardado não seja, mas ali ele está imbuído do poder do Estado. Então ele mora em um bairro, como outro; depende do transporte coletivo, como outro; ele tem família, problemas familiares, anseios de crescer, vontade de progredir, então ele é um ser social como qualquer outro, e muitas vezes o Estado ou aqueles que estão imbuídos do poder do Estado não conseguem enxergar esse lado do policial, que ele é um ser humano e não uma máquina e tem que ser tratado como ser humano.

Acompanhei atividades fora daqui, em outros Estados: eu participei, em Brasília, de reivindicação sobre o problema de alimentação, de transporte, o soldo baixo, salário baixo, tudo isso aí ocorre em todos os Estados. Cobra-se muito do policial que muitas vezes não tem um salário bom, muitas vezes não mora bem, e acaba alguns não aceitando, ficando com depressão ou doença e muitas vezes cometem atos que prejudicam a

população ou eles mesmos. Em 1997, nós conseguimos um aumento, não me lembro o percentual, mas teve; houve implantação de benefícios no nosso salário; o Governador Dante, na época, não deu na proporção que queríamos, mas deu aumento; houve resultado do movimento nesse ponto.

Depois que acabou o movimento é que as pessoas foram ver que nós tivemos resultados, porque na época do movimento parecia não estarem enxergando que houve benefício, e depois parece que começaram a enxergar que houve resultado. Mas toda pessoa que participa de liderança nunca agrada todo mundo, por mais que você ajude, vai haver muitas pessoas que reconhecem seu trabalho, mas, por inveja, por ciúmes, ou porque estão movidas por outros interesses particulares, começam a denegrir sua imagem. Em um grupo pequeno com as ideias de cinco ou seis pessoas, quando um filho ou alguém na família começa a falar mal de alguém, é fácil você falar que não foi assim, que aquilo que você falou foi mal-interpretado, pedir desculpas se ofendeu alguém, é fácil você contornar. Mas em uma corporação grande como a nossa, da Polícia Militar, ou outras corporações grandes no país, outras entidades, outros grupos, como professores – que é uma classe muito grande – é muito difícil você conseguir esclarecer um fato só. Porém, muitas vezes, quando há pessoas com propósito de denegrir sua imagem.

Minha entrada na política se deu da seguinte forma: fui convidado por partidos políticos, por pessoas da própria classe; fui candidato pelo PSB. Eu posso relatar que fui muito prejudicado pelo trabalho que fiz. Causou inveja e ciúmes. Indagaram como um cabo poderia ser deputado, falaram que isso não tinha condição e começaram a disseminar isso dentro da corporação. Eu acredito que foi a primeira vez que um cabo foi candidato a deputado, em 1998. Sabia que tinha poucas chances de ser eleito, mas falei que ia me candidatar e seguir todos os passos que um candidato tem que fazer. Foi devido a essas conversas, essas viagens, esses entendimentos, e como eu já estava decidido que não queria mais continuar na associação, porque eu achava que já tinha feito a minha parte e estava na hora de deixar para outros continuarem, aí surgiu esse convite para eu lançar a minha candidatura e eu fui, lancei e não me arrependi. Acompanhei o Governo do Estado, o candidato... Participei das reuniões, fiz questão de participar em palanque, mas aqui em Cuiabá não me deixavam subir em palanque; não consegui porque muitos não acreditavam no meu potencial. Para eu conseguir subir em palanque, eu tive que descobrir a agenda do candidato a governador, na época, que estava em uma cidade aqui depois de Cáceres, aí descobri, abasteci o carro e falei que ia no dia seguinte. O rapaz que estava comigo não estava querendo ir ou tinha ordem para não me deixar ir, mas eu sabia que no interior eu falaria. Daqui até lá deve dar uns setecentos a oitocentos quilômetros, e cheguei lá no final da tarde e pedi para me avisarem na hora que o governador chegasse que eu ia subir. Anunciaram quando o governador chegou, eu subi e o coordenador, que fazia a oratória, assustou e eu falei que candidato bom tem que fazer poeira. Foi a primeira vez que eu falei, falei bem, acho que tiveram até medo de dar a palavra à pessoa não-habilitada, mas gostaram da minha palavra e depois disso eu rodei a campanha por Cuiabá.

Foi um aprendizado muito bom, mas não fui eleito, precisava de muito voto. Eu não era de partido nenhum, só me filiei ao PSB para ser candidato. Depois disso eu não quis mais me candidatar, nem a vereador, porque eu fiquei doente depois que eu saí da associação; acho que eu já estava com um pouquinho de depressão pelo próprio trabalho... a greve e tudo, muito desgastante.

Eu não tive nenhuma punição, mas a carga de trabalho minha era muito puxada. Não tenho como provar se é perseguição ou não, *mas a carga de trabalho minha era muito puxada*. Voltei a trabalhar em presídio, e na época o efetivo também era pouco. Os presídios aqui, na época, e acho que hoje, ainda funcionam assim: existe a parte interna que onde os agentes carcerários é que dão conta, e a parte externa é a Polícia Militar é que dá conta. O trabalho começou a ficar muito pesado, adoeci e fiquei afastado durante seis meses; tive depressão. Eu trabalhei, esperei completar meu tempo, fiquei doente, peguei um afastamento de sessenta ou noventa dias, não me lembro; não estava bem ainda, mas procurei um médico e falei que eu queria voltar porque eu já estava me sentindo melhor; falei que ia continuar fazendo o tratamento, mas que queria voltar, aí voltei e esperei completar meu tempo proporcional, e quando completou eu pedi aposentadoria, em 2003. Desde que eu saí da associação que eu tento trabalhar com essa nova gestão. Tentei

vir ajudar, mas percebi que eles fecharam a porta. Mas sempre vim aqui e falo que, se precisarem, eu estou aqui, mas não sei se por medo ou por achar que eu ia atrapalhar – o que é um erro – ou acharem que eu quero voltar para assumir a associação. Para falar com sinceridade, eu não tenho vontade de reassumir a entidade; hoje eu não tenho essa vontade. Eu entendo que o meu trabalho aqui já foi feito; eu tenho interesse de continuar fazendo outros trabalhos, como eu faço na vida civil, que é onde estou agora (estou aposentado); sei que sou militar, respeito a disciplina e a hierarquia, mas hoje eu não tenho interesse de voltar. Fiz uma cirurgia, no final do ano, fiquei sabendo que ia ter eleição e vim aqui votar. Não podia dirigir e telefonei para o menino que estava trabalhando e pedi para ir me buscar. Ele foi lá em casa, me pegou e eu vim, votei e fui embora, então eu sempre participei. Algumas vezes, de tantas calúnias que falaram de mim, que jogaram tanto meu nome na lama, porque eu não fui punido nem judicialmente e nem disciplinarmente. Mas fui punido moralmente, porque queimaram meu nome na corporação e por todos os lugares, falando que eu não fiz nada, que eu enriqueci... que sou milionário, que tenho fazenda, mansão, carro... são só mentiras, porque eu não tenho nada disso; me rotularam como milionário. Fiquei em depressão porque fiquei sem ter condição de me defender. Como eu ia me defender em uma corporação grande como essa? Então veio a depressão.

Quando eu assumi a Associação de Cabos e Soldados, os cabos e soldados não tinham nada, não havia nem um pedacinho de terra para colocar um pé só; quando eu saí, deixei essa sede, esse terreno – não beneficiando apenas cabos e soldados – eles aqui também sabem o que eu lutei para conseguir, mas depois que eu saí da associação nunca mais me chamaram para nenhuma reunião nem aqui e nem lá, ninguém me chamou pra nenhum evento, nenhuma reunião, nenhuma assembleia; só falaram mal de mim durante todo tempo, só tiraram para me queimar, falando que eu merecia; foram injustos. Só que eu sou um homem muito temente a Deus e perguntava a Ele até quando eles iriam ficar falando mal de mim, com tudo que fiz; e teve vezes que eu pedia a Deus para destruir tudo que eu tinha feito ali, mas, aí, meu bom senso vinha e eu pensava que tinha que ter paciência e esperar, porque só o tempo vai mostrar; daí eu só tive vontade de pedir, mas o meu coração eu queria que fortalecesse, e continuei orando para tentar entender tudo isso. Eu me matriculei no curso de Teologia e fiz dois anos de Teologia, no ano de 2006. Eu sou católico, mas fui fazer junto aos evangélicos porque eu sempre fui uma pessoa humilde. Fui lá e fiz o curso e consegui entender um pouco desse procedimento que é o ser humano – que é ingrato, maldoso, vingativo, muitas vezes preocupado apenas com as questões pessoais e eu como tenho pensamento coletivo fui prejudicado. Consegui me encontrar de novo e agora nesse mandato desse novo presidente eu estou aguardando que ele vai dar continuidade, fazer e melhorar, lutar. Eu não deixava faltar cesta básica na associação porque eu sabia que era procurado, então, na minha época, podia não ter dinheiro que eu pegava um cheque da associação, ia lá e comprava a prazo, mas trazia a cesta básica aqui; era urgente e não tinha como deixar. Não me arrependo de nada que fiz; se eu puder fazer trabalho social daqui pra frente... Eu estou até com um projeto de trabalho social onde eu moro, e Deus está abençoando e eu vou fazer trabalho social; não consegui concluir na Polícia Militar.

Depois que me aposentei, eu fiz o curso de Teologia; eu tenho também uma chácara pequena, que é herança, que eu cuido; estou estudando também. O curso de História eu concluí em 1995, antes do movimento de 1997, só que como a escala de serviço da Polícia não dá espaço para você lecionar, apesar de eu querer, não pude. Para fazer o curso mesmo foi duro, naquela época já foi difícil porque o curso de História é um curso que todo mundo sabe que você vai trabalhar as questões sociais, vai melhorar sua consciência, sua percepção e visão e foi o curso que me iluminou para a associação. No quarto semestre, um trabalho de mestrado de uma professora, sobre a fundação de uma cidade do interior chamada Alta Floresta, que despertou em mim essa necessidade de a gente criar uma associação. Então esse curso foi muito relevante para mim; e esse processo de todas as polícias – eu participei dos movimentos. Foi nesse período que foram criadas algumas leis para melhorar as condições de trabalho dos policiais; na questão da saúde, ainda falta muita coisa, mas eu participei não só no meu Estado, mas também através da associação nacional.

Essa questão de unificação, desmilitarização é uma coisa muito polêmica e nós não chegamos a um consenso; nos reunimos várias vezes e não conseguimos chegar a um consenso de desmilitarização ou

integração. Agora, esse trabalho que hoje estamos fazendo, principalmente aqui no Mato Grosso – não sei se em outros Estados também estão fazendo porque eu não estou participando – de integrar o trabalho da segurança pública, na época já estávamos trabalhando nisso e aqui, no Mato Grosso, eu trabalhei muito nesse projeto em conjunto com Bombeiros, Polícia técnica, todos os segmentos, porque, antigamente, se seu assunto fosse militar, tinha que procurar a PM; se seu assunto fosse da Polícia Civil, tinha que entrar em contato com a civil; se fosse com os Bombeiros, tinha que procurá-los. E hoje está integrado; eu acredito que desmilitarizar a segurança é difícil, porque é muito grande a corporação e para você identificar é difícil, mas agora tem que ver a legislação como está, as melhorias... o direito daquele que está trabalhando não tem nada a ver, ele pode continuar a ser militar, mas que tenha boa moradia porque o Governo do Estado, aqui, já fez várias casas policiais e está fazendo. Então não importa se é civil ou militar. Nós aqui não temos hospital militar, temos uma associação militar, uma associação médica, chamada Policlínica e funciona como um hospital, mas é uma associação, ela funciona com recursos do próprio militar, não é um órgão do Governo e eu entendo que nós precisaríamos de um hospital mantido pelo poder público, pelo Estado, porque o policial, muitas vezes, fica doente e precisa ser afastado, precisa de um acompanhamento. Muitas vezes, a família dele está perecendo e ele não vai conseguir fazer um trabalho bom na rua, porque se ele sai de casa e a filha está doente, ele não tem condições; vai trabalhar contrariado. Então, desde aquela época, eu falava que tem que ter um hospital; pode ser um hospital público que atenda o militar, atenda o professor, mas que tenha esse espaço... e não temos. Esperamos que em breve o Governo do Estado venha a fazer esse hospital do servidor público do Estado do Mato Grosso.

Este ano de 2008, Deus fez uma grande revolução na minha vida, porque tudo isso que aconteceu me deixou deprimido, doente; eu não queria saber de nada, mas aí eu fui chamado por Deus. Ele quer que eu faça um trabalho. Quer que eu volte, conhece o meu potencial, sabe que eu trabalhei, sabe que sou uma boa pessoa, uma pessoa idônea, de bom coração, então eu acredito que, nesse ano de 2009, nós devemos voltar a participar de algum movimento, de alguma associação, ou de algum partido político. Eu não me afastei totalmente: eu fundei associação no interior do Estado; fundei associação de moradores de cidades pequenas; fundei várias associações nesse período, que as pessoas ficaram sabendo, então me procuravam e eu ia lá e fazia o estatuto, fazia assembleia. Em 2008, eu fundei uma em Livramento, que é uma cidade pequena, e eles queriam criar uma associação comercial e industrial da cidade, porque a cidade tem quase trezentos anos e com duzentos e poucos não tinha. Então vieram me procurar – e as pessoas queriam – me perguntaram quanto eu cobrava e eu falei que ia lá por prazer. Sentei no computador, fiz o estatuto, arrumei tudo; fui lá e marquei assembleia, providenciei tudo e conversei com eles; fiz assembleia, montei diretoria e está funcionando. Depois disso, o presidente lá já participou do processo político; eu estive lá semana passada e o pessoal está contente, até me chamaram para mudar para lá e ficar com eles. Então quer dizer que, além da Polícia Militar, eu continuei fazendo esse trabalho nas comunidades.

3.6 CABO NONATO (GÉRSO BENITEZ NONATO)

Acervo da autora, jan. 2009.

Entrevista com Cabo Nonato (Gerson Benitez Nonato), integrante do movimento grevista dos praças da Polícia Militar do Mato Grosso, ocorrido na cidade de Cuiabá, no ano de 1997. A entrevista foi realizada no dia 21 de janeiro de 2009. Nonato ingressou na corporação em 1992. Emergiu como liderança dos praças durante o movimento dos praças de 1997.

Montei, sozinho, a pauta de reivindicações. Como eu tinha dado minha palavra aos colegas, na segunda assembleia partimos para a passeata... Saímos da associação e invadimos o Comando-Geral.

Nasci no dia 13 de julho de 1976, na cidade de Presidente Prudente, São Paulo. Eu sou filho de mato-grossense, do antigo Mato Grosso. Minha família foi para São Paulo, porque meu pai tinha adquirido um grau de escolaridade e ele não era absorvido como mão-de-obra. Meu pai era ex-militar do Exército. Fomos para São Paulo, onde eu nasci, depois voltamos. Meu pai voltou na década de 70 para cá. Eu voltei para o Mato Grosso em 1978.

A minha profissão mesmo, de origem, é serralheiro na área de estrutura metálica, mas antes de eu ir para a Polícia, eu servi ao Exército de 1986 a 1990; fui cabo e soldado, e sargento temporário do Exército; pela regra eu sairia do Exército, antes do advento da Constituição de 1988, que passou a fazer com que os servidores públicos militares fossem estabilizados a partir de cinco anos de efetivo serviço. Então, como era temporário, eu ficaria de 1986 até o ano de 1995, só que no ano de 1990 vieram algumas determinações, na época, do Ministério do Exército, de que todos os militares que tivessem aposentadoria temporária não permanecessem para não dar direito adquirido, ou seja, para não ultrapassar os cinco anos. A minha insatisfação com a filosofia e as intransigências militares começa aí.

No ano de 1990, eu fui exonerado do Exército porque não havia concluído meu tempo de serviço temporário, e foi praticamente cortado ao meio. Faltavam cinco anos; eu até hoje dou graças a Deus por essa intransigência, mas não concordei com ela, porque nos anos de 1990 e 1992 eu tentei voltar à minha atividade que é a primeira, de serralheiro, só que aqui no Mato Grosso é diferente de Estados como Minas Gerais e São Paulo. Aqui o Estado é máquina propulsora da economia, ou seja, a grande maioria dos servidores é que alimenta o comércio, alimenta tudo, e na época era pior ainda do que hoje. Naquela época, nós tínhamos no Governo federal José Sarney, e aqui no Mato Grosso tínhamos Carlos Bezerra e, posteriormente, Jaime Campos, hoje senador da República. O que acontecia é que você ia prestar serviço, e para cada dez lugares que você oferecia seu serviço, oito eram servidores públicos que estavam com cinco ou seis meses de folha atrasada; o resultado é que em função disso eu fui obrigado a prestar concurso público para ser um policial militar, obrigado por essa situação, porque eu não tinha intenção de ser policial militar, nem tinha interesse.

No ano de 1992, que foi quando eu entrei, o salário era extremamente irrisório; não era uma coisa muito boa, mas era o que dava pra eu pegar na época, então eu entrei porque como eu fui militar, a facilidade em exercer as funções era maior. Mas eu vim para a Polícia. Fiz o concurso e passei no curso de soldado em 1992, que foi realizado no 3º Batalhão. O curso de formação, na época, durou seis meses. Na formação, como

eu tinha sido do Exército, eu não aprendi muita coisa. Quanto à formação militar, talvez pensem que eu sou contraditório, porque o que eu digo para todas as pessoas é que a filosofia policial, aquela que está instituída, que é redigida, ela é tão boa que se aproxima dos valores bíblicos. Ela é tão rigorosa, que se ela fosse cumprida mesmo como a verdadeira, se as pessoas que têm poder de mando a cumprissem de acordo, fossem rigorosamente exemplares, nós teríamos uma das maiores e melhores instituições. Só que o que acontece é que eles distorcem isso, eles utilizam o fato de terem esse poder para gerar benefício de um ou dois, ou de um grupo, e prejudicam a grande maioria. O problema não é a hierarquia ou a disciplina jamais, o problema é o abuso de poder. Um exemplo de abuso que eu posso citar é que no momento estou correndo atrás de advogados, porque depois do movimento de 1997 eu fiquei estigmatizado porque eu assumi praticamente toda a liderança do processo. O presidente da associação era o Cabo José Delgado.

Depois eu fui perceber, dentro do movimento, que o movimento não era verdadeiro, que existiam outros interesses, aí eu tentei levar para o cunho verdadeiro que seria a diminuição das diferenças, das desigualdades, dos disparates, do desrespeito, de tudo que fosse contrário aos interesses dos policiais naquele momento, e uma das coisas que eu posso citar, que até hoje acontece – que eu estou sofrendo isso – é que o que aconteceu foi que, antigamente, quando nós entramos na Polícia, o que eles faziam era nos colocar em uma jornada de vinte e quatro horas, às vezes vinte e quatro por vinte e quatro, às vezes vinte e quatro por vários dias. Na época, eu cheguei a presenciar policiais que ficavam de serviço dez dias, vinte dias, ou o caso de policial trocar de roupa na torre; isso que me passaram. Assim que cheguei à Polícia, como eu tinha uma formação militarizada, eu me dispus, fui até o comandante – o subcomandante, no caso, era o capitão – e disse a ele que queria que me desligasse do curso; pedi para ser desligado, porque uma das coisas que me incomodava e que me incomoda até hoje é a dissolução de matrimônio e a questão do uso de drogas tanto lícitas como ilícitas dentro da própria corporação. Eu entendo assim, e foi essa a indicação que eu dei pro comandante na época, que quando você tem um ou dois casos, são casos isolados e isso corresponde às atitudes, ao comportamento, à filosofia de vida adotada por aqueles policiais naquele momento, mas quando você encontra vários casos, isso é institucional. E por que esses casos estão ocorrendo? Aí eu fui desafiado por esse comandante, que na época era o Capitão Adailton – hoje coronel – e por ironia do destino eu fui submetido ao Conselho de Disciplina para exclusão da Polícia por uma chancela do comando dele, como comandante-geral. Ele buscou minha ficha e disse que eu era um militar exemplar, que eu tinha todas as características e todas as formações que precisavam dentro da corporação, então eu disse a ele que o que eu estava vendo ali era um absurdo e ele me disse que existiam outras pessoas, assim como eu, lutando contra isso e que eu, como ser humano de guerra, (na nossa linguagem, nos chamamos de guerreiros) devia achar que deveríamos lutar e me perguntou por que eu não ficava e lutava. Só que hoje eu não o culpo, esse é o meu maior problema, porque eu analiso as atitudes das pessoas, o comportamento das pessoas para eu ter a minha própria avaliação e depois, no final, eu vou explicar porque não o culpo. O que aconteceu foi que assim que eu saí de lá, da sala de reunião com o capitão na época, eu entrei na sala de aula e fiz uma promessa para todos os meus colegas; isso era o período de formação em 1992, e eu fiz uma promessa pra eles de que eu abraçaria a causa dos cabos e soldados e que eu jamais concorreria à graduação de 3º sargento, porque eu digo pra todo mundo que eu sou defensor da teoria dos dois “i”, “todo idealista é idiota”, porque ele luta por uma causa sem glórias, então, naquele momento, eu percebi que aquele desvio de conduta, todo aquele processo era resultado de um estado generalizado.

As condições de trabalho eram ruins, a remuneração era péssima. Não éramos valorizados. A abreviatura de soldados na nossa linguagem é SD, daí surgiram as afirmações: “Sem Direito”, “Sem Denominação”. Nós éramos vilipendiados, nós éramos humilhados, e isso foi me indignando e fazendo com que eu assumisse essa postura questionadora. No ano de 1992, essa associação que não é ASPRA, é ACS (Associação de Cabos e Soldados) – o Cabo José Delgado constituiu a ACSGC (Associação dos Cabos e Soldados da Grande Cuiabá), depois dessa constituição – a ASC ainda não existia, esse espaço foi conquistado na época do Governo Dante Martins de Oliveira, na administração do Cabo José Delgado. O Cabo Delgado constituiu essa

associação e eu discordei dele, da forma como foi constituída. Eu achei que ele tinha que ter chamado a gente, tinha que ter conversado, porque eu estava interessado em fazer parte, só que a partir daquele momento eu me tornei *persona non grata* porque ele sabia do meu fôlego e da minha vontade, aí o resultado foi que eu passei a pagar o preço por ser tão impetuoso, e ele administrou a associação de 1992 até 1998, e em 1998 foi eleito o Cabo (hoje 3º sargento) Ângelo.

Só que no ano de 1997 houve o movimento. O sentimento que nós tínhamos naquele momento é de que nós, policiais – e eu faço uma brincadeira, digo que policial é igual a erva daninha, dá em qualquer lugar – então, nós estamos esparramados por esse país afora; lugares que outras pessoas talvez não tenham coragem de ir, nós estamos, então é necessário, não só pelo Estado, mas pela sociedade. Porque nós nos envolvemos com aquilo que é a escória, inclusive, algum tempo atrás, alguns policiais me procuraram e me deram os parabéns por uma entrevista que eu dei, e eu disse que não fiz nada; na entrevista que dei, eu disse que a sociedade um dia tem que parar e analisar que nós, policiais, não gostamos de ser ríspidos, nós não gostamos de ser violentos, de ser truculentos, como as pessoas consideram errado, mas somos obrigados a fazer isso porque quando nós entramos em um processo é porque tudo falhou: falhou a Igreja, falhou a escola, falhou o Estado, falhou a família, falhou tudo. Porque em um conflito social entre duas partes ou duas pessoas, alguém tem que intervir e você não pode intervir de forma mansa, e aí as pessoas nos interpretam mal, e nós somos seres humanos, passíveis de erros, então eu resolvi assumir definitivamente esse posicionamento.

Em 1997, quando surgi como líder desse movimento, eu cometi um erro que condenou todo o processo de luta. O que ocorreu foi que a partir daquele momento – e isso é o meu entendimento – a alta cúpula percebeu que havia um indivíduo que tinha condição de fazer um trabalho de base, que havia um indivíduo que tinha condição de fazer a junção das forças, a união das forças em prol de objetivos mais sadios. Antes tinha outra associação, mas ela havia sido vilipendiada porque o seu gestor na época, o Cabo Oliveira, fez alguns procedimentos; quando foi presidente da associação, ele conseguiu, inclusive, uma diretoria de nomeação de Governo de Estado, que hoje nós chamamos de Instituto de Previdência, que era o IPEMAT; ele chegou a ser diretor desse instituto, e aí ele fez um monte de coisinhas que prejudicou a imagem da associação. O Cabo Delgado era o vice-presidente do sucessor do Cabo Oliveira, que era o Cabo Jaime, que tinha sido um bom presidente, e o Cabo Delgado rompeu e criou a associação. Eu nunca fiz parte da associação porque o Cabo Delgado nunca deixou, nós nunca nos entendemos.

De 1992 até o ano de 1997, o Cabo Delgado tinha constituído a associação e se instalou aqui. O governador, à época dessa manifestação, era o Dante de Oliveira, da emenda das “Diretas Já”, um democrata do mais alto nível. O Dante não puniu nenhum policial, não houve nenhuma exclusão. Ao contrário do que estava acontecendo com os policiais de Minas Gerais, que foram punidos e excluídos.

Nós paralisamos a Polícia em duas assembleias. Na primeira assembleia, o pessoal queria partir pra cima do governo e eu fui contra, eu praticamente cancelei a primeira assembleia. Percebi a força da minha oratória. Esse poder de convencimento é bom, mas incomoda algumas pessoas. Montei, sozinho, a pauta de reivindicações. Como eu tinha dado minha palavra aos colegas, na segunda assembleia partimos para a passeata. Minha oratória incomodou, principalmente, aqueles que têm poder e eu não sabia disso, aí eu cancelei a primeira assembleia-geral e pedi para que eles me trouxessem outro prazo e daí uns dez dias, mais ou menos, nós voltamos; eu pedi isso, porque percebi, nitidamente, que não tínhamos nada para ser feito de reivindicação, não tinha uma pauta. O que nós fizemos foi começar a conversar com o pessoal e montar uma pauta. Só tinha um caminho a ser tomado e adotado que era “partir pro abraço” e deu certo. Coloquei a questão de 100% de salário e tudo.

Sáímos da associação e invadimos o Comando-Geral. A gente não pediu a adesão da tropa, não panfletamos, foi tudo simultâneo, não arquitetamos nada. Falando em números, a nossa polícia contava com cerca de seis mil integrantes; eu calculo que naquele movimento chegamos a mais de mil policiais em passeata, aqui em Cuiabá. Eu acompanhava o movimento de Minas Gerais, tanto que falei com o pessoal que era para vermos porque eles fizeram aquilo; que eles tinham motivos, enquanto nós tínhamos apenas um

motivo que era a questão salarial, que é fundamental, mas nós tínhamos que aproveitar o momento para fazermos outras reivindicações. No meu entendimento, a maior reivindicação que tínhamos que ter feito naquele momento era a reforma do estatuto; pra você ter uma ideia, o nosso RDPM é de 1978. O que aconteceu é que fomos para o Comando-Geral e eu percebi que estava sendo feito de marionete; fomos em passeata. A divulgação foi feita da seguinte forma: o presidente chamou, o pessoal veio e aí eu vim; cheguei aqui na assembleia e ele começou a “apanhar”, porque ele não tinha o domínio de massa, não tinha o carisma, e o resultado foi que eu assumi a ação e quando eu vi já estava envolvido até o pescoço e não tinha mais pra onde correr.

Não tínhamos carro de som, não tínhamos nada; saímos do nada; nós saímos daqui e invadimos o Comando-Geral. No ano de 1997 – estávamos a um ano da eleição de 1998. O que aconteceu foi que eu estava na manifestação – aquela loucura, reuniões onde eu estava sozinho com dez coronéis – e começa pressão de todos os lados; e eu estava lá, uma pessoa me cutucou e me empurrou um daqueles celulares “tijolões”, que eram os da época, e me mandou atender. Eu, se desse um grito no movimento para pegar alguém, todo mundo ia, mas pensei que se o cara estava ali me dando uma ordem, ele devia saber o que estava fazendo, então eu resolvi ouvir o que era ao telefone e me falaram pra sair de lá naquela hora e acompanhar o rapaz e ir falar com essa pessoa; e eu falei que não ia porque não sabia com quem eu estava falando, aí ele me falou que quem estava falando comigo era o governador do Estado. Eu perguntei o que ele queria comigo e ele me mandou calar a boca e ir lá imediatamente, e me falou que eu estava correndo risco de vida e, então, eu saí de lá. Até hoje eu não sei quem era essa pessoa, nunca mais vi, nem sei se era policial. Eu acreditei no telefonema porque eu conheço a voz do Dante, todo mundo aqui conhece, e pelo telefone eu reconheci e fui. Entrei no carro e cheguei lá. Não sei como eu entrei no Palácio do Governo, só sei que fui parar em uma sala para conversar com ele, só nós dois. Chegando lá, ele perguntou se eu sabia o que estava acontecendo... eu falei que não, e ele disse para que eu procurasse me interar, mas que a única coisa que ele queria me pedir era que em momento nenhum eu levasse os policiais para a rua, que eu podia fazer o que fosse, menos isso, porque dentro do Comando-Geral ele conseguia me proteger e proteger os policiais.

Disse que seríamos usados para uma causa, por um bando de abutres que tinha lá. Eu estava com a tropa dentro do Comando-Geral; disse pra ele que não estava entendendo, e ele falou que eu tinha a palavra dele de que nada iria nos acontecer, mas desde que eu não saísse um milímetro sequer fora do Comando-Geral levando o pessoal, e que ninguém ali tinha condição de tirar aquele pessoal dali de dentro a não ser eu. Disse que eu já tinha sido experimentado, consultado e que todas as pessoas ali sabiam quem eu era; que eu era um indivíduo de boa índole, que eu tinha boa família e que sabiam tudo sobre mim, que eu já tinha sido levantado o suficiente para eles terem certeza de que estavam lidando com uma pessoa decente e que então era para eu ficar lá. Aí eu pedi uma explicação, porque eu já tinha percebido que estavam tentando manipular o movimento, mas queria saber do governador o que estava por trás disso e ele falou que não ia abrir meus olhos, só ia me alertar e que eu teria que enxergar com meus próprios olhos e que estávamos sendo induzidos, sendo jogados contra ele e que cabia a mim decidir sobre isso. Eu perguntei como ele podia fazer uma coisa daquelas comigo, que eu precisava dessa informação e ele me disse que as coisas precisavam ser pela ordem natural da história; que ele era um indivíduo que fazia parte da história e que não tinha chegado ao Governo do Estado sem ter feito o que eu estava fazendo; que ele jamais, em momento algum, geraria algum problema a alguém que estava fazendo o que ele fez inúmeras vezes, e que ele sabia que estávamos fazendo as coisas de bom coração, mas estávamos sendo manipulados. Em fruto disso, eu voltei e comecei a questionar o movimento.

A passeata foi realizada em agosto de 1997, já tinham acontecido aquelas manifestações no nordeste, dos encapuzados, algumas ainda estavam em andamento. Então, eu comecei a questionar e um dia fui a uma reunião de coronéis e estavam uns coronéis – que eu gostaria de não citar nomes – e em cima da mesa um papel, e meu olho corre longe, então bati o olho e li de longe; um dos coronéis viu e virou a folha, um outro me perguntou o que tinha acontecido e eu disse que ele tinha me chamado lá e que eu queria que me mostrasse o

que era aquele documento que estava em cima da mesa, e esse coronel que virou a folha me disse que eu não tinha nada que ver aquele documento, que não me interessava. Eu disse que a primeira coisa que sabia era ler e que eu olhei ali e vi coisas referentes a minha classe, vi coisas do meu interesse e o que me deixou claro que tinha coisa do meu interesse ali, foi a atitude dele de ficar nervoso, de se irritar quando percebeu que eu estava lendo e virar o papel, e que agora eu gostaria de obter aquela informação.

Ali, travou-se uma discussão, nós “batemos boca” e eu saí. Passaram um dia ou dois, me ligam... e essa reunião era marcada com o chefe de Estado Maior, que era conhecido como subcomandante. E eu que estava fazendo o trabalho de negociação, nesse dia que eu fui chamado novamente, eu busquei o Cabo Delgado e mais alguns soldados e nós fomos para o Comando-Geral, porque eu falei que não iria mais sozinho. Chegando lá no Comando-Geral, eu nem entrei na sala, o coronel já catou o papel e me entregou e perguntou se não era aquilo que eu queria; e era um acordo que tinha escrito que tínhamos uma ação contra o Estado e nele estava previsto que nós receberíamos uma indenização do Estado; nesse caso específico, era pagamento de diferença, só que aí eles colocaram em um segundo acordo, um pagamento, por nós, de honorários advocatícios; eu fiz uma continha lá e descobri que o montante que nós deveríamos pagar, juntando mais alguns milhares de policiais, dava mais de dois milhões de reais e o que era mais interessante é que o documento estava assinado pelo Capitão Carvalho, nosso representante de classe. Aí quando eu peguei aquele documento e li, eu olhei para o Cabo Delgado e ele não tinha uma gota de sangue no corpo; e ele falou comigo que tinha alguma coisa errada ali e foi aí que eu percebi o processo de manipulação definitivamente. Aí falei para sairmos de lá, rodarmos e irmos onde eu teria certeza de que não seríamos prejudicados e nós seguimos para a associação de onde fomos eu, Marilene, Camarão e acho que o Soldado Assis; e fomos para a casa do pai do Camarão que é um promotor de justiça, onde eu vi o documento que estabelecia que a gente tinha que pagar o honorário advocatício, ou seja, a manifestação daqui utilizou a manifestação de outros Estados para maquiar a situação, como se fosse uma rebeldia de praças, e na realidade o ponto de fuga eram esses honorários e eu quase fui executado por causa disso, porque eu percebi que quando me entregaram esses documentos, todo mundo tremeu, aí eu passei a correr risco de vida. Não consigo definir o que significaria em termos concretos esses honorários pra ele, porque eu acho que só ele pode definir. Eu só sei que houve um acordo, ninguém assina um documento dessa forma.

A partir daquele momento, eu comecei a mostrar, para aqueles que têm na mente que cabos e soldados podiam ser manipulados, que existia uma pessoa que tinha capacidade de liderar e impedir a manipulação. Então foi na hora que eu voltei a falar com o Dante, que falou para mim que não sabia daquilo ali, porque foi um acordo celebrado entre comandante-geral, os presidentes das associações dos oficiais, cabos e soldados e subtenentes e sargentos inativos e celebrado com o aval da Procuradoria Geral do Estado. Então, o Dante falou comigo que nem estava sabendo disso, mas se ele tentasse anular isso, ele arrumaria um problema muito maior para ele, porque aí ele estaria impedindo a gente de ganhar um direito que era o pagamento das diferenças. Então, ele me propôs me dar outra garantia: estender todos os benefícios até a turma de 1997 – “e eu vou dar todos os direitos até essa turma” – e ia aceitar uma proposta minha para que não tivéssemos que pagar aqueles honorários e perguntou se eu aceitava... eu disse que sim, mas ele disse que não conseguia vislumbrar como eu ia apresentar essa proposta.

Naquela época, nós tínhamos uma coisa chamada “etapa alimentação” que era um dinheiro que vinha na nossa conta, na época eram quarenta e dois reais, que nós entregávamos de batalhão em batalhão para fazer a alimentação dos policiais e bombeiros. Eu então falei com ele para fazer o seguinte – ele era um major. No meu caso, por exemplo, eu era soldado, continuo sendo até hoje, aí nós pagaríamos seis parcelas de cinquenta e dois reais. Então falei com ele para me dar três parcelas que seriam os meses de setembro, outubro e novembro; a “etapa alimentação” de major era de oitenta e quatro reais, então quarenta e dois iam para o batalhão e quarenta e dois ficariam comigo, ou seja, o dinheiro que eles vão retirar, eles já estão devolvendo para mim, o Estado está devolvendo para mim, nós não vamos pagar os honorários. Nós não só vamos desfazer o que eles armaram, mas, em contrapartida, eles vão receber o que tinham de interesse pra

não haver prejuízo pra ninguém. Ele me disse, então, que a partir daquele momento que eu estava me mostrando fiel, ele ia me dizer o que chegou ao conhecimento dele, e porque ele tinha me pedido para não sair de lá; disse que existia uma trama dentro da alta cúpula; que estavam ligados a outros políticos, que iam nos insuflar de tal forma, que sairíamos do Comando e iríamos para a rua, onde seríamos executados, e quando eles executassem, o dano moral iria cair sobre o Governo.

Perguntei se ele realmente tinha essa informação e ele disse que sim e que estava no mais completo sigilo lá dentro; disse também que naquele dia a maior preocupação deles era proteger as nossas vidas. Ele fez mais: disse-me para fazer uma pauta, e nessa pauta nós colocamos a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública, que pode ser visto hoje; nós pedimos a questão de bolsa de estudos para policiais, que hoje também pode ser vista; pedimos a abertura de linhas de crédito para a construção de casas dos policiais militares, dentro de valores módicos que seriam baixíssimos, para que os policiais pudessem fazer aquisição de imóveis, porque naquela época nós, aqui éramos humilhados, mas no nordeste era pior ainda; pedimos que na criação do Fundo Nacional de Segurança Pública, o fundo fosse constituído para haver a compensação e para que houvesse a equiparação salarial em todos os vinte e sete Estados do país, só que aí, para a minha surpresa de novo, o mesmo pessoal agiu; o comandante-geral da época e o secretário de segurança pegaram a ideia e levaram para uma reunião de coronéis e de secretários, em uma plenária na câmara dos deputados, e naquele ano houve uma grande reunião no Congresso Nacional, onde os secretários e os comandantes gerais apresentaram suas propostas, e o nosso secretário levou essa nossa proposta da criação do fundo e, posteriormente, o primeiro secretário da Secretaria Nacional de Segurança Pública veio nos entregar a primeira chave da primeira viatura da polícia comunitária, e isso está até registrado aqui, e ele nos entregou a chave e disse que estava entregando porque foi uma ideia que surgiu aqui, que foi idealizada por nós e ele simplesmente teve a capacidade de voltar para onde estava e redigir o texto e agora ele era secretário nacional de segurança pública. Ao contrário do que pensam muitos policiais, o Dante captou quatro milhões de reais para nós construirmos nossas casas; ele disse para mim que gostaria que ao término do movimento, eu continuasse conversando com ele - porque que eu tinha condição de ajudá-los e ele tinha condição de nos ajudar.

Enquanto aconteciam essas negociações, o que aconteceu foi que ninguém ia trabalhar, porque como nós não tínhamos organização, não tinha como manter o pessoal; nós não tínhamos água, não tínhamos alimentação e aí o pessoal passava só alguns dias, e quando tinha reunião, o pessoal se apresentava lá no Comando-Geral. Foi uma média de uns cinco ou seis dias, mais ou menos, e fora isso, nós fomos negociando.

Quem participava da negociação com o comandante-geral, era o Cabo Delgado, eu não participava. O grupo do Delgado negociava com o comandante-geral. Eu negociava diretamente com o governador. Então, o movimento do Mato Grosso estava em negociação direta com o Governo. O Delgado nunca soube das minhas negociações diretas com o governador. Ele não tinha comunicação com a tropa.

A insatisfação dos policiais era a seguinte: uma das coisas que eles me cobraram na época foi - como eu tinha me desponsado na época, e o desejo da maioria dos policiais era que assumíssemos a Assembleia Legislativa - que eu saísse candidato, e eu não vou mentir, eu tremi porque eu não tinha condição, eu era inexperiente, não era ligado a nenhum partido nem nada. O Antero foi à minha casa, na época ele era uma pessoa influente, secretário de comunicação, e me fez uma oferta para que eu saísse candidato e eu simplesmente tremi; nunca tinha ouvido falar daquelas coisas, não sabia como eram essas coisas. Eu acredito em Deus e eu digo para todo mundo que ateu é aquele que não consegue imaginar que possa ter uma força superior, aquele que acredita nessa força superior não tem condição de ser ateu, é temente a Deus. Na minha ficha institucional da Polícia, você não encontra extorsão, atos de violência, você não encontra nada; minhas fichas morais e profissionais, me desculpe o termo, é igual "bundinha de neném", sem nada. E eu estou para ser excluído, e se eu for excluído foi porque eu participei recentemente de um outro movimento, agora em 2008, não como liderança; só que eu fui contrário ao movimento e vou explicar porque: se você observar, pegando como exemplo Minas Gerais, os policiais lá fizeram aquela coisa toda, as pessoas se envolveram e a

verdadeira ponta de lança do processo se deu bem, foi eleito deputado, o Cabo Júlio. Eu, na minha teoria dos dois "i", não tinha esse direito, porque eu achava que havia feito as coisas de coração e deveria continuar assim e eu tenho certeza de que se nós conseguíssemos alcançar aquele objetivo de me candidatar e me eleger, eu seria beneficiado e os outros companheiros não e eu não concordava com isso.

Hoje eu avalio isso como um erro, porque minha visão foi equivocada, meu pensamento foi equivocado, eu poderia ajudar os meus colegas hoje. Eu não aceitei a proposta e não saí candidato em 1998 e, de lá pra cá, eu fiquei em silêncio até o ano de 2006. Nós tínhamos aqui no Mato Grosso duas pessoas tidas como bicho da goiaba no ato de execução: o Sargento Jesus, e o outro era o Cabo Valdir. Esse Sargento Jesus, a mãe dele mora em frente a minha casa, a casa da minha mãe, e um certo dia ele chegou para mim e disse para eu ficar esperto porque receberam ordens para me matar; ele, Cabo Valdir, e outros três que não vou falar, isso em 1997, receberam essa ordem por causa do documento; que o medo deles era de que eu colocasse isso. Eles receberam ordens do grupo que estava por trás dessa manipulação. Só que a prática desse sargento era a seguinte: ele mandava matar... e aquele que matou, ele matava para não deixar indícios. Então, por isso, ele nunca era pego; ele ficou milionário, antes de ser executado.

Dom Arcanjo Ribeiro é o homem do crime organizado no Mato Grosso, o Sargento Jesus morreu na época em que houve uma guerra com Dom Arcanjo Ribeiro, que mataram o empresário dono de um jornal do Mato Grosso; saiu na mídia nacional e Dom Arcanjo Ribeiro está cumprindo pena, e o Sargento Jesus e mais alguns policiais foram executados, inclusive o Cabo Valdir Pereira. Eu fiquei sabendo dessa ordem para me executar porque o próprio Sargento Jesus falou comigo, mas acho que a estratégia dele era falar isso comigo e mandar alguém me matar porque eu não iria suspeitar dele nunca se eu sobrevivesse. Eu não ando com nenhuma arma, nem cassetete; eu falo pra todo mundo que se quiser me matar, é só pegar uma agulha e me matar. O Sargento Jesus foi visto depois, durante o movimento todo ficou do meu lado, e eu obtive a informação de que Fulano disse para as pessoas que mandaram me matar que, se matassem durante o dia, que fossem preparadas para trocar tiros, porque ele estaria do meu lado durante o movimento. Alguns anos depois, um policial veio até a mim e assumiu, na frente de todo mundo, que tinha recebido ordens para me matar e que quem contratou foi o Jesus e ele está vivo hoje. E para responder por que eu não tentei prender ele, a gente volta lá atrás, nos motivos por quais eu luto, porque está tudo errado, e digo mais: se você procurar as polícias do país todo, vai encontrar isso. Eles não aceitam as reformas no regulamento nem a atualização dos estatutos de acordo com a carga institucional, por isso: os coronéis e oficiais fazem o que eles querem. Eu estou indo ao Conselho de Disciplina, eu e mais alguns. Lá funciona da seguinte forma: eu entro dentro do Conselho, se três policiais votarem contra mim, eu sou expulso; e no meu caso específico, não tem nada que contrarie as normas da Polícia, eu não podia só faltar serviço, mas os dias que faltei eu trabalhei vinte e quatro horas e fui escalado no outro dia.

Em 1998, eu tive um capricho de tentar vender uma imagem melhor da Polícia e convidei esse cidadão, o coronel Deodato Sales, para ser padrinho de uma turma de estudantes, ele e o comandante-geral da época, o coronel Renato – foi o pior erro que eu cometi na minha vida. Um indivíduo que veste farda, não sei que fascínio ele exerce na sociedade que ele vive que ele é alvo fácil. Todo mundo comete erros, eu cometi, mas não a ponto de prejudicar a minha família; esse cidadão fez com que eu me separasse da minha família, mas não era esse o objetivo dele, porque, no meu entendimento, hoje eu sei que ele descobriu que era um dos meus pontos fracos, o meu calcanhar de Aquiles. Entraram em questões pessoais. Nunca me ameaçaram, não houve ameaça, só recentemente. O que aconteceu é que eles sempre tentavam me parar, mas eu não paro. Por exemplo, eu podia não dar entrevista, mas eu não paro e nem vou parar; o único jeito de me parar é me matando, e hoje eu digo para todo mundo que o dia que eles me matarem é um favor que vão me fazer, porque aí vai acabar com a minha insatisfação, porque eu tenho um sentimento que é assim: os policiais, pra mim, são feitos para serem exemplares no conceito social, mas é preciso uma estrutura forte de fiscalização, é preciso que todos aqueles que estão no exercício da função sejam verdadeiramente fiscalizados, porque se você observar, o soldado é fiscalizado pelo cabo, fiscalizado pelo sargento, pelo segundo e pelo terceiro sargento,

pelo subtenente, aspirante, segundo tenente, primeiro tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel e fora isso tem a sociedade, o Ministério Público, a corregedoria e as organizações sociais. Quer dizer, nós somos fiscalizados por todo mundo porque somos nós que colocamos a mão na massa. Mas quem fiscaliza os coronéis? Eu vou denunciar um coronel em uma corregedoria onde outro coronel exerce o poder e manda? O que aconteceu, então, foi que esse cidadão chegou na cadeira de comandante-geral em 2005 e fez uma lambança, para você ter uma ideia, ele deu um reajuste, quer dizer, o Governo deu um reajuste pros coronéis, o "coronel-full" que é uma linguagem que a gente usa, quer dizer que é um coronel estrela fechada, que tem todas as estrelas, porque tenente-coronel são duas estrelas, uma amarela e uma azul, então quando todas as três estrelas são amarelas é um "coronel-full". Então ele conseguiu, em setembro de 2005, fazer com que todos os coronéis tivessem um ganho de quinhentos e poucos reais de diferença salarial para um coronel, e retroagiu essa recomposição desde janeiro de 2005. Quando foi novembro ele conseguiu de novo e retroagiu a janeiro de novo, isso ele no comando. Quando foi em 2006, ele apoiou uma lei de fixação de incentivo, essa lei tirou praticamente todas as nossas possibilidades de promoção. Isso está no site da Assembleia Legislativa, são leis complementares.

Essa lei complementar que ele criou, eu me recordo bem, é a 244; ela dava direito de sermos promovidos, mas no parágrafo seguinte tirava todo esse direito. Então, no ano de 2006, nenhum policial foi promovido; daí, eu vim aqui e conversei com um sargento, e nesse ano conseguimos mudar essa regra (foi derrubada em uma lei). No ano de 2007, ele perdeu o comando, só que ele vinha fazendo de tudo para se manter no comando, e o resultado foi que, em 2007, nós conseguimos editar a lei, chamada Lei 271, e essa lei é a única lei no País, acredito eu, aonde o soldado vai de soldado a subtenente; só que conseguimos fazer isso somente para a turma de quinze anos – policiais com mais de quinze anos de serviço; e enquanto em um ano ele não promoveu nenhum, nós conseguimos a promoção de quinhentos e quarenta e oito. Só que como ele tinha interesse de permanecer no comando, ele se revoltou contra o Governo e começou a insuflar, de forma indireta, os praças a irem contra o Governo utilizando os mecanismos que ele tinha na mão, que era um movimento chamado movimento de mulheres, e o resultado foi que ele fez com que os policiais fizessem uma manifestação na frente do 1º Batalhão; ele já tinha perdido o Comando-Geral nessa época, então pra ele derrubar o comandante-geral que tinha aprovado o projeto de lei, ele, de forma indireta, conseguiu fazer com que houvesse uma manifestação, como foi o que aconteceu no movimento dos policiais, com aquele pensamento de que se houvesse um movimento de policiais, o Governo perdia. Aí, como eu conheço o facinora, eu não permiti, aliás, não é que eu não permiti, eu não deixei que a coisa crescesse. Nós temos um batalhão em Cuiabá que é a capital, tem três batalhões em Cuiabá e um em Várzea Grande, eu era de Várzea Grande, só que para ter força, o movimento teria que procurar os batalhões de Cuiabá e Várzea Grande, e eu barrei o de Várzea Grande. Mostrei para ele que não havia necessidade e que seria uma insanidade, uma irresponsabilidade, e não ficou bem pra ele, tanto é que ninguém se manifestou lá. Esse movimento tinha dois objetivos: um era jogar os cabos e soldados contra os candidatos do governo a prefeito nas eleições de 2008 de Cuiabá, de Várzea Grande e de Rondonópolis. Em Rondonópolis, o efeito foi satisfatório porque lá houve manifestação – um movimento das mulheres lideradas pela Dona Adriana. Eles então fizeram esse movimento e queriam que eu participasse do movimento, que levasse Várzea Grande, e eu falei que não ia porque o único beneficiado seria ele; ele disse que eu iria receber uma vantagem e eu disse que não queria, eu ia usar os cabos e soldados para quê? Então esse pessoal se voltou contra mim e o que acontece na Polícia é que são vários oficiais e eles se digladiam entre si, e quem entrar no meio ali se machuca; lá tem uma picuinha absurda e aí chegamos à resposta lá atrás, de porque os policiais são prejudicados. Então, eu pago um preço caro por ser convicto com isso, de não conseguir convencer os meus colegas que eles são injustiçados.

No ano de 2007, eles editaram as Leis 271 a 272 e a 273. A 271 e a 273 são correspondentes aos militares da PM, e a 272 é correspondente aos bombeiros. A 271 foi um trabalho nosso, e a 272 só trata da questão dos salários dos oficiais; aí uma estratégia nossa também, daqui da associação que nós aceitamos. Eu já estava na associação como diretor jurídico, então nós aceitamos, porque nosso ressentimento era muito

grande, a proposta era ridícula (como se provou ridícula, porque algumas mentes más acharam que podiam passar isso com muita facilidade), então o que eles fizeram foi dar 30% de reajuste no salário de coronel. Eu cobreí, porque todas as vezes nós somos prejudicados salarialmente; eu acompanho isso ano por ano, não está atualizado agora de 2005 pra cá, porque eu estou envolvido nessas questões do meu processo; eu estou sendo processado desde 2007. Então eles mandaram dois projetos de lei dos salários dos oficiais e deixaram um espaço que era a revolta de Minas Gerais, onde um soldado recebia treze vezes menos do que um coronel, na época. O coronel lá recebia um salário exorbitante, e o soldado uma mixaria. Aqui, aconteceu que eles deixaram a distância de um capitão para um major de 25%, e a diferença de um tenente para um capitão de mais 25%. Então, esse buraco é nosso alvo e nós lutamos para conseguir os 30%. E foi a hora que eu fiz um documento e pressionei deputado por deputado através do gabinete; eu mandei um documento redigido por mim, entregando nos gabinetes, e nele eu coloco que eu utilizaria o mecanismo do aquartelamento.

Será que eu, como policial militar, não tenho direito de pressionar um deputado? Mas o que eles alegam é que estão sob o regulamento disciplinar de 1978 – um regulamento que não me dá direito nem de respirar – aí eles abriram inquérito e me jogaram pro Conselho de Ética, me mandaram para a Justiça Militar e a promotora me deu um despacho assim: “prove que ele cometeu algum crime; aquele que não luta pelo próprio salário não é merecedor dele, então Nonato está no seu direito”. Então foi aberto um Conselho de Disciplina com esse objetivo, mas o principal objetivo deles é me desnortear, porque eu estou indo contra essa consciência deles de manipulação. Eu peguei esse Conselho, que é sobre esse assunto; não tem outras pessoas comigo nele, mas tem outros policiais que fizeram a manifestação que também estão nele, em torno de trinta ou quarenta policiais, e agora foi aberto mais um inquérito do pessoal de Rondonópolis, nunca parou. Só que agora eu tenho possibilidade de exclusão, porque eles estão usando o regulamento que é retrógrado e ultrapassado porque a Justiça não usa méritos, ela usa fatos. Se eles erram no processo, então pagam. Só que em vias de exclusão, eu tenho que me esforçar; eu pago advogado para me defender, e olha que não consigo me defender. Por causa desses problemas, a associação não pode me pagar um advogado. Quem inventou a eleição aqui na associação, entre os soldados, foi o coronel Sales. A elite pensante, eles pensam assim, acham magnífico o que você faz, porque você se interessa por um segmento que poucas pessoas se interessam, porque a maioria dos professores e a maioria dos universitários, eles têm uma visão completamente ridícula, crônica.

Houve um concurso de sargento e levaram o pessoal para a universidade federal; lá os policiais foram exterminados; os próprios estudantes que estão lá, alguns usam drogas, acham que universidade é para ir cheirar, fumar, praticar sexo... e a polícia chega e atrapalha a libertinagem. A faculdade é um lugar muito exclusivo, é um lugar onde ajuda as pessoas a se relacionar, a ter seu desenvolvimento, mas ali não é para isso. Eu me dou bem com o pessoal da UJS, com o pessoal do PC do B; e se questionam quem pode estudar lá, eu digo que não são eles que reclamam que os policiais não são qualificados? Então deixem eles se unirem aos qualificados para aprenderem um pouquinho. Então, a própria sociedade não quer ajudar os policiais, não a sociedade comum, mas aquela sociedade que se julga intelectualizada que quer eliminar sem entender. Por exemplo, a USP, porque ela não faz um programa aonde ela vai dar formação para os policiais? Ela tem capacidade para fazer isso, pega os policiais e faz de tudo com eles, monta um centro de formação, chama o Estado para uma parceria, inclusive a Universidade de São Paulo é do próprio Estado de São Paulo. Nós temos uma lei própria, todas as polícias têm uma lei. Estamos tentando fazer isso aqui, estou tentando convencer a fazer com que os cursos de formação sejam tecnológicos e não científicos; a próxima lei de ensino é influência nossa; eles não vão assumir isso, mas nós é que estamos lutando para que seja assim, porque vamos analisar uma situação, por exemplo: um tarado quer pegar uma mulher, ele não vai vir com educação, então o policial vai pegar esse tarado, ele tem que ter educação? Tudo bem, se for observar os meus princípios, eu acho que todas as pessoas são passíveis de erros, e todas as pessoas têm direito à correção desses erros. Eu sou defensor disso nessa vida, só que, em contrapartida, quando eu atuo como policial, eu tenho que pensar antes no cidadão do que no bandido e a sociedade tem que saber isso. Vou citar um exemplo para ficar bem claro

que eu estou lutando – não sei quem mais está, mas eu estou – eu saí candidato a vereador de Várzea Grande agora em 2008 pelo PPS. Decidi ser político, então fechei um acordo com o prefeito; eu e o presidente da época, nós tínhamos um propósito de apresentar uma proposta para o prefeito e ele a assumiria e nós implantaríamos em Várzea Grande. Ele perguntou como seria e eu disse que nós iríamos começar a trabalhar com a questão de efetivo, porque efetivo é muito simples, todo policial é ostensivo; então a existência do policial inibe a ação marginal, essa é a teoria e na prática ela se efetiva, porque se você tiver policiais esparramados pela cidade, pelo menos nos centros, você diminui os atos de violência, porque a violência é resultado de outros fatores, mas ao mesmo tempo em que você pede o aumento do número de policiais, você diminui o stress dos policiais, porque a jornada de trabalho é mínima, o stress é diminuído, a dificuldade de obtenção é menor, porque são vários policiais coletando muito mais informações, então tudo é benéfico e você vai trabalhar a questão da violência, mas o mais importante é que você vai valorizar o policial no exercício da função.

Com relação à unificação das polícias, eu sou contra por uma simples razão: não existe a menor possibilidade de uma instituição tão forte, é um perigo para o país. Eu estou traduzindo porque vi um pesquisador definir isso. Se juntar a Polícia Civil com a Militar nesse país, há condição de fazer uma boa tropa e não essa coisa que a gente está vendo aí? Isso é perigosíssimo! Então eu sou defensor de integração: cria-se um estatuto. A polícia norte-americana tem o efetivo dela fardado e o efetivo à paisana, eles podem transitar um dentro do outro e tem um sistema de correção fora. Então é isso que temos que fazer aqui. Vamos citar um exemplo pegando um caso absurdo: policial civil é investigatório, então pra que usar uniforme preto? O que a polícia civil quer com helicóptero? Ela não é de execução, é de investigação, e a não ser que seja uma coisa que esteja precisando muito, não tem motivo. Com relação à classe policial, o que acontece é que os policiais têm maior quantidade nas ruas e precisa da possibilidade de transitar nessas formações e que seja feito um curso técnico. Porque o que eu defendo é que se pegar e unificar as polícias, quem é que vai investigar quem? Por exemplo, eu chego e cometo um crime, aí o delegado vai me investigar como? É o caso que eu falei de um corregedor ser um coronel, eu vou denunciar um coronel para quem? Então é necessário haver isso, se um coronel oficial quer virar delegado, ele sai da Polícia Militar e vai para a Polícia Civil porque isso vai gerar uma forma de o Estado não gastar duas vezes, porque a maioria dos oficiais, hoje, são formados em curso de Direito. Esses cursos poderiam ter diminuído o valor das mensalidades através de convênios com as próprias instituições. Aqui mesmo no Mato Grosso tem policial que está fazendo graduação com convênio.

Fazendo um balanço geral do movimento, eu digo que valeu tudo, apesar do pessoal não saber dos valores da luta, por exemplo, hoje nós temos uma escala, em uma boa parte do Estado, de doze horas por vinte e quatro, doze por trinta e seis. Recentemente, nós conseguimos, aqui, fazer com que o Estado pague dez reais por hora extra trabalhada no horário de folga, ou seja, o policial que trabalhar cinquenta horas no mês que são os dias de acumulado que ele tem, ele vai receber mais de quinhentos reais. Nós conseguimos fazer com que a justiça da Lei de Proteção permitisse que o soldado com mais de quinze anos de carreira vá a cabo e esse cabo às vezes vira terceiro, segundo, primeiro subtenente. O que nós queremos fazer agora... eu já tenho uma associação montada que é para ser subordinada a essa daqui, mas com objetivo de não permitir que eles deslanchem ou deixem essa história não dar continuidade; nós criamos uma associação representativa. Nosso objetivo é apresentar uma proposta para o país inteiro. O nosso entendimento é que a ANASPRa não está discutindo no contexto nacional, eu não conheço o trabalho deles. Porque o primeiro passo você tem que dar, tem uma filosofia chinesa que diz que "se você quer consertar o mundo, dê umas voltas ao redor de sua casa", meu mundo é o Estado do Mato Grosso. Depois que conseguirmos falar uma língua só, aqui, nós vamos partir para uma regional, que seria a região centro-oeste, depois dessa regional pronta, vamos chamar pessoas de fora para mostrar os nossos modelos.

Força nacional nada mais é que um mecanismo de repressão às rebeldias das polícias estaduais, então, vamos dizer que o Rio Grande do Sul se rebelde: ao invés de chamar o Exército para ir contra o que eles vão fazer, pega-se um percentual de policiais do Mato Grosso, de Alagoas, Recife e outros Estados e vão se unir

contra os policiais do Rio Grande do Sul, como eles começaram a fazer em Rondônia, e eu não sou contra, porque sou defensor de que nós, policiais, não devemos em hipótese nenhuma, em momento nenhum, fazer manifestação. Mas para termos essa valorização, é necessário que nós façamos a conscientização da nossa sociedade dos valores que exercemos no contexto social. E nós estamos trabalhando isso com muita dificuldade.

Em 1997, quando fizemos o aquartelamento, tivemos o apoio total da população; a sociedade não entendia como que a gente ficou tanto tempo em silêncio. Não teve nenhuma saída por causa daquele incidente político; poderia ter ocorrido e, se tivesse ocorrido, haveria uma adesão extremamente forte e perigosa. Mas o que acontece é que Deus escreve certo por linhas tortas, então agora, em 2008, algumas pessoas nos procuraram temerosas de que nós liderássemos uma paralisação, mas eu falei que podiam ficar tranquilos porque não haveria paralisação de nós, policiais, e falei que era porque a sociedade não tem culpa das mazelas existentes lá dentro, mas que agora nós contávamos com eles e me responderam que quando tivesse dificuldades, era para procurá-los. Então dá pra chegar a esse ponto, e *vai chegar a esse ponto!*

Eu enquanto policial, nunca trabalhei com outras coisas, mas fiz parte de associação de bairros, me lembro também da associação mato-grossense de estudantes e movimentos sociais, qualquer movimento social eu endosso, apoio. Associação de moradores que nós temos aqui, o pessoal se junta, tem uma união aqui e a gente apoia, temos entendimento também fora da corporação.

Eu descobri uma coisa que é triste: que eu sem poder não consigo nada, e é triste eu dizer isso; eu me aliei ao comandante-geral, e é triste, porque o que acontece é que a nossa formação cultural é subserviente, é idólatra, então se você fizer um trabalho de base, atencioso, direito e fizer uma conduta pra um monte de pessoas e falar que foi você que fez, ninguém dá valor, mas se chegar um jogador de futebol famoso e falar, isso vai ser diferente, porque nossa formação é idólatra, nos impede de ser grande. A nossa formação é sob pressão às verdadeiras potencialidades da coisa. Então eu tive que adotar uma outra linha de conduta e o que vai acontecer neste momento é que se o grupo do coronel está desdenhando, e desmoralizando o Governo, eu vou me aliar ao grupo do Governo para conquistar o que eu quero para os cabos e soldados, servindo aos interesses deles, mas dentro daquilo que eu acho que é satisfatório. Essa é a única forma de eu conseguir fazer com que nós nos unamos para, em um futuro próximo, conseguir resultados.

Antes de 1997, teve um movimento aqui em Cuiabá, em 1994, que teve uma agitação forte, inclusive o líder do movimento na época me pediu para eu ajudá-lo, mas eu disse que não estava preparado, era o Sargento Duarte que hoje é advogado. As pessoas têm uma visão diferente do que é Governo. Vai me dizer que o Barack Obama não vai ser manipulado pela indústria armamentista norte-americana? Somos impotentes diante do poder "dos outros".

3.7 SOLDADO MELO IRMÃO (JOSÉ FLORÊNCIO DE MELO IRMÃO)

Acervo da autora, jan. 2009.

Entrevista com Melo Irmão (José Florêncio de Melo Irmão), líder do movimento grevista dos praças da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul, ocorrido na cidade de Campo Grande, no ano de 1997. A entrevista foi realizada no dia 20 de janeiro de 2009. Melo Irmão ingressou na corporação em 1984. É presidente da Associação dos Cabos e Soldados da PMMS. Enfatizou o seu papel como líder do movimento dos praças de 1997.

O nosso movimento foi em julho de 1997. Ficamos treze dias aquartelados, trouxemos o segmento da tropa do interior para a capital. Concentramos na praça central da cidade, a Praça Ary Coelho.

Nasci na terra do Lula, em Garanhuns/Caetés - Pernambuco, em 17 de setembro de 1961. Meus pais eram lavradores. Na minha família somos dez irmãos vivos, eram vinte e um, mas onze faleceram; nasciam e faleciam. Dos vivos, com exceção de um que está no Ceará, todos vieram para Campo Grande. Como a maioria dos nordestinos, saímos de lá em função da situação. A família veio para cá em 1972, uma parte dos meus irmãos nasceu aqui, são três nascidos aqui. A maioria dos meus irmãos é nascida em Pernambuco.

Fomos para o Paraná, para a região de Londrina, e ali nós ficamos de 1967 até 1972. Lá, também trabalhando em lavoura, nós tínhamos um tio que já morava ali, ele era capataz de uma fazenda lá no município de Londrina, então em função disso é que houve a nossa ida do nordeste até o Estado do Paraná. Em Londrina teve uma oferta de um rapaz que mexia com café, para virmos aqui pro Mato Grosso do Sul, para fazermos plantio de café, e na época vieram dez famílias e mais cinquenta peões para trabalhar aqui nesse plantio de café em uma fazenda aqui próxima a uma cidade chamada Maracaju. Na época, todos os irmãos que tinham uma idade acima de dez anos já eram envolvidos na lavoura, inclusive as minhas irmãs que também já tinham idade de trabalho, com exceção de uma, a minha irmã mais velha, que não veio pra cá. Fomos direto pra essa fazenda e ficamos lá, no plantio de café, durante dois anos, até 1974.

Em 1974, nós viemos para Campo Grande, que ainda não era capital, porque o Estado era o Mato Grosso. Chegamos aqui e fomos morar em uma região da periferia e na região, aqui no município de Campo Grande, a gente ficou durante todo esse tempo, e em 1980 eu servi ao Exército. Nesse tempo, eu já fui convidado por alguns colegas para entrar na PM. Como eu estava terminando o segundo grau, eu não quis porque eu tinha medo de ter meus estudos atrapalhados pela profissão de policial militar. Nenhum irmão meu tinha servido ao Exército, eu fui o primeiro. Em 1981 saí do Exército, não entrei na PM; tive colegas que entraram, eu tenho colega que hoje é subtenente da PM, que entrou na época em que me convidaram. Terminei meu segundo grau em 1984; trabalhava em uma empresa privada e pedi licença de lá para entrar na PM, e em 01 de julho de 1984 eu entrei na academia da PM daqui do Estado. Eu ainda não tinha o segundo grau completo, tinha só o primeiro grau; na realidade, poucos tinham o segundo grau, eu me lembro que eu fui um dos poucos que concluí o segundo grau; a quantidade de policiais militares e bombeiros (bombeiros não existiam porque era corporação única) era muito pequena.

Meu período de formação na PM foi difícil, porque na verdade, mesmo sendo articulado no Exército, tendo costume lá, na PM é diferente, porque na PM existe aquele ritmo cortante. Quando nós entramos na academia, um mês depois, começamos a fazer estágio nas ruas, estágio na prática policial, policiamento de

trânsito, policiamento ostensivo, você fica andando de radiopatrulha, etc. Enfim, o estágio trouxe uma situação diferente, ou seja, que o risco é cortante. Mesmo assim eu gostei muito da profissão, acabei indo pra uma Companhia que é uma Companhia de Radiopatrulha, tipo a que roda em São Paulo, tipo outras, policiamento de Radiopatrulha motorizado na capital, aqui, do Estado na época. Quando nós entramos, a dificuldade era muito grande porque a PM não tinha uma visão de valorização dos policiais militares, do ser humano. Você era colocado nas ruas e tinha que trabalhar. Como? Do seu jeito, sem as condições estruturais, sem o apoio necessário. A minha formação durou quatro meses, na época, e o treinamento não foi nem policial nem militarizante. O militarizante é aquela questão de, infelizmente, você ser até humilhado, você entrar em uma academia da Polícia Militar, em um regime militarizado e não ser tratado como uma pessoa que vai trabalhar em uma sociedade, com seres humanos. Hoje em dia isso melhorou bastante, houve uma mudança muito grande. Aqui é RDPM; o RDPM nosso é de 1981, é de antes da Constituição Federal e nós estamos brigando desde que eu entrei na associação, em 1995. Nós estamos lutando para mudar, é uma luta antiga. Eu me formei na academia, passei a trabalhar nessa Companhia de Radiopatrulha onde fiquei de 1985 até 1990; em 1990 fui convidado pra fazer parte da segurança de um dos governadores aqui do Estado, na época o Pedro Pedrossian, onde fiquei quatro anos trabalhando na equipe de segurança do governador, retornando dessa equipe de segurança para os quartéis. Na verdade, foi o seguinte: de 1986 a 1990 eu fiz um curso de Direito, aí fui o primeiro praça da PM do Estado a fazer um curso superior; não tinha apoio nenhum da corporação, muito pelo contrário, pra se ter ideia a nossa escala na época eram doze horas por vinte e quatro, ou vinte e quatro por vinte e quatro, ou vinte e quatro por quarenta e oito, então não tinha uma escala fixa e no dia em que eu estava trabalhando, para eu poder ir para a faculdade, eu pagava um colega para ele tirar o meu serviço.

Então fiquei nessa situação durante dois anos, em escala de serviço. Quando começou a apertar mais em cima, eu passei a trabalhar em uma seção, de segunda a sexta, serviço administrativo, só que no sábado trabalhava vinte e quatro horas na rua. Entrava no sábado de manhã e saía no domingo de manhã cedo, porque como eu trabalhava em um serviço administrativo, nos últimos três anos de faculdade com esse serviço administrativo, eu tive que pedir pra sair uma hora antes de terminar o expediente. Pra compensar essa hora antes, eu trabalhava vinte e quatro horas no final de semana, eu não tive colaboração nenhuma, pelo contrário, quando os oficiais viam que eu estava fazendo faculdade eles ficavam com o pé atrás, tinha um ou outro que, às vezes, pensava em apoiar, em ajudar, mas o apoio concreto não existia.

Terminei meu curso em 1990, e coincidiu justamente com a época que fui para a segurança do então Governador Pedro Pedrossian. Fiquei durante quatro anos nessa segurança, praticamente não utilizei o meu curso e quando eu voltei da segurança para trabalhar no quartel, eu senti a necessidade de estar agindo em outra situação se eu quisesse ser valorizado no próprio curso que eu fiz. Aí eu fiquei 1994, 1995 e 1996 na ativa, em 1996 eu reuni meu tempo de PM mais o tempo de fora que eu tinha e aposentei proporcionalmente com dezenove anos de serviço. Fui para a reserva remunerada com dezenove anos efetivos de serviço de PM e fora da corporação.

Em 1993 eu já tinha disputado a eleição na Associação, eu era associado desde 1985, e fiquei em terceiro lugar. Em 1995, fui candidato e consegui ser eleito presidente da Associação. Pegamos uma Associação sem crédito nenhum, não tinha sede, não tinha estrutura nenhuma. Conseguimos dar uma nova característica para a associação trabalhando muito, foi em função disso que peguei minha reserva proporcional, optei por começar a advogar e fui presidente da associação e advogado ao mesmo tempo para a própria associação e para os associados. Aí comecei a trabalhar, só que a receita da associação era muito pequena, não tinha uma receita garantida e comecei a trabalhar de forma pesada, com mais um grupo de colegas; inserimos nossa luta de classes num fórum de setores públicos que fizemos aqui no Estado. Falar desse tipo de coisa, de reivindicações, era possível no Mato Grosso do Sul, na época. Infelizmente, os governantes não davam o apoio necessário, era um apoio restrito que provocava muita revolta na classe. Falta de condições de trabalho, escalas, falta de apoio... Tudo isso implicava em revolta na classe, só que até então ninguém tinha tido uma preparação para tentar unir os segmentos e nós conseguimos fazer isso. Antes desse movimento, não tinha

acontecido nenhum outro, nós tivemos ex-presidente da entidade que participava com outros seguidores, mas não um segmento partindo da área pública, só os ex-presidentes, foi “tipo” o presidente estava lá mesmo e deu um apoio. Efetivamente, um movimento do segmento foi em 1997.

Em 1995, nossa Associação entrou no Fórum dos Servidores Públicos do Mato Grosso do Sul (ligado ao PT), começamos a ter uma visão melhor do que era uma reivindicação salarial e de melhores condições de trabalho; começamos a repassar isso para os segmentos da PM envolvidos na Associação. Colocamos para eles que teríamos que estar unidos se quiséssemos conquistar alguma coisa. O período do Governo, de 1995 a 1998, foi um período muito difícil, nós chegamos a ter quatro folhas de pagamento em atraso no ano de 1997. Foi assim... estourou a greve lá em Minas, e aqui a gente estava com quatro folhas de pagamento atrasadas e salários baixíssimos. O salário de um soldado era de duzentos e noventa reais; era um salário mínimo e meio, e com essa situação a gente conseguiu, em nível de Estado, unir os segmentos e partir para uma mobilização. Um forte segmento policial militar; aqueles que não participaram diretamente também não atrapalharam. A maioria absoluta que estava nas ruas eram praças, foram poucos os oficiais que estiveram lá.

O nosso movimento foi em julho de 1997. Ficamos aquartelados e trouxemos o segmento da tropa do interior para a capital. Concentramos na praça central da cidade, a Praça Ary Coelho. Dali, saímos em passeata pelas principais ruas da cidade, andamos mais de dez quilômetros. Usávamos o microfone para falarmos palavras de ordem e pedimos desculpa para a sociedade sul-mato-grossense: explicamos que a nossa situação não era boa, que estávamos com quatro folhas de pagamento em atraso, estávamos reivindicando nossos direitos. A praça fica entre a Rua Quatorze de Julho e Avenida Afonso Pena, que é uma das ruas principais. Saímos da praça, pegamos a Rua Quatorze de Julho e fomos até a Rua Mato Grosso; subimos a Avenida Mato Grosso, que é a avenida que cai no Parque dos Poderes, onde fica a sede dos poderes e onde fica o quartel do Comando-Geral da PM, então subimos essa avenida direto até o Parque dos Poderes, em passeata. Todo mundo que foi, quem estava fardado, estava desarmado, estava com a arma guardada, teve gente que foi de capuz. O sindicalismo nos ajudou no movimento; o deputado Zeca do PT nos apoiou muito, inclusive, em 1998, ele foi eleito governador do Estado; o PT, no todo, nos ajudou a fortalecer o movimento.

No Legislativo, tínhamos o Cabo Almi que foi eleito em 1996. Ele esteve com a gente durante o movimento. Entretanto, a associação encabeçou tudo. O Cabo Almi participou com a condição de apenas ajudar o movimento, não para liderar.

Na realidade, nós já entramos no movimento sabendo que teríamos retaliações, perseguições, processos administrativos. Enfim, isso tudo já estava pensado, só que como o momento era um momento muito difícil para todos os policiais militares e bombeiros, inclusive para os oficiais, e a sociedade sentindo esse descaso do Governo, passamos a ter o apoio da sociedade também. A tropa participou de forma efetiva e com muito ânimo, ou seja, com a intenção de fazer o Governo nos respeitar e fazer a sociedade saber o que estávamos passando. Então onde a gente passava, havia concentração da população para nos aplaudir. Não aconteceu igual no Nordeste, de fecharem lojas, mas nós verificamos que fizemos um dos movimentos mais organizados do Brasil. Não houve nenhuma trapalhada, não houve farra, algazarra do efetivo, foi um movimento bem controlado. Fomos para o Comando-Geral da PM e lá permanecemos durante todo o movimento acampados; lá foi o nosso QG. Nós tomamos o quartel do Comando-Geral, a maioria dos praças que estiveram na capital foi para o Comando-Geral; na realidade, todos aqueles que vieram, porque outros ficaram no interior apenas para cuidarem dos quartéis, porque nós não abandonamos os quartéis; abandonamos presídios, mas os quartéis não, os quartéis ficaram como nosso centro de apoio e aqui, junto com o pessoal da capital, na época a participação de mais de noventa por cento, só não participou o pessoal do setor reservado. Na época, o pessoal do policiamento especializado não participava efetivamente, mas quem participou do movimento esteve conosco no quartel do Comando-Geral durante os treze dias acampado.

Os jornais daqui noticiaram muito na época sobre os presídios, mas no caso, os agentes penitenciários não participaram do movimento. Nós entregamos o posto, porque era a Polícia Militar que estava trabalhando lá na época, e nós paramos de cuidar e o Governo acionou o exército que tomou conta dos

presídios aqui no Estado. O Exército esteve presente também apenas policiando, mas não teve nenhum atrito, o único local em que o Exército esteve foi na Praça Central, porque próximo de lá morava o governador, então eles cercaram a quadra onde o governador morava e passou a cuidar dos prédios públicos. O Batalhão de Choque não existia, na época não tínhamos esse tipo de policiamento, nós tínhamos o setor reservado, que é a P2, e tínhamos o departamento de operação de fronteiras e os policiamentos que ganhavam diárias, onde alguns policiais acabaram se omitindo, não participaram. Hoje em dia, nós temos uma Companhia que faz o serviço que exige uma preparação maior, que é a Companhia de Gerenciamento de Crises, uma Companhia independente, ela é um policiamento de uniforme diferente e quando é necessário, coloca os aparelhos de choque, se prepara como se fosse uma Companhia de Choque.

Na época, já estávamos em negociação e o Governo nos recebia, mas não resolvia. O secretário de segurança da época não conseguia resolver e delegava poderes para os comandos: o Comando-Geral da PM e o Comando-Geral dos bombeiros e a negociação era mais com eles. Nós tomamos o quartel do Comando-Geral e ali ficou nosso local de permanecer, de dormir; ali era onde a gente decidia tudo. As nossas famílias não participaram efetivamente, mas o apoio foi integral. Na realidade, o que existiu desde o início, porque no militarismo quem comanda sempre vai usar ou tentar usar as armas que tem, que é a ameaça, aplicar o regulamento disciplinar ou excluir, então isso existiu. Inclusive, eu lembro que os dois comandantes me falaram que a ordem do governador era processar todo mundo e excluir, que o pessoal estava em assembleia constante e qualquer coisa a gente convocava a classe e caberia a eles fazer esse tipo de ameaça. Mas como a situação estava realmente grave, eles não conseguiram colocar em prática nada disso e quando nós chegamos a um denominador, ou seja, conseguimos resolver a situação, ter um reajuste que veio na nossa etapa de alimentação que é um valor igual pra todo mundo, oficiais e praças. Então tivemos um aumento nessa etapa de alimentação e assegurados mais alguns direitos. Foi um aumento significativo, fez com que um soldado ou cabo praticamente dobrasse sua renda na época. Depois do décimo dia, mais ou menos, foi que conseguimos aprofundar as negociações e ter um resultado positivo e no décimo terceiro dia convocamos uma assembleia para poder resolver sobre a proposta tirada junto ao Governo; essa assembleia foi dentro do Comando-Geral, a partir daí nós ficamos três dias no Comando-Geral, só saímos para a governadoria para tentar fazer uma pressão.

A imprensa foi importante, ela cobriu praticamente vinte e quatro horas por dia, ela estava o tempo todo conosco ali, cobrindo, que ali o pessoal dormia, se alimentava, enfim, os treze dias nós ficamos dentro do quartel, ou seja, ficamos aquartelados de verdade. O desenrolar da negociação já foi com os dois comandantes da PM, na época o coronel Francisco Libério da Silveira, da PM e o coronel Ciel Martins Elias, comandante dos bombeiros, eles foram delegados para negociarem conosco e a gente conseguiu avançar. Eles entendiam o movimento como justo, também estavam naquele sofrimento de salários atrasados, o salário deles também não era muito bom, então aproveitaram o movimento também para buscarem algumas soluções. A condição nossa para voltar a trabalhar foi não ter nenhum tipo de retaliação, punição ou processo aberto contra quem tinha participado. Isso foi aceito pelo governador, foi registrado. A condição para voltar a trabalhar, aceitar a proposta de negociação foi que essa situação de ameaças, de regulamento disciplinar, de exclusão... que isso não existisse, nem processo administrativo nem nada.

Daí pro movimento de 2000 teve modificações. Esse movimento aconteceu em 1997; nós ficamos 1997 e 1998 com o mesmo governador. Quando houve as eleições de 1998, esse governador passou o Governo para o governador eleito com uma certa crise: salários atrasados, duas folhas de pagamento atrasadas, o décimo terceiro e o salário de dezembro e foi uma dificuldade para o Governo acertar a situação. Nós, dos setores públicos do modo geral, concedemos um crédito para o Governo que tinha sido eleito em 1998 e assumido em 1999, que era do PT, para botarem a casa em ordem, inclusive aceitamos o parcelamento dos salários na época. O Governo em 1999 colocou as coisas em ordem, ou seja, pagou as dívidas que ele tinha que pagar, pagou os salários atrasados e em 2000 se comprometeu conosco em corrigir todas as distorções salariais mesmo porque o governo que entrou em 1999 passou a ter uma receita muito melhor. Ele organizou o

Estado de uma forma melhor, então a receita veio. Só que nós começamos a negociar com o Governo e ele se comprometeu, mas na hora de cumprir não cumpriu. O que aconteceu em função disso, foi que no mês de maio de 2000 nós fizemos uma paralisação de alerta, foi um dia de paralisação, trouxemos o pessoal do interior e fizemos uma passeata na cidade, aqui na capital, e fomos para a governadoria; chegando lá, a tropa decidiu que a gente deveria ficar aquartelado e ficamos dois dias aquartelados, mas depois desmobilizamos porque nós trouxemos as tropas do interior para a capital para fazer um dia de paralisação, não era pra ficar paralisado. Então, na época, houve um erro estratégico e acabamos tentando permanecer aquartelados, mas em função de que não houve a mobilização para todo o segmento como nós queríamos, então nós fizemos o movimento, que foi um movimento um pouco menor do que o de 1997. Nesse dia 17 de maio de 2000, nós fizemos apenas um alerta e aí passamos a preparar o Estado, notificamos o Governo e falamos que precisávamos que ele cumprisse com o que tinha se comprometido conosco, que era aumentar salários, fazer planos de carreira que cabos e soldados não tinham, iam pra casa como cabo e soldado. Passamos de maio pra junho e não veio nada, de junho pra julho... e quando foi o final de julho convocamos um novo movimento, e esse movimento durou uma semana, com passeatas também. Durante essa semana fizemos passeatas. Na realidade, o mês de maio era a data-base pra gente, então de maio pra frente nós ficamos negociando a questão salarial. O discurso do Governo era de valorizar a base, ou seja, dar um percentual maior para a base e um percentual menor para quem estava com os melhores salários, só que esse discurso do Governo repercutiu negativamente junto às patentes superiores, os oficiais. A partir daí, o segmento dos oficiais passou a divulgar tabelas salariais e dizendo que a associação estava negociando uma situação quando deveria ser outra, houve um choque. Na época, nós participamos de algumas formaturas, algumas reuniões aqui na capital; eu me lembro que fomos participar da formatura geral no 1º Batalhão e abriram espaço para nós, e falamos com a tropa que estávamos em negociação com o Governo do Estado e que o Governo tinha intenção de dar um aumento salarial para corrigir a distorção que tínhamos – um salário muito pequeno e baixo, e saímos daquela formatura convictos de que a tropa que ali estava saiu convencida do que nós falamos. Saímos de lá e quando chegamos à associação, recebi um telefonema de uma colega nossa associada que falou: *o Comando falou que nós estamos vendidos para o Governo do Estado e que tiramos muito mais do que estávamos negociando*. Assim, ainda no carro, falei para o diretor que estava comigo que não ia dar pra segurar a tropa, então era pra gente chegar à associação e organizar uma assembleia-geral. Essa formatura foi em uma sexta-feira, chegamos à associação e fizemos uma convocação para uma assembleia-geral para quarta-feira na associação comercial de Campo Grande. Nessa assembleia-geral compareceu uma boa parte do efetivo da capital, apesar do espaço ser pequeno, e dali nós convocamos uma assembleia para dentro do Comando-Geral da PM. Dessa vez não teve tanta retaliação porque atendia aos interesses dos oficiais também.

Esse movimento de 2000 foi organizado também, a adesão foi boa, mas não foi tão grande quanto em 1997. Em termos de conquista, ela não foi tão imediata quanto à de 1997. Mas, em seguida ela passou a ter resultados positivos, porque em 2000 nós conquistamos um direito, uma lei de reajuste salarial, e o Governo passou a não cumprir essa lei. Entramos com ações judiciais, mas essas ações deram retorno, então hoje os nossos oficiais, inclusive, estão com os melhores salários do Brasil praticamente em função dessa lei que nós entramos na justiça e o Governo se antecipou e aprovou uma lei para fazer acordo nesses processos judiciais. Com isso ela acabou resultando, em médio prazo, em um efeito melhor que o de 1997. Não teve nenhuma punição também porque isso foi parte da negociação. As condições para voltarmos a trabalhar foi que não houvesse nenhuma punição. Nosso movimento foi só dos militares, não fizemos nenhum movimento com Polícia Civil, nem com sistema penitenciário, foram só os militares do Estado. Nós convocamos uma reunião aqui no teatro Dom Bosco, que é um teatro muito grande que nós temos aqui na Avenida Mato Grosso, no dia 20 de julho e depois nós convocamos o pessoal. As convocações eram feitas através de panfletos, não entregávamos para lideranças lá, íamos entregando dentro dos batalhões mesmo. No dia 25 de julho de 2000 nós fomos para a Praça Ary Coelho para decidir sobre um possível aquartelamento, e lá nós decidimos e saímos em passeata pelas ruas da capital e fomos para o quartel da mesma forma que fizemos da outra vez, só não

seguimos o mesmo itinerário. Dessa vez, fomos pela Rua Quatorze de Julho até a Rua Marechal Rondon de onde subimos até a Rua Treze de Maio de onde voltamos para a Avenida Afonso Pena e seguimos até próximo ao shopping, onde tinha uma Companhia, o 5º Batalhão. Em 2000 já existia essa discussão sobre as associações nacionais, em 1995 eu participei da criação da ANERCS (Associação Nacional das Entidades Representativas de Cabos e Soldados) em maio de 1995 em Goiânia. A ANERCS teve altos e baixos e por ser uma entidade que representa as entidades e não direto os praças, nós tivemos um problema de representatividade e além desse problema de representatividade judicial, nós tivemos um problema na representação da associação porque o Leonel Lucas não convocou a assembleia de eleição. Então, em função disso, ficou isolado na associação dele em Porto Alegre. Em setembro de 2007, nós criamos a ANASPRA (Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças Militares Estaduais). Nós temos a diretoria nacional dela, porque eu fui eleito o presidente; nós a criamos aqui. Eu, eleito presidente; o Simas, da Associação dos Cabos e Soldados de Alagoas, o vice; o Subtenente Gonzaga, da Associação dos Sargentos de Minas Gerais, o secretário-geral.

A ANASPRA, hoje ainda, está sendo estruturada. Ela nasceu recentemente; estamos estruturando-a. Ainda estamos na primeira diretoria dela, só que funciona assim: nós temos uma diretoria, tem o presidente e o vice, mas todos os cargos da diretoria podem ir a qualquer lugar representando a ANASPRA. Inclusive estiveram, agora, em Santa Catarina, seis ou sete Estados representados lá. Eu penso que a segurança pública, os policiais e bombeiros militares deveriam ser pensados nacionalmente; deveria existir um Ministério da Segurança Pública e esse ministério teria todo esse segmento vinculado lá. Polícias estaduais são polícias fracas e manipuladas pelo poder político. A organização, em cada Estado, é necessária; é preciso que cada Estado tenha um fortalecimento interno e de lá saia um representante. Na realidade, é a pré-existência de qualquer movimento nacional. Se os Estados da Federação não estiverem organizados, não se consegue ter um movimento nacional organizado. Nós temos vários Estados da Federação que, infelizmente, a gente sabe que não estão organizados, tem uma organização muito fraca. Alguns exemplos de que não estão tão organizados são o Paraná e o Mato Grosso.

Houve uma proposta de uma nova polícia, ocasião em que participaram uma série de autoridades, Hélio Bicudo, vários segmentos da sociedade como promotores, setores públicos, a sociedade organizada; e essa nova proposta era a criação do ciclo completo de polícia, onde quem prende leva até o juiz. Se você prende alguém, você vai dar prosseguimento até chegar ao juiz, você não precisa fazer uma detenção e levar para a Polícia Civil para fazerem outra situação para depois chegar à mão do juiz. Haveria um período onde todos seriam formados para esse processo inteiro de uma nova polícia. Você teria dentro dessa forma de polícia todo mundo preparado para várias atividades; você teria que ter uma nova polícia com policiamento ostensivo, policiamento investigatório, mas os policiais teriam que estar preparados pra qualquer função dessas. A criação de uma nova polícia, hoje, caberia ao Estado dar um prazo pra quem está na Polícia Militar e na Polícia Civil entrar nessa nova polícia, então se você é policial civil, já entrava no setor de investigação, mas passaria por um curso de aperfeiçoamento. Se você é policial militar iria para o setor de policiamento ostensivo e lá dentro você criaria uma nova formação para esses policiais; agora quem está entrando de fora já teria uma formação de acordo.

É importante a participação na eleição do representante do segmento tanto no Legislativo municipal, como estadual ou federal. Agora, esse representante tem um limite. A importância dele é o apoio que ele pode dar para o segmento como um todo. É um contato direto com o Poder Executivo, seja ao nível municipal, estadual ou federal. A gente vê é uma falha muito grande no Brasil, de parcerias das prefeituras com o Estado e com a União para melhorar a segurança pública, dar mais segurança para os profissionais, melhorando a segurança pública. Então, a participação na política é importantíssima, nós teríamos muito mais força de mostrar para a própria sociedade que é possível melhorar a segurança pública. Eu fui candidato três vezes; em 2002 fiquei como primeiro suplente de deputado pelo PMN, em 2004 fui candidato a vereador aqui na capital e

fiquei como quarto suplente e agora, em 2008, fui candidato a vereador de novo e fiquei como segundo suplente.

Aqui, no Mato Grosso do Sul, o grave problema da política é o seguinte: em 2002, nós fizemos uma prévia nos quartéis para escolher candidatos a deputado estadual e federal e eu fui o mais votado para candidato a deputado estadual; o segundo mais votado sairia para deputado federal, que foi esse vereador, o Cabo Almi, só que ele descumpriu a prévia e ao invés de ele sair candidato a deputado federal, ele saiu para deputado estadual também e aí ele atrapalhou a todos. Eu não fui eleito e nem ele foi. Isso fez um descrédito junto à tropa, ou seja, de lá pra cá a tropa ficou desacreditada da eleição de alguém, mas, mesmo assim, eu fui eleito o primeiro suplente em 2002; em 2004 saí candidato a vereador, e em 2006 nas eleições estaduais, nós ajudamos a eleger, como deputado, o coronel Ivan que é deputado estadual. Foi a base nossa aqui que ajudou na eleição dele. Só que o mandato desse vereador, o Cabo Almi, não tem muito retorno pra classe, ele não tem ligação nenhuma com a associação e nem com os segmentos dentro dos quartéis; é muito isolado, está fora dali, é mais pra sociedade. Nas eleições, os policiais militares ajudaram, só que hoje os policiais militares e os bombeiros já não ajudam mais na eleição dele; eles ficaram revoltados com ele por ter descumprido essa prévia. O problema é que veem a associação como um todo. Aí vem a questão do coronel Ivan que foi eleito em 2008: ele não tem uma participação maciça dentro dos quartéis aqui na Associação, infelizmente não tem. Então, hoje, a tropa está um pouco desacreditada em eleger novos políticos e isso eu sofri na pele também. Nós começamos um movimento político, na realidade, em 1992, quando foi lançado candidato um coronel da PM que é médico e padre; ele teve uma boa votação, mas não foi eleito, e aí, em 2002, nós fizemos essa prévia com o objetivo de conscientização do segmento do policial militar e bombeiro e com participação também da Polícia Civil; eles nos ajudaram na hora da eleição.

Depois veio a decepção com esse vereador, o Cabo Almi, agora também estamos vivendo certa decepção com esse coronel Ivan e isso repercutiu na candidatura nossa agora para vereador em 2008. Mas em 2010 é uma outra situação. A Associação, como representativa do segmento, tem um projeto, alguém nós queremos lançar, queremos apoiar, é um projeto do segmento que a gente tem e temos que levar, porque, tanto aqui como em Brasília, nós temos necessidade de ter representantes. Os projetos de leis que saem, as emendas constitucionais que lá estão, que mexem com a nossa vida, não têm a nossa participação. Os oficiais ainda têm, eles criaram em Brasília uma participação muito boa, eles conseguem reunir e manter financeiramente, lá em Brasília, representantes deles constantemente no Congresso; já os praças, nós estamos tentando organizar agora. Como eu não consegui ainda abrir uma conta no banco pra ANASPRA, por enquanto quando tem algum evento, cada um vai custeando o seu, não temos nenhum apoio.

O ideal, que eu sempre sonhei, apesar de que, hoje, eu não estou tendo tanta força assim para poder viajar, era uma organização no Brasil de Polícia Militar e Bombeiro Militar porque a situação no Brasil, hoje, está do jeito que está em função de governantes, ou seja, políticos nunca terem investido na segurança pública; e investir na segurança pública é investir no social, voltado para a segurança pública. Então é assim, o pessoal não escuta as polícias militares e bombeiros militares, principalmente ao nível de praças, porque existe essa hierarquia que impõe condições para o praça ficar quieto, calar a boca e não seriam eles que negociariam. Então, antigamente, era assim: meia dúzia que decidia por todo segmento e, hoje, com essas modificações, nosso Estado aqui está em outro patamar; nós estamos à frente das negociações, é muito assim, depende do governador e depende do Comando-Geral; nós temos um governador pesado e seco que é o atual governador do Estado, aqui, André Puccineli que é do PMDB, e temos um comandante-geral que é muito rigoroso, só que isso resultou em um descontentamento geral da tropa e o resultado foi negativo para a sociedade, ou seja, falta de apoio para a segurança da sociedade.

Vinte e seis de julho de 2000 foi o dia que fizemos o aquartelamento. Aqui existia a Associação dos Sargentos também, mas está praticamente falida, eles perderam a sede na justiça, aqui nós representamos cabos, soldados, sargentos, subtenentes e oficiais; tem oficial filiado conosco também, ela continua sendo chamada de Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e do Bombeiro Militar do Mato Grosso do Sul,

que é a ACS/PMBM/MS, mas hoje nós temos a diretoria dos sargentos e subtenentes e temos oficiais que são associados; não fizemos a mudança em função de que há uma resistência tanto da Associação de Cabos e Soldados, como da Sargentos e Subtenentes. A resistência é que, como a Sargentos e Subtenentes faliu, algumas pessoas falaram para não mudar, não mexer porque a nossa Associação está boa e eles já estão aqui conosco e por parte dos cabos e soldados; aquela resistência natural de falar que vai abrir para sargentos e subtenentes que nem conseguiram administrar a Associação deles. No futuro a tendência é até de ir quebrando isso e transformar em uma única Associação.

3.8 SOLDADO SOUZA (CLÁUDIO SOUZA)

Acervo da autora, jan. 2009.

Entrevista com Soldado Souza (Cláudio Souza), integrante do movimento grevista dos praças da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul, ocorrido na cidade de Campo Grande, no ano de 1997. A entrevista foi realizada no dia 20 de janeiro de 2009. Cláudio Souza ingressou na corporação em 1989. Pertence ao departamento de imprensa da Associação dos Cabos e Soldados da PMMS. Enfatizou o seu papel no movimento dos praças de 1997.

A minha participação foi direta, coordenando e articulando. Eu fui atrás dos jornalistas... A negociação com o Governo foi tranquila, negociamos diretamente com o governador. O comandante-geral perdeu o controle da tropa.

Meu nome é Cláudio Souza, eu sou do Departamento de Imprensa da Associação dos Praças do Mato Grosso do Sul. Nasci no ano de 1967, em Campo Grande. Meu pai era baiano, natural do município de Santa Maria da Vitória, minha mãe era do Rio Grande do Sul – não lembro o município que ela nasceu, mas veio para Campo Grande ainda pequena. Tenho cinco irmãos. Minha avó era negra, ainda vivia em regime de escravidão; meu pai fugiu com 12 anos de idade e foi criado no mundo, não tinha profissão; veio para Campo Grande e começou a trabalhar de pintor, depois estudou um pouco e entrou para a Polícia Militar, onde ele foi para a banda de música; tocava instrumento, foi promovido a sargento e, posteriormente, na década 70, ele passou para a Polícia Civil, onde ele ficou a vida inteira. Minha mãe faleceu quando eu tinha 7 anos de idade, e ele acabou de criar os filhos, e na Polícia Civil ele ficou até a década de 90, onde faleceu, exercendo a função de inspetor de polícia.

Ele casou de novo, mas nós, filhos do primeiro casamento, estávamos todos criados. Não foi só meu pai e eu que fizemos parte da corporação, meu irmão foi oficial do Exército e meu outro irmão foi militar da Aeronáutica. Eu entrei para a Polícia em 1989... tinha muita vontade de estudar, de seguir carreira. Servi ao Exército em 1986, saí de lá e trabalhei um ano no setor privado. Terminei meu primeiro grau, fiz concurso para a Polícia e tinha a intenção de seguir carreira na Polícia Militar. Como eu havia, anteriormente, prestado serviço militar em 1986, eu não estranhei as questões de hierarquia e disciplina, porém achei que na Polícia Militar o treinamento foi muito mais forte, ou seja, muito mais exigente do que nas Forças Armadas. Eu achei que, na prática, policial não precisava tanto de um treinamento de guerrilha rural, guerrilha urbana, tanto treinamento para você se preparar como se fosse para uma guerra; pensei que você ia estar mais em uma área técnica científica mais ligada à criminalidade, ligada à personalidade.

Eu me perguntava se precisava de tudo aquilo para ser um policial, e também uma formação muito constrangedora: você passava por um ciclo de humilhação muito grande para ingressar na PM, aqui no Mato Grosso do Sul, e mesmo tendo já alguns aspirantes que tinham uma cabeça diferenciada, aqueles oficiais que faziam parte do poder ditatorial. Mas existe um resquício muito grande ainda, o pessoal vinha da academia com a clara intenção de ralar, não de formar um policial voltado para garantir o direito de ir e vir do cidadão, mas de ralar, de formar um robô e isso foi um choque para mim. Eu considerei um atentado contra a minha formação de cidadão, porque até então eu sabia que a polícia servia para coibir, inibir, prender e fiscalizar, mas

não no sentido de ser uma força devastadora, porque o treinamento que recebemos dentro da instituição, naquela época, era para ver todo mundo como inimigo; então, esse tipo de ditadura é muito forte e isso me decepcionou um pouco. Foram oito meses de formação – é o período do ciclo de formação – aí formamos e diga-se de passagem, que não fizemos estágio, não houve estágio relevante na nossa época, a não ser algumas coisas, o que nos faziam muito era mandar para casa de oficial para fazer serviço de pedreiro e pintor nos finais de semana; aquilo me contrariava, algumas vezes me mandavam e eu, particularmente, não ia e aí tinha o tal de LC (licença cassada). Você chegava no final de semana e não tinha a licença porque você não foi na casa de major Fulano ou de coronel Cicrano que eu nem sabia quem era, nem nunca tinha ouvido falar, mas porque trabalhava na governadoria, você tinha que estar fazendo isso. Acredito que isso aconteça até hoje.

Eu me constrangia. Quando solicitavam a cassação da licença, tinha oficiais que eram solidários, como tinha oficiais que não eram solidários; os que eram solidários entendiam que você não estava ali para fazer serviço de pedreiro nem de pintor, mas, sim, ser formado para ser um policial. Depois da formação, quando fomos destacados, houve um desmembramento das áreas de atuação da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul naquela época, em 1989, e nós formamos em 1990; houve uma divisão de áreas e eu fui para um batalhão na periferia e, diga-se de passagem, o meu conhecimento era muito pouco, assim como todo mundo da minha turma, a gente tinha muito pouco conhecimento, porque a necessidade de você fazer um estágio, de ter um contato, principalmente com um policial mais antigo, era importante, mas os oficiais que nos formavam nos negavam, porque eles diziam que o oficial mais antigo já estava contaminado com trejeitos. Mas esse contato com o policial militar mais antigo faltou nesse momento, porque na hora de irmos para a rua, fomos sem uma real condição de formação. Então você tinha problema para falar no rádio da viatura, você tinha essa deficiência, não sabia falar no rádio; em ocorrências, você não tinha o equilíbrio necessário, você subjugava o conhecimento do policial mais antigo, porque foi isso que foi passado, que o cara estava ali, muitos estavam estacionados, não estudavam, ou seja, você teve um confronto ali, um choque de identidade profissional logo no começo e isso aí me gerou outra decepção.

Quando você vai para as ruas, você vai cru, sem saber o que fazer e com uma desconfiança muito grande por parte do pessoal mais antigo. Eu fiquei dois ou três anos nesse batalhão e depois eu me envolvi em uma ocorrência em que eu estava de folga, mas morava na periferia, e lá tinha muitas gangues e um policial tinha matado um menor, e nessa região onde a gente morava, o IDH do policial era muito baixo, então ele morava em um local incompatível com a função que realizava; era no Aero Rancho e nesse fato que aconteceu eu reagi a uma intenção de uma gangue e acabei atirando contra outras pessoas desse grupo e depois foi feita uma sindicância e eu fui recolhido para o batalhão para não fazer serviços de ruas, de praxe, mas a minha sindicância foi preenchida lá e não teve testemunhas do meu lado; a suposta vítima era parente do oficial sindicante, ou seja, eu não tive nem o direito de defesa. Aí eu comecei a montar o quebra-cabeças e conhecer realmente o que era ser polícia e o que era a Polícia Militar em termos de organização.

Eu não achei que eu fui injustiçado, eu achei que o meu direito foi vilipendiado. Eu tive o meu direito de defesa cerceado. Em uma outra ocorrência, nós prendemos um ladrão de gado e eu fui punido com quatro dias de detenção porque eu não aceitei suborno, porque a pessoa que foi presa alegou que foi torturada, e na sindicância que foi feita essa pessoa disse claramente ao oficial sindicante que eu não encostei nela, que eu não bati nela e que tinha sido agredida pelos outros dois policiais e que realmente eles tinham oferecido uma cabeça de gado para que o soltassem e que eu não teria aceitado, mas o oficial fez a sindicância, me puniu com quatro dias e falou para mim que eu estava sendo punido porque eu estava na guarnição, ou seja, os outros que efetuaram a prisão eram mais antigos e eu tinha ficado no posto policial, não tinha acompanhado a ocorrência, não me sujeitei a aceitar a propina, preservei a integridade do suposto acusado e me puniram porque eu fazia parte da guarnição e o oficial queria que eu narrasse na sindicância fatos que eu não presenciei, que foi no momento da prisão na fazenda e eu não tinha presenciado, não podia constatar nada daquilo que o oficial sindicante me pedia. Isso foi uma outra decepção, isso foi em 1992, e eu me senti realmente dentro de uma ditadura militar, onde você não tem direito nenhum. Aí eu continuei trabalhando

normalmente, voltei a fazer serviço de rua depois de um longo tempo, mas já com uma outra visão; continuava na mesma Companhia, 1º Batalhão, e comecei a questionar, dentro dos quartéis, os oficiais. Então, quando havia formatura, quando eles levavam alguém para pedir voto eu questionava. Principalmente na parte de serviços, fazer reintegração de posse de terras sem mandado judicial não existe, eles faziam só pela vontade do governador, ou seja, era polícia do governador e não da sociedade, da lei.

Aí eu comecei a questionar e comecei a ter uma referência muito forte em relação a isso com os meus pares, meus colegas de trabalho, cabos e soldados e surgiu, em 1995, a eleição da Associação e eu não conhecia o Melo, conhecia o Santos, que hoje é capitão da PM, mas era soldado na época e ele pediu o meu apoio no batalhão. Fiz campanha para o Melo sem nem conhecê-lo, e ele ganhou a eleição, só que eu não vim para Associação nesse momento. Voltei a estudar, já vinha de movimento estudantil antes de entrar pro Exército, mas meio de forma alienada, eu nunca gostei de fazer parte de grêmio, era uma questão de vontade, de anseio, de direitos, mas eu esqueci esse passado e entrei pra instituição militar e depois eu tinha terminado só a 8ª série, mas eu lia muito, tinha contato com a literatura mais ligada ao movimento socialista, "O Capital", de Marx... Eu nunca fui punido por contradizer essas situações. Até os próprios oficiais das Companhias, os comandantes, qualquer coisinha eles falavam que eu já ia fazer sem eles nem precisarem falar, então eu acabei me tornando uma liderança por uma questão de naturalidade, não por imposição; até mesmo quando tinham outras pessoas para falar eu me calava e não me metia, eu achava que todo mundo tinha o direito. Aí, quando eu voltei a estudar, antes nós passamos por um policiamento chamado TORA (Tropa Ostensiva de Repressão Armada) que foi instituída pelo Governo do Pedro Pedrossian; era um policiamento repressivo, até certo ponto, de choque, e nós usávamos certa violência mesmo como finalidade, tanto é que foram quase três anos e o índice de criminalidade baixou mesmo no Estado, na cidade.

Mas devido a algumas adaptações malsucedidas e à pressão de movimentos sociais ligados aos direitos humanos, essa tropa acabou sendo extinta, mas ela era muito temida, como é natural. Mas eu nunca me envolvi com fatos de abuso de autoridade, aliás, fui acusado de torturar uma pessoa que eu socorri; eu socorri uma pessoa e levei para a Santa Casa, no outro dia o camarada foi denunciar que ele tinha apanhado; que a viatura era uma parati e um gol com uma onça, que é o símbolo do pantanal, na porta e ele só lembrava que tinha visto essa onça, mas foi porque eu parei na rodoviária às seis horas da manhã para socorrê-lo; ele só estava de cuecas, eu tive que colocar um plástico, porque a incidência de AIDS naquela época estava muito grande, pra levar para a Santa Casa, só que eu fiz o boletim de ocorrência, tudo certinho, isso que me salvou porque senão iam me prender sem ouvir a minha versão da minha guarnição. Depois desse policiamento, eu continuava estudando; eu voltei, mas não tinha tempo de estudar; na época era vinte e quatro por vinte e quatro horas.

Eu fui fazer o supletivo de segundo grau, ensino médio, a minha média era oito; escola muito boa do Estado. Eu passei com oito, e aí eu ainda tive um problema lá, porque era passe de estudante e eu não gostava de andar fardado dentro do ônibus. Vários policiais não tinham carro, a maioria não tinha como manter um carro. Naquela época, estavam sendo montados os colegiados escolares e eu perguntei para a diretora porque não haveria passe para os estudantes e ela me explicou que a lei não abrangia o supletivo porque o prefeito, que era o Juvêncio César da Fonseca do PMDB que depois foi para o PSDB, alegava que estudante de supletivo não era estudante e eu me revoltei com isso; era época de eleição e eu me candidatei a presidente do colegiado escolar, ganhei a eleição como um dos alunos mais votados e iniciei uma campanha para que todos os supletivos também tivessem passe.

Eu mobilizei escolas, mesmo eu sendo militar fiz várias ações: queimamos pneus, paramos ônibus, chamamos a imprensa, fui conversar com o Governo sem ele saber que eu era policial, até então eu era estudante, só, mas então eu estava na mesa do governador, do lado dele; ele me falou que era assunto da prefeitura e falei que sabia que ele era governador do PMDB e o prefeito era do PMDB também, que ele tinha uma aceitação muito grande por parte da população e podia pedir a ele. O que aconteceu foi que eu enfiei a Constituição debaixo do braço e fui pro Ministério Público, só que antes eu mandei fazer um panfleto na cidade.

O prefeito aqui estava com uma aceitação, segundo ele, de 76%; eu mandei fazer uma charge do prefeito chutando a bunda de um estudante para fora do ônibus. Tem aqui um bairro enorme que chama Moreninha, aí mandei fazer essa charge do estudante no Moreninha e o prefeito falando: “aqui seu passe de estudante” e chutando a bunda dele. Mande fazer quinze mil panfletos e fui panfletar no centro da cidade. Claro, eu sou policial militar; se alguém me pegasse eu era preso em flagrante, mas por mais que o pessoal me vigiasse, eu sempre tinha uma válvula de escape. Comandei várias ações dessas de dentro do quartel, do orelhão, porque tinha os outros estudantes. Fui ao Ministério Público, lá eles entraram em contato com o prefeito e mandou fazer uma reunião e lá o prefeito mandou o secretário dizer que não tem jeito. E eu falei com a promotora que levasse – porque a minha posição era bem clara – que estudante tinha direito de acesso e marquei uma reunião minha com o prefeito no gabinete dele, e ele era um cara muito arrogante, truculento, como é o estilo republicano, e ele falou pra mim que se a doutora entrasse com a ação e ganhasse, que ele ia tirar dos outros estudantes e fazer um custo do passe de estudante. Naquela época, eu falei que ele podia tirar e que para mim a guerra estava declarada, o que é do povo é do povo. Aí a doutora perguntou se tinha acordo e eu falei que não, que ela podia entrar que eu estava indo embora. Panfletei na cidade e tudo, a imprensa caiu em cima, me chamaram no quartel, mas aí já não tinha mais tempo, porque a turma foi lá e alertou que se eu fosse preso por aquele motivo de eu estar reivindicando...

Nós ganhamos a ação do passe, onde tivemos direito ao passe de ônibus: cinco mil e duzentos estudantes tiveram direito, ou seja, toda Campo Grande, e a justiça deu o prazo de vinte e quatro horas para a prefeitura cumprir a ordem de emitir os passes, mas eu não estava contente porque o passe era de cinco horas e eu queria o passe de universitário, porque para estudante de supletivo é difícil, tinha gente que vinha do campo, da área rural, então o certo seria de cinco horas da manhã a zero hora, e eu consegui isso. Depois, tive uma outra briga por causa da merenda, porque não tinha pra supletivo, só pra ensino regular e eu consegui também. Teve uma outra briga, que foi por causa de um dinheiro que vinha do Fundo Nacional de Movimento Educacional, que vinha pro ensino regular, mas não vinha para nós. Também era usado para compra de material não-permanente, e antigamente tinha a delegacia do MEC – hoje eu acho que não existe mais. Eu montei um processo com a diretora da escola, entramos, e o engraçado era que eu brigava pelo passe, mas para eu mesmo não tinha passe porque eu era militar, e eu não queria passe pra mim e também não ganhava nada na escola, a minha satisfação era que aquele pessoal ali abrisse os olhos, e aí conseguimos a verba do MEC, na época de trinta e três mil reais, montei um banco de livro na escola para receber os livros, pintamos a escola; as salas não tinham ar condicionado, colocamos; o sistema de informática da cabine mandava a impressão das provas; montamos uma sala de informática pro cara ter acesso ao computador, tudo com o dinheiro, mesmo não podendo comprar material permanente; então, muita gente teve acesso àquilo e esse camarada que me convidou pra vir trabalhar com o Melo, que era o Dos Santos ele acompanhava, e teve outras pessoas que também estavam lá e que não eram PMs, não eram oficiais ainda e que depois que completaram o supletivo, viraram oficiais e o Dos Santos foi um deles, ele estava terminando o supletivo nessa época e me convidou para ir para a Associação de Cabos e Soldados e eu fiquei, a princípio, meio reticente porque eu já tinha tido uma experiência e não gostei da postura do presidente, antes do Melo. Meu mês de férias, quando eu era associado, eu doe pra entidade, aí montei um banco de livros; eu fui em uma academia de letras e consegui setenta e sete livros, queria montar uma biblioteca, mas depois que montei essa biblioteca, sumiram com todos os livros que eu tinha deixado lá, quase entreguei a entidade.

Então, eu voltei. O Sargento Gomide falou com o Melo e ele me chamou; a gente conversou sobre a Associação porque eu não sabia nada e aprendi muito com o Melo, mas do lado sindical, do lado de movimento, eu tinha mais experiência do que eles, e aqui no Mato Grosso do Sul eles tinham uma rejeição muito grande por parte da CUT e do PT em relação aos movimentos militares. E eu falava que não, eu não sei de onde surgiu isso em mim, porque eu tenho uma família ligada à ditadura militar, então eu ia para as reuniões com esses caras, ligados à CUT. O movimento social foi uma ferramenta muito grande, mas eu conseguia sobressair; o Melo mais tímido, mas tecnicamente mais direto, eu mais desse lado mais político, mais representativo, e eu

discutia mesmo com esses caras do PT, falava que a gente tinha que entrar e queria que o movimento entrasse na marra, quer dizer, os movimentos dos professores, a CUT, esse pessoal levava muita gente, movimento ligado ao setor estatal. E eu falei que ia entrar e acabou porque sem movimento a gente pega vocês no cacete, ou está conosco ou está sem a gente e aí ficava aquela discussão e o cara arregalava o olho. Mas, aí, o que aconteceu é que eles pensaram que a gente ia chegar lá e não ia ter conhecimento técnico para negociar, mas aconteceu justamente o contrário, nós chegamos e discutimos.

Nós entramos para o movimento sindical do Estado; tínhamos condição técnica para estar em uma mesa de negociação. Em muito pouco tempo nós aprendemos com eles, começamos a liderar juntamente com eles o núcleo do Fórum dos Servidores Públicos que tinha sido criado. Eram reuniões ligadas à CUT e ao PT... Esse movimento era um verdadeiro treinamento político do PT. Entretanto, foi criado o Fórum para não engessar nenhuma corrente partidária. Então, em um movimento de base nós repassávamos, para os colegas policiais, as várias técnicas do movimento sindical que nós estávamos aprendendo. Nós tivemos um campo de preparação antes do movimento de 1997.

Então fomos para o fórum e fizemos parte, mesmo no grito. Nós impusemos essa questão, essa condição técnica de fazer parte e conquistamos espaço aqui no Estado, nos microuniversos. Mato Grosso do Sul é um Estado provinciano em relação aos outros grandes centros, e iniciamos um processo de observar e aprender como se fazia um movimento de massa, e massa sindical é uma ideia estranha. Então nós tivemos um cuidado ali de ao mesmo tempo estar aprendendo e repassando para nossas bases no interior – as lideranças no interior mesmo sendo de forma leiga e eles leigos também. Tivemos um campo de preparação antes do movimento; o movimento de 1997 foi acontecer depois da reeleição do Melo, então foi antes dessa reeleição, 1995, 1996 e 1997, porque eram dois anos de mandato. A reeleição do Melo só foi acontecer depois do movimento de 1997; nós tínhamos que estender o mandato pra consolidar esse movimento. Aprendemos, consolidamos, fizemos o trabalho de base, conceituamos a ideia, levamos para o interior, aí nós começamos a trabalhar a sociedade – que a gente tinha em mente que se a sociedade não fizesse parte do movimento, nós não tínhamos apoio – e o medo de ser preso e ser expulso da tropa era um outro campo de atuação que a gente tinha que trabalhar a ideia do PM, que se ele quisesse melhorar, nós teríamos que fazer um movimento porque não ia acontecer nada de melhoria, porque os oficiais não estavam reivindicando nada para nós, só para eles; e que o Governo também não via no policial um profissional dotado, capaz de reagir contra aquele estado, e eu era um cara mais enfático nisso, acreditava na ascensão de se fazer um movimento, embora dentro da entidade muita gente olhasse a gente com desconfiança, achava que éramos loucos, que o movimento não ia acontecer porque o pessoal ia se acovardar e eu apostava muito no movimento.

Eu tive grandes divergências ideológicas com o Melo, nesse sentido, até o ponto de, naquela época, 1997, entregar o cargo para ele e ir embora a pé pra casa. Porque o que nós estávamos reivindicando era uma coisa e quem estava indo para a mesa “decidia outra coisa”... Eu abri mão de ir pra mesa de negociação para ficar na comunicação e no trabalho de base, ir aos quartéis, fazer enfrentamento através da mídia, contestar o Governo.

Eu dei uma entrevista muito polêmica, na época, na TV Morena, afiliada da Rede Globo aqui do Mato Grosso do Sul, porque eu fui debater com o secretário de segurança pública. O Melo que era para ir, mas no frigor dos ovos o Melo não pôde ir porque ele estava com a tropa em outros lugares, e pediu que eu fosse. O Melo tem um estilo e eu tenho outro; ele é advogado e eu sou mais ligado à comunicação; eu sou mais enfático em certas coisas e o Melo é mais técnico; ele é mais ponderado, eu sou mais contundente; na hora que estávamos na televisão dando entrevista para o programa, estava o secretário representando o Governo e eu representando a Associação. Eu aproveitei aquele momento, enquanto os caras estavam numa campanha em Campo Grande, para dizer que primeiro o presidente não aceitava a proposta do Governo e que naquele momento estava sendo deflagrado o movimento de aquartelamento no Mato Grosso do Sul.

O jornalista se assustou e perguntou se eu estava dizendo ao vivo e eu disse que sim; que o pessoal podia ficar tranquilo, porque estávamos nos aquartelando naquele momento, mas eu, sem saber, imaginava o

que estava passando pela cabeça dos meus companheiros, então eu estava apostando neles. E o secretário falou que, então, a partir daquele momento, não tinha mais negociação, estava encerrado e eu já tinha conseguido fazer o secretário enfartar duas vezes, porque ali não tem como fugir, é ao vivo; não tem como você negar. As entrevistas que concedíamos era sempre eu e o Melo. Era assim, eu e o Melo ficamos trabalhando e nos dividíamos. O Cabo Almi era uma liderança partidária, vereador pelo PT, mas não tinha nada a ver com o movimento da Associação. Ele era uma liderança do PT. Tinha o Caiçara, que era presidente da Associação dos Subtenentes e Sargentos. Eu e o Melo não abríamos mão da representatividade da categoria e eles gostavam mais dos acordos; mas naquele momento eu sugeri ao Melo que uníssemos forças, porque o momento era crítico e todo mundo podia ser preso ou excluído. Quanto mais gente tiver no imbróglio, mais difícil vai ser para o Governo. Daí veio o Almi, como uma força representativa no meio partidário e não como uma força política da Associação. Veio o Caiçara porque era presidente da Subtenentes e Sargentos e nós precisávamos do apoio dele também para que o movimento se tornasse único. Nisso, nós conseguimos atrair parte do oficialato – só parte, porque eles ficaram da arquibancada pra ver o circo pegar fogo, pra ver para que lado eles fossem pender na realidade – tanto é que não se encontra documento do presidente da Associação dos Oficiais, mas as grandes lideranças eram o presidente da Associação, modéstia à parte, eu e o pessoal do interior, os diretores regionais do interior, que dependiam muito da atitude do Melo, da minha atitude e, para não cometer injustiça, o Amauri ainda não estava interado dos fatos naquela época, mas fazia parte, o Cabo Leite que não está hoje conosco, já saiu sargento, tá aposentado também e se focaram ali. A gente tinha uma enorme responsabilidade.

O nosso protesto foi planejado. Fomos para o fórum dos servidores públicos, fizemos o trabalho de base a médio e longo prazos; fomos para a reunião com o secretário da fazenda que na época era o Ricardo Bacha, que foi candidato a governador e levou um pau; em uma reunião ele falou para mim, para o Melo e para um representante da Polícia Civil que eles iam contratar mil policiais militares e nós fizemos uma proposta pra ele, ao invés de contratar, acertar esse percentual de reajuste e nos dar isso, porque senão iam ser mais mil pessoas passando fome na PM, e ele falou que o interesse do Governo no momento não era isso, que ele tinha que aumentar o efetivo e que não era interesse resolver os salários, porque isso já estava sendo tratado com o Comando-Geral, e nós falamos para ele que iria acontecer aqui o que estava acontecendo em Minas Gerais; que a gente ia parar aqui também e ele falou que a gente não podia parar porque éramos militares e eles iam nos prender; e eu falei que então podia mandar prender, porque a gente ia parar aqui, e nisso a gente já tinha toda uma certeza; estávamos meio blefando, mas tínhamos uma certeza, mas mesmo aqui dentro do movimento teve muita gente que amarelou achando que o pessoal não ia parar, ia se acovardar. Mas a gente já tinha a noção da dimensão das punições, eu e Melo já tínhamos a ciência que as cabeças que iam rolar seriam as nossas, que éramos os caras que iam para as Companhias, que iam discutir; nós chegamos a levar voz de prisão de oficial em formaturas, mas depois eles recuavam porque nós tínhamos muito trânsito, muito carisma na tropa e com o pessoal da imprensa; nós nunca fomos metidos com partidarismo, até então. Então a gente tinha essa entrada no movimento.

Quando nós deflagramos o movimento foi uma coisa planejada e deu certo, graças a Deus. Houve divergência porque, no entendimento daquilo que era negociado, nós queríamos sinais, embora eu não possa negar que nossa cota reivindicatória era elevar o nosso soldo base que era de vinte e nove reais e oitenta centavos para cento e vinte que era o salário mínimo vigente na época e isso ia crescer as outras vontades.

A nossa legislação é atrelada ao Estado. Então, naquela época, nós fomos para a primeira assembleia e eu falei que não concordava com a proposta que o Governo tinha feito, e que se fosse aquela proposta eu tava fora, e comigo ia vir muita gente. A proposta era para aumentar a taxa de alimentação, não era aumentar o soldo básico e houve essa divergência, isso no dia seguinte da primeira assembleia, até nós atuamos, na época, no Sindicato da Construção Civil que era perto da Associação. E no outro dia eu fui lá, cheguei à assembleia, já ciente do que havia sido proposto pelo Governo, e eu não concordava. Então pensei em ir para a assembleia e colocar meu ponto de vista. Quando eu cheguei na assembleia, muitos PMs vieram falar comigo

porque já estavam ouvindo as nossas conversas e perguntaram o que eles iam fazer; eu falei que eu sabia o que eu ia fazer; que quando for colocado em votação eu vou votar contra, e vou optar pelo aquartelamento; e se tiver oficial pode me prender. E eles falaram que, então, estavam comigo, tanto foi isso que na hora que foi colocado em votação – não foi nem pelo Melo, foi pelo Almi que já estava meio tendencioso a aceitar isso – tem que fazer justiça, até porque a gente nunca tinha entrado em um movimento daquele, a gente não sabia as consequências, e na hora da votação eu acabei indo para a TV Morena e o Melo, que era a liderança maior – eu era diretor e ele presidente – ficou na assembleia para discutir isso e pôr em votação, em termos de Campo Grande. A gente não tinha ainda trazido o pessoal do interior e eu usei aquele mecanismo da televisão para chamar o pessoal do interior, mas assim, de supetão. Não foi nada planejado, na mesma hora parou o Estado inteiro – o poder da mídia – e no frigar dos ovos, o pessoal acabou aceitando parte da proposta do Governo; nós tivemos avanços em relação as nossas promoções. Eu dizia assim que foi um marco, foi muito importante para a categoria.

A minha participação foi direta, coordenando e articulando. Eu fui atrás dos jornalistas. O nosso aquartelamento gerou algumas passeatas. Na primeira, mostramos para o Governo nosso potencial. Depois, tivemos o apoio dos policiais das cidades do interior. A negociação com o Governo foi tranquila, negociamos diretamente com o governador. O comandante-geral perdeu o controle da tropa. Quem liberava viatura para atender ocorrências era o comando de greve, o comando de aquartelamento, ou seja, o Melo, eu e outras lideranças. Nós fizemos da Rua Quatorze de Julho, Rua Cândido Mariano, Rua Treze de Maio e da Praça Ary Coelho de novo, um quadrilátero. Na segunda passeata veio o pessoal do interior. O movimento já estava deflagrado e nós andamos do centro da cidade, da Praça Ary Coelho, depois dos pontos colocados na assembleia, e depois fomos até a governadoria a pé; ali envolveu em torno de três mil policiais militares, entre policiais e bombeiros. Essa foi a segunda e última até o movimento ter contato com as passeatas e mobilizações de algumas cidades do interior.

A nossa orientação era para que o pessoal viesse desarmado aqui para Campo Grande, entregassem as armas nos quartéis e nós fôssemos nos aquartelar dentro do Comando-Geral da PM, desarmados. Aqui, nenhum comerciante fechou as portas, pelo contrário, nós queríamos sensibilizar a opinião pública por intermédio da simpatia da população de uma maneira geral, então nós queríamos mostrar que era um movimento de militares, mas era um movimento pacífico - um movimento sério, ordeiro.

Nós não tínhamos a intenção de aterrorizar a população, essa não foi nossa intenção em nenhum momento, então nossa orientação foi para que os colegas viessem desarmados do interior. Aqui o pessoal também, para que fizéssemos uma passeata pacificamente. Chegou certo momento, no itinerário, que houve um camarada pedindo que invadísemos a governadoria, e eu e o Melo contornamos a situação e não deixamos, porque, se invadísemos haveria confronto com o Exército. Na realidade, nós nos apresentamos no Comando-Geral presos. Pelo fato de nos aquartelar e pelo não-cumprimento das horas de serviço, você está se insubordinando, isso que muita gente não sabe: nós estávamos nos apresentando presos, agora a pergunta é: quem vai cumprir essas prisões? Nós estávamos desarmados para a população, mas lá dentro do quartel era outra conversa, oficial que não se metesse à besta, porque lá era outra conversa, e a maioria dos oficiais não estava junto com a gente, era uma minoria que estava.

Embora estivéssemos em maior número, veio o pessoal da fronteira; e trouxeram fuzis. Claro que não tinha um projeto de enfrentamento, mas de contenção. Se o Exército fosse efetuar alguma prisão, com certeza haveria confronto; nós não estávamos ali para ser presos, mas a nossa ideia central não era essa, era para preservar a minha integridade, a do Melo, não deixar a Polícia Federal nos prender; tinha todo um plano. Alguns oficiais compartilharam de nossas ideias, e os que não compartilharam ficaram calados; nenhum de nós recebeu voz de prisão.

A minha avaliação é que pra um primeiro movimento de reivindicação, aonde nós paralisamos as nossas atividades, foi muito bom, foi um marco. Enfrentamos um preconceito do movimento sindical em relação a nós policiais, até pelo nosso passado – nós vivemos uma ditadura militar, histórias como a do Cabo

Bruno, entre outras – foi satisfatório porque nós tivemos uma respeitabilidade tanto pelo lado privado como pelo lado público, mas falando de negociação, a nossa reivindicatória era uma, e nós aceitamos uma outra proposta, ou seja, não foi totalmente satisfatória, mas não dava mais para continuar; nós entramos no momento certo e saímos no momento certo, porque a população não poderia ser tão desgastada. Chegou a um dado momento em que nós pensamos unicamente em atender à população – subiu o índice de homicídios e tudo. Esse resultado final foi importante, mas poderia ter sido melhor, mas o que nos prendeu não foi a questão do governo, mas a questão da sociedade. É bom dizer que antes do movimento nós comunicamos, por ofício, o Tribunal de Justiça, o governador do Estado e o Ministério Público – todas as autoridades foram alertadas – que o movimento podia acontecer e que era para tomarem as devidas providências a partir do movimento deflagrado: o direito de ir e vir do cidadão, a ordem nos presídios.

Fiz um trabalho de conclusão de curso, do Curso de Jornalismo, sobre a greve dos policiais em Campo Grande. Produzi um documentário sobre o movimento! Recentemente fui readmitido na Associação, após um tempo fora.

4 Policiais militares do Rio Grande do Sul, Piauí, Goiás; São Paulo e Rio de Janeiro Bahia: “quarta rede”

Manifestações disciplinadas e articulações à margem do ciclo

4.1 SOLDADO LUCAS (LEONEL LUCAS LIMA)

Acervo da autora, jul. 2007.

Entrevista com Soldado Lucas (Leonel Lucas Lima), atual presidente da Associação Nacional dos Cabos e Soldados, integrante do movimento grevista dos praças da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, ocorrido na cidade de Porto Alegre, no ano de 1997. A entrevista foi realizada no dia 18 de julho de 2007, às 10 horas. Tomando chimarrão em sua sala na Associação dos Cabos e Soldados do Rio Grande do Sul, Leonel Lucas Lima (conhecido como "presidente"), rememorou suas experiências de vida, enfocando a questão classista.

O ano de 1997 foi um marco: paramos de pensar com o coturno e começamos a pensar com a cabeça. Hoje nós obedecemos, mas antes de obedecer vamos ver os nossos direitos.

Sou de Passo Fundo, aqui do Rio Grande do Sul. Meus pais são Nilo Ferreira Lima e Olinda Lucas Lima. Vim para Porto Alegre em 1971 após a morte do meu pai. Quando meu pai faleceu, minha mãe era empregada doméstica, mãe de dez filhos. Viemos para Porto Alegre com "uma mão na frente e a outra atrás" para tentar conquistar algum espaço. Veio a família toda, eu era o menor dos dez irmãos, eu tinha apenas cinco anos. Era o caçula da família.

Cresci aqui, no Bairro Paternon, em Porto Alegre. Nesse bairro (Paternon) moram cerca de 4 a 5 mil brigadianos. Antigamente, as casas desse bairro eram da Brigada Militar. Para cima da Avenida da Veiga, onde está a sede da Associação, todos são brigadianos (moram na encosta do morro).

Viemos morar aqui porque, na época, esse era o bairro onde tinha aluguel mais barato. O brigadiano era muito marginalizado: era um problema ser filho de brigadiano ou esposa de brigadiano. Ser brigadiano, no tempo da Revolução de 1964, era ser marginalizado. Eu morei aqui por 32 anos, e os meus irmãos até hoje moram todos aqui perto.

A minha mãezinha faleceu há seis anos atrás. Eu tinha tudo para não ser brigadiano: em 1982 meu irmão foi no bar comprar um leite pra nós, e "deu uma briga" entre dois brigadianos e mataram meu irmão a facada. Meu irmão tinha apenas 22 anos. Nós crescemos aqui, num colégio com quase 100% de filhos de brigadianos. Inclusive, as professoras eram esposas de brigadianos. Era um colégio público, estadual. Acredito que 80% dos meus amigos de infância hoje são brigadianos. Hoje a Brigada Militar tem um colégio, mas não tivemos oportunidade de estudar lá, só depois de formado que o colégio foi criado. A gente jogava bola no campo da Brigada.

Como minha mãe tinha dez filhos, nós trabalhávamos de dia para comer de noite. Nós carregávamos o carrinho dos brigadianos, daí tinha um vale que eles nós davam; éramos sustentados por esse vale. Fui crescendo e estudando. Na escola, eu fui presidente do grêmio estudantil, aliás, eu fui o primeiro presidente de um clube escolar do Estado, comecei a interagir com esses movimentos, principalmente no esporte.

Em 1990, eu ingressei na Brigada. Eu já entrei especialista - armeiro. Exigia-se o 2º grau completo. Junto comigo entraram dois irmãos. Temos na família três brigadistas. Esse foi o orgulho da minha mãe! Na minha formatura, todos percebiam a alegria no rostinho da minha mãe. A nossa Brigada era a mais militarizada

do país, inclusive nas cerimônias. O meu pai era estofador, não tinha nada a ver com a Brigada. Nós prestamos concurso público para ingressar na Brigada.

Nossa formação foi mais militarizante que policial. Nosso curso era de “milico”. Era muito treinamento, até campo eu fiz: sobrevivência no meio do mato. Para um policial militar, nos dias de hoje, isso é um absurdo. Era pouca formação profissional, era muito militarizada.

Sobre o meu ingresso na Associação, foi assim: eu tinha um vínculo aqui como civil; todas as pessoas me conheciam, eu me entrosava muito no esporte, aí o presidente da época me convidou para fazer parte da diretoria de esportes. Eu vim, ainda aluno-soldado, para ser diretor de esporte na Associação. Eu era aluno-soldado, não tinha formado.

Entrei para a Associação dos Cabos e Soldados do Rio Grande do Sul na fase da mudança de Clube para Entidade de Classe. Até 1989 éramos apenas clube; com a mudança da Constituição nós transformamos em Associação. Na época, nós não entendíamos muito a diferença de clube para Associação, mas, na realidade, ganhávamos a possibilidade de reivindicar. Era a possibilidade de sair daquele clube mandado pelos coronéis: tínhamos que obedecer “sim senhor, não senhor”. A entidade iria fazer melhorias para a categoria, essa era a transformação prometida.

Foi difícil transformar uma entidade, que na época tinha seus 20 anos, em uma Associação que pudesse ser reconhecida não como um clube de lazer, como era vista. Temos espaço físico: piscina, campo, hotel, salões de festa... Mas, para além dessa questão administrativa temos a questão classista.

Até o nosso mandato, os presidentes (de 1990 até 2001) não se preocupavam muito com a parte reivindicatória. Eles continuavam fazendo a parte de “clube social”, até porque essas pessoas que eram presidentes ainda tinham uma mentalidade muito fechada (por serem pessoas mais de idade, com mais de 20 anos de Brigada). Quando nós assumimos a presidência da Associação era todo mundo novo; alguns diretores eram novos na entidade. Queríamos transformar a entidade; tínhamos o seguinte discurso: *Como vamos para uma festa nos divertir, se não tínhamos dinheiro no bolso; se nossos filhos pediam um refrigerante e nós queríamos tomar uma cerveja e não tínhamos como pagar?...*

Hoje, tem esse caráter mais reivindicativo. Conseguimos dividir a parte social que seria de clube e a parte reivindicatória que é a de entidade classista (a partir de 2001). Desde que eu entrei na Brigada que me dedico à Associação. Nós, aqui, policiais militares, começamos em 1997 a pensar com a cabeça e deixamos de pensar com o coturno; fizemos grandes movimentos. Na realidade, o movimento de 1997 transformou os policiais militares no Brasil todo.

Aqui, no Rio Grande do Sul, nós conseguimos reunir 12 mil brigadianos nesse movimento. O movimento marcou os 12 mil homens que vieram a Porto Alegre. Algumas pessoas acreditam que o movimento de 1997 não deu em nada, muitos acham que se nós tivéssemos ficado mais um dia de greve conseguiríamos mais. Foram para o bolso do brigadiano, na época, R\$ 120,00 reais. Eles acharam pouco, mas foi o que conseguimos. Só que sempre tem aquilo: *se ficássemos mais um dia, mais uma hora de greve?* Temos um ponto positivo: graças a Deus, a relação com os oficiais melhorou. Muita gente, inclusive os veteranos, parou de ter medo.

O movimento, aqui em Porto Alegre, ocorreu no dia 17 de julho de 1997. A organização partiu de mim e do presidente que estava aqui na Associação naquela época, o Moraes. Vimos que lá em Belo Horizonte estavam acontecendo manifestações... Algumas pessoas daqui, que não tinham nada a ver com a entidade, queriam fazer o movimento. Nós sabíamos que iríamos perder força se alguém de fora fizesse o movimento e a entidade não fizesse. Eu falei com o presidente da época: *quem tem que fazer esse movimento, quem tem que liderar esse movimento é a nossa entidade.*

Muito brigadiano de Porto Alegre ficou com medo. Nós temos mais de 18 regionais da Associação no interior do Estado. Tínhamos um presidente em cada uma dessas regionais, mas, infelizmente, esses presidentes eram da Brigada antiga, eles ficavam com medo. Imagina tu fazer uma greve, desobedecer a um sargento, um capitão, um oficial! Os colegas estavam com medo de fazer esse movimento.

No primeiro momento, a grande maioria foi contra. Falamos, em um discurso, sobre o que tinha acontecido em Minas Gerais e mostramos que era preciso fazer o movimento. Aí começamos a organizar o movimento. Nós fomos visitar todas as regionais, visitamos os maiores batalhões do Rio Grande do Sul. Não tínhamos muita abertura, alguns militares já estavam querendo nos “enquadrar”, mas o comandante da época via o movimento como algo pacífico.

Nós tivemos a mídia – a não paga – do nosso lado, pois eles queriam informações e nós soubemos usá-la, dizíamos que 100% da Brigada iria parar - coisa que não aconteceu e não acontece. Nós fizemos a articulação do movimento. E o movimento foi bom até onde pôde ser bom. Tinha algumas pessoas infiltradas; tinha um pessoal da política partidária que queria fazer um movimento de outro tipo. O nosso movimento não foi ligado a nenhum partido. Tinha apenas um deputado da classe, que era o Soldado Gomes, deputado estadual na época; o João Osório, que era sargento da Brigada. Esses apoiaram o movimento! Tivemos também alguns sindicatos (como o dos professores) que vieram em apoio ao movimento.

O dia 17 de julho de 1997 foi uma surpresa pra nós. Na verdade, nós mentíamos muito para a mídia: começamos a dar entrevistas uma semana antes dizendo que estávamos esperando 400 ônibus, 10 mil pessoas para o movimento. A mídia começou a divulgar aquilo, só que no dia 17 de julho, realmente aconteceu: o movimento parou as unidades da Brigada. Nós estávamos tentando maquiagem para a imprensa para ter foco, mas no dia aconteceu mesmo, aconteceu tudo aquilo que nós não imaginávamos. Cada representante de unidade conseguiu um ônibus, isso nos 480 municípios.

Convocamos uma assembleia-geral para discutir se iríamos parar ou não. A assembleia foi aqui, na sede da Associação. Tomamos um susto porque não estávamos preparados para aquele movimento tão grande. Fizemos uma comissão de brigadianos para decidir o que queríamos.

O ano de 1997 foi um marco. Nós paramos de pensar com o coturno e começamos a pensar com a cabeça. Nós fizemos uma caminhada da sede da Associação até o Palácio do Governo, emocionante! Foi uma longa caminhada no dia 17: o Palácio do Governo fica a 8 km da sede da Associação. Foi uma caminhada com 12 mil pessoas. Saímos daqui e pegamos a avenida principal, que é a Bento Gonçalves, para ir ao Palácio do Governo. Quando nós chegamos ao centro da cidade, a população começou a nos apoiar jogando papéis picados dos prédios. O povo aplaudia, o pessoal que passava apoiava o movimento. Nós estávamos ali, todos os brigadianos - fardados, com identificação, mas sem armas.

Fizemos cartazes pedindo ao brigadiano que viesse para o movimento fardado e desarmado. Após a caminhada, nós começamos a negociar com o Governo. Estávamos reivindicando os 222% de risco de vida: era o que nós queríamos. No último dia da greve, da paralisação, nós não abríamos mão dos 222%, só que o presidente da Associação, à época, (o Moraes) junto com o presidente da Associação dos Subtenentes e Sargentos e os dois deputados (Gomes e o João Osório) não chamaram o restante das lideranças e decidiram parar com a greve.

Com a minha experiência, vi que não iríamos conseguir o bônus. Em 1997 teve um erro: os líderes não convocaram uma assembleia-geral para decidir sobre o fim da greve. Por outro lado, nós realmente não íamos conseguir modificações com um dia a mais de greve. Não iríamos conseguir os 222%, mas, de qualquer forma, eles deveriam ter chamado uma assembleia-geral. Não deveriam ter decidido à porta fechada. O movimento não começou de porta fechada, foi um movimento aberto. O maior ponto negativo dessa greve foi que eles decidiram paralisar o movimento sem uma assembleia-geral.

A partir daí, ocorreu uma revolta no Estado todo. No dia 17 de agosto, eles encerraram a greve, a paralisação. Nos dias 18 e 19, ainda tinha gente de greve no interior. Foi uma greve. Tinha uns que chegavam ao quartel e não queriam trabalhar, outros que nem iam ao quartel, estavam em greve ainda. Não ocorreu nenhuma outra manifestação pública (caminhada).

A Associação saiu como traidora do movimento, por conta do encerramento do movimento. Foram taxados [os diretores] de traidores. Foi muito difícil recuperar a credibilidade da Associação. Na época, ela perdeu muito sócio, muita gente foi embora da Associação, até eu me afastei da entidade. Eu saí em 1997 e

voltei em 1999 para concorrer ao cargo de conselheiro. Eu não concordei com o encerramento do movimento. Aliás, eu concordei com o que eles tinham feito (de ter aceitado), mas acho que tinham que ter chamado a assembleia-geral para decidir. Depois, o presidente tentou fazer outros movimentos, mas não tinha mais credibilidade.

A Brigada começou a crescer em 1995, quando fundamos a Associação Nacional em Goiás. Teve um rapaz lá em Goiás (um maluco) que queria ser vereador e queria um fato político para divulgar. Então, em 1995, ele chamou todos os presidentes das Associações de Cabos e Soldados do Brasil para irem a Goiás e criou a Associação Nacional. Em 1995, o comandante-geral de Goiás não queria que criasse uma Associação Nacional. Aí tivemos que ficar escondidos. Fomos para o auditório do Sesc fazer uma reunião e os P2 (serviço de informação) foram também para esse auditório. Lá, fundamos a Associação Nacional. Estavam os 27 federados em uma Associação Nacional dos Cabos e Soldados.

Até 1989 o policial militar não votava. Naquele processo, muitas entidades não eram ainda Associações, eram apenas Clubes Recreativos de Cabos e Soldados. A proposta do tal rapaz de Goiás era ser presidente, nem ele sabia o que queria com a Associação (queria ser candidato a vereador, porque em 1996 teria eleições). Eles organizaram tudo: buscaram o pessoal no aeroporto, hospedaram todo mundo. Foi a primeira vez que a base da Polícia Militar se reuniu.

Nós, aqui no Rio Grande do Sul, fomos organizados, levamos um advogado junto conosco, levamos o estatuto da nossa Associação. Fomos com o intuito de transformar o Brasil: eu, o Moraes e o advogado. Chegamos lá e tomamos conta, tanto é que o 1º presidente da Associação Nacional foi o Moraes.

Teve uma votação, foi unanimidade. O rapaz de Goiás concorreu, mas na hora da votação ele retirou seu nome. Tinha o candidato de São Paulo (Cabo Wilson) e o Moraes do Rio Grande do Sul. Foram três dias de discussão, pois teve que formar um estatuto. A discussão até hoje é a mesma: a desmilitarização das Polícias Militares.

Aqui, no Rio Grande do Sul, nós acreditamos que a desmilitarização é uma coisa inviável para os dias de hoje. A desmilitarização não será o fim da hierarquia. A hierarquia está em qualquer instituição. O regime tem que ser diferenciado, a previdência tem que ser diferenciada, ser militarizada. O posicionamento a favor da desmilitarização é muito forte com os PMs do nordeste; aqui no Rio Grande não. Para a formação da Associação Nacional, tivemos sentados conosco cangaceiros; o que esses policiais falavam que faziam no Nordeste era de apavorar. Por exemplo: eles trabalhavam em uma cidadezinha lá no interior, os "caras" mandavam matar, e eles matavam (eram policiais militares, e estavam conosco). Era a rotina deles.

Todos estavam muito democráticos, na época tudo era novidade. Todo mundo queria fazer um discurso bonito, de integração. Todos falavam que deveríamos acabar com os abusos dos coronéis que prendiam arbitrariamente. Entretanto, para nós, aqui no Rio Grande do Sul, as coisas já estavam mudando em 1995. Minas Gerais também tinha um discurso mais moderno, como o nosso.

Até então os movimentos sociais eram contra os policiais militares. Os integrantes de movimentos sociais viam as polícias militares como aquela instituição que batia, como um instrumento do governo. Mas quem batia na ditadura era o Exército, a PE, a Marinha, eles é que faziam esse tipo de coisa. Tínhamos que mudar o rótulo, chegar aos deputados federais, principalmente, e tentar mudar essa opinião; e esse foi o maior serviço que a Associação Nacional prestou. Buscávamos um salário digno para todos e um Regulamento Disciplinar único para os policiais militares de todo o Brasil. O plano de carreira nacional, moradia, tudo isso nós reivindicávamos. Mas isso não aconteceu até hoje.

O Código de Ética de Minas Gerais foi copiado do Rio Grande do Sul. O nosso Código de Ética é de 1999. Agora, o Rio de Janeiro também tem. Eu penso que nós temos que mudar o Brasil; a Polícia Militar tem condições de mudar; hoje nós somos 580 mil homens. Nós temos um Código Penal Militar de 1961, o que dificulta a vida de um cidadão-policial. Um exemplo: se "tu brigar" na rua, tu vais ser processado e condenado a prestar serviço em uma creche ou escola, ou pagar três cestas básicas para alguém, mas se eu cometer uma lesão corporal, ficarei três meses preso na cadeia. Se eu, um policial, cometer um crime, tenho que ir para o

presídio da Polícia Militar aqui em Porto Alegre, longe da família, sendo que o Código Civil diz que você não pode ficar afastado, longe da família. Nós lutamos hoje, principalmente, pela mudança do Código Penal Militar, porque ele é escrito pelo Exército.

Para sustentar a Associação Nacional, nós temos hoje uma mensalidade, um salário mínimo por entidade. Mas é muito difícil, tem uns “picaretas” que não pagam, mas a gente vai levando. Eu estive na Paraíba no ano passado, fiquei sete dias acompanhando a greve de lá (tive dificuldade até para pagar hotel). Vou a todos os movimentos quando me chamam.

Eu acompanhei o caso de Minas Gerais. Lá tem um problema: conseguiram dar um surto de organização, mas esse surto acabou. Tiveram um surto depois de 1997, conseguiram eleger três candidatos (em minha opinião nenhuma das três pessoas foram boas politicamente).

Para mim, o maior exemplo para a Polícia Militar foi o do movimento de Minas Gerais; eles conseguiram eleger três pessoas do movimento. Das três pessoas, o único que participou diretamente do movimento foi o Moraes porque ele era presidente da entidade. Contudo, ele se escondeu covardemente atrás de um monte de gente, mas, mesmo assim, conseguiu se eleger. E para a Polícia Militar, a nível estadual, tanto o Rodrigues quanto o Moraes não fizeram o dever de casa, aliás, nem o Cabo Júlio (a nível federal).

O ano de 1997 foi um marco para os governos do Brasil. Todos viram que a Polícia Militar tinha vez nos movimentos sociais. Foi uma questão de cidadania. Nós somos 500 mil, só que nós, policiais militares, ao invés de mostrarmos isso para o Governo (principalmente os “camaradas” de Minas Gerais) acabamos enfatizando o lado partidário. Muitos policiais usaram os movimentos grevistas como trampolim político. Muitos fizeram o movimento para se candidatar.

Foram muitos candidatos no pós-1997 que nasceram dos movimentos classistas, para mais de 20 deputados. Mas todos eles ficaram amargurados, não foram reeleitos. Um exemplo foi o Wilson, em São Paulo. Dou outros exemplos: o Soldado Cordeiro, de Pernambuco; o coronel Altair, do Acre.

Aqui no Rio Grande do Sul ninguém foi eleito depois da greve de 1997, ninguém foi eleito. Na verdade, continuamos no movimento. Em 2001, eu cheguei com uma nova proposta para a Associação. Era uma proposta de mudarmos a cara, da sucessão, trazer de volta a credibilidade. Estamos mostrando o que é a Associação, que ela está aí para reivindicar, que ela tem que interagir com outros movimentos, não só dos policiais militares.

A Associação começou a trazer deputados aqui para dentro e mostrar as dificuldades do policial militar. Nas eleições que aconteceram em 2002, nós promovemos um debate com os candidatos a governo. Ouvimos as propostas dos candidatos. Eles apresentaram propostas para os policiais militares (apesar de que depois não cumpriram). O maior projeto nosso foi dos candidatos a deputados: todos os candidatos que queriam ter algum vínculo com a Brigada, nós apresentamos propostas e exigências para apoiar esses deputados.

Nós, aqui, somos contra o presidente da entidade se candidatar a deputado, vereador ou coisa parecida. Nós somos a favor de apoiar; ficamos com um candidato que sabemos que será eleito. A gente o chama e diz: *Deputado, o senhor tem uma proposta para a Brigada na sua plataforma?* Sim, então vamos ajudar. Depois, nós colocamos no jornal: *Tal candidato visitou a Associação e disse que vai ajudar.* Claro que nós prometíamos para vários candidatos a mesma coisa.

Se os policiais tiverem um deputado na Assembleia, os outros deputados vão pensar: *esses brigadistas que vão procurar o deputado deles que eles elegeram.* Hoje temos o caminho político aberto para todos os partidos. Muitos deputados, na campanha, tiraram fotos conosco e colocaram nos panfletos... não foi nem um nem dois, foram vários. Eles têm o compromisso, lá nos projetos de Brasília, de defender os interesses das Polícias Militares. Estamos tentando levar essa ideia (de buscar apoio) para os PMs de outros Estados, mas é difícil porque tu mexes com o ego da pessoa que quer se candidatar, eles pensam: *Sou o principal líder dos policiais militares aqui do meu Estado, como é que eu não vou querer ser candidato...* Eles estão pensando só no umbigo deles; podiam estar pensando no macro. Aqui no Rio Grande do Sul fazemos isso.

Essa nossa estratégia dá certo! Nós tivemos um plano de carreira dos policiais militares que é exemplo para o Brasil. Nós conseguimos. Hoje não temos mais cabo, 3º sargento, subtenente, nem 2º tenente (diminuímos a distância de patentes e valorizamos o policial militar). Também, já conseguimos aumento salarial.

Após as greves, nós participamos da anistia em Belo Horizonte (com o projeto do Sargento Rodrigues) e em Pernambuco (com o projeto do Cordeiro). A anistia de Minas Gerais foi uma besteira, enviaram o pessoal para o Corpo de Bombeiros. Em Pernambuco, houve a anistia, o perdão; todos voltaram para a PM. Em Brasília também teve a anistia em um número menor, se me lembro, foram uns 40 anistiados (já em Pernambuco foram uns 200).

Na Bahia os policiais ficaram encapuzados. Pra mim, foi um movimento mais marginalizado, algumas pessoas de lá não foram anistiadas. Da Bahia, naquele movimento, saiu um deputado estadual. Ele pegou um botijão de gás, botou nas costas (fardado) e foi pra frente de uma refinaria de gás; não deixou nem entrar nem sair caminhão de gás. Com isso ele conseguiu, lá no Estado da Bahia, diminuir o valor do gás (só baiano pra fazer isso). Ele conseguiu 30 mil votos, e nessa eleição ainda conseguiu uns 8 mil votos.

A pessoa que entra para um sindicato, uma entidade de classe pensando em outras coisas (candidatura a deputado, por exemplo), não vai longe. Aqui, em Porto Alegre, por exemplo, o ex-presidente da Associação tentou as eleições de 1998 (ele foi taxado como traidor em 1997) e tomou ferro: fez 5 mil votos.

Eu sou presidente da Associação dos Cabos e Soldados do Rio Grande do Sul. Estou no terceiro mandato, desde 2001. No 1º mandato, eu fiz 77% dos votos; no 2º, eu fiz 82%; e agora, em 2007, eu fiz 93% dos votos. Essa votação só aqui em Porto Alegre, só com os brigadistas. Eu poderia ser candidato a vereador, tranquilamente, só com os votos dos brigadianos. Já fui convidado por vários partidos, mas eu tenho um compromisso de classe, não de partido. Isso gera um ganho maior para a comunidade, a comunidade da Polícia Militar.

Os policiais que vão para os cargos públicos, não vão com o interesse de ajudar o PM, eles vão para se autoajudar. Em minha opinião, eu estou me autoajudando quando vem um policial militar aqui, precisando de um remédio, precisando de um gás, e eu tenho condições de ajudar; ou que ele saia daqui com um vale gás ou com a receita paga, isso é minha autoajuda.

Hoje eu estava atendendo, aqui na Associação, um policial que estava com problema de gás, não tinha dinheiro para colocar um gás dentro de casa. Eles nos procuram direto. Teve também, um rapaz procurando pelo filho dele, aí eu marquei uma entrevista com a assistente social. Eles mandam cartas, e-mail pedindo ajuda.

Nós temos o hospital da Brigada, então, politicamente, nós “mexemos os pauzinhos”, pois os “caras” (policiais) enviam cartas, mandam e-mail, ligam chorando. Nós temos um departamento de assistência social aqui. Nós fazemos o trabalho (além de reivindicar). Nós temos duas ambulâncias de remoção de graça para os brigadianos; nós temos 56 advogados que trabalham de graça para os brigadianos.

Hoje nós tentamos mostrar que o brigadiano não é mais um coitadinho, queremos transformar o brigadiano. “Tu observa” os policiais falando: *Peguei o “jornalzinho” da Associação*. Eu digo: *Não, camarada “tu pegou” o jornal da Associação*. É isso que queremos mostrar: parar com o diminutivo. Tem um senhor que vem aqui na minha sala, quando eu perguntava como estava, ele respondia: *Estou mais ou menos*. Hoje eu pergunto: *Como está?* Ele: *Estou bem, estou bem*. É assim que tentamos transformar os camaradas, porque se você deixar, eles continuam com aquela de “soldadinho”... O oficial quando diz *soldadinho*, nós declaramos: *Coronel, o senhor está desmoralizando o camarada*. E pedimos: *Dá um incentivo, chama de soldado, ele é um profissional de segurança pública*. Muitos policiais reclamam de abusos dos oficiais. Nós fazemos várias denúncias para a corregedoria sobre abusos. Nós temos aqui, às vezes, até abuso sexual (com as mulheres).

O Rio Grande do Sul, hoje, tem o pior salário do Brasil. Somos a Polícia menos paga: o salário hoje é de R\$ 828, 00. No Rio Grande do Sul, 80% dos policiais não têm moradia própria e 35% dos policiais não trabalham na sua cidade (onde moram). Quando a gente viaja, sempre encontra um policial na estrada; eu

sempre dou carona para uns caras que estão a pé na estrada pedindo carona. Onde dá para morar, eles estão morando... infelizmente, aquele ditado: "ele prende o vagabundo de manhã e a noite está dormindo do lado do 'cara'".

Recebemos queixas para comprar medicamentos. Temos um grande problema de pessoas transplantadas, de pessoas fazendo transplante. Não temos colete à prova de balas para todos os policiais militares. Enquanto o vagabundo usa metralhadora de primeiro mundo, nós usamos um 38. Aqui, em Porto Alegre, nós temos problema com o rádio, o sistema de rádio aqui não está mais funcionando. O policial militar está usando seu próprio celular para se comunicar... tudo isso atinge o psicológico do policial. Então nós estamos reivindicando com a nossa governadora – que é filhote de Aécio Neves – temos tentado, mas é difícil. Estamos negociando nossas reivindicações: a gente bate, fecha a porta, mas a janela está aberta. Muitas vezes conversamos pela janela. O diálogo não pode nunca fechar as portas, precisamos estar sempre dialogando, a conquista vem do diálogo. Acreditamos na nova geração de brigadianos.

Em 1990, conseguimos mudar a exigência de escolaridade para o ingresso na corporação para o 2º grau. Agora, nós estamos tentando exigir (transformar) para o 3º grau. Seria uma forma de qualificação: tu terias um salário digno para os policiais militares e a população teria também um camarada qualificado. Para isso aí, nós teremos que quebrar algumas rixas, porque tem oficial que não tem o 3º grau.

Fizemos uma pesquisa dos últimos seis anos na Brigada: 15% dos que ingressaram na Brigada têm curso superior. Claro que muitos fazem a Brigada de trampolim, enquanto não conseguem outro concurso. Os oficiais estão percebendo as diferenças, os abusos estão diminuindo por causa disso. Hoje não temos mais o camarada "tabacudo do interior" (que não sabia nem ler nem escrever). Atualmente, se deixar, o camarada (praça) sabe usar o computador e oficial não sabe. Então fica mais difícil para o Comando lidar abusivamente com os seus comandados. Usamos outro discurso que diz: *Não existe um chefe surdo*. É preciso negociar, porque por mais que o oficial busque recursos no Regulamento Disciplinar, o praça também vai buscar para saber os seus direitos. Antigamente, muitos policiais nem sabiam que no Regulamento Disciplinar havia direitos. Na formação do policial eles só mostram os deveres.

O nosso Regulamento Disciplinar continua com o mesmo nome, mas foi modificado pelas entidades de classe. Hoje são nove meses de formação para ingressar na Brigada. Hoje tem disciplina que eu nunca imaginei: meio ambiente e direitos sociais. Isso não tinha antes, o máximo que chegava perto dos direitos sociais era a disciplina de Relações Públicas. Acho que a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, "não é puxando o assado", está na ponta das modificações das Polícias Militares do Brasil. Mesmo assim, o maior problema é o salário. Hoje, o policial militar que está na Brigada e tem o curso superior, "te dá" direito a tudo, até mesmo ir embora da Brigada para fazer outros concursos. Porque ou o camarada é frustrado – ele tentou tudo que era concurso (Ministério Público, juiz...) tudo e não conseguiu – aí ele teve que ingressar na Brigada. É difícil achar o militar de vocação. Eu sou... Entrei em 1990, tenho uma história, um vínculo. Isso é difícil de encontrar hoje.

Fazendo um balanço geral das greves de 1997, posso dizer que esse movimento foi válido, em todos os aspectos. Os brigadianos eram só coturno, só obedeciam; hoje nós obedecemos, mas antes de obedecer vamos ver os nossos direitos. Antigamente, eram ordens absurdas e a gente cumpria; hoje ordem absurda não se cumpre mais. Antes eles iam e cumpriam a ordem e depois iam ver se estava certo ou errado.

Hoje eu sou, também, presidente da Associação Nacional dos Cabos e Soldados. Temos vários encontros nacionais. Tive um encontro com o vice-presidente da Associação do Rio de Janeiro. Foi um absurdo, o pessoal retroagiu, os "caras" querem nos tirar da Constituição (desmilitarizar). Os policiais militares nordestinos se reuniram junto com o pessoal do Rio de Janeiro, e querem nos tirar da Constituição, querem nos tirar do 144, querem desmilitarizar.

Esses "caras" são políticos partidários, eles usam os outros policiais. E eu fico com muito medo. Imagina, sair do 144 (desmilitarizar)! O meu vice-presidente, o Paim, esteve nesse evento e se apavorou. Ele saiu de lá enlouquecido. Pra mim eles retroagiram.

Uma vez em Brasília – eles não sonhavam que eu iria ao encontro – cheguei lá e eles estavam prontos para retirar o 144. Cheguei lá e banquei um discurso. Obviamente, todo mundo veio para o nosso lado, nós conseguimos evitar isso em 2002. Vamos ter mais um encontro nacional em Fortaleza. Esse está sendo organizado pela Associação Nacional dos Subtenentes e Sargentos, e nós vamos participar. Depois, teremos um encontro no Mato Grosso: esse é para desmilitarizar, é um encontro forte.

4.2 SOLDADO GIOVANI (GIOVANI FORMOSO DA COSTA)

Acervo da autora, jul. 2007.

Entrevista com Soldado Giovani (Giovani Formoso da Costa), integrante da Associação dos Cabos e Soldados e do movimento grevista dos praças da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, ocorrido na cidade de Porto Alegre, no ano de 1997. A entrevista foi realizada no dia 18 de julho de 2007. Soldado Giovani, narrou detalhadamente seu ingresso na corporação e sua participação no movimento de 1997. A entrevista foi concedida em uma pequena sala na Associação dos Cabos e Soldados do Rio Grande do Sul.

Nós tínhamos um movimento e nossos líderes se omitiram. Pela imprensa saiu que nós tínhamos terminado o nosso movimento e que tínhamos aceitado um valor irrisório.

Meu nome é César Giovani Formoso da Costa, nasci em Bagé, no Rio Grande do Sul, que fica em torno de 385 km de Porto Alegre. Entrei para a corporação em 10 de outubro de 1990, eu já estava no limite de idade para a inclusão militar. Minha família veio para Porto Alegre em 1970. Meu pai, minha mãe e o casal de filhos migraram atrás de empregos; naquela época o difícil era moradia em Porto Alegre, mas trabalho tinha bastante.

Porto Alegre era uma capital pequena, uma metrópole que estava em desenvolvimento. Eu fui criado em um bairro nobre, que é o Menino de Deus, há 3 km do centro da cidade, dá para ir a pé. Ali eu fui criado, mas com o desenvolvimento da cidade, nós tivemos que sair de lá, pois vivíamos em casa de aluguel. Hoje essa região é para pessoas de alto poder aquisitivo.

Comecei a trabalhar em 1979, com 12 anos. Eu trabalhava na construção civil, só que na época eles não assinavam carteira, só começaram a assinar quando eu fiz 14 anos. Eu tinha um porte físico avantajado, por isso era servente de obra. Nesse período, eu consegui começar a estudar durante a noite. Eu estudei até o 2º grau. Quando eu entrei para a Brigada, era exigido o 1º grau completo. Mas a minha turma era avançada, pois a maioria já tinha o 2º grau.

Eu servi ao Exército em 1985, servi especificamente na Polícia do Exército (PE). A Brigada Militar efetivava direto os policiais da PE, mas exigia-se que o militar fizesse o curso de formação dentro da Brigada. Servi lá durante 1 ano, 3 meses e 28 dias. Na época, deu aquele problema da tropa da ditadura de Tancredo Neves; e eu tive que ficar mais um tempo no Exército, aí eu acabei desgostando. Por minha opção, dei baixa no Exército.

De 1986 até 1990 fiquei na iniciativa privada, onde tive vários choques de trabalho, nunca me senti seguro naqueles trabalhos. Trabalhei no comércio e na indústria. Na indústria é assim: se "tu não produzir" muito e rápido, tu ficas em outro plano. Depois, trabalhei no comércio, naquela época que a inflação era superalta; eu fazia hora extra, trabalhando com papelaria e com discos. Eu não ganhava mal, aliás, eu ganhava até mais que o salário inicial da Brigada, recebia em torno de dez salários mínimos. Por outro lado, a gente fazia muito balanço aos domingos, e os empresários e gerentes faziam a gente trabalhar meio de graça. Daí, eu comecei a me desgostar porque eu nunca fui de puxar saco de patrão.

Quando estourou o plano Collor, não ganhei aqueles 84% que até a justiça concedeu para o pessoal. Naquele mês, eu tinha feito umas 220 horas extras. E eles não pagavam, então, eu fui cobrar do gerente, falei: *O negócio é o seguinte, além de não ter dado a conversão dos 84% da inflação, minhas horas extras... nada.* Eu estava reivindicando meus direitos, e ele falou para que eu procurasse outro serviço porque aumento ia ser difícil. Na época da Zélia Cardoso de Mello, todo mundo ficou desempregado e perdeu seu dinheirinho. Saí do comércio em março e em outubro eu decidi procurar outro serviço. Comecei a preparar a documentação: atestado de bons antecedentes, papel do Exército... Eu tinha toda a documentação!

Daí eu fui me inscrever no concurso da SE. Até hoje não me esqueço, foi em uma sexta feira. Cheguei lá na parte da tarde e eles me disseram que as inscrições duraram apenas até o meio dia. Eu estava com tudo: foto, atestado de escolaridade... Tudo preparado para um concurso.

Mas o destino da vida surpreende: abaixei a cabeça, caminhei três quadras e entrei à direta, a 100 m. Lá eu vi uma fila enorme de pessoas. Logo perguntei: *Que fila é essa?* Aí, me falaram que a Brigada Militar estava recrutando soldados. Para a minha surpresa, muitos que estavam na fila não tinham a documentação necessária. Mas eu estava com toda a documentação! Entrei na fila e vi que saía um e entrava outro: faltava documentação de muita gente, em especial o atestado de bons antecedentes, comprovante de residência e não sei mais o quê. Daí, quando chegou a minha vez, no recrutamento da Brigada, eu estava com os documentos em ordem, até o senhor que me atendeu na época disse assim: *Você tem todos os documentos já prontos; na segunda-feira venha fazer o exame físico e o intelectual.* Era um semiconcurso.

Não existia um concurso "organizado" para ingressar na Brigada. Tinha um edital; caso eles precisassem de 2.000 pessoas, eles saíam escolhendo quem queria ingressar. Eles faziam entrevistas no nosso bairro: *Conhece o fulano? Quanto tempo realmente ele mora aí? Como é a conduta dele? Ele vai a bares e bebe?* Era essa a principal seleção que existia (a ficha de antecedentes).

Fiz a prova e passei! Depois passei com a psicóloga, no psicotécnico. No final, eles chamavam um por um... Aí chamaram o meu nome, César Giovani Formoso da Costa, e disseram: *Risca aí a unidade onde o senhor pretende trabalhar.* Eu queria ir para o 1º Batalhão, mas não tinha mais vaga. Eu sabia qual era a área de atuação, era perto da minha casa, facilitaria, era a minha opção até por conta do transporte. Era assim: tinha 40 vagas para bombeiro em Caxias do Sul; Canoas tinha 100 vagas e Charqueadas tinha mais de 100 vagas. Eles estavam precisando de muita gente naquela época.

Eu fiquei na dúvida, porque Caxias do Sul e Charqueadas ficavam longe, e bombeiro não era a atuação de que eu gostaria no momento. O pessoal disse assim: *Tem a cavalaria da Brigada Militar, ninguém quer ir para lá.* Ninguém quer ir para lá, porque o pessoal anda a cavalo, fica sujo, o cavalo deixa um cheiro horrível na pessoa. O rapaz, bondosamente disse: *Por que tu não vais para a Cavalaria, eles estão eliminando os cavalos, futuramente serão apenas motos.* Era bem pertinho da minha casa, o Regimento de Cavalaria, era na Avenida Aparício Borges, então eu disse: *O senhor faz o favor de trocar o meu nome e colocar nesse quartel aí.* A partir do momento que eu assinei, eu já estava recebendo. Mas tinha um problema, eu estava ganhando mais no comércio do que a Brigada estava oferecendo.

Ingressei na Brigada porque eu estava me sentindo muito inseguro no outro emprego. Conversei até com a psicóloga: para mim não interessava dinheiro, eu era solteiro na época, o que interessava era a estabilidade e uma carreira. Então, eles me deram o ofício de apresentação, para que eu comesse a trabalhar após oito dias. Eles davam oito dias para a gente se apresentar na unidade.

Lá no quartel, o curso de formação durou onze meses. Não me assustei com o militarismo, eu já sabia como era. Saí do meu antigo serviço. O gerente era um paulista "ruim de negócio", lá era uma multinacional, e eu reivindiquei os meus direitos. Tomei minhas providências, e falei para esse gerente: *Se eu faltei, você pode descontar, mas não se esqueça das minhas 220 horas extras que tenho para receber, aquelas do balanço em que eu vinha trabalhar sem cartão batido; se eu não receber eu vou me sentar em um corredor da firma e se passar um cliente e me perguntar o que estou fazendo eu vou "dar a realidade" pra ele.* Ele disse: *Você está muito nervoso.* E eu: *Não, eu quero os meus direitos, eu sou um trabalhador.*

Daí, ele mandou o rapaz do departamento de pessoal, para falar comigo: *A gente esquece aquelas 220 horas extras pelos dias que tu faltaste e tu pedes tua conta*. Então, eu falei que minha conta não iria pedir, jamais. Daí, eu consegui 40% do fundo de garantia, ou seja, "dei um ganho de causa na firma". Daí, saí legal, isso que me manteve na época, porque quem entrava na Brigada estava ficando dois ou três meses sem receber, e eu me mantive.

Na minha família eu só tenho um primo militar: ele entrou dois anos antes na força. Terminei o meu curso na Brigada Militar após onze meses. O plano que a Brigada tinha na época era assim: o primeiro e segundo lugares tinham o direito assegurado ao curso de cabo. Isso aí era só um direito que tinha no papel, na verdade o comandante gostava do sujeito e o mandava para algum curso. Para a maioria sabia-se, "entrou soldado, morre soldado". Caso contrário, a gente deveria fazer o concurso interno, que era aberto para o pessoal civil. Não tinha nenhum estímulo para o soldado!

Comecei a questionar e virei um líder reivindicatório dentro do quartel: comecei a buscar o plano de carreira e o aumento salarial. Quando eu entrei na Brigada, me associei a nossa entidade de classe. Eu era uma liderança interna dentro do quartel, me envolvia no trabalho social. Eu era respeitado por ter servido ao Exército e acabei sendo um dos líderes. Eu tratava direto com o comandante sobre os anseios da turma.

Aprendi a negociar com o comandante. Nunca tive medo de represália do comandante. Aconteceu um caso interessante: nós éramos 62 policiais na turma de formação; um rapaz não se formou porque ele tinha uma "colinha" debaixo da prova, e ele já estava repetindo o curso. Achei injusto e falei: *Se ele não se formar nós não vamos nos formar também*. O pessoal topou a briga, só que, na época, nós pegamos uns coronéis da Brigada linha dura, era muito difícil negociar.

Bati na sala do comandante, me apresentei como representante da turma, fiz a minha reivindicação e ele disse: *Eu vi que você é um rapaz bem inteligente, mas tem um detalhe que tenho que dizer, esse aluno que colou é um cara problemático, esse rapaz já deu um golpe na Brigada, ele já tinha sido expulso e foi novamente incluído como se nunca tivesse entrado na corporação, agora tu fica tranquilo e tenta acalmar a turma*. Daí, eu tentei acalmar a turma.

Depois da minha formatura, passaram uns três anos e a situação aqui no Rio Grande do Sul não estava boa. Teve uma eleição para o Governo do Estado e o principal candidato era o Colares, e eu falei para o pessoal do quartel: *O Colares já passou pela prefeitura de 1986 a 1991, e "matou" os funcionários públicos da prefeitura, ele terceirizou o lixo na época; se esse cara vier para o governo, ele vai acabar com os militares*. Nós precisávamos votar em alguém que se preocupasse com a segurança pública. Era um período de grande inflação: eu recebia o meu salário da Brigada Militar, em torno de U\$ 120,00, mais ou menos, e trocava com cambistas no centro; eu comprava nas agências de turismo o dólar, às vezes comprava U\$ 100,00. O nosso salário no Governo Colares era ruim, e foi diminuindo.

Em 1993, o pessoal não aguentou mais e entrou com uma ação, que não poderia receber menos que o salário mínimo. No Governo Colares, eu ganhava 120,00 dólares; nós tínhamos 222% de risco de vida. Em resumo geral, um salário base de R\$ 291,00. O funcionalismo público reivindicou, pois estava recebendo menos que o salário mínimo (80 "pila").

Já em 1994, teve a eleição e o Governador Antônio Brito ganhou. Ele disse que iria dar de arrancada para a segurança pública um aumento... Bom, promessa é o que mais tem. Ele foi à Assembleia e deu 56% de saída, mas parceladamente. O Brito lançou essa, os deputados assinaram tudo certinho. Os brigadianos não aceitaram, foi onde quebraram uma porta da Assembleia, no atrito com seguranças. Nós não fomos lá para tumultuar e, sim, para reivindicar a nossa perda salarial.

A polêmica maior que gerou o movimento de 1997 surgiu no Governo Colares. Foi lá que ocorreu uma primeira "facada" para a guerra. Em 1997 eu estava no quartel e surgiram dezessete elementos encapuzados (brigadianos); isso era proibido, na época, foi uma manifestação. Esses brigadianos deram uma entrevista falando sobre falta de moradia, falta de comida, falta de segurança nas suas residências. Eram membros da

Brigada Militar, encapuzados, dando entrevistas. Isso apareceu até no Fantástico, mostrando que os PMs moravam em volta dos morros e favelas. Nós éramos favelados, nós não tínhamos moradia.

Em 1997, começamos a nos reunir dentro dos quartéis; não precisávamos esconder o rosto. Eu era o braço da Associação dentro do Regimento de Cavalaria. Na época, o nosso líder, o então presidente da Associação, era o Pedro Dias de Moraes. Ele decidiu convocar uma assembleia-geral na Associação para decidir o que iríamos fazer. Até então, nunca tinha ocorrido um movimento dentro da Brigada.

Os PMs de Minas Gerais já estavam reivindicando. Eram nossos colegas em um movimento nacional: mostrando que o PM estava passando fome. Até então, ninguém sabia o que o policial estava passando. O que me marcou, foi eu voltando para casa, fardado, e o pessoal da vila em que eu morava dizendo: *Eu não sabia, "seu" PM, que você ganhava tão pouco, eu "tô" na luta contigo também*. O pessoal perguntava: *É verdade que vocês ganham tão pouco?*

O pessoal começou a se encorajar na assembleia-geral. Mas um dia antes, eu procurei informar aos colegas a realidade, que nós não podíamos fazer greve, porém tínhamos uma reivindicação a fazer – classista. Eu disse: *Quem estiver de folga faça o possível para estar presente, e quem estiver trabalhando, existem desculpas boas para faltar*. A PM2, a equipe de informação da Brigada, já estava sabendo, e procuraram [os comandantes] escalar todos nós. Pensei: *Vamos doar sangue, fazer qualquer tipo de movimentação, mas não vamos trabalhar*. Nesse dia, eu estava destacado, então dei um toque que se precisasse de advogado, alguma coisa, nós também tínhamos um amparo; fomos para a assembleia-geral tranquilos. O presidente atçou os PMs e não sabia o efeito que iria dar.

O líder da Associação não sabia o número de PMs que iriam aderir à manifestação. Ele não se precaveu, não teve uma pessoa ao seu lado para dizer o que era certo ou errado. Todos aderiram: a Polícia Civil, os sargentos, o pessoal do interior do Estado, vieram mais ou menos em torno de uns 100 ônibus.

Lá, no meu regimento, eu falei assim: *Olha gente, o pessoal do interior está aí; saíram de Uruguaiana, de Três Passos, "tudo quanto é lugar"; o que eles vão pensar de nós, da capital, nós não vamos apoiá-los?* Então, até os que tinham que trabalhar abandonaram o serviço e foram para a assembleia-geral.

Depois da assembleia, decidimos iniciar uma caminhada até o Palácio Piratininga, e o pessoal gritou: *Vamos!* Foram 100 ônibus com 10 mil brigadianos, todos armados; fomos caminhando. O Governo do Estado não sabia, ele subestimou o movimento, mandou o pessoal verificar mesmo se íamos para lá, sendo que estávamos quase na metade do caminho. O então do comandante do CPC, o Arlindo Bonerdes, deu uma entrevista na rádio dizendo: *Eu não posso colocar os meus homens da Tropa de Choque contra nossos próprios brigadianos*. Era um movimento pacífico, ele não podia interferir. No Palácio foi feito um cordão de isolamento com policiais desarmados do Batalhão de Choque. Os "caras" estavam ali chorando, fazendo a segurança, porque se nós quiséssemos uma força maior eles não sabiam o que fazer, estavam ali chorando.

Não sabíamos o que ia acontecer. O Governo tinha a seguinte estratégia: ganhar a gente pelo tempo, mas os "caras" começaram a ficar nervosos. Queríamos reivindicar. Foi organizado: teve apito, cantamos, levamos faixas, cartazes, bonecos; tinha carro de som de sindicatos. Quem nos apoiou foi a ACASOL (Associação de Cabos e Soldados), o nosso líder era o Cabo Ademar.

O Comando da Brigada Militar colocou os oficiais para identificar os homens fardados no movimento, eles não estavam de P2, estavam fardados, para reconhecer o fulano e o ciclano. Meu comandante me identificou, e perguntou: *Giovani, o que você está fazendo aí?* E eu respondi: *Eu estou aqui pedindo os meus anseios, não vai ser o senhor que vai pedir por mim*. E ele piscou o olho e "fez que não me viu", eu escapei. Outros dois caras que ele reconheceu ele mandou prender no outro dia.

Nós tínhamos um movimento e nossos líderes se omitiram. Pela imprensa saiu que nós tínhamos terminado o nosso movimento e que tínhamos aceitado um valor irrisório. O nosso líder não marchou com a gente, ele não estava à frente da tropa, ele se escondeu. Nós nos sentimos traídos, e houve a negociação, uma coisa de cúpula, só eles, não ficamos sabendo, na calada da noite. O Governo deu a proposta e teve um acordo político, o nosso líder traiu toda a corporação.

Traídos, continuamos o movimento por mais dois dias. A ACASOL ficou como liderança, o Cabo Ademar foi um “meio líder”, ele tinha o carro de som e entrava nos quartéis chamando: *Colegas, vamos sair para a rua*. Os oficiais mandaram prender os manifestantes. Teve punição, teve prisão e exclusão também, o caso do Ademar e outros que não foram divulgados. O Soldado Grego foi preso por uma semana.

Mesmo com a traição, esse movimento valeu a pena: nos deu um aumento, uma parcela autônoma de R\$ 120,00, que com determinado tempo foi implantada no contracheque. Mas nós queríamos o retorno dos 222% do risco de vida e ele não nos deu. Como foi a primeira vez que a Brigada fez uma manifestação dessa proporção, ela não foi bem organizada porque o Moraes estava achando que viriam umas 100 a 200 pessoas. Ele foi pressionado e se vendeu. Caso não tivesse se vendido, ele tinha sido deputado em 1998. Porque ele se candidatou na eleição e faltaram 1000 votos pra se eleger, ele perdeu a confiança do pessoal e mesmo assim quase chegou lá.

O Moraes teve boas e más ações, ele mudou o Regulamento Disciplinar, criou um presídio militar que antes não tinha. Nós ficamos três dias de greve, paramos um dia 100%, o outro dia trabalhamos porque tinha dado na rádio que tinha acertado, foi uns 40% do efetivo, e os coitados desses que vieram do interior tiveram que voltar, ir embora.

O movimento valeu a pena, porque no futuro se houver outro movimento, que reflita mais sobre os anseios das pessoas: um só não pode tomar a decisão por todos. Foi um aprendizado! Foi um movimento sensato, estávamos desarmados. Caminhamos e chegamos à praça, tranquilamente, com mais de 10.000 pessoas. No interior teve bastante retaliação, aqueles que vieram pra cá sofreram mais do que os de Porto Alegre. Eu estava com medo de ser excluído, medo pelas minhas crianças com a panela vazia em casa pedindo comida. Mas minha família sempre me apoiou. O movimento valeu a pena para mim. Hoje existe mais respeito, eu continuo no Regimento de Cavalaria. Hoje o soldado é ouvido.

4.3 CABO SANTIAGO (ANTONIO FERREIRA SANTIAGO)

Acervo da autora, jul. 2009.

Entrevista com Cabo Santiago (Antonio Ferreira Santiago), líder do movimento grevista dos praças da Polícia Militar do Piauí, ocorrido na cidade de Teresina, no ano de 1997. A entrevista foi realizada no dia 21 de julho de 2009. Antonio Ferreira Santiago ingressou na corporação em 1986.

Foi uma assembleia-geral excelente; eu contava com quinhentas pessoas, mas deu mais de duas mil - entre ativos, pensionistas e aposentados. Fizemos uma passeata da Praça da Bandeira até o Palácio do Karnak, aqui em Teresina.

Meu nome é Antonio Ferreira Santiago. Nasci no dia 25 de janeiro de 1972, na cidade de Demerval Lobão, Piauí. Eu vim para Teresina com 15 anos e depois voltei para a cidade de Amarante, no Piauí, onde moram meus pais, onde fiquei até 1985, quando vim pra Teresina, e desde lá que moro aqui até hoje. Meus pais continuaram em Amarante, meus irmãos também; vim pra cá só com a esposa e filhos. Sou de uma família de nove irmãos. Meu pai trabalha em roça, é lavrador. Na segunda vez que vim morar em Teresina, em definitivo, já vim casado e com filhos. Antes de eu ir para a Polícia Militar, eu trabalhei na roça, fui lavrador junto com meu pai, trabalhei em sítio. Meus irmãos são onze, só que vivos tem nove; somos uma família de onze irmãos, mas dois faleceram. Só eu moro aqui em Teresina, os outros moram em Amarante.

Depois vim para Teresina, com 15 anos, e de 1977 até 1978 trabalhei em uma oficina de geladeiras, de carros e ao voltar para Amarante, eu voltei a trabalhar na roça; depois minha mãe arrumou um emprego para mim em uma agência de ônibus, da empresa Furtado, e lá trabalhei uns três anos com o senhor Manoel, que era o responsável da agência, e saindo da agência fui trabalhar na construção civil, museu. Foi um trabalho de onze meses no museu de Amarante. Eu vim para Teresina em 1985 já sabendo que iria trabalhar em um posto de gasolina; trabalhei onze meses em um posto, mas todo dia eu perguntava quando ia haver vaga para a Polícia. Tinha um coronel que todo dia passava lá e eu perguntava que dia ia ter vaga para a Polícia, e ele dizia que quando tivesse, ele me avisava. Um dia ele passou e disse que tinha aberto vaga para a Polícia e eu fui lá na semana seguinte. Eu tinha interesse pelo dom, pela vontade de ser militar mesmo. Quando eu entrei para a Polícia, eu tive chance de ir para a Polícia Civil e não fui.

Eu tinha o dom militar, aquela vontade de ser policial militar. Ingressei na Polícia Militar do Piauí no dia 1 de abril de 1986. Meu curso de formação de soldado ocorreu na cidade de Picos, no 4º Batalhão. Foram seis meses de formação, o curso foi muito importante. Entretanto, era bem rígido. Abusos na questão do trabalho. No dia-a-dia, militar é uma forma muito forte, não tem brincadeira, então tinha aquele negócio: aluno é aluno, e na linguagem militar diz que é superior ao tempo, o que eu discordo. Depois desse período de formação, fui trabalhar na cidade de São Julião. Passei um mês lá e de lá fui para a fronteira, mas só passagem, eu nunca fui efetivado; servia uns quinze dias, aí passava uns quinze dias em outro lugar, isso foi tudo em período eleitoral. Terminou esse período eu voltei para a cidade de Picos, trabalhando lá e tentando uma transferência para

Teresina, porque a família estava toda aqui em Teresina; nunca levei porque eu queria voltar pra Teresina, sempre nas folgas eu vinha para cá, passava o final de semana e depois voltava pra lá.

Em 1987, chegou a minha transferência que eu tinha pedido em 1986 e uma pessoa, um amigo meu, arrumou com o comandante-geral, da época, uma transferência pra mim, e eu vim para trabalhar no 1º Batalhão, na 5ª Cia. do 1º Batalhão, em 1987, e eu fiquei lá até 1988 mais ou menos. Depois disso eu fui para a Secretaria de Segurança onde passei uns três anos trabalhando nas barreiras, nas fronteiras do Piauí, depois fui para o Batalhão de Trânsito, onde trabalhei três anos, no aeroporto de Teresina direto, controlando o trânsito de lá. De lá, em 1993, eu fui para o Palácio do Governo, no Palácio Ubirajara, porque era lá que funcionava; agora é no Karnak que funciona. Lá fiquei até 1997, só que nesse período começou a surgir uma ideia de colegas, que tínhamos que fundar uma Associação e que já tinha um grupo se mobilizando desde 1994. Nesse ano que começou a nossa ideia de ir se mobilizando para formar uma Associação de Cabos e Soldados. Era uma ideia de grupos extraclubes, não tinha nada a ver com o Clube de Cabos e Soldados, porque se chegasse ao clube, não funcionava; o clube já existia, mas era contra, não a favor de associação "extraeles"; nada que contrariasse o pensamento deles.

Quando a gente pensava nessa Associação, a gente pensava mais no lado de reivindicação, porque a recreação já tinha no clube; a gente pensava mais em reivindicar melhorias para a categoria, tanto reformado como ativo, nós nunca pensamos nesse lado de ter um lazer, porque já tínhamos o clube e pensávamos que tínhamos que ter uma entidade que pudesse reivindicar nossos direitos. A Associação foi fundada com um grupo, o Cabo Leal foi o fundador, que era soldado na época e hoje é cabo. Ele convidou um colega que me convidou, disse que ia ter uma assembleia no domingo, isso no início do ano de 1995, já para fundar a Associação. A ideia já estava começando, e eu resolvi participar; aí eu fui, e lá a gente participou da fundação da Associação e ficamos participando e sempre acompanhando o trabalho do Leal e do grupo dele, mas sem participar da Associação. Quando foi no início do ano de 1996, o Leal me convidou para participar da Associação, arrumou um cargo pra mim, nomeado, de assembleia-geral; me colocou como relações humanas, mas eu não era dispensado do trabalho policial; na minha folga eu ia andar nos quartéis com o Jarbas pedindo pessoas para se associar, dizendo que era importante ter nossa Associação forte, com muitos sócios. Então, começamos nosso trabalho. Tivemos muitos problemas dentro da Associação, questões de débito que as pessoas não pagavam direito. Em 1997, eu cheguei a ser o vice-presidente de assembleia-geral e o presidente, que era o soldado Lourenço, não fazia as coisas que agradassem à diretoria; a gente fazia uma reunião com a diretoria e ali dentro da reunião ele fazia tudo certo, quando saía de lá, fazia tudo errado e aí a gente não aceitava aquilo, não estávamos de acordo com aquele tipo de coisa, porque como que ele concordava com uma coisa e depois fazia tudo errado? Chegamos à conclusão de juntar o grupo da diretoria e pedir o afastamento dele. Juntamos todo mundo, fizemos um documento, e em março de 1997 pedimos o afastamento do Lourenço e ele se afastou e eu assumi em definitivo a presidência da Associação.

O movimento começou porque a gente entrava em contato com outros Estados através de telefone; entrava em contato com a Associação nacional que nós éramos sócios. A nossa Associação, a Associação dos Cabos e Soldados do Brasil, que na época já era o Wilson o presidente – ele era o Cabo Wilson e depois ele chegou até a ser deputado em São Paulo – a gente conversava com ele para saber como reivindicar nossos direitos nacionalmente para fazer um trabalho forte; entrava em contato com Minas Gerais também, e aí surgiu a ideia dos colegas de participar de um movimento. O movimento aqui em Teresina nasceu depois do de Minas; entrou Minas no movimento, e quando ergueram a bandeira lá, a gente acompanhando no jornal e na TV, mais na TV, e depois veio o segundo movimento, me parece que no Pará, e nós fomos os terceiros a ingressar no movimento, porque nós achávamos que tínhamos que ingressar juntos. A TV local aqui mostrava mais o movimento de Minas do que o do Pará; às vezes falava do Pará, mas o que passava forte mesmo era o de Minas Gerais.

No dia 2 de julho de 1997, eu estava em uma reunião com o secretário de governo. João Madison disse que não podia fazer nada, porque no dia 10 de junho de 1996, a gente teve uma reunião com o

governador. A primeira reunião de cabos e soldados com o Governo do Estado foi feita sem intermédio, foi nosso mesmo. Nós agendamos uma reunião com o governador do Estado, tínhamos uma pauta de reivindicações, que era salário e condições de trabalho, e o governador nos recebeu no dia 10 de junho de 1996. O trabalho dele com a gente foi muito bom; ele autorizou o secretário a fazer o nosso código de vencimento, só que daí passou um ano, a gente trabalhando com o secretário João Madison e nunca saiu. Era o João Madison, secretário de governo, e o Teles, secretário de administração, só que, como não saiu esse código de vencimento, um ano e um mês depois eu me reuni com o Dr. João Madison, lá no Palácio Ubirajara, onde era a sede provisória do Governo na época; e ele disse que não podia fazer nada sobre a questão do nosso código de vencimento e nem salário, porque aquela questão era com o secretário de administração. Então, ele chamou a secretária dele e disse pra ela ver se marcava uma reunião com o Teles, e eu fiquei chateado com aquela história de “vê”, “vê se marca”. Disse que iam montar o Governo de Floriano, iam passar uns oito dias em Floriano e não tinha como falar com o Teles naquela hora, aí eu cheguei em casa três horas da tarde, só tomei um banho e comi um pouco de comida, porque não tinha almoçado ainda, e fui para a Associação, fardado. Quando cheguei à Associação eram umas quatro e meia e eu chamei a diretoria, os diretores que estavam presentes. Reuni todos e disse que, com o Governo do Estado, da forma que estávamos levando, iam passar muitos anos e a gente não ia conseguir nada, porque no dia eu senti que eles estavam só empurrando com a barriga e não tinham compromisso com a gente. Nesse dia, só eu fui conversar com ele. Eu disse a eles que tinha visto que eles não tinham compromisso com a gente em relação a um aumento, porque já tinha um ano e um mês que a gente tinha falado com o Governo, e os dois secretários não resolviam nada. Os colegas perguntaram se deveríamos aderir mesmo e eu disse que se eu fosse preso, era para eles me tirarem do quartel. Eu sabia o perigo que corria; eles falaram que iriam mesmo e eu disse que era para irem, ficarem sempre de vigília e, caso eu sumisse, me procurar, porque alguém podia me prender e acabar o movimento e tínhamos que ter cautela.

Minas e Pará iniciaram o movimento; eu achava que a gente tinha um ponto forte, era um momento adequado, íamos aderir ao movimento também. No dia 2 de julho eu chamei o Cabo Inácio e disse pra ele convocar a imprensa, ligar para o jornal do Marcos Teixeira, que era um jornalista que entrava às cinco e meia da tarde, na TV Meio Norte, o MN Notícia. Todo dia, de cinco às cinco e meia ele entrava ao vivo e convidou o Marcos; ele foi no Clube dos Cabos e Soldados e ninguém aceitou ele lá; disseram que lá ninguém tinha convidado ele, parece que ele queria noticiar o que já acontecia em Minas e foi para o clube, chegou lá e ninguém aceitou. Falaram que lá ninguém o chamou e que devia ser uns doidos que tinham na Associação de Cabos e Soldados, e ele foi lá; nós tínhamos uns mil e duzentos a mil e trezentos sócios, mais ao menos. O Marcos chegou, em nossa Associação de Cabos e Soldados, e eu disse pra ele que queria entrar ao vivo para convocar os PMs para uma assembleia-geral no dia 4, a partir das 15 horas, na Praça da Bandeira. Entrei ao vivo com o apresentador Silas Freire.

A nossa assembleia foi na praça, no dia 4 de julho. Os colegas que estavam no Clube dos Subtenentes e Sargentos ligaram para mim e falaram que tinham assistido a convocação e me chamaram no clube. Antes de eu ir ao clube, eu passei na sede do sindicato do SINPOJUSPI, isso umas 18 h, já. Cheguei lá e encontrei o Jacinto Teles, presidente do sindicato, e disse que precisava do apoio dele porque a gente não tinha muita condição financeira, estávamos passando por uma crise difícil na Associação e eu precisava de um carro de som para sexta-feira, às 15 horas, na Praça da Bandeira. Ele disse que não tinha problema e que arrumaria o carro de som – o carro de som do setor de propagandas particular deles. Não teve apoio político nisso, ele conseguiu esse carro de som e doou pra nós, o dia inteiro, na sexta-feira.

Saí de lá e fui para o Clube dos Subtenentes e Sargentos; quando cheguei lá todo mundo estava tranquilo; iam participar do movimento com a gente; estavam ligando para o jornal e eu falei com eles que tinha dito que ia dar tudo certo e um deles disse que não ia dar, mas eu disse que ia insistir na ideia, porque ia dar certo. O primeiro jornalista que apoiou foi esse do Jornal Meio Norte. Quando foi sete e meia da noite teve uma ligação do Comando e o Sargento Sena, que era sargento na época, atendeu e eu o vi muito tenso; e

quando terminou, eu perguntei a ele o que era e ele disse que era o Capitão Bertolino e que ele disse que o subcomandante, o coronel Savoia, estava convocando todo mundo para uma reunião no dia seguinte às sete e meia no Comando. Associação, clubes, todo mundo no dia seguinte às sete e meia. Um sargento disse que ia, que o jeito era ele ir, e outro sargento disse que ia também e todo mundo foi. Combinamos que eles iam para o Comando no horário marcado e iam dizer pro Comando que eu ia chegar de oito para nove horas, porque sete e meia eu ia ter uma entrevista na TV Meio Norte, com Silas Freire, jornalista-chefe do jornal que era de muita audiência na época; e eu tinha sido convidado e ia às sete e meia pra dar essa entrevista para o Silas Freire. Eu disse que não ia para o Comando porque a ideia não podia acabar; eu já sabia o que era, era para ganhar tempo e deixar a gente parado enquanto eles iam fazer outra coisa nos quartéis pra não acontecer o nosso movimento, e eu jamais ia para o Comando. Se eles quisessem que fossem, mas eu jamais iria e eles disseram que estava bem. Eu fui para o Silas, dei uma entrevista de oito às oito e meia, mais ou menos; e eles lá no Comando; não foram comigo; fui só eu como presidente da Associação e fui pra lá com diretores meus, da Associação.

Fui lá, dei entrevista e um auxiliar do Silas disse pra ele me prender logo. Eu fiquei lá e ele entrou no ar comigo e falou que eu, presidente da Associação de Cabos e Soldados, Soldado Antonio Ferreira Santiago, me encontrava lá para dar uma entrevista, isso na chamada da matéria. Chegou na hora da entrevista eu convoquei. Disse para os policiais militares, inativos, pensionistas, que no dia 4 de julho, a partir das 15 horas, na Praça da Bandeira, não podia faltar ninguém porque lá ia ser nossa decisão, se a gente ia paralisar ou não.

Quando eu saí do Silas, pedi a jornalista Edna Maciel que fosse dar um apoio, durante a reunião do dia 3 de julho, lá no Comando; ela perguntou que horas e eu disse pra ela ir para lá umas nove e meia; quando foi nove e meia a repórter Edna Maciel chegou lá e aí eu tava lá no Comando, lá dentro, em uma subsala, e chegou o Capitão Renato, um oficial da assessoria de comunicação, e disse que tinha uma repórter me procurando e eu disse que já ia falar com ela. Quando cheguei lá, ela me perguntou se eu queria dar entrevista naquela hora e eu disse que ia chamar o pessoal lá. Chamei o R. Silva, o Sena e o restante do grupo todinho dos cabos e soldados e disse que era a hora da entrevista; que eu tinha dito que ia trazer a repórter lá. Aí, um disse que a hora da entrevista era só depois da reunião com o Comando, eu perguntei o porquê, e disse que o Comando não tinha nada a ver com aquilo ali, que aquilo era no momento um trabalho de cabos e soldados e que ia se tornar um trabalho de praças, porque muitos praças iam participar: cabos, soldados, sargentos, subtenentes, pensionistas dos praças; e perguntei por que eles ficavam naquela história de esperar comando; aquilo não tinha nada a ver com comando, eu não tava dependendo de comando e que eu ia fazer o meu trabalho; perguntei se eles não iam e a Edna me chamou e disse que era porque eles não iam, e eu fui.

Chegando no pátio do QCG, às nove e quarenta, eu dei mais uma entrevista para a Edna Maciel, repórter da TV Meio Norte. Quando eu termino a entrevista, estava todo mundo atrás de mim, todos ali atrás, mas não falaram nada. Terminou; mais tarde chegou um repórter de uma rádio AM/FM, dei entrevista para ele também. Pra se ter uma ideia, o Comando disse que era pra nós estarmos no QCG para uma reunião às sete e meia; nesse intervalo todo, de sete e meia ao meio-dia, o que eles fizeram foi andar nos quartéis falando para os policiais militares não aderirem àquela loucura minha, porque eu estava ficando doido. Eles estavam me chamando de doido nos quartéis, os oficiais do alto Comando. Eles se dividiram em grupos e foram em vários quartéis falando para não aderirem a essa loucura do Santiago, falando que eu estava ficando doido. Foi exatamente o que eu pensei: eles queriam que a gente ficasse no quartel enquanto eles ficavam nas ruas, mas enquanto isso eu estava dando entrevista ao vivo.

Na sexta-feira, 4 de julho, eu concedi uma entrevista para a TV Globo, às 7 horas da manhã, em frente ao Batalhão de Trânsito; eu entrei ao vivo e reforcei o movimento. Quando eu saí da entrevista, liguei para a TV Meio Norte e pedi uma entrevista com Donizete Adaute, às 13 horas. Eu estava sabendo que já estavam saindo comentários de que o movimento não ia ser mais na Praça da Bandeira, ia ser no Dirceu, um bairro que nós temos aqui. Eles plantaram essa contrainformação, divergindo com a nossa ideia, que era ir para a Praça da Bandeira, e dizendo que ia ser no Dirceu, Bairro de Teresina. o, porque na hora que o Donizete

chegasse, eles iam falar com ele para ele ceder e eu entrar de primeira logo. Ao meio-dia eu estava na TV, e quando Donizete chegou, meio-dia e meia, mais ou menos, pra começar o programa dele de 13h, a auxiliar dele, jornalista, me levou lá pra eu falar com ele e disse que eu estava pedindo para entrar às 13 h no jornal, e perguntou se havia essa possibilidade, que era pra eu reforçar o convite do pessoal, para desfazer algumas coisas que estavam contrariando a situação; e ele disse que não tinha problema nenhum e que eu ia entrar com ele de início, e já me chamou pra entrar com ele; eu entrei, ele abria o jornal às 13 h e já abriu comigo lá, me apresentou e disse que eu estava lá para reforçar o convite aos policiais militares para irem para a Praça da Bandeira naquele dia, a partir das 15 h, para uma grande assembleia-geral de militares. Eu entrei, ele falou comigo, começou a fazer perguntas e eu reforcei o convite, disse que a assembleia não era no Dirceu Arcoverde, que era na Praça da Bandeira a partir das 15 h, e que eu contava com a presença de muitos militares e pensionistas lá, inativos, ativos e tudo.

Na época, havia uma briga do Governo com os coronéis porque o Tribunal de Justiça tinha dado um mandado de segurança para prender o secretário Teles por não estar cumprindo o pagamento de umas gratificações aos coronéis. O Donizete perguntou como eu estava vendo aquela história dos coronéis quererem prender o secretário por não cumprir a decisão da justiça do pagamento das gratificações deles, e eu disse que era uma questão que eu não ia entrar no mérito; era uma questão que os oficiais e o Governo iam se entender.

Quando chegou às 15 horas, eu saí com o grupo de diretores que participava da Associação e fomos até a Praça da Bandeira. Achamos que íamos ser os primeiros a chegar, mas não fomos; quando chegamos, já tinha gente esperando por nós, o carro de som doado pelo Sindicato da Polícia Civil já estava lá, e começamos a ligar o som e fazer chamadas. Foi uma assembleia-geral excelente; eu contava com quinhentas pessoas, mas deu mais de duas mil pessoas, entre ativos, pensionistas e aposentados. Fizemos uma passeata da Praça da Bandeira até o Palácio do Karnak. Fizemos um cordão e abraçamos o palácio.

Concentramos em frente da antiga Telepisa e lá foi o nosso movimento de três e pouco até as sete da noite. A partir daquele momento, nós estávamos em adesão ao movimento nacional, junto com Minas, para reivindicarmos nossos direitos também. Nós fizemos uma passeata logo de início, fomos até o Palácio do Governo e abraçamos o palácio. Lá nós decidimos que iríamos aderir ao movimento.

Nós decidimos que não tinha como fazer um movimento no quartel, porque lá forçava a escala de serviço, porque você estava no quartel e a pessoa que estivesse de serviço tinha que ir trabalhar, porque senão dava uma questão de omissão do serviço. Então, na praça, você estava tendo conhecimento do serviço, e foi por isso que a gente optou pela praça; também para chamar mais atenção do povo e do próprio governador, na praça isso era feito mais rápido. Não tivemos nenhum problema para colocar o carro de som lá nem nada, lá tem três portões, entramos por um, colocamos nosso carro e ficamos à vontade, não teve nenhuma questão de alguém chegar e mandar tirar. O Batalhão de Choque, na época, aqui, se chamava Batalhão Especial, era o COE, mas nossos colegas lá do Comando disseram que não iriam brigar com colegas, até que chegou ao ponto que pessoas combateram com eles; mas eles não aceitaram brigar com a gente porque falaram que era igualdade e que estávamos reivindicando o mesmo direito, se todos estavam na mesma situação por que eles iriam brigar com a gente?

Antes, eu pedi aos colegas que não usassem armas, que não ingerissem nenhum tipo de bebida alcoólica para não perdermos o controle da situação e os colegas me atenderam. Foram excelentes na questão, ninguém usou armas; não tinha ninguém armado; bebida, não foi dado conhecimento de ninguém que estava bebendo e foi por isso que saímos bem na questão, porque não teve nenhum problema que viesse desabonar nossa conduta junto aos colegas e à população. Não houve nenhuma confusão, não tinha ninguém de capuz, estava todo mundo normal, com identificação. Ficávamos o dia inteiro lá. Sempre, antes de começar, rezávamos o Pai-Nosso; eu e meus colegas, usávamos músicas de um grande cantor, Milton Nascimento. A estratégia era manter a calma.

Quando eu saía da negociação do setor da Polícia, do Governo do Estado ou da prefeitura municipal – porque tive uma reunião com o vice-prefeito na época – muitos oficiais da PM querendo que eu acabasse com o

movimento e eu não aceitei. O vice-prefeito me ligou pedindo uma reunião para segunda-feira á tarde e nós estivemos com ele, mas não foi possível na segunda á tarde, foi na terça-feira pela manhã. Quando a gente chegou lá, estava lotado de oficiais – muitos oficiais presentes na reunião – e eu cheguei lá com mais dois diretores, e começamos a ouvir a proposta dele, mas só que chegou a um ponto que não chegou a nada; foi uma reunião enorme, mais de duas horas de reunião; a gente cansou e eu cheguei ao ponto de pedir a ele a permissão de me retirar da sala porque não tinha futuro aquela reunião. Cansou, porque era sempre a mesma coisa; o discurso deles era terminar o movimento sem dar nada para nós; diziam só que o Governo não tinha condições de dar aquele aumento e o que o Governo podia dar era condição de trabalho, melhorar a escala de serviço, mas a gente achava que da forma que eles estavam falando não tinha como a gente negociar, porque queríamos falar com o governador do Estado, e o Comando não tinha condição de negociar conosco. Inclusive, eu cheguei a dizer para eles que não tinha mais condições de continuar com aquela reunião; pedi para me retirar e disse que só tinha uma negociação a partir daquela hora, que era com o Governo do Estado, e que se ele não recebesse a gente, íamos continuar na praça.

Eu segui para praça e dei a notícia. Disse que iríamos continuar na praça. O Jarbas, membro da nossa diretoria, ficava na praça para controlar a tropa. A comissão era eu, os colegas das diretorias, cabos, soldados e sargentos. Quando foi umas 14h, o vice-prefeito chegou à praça e pediu um soldado para me chamar lá embaixo; o soldado me disse que o vice-prefeito Miranda estava me chamando e eu fui; cheguei lá ele me abraçou e tudo, e disse que tinha uma notícia boa, porque o governador tinha ligado de Floriano e disse que ia receber uma comissão no dia seguinte, às dez horas, no Palácio Karnak. O representante do Clube dos Cabos e Soldados – nem lembro o nome porque eles praticamente não participaram com a gente – ficou neutro. Houve alguns problemas aqui, porque o Cabo Inácio, na hora de entrar, o Comando disse que estava bom e que ninguém mais ia entrar. O comandante-geral ficou na porta e disse que não ia entrar mais ninguém, mas eu disse que o Cabo Inácio ia entrar para tirar nossas fotos e participar da reunião, e ele aceitou que ele entrasse, só isso que teve aqui. O Cabo Inácio é da nossa Associação, é nosso diretor na Associação.

Na negociação final, o governador marcou para dez horas e chegou dez e meia; ele falou muito: explicou a questão do país, do mundo, e aí, quando ele “aterrissou” para falar com a gente, disse que a situação estava difícil para dar aumento, mas que daria um salário mínimo de duas vezes; na época o salário mínimo era de cento e vinte reais. Quando chegou a minha vez de falar eu afirmei: “o salário mínimo de duas vezes não é uma proposta boa para levar aos colegas que estavam na praça”. Ele precisava apresentar uma proposta melhor, porque quem ia decidir não era eu, eram os colegas na praça. Ele queria dar o aumento apenas para os policiais da ativa; eu disse pra ele que não levaria essa proposta - havia muitos reformados, pensionistas na praça. Então, saiu uma comissão para conversar em outra sala; quando voltaram, apresentaram uma proposta de um salário mínimo de cento e vinte reais, com data retroativa ao mês de julho, construção de casa e autorização de fazer a revisão do código de vencimento. Foram boas as propostas e nós levamos para os policiais. Eu passei a proposta para os colegas da praça e eles aceitaram.

Então, eu disse que íamos levar a proposta para a praça e colocar em pauta e caso os colegas aceitassem, tudo bem, caso não aceitassem, continuaríamos na praça; e disse que, naquele momento, eu não decidia nada, eu levava propostas e voltava com propostas e quem decidia era a praça. Chegando lá na praça, eu passei a proposta para todos e a condição do Governo de fazer um novo código de vencimento; o Governo, inclusive, autorizou a fazer um novo código de vencimento, autorizou também a regulamentação da lei de promoção de cabos e soldados, que promovia soldados a cabos e cabos a sargentos; eram oitenta vagas por ano, quarenta em cada semestre, antes não existiam essas promoções. O governador disse que da forma que estava não tinha como dar um salário bom pra nós praças, porque se desse qualquer centavo pro baixo escalão, iria alterar lá em cima uma situação enorme, porque disse que tinha um efeito enorme no quadro de oficial.

A diferença salarial entre os praças e os oficiais era enorme; o Governo chegou a dizer que um coronel ganhava duzentos e quatorze vezes mais que o salário de um soldado. Quando eu levei a proposta pra praça, o

pessoal disse que, já que o Governo estava naquela situação de dar aquele salário com data retroativa para nós, cento e vinte reais, ver a questão do código de vencimento e a construção de casas, nós vamos dar credibilidade ao Governo; vamos acreditar que ele vai fazer isso e com isso podemos até voltar para os quartéis e reiniciar nossos trabalhos normais, mas aguardando que o governo cumpra com a sua obrigação.

Na hora eu também pedi ao Governo se ele autorizava que não houvesse punições aos militares que estavam no movimento e ele respondeu que aquela história ali era com o comando que estava presente na reunião, mas isso foi na imprensa ao vivo e todo mundo viu, e o próprio comandante assistiu a essa entrevista. Mas mesmo assim, ele mandou abrir processo administrativo; nós fomos ouvidos pelos oficiais. Depois que foram ouvidos em todos os quartéis e batalhões do Piauí, foram designados pelo comando dos batalhões. Foram aos ouvidos do subcomandante da Polícia Militar do Piauí – que era o chefe da disciplina – que fosse aberto o processo de sindicância pra ouvir todos os policiais que faltaram ao serviço, porque eles faltaram; e chegou-se ao total de setecentos e cinquenta e seis pais de família, militares, que foram indiciados por esses processos e foram parar na auditoria militar.

A auditoria começou a mandar chamar, de quarenta, de trinta, de vinte e quando chegava aqui em Teresina o pessoal que vinha do interior, a Associação tinha que arcar com todas as despesas. Os policiais eram ouvidos para fazer a qualificação do processo, para no dia seguinte ser ouvido o porquê de eles terem faltado ao serviço. Os colegas do interior ficaram hospedados na Associação, porque a Polícia Militar não dava apoio a eles. A sede da Associação, na época, era na Ilhota. Era uma casa muito grande, maior que a atual, e eu só dizia pros colegas trazerem rede ou colchão, porque a gente não tinha o suficiente; o pessoal trazia e se ajeitava. Havia final de semana que a gente tinha cerca de trinta homens na Associação para serem ouvidos na segunda e na terça. Depois de ouvidos, todos foram condenados: os setecentos e cinquenta e seis. Só que, depois do depoimento de todos, eu fui ao Governo do Estado, porque todos os dias, depois que começou esse processo, saía no Jornal Meio Norte que o Governo ia expulsar os policiais que participaram do movimento de 1997 – movimento que eles chamavam de greve, mas eu nunca aceitei greve, eu sempre aceitei um movimento reivindicatório – aí os colegas começaram a chegar até a mim e perguntar se aquilo era verdade, se iam ser expulsos mesmo, e eu falava pra eles não se preocuparem com aquilo porque eu ia procurar uma maneira de resolver aquela questão, que eu ia até o Governo do Estado para saber daquela questão. Quando foi um dia, eu cheguei aqui de tarde e conversei com o secretário de Governo no Palácio Karnak, Dr. João Matos, e disse a ele que eu precisava falar com o governador do Estado, o Governador Mão Santa. Disse que precisava falar com ele e que tinha que ser naquele dia; ele me perguntou qual era o assunto e eu disse que era porque andavam dizendo que o Governo ia expulsar os policiais militares do movimento, e que eu queria saber do governador mesmo se aquilo procedia, se era verdade ou não o que estava acontecendo, e ele me disse que eu ia falar com o governador no mesmo dia. Isso foi um ano e pouco depois do movimento; os policiais já tinham sido ouvidos, mas não punidos. Aí o governador chegou ao palácio eram umas cinco e meia da tarde, entrou pelo portão, e o Dr. João Marcos me viu e me chamou e eu fui.

Quando eu passei pelo major, ele me gritou, perguntando se eu não estava vendo ele e eu disse que sim; pedi desculpas e disse que na volta eu falava com ele, porque eu estava seguindo o secretário de governo e estava indo falar com o governador; e aí eu entrei pela porta que entra o governador, e a primeira pessoa que ele atendeu naquela tarde fui eu. Ele tinha uma audiência, mas me atendeu antes. Eu cheguei e perguntei pra ele se ele ia expulsar os policiais do movimento e ele disse que não; que nunca tinha passado isso pela cabeça dele, até porque a justiça era que tinha que ouvir o processo que foi aberto, mas que ele mesmo não tinha interesse de expulsar ninguém; aí eu entendi que os jornais estavam noticiando mais por especulação, não era articulação de comando; se foi, foi de alguém que a gente não chegou a tomar conhecimento, mas podia até ser pra criar problemas com a minha pessoa. Então, eu aproveitei o momento e pedi ao governador pra depor a nosso favor pra acabar com tudo aquilo, porque a gente estava precisando do depoimento dele e ele respondeu que podia e que inclusive o cidadão Eufrásio, que era o juiz, tinha mandado um ofício pra perguntando se ele desejava depor na auditoria, mas que ele era o governo do Estado, o juiz, a auditoria, e que

ele era superior, mas já que eu estava pedindo; ele ia depor a nosso favor, e ainda perguntou o que eu queria que ele falasse. Nós tínhamos medo da tropa inteira ser expulsa, eram setecentos e cinquenta e seis pais de família que me ligavam direto, indo na Associação conversar comigo sobre aquilo, e eu estava preocupado com a tropa porque ninguém podia perder o emprego. Aí eu pedi o governador pra falar dois ou três pontos, primeiro dizer que não foi greve, porque era importante pra gente falar que não foi greve; aquilo não se caracteriza em greve, caracteriza em movimento e se ele concordasse comigo, ótimo. Segundo, ninguém o agrediu (governador) em nenhum momento; eu tenho certeza e confiança que ninguém nunca chegou a agredir o Estado nem com palavras, nem fisicamente; sempre o movimento respeitou as autoridades estaduais, procurando apenas mostrar pro Governo como viviam os policiais militares, passando necessidade, salário baixo, mas ninguém tinha coragem de falar pro Governo, todo mundo dizia que estava bem.

O Governo achava que estava bem, porque não chegava relatório. Para fazer uma planilha de pagamento para nós, mensal, para ser reivindicado ao Governo do Estado, eles faziam três planilhas de pagamento, a menor era a que ficava e nós não queríamos isso, queríamos que fosse feita apenas uma, e ficasse aquela. Por que três se era uma polícia só? O governador aceitou depor, chegou lá e sentou na frente do juiz, de uma auditoria militar; chegou lá e ninguém acreditava, a imprensa inteira filmando ele. Chegando lá, o juiz perguntou a ele se em algum momento ele tinha sido massacrado por nós com palavras, se tinha sido ameaçado pelos policiais militares que faziam parte do movimento e ele respondeu que não. O juiz chegou ao ponto de perguntar se ele considerou aquele movimento um movimento grevista, e o governador disse que não, que tinha considerado um movimento aonde todos reclamavam por justiça. No depoimento dele, ele disse que foi justiça, não foi greve.

Depois disso, o advogado da Associação pediu, através de documentos, que a auditoria militar colocasse uma cópia do depoimento do governador nos setecentos e cinquenta e seis pais de família que estavam com processo na auditoria. A auditoria se encarregou de tirar essa cópia, colocou no processo de cada um, e quando aconteceu o julgamento, todos foram julgados apenas pela disciplina; a disciplina é de zero a trinta dias, cada um foi condenado a vinte e dois dias. Setecentas e cinquenta e cinco pessoas foram condenadas a vinte e dois dias; passaram onze dias no quartel e onze na condicional. No meu caso, peguei noventa dias porque não foi considerado apenas a parte de disciplina e, sim, um crime que foi de incentivo; eu que peguei noventa dias.

Fiquei no Batalhão de Guarda, os colegas iam lá me visitar, falar comigo, só que antes de ser punido pela auditoria militar, eu já tinha sido punido pela disciplina da polícia, porque no dia 19 de novembro de 1997, eu cheguei a falar pra imprensa que o comandante-geral estava empurrando o nosso código de vencimento com a barriga e a lei de regulamentação de promoção. O Comando prometeu pra gente que ia entregar para o Governo, na solenidade do Dia da Bandeira, mas na hora não entregou; me chamaram em particular e disseram que não havia como entregar aquele documento naquele dia, e ia marcar uma outra data. Daí, eu fiquei com raiva e comecei a dar entrevista na imprensa e dizer que o Comando não estava ajudando a tropa, estava empurrando o nosso código de vencimento com a barriga, e aí eu comecei a receber punições através da disciplina, eram oito dias, quatro dias, doze dias, isso antes de ser julgado pela auditoria. E eu aceitei tudo porque não tinha como fazer; a prisão disciplinar é uma prisão que nenhum advogado tem como tirar você, o Comando tem como te dar trinta dias de prisão e você ficar quieto; não adianta porque não tem *habeas corpus*, e eu aceitei, só que na época que o juiz me deu os noventa dias, o advogado da Associação requereu ao juiz que fosse reduzida a pena de quarenta e cinco dias no quartel, porque eu já tinha vinte e dois dias de punição sem ser julgado pela auditoria e aquele crime só quem podia me julgar e me prender era a auditoria. Se caso ela quisesse absolver, podia, mas o Comando não podia, porque estava na auditoria militar. O advogado conseguiu e eu passei apenas vinte e cinco dias no quartel como Batalhão de Guarda; fiquei preso na própria CVTG; também fiquei preso na CODAM para cumprir essas penas todas que chegaram a quarenta e cinco dias; preso direto, depois, dos quarenta e cinco dias aos noventa, eu fiquei na condicional; dormia segunda, quarta e

sexta no quartel para pagar o restante dos quarenta e cinco dias; eu tinha horário pra chegar, chegava ao quartel às sete horas da noite e saía às sete da manhã.

Em relação ao povo, no movimento eles apoiaram, foi muito bom. Acho que eles ficaram com medo, sim, do fato de não ter policial nas ruas, mas deram bastante apoio a gente; viram que aquilo estava certo, disseram que tinham que pagar bem o policial militar; que tinha que ter um salário justo. A gente passava em frente aos prédios e todo mundo na janela olhando pra gente e batendo palma, jogando papéis picados e apoiou a gente, mesmo a gente tendo passado de sexta a quarta-feira sem policiais na rua.

Todos os dias, do dia 4 de julho até o dia 9 de julho, a gente ia pra praça. Chegávamos lá às seis e meia da manhã e só saíamos às sete da noite. Nas duas passeatas: saíamos da Praça da Bandeira, passávamos pela Rua Rui Barbosa, seguíamos pela Rua Payssandu e abraçávamos o Palácio do Karnak que ficava em frente ao prédio da Telepisa. Foram duas passeatas, uma na sexta e uma na terça-feira; eles tentaram nos pressionar para não irmos para a praça, inclusive teve colega nosso que foi pressionado e que só foi um dia pra praça, nos outros dias não foi mais, porque o Comando pressionou e ele não teve mais coragem de ir; eu tinha o direito de não ser escalado, eu era dispensado do serviço por uma lei estadual que dispensa o presidente de não tirar serviço, mas como eu pertencia à Guarda do Palácio, na época, o Comando de lá, através de ordens superiores, me mandou escalar no serviço no dia 9 de julho, na quarta-feira; eu estava em casa quando chegou alguém da Companhia, me entregou a escala dizendo que eu estava de serviço naquele dia; eu disse pra ele (era um cabo): "Cabo, não se preocupe com isso, você não tem nada a ver com aquela história", porque ele só estava cumprindo ordens e que estava entregue, sem problema nenhum. No dia do meu julgamento, na auditoria, me perguntaram por que eu faltei ao serviço de guarda do Palácio do Governo, e eu disse que faltei porque estava na praça com meus colegas em um trabalho de reivindicação, e que tinha uma lei estadual, aprovada pelos deputados, de que o presidente da Associação não tira serviço, e assim mesmo eles não aceitaram; eu terminei punido pela auditoria, porque a intenção era mesmo me punir.

Procurei conversar com o vice-prefeito, porque eu já era filiado a um partido, na época, o PSDB, e disse ao vice-prefeito que eu ia sair do PSDB e iria para o PDT. Ele até disse pra eu não sair, porque nas próximas eleições eu poderia ser candidato a vereador e que eles me apoiariam; eu fiquei na dúvida, mas terminei saindo. Depois do movimento, eu saí do PSDB e me filiei ao PDT. Eu nunca tinha concorrido a nenhum cargo, eu só era filiado ao PSDB. Eu conversei com a minha diretoria e perguntei a eles se achavam certo eu ser candidato a deputado estadual em 1998; todos concordaram! Depois que foi homologada a minha candidatura, eu comecei a pedir votos nos quartéis, aí alguém, acho que ficou enciumado, e começou a falar mal do meu nome, derrubar o meu nome para eu não chegar a lugar nenhum, e muitos colegas foram na conversa. Infelizmente, nenhum praça foi eleito naquele ano.

Isso veio de alguém superior, não dos praças; passou aquelas conversas para os subordinados para eu não chegar a ser eleito deputado estadual, porque eu tive votos, na época, em cento e quatorze cidades do Estado do Piauí, mais ou menos; eu tive um, dois, dez, quinze votos, mas não foi o suficiente. Quando eu chegava a um batalhão, tinha um comentário, chegava em uma Companhia, tinha um comentário; já tinham pessoas passando, a mando de alguém, para falar mal de mim. Eu não tinha verba para a campanha; saía com a ajuda dos colegas mesmo, ajuda de pessoas que me davam apoio para eu viajar de ônibus, porque eu não tinha carro.

Cheguei a visitar várias cidades, Batalhões; Companhias do Estado do Piauí, eu andei em todas, todas as Companhias, todos os Batalhões. Eu chegava nas cidades e a turma me abraçava, agradecia e tudo. Chegou até uma vez, fui inaugurar uma casa em Parnaíba, antes da eleição, e os colegas todos do meu lado, e chegou um sargento e chegou a falar que aquilo não era bom, a turma me abraçar, mas eles pegavam na minha mão, agradecendo o nosso trabalho, como presidente da Associação também. Mas teve um trabalho para que eu não fosse eleito deputado. Nessa eleição, nenhum praça foi eleito deputado estadual. Hoje, temos representantes como vereadores, são três, mas só um que é mais ligado aos praças, o R. Silva. Ele não foi a favor do movimento na época, ficou contra, por isso que às vezes eu nem toco no nome dele porque eu o convidei para

ir para a praça e ele não foi na época certa; fez os sargentos ficarem contra. Mas hoje, como vereador, ele é atuante, ele sempre conversa, pede, reivindica a questão dos policiais militares, está atuando sempre. Como vereador, hoje ele é atuante, fala sempre, reivindica sempre, está fazendo o seu trabalho como vereador.

Depois disso, eu não animei de tentar eleição de novo, até porque agora eu saí da Associação, o Jarbas continuou. Saí de lá porque tinha muita perseguição de colegas que entraram na justiça contra mim, a mando de alguém, do coronel, para me derrubar como presidente. E veio um documento da justiça para eu responder e eu entreguei para o advogado fazer a resposta e o advogado deixou correr à revelia, com isso o documento correu e eu terminei saindo da Associação porque o juiz nomeou uma diretoria para realizar as eleições. Hoje eu acho que não chegou ao final minhas pretensões políticas ou dentro da Associação, acho que o ser humano tem um projeto, mas esse projeto meu eu entrego a Deus. Em primeiro lugar, se Deus me der permissão de eu ser candidato novamente, de eu participar dos movimentos, das associações, com certeza eu não vou deixar de participar, porque o ser humano tem que fazer esse trabalho e você nunca deve recuar a um trabalho de reivindicação das categorias, principalmente a categoria militar; mas aí depende... como eu digo, o dia de amanhã pertence a Deus, a gente vai andando, e se um dia der para eu voltar, eu voltarei, sem nenhum problema; mas hoje eu não estou nesse projeto porque tem uma nova diretoria, eu não quero entrar nesse processo para atrapalhar ninguém, já me convidaram para participar e eu não aceitei; eu já disse que vou votar na diretoria de uma nova Associação que é a ABEMP, que hoje eu sou filiado, é uma Associação-geral, de ativos, inativos e pensionistas, só militares.

A ABEMP está com três anos de fundação; hoje, ela agrega até oficiais e me convidaram para participar de uma chapa e eu disse que não, não quero entrar agora. Aqui tem uma Associação de Praças, mas eu não tenho muito conhecimento dela, porque disse que foi fundada essa Associação só de praças e uma geral, mas nunca passaram o projeto dela para nós. Nós aqui não temos conhecimento dessa Associação-geral ainda, não passaram esse projeto para a categoria e aí fica muito difícil; um trabalho, você só tem que entrar se você vir realmente que está dando, se não der, você para um tempo e dá tempo ao tempo, porque o futuro a Deus pertence, e só Ele pode te dar o direito de você continuar fazendo um bom trabalho, porque sem Ele não adianta, a gente não vai para lugar nenhum; e eu só quero continuar se Deus me der permissão. Eu não tenho medo de ser excluído, porque o trabalho que a gente faz, fazemos com segurança; se a gente for fazer um trabalho, tem que fazer com segurança; hoje, se eu fosse fazer um trabalho, ia ser com mais experiência; o que foi feito em 1997, hoje aconteceria de outra forma, é totalmente diferente. Realmente nós tínhamos que ter deputados estaduais, deputados federais, que pensem nesse trabalho de mudança, e tinha que ser pelo menos da tropa, porque a tropa conhece muito. Então esse deputado tinha que sair da nossa categoria, tanto de cabos e soldados como também de oficiais. Deputados estaduais hoje, nós não temos nenhum da categoria militar e nem oficial, nem praça, temos apenas três vereadores, um praça e dois oficiais. Isso tem a ver com essa coisa de estar entrando no dia da eleição, porque no dia da eleição os policiais estão trabalhando fora e não podem votar onde eles estão trabalhando. São de setecentos a dois mil votos perdidos, porque o policial trabalhando fora não tem como votar, então tem que haver um projeto para fazer essa mudança; aceitar que o policial, onde estiver, que o voto dele seja válido. E isso depende de chegar até o judiciário eleitoral para resolver essa questão.

Depois de 1997 pra cá, as polícias do Brasil tiveram um avanço enorme. Não foi tudo ainda, mas já melhorou muito; temos hoje muita gente falando em melhoras na Polícia. De 1997 pra cá, melhorou até o comportamento nos quartéis com os policiais – o relacionamento de subordinados com superiores; mas não foi tudo ainda, falta muita coisa; nós temos, hoje, um projeto no Congresso Nacional sobre melhoras para os policiais militares, porque o presidente atual também já viu essa questão de melhorar a situação das polícias. Nós temos uma secretaria nacional que hoje o Governo nacional ajuda muito através de subsídios, através de cursos à distância; tem muitos cursos à distância para os policiais militares fazerem através do SENASP: direitos humanos, mulheres vítimas de violência... e o Governo fornece a cada um que faz esses cursos quatrocentos reais. Há mais de um ano que começou esse programa do governo para os policiais militares do

Brasil, de soldado a subtenente que ganham um salário inferior a dois mil reais – me parece que até mil e setecentos reais – a pessoa tem direito a participar desses cursos; então o Governo federal melhorou muito essa questão, mas esperamos que a gente consiga muito mais, porque ainda não é o ideal, tem muitos policiais no nosso país, em Estados por aí, que o salário tem que ser diferenciado nas regiões, porque cada Estado, cada região tem um custo diferente, Então estamos aguardando esse projeto nacional para ver como que fica, o que esperamos é que melhore.

Na época que eu era presidente da Associação, eu recebia muitos policiais passando necessidades. Hoje eu acredito que ainda há policiais pendentes, porque o salário ainda não é suficiente. Digo, com toda sinceridade: a Polícia precisa melhorar muita coisa; a questão das condições de trabalho, dos salários, porque hoje eu estou fora da Associação, então eu não tenho muito conhecimento dessa parte, mas os colegas, a gente vê que ainda tem muitos que estão passando por necessidade.

Eu sou a favor da desmilitarização; a questão militar não traz nada de bom para a sociedade. Nós somos policiais militares formados para defender a sociedade, o povo estadual, federal. O regime militar atrapalha muito, porque tem muitas formaturas, e no momento que você está em uma formatura – passagem de comando – as viaturas estão paradas no setor, os policiais estão lá, e então fica sem segurança nas ruas. Se acabar a questão do militarismo, nós teremos uma polícia voltada totalmente para a sociedade. Acho que pode trabalhar a integração da Polícia Civil com a Militar, não só estadual, mas todas as polícias do Brasil têm que trabalhar em conjunto: Civil, Militar, Federal, Rodoviária, todas têm que trabalhar em prol da sociedade. Então tem que ser todas em conjunto, em um quartel central, em um departamento central, todos os segmentos da Polícia em defesa da sociedade, porque quem precisa de polícia é o povo e a polícia tem que ser formada para isso. Aqui ainda não tem guarda municipal, mas já estão estudando isso. Hoje tem aquela guarda nacional que o Governo criou. Eu sou a favor de ampliar o que já existe, dar condições para todos os policiais do Estado, porque cria um grupo ali, um grupo para outro lado... e eu acho que não é muito bom, acho que tem que incentivar a todos, todos os policiais militares em geral, civil, federal, rodoviário, todos ganharem bem e em prol de defesa da sociedade brasileira.

4.4 CABO JARBAS (JARBAS ALVES)

Acervo da autora, jul. 2009.

Entrevista com Cabo Jarbas (Jarbas Alves), liderança do movimento grevista dos praças da Polícia Militar do Piauí, ocorrido na cidade de Teresina, no ano de 1997. A entrevista foi realizada no dia 21 de julho de 2009. Cabo Jarbas ingressou na corporação em 1990.

Convocamos uma assembleia! Tivemos todo apoio da imprensa. Minha função era conduzir a tropa por meio do carro de som, falando no microfone. O Cabo Lima e o Santiago ficaram com a função de negociar com o Governo.

Meu nome é Jarbas Alves, nasci em Teresina, no Piauí, no dia 13 de novembro de 1970. A minha família é de cinco irmãos. Antes de entrar para a Polícia, eu trabalhei na Guadalajara, que é uma empresa de roupas aqui do Piauí. Ingressei na corporação por falta de opção. Na época, tinha saído da Guadalajara, estava sem opção de emprego. Meu pai era militar, sargento da polícia e me indicou para praça; então, eu entrei na polícia. Na família, só meu pai era policial militar, abriu vaga e eu entrei. Teve a prova, e depois o curso de formação que eles fazem no CEFAP. Tive muito problema em relação a abuso de autoridades. Eu questionava muito na época, e fiquei muito preso por questionar a doutrina implantada. Naquela época, eles tinham uns projetos que eles chamavam de recruta, que só tinham dois direitos: um era não ter direito nenhum, e o outro era não reclamar do direito. E qualquer coisa eles puniam; na época eles ensinavam muito só hierarquia militar, e aqui, no Piauí eu tenho um processo enorme porque eu cheguei a denunciar isso uma vez; eu questionava. Eu entrei na Polícia Militar no dia 1 de julho de 1990 e fui primeiro para o Batalhão de Trânsito, que fica na Rua Barroso, no Centro aqui da capital. Fiquei lá até 1997, até a greve: foram sete anos.

Antes da Associação, tinha o Clube dos Cabos e Soldados, mas que sempre foi um braço do oficialato, dos coronéis. Tinha um presidente, mas quem mandava mesmo eram os coronéis, e o clube sempre foi uma espécie de apoio aos coronéis, eles nunca entraram nessa luta. Eu entrei na Associação em 1995, na época da fundação, no dia 21 de abril de 1995. Entrei porque eu acreditava que ali a gente iria reivindicar os direitos. Hoje mudou muito, mas naquele tempo era uma ditadura fechada; você não podia reclamar da comida, de como dormia, da forma de trabalho, da escala de serviço, do abuso de autoridade por parte de alguns oficiais que escravizavam, tratavam o profissional de segurança como um serviçal deles. Para mim, na época, os principais problemas eram a escala de serviço, a alimentação; nós chegávamos a trabalhar vinte e quatro horas de serviço para vinte e quatro horas de folga; e a forma cruel que os oficiais na época (alguns, não são todos) também tratavam o policial militar, sem respeitar, sem dar direito nenhum, constrangimento de muitos, por exemplo, se você faltava serviço, eles falavam na frente de todo mundo, que aquele soldado tinha faltado serviço e que era um irresponsável e que iam prender e matar. E eu achava aquilo tudo errado, eu via os policiais constrangidos, humilhados. Eram muito humilhados na hora de reivindicar qualquer coisa, férias, licença, qualquer coisa eles questionavam a gente. O primeiro movimento que aconteceu aqui em Teresina foi o de 1997.

Eu participei de tudo desde o início; na época, eu viajei para Brasília para me reunir com os outros presidentes: o Cabo Júlio, de Minas; Patrício, de Brasília; e outros presidentes. A gente sentou pra declarar de lá o movimento nacional; eu até admiro muito o Cabo Júlio, de Minas que nessa época era o presidente da Associação; ele que encabeçou o movimento. Quando ele morreu, o Valério, que nem sócio da Associação era na época, assume e termina a greve, mas o precursor, mesmo, do movimento foi o Júlio; ele dizia pra gente que ia ser o primeiro a parar, e quando a gente voltou, esperamos para ver o que ia acontecer. Isso foi em 1997, a gente se encontrou em Brasília antes do movimento e o Valério tinha uma força tão grande quando ele falava, e dizia que ia ser o primeiro a parar e que a gente tinha que ir seguindo. A gente questionava muito porque alguns defendiam por causa de medo de repressão; ir para a greve com capuz, eu questionava muito isso, achava que a gente tinha que ir com a cara aberta, comportado, sem muita baderna, como era pra ser uma grande paralisação policial, porque uns com medo da repressão queriam usar capuz e lá foi decidido todo esse tipo de coisa, isso em maio de 1997 mais ou menos. Voltamos e ficamos esperando todo mundo parar e o Valério foi quem parou primeiro. Aqui, do Piauí, fui só eu para Brasília. Quando a gente voltou, estourou a greve de Minas e começou. Essa reunião foi com aquela ANERCS que tinha o Wilson, em São Paulo: o Delgado, do Mato Grosso; o Patrício, de Brasília (que hoje é deputado); o Denis, da Paraíba. Dessa turma, a maioria, hoje, é deputada. Chegamos aqui e convocamos uma assembleia; a primeira assembleia da Associação para falar, mas ainda muito tímida; os policiais com medo, porque não tínhamos esse costume de nos reunirmos; até hoje se você reunir mais de cinquenta policiais eles querem dar o líder como motim e expulsar da Polícia; hoje nós derrubamos isso, mas naquela época existia isso.

Convocamos uma assembleia! Tivemos todo apoio da imprensa. Minha função era conduzir a tropa por meio do carro de som, falando no microfone. Então, eu fiquei no som e o Cabo Lima e o Santiago com a função de negociar com o Governo. O carro de som fomos nós mesmos da Associação que pagamos. Nenhum partido político nos apoiou. Tivemos o apoio, principalmente, do jornal "Diário do Povo" e do jornalista da TV, Donizete Adauto, que foi assassinado aqui no Piauí. Ele foi quem deu a maior força para o nosso movimento com chamadas ao vivo, interrupção na programação... pedia para resolver o nosso problema; mas os jornalistas não participaram da organização do movimento. A organização mesmo foi o Sargento Lima, o Santiago e eu. Na época, quem esteve na greve foi a deputada Trindade, que era do PT e o governador atual, Wellington Dias, do PT também. Financeiramente, não tivemos apoio deles, só dos empresários do Piauí, do Pão de Açúcar, do Diocesano, de taxistas que sofriam muito com a violência; doaram muita coisa pra nós. Nós ficamos acampados ali mesmo na praça. Passávamos o dia inteiro lá e à noite voltávamos para casa; e foi todo mundo, a família toda, e aí chegavam essas doações. Os policiais eram maioria e não as famílias, mas tinha muita família também. Não chegou a ter confronto nenhum, não chegou a ter Exército nessa primeira manifestação, em 1997 – só em 2002 – e nem de nenhuma tropa que não aderiu, porque todo mundo aderiu. A nossa pauta de reivindicação era aumento salarial e melhores condições de trabalho; Na época, a gente já brigava pelo ticket alimentação, porque a alimentação era de péssima qualidade, porque, na época, eles pegavam um frango, cortavam as melhores partes e colocavam para os oficiais e o pé, as asas e os pescoços eram pra a gente; e não aceitávamos aquilo, achávamos que aquilo era irregular, e isso nós falávamos no carro de som.

Eu colocava os hinos no carro de som, o Nacional, o da Bandeira, o da Polícia. Eu pedia aos colegas para guardarem as armas, porque era um movimento pacífico por melhoria salarial e não era para estarmos armados. O pessoal estava fardado, sem capuz, sem baderna. Quando eu via que eles estavam se alterando, eu pedia para rezarmos o Pai-Nosso. O capelão também se envolveu na coisa, e aí conseguimos o controle da tropa, baseado na religião; pedíamos a Deus que as nossas reivindicações fossem atendidas pelo Governo. A maior assembleia foi essa primeira, que aconteceu no dia 3 de julho de 1997. Eu me lembro, porque tenho umas camisas onde homenageei a data, e esse dia nós colocamos até como o Dia Nacional de Luta dos Cabos e Soldados, baseado na morte do Cabo Valério. Esse dia, pra nós, é um dia especial porque foi o dia da morte do Valério e o dia que marca o nosso início nas ruas.

Lembro que nesse dia 4, outros Estados ainda estavam no movimento; Minas tinha acabado de terminar e o Ceará estava; parece que o Ceará já tinha conversado, também, e a gente ia acompanhando. Ficamos muito preocupados, o meu maior medo, como líder do movimento, era que terminasse em uma coisa drástica, uma tragédia, porque os policiais sempre andam armados. O nosso medo era esse, mais da tragédia do que de uma possível exclusão; medo da gente não conseguir controlar, como aconteceu em Minas, mas sabíamos que policiais de outros Estados estavam sendo excluídos por causa de movimento. Só que, como líder, eu dizia sempre que acontecia isso em outros Estados porque eles não estavam fazendo do jeito que era para fazer a coisa, dentro da lei, e a nossa foi pacífica.

O governador Mão Santa entrou no nosso movimento... Essa foi a hora mais difícil do nosso movimento. A vida do governador estava na nossa mão; se acontecesse alguma coisa com ele ou com as autoridades presentes naquele momento era nossa responsabilidade. Ele subiu no palanque, foi lá no carro de som da praça. Nessa hora eu pedi aos praças para receberem o governador como um representante de Estado – maior que o comandante da Polícia Militar – com Hino Nacional e a atenção de todos. Nós preparamos a recepção para ele, mas foi de imediato: ele apontou lá e criou aquele tumulto, muitos policiais estavam revoltados. Ele foi muito corajoso. O governador apareceu no último dia do movimento, aos negociar com o Sargento Lima e com o Santiago. Eles negociaram durante a tarde e voltam com a resposta. O governador quis, diretamente, dar a resposta. Eu me lembro que, nas negociações, ele iria dar cento e vinte reais de aumento para os policiais militares; o pessoal, na época, achou muito pouco, mas ele prometeu muita coisa e eu pude conduzir; saí no meio da multidão pedindo que aceitassem, porque se a gente não aceitasse poderia ocorrer uma tragédia – o governador estava sozinho, sem segurança – e o meu medo foi acontecer alguma coisa com ele.

O próprio atual governador falou comigo, porque na hora eu me emocionei, e parece que minha voz faltou; eu não tive mais capacidade de falar e ele disse pra mim que eu tinha que me levantar, parar de chorar, terminar o movimento e receber o governador – o mais difícil foi aí. Aqui, a assembleia foi em praça pública, no Teatro de Arena, que eles chamam aqui; tem um teatro aberto na Praça da Bandeira que tem esse nome, e foi lá; nós colocamos o carro de som e ficamos lá porque lá tem as bancadas, tem tudo. Na hora da negociação, não tivemos problemas; ninguém quis continuar a greve, o maior problema mesmo foi receber o governador, depois foi tranquilo. Quando anunciamos a assembleia em praça pública, os oficiais foram contra, mas não houve nenhuma ameaça, só a de prisão dos líderes do movimento, por um tal de COE, que era um grupo especial que tinha aqui na época. Queriam prender, queriam punir e aquela coisa toda, mas nenhum oficial aderiu ao movimento.

Quando acabou o movimento, todos que participaram tiveram punições. Todos os manifestantes foram punidos com prisão, julgados e condenados pela auditoria militar: condenados a vinte e dois dias presos. Não ocorreu nenhuma exclusão, porque o governador foi depor e disse que os policiais não tinham feito greve, tinham feito um “clamor por justiça”; ele defendeu a gente.

O presidente da Associação, aqui, na época, era o Santiago e ele teve uma iniciativa política, mas não foi bem-sucedido, acho que porque, na época, os policiais daqui eram contra o Governo Mão Santa, e ele se candidatou ao lado do Mão Santa, andava com ele pra cima e pra baixo. E os policiais não aceitaram porque a reivindicação foi contra esse Governo, que era do PMDB na época, era do Francisco Moraes de Souza, o Mão Santa, e a categoria o via ao lado do Mão Santa e não aceitava, e a votação dele não teve êxito. Os policiais acreditavam que ele teria se vendido pro Governo. Depois disso nenhuma outra liderança se candidatou, então continuamos sem representação no Legislativo.

No movimento, o pessoal levou faixas, cartazes, denúncias, palavras de ordem; levaram os contracheques e mostravam que era pouco; fazíamos orações que era para jogar um balde de água fria quando a coisa esquentava, e no carro de som tocavam os hinos; nós saíamos da Praça da Bandeira, do Teatro de Arena, e fomos até o Palácio do Governo dar um abraço no Palácio do Governo, educadamente. Tinha uma tropa lá para fazer a segurança do palácio, a guarda interna deles.

Em um balanço geral, acho que o movimento valeu a pena; foi onde os policiais, em conjunto com a Associação, puderam ter voz, ter direitos... muita coisa mudou, mudamos a alimentação; passaram a nos dar ticket alimentação; mudamos as escalas de serviço, as diárias; não permitimos mais os constrangimentos, ficou comum a Associação discutir aumento salarial dentro dos quartéis com os oficiais, falar em defesa do policial na televisão, dar entrevista falando o que a gente achava errado; o policial passou a ter onde recorrer quando ele era injustiçado dentro do quartel. Como acontecia nos tempos da escravidão, que os escravos fugiam e tinham o Quilombo, quando os policiais eram maltratados, eles corriam aqui para a Associação, denunciavam e a gente ia atrás, não aceitamos mais essas coisas. Eu entrei como presidente da Associação em 2000, depois do movimento; o Santiago saiu da Associação e eu assumi em 2000. Ele saiu em 2000. Já estou indo para o terceiro mandato.

O nosso principal papel – nosso slogan – é “conduzir justiça para cabos e soldados no Estado do Piauí”. As injustiças são muitas; eles não dão nossos direitos de férias, de licença, não cumprem nossa carga horária de trabalho; a humilhação dentro dos quartéis ainda é imposta por muitos que tratam o policial como serviçais, sem respeitar, e muitos procuram a Associação. As graduações nossas, aqui no Piauí, nós ainda não temos plano de carreira como eles têm. O oficial chega a aspirante e ao aposentar da carreira dele, chega a coronel; nós não. É comum o cara entrar como soldado e passar trinta anos como soldado, que é a grande luta nossa, aqui, hoje. Nós temos promovido muitos, mas ainda não temos plano de carreira definido. Hoje são cerca de três mil associados aqui. Nós temos o Clube dos Cabos e Soldados, mas esse clube é como se fosse um braço dos oficiais. O presidente lá é eleito pela categoria, mas eles que manipulam. Por exemplo, a arrecadação é na mão do coronel; nosso dinheiro todo o coronel pega e fica com ele. Já aqui é independente, graças a Deus. Aqui eles não manipulam, ainda não.

4.5 SOLDADO GILBERTO (GILBERTO CÂNDIDO DE LIMA)

Acervo da autora, nov. 2009.

Entrevista com Soldado Gilberto (Gilberto Cândido de Lima), presidente da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar de Goiás (ACS PM/BM – GO). Dirigiu as negociações de reajuste salarial para os praças da Polícia Militar de Goiás, no ano de 1997. A entrevista foi realizada no dia 9 de novembro de 2009.. Durante a entrevista, afirmou seu papel no movimento de 1997, apontando as particularidades corporacionais da PM de Goiás.

1997 foi "o ano". Foi, realmente, a primeira reivindicação que fizemos, que corremos atrás. Eu costumo dizer que o militar perante a Constituição Federal não faz greve, mas isso não quer dizer que não podemos reivindicar nossos direitos.

Meu nome é Gilberto Cândido de Lima, nasci no dia 18 de abril de 1961, na cidade de Brasília. Na minha família somos um total de oito irmãos, quatro mulheres e quatro homens. Minha mãe é dona de casa, meu pai já é falecido, ele era servidor público em Brasília. Antes de eu entrar para a PM eu era autônomo em oficina de lanternagem, de pintura de automóveis; eu era mecânico, lanterneiro, pintor. Servi ao Exército em 1980 e foi aí que surgiu meu interesse pela Polícia Militar. Eu saí do Exército e fui trabalhar em uma empresa de ônibus, que é a Viação Rio Plano do Distrito Federal.

Tão logo abriu um concurso em Goiás para ingressar na Polícia Militar, me inscrevi e fiz as provas, isso em 1983. Ninguém da minha família era policial militar. Eu fui o primeiro e comigo, em 1986, vieram meus irmãos. Eu fui sozinho para o estado de Goiás, eu e Deus, em 1983 quando tudo começou; eu ingressei na Polícia Militar em 15 de julho de 1983. No período de formação, fiquei lá durante nove meses, fazendo curso de soldado. O curso da Polícia Militar não é fácil, é difícil, e tem que ser mesmo, porque você tem que estar bem-preparado, mas foi difícil em certas partes e em outras não foi, porque eu já vinha com experiência no Exército; lógico que é um pouco diferente, mas eu tinha uma experiência por ter servido ao Exército. A formação sempre foi mais policial, não é só na área militar, é pra lidar mesmo com a sociedade, então é na área mais policial; o resto é aquela questão de preparar o cidadão mesmo. Se for o caso de haver uma guerra, até para o militar ir pra guerra, a verdade é essa, o Exército prepara o militar para ir para a guerra, você se prepara para isso. Já a Polícia Militar, ela prepara o seu militar, o seu profissional para lidar no dia-a-dia com a população, com a sociedade.

Sobre as questões militares disciplinares aqui no estado de Goiás, quando eu entrei existia um grande excesso de abuso, aquele abuso de desacato. A formação do militar passa muito por isso, mas eu acho que não é questão propriamente de abuso não, porque o militarismo tem que ser um pouco duro mesmo; não sei se é porque eu aprendi também no Exército dessa forma, mas são as regras do jogo: o militar tem que ser um cara preparado porque não adianta você preparar o homem para lidar com o dia-a-dia da sociedade, para defender a sociedade e pegar o camarada e simplesmente colocá-lo na sala de aula e ele ficar só na teoria; a teoria é muito boa, é preciso e necessita, mas na prática é diferente, a prática de você estar em um campo de batalha. Você sai para a ocorrência, você sai preparado para enfrentar o que vier; então, durante o curso, às vezes os oficiais, pelo menos aqui do estado de Goiás, eles arrochavam bastante em relação a isso, até pra testar

mesmo, pra saber se você tinha condições físicas, psicológicas, de realmente ser um policial militar. Eu via por esse lado, não sei se porque eu saí do Exército e entrei na PM logo em seguida. O policial militar, eu acredito que tem que ser assim. Não é o camarada chegar e ficar batendo um na cara do outro igual acontece às vezes em alguns estados; no estado de Goiás isso nunca aconteceu. Esse negócio de pegar você, colocar você em forma, sair de madrugada no mato, atravessando córrego, lama, esses poços de lama fedendo, te testando de tudo que é jeito, isso existiu e eu não sou contra; é lógico que para fazer isso, tem que te preparar; e a forma para isso é, por exemplo, a Polícia Militar tem seu quadro médico, vão te preparar lá, dar vacina antitetânica e outras para evitar que você pegue essas doenças que tem por aí, isso sempre foi feito; fazendo isso, eu acho que o camarada tem sim que aguentar o rojão para ser um policial militar, porque: já pensou você vai para uma linha de frente com bandidos preparados com armas pesadas, corre para um lado e para o outro e você não tem um preparo físico para acompanhar isso, correr atrás e prender o elemento, o delinquente? Então, eu tenho certeza de que tem que haver; e eu não fui contra, eu achei bom porque eu me preparei, mas muita gente desiste; é aquele negócio, é pra ver até onde cada um dá conta, porque tem muito filho de mamãezinha, de papaizinho, não que eu tenha nada contra, mas é questão de perfil; pra estar ali o cara tem que estar preparado para determinadas situações, por exemplo, um camarada está fazendo uma vítima de refém, se você não estiver preparado, como você vai ajudar a pessoa que está precisando de você naquele momento? Então é melhor que tenha essa formação.

Depois que terminou esse período de formação, eu me formei em Luziânia, no 10º Batalhão, lá no entorno de Brasília. Eu me formei no 10º Batalhão, fiquei dois anos lá, depois fui transferido para o Batalhão Rodoviário, aqui de Goiânia, em 1985; em 1986 acabaram com o Batalhão Rodoviário e eu fui transferido para o QAG que é o Comando-Geral da Polícia Militar, Quartel da Ajudância Geral, e fiquei trabalhando lá até 1993. A Associação de Cabos e Soldados foi criada – na época era clube – em 28 de fevereiro de 1991.

Em 1993 teve a primeira eleição, e aí começou a minha vida sindicalizada, minha vida associativa. Nós montamos uma chapa, concorremos às eleições e ganhamos as eleições. Na época era, um clube social e não tinha caráter de associação; esse foi o maior problema que eu enfrentei: transformar o Clube de Cabos e Soldados em Associação, porque clube a gente entende que é uma área de campo, um lugar para você levar sua família, tomar banho e se divertir; uma associação é para você representar seus associados no perfil jurídico de mudanças em alguns setores que a gente achava que deveriam ser mudados; então nós mudamos, assumimos no dia 1º de abril, até porque dizem que é o dia da mentira, mas foi verdade – primeiro de abril de 1993. Assumimos como clube ainda em abril, em maio nós transformamos em associação, convocamos uma assembleia-geral, que aprovou a transformação do clube em Associação dos Cabos e Soldados e do Bombeiro Militar também; eu represento as duas Instituições. Houve muitas perseguições; teve prisão de alguns companheiros.

O clube era aceito porque não mexia com ninguém, e na associação eles falaram que a gente mexia, mas a realidade é que estávamos procurando nossos direitos, e a partir de 1988 – porque na Constituição a gente não tinha direito de voto; a partir de 1988 que começamos a ter, mas a primeira vez que votamos foi em 1994 onde o cabo e o soldado tiveram o direito do voto, mas a mudança foi muito complicada; ela não foi aceita de primeira, foi muita ameaça de prisão; eles procuraram eliminar algumas lideranças, como eliminaram alguns; houve alguns que foram prejudicados, como um cabo que passou por lá que hoje nem militar é mais, o Cabo Melo, que foi um dos primeiros presidentes da Associação, ele foi excluído. Em Goiás, havia um Clube dos Oficiais, um Clube de Subtenentes e Sargentos, mas na época nenhum deles apoiou a gente, pelo contrário. Quando nós assumimos, no meu segundo mandato em 2001, nós exigimos da Associação dos Oficiais, que até então era clube, que transformasse o clube deles em Associação porque não era também; era uma época parada que ninguém queria saber de nada.

No caso das eleições, na época havia o clube; nós já tínhamos um contingente, aí convocamos em assembleia-geral o nosso pessoal de dentro do quartel, pra gente reunir numa assembleia-geral, para transformarmos o clube em Associação; nós tivemos muitas dificuldades, ameaças, o pessoal não comparecer,

ameaça de cadeia... na época não queriam a participação nessa assembleia, ameaçaram prender, vários foram presos e não vou citar os nomes deles até para preservá-los; a gente foi ameaçado de prisão, tinha o pessoal da P2 e até o comandante-geral, um dos comandantes-gerais da época – que eu gostaria de me reservar ao direito de não falar o nome – o comandante-geral foi um que através de sua sessão de inteligência, vamos falar assim, todos os atos que íamos fazer, tinha alguém dele nos espionando; foi criado um serviço de repressão, de ameaças; todos os dias ia um lá e tirava fotos da Associação. Às vezes, eu chegava para conversar com o comandante-geral e ele já sabia tudo que eu ia fazer. Não foi fácil, mas não desistimos, fomos à luta, conseguimos os nossos objetivos, um deles, de transformar a Associação que foi um avanço muito grande. A Associação dos Cabos e Soldados de Goiás é hoje uma das maiores associações do país e ela é nova, foi criada em 1993.

1997 foi “o ano”. Foi, realmente, a primeira reivindicação que fizemos, que corremos atrás. Eu costumo dizer que o militar perante a Constituição Federal não faz greve, mas isso não quer dizer que não podemos reivindicar nossos direitos através de uma manifestação. Foi o que fizemos: uma manifestação que na época o país inteiro fez, começando por Minas Gerais. E nós desencadeamos, no final de junho de 1997, no dia 19 de junho de 1997. Foi a primeira experiência dessas da minha vida; um policial militar não pode fazer nenhum tipo de manifestação nem nada, e logo no início da minha manifestação, desencadear uma manifestação dessa geral e nós, com apoio de Deus e dos associados, que acreditaram muito na gente, fomos pra frente.

Houve o movimento em Minas e nós conversamos com eles; iria iniciar lá, e quando eles falaram que iam fazer, que estavam em assembleia para decidir a paralisação, nós já estávamos em contato com eles, com as lideranças de Minas na época; falávamos com o Cabo Moraes, que foi deputado em Minas Gerais. Inclusive, conversei bastante com o Cabo Julio, que foi deputado federal após o movimento de Minas. Estávamos com o nosso movimento já engatilhado. Ao ver o que aconteceu em Minas, a gente ficou muito preocupado e eu, por inexperiência que tinha no estado de Goiás em relação à Associação de Cabos e Soldados, fiquei, sem dúvida nenhuma, receoso porque a responsabilidade da gente é muito grande. Era o momento de mostrarmos porque viemos e mostrarmos que também éramos cidadãos – porque éramos cidadãos naquela época, mas até então não éramos tratados como cidadãos, como pais de família. Então, o momento era aquele de mostrarmos para as autoridades e mostrarmos para a sociedade que tínhamos organização. Fizemos uma paralisação, que positivamente para a Polícia Militar, na época, não colhemos bons frutos, mas eu tive muita preocupação e pés no chão e a minha maior preocupação era com a nossa sociedade que sempre acreditou na nossa Polícia Militar. Então era uma responsabilidade muito grande, de um lado estava a gente e do outro lado a sociedade. Nós fizemos uma manifestação à altura. Começou com a gente marcando uma assembleia na Associação; marcamos a data de iniciar. Iniciamos, aqui em Goiânia, na Avenida Goiás. No caso da assembleia, não conseguimos juntar todo mundo, houve boicote demais. A associação estava cheia de P2, mas na conjuntura que nos encontrávamos, não tinha como tentar recuar e, outra coisa, quem assume uma responsabilidade como eu assumi na época – e estou até hoje aqui – tinha o respeito da categoria e a esperança deles estava depositada em mim; por isso falei do tamanho da minha responsabilidade: de um lado a Polícia com esperanças em mim e do outro lado a sociedade. Para a minha família foi difícil, eles passaram o tempo todo sendo ameaçados por telefonemas anônimos; falavam com minha esposa que se eu fizesse greve iam me matar; falavam que iam nos pegar; que sabiam onde morávamos e minha esposa ficava até sem saber o que fazer; pedia para eu parar com aquilo, mas não tinha mais retorno. E não tinha ninguém para proteger a gente, até porque não tem como: quem vai proteger a gente a não ser Deus? Porque o Comando não ia fazer isso, eles faziam o contrário, nos ameaçavam para não fazer, então a proteção que nós tínhamos era de Deus e mais nenhuma, é o duro de tudo isso aí.

A passeata foi na Avenida Goiás em Goiânia, marcamos de encontrar no 1º Batalhão que é um batalhão enorme, que tem um pátio imenso, e subimos em passeata da Avenida Goiás até o 1º Batalhão e nesse tempo todo os oficiais pedindo para que não fizéssemos manifestação.

Quando o pessoal estava subindo em passeata, eu estava na imprensa dando entrevistas na TV Record e em outras emissoras. A imprensa nos deu muito apoio. A televisão cobriu vinte e quatro horas por dia. Chegamos a ser capa de jornal: *O Popular* e *O Diário da Manhã*. O apoio que tivemos da imprensa sempre foi bom pra nós porque a minha preocupação não era fazer uma manifestação por fazer, fizemos uma manifestação por necessidade, porque nós, da Polícia Militar, não estávamos aguentando a vida que vivíamos aqui; então tinha a preocupação com a sociedade, mas a imprensa soube divulgar isso. Toda a oportunidade que eu tive, eu coloquei a sociedade em primeiro lugar; trouxe a sociedade para o nosso lado, a imprensa veio para o nosso lado. É lógico que teve um certo momento em que a greve teve problemas, porque greve é o seguinte: como começar você sabe, mas como terminar você nunca sabe. A maior dificuldade que tive foi essa; e teve um certo momento que a imprensa falou comigo que estava complicado nos dar apoio porque a nossa greve tinha começado a desandar.

A manifestação foi assim: ficamos dois dias e meio parados, fizemos nossa primeira passeata, fomos até o 1º Batalhão, chegamos lá dez horas da manhã e percorremos a Avenida Goiás que atravessa Goiânia todinha – é a avenida principal de Goiânia capital, “atravessamos ela” todinha, fomos fardados, havia gente civil, mas a maioria estava fardada, com identificação normal; aqui não tivemos medo de nada, apesar de que sabíamos o risco que estávamos correndo. Depois da passeata fomos para o 1º Batalhão, nos aquartelamos lá, isso na primeira, porque depois ainda houve mais umas três. Mas nessa primeira, ficamos dois dias e meio aquartelados, até a hora que nos reunimos em assembleia e achamos que deveríamos pôr um ponto final, até porque a greve estava desandando, porque quando você faz um movimento, vêm aqueles pára-quedistas da vida, aqueles políticos que não têm compromisso, que são oposição ao Governo e então eles aproveitam a oportunidade, fazem uso da palavra e ficam ali insuflando a tropa. Ali é que vinha o medo de a gente perder o controle, então, de certa forma, tinha hora que a gente queria desandar, mas a gente puxava as rédeas de novo e conseguia conter.

Em 1997, nós tivemos cento e vinte e cinco reais de aumento. A equipe econômica, o secretariado do governo se reuniu e eu fiz parte; fui eu que negocieei diretamente com eles. O governador, que na época era do PMDB, nunca se sentou conosco. Não conseguimos o que queríamos, mas mostramos, na época, que estávamos organizados. Havia um grupo que queria continuar a greve, mas tudo tem a sua hora... Alguns tentaram inflamar o movimento. Graças a Deus, eu sempre tive aceitação e sei parar uma greve. Durante a passeata, a população aceitou a manifestação. Eu aproveitei a oportunidade que a imprensa nos deu, mostrei para a sociedade que era necessário fazermos aquilo porque na época estávamos passando fome; a realidade era essa. Eu pensava: como um pai de família sai da sua casa para dar segurança, sendo que ele deixa seu filho passando fome? Porque debaixo daquela farda tinha um pai de família.

Na Associação, eu sempre ajudei os policiais que precisavam, até hoje eu ajudo, aliás, a Associação ajuda, mas naquela época era pior, pois com um salário de trezentos e oitenta reais, o nosso pessoal passava fome; na época havia inúmeros policiais que se suicidaram porque não davam conta de dar assistência para a família, e se vendo numa situação daquelas, muitos se suicidaram. Eu fazia cesta básica, eu pagava água e energia, e toda vida procuraram a Associação para dar apoio; na época era pior, era querendo empréstimo daqui e dali; eu não fazia empréstimo, eu fazia era ajudar, porque não adiantava fazer empréstimo porque eles não iam ter como pagar, mas a Associação sempre esteve à frente dos problemas, esse tipo de problema, porque problema na Associação são muitos, até pelo número de demandas. Hoje eu tenho mais de oito mil sócios. O efetivo da Polícia Militar de Goiás é de treze mil e eu tenho oito mil. Treze mil, contando de coronel a soldado, o percentual é de mais de setenta por cento. Na época, muita gente passava fome, eu fazia cesta básica, pagava energia, pagava água, pagava médico... farmácia, então, nem se fala! A maioria, na época, trabalhava de “bico” em outros lugares. Hoje são poucos que ainda fazem, alguns ainda fazem, mas na época, devido a esses “bicos”, perdemos muitos militares por desvio de função, que é o “bico” que faziam para interar o pão de cada dia, já que o salário era muito baixo, era péssimo, e não tinha perspectiva nenhuma.

Aqui em Goiás, a imprensa não chamou o movimento; a partir da hora que divulgamos que íamos fazer uma assembleia, aí que a imprensa veio; depois da divulgação, em nenhum momento a imprensa de Goiás nos incentivou, mesmo porque nossa manifestação aconteceu muito rápida. No Ceará, no mês de setembro de 2001, já teve outra, porque essa de 2001 aconteceu no país inteiro, na mesma época; essa do Ceará já foi a segunda ou terceira, aqui também acho que já foi a terceira que eu fiz.

Depois desse primeiro movimento, tivemos uma melhoria de R\$ 125,00, foi uma miséria em cima da miséria que eles nos deram na época. Não fizemos outras reivindicações em 1997; na época, a nossa reivindicação era só salarial mesmo, porque o entendimento nosso era que a nossa situação financeira, que a sustentação da nossa causa no momento era aquilo, porque eu entendia que se levássemos várias reivindicações, ficaria mais difícil e a única coisa que conseguimos na época foram esses R\$ 125,00, mas nós mostramos para essas autoridades, a partir de então, e também para a própria imprensa e a comunidade, que nós temos condições e capacidade para fazermos manifestação na hora que entendermos que precisamos, sempre respeitando a sociedade, porque eu sou muito preocupado com a sociedade. Eu vejo em alguns estados como está a sociedade e eu fico preocupado, igual Rio de Janeiro e até mesmo São Paulo que estão um caos, então a gente não quer que aconteça isso aqui. Por isso falo que tenho preocupação com a sociedade, porque é o maior patrimônio que temos aqui. Mas tivemos outras manifestações. Em 1997 não chegou a ter manifestação no Rio de Janeiro; o presidente da Associação lá é o Sargento Vanderlei, que eu não sei muito como procede lá, porém ele fala que é contra, que é contra, mas nem falar comigo porque ele é contra até hoje eu consegui. Eu digo isso porque a gente se reúne a nível nacional; então tenho uma dimensão de outros estados.

Hoje eu sou o primeiro secretário da Associação Nacional também, então eu tenho uma dimensão de tudo que está acontecendo nacionalmente, na ANASPRA. Na realidade, essa ANASPRA veio depois, a Associação que tem representatividade é a ANERCS, cujo presidente hoje é o Soldado Lucas, do Rio Grande do Sul, meu amigo particular, uma pessoa muito boa. Na época do movimento ele não era nem presidente de lá não. O presidente de lá era o Moraes. A ANERCS é mais antiga, o problema é que criaram a ANASPRA. Eu até estive na criação, mas não quis cargo nenhum porque eu entendi que o cunho dela era político e pra mim não servia, porque o trabalho que a gente tem que fazer, não podemos fazer pensando em destoar na política; você não pode estar procurando seu próprio interesse; eu entendo que tudo tem um momento, se eu quiser sair candidato a deputado, eu entendo que tenho que fazer meu trabalho aqui, e se os associados entenderem que eu deva sair candidato a deputado ou vereador, que eles façam isso e me lancem, mas caso contrário não.

A questão da ANASPRA é muito política, são benefícios pessoais, tem um radicalismo de que sou contra, porque acho que uma coisa é você ser contra, mas você tem que falar porque você é contra e o que você sugere para melhorias da sua categoria; então o camarada não sabe, e se ele sabe, não quer falar. Vou explicar o que acontece nesses entraves: o norte, o nordeste e o Mato Grosso me parecem que ou eles vivem em outro mundo ou os comandantes de lá vivem no outro mundo, porque os oficiais pegam muito no pé desse pessoal, dos cabos e soldados; eles massacram o pessoal, criticam, xingam, quer dizer, tratam mal o efetivo deles; hoje, vou citar só estado grande, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Goiás; não comungamos com eles, porque entendemos que não é desmilitarizar que vai resolver o problema, não é isso, eles estão enganados, o que vai resolver o nosso problema se chama mudança do regulamento disciplinar, é esse que tem que rasgar e fazer outro, no nosso caso aqui é o RDPMGO – Regulamento da Polícia Militar de Goiás. Ele é arcaico, é de 1985, é inconstitucional, todo inconstitucional, mas é o que temos; esse, sim, tem que rasgar, e aí nos adequarmos – que é o que estou fazendo aqui no estado de Goiás – para criarmos um Código de Ética, isso é que temos que fazer.

O pessoal do norte e nordeste, quando falam em desmilitarização, confundem muito, e eu já falei isso pra eles: não precisamos desmilitarizar porque hoje se nós temos algumas prerrogativas – e eu falo em prerrogativas – é porque existe a palavra militar e entre aspas, porque hoje o militar... qual é a garantia que nós temos profissional? Nenhuma. Você vê o servidor público que não seja militar, esse pessoal tem hora extra,

tem adicional noturno, tem férias e nós, enquanto militares, não temos nada disso; chegamos na época de ir pra reserva com trinta anos, que o estado de Goiás vai para a reserva com trinta anos; completou esses trinta e vem embora pra reserva, se aposenta, sem isso, leva magro, magro seu salário, então isso aí não é prerrogativa. A minha opinião é a seguinte: tenho debatido muito essas questões de desmilitarização e unificação de Polícias. A união. A gente sempre fala que se unir é melhor, mas na nossa situação, eu não acredito nessa união, porque são corporações muito diferentes. Até pelo regulamento que nós temos, porque quem trabalha e dá segurança pública é a Polícia Militar; o homem fardado está presente em tudo que é lugar; segurança do governador em qualquer lugar é a Polícia Militar que faz, e não a Polícia Civil. Então, eu não vejo essa unificação, vai fazer de que forma? Vai criar uma Polícia passada ou vai juntar, separar... até hoje ninguém soube falar de que forma vai ser essa unificação e ninguém tem peito para unificar, porque há muitos interesses em cima disso aí. O próprio Ministério Público, o Judiciário, os delegados, os coronéis, eles não querem essa unificação. Tanto é que já houve várias manifestações no Congresso em relação a isso. De que forma se fala dessa unificação? Ninguém explica para você o que é essa unificação, ninguém apresentou nada. Eu acho que são culturas diferentes. Aqui em Goiás nós temos um bom relacionamento com o policial civil, não temos o que reclamar, mas quando você fala na unificação, a gente vê uma certa rejeição por parte das duas instituições, você vê que não há um consenso disso aí, e eu acredito que isso é um projeto pra daqui a muito tempo ainda, daqui a trinta, quarenta anos; agora, em curto tempo, eu não acredito ainda não, muito complicado; já tentaram, mas ninguém quer ser o "pai da criança", ninguém quer ser o pai do projeto. Chega ao congresso, começam a discutir unificação, mas nem eles sabem o que é unificação.

O Presidente da República, quando assumiu o país, a presidência, essa proposta de unificação partiu dele, partiu do Tarso Genro, que hoje é senador. Hoje o discurso do presidente é totalmente contrário, ele já não fala mais em unificação porque – não estou querendo desmerecer categoria nenhuma, mas quem faz a segurança da população e inclusive a deles, é a Polícia Militar, então para eles não seria interessante. Eu ainda arrisco a ser mais ousado: falo que se unificar e se acabar, retirar do texto da Constituição Federal a palavra militar, nosso país, infelizmente, vai virar um campo de batalha, porque nós somos mais de quatro milhões, nós é que fazemos a diferença; todas as reivindicações, brigas de terra, quem está lá é a Polícia Militar. A partir da hora que falarem que o militar já não é mais um militar, é um civil como outro qualquer, porque o que segura a gente é o regulamento, é a palavra militar; se acabar, quem vai nos segurar?

Depois de 1997, houve outras manifestações; em 2005 nós colocamos essa questão do Código de Ética. Depois de 1997, os anos em que tivemos manifestações aqui foram 1999 e a última foi em 2005 que foi onde avançamos muito; em todas colocamos a questão do Código de Ética, mas esbarramos em uma situação, porque o Código de Ética hoje é aplicado em Minas, Rio Grande do Sul e em São Paulo. Nesses três estados, o Código de Ética tem lá o seu corpo de jurados, tem lá o juiz, que é auditoria militar deles, que é composto só por eles, então, assim, no nosso caso ainda, para se criar um Código de Ética, precisaríamos de um efetivo de vinte e dois mil homens, então nós não temos esse efetivo ainda, e não há um interesse. Não vou falar que é um interesse de governo, porque o Governo sempre alega que não tem recursos para isso ou para aquilo, e a deficiência de efetivo nosso aqui em Goiás é muito grande. Hoje deveríamos ter um efetivo de mais de trinta mil homens para atendermos os duzentos e quarenta e seis municípios aqui do estado de Goiás e a gente vê que tem treze mil homens; então está longe de atender o nosso pleito que é o Código de Ética.

Em vários estados, os líderes dos movimentos em 1997, saíram candidatos a deputado, o Cabo Júlio em Minas; em Pernambuco, Paraíba, o Aragão; no Tocantins foi outro. Aqui em Goiás, de 1994 a 1998, tivemos dois deputados, um cabo e um coronel, ligados à Associação, inclusive saíram daqui de dentro da Associação; ele participou do movimento de 1997, mas muito pouco; o pessoal perdeu a confiança em relação a ele, se posicionou muito pouco, foi o Ney Dias Percursor – esse o praça – o outro é o Coronel Silveira, foram os primeiros deputados, que tivemos o privilégio de votar neles pela primeira vez. E não sei se estávamos ou não preparados para elegermos os representantes, e a ansiedade nossa era grande, ou se eles não estavam preparados para nos representar, o fato é que quando venceu o mandato deles, nós ficamos dez anos,

praticamente, sem um representante; não ficamos satisfeitos com a representação, mas eu sei que a dificuldade de representar é muita, muito difícil, mas o nosso pessoal não ficou satisfeito, tanto é que demorou praticamente dez anos para elegermos um outro coronel aqui, em 2006, na última eleição, que foi o Coronel Queiroz, ex-comandante-geral, bem relacionado com a Associação de Cabos e Soldados; sempre atendeu as nossas reivindicações, promoveu muita gente aqui, teve muitas promoções, e foi bem votado.

Agora temos a pretensão de lançar candidato nosso, mas estamos trabalhando; eu tenho a incumbência de, em fevereiro agora, fazer um seminário, um encontro dos nossos vereadores, porque nós temos cem vereadores aqui no estado de Goiás, e mais três prefeitos e dois vice-prefeitos, todos militares. Vamos fazer esse encontro com os comandantes-gerais, vamos trazer todos, reunir a tropa, e daí discutir um nome que possa ser o representante, aliás, vamos escolher dois nomes para deputado estadual, que possam ser pré-candidatos dos militares da PM e dos Bombeiros. Já eu, nunca quis ser candidato e nem quero, entendo que não devo misturar com meu trabalho na Associação, porque senão a coisa desanda. Entendo que se temos o que temos hoje, é porque eu procurei não misturar as coisas, pois o ser humano é assim: quando a coisa vai bem, vai bem, mas a partir da hora que você coloca seu nome à disposição, você está sujeito a críticas e começa a desandar a administração da Associação. Hoje nós temos o segundo melhor salário do país, nós temos um plano de carreira que é o melhor do país. Temos que melhorar muito ainda; temos algumas coisas para receber do Governo que não recebemos ainda. A partir da hora que eu ponho meu nome à disposição, aí não sei se as coisas vão caminhar do mesmo jeito, então prefiro me afastar e depois, se eles acharem por bem, aí sim.

Temos uma discussão, atualmente, sobre a padronização dos salários das PMs no Brasil com os de Brasília. Estou acompanhando isso, que é um piso nacional dos militares, tirando como base o salário líquido de Brasília. Eu acho uma reivindicação legítima, porque não vejo o porquê dessa diferença de salário: Brasília ganha quatro mil e duzentos reais e tem estado como, por exemplo, o Rio Grande do Sul, onde o soldado ganha novecentos reais e é um estado rico; no Rio de Janeiro o soldado ganha oitocentos e setenta reais e é um estado grande e rico; não vejo porque dessa diferença, e nós aqui, que somos vizinhos, um soldado aqui ganha dois mil cento e onze reais e um soldado de lá ganha quatro mil e duzentos reais; é uma diferença muito grande e há dificuldade até para se trabalhar no entorno de Brasília. Essa presença está bem avançada, ela está nas sessões de votação; são necessárias quarenta votações e já foram feitas vinte e sete, não tem nenhum deputado até hoje que é contra, até porque está havendo audiências públicas em seus estados, cada estado está fazendo a sua assembleia e pressionando seus deputados; temos o exemplo aqui de Goiás, então ninguém quer ficar contra, daí, estou otimista e semana passada fiquei mais ainda, porque a PEC 300 fala da equiparação, mas ela não falava de onde vinha o dinheiro para equiparar os salários, então ficava uma coisa muito vaga.

Na semana passada, o Senador Tarso Genro, e o Renan Calheiros – que foi o autor da PEC 41 – e o relator foi um senador nosso aqui, Demóstenes Torres, que é um grande representante que nós temos, que, aliás, você ouve falar dele em todo lugar, porque é um grande representante, um parlamentar à altura mesmo. E na Câmara, a PEC 300 não tinha como não passar; agora minha preocupação era com o Senado porque ali só tem ex-governador e futuros governadores, a maioria é. Então, a minha preocupação era lá, mas essa semana eles aprovaram a PEC 41 que fala de onde vem a verba para ajudar os estados a pagarem o aumento da folha de pagamento dos militares, ou seja, a contrapartida do governo federal. Então vem da união, e foi aprovada a PEC 41, ou seja, uma verba carimbada, por exemplo: a saúde e a educação a união ajuda; então agora, com a PEC 41 e a PEC 300, fica consolidada essa unificação. Lógico que ainda tem muita coisa, muita água para passar embaixo da ponte, porque mesmo sendo aprovado tudo direitinho na Câmara e no Senado, aí vão remeter para os estados e aí é que vai ser uma briga maior nossa nesse sentido, mas está bem encaminhada. Outra coisa, a PEC é uma luta das entidades, por exemplo, aqui foi criado o subsídio, subsídio, “constitucionalizadamente” falando, não pode agregar nenhum tipo de gratificação, e não são todos os estados que adotaram o subsídio; e nós trabalhamos os deputados em Brasília e eles conseguiram aprovar, com a

gente correndo atrás, a PEC 210 de 2007, que fala que os estados devem e têm obrigação de agregar até 35% de gratificação dos quinquênios, mesmo com o subsídio, ou seja, os quinquênios que tínhamos perdido podem retornar, mas vai ser outra briga muito grande também.

Aqui em Goiás, depois das manifestações, não teve nenhuma punição ou exclusão por causa daquilo que falei: não misturar uma coisa com a outra, não atrelar política coma as reivindicações sindicalizadas que foi o que eu fiz; não deixei transparecer, não deixei acontecer e provei que não havia nenhum cunho político em cima disso aí. Então, eu tinha legitimidade, credibilidade nessas reivindicações, nessas paralisações que fizemos. Em relação à CUT e esse pessoal, eu não aceitei interferência deles, mas eles chegaram a oferecer... aquilo que falei: "os pára-quedistas da vida que chegam para atrapalhar", mas eu não aceitei hora nenhuma nem CUT e nenhum outro sindicato que quis tirar proveito. Hoje a saúde tem um representante aqui que queria tirar proveito também da situação e eu falei com ele que se o cunho dele era político, ele fizesse a gentileza de se retirar do nosso movimento porque as nossas reivindicações eram profissionais. Porque quando a gente passa a fazer um movimento que não é fácil, temos que ter condições para preparar tudo, não precisamos da ajuda de ninguém, nós nunca precisamos da ajuda de pré-candidatos, de pessoas que querem tirar proveito; nunca pedimos apoio e sempre procuramos nos organizar, e tendo todas as ferramentas necessárias para representar. Hoje a Associação tem tudo isso para uma manifestação; então o cara nos oferece carro de som, mas nós já temos; temos o nosso mecanismo, porque eu não posso administrar uma Associação deixando ela penhorada com ninguém; eu tenho que ter o meu caminho livre, para eu administrar, tanto que não tenho compromisso com partido nenhum aqui.

A cada eleição fazemos uma assembleia, discutimos as propostas dos candidatos e aquele que for melhor nós vamos apoiar. Esperamos uma proposta para a nossa categoria. Porque somos nós que fazemos parte da sociedade, somos nós que estamos ligados diretamente com vocês, nós que temos a obrigação de dar segurança, então sabemos o que a sociedade quer e procuramos fazer, tanto é que a aceitação da Polícia Militar aqui pela sociedade é muito boa. Há alguns contratempos, alguns desvios de conduta, todo segmento tem, mas nós procuramos pelo menos tentar fazer o melhor. Só para poder ilustrar mais um pouco, eu gostaria de dizer que a Associação de Cabos e Soldados começou nessa luta aí em 1997; passamos por todos os processos, conseguimos um pouco daquilo que almejamos e que merecemos, mas o fato verdadeiro é que o que nós queremos é o que for melhor para a sociedade e para nós; não adianta querermos caminhar sem a sociedade, e eu falo sempre na sociedade porque eu tenho a maioria aqui, tenho oito mil sócios aqui, então a maioria dos militares está ligada diretamente à sociedade; eles são linha de frente, então eu sei o que a sociedade quer e precisa.

4.6 CABO WILSON (WILSON DE OLIVEIRA MORAIS)

Acervo da autora, nov. 2009.

Entrevista com Cabo Wilson (Wilson de Oliveira Moraes), presidente da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo. A entrevista foi realizada no dia 11 de agosto de 2009. Cabo Wilson ingressou na corporação em 1975. Foi eleito deputado estadual em São Paulo após o ciclo nacional de protesto dos policiais militares ocorrido em 1997. Durante a entrevista, afirmou seu papel na presidência da Associação e como deputado estadual.

O fato de ter uma representatividade no legislativo, com certeza gerou melhorias para os policiais militares. Como deputado, eu pude votar nos projetos de interesse da categoria.

Meu nome é Wilson de Oliveira Moraes. Sou da cidade de Santa Bárbara, na Bahia; nasci em 10 de maio de 1954. Vim para São Paulo em 1974; era solteiro, vim sozinho. Entrei para a PM em 12 de março de 1975. Antes de ingressar, eu fui metalúrgico aqui em São Paulo, trabalhei na Mercedes Benz do Brasil. Resolvi entrar para a Polícia Militar por vocação; eu tinha um sonho de ser policial militar, tinha um irmão que foi policial na Bahia e eu tinha paixão pela farda, e quando vim para São Paulo, fui trabalhar na Mercedes Benz, em 1974, e tinha um primo que era cabo, o Cabo Elionai, da cavalaria, aqui de São Paulo, daí eu trabalhava na Mercedes e era em turno; eu entrava uma semana de manhã, outra de tarde, outra de noite; e eu queria voltar a estudar, só tinha o primeiro grau completo, o que é hoje ensino fundamental; eu queria fazer o ensino médio e depois fazer faculdade de Direito, então o meu primo me falou – eu tinha falado com ele da vontade de entrar na Polícia Militar – que estavam abertas as inscrições; eu fiz a inscrição, passei no concurso e no dia 12 de março de 1975 comecei na Polícia. O período de formação na Polícia – eu me lembro como se fosse hoje – em 1975, ainda existia um militarismo rígido dentro das corporações militares, ainda existia aquela hierarquia onde pra você falar com o sargento, você tinha que pedir permissão para o cabo; e era dura a escola de formação, principalmente a de cavalaria porque, além de você aprender a parte militar, de policial, tinha a parte de montar, de você lidar com o cavalo, então foi uma escola muito difícil; foi uma escola que durou seis meses de formação, mas como eu tinha na mente aquilo como vocação, que eu queria ser um policial, acabou que tirei essa escola tranquilo, me formei, fiquei até 1976 no Regimento de Polícia Montada 9 de Julho, depois fui para o 11º Batalhão, que é um Batalhão de Área, de Patrulhamento, de Radiopatrulha.

Eu comecei a fazer faculdade em 1979. Eu era representante da Associação de Cabos e Soldados quando ingressei na faculdade, no curso de Direito. Eu já era representante da Associação no meu batalhão, no 11º Batalhão. O presidente anterior a mim, o Cabo Walfrido Araújo, que me convidou para ser representante na unidade – porque cada unidade tinha um representante da Associação de Cabos e Soldados. Eu, no 11º Batalhão, era o representante da Associação. Em 1979 e 1980, eu fiz parte do Diretório Acadêmico lá do curso de Direito da Universidade de Mogi das Cruzes, o diretório se chamava Águia de Haia, em menção a Rui Barbosa. Daí, eu comecei a me interessar pela Associação, e quando foi em 1982 eu disputei as eleições, a primeira eleição. Antes da Polícia Militar, eu nunca tinha participado desses movimentos coletivos, começou

com a Associação na PM e com o Diretório Acadêmico. Em 1982, eu saí candidato, pela primeira vez, aqui da Associação de Cabos e Soldados pela chapa de oposição, aí perdi a eleição; saíram cinco chapas de oposição contra a chapa da situação; eu fui a chapa de oposição mais votada. Depois houve outra eleição, em 1986, e eu disputei novamente, e perdi de novo. Foi uma chapa só de oposição, porque eu consegui unir todas as chapas em uma só; a diferença de votos foi mínima nessa eleição, não me recordo quantos votos, mas foram poucos de diferença. Depois de 1986, foi prorrogado o mandato pela diretoria anterior até 1991. De 1986 a 1989 foi o mandato do presidente anterior, aí em 1989 teria eleição porque era de três em três anos, depois é que passou a ser de quatro em quatro.

Em 1989, eles não fizeram eleição, prorrogaram o mandato por dois anos, daí só foi haver eleição em 1991, e foi quando eu recebi o convite da administração anterior para ir somar com eles, porque eu já tinha disputado duas eleições e tinha perdido, e eles viam que eu tinha essa vocação para ser dirigente aqui da Associação. Então, eles me convidaram para fazer parte da diretoria, e em 1991 eu aceitei o convite e entrei como vice-presidente da entidade; então fiquei como vice-presidente de 1991 até 1995. Foi uma experiência boa, porque eu já tinha essa vocação de trabalhar em Associação (pois, constitucionalmente, não podemos formar um sindicato). Não é só a reivindicação, a gente ajuda muito o policial aqui em São Paulo. A Associação de Cabos e Soldados, nesses quatro anos que eu fiquei como vice-presidente de 1991 a 1995 – foi uma experiência ótima – foi uma preparação para eu assumir a presidência em 1995 onde estou até hoje.

É gratificante você ver o policial vir atrás de um assistente social e a entidade estar pronta para oferecer; no financeiro – às vezes é despejo por falta de pagamento de aluguel – o policial a gente ajuda aqui; às vezes uma conta de água ou uma conta de luz que é cortada, e o policial vem e a entidade ajuda. E a parte jurídica, que é a mais procurada aqui – nós temos aqui, hoje, setenta advogados que atuam em todo o Estado de São Paulo e atende o policial em todos os ramos do Direito, em toda a área do Direito; o advogado atende até na trabalhista, que não tem nada a ver com a gente, mas o policial faz “bico”, então a gente acaba atendendo até na área de Direito Trabalhista, mas na maior parte, as áreas mais procuradas aqui são o Direito Civil e o Direito Penal, em razão das ocorrências em que o policial acaba se envolvendo. Além disso, nós temos a área social (bota ortopédica, aparelho auditivo, cadeira de rodas) tudo isso nós atendemos ao associado, e ainda tem a área de lazer porque como a profissão nossa é estressante, a gente procura dar uma atenção especial à área de lazer; então nós temos duas colônias de férias, uma com capacidade para oitocentas pessoas diárias e uma outra na cidade de Peruíbe, também litoral sul aqui do Estado – essa é uma colônia pequena, com capacidade para cem pessoas diárias. Nós temos vários clubes de pesca também, no interior, na beira do rio, onde há apartamentos; tem um certo conforto para o policial descansar, ir com sua família pra lá para pescar; tem piscina nos clubes de pesca... então, essa área de lazer é muito importante para o policial se desestressar, então é gratificante por isso tudo. Você dá um leque de opções para o policial usufruir de tudo isso; ele paga a mensalidade, mas tem direito de usufruir tudo isso aí, a área de lazer, o jurídico... hoje nós temos trinta mil policiais militares associados.

A Polícia Militar é dividida por ciclos e cada ciclo tem sua Associação: tem o ciclo dos praças, de cabos e soldados e depois tem o de sargentos e subtenentes. Então existe a Associação dos Sargentos e Subtenentes – as duas Associações são as dos praças – e tem a dos oficiais. Aqui, as Associações dos praças não foram unificadas como em outros Estados, só que somos noventa e três mil policiais no Estado, só da ativa, e mais quarenta e sete mil inativos. Então, a Associação de Cabos e Soldados, que é uma das mais antigas – foi fundada em 12 de março de 1957 – que eu saiba é a mais antiga do País, e a Associação, apesar de ser de cabos e soldados, também tem sargentos e oficiais sócios, só não podem ser diretores. Temos bastantes sargentos, geralmente porque já era associado quando era cabo ou soldado e depois que virou sargento continuou como sócio; oficiais nós temos poucos.

De quando eu assumi a presidência pra cá, houve uma melhoria na Associação: melhorou a parte de lazer; na parte jurídica, nós reformulamos o departamento jurídico, um atendimento maior; quando eu peguei a Associação, em 1995, havia vinte e cinco mil associados; nós chegamos a quarenta mil associados. Porém,

perdemos dez mil associados nos últimos sete anos. Na minha gestão, nós fizemos várias melhorias, ampliamos o atendimento no interior do Estado, reformamos colônias de férias, criamos vários clubes de pesca, e a parte da reivindicação melhorou bastante. Na gestão anterior, o presidente não trabalhava muito a parte da reivindicação. A questão salarial, por exemplo, foi um pleito meu, apesar de que, na época, eu era deputado estadual, mas em 1999 nós conseguimos uma reivindicação tanto como deputado estadual como presidente da Associação: conseguimos elevar o piso de início de carreira. Na capital era de setecentos e cinquenta reais, e elevamos para mil cento e cinquenta reais. No interior, o piso era de seiscentos e quarenta, e elevamos para mil e cinquenta. Então teve um aumento substancial no início de carreira, quando se ingressa na corporação, e isso marcou muito na época, essa diferença salarial para os que estavam ingressando na Polícia Militar.

Eu fui eleito deputado estadual na eleição de 1998. No meu caso – como eu sou de 1995 na Associação – de 1995 a 1997, a gente fez a Associação crescer muito, foi o período em que a Associação mais cresceu, foi quando nós chegamos a quarenta mil associados, nesse período de crescimento. Em 1997 houve o movimento paralista no Estado de Minas Gerais e o se efeito dominó – em vários outros Estados ocorreram greves. Em São Paulo, o Governador era o Mário Covas, e aqui, eu não optei pela greve. A Associação de Cabos e Soldados estava com a faca e o queijo na mão para fazer a greve, porque era um movimento gigantesco em todos os Estados e, aqui, eu optei pelas negociações. Eu não via o porquê da greve, o melhor era negociar com o governador. Procurei o governador e fizemos uma reunião. Conseguimos convencer o Governador Mário Covas, em 1997, a dar um aumento de 22% ao soldado, e de 7,5% aos subtenentes; os oficiais, em 1997, não tiveram reajuste salarial; o aumento foi escalonado, dos 7,5% ao subtenente até ao soldado com 22% de aumento salarial. Então, com isso, o movimento aqui enfraqueceu, com a negociação que o governador fez, dando um aumento de 22%. Porque em Minas Gerais, eles tiveram a greve e deram 18% de aumento, na época; aqui em São Paulo nós tivemos 22% de aumento sem a necessidade de fazer greve; em uma negociação com o Governador Mário Covas. Há pressões. Houve pressão dos Estados; houve pressão aqui de dentro por parte dos quartéis, que começaram a se mobilizar, a reivindicar, a cobrar das entidades de classe uma posição junto ao Governo, mas os quartéis não chegaram a parar; chegaram a ameaçar que se o Governo não desse uma posição, o pessoal iria parar, mas como o Governo chamou as entidades e negociou; o governador foi muito rápido nesse sentido.

Quando a imprensa começou a divulgar que provavelmente São Paulo também tivesse um movimento paralista, não fomos nós que divulgamos; isso começou a surgir de dentro dos quartéis; o pessoal começou a ligar pra gente querendo fazer greve e dizendo que se não fizessemos o pessoal não ia dar aumento. No caso lá, a liderança maior era eu na negociação direta, daí aconteceram várias entrevistas. Os meios de comunicação vieram pra cá, fizemos até entrevista coletiva sobre se a Associação ia optar pela paralisação. Eu até falei que nós não estávamos optando pela paralisação, mas, sim, pela negociação, porque o Governo estava se mostrando favorável a conversar com a gente; então não havia como pararmos antes de o Governo ter uma definição. Então, foi quando o governador chamou as entidades, sentou e disse que o que eles podiam dar no momento era aquilo; e foi satisfatório, na época, porque nos outros Estados – que fizeram manifestações – a média era de 18% de aumento, e nós conseguimos 22% de aumento para o soldado. Então, com isso, o movimento enfraqueceu, mas saímos vitoriosos na luta.

O Governo agiu corretamente, porque, em outros Estados, os governadores não queriam negociar com as entidades de classe. Aqui em São Paulo foi o contrário: assim que começou o movimento aqui de para-não-para, as negociações com o Governo, as conversas com o comandante-geral da Polícia Militar de São Paulo, com o secretário de segurança pra depois chegarmos ao governador – nesse período que durou um mês, mais ou menos, de negociação com a diretoria das três Associações; nisso, a imprensa começou a divulgar que os policiais estavam descontentes – e realmente a gente recebia várias ligações aqui sobre o descontentamento com o salário – e falavam que o governador tinha que dar alguma coisa, senão tinha que parar mesmo. Então o pessoal estava sendo solidário e apoiando a entidade, e se fizessemos uma assembleia para parar aqui, os policiais apoiariam. Em relação à imprensa... a imprensa instigou um pouco. Ligavam pra gente e falavam que

estavam ligando para a redação, e que a gente tinha que fazer greve, ou seja: enquanto a gente estava em negociação, eles já queriam que a gente fizesse um movimento, tanto o jornalismo escrito como o televisivo. Eu nem vou citar os órgãos, porque eles vão falar que é mentira. Não vou dar nomes, mas o pessoal da Globo chegou a me ligar e me perguntar se eu não queria ser o cara mais famoso do Brasil, se eu não queria ser o cabo mais famoso do Brasil; falaram pra eu fazer a greve em São Paulo que eu ia ser o cara mais famoso do Brasil, e falaram que iam me dar todo o espaço que eu precisasse no jornalismo da emissora, e três links: um de manhã, um ao meio-dia e outro à noite, em pontos diferentes da cidade, para eu fazer o movimento. Ou seja, eu teria condições totais de parar. Tinha o apoio da Força Sindical, tinha apoio da CUT em material de divulgação, em carro de som – eles chegaram a nos procurar e dizer que se nós fossemos parar, que teríamos o apoio deles. O que aconteceu foi que eu comecei a pensar: a Polícia de Minas eram trinta, quarenta mil homens; a Polícia de Pernambuco, dezoito mil homens; Tocantins, quinze mil homens; e São Paulo, cem mil homens. Se eu parasse a Polícia de São Paulo em 1997 – eu podia até parar, mas eu não ia conseguir ter a voz de comando e liderança para na hora certa recuar e o pessoal voltar; então eu tinha essa precaução. Qualquer um, ou eu, ou alguém dos sargentos e subtenentes que propusesse uma assembleia-geral para parar, seria muito temeroso e muito perigoso você acirrar os ânimos, o pessoal parar; e depois, a gente não saberia qual a consequência de quase cem mil homens parados no Estado de São Paulo. Eu nem pensava em exclusão, eu pensei mais na questão da população, em respeito à população que paga nossos salários e ficar sem segurança. Se a todo momento está havendo roubos, furtos, homicídios com a polícia nas ruas, imagine São Paulo parada... como ia ser? Seria o caos! Então eu pensei muito nisso, e eu como bacharel em Direito e conhecedor das leis, eu sabia que ia fazer um negócio que poderia até melhorar o salário e me promover politicamente, mas iria, talvez, até ocorrer mais sangue do que ocorreu em Minas Gerais com a morte do Cabo Valério. Então foi por isso que desde o começo eu defendia a negociação, achava melhor negociar, procurar o Governo, e o Governo ia ter que receber a gente de qualquer maneira; e, graças a Deus, o governador nos recebeu, fomos ao Palácio e acabamos negociando, e saiu esse aumento. A primeira negociação vitoriosa da Associação com o Governo foi essa em 1997, e aí depois, mais pra frente, nós tivemos outras.

Na época eu dei algumas entrevistas – até coletivas – e todas as emissoras de rádio, de televisão e jornais sempre querendo fazer manchete; querendo que a gente fizesse a greve. E eu não fiz isso pensando politicamente, porque eu não tinha pretensão nenhuma de sair candidato a cargo partidário. Porém, no final de 1997, o governador Mário Covas mandou me chamar no Palácio; eu até fiquei preocupado, achei que o governador ia “puxar minha orelha” porque eu estava sempre dando entrevistas. Como a gente ficou conhecido da mídia, qualquer coisa que tivesse na área de segurança pública, o pessoal me procurava. Mas, na verdade, ele me fez um convite: sair candidato a deputado estadual. Ele me convidou para o PSDB. Aceitei o convite e as eleições foram logo em seguida, em outubro de 1998, e eu fui eleito com 44.627 votos.

Então, conversei com meus pares da Associação. Avisei ao governador que tinha que conversar com eles, com minha família, porque eu nunca tive pretensão nenhuma em ser candidato, não estava me preparando para isso, e ele falou que era importante eu ter a minha representatividade, principalmente na Assembleia Legislativa, e que era pra eu pensar, pois ele ia me apoiar. Cobrei algumas coisas dele, depois de ter conversado com a diretoria e com a minha família, e o pessoal achou que eu deveria tentar; falaram comigo que se foi o Governador Mário Covas que tinha me convidado – que era um estadista, uma pessoa que conhece – se ele achava que eu tinha condições de ser eleito, então, por que não aceitar?

Eu nunca tinha saído candidato a nada. Dos 94 deputados que foram eleitos, 22 eram do PSDB; eu fui o 11º do partido. Na Associação, ninguém tinha sido eleito ainda, aliás, eu fui o primeiro na história da Polícia Militar e do parlamento paulista como praça. Assumi em 1999. No período de campanha, eu visitei o Estado inteiro. Tive apoio do partido; o material o partido me deu; alguns amigos me ajudaram na campanha e, como eu já tenho uma base no Estado, eu tenho 20 sedes no interior do Estado – que já existiam naquela época – então essas sedes praticamente me ajudaram; cada diretor no interior fez o trabalho, tive apoio de todos e chegamos a essa votação espetacular.

Na eleição, foram 40 candidatos da Polícia Militar a deputado estadual; Houve outros eleitos: o Capitão Ponte Lopes, que foi eleito deputado – já era deputado e foi reeleito; e o Coronel Ferrarini, que também já era deputado e foi reeleito. Eles não esperavam que eu fosse eleito dessa forma, foi um susto pra eles. Teve também o Tenente Celso Tanauí, que foi eleito deputado estadual, então nós tivemos quatro deputados estaduais da PM, de 1999 até 2003. Eu continuei como presidente da Associação e como deputado; terminei o mandato em 2003, no dia 14 de março, e continuei como presidente da Associação. Foi uma experiência boa, porque a principal conquista minha foi que, quando eu aceitei o convite, o governador tinha se comprometido comigo em me ajudar em algumas coisas para a categoria. Um dos projetos que ele ficou de me ajudar foi na carreira dos praças, cabos e soldados, a promoção deles por antiguidade, e eu fiz um projeto de indicação, que até por coincidência o número é 190 – que é o número do COPOM da Polícia. Fiz esse projeto de indicação pedindo ao governador que promovesse o soldado a cabo, por antiguidade, e o cabo a 3º sargento, por antiguidade. Como eu já tinha feito esse acordo com o governador, fiz o projeto de indicação, porque quem manda o projeto é ele – é de competência do Executivo – e ele mandou o projeto como a gente tinha combinado, por exemplo: 50% das promoções de cabo, continuariam pelo concurso e 50% por antiguidade; a mesma coisa de 3º sargento, ou seja, você entrava como soldado e ficava 30 anos como soldado; você só ia ser cabo se fizesse o concurso e o curso de cabo, pra ir à sargento, você tinha que ser cabo, fazer o concurso pra sargento e o curso de dez meses de sargento. Então, com essa minha lei, eu consegui a metade dessas vagas existentes por antiguidade, prestigiando o policial bom, que estava no bom comportamento, e as outras vagas continuaram pelo concurso interno. A lei é de 2001, já tem aproximadamente dezoito mil pessoas beneficiadas pela minha lei. O Governador Mário Covas foi bem visto pela categoria nesse período, com o aumento; o apoio para a construção de casas para os policiais militares; foi comigo em Brasília. Fizemos um convênio para construir dez mil casas para os policiais militares do Estado de São Paulo; chegamos a construir três mil e quinhentas unidades e mais duas mil cartas de crédito pelo CDHU; então, cinco mil e quinhentas casas foram construídas pela Associação de Cabos e Soldados com o apoio do Governador Mário Covas. E havia outros projetos: a promoção dos sargentos e subtenentes, o plano de carreira deles; o plano de carreira dos oficiais também, que tinha um acordo com o governador que ele também faria isso pra mim; e de chegar próximo dos dez salários mínimos o salário do soldado até o final do governo dele – o soldado de primeira classe que já estava trabalhando chegar a um patamar de dez salários mínimos; então ele tinha um estudo na época, que ia dar 1% por mês, 2%, até chegar ao final do governo, em que ele daria o restante pra chegar num patamar de dez salários mínimos. Mas, infelizmente, isso não ocorreu, porque ele faleceu com dois anos de mandato; ele já estava no segundo mandato; eu fiquei dois anos com ele e dois anos com o Geraldo Alckmin, e daí o Alckmin já não cumpriu os acordos que eu tinha com o Mário Covas, por isso eu não fui reeleito.

Ficou a pendência de outros projetos que eu tinha anunciado, que eu tinha prometido à tropa. Mesmo assim, eu tive 42.000 votos na reeleição; fui muito bem votado. Eu não fui reeleito por causa do partido, na época o partido cresceu demais e eu acabei não saindo do partido. Com essa votação, em qualquer outro partido eu entraria, seria reeleito. Então foi uma experiência boa, além disso, a gente conseguiu a Lei do Dia da Policial Feminina que é 10 de maio; eu acho que é o primeiro Estado que tem um dia que comemora isso, e tem também o Dia do Policial Deficiente Físico, que é uma lei de minha autoria. Além disso, foi uma experiência boa porque eu não fui um deputado de só criticar o Governo; eu criticava quando tinha que criticar, mas defendia porque era governo; eu achei que eu indo para um partido que era do governo, eu poderia fazer alguma coisa pelo policial, porque se eu fosse para um partido de oposição, não conseguiria fazer nada; consegui fazer uma reforma geral no Hospital da Polícia Militar que estava indo para o servidor público. Nós temos um hospital próprio, da Polícia Militar, e atende bem. Esse hospital estava em crise, na época, e o governador queria passar para o servidor público para atender todo mundo, todos servidores públicos e não só os policiais. Ele daria a verba, mas para melhorar o hospital para atender em geral, daí eu fui contra. Conversei

com o governador e ele acabou desistindo disso, e ainda liberou dezesseis milhões, na época, para fazer uma reforma geral no hospital.

Aqui, em São Paulo, também tem escola ligada à Polícia Militar. Nós temos o Colégio da Polícia Militar. Como não fui reeleito, no dia 15 de março de 2003 terminou o meu mandato, eu voltei normalmente aqui para a Associação e continuamos o trabalho aqui. Nesse período de 2000 a 2004, eu fui presidente também da Associação Nacional de Cabos e Soldados. Essa Associação nós fundamos em 1995, em Goiânia-GO: a ANECS/PMBM (Associação Nacional de Cabos e Soldados das Polícias Militares e Bombeiros Militares) para que tivéssemos uma Associação nacional para podermos fazer reivindicações nacionais, tanto é que, em 1997, quando surgiram as greves, eu era presidente do Conselho Deliberativo da Associação Nacional e fui a várias negociações como presidente do conselho deliberativo, nos anos de 1997, 1998 e 1999; Fui a vários Estados negociar com os governadores a questão salarial. Em Minas Gerais eu não estive presente, porque foi anterior e em Recife também.

Em Tocantins, o movimento aconteceu em 2000 e eu que fui negociar; eu já era presidente da Associação Nacional, mas Tocantins não teve movimento em 1997. Em todos os Estados, o problema maior, em 1997, foi a questão salarial. Todos os Estados tinham seus problemas: a questão da saúde do policial, reivindicações de saúde, de moradia... uma série de reivindicações, mas a primordial era a questão salarial. Foi um período em que os Estados estavam ganhando um salário irrisório, a grande maioria dos Estados brasileiros. O único que não, era Brasília, que estava com um salário bom; o salário de lá sempre foi bom, mas nos outros Estados o salário era muito ruim. Aqui, em São Paulo, foi diferente porque não teve movimento, e as negociações foram mais fáceis com o governo, mas no resto do Brasil foi um incêndio e eu fui como bombeiro; como aqui serviu de experiência para os outros Estados, até para as autoridades, e como eu era presidente de 2000 até 2002, eu participei na Bahia, no Tocantins, na Paraíba. Na Bahia, fui em 2002; na Paraíba, fui em 2001 ou 2002: eu que fui lá fazer a negociação. Parou a greve por minha causa, porque o governador da Paraíba não negociava com as entidades locais. Então fui eu e o Sargento Denis, que era deputado, mais o presidente da Associação Nacional dos Oficiais e o presidente Nacional dos Sargentos e Subtenentes, que eram o Coronel Mals e o Subtenente Carvalho, de Brasília, respectivamente, e eu era o presidente da Associação de Cabos e Soldados, então fomos nós três que negociamos juntos com o Denis, e o Governo da Paraíba atendeu às reivindicações em parte, por causa da nossa solicitação.

Na Bahia, era o Agnaldo Pinto. Fui eu quem foi negociar lá com o Governador Paulo Souto; fui eu, o Carvalho e o Coronel Mals. Chegávamos lá com essa experiência de negociação, explicando para o governador a necessidade de ouvir a outra parte, e daí que o governador só negociava se eles parassem a greve e, além do governador, tínhamos que ir à parte dos grevistas conversar com eles, porque não adiantava nada ir lá e conversar com o governador se eles não aceitassem. Então, a gente tinha que estar dentro dos quartéis convencendo os grevistas, os policiais, de que a melhor saída era uma negociação, porque quem estava sendo prejudicada era a população. Uns se exaltavam dizendo que não iam parar a greve; que morriam lá dentro, mas não paravam. Porém aqueles líderes mais conscientes diziam que era melhor conversar, que era uma oportunidade que estavam tendo, já que o Governo queria conversar com as entidades; que a gente estaria representando a categoria; ia estar lá junto com eles. Então, acabava apaziguando os ânimos e acabava fazendo a negociação.

Aquela história depois, das exclusões e alguns processos de anistia, eu cheguei a participar de tudo. Na Bahia, por exemplo, em que tinham sido excluídos sessenta e sete, ou cento e sessenta e sete policiais, haviam excluído uma policial feminina, que tirou a farda na frente de todo mundo e entregou para o capitão; e ela foi reintegrada; então, nas negociações, a gente pedia a reintegração de todos aqueles e todos foram reintegrados. Em Tocantins, também, pedimos a reintegração deles nas negociações.

O Rio de Janeiro também não optou pela greve. O Sargento Vanderlei, que era o presidente lá da Associação de Cabos e Soldados, não optou porque não tinha clima para a greve no Rio de Janeiro. Então eles negociaram à parte também, e o governador cedeu. Na época, eu perguntei a ele se eles iam parar e ele me

disse que não tinha clima lá pra eles pararem. Mas lá teve negociação também; eles conversaram com o governador e conseguiram aumento. Eu lembro que foi menos que São Paulo, mas eles também conseguiram um reajuste e não houve a greve. Aqui, em São Paulo, chegou a se falar que faria um movimento, mas nessa época, em 1997, não chegou a fazer um movimento; fizemos uma opção por negociação, mas por respeito à população. Eu ficava muito preocupado com a população, então a gente não optou, e em todos os Estados onde fomos, a gente tentava conscientizar o pessoal em respeito à população; a gente tentava negociar o mais rápido possível para voltarmos a dar segurança para a sociedade.

Em relação à questão de unificação, integração ou desmilitarização... Fizemos uma pesquisa por amostragem aqui em São Paulo, no ano de 1997, e a maioria optou pela militarização. Fizemos no Rio Grande do Sul, e optaram, também, pela militarização; em Minas Gerais também. Então, me parece que quatro Estados optaram pela militarização. Eu, particularmente, sou favorável a ter uma Polícia única, uma Polícia que complete o ciclo; que tenha uma Polícia só, que não seja Civil nem Militar, mas que seja a Polícia do Estado de São Paulo; uma formação nova, civil, sem ser militar, porque eu acho que o profissional de segurança pública é um profissional de segurança pública; ele não é militar, então não tem que prepará-lo para a guerra, e sim para ser policial. Por isso eu sou a favor da Polícia única desmilitarizada. Seria a criação de uma Polícia única. Pegava as duas e formava uma só, então em respeito, na época, à opinião da maioria dos nossos associados, a gente manteve. Acho que essa opinião deles tem a ver com o hospital, tem a ver com a tradição, com a escola, com a questão dos 30 anos – que era um período em que se tentava aumentar para trinta e cinco anos, que a Polícia Civil “tirava” trinta e cinco anos. A Polícia Militar era 30 anos; a Polícia feminina era 25 anos, então o pessoal não queria perder essas prerrogativas, porque se passasse a ser uma Polícia desmilitarizada, com certeza perderia essas prerrogativas, então isso influenciou muito na época.

Então essas questões de desmilitarização, em um sentido mais radical, não atendem a todos os policiais porque há esses Estados – São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul e mais um, que não me lembro qual – que optaram pela militarização, e havia várias discussões quando a gente reunia a Associação nacional com as entidades locais estaduais. Então, sempre tinha divisão nessa parte, ganhava a maioria. Em Goiás, nessa época, não chegou a ter movimento, e nessa época, se não me engano, o Cabo Gilberto não era o presidente, era o secretário geral. Na outra gestão foi que ele assumiu a presidência. Era outro, na época, que não me lembro o nome. Goiás chegou a parar uma vez, parece que chegou a parar um ou dois dias, que foi onde conseguiram melhorar o salário deles que hoje é o segundo maior salário do país; depois do Distrito Federal é o melhor salário.

Aqui em São Paulo, em 1988, houve uma paralisação na capital e em algumas cidades do interior, e houve uma passeata com viaturas; inclusive, por incrível que pareça, essa paralisação surgiu dentro do meu quartel. Eu ainda não era presidente da Associação de Cabos e Soldados, mas já tinha sido candidato duas vezes pela chapa de oposição, em 1983 e em 1986. Em 1988, no Governo Quéricia, houve uma movimentação, e as viaturas saíram de dentro dos quartéis, de sirenes ligadas pelas ruas; pararam e não atenderam ocorrências durante um dia. Inclusive, surgiu dentro do meu Batalhão, e como eu tinha sido candidato a presidente por duas vezes, me ofereci para o comandante da unidade, o coronel Lameza – que era o comandante do 11º Batalhão na época. Eu me ofereci pra ir (a minha parte sempre foi de negociação, de tentar acalmar os ânimos). Fui, e eles estavam no Vale do Inhangabaú, com sirenes ligadas, e de lá iam invadir o serviço reservado para liberar 365 presos que estavam lá, no serviço reservado, na Rua Jorge Miranda com Alfredo Maia. Então, a estratégia dos patrulheiros era invadir o serviço reservado e libertar os policiais que estavam presos. Eu cheguei, conversei com o comandante do meu Batalhão, o 11º, onde tinha começado a greve, e ele me autorizou a conversar com o pessoal, porque eu tinha uma certa liderança, já tinha sido candidato a presidente aqui da entidade.

Conversando com eles, acabei convencendo de que se eles invadissem o serviço reservado, ia ser uma loucura, porque a tropa de choque estava aguardando, ia fechar o quadrilátero, ia prender todo mundo e ia sair troca de tiros, então podia morrer muita gente. Nisso, chegou o Capitão Ponte Lopes, que já era deputado na

época, e me ajudou a conter o pessoal e não deixar invadirem o serviço reservado. Eu acabei participando junto, ali, não no sentido de incitar, mas no sentido contrário, de apaziguar a situação. Daí aconteceu que fui colocado como mentor da greve porque foi no meu Batalhão; Fui eu quem foi lá, e alegaram que se eu tive voz de comando para parar, era porque eu tinha tido voz de comando para iniciar; Daí, fiquei preso no serviço reservado por dois dias; depois saí de lá e fiquei preso mais oito dias no quartel, e ninguém quis entender que eu fui em outro sentido. Fui para Conselho de Disciplina para ser expulso da Polícia, isso tudo em 1988. Foram expulsos por volta de oitenta policiais militares e pouquíssimos foram reintegrados; eu não cheguei a ser expulso, porque no Conselho de Disciplina esse coronel que me autorizou a ir lá, e o deputado Ponte Lopes, foram testemunhas de que eu não tinha participado incitando, e sim o contrário: tinha participado para impedir o pessoal de invadir o serviço reservado.

O secretário de segurança pública, na época, era o Dr. Fleury, que depois foi governador de São Paulo, e eu fui com o deputado Walter Lazarini lá na Secretaria de Segurança Pública – o Walter Lazarini tinha muita amizade com ele. Então, movimenteí o deputado e fui conversar com o Fleury e falar que eu não tinha culpa nenhuma. Havia alguns professores meus, de Direito, que tinham influência junto ao Governo, como por exemplo, o presidente do Tribunal de Alçada Civil, que foi meu professor; o procurador-geral do Estado, o Professor Mirabete, e tudo começou a interferir a meu favor; e o próprio comandante, que me liberou pra ir lá, conversou com o secretário e disse que eu não tive culpa, mas eles queriam um culpado na época, e o culpado escolhido foi o Cabo Wilson, que naquela época era conhecido como agitador. No meu período, de 1975 pra cá, foi a única vez que ocorreu uma paralisação. Agora, em outras épocas, houve passeatas. Em 1999, nós fizemos uma passeata pacífica; fizemos um ato ecumênico em 2002, na Praça da Sé, com mais de dez mil pessoas presentes, pedindo ao governador para melhorar os salários; depois tivemos outras passeatas da Praça da Sé até a Secretaria de Segurança Pública, mas não era o pessoal da ativa, nós fizemos com os inativos e as pensionistas e familiares dos policiais. Esse movimento de 1988 durou um dia só; no dia seguinte a situação já começou a normalizar. Sei que fiquei dois dias no serviço reservado e oito dias preso no quartel sem comunicação nenhuma... Ajudei a evitar uma tragédia porque se eles fossem invadir o serviço reservado ia morrer muita gente.

O fato de ter uma representatividade no Legislativo, com certeza, gerou melhorias para os policiais militares. Ser presidente de uma entidade de classe é uma coisa, o governador pode até te ouvir, mas outra coisa é você ter um mandato parlamentar. Como deputado, eu pude votar nos projetos de interesse da categoria. É preciso ter uma moeda de troca. Por exemplo, se eu fosse só o presidente da Associação de Cabos e Soldados, no período de 1999 a 2003, eu não teria conseguido o plano de carreira dos cabos e soldados; não teria conseguido a verba de dezesseis milhões para reformar o Hospital Militar; não teria conseguido ter construído cinco mil e quinhentas casas para os policiais militares; não conseguiria a lei que criou o dia da policial feminina; a lei que criou o dia do policial deficiente físico. Então, fortalece, sim, as duas coisas juntas, tanto o parlamentar como presidente da entidade. Fortalece mais porque são duas forças juntas. Então o governador tem um maior respeito por você, porque além de você ser um deputado, ainda representa uma entidade, principalmente a nossa, que é a maior de cabos e soldados. Existem algumas Associações que não têm a estrutura que temos aqui em São Paulo. Aracaju, por exemplo, não tem nem sede; a sede estava na casa do presidente, porque faliu a entidade, e ele está tentando reerguer, e teve que colocar a sede na casa dele. A nossa, aqui, é muito grande. Nós temos um patrimônio de trinta e oito milhões de reais. Neste prédio, aqui, estamos desde 1977, mas, anteriormente, foi em outros prédios. Temos colônias, várias sedes próprias... essa aqui é própria, a estrutura nossa é muito grande.

A ANECS foi fundada, e o primeiro presidente foi do Rio Grande do Sul, o Cabo Moraes. O segundo presidente fui eu, e fiquei como presidente até 2004/2005. Sempre fizemos reuniões em Brasília e em vários Estados. Acho possível pensar em Polícia Militar nacionalmente; eu defendo que a Polícia deveria ter um piso único salarial; teria que ter um Ministério da Segurança Pública, isso eu defendo desde quando fui presidente nacional; defendo a criação desse ministério, porque há tantos outros órgãos que não têm tanta importância e

possuem ministério... Se a segurança pública tivesse um ministério só para cuidar da segurança, eu acho que teria mais atenção dos governadores e do próprio Governo federal. Eu defendo a verba carimbada para a segurança pública, assim como têm a educação e a saúde. A educação tem a verba de 25%, e a saúde, se não me engano, 14%, e a segurança pública não tem. Na Paraíba, por exemplo, quando eu estive lá naquela greve, o Governo investia 1,5% na segurança pública e 6,5% na Secretaria de Comunicação Social, ou seja, nas duas Polícias – Civil e Militar – compra de fardamento e equipamento, pagamento de salário, 1,5% do orçamento, e 6,5% para o governador fazer propaganda das ações de Governo na Secretaria de Comunicação Social.

É um absurdo! Há Estado como, por exemplo, São Paulo, que investe cinco, cinco e pouco por cento. A educação é vinte e cinco; a saúde, quatorze. A segurança tinha que ter um investimento maior. As Forças Armadas não são em todo o Brasil? É um salário único. O militar, que trabalha no Rio Grande do Sul ou no Rio Grande do Norte, é o mesmo; tem o mesmo salário. O custo de vida em todo o país não tem muita diferença, principalmente alimento, vestuário e essas coisas. Tem o aluguel que em São Paulo é mais caro, mas você pega o aluguel aqui em São Paulo e pega o aluguel de Salvador, que é praia, ou em Recife que é mais caro do que o daqui. Então tem muita disparidade, é grande. Ou, então, teria que ter um piso máximo e um mínimo, também daria para funcionar; ou fazer uma Polícia única, mas aí mexe com uma estrutura muito grande, mexe em tudo, não sei se “goela abaixo” isso daria certo. Acho que o que fizeram agora, nessa conferência nacional que está discutindo com a classe operadora, preparadora da segurança, está discutindo com a sociedade civil, discutindo com o Ministério Público uma maior estrutura para as Polícias tanto Militar como Civil, e as guardas metropolitanas e civis... Então, está se discutindo, hoje, Polícia, e hoje a Polícia avançou muito, já tem Faculdade de Políticas Públicas de Segurança. Nós formamos trezentos e vinte alunos, aqui dentro da Associação de Cabos e Soldados. Curso superior de Políticas Públicas de Segurança, uma universidade aqui dentro da Associação de Cabos e Soldados, no terceiro e no primeiro andar – um convênio com a Universidade de São Marcos. O curso dura dois anos, em razão de várias matérias que ele já tinha eliminado, então ele eliminava várias matérias e fazia o curso em um ano, curso superior reconhecido pelo MEC; curso de Políticas Públicas de Segurança, e está tendo pós-graduação em Segurança Pública. Esse pessoal que terminou esse curso, muitos estão fazendo a pós-graduação, e nós fizemos aqui com os associados; formamos aqui trezentos e vinte soldados, cabos e sargentos com curso superior e que podem, agora, fazer qualquer concurso aí fora. Então, a Polícia está evoluindo, já tem até universidades discutindo segurança pública, até para a própria formação do polícia, que pelo menos aqui, em São Paulo, melhorou sensivelmente; o curso de formação, aqui, é muito bom, aqui em Pirituba.

4.7 SOLDADO VANDERLEI (VANDERLEI RIBEIRO)

Acervo da autora, nov. 2009.

Entrevista com Soldado Vanderlei (Vanderlei Ribeiro), presidente da Associação de Praças da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Rio de Janeiro (ASPRA-PM/BM-RJ). Dirigiu as negociações de reajuste salarial para os praças da Polícia Militar do Rio de Janeiro no ano de 1997. A entrevista foi realizada no dia 5 de novembro de 2009. Vanderlei Ribeiro ingressou na Corporação em 1970. Durante a entrevista, afirmou a solidariedade dos policiais do Rio de Janeiro frente à morte, em Minas Gerais, do Cabo Valério; justificou, também, a impossibilidade de empreender passeatas no estado do Rio de Janeiro – diante das particularidades corporacionais da PM carioca.

No ano de 1997, eu estava na Associação. Acompanhei tudo o que aconteceu em Minas Gerais e nos demais Estados. Porém, aqui no Rio, nós tivemos a felicidade de barrar, em função de nosso trabalho no parlamento estadual e junto às centrais sindicais, o aumento diferenciado entre oficiais e praças.

Meu nome é Vanderlei Ribeiro, eu tenho sessenta anos de idade, nasci no 26 de junho de 1949. Sou filho de Valdemar Ribeiro e Ondina Ribeiro; já falecida. Minha mãe era dona-de-casa e meu pai é aposentado pelo Ministério do Transporte. Sempre moramos no Rio de Janeiro, sou morador de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro. Somos dois irmãos, um casal, eu e minha irmã.

Eu saí do Exército no final de 1969 e fiz concurso pra Polícia Militar, na época, e ingressei na Corporação em 19 de março de 1970. O que me estimulou a entrar para a Corporação foi que eu era jovem, vários companheiros meus estavam fazendo prova e eu fui envolvido por eles, e aí fui me acostumando e gostando da vida. Vários companheiros que saíram na mesma época que eu do Exército e eu fizemos prova para a Polícia Militar e fomos aprovados. O teste, na época, era um concurso normal, prova escrita, avaliação física, médica, fisiológica, teve tudo, naquela época já tinha isso. O período de formação foi um pouco delicado porque na época nós estávamos em plena ditadura militar, foi nos anos setenta, época em que a repressão estava muito forte, daí a formação foi muito dura porque a gente tinha que seguir à risca a disciplina militar; tinha que cumprir religiosamente as ordens dos superiores, independentemente se fosse legal ou não, mas a ordem do superior estava acima da lei, e aquilo foi contrariando muita gente; muita gente ficou revoltada; naquela ocasião, muitas punições aconteceram, foi uma época em que as Forças Armadas estavam fazendo uma caçada ao Lamarca – o Capitão Lamarca – e ele teve uma passagem pelo Rio de Janeiro e toda a Polícia Militar do estado, juntamente com as Forças Armadas, foi envolvida nessa caçada ao Lamarca. Então, naquela época, a gente não podia nem ter uma opinião política própria, era complicado, primeiro porque a gente era novinho, não tinha maturidade política ainda, e não tinha o conhecimento profundo de todo o processo político a que o país fora submetido. Com o tempo é que a gente foi lendo, foi amadurecendo, foi estudando e aí nós chegamos a uma série de conclusões. Na verdade, existia toda uma imagem do que era o comunista: o comunista era o bicho-papão que comia criança... e essa história toda. A nossa formação era muito militarizada, era agressiva porque eles fabricavam o policial violento; o camarada que é alienado, que não pode pensar – porque o soldado e o cabo, o praça de modo geral, hoje, ele já não pode pensar, imagina naquela

época – tinha que cumprir ordens, e aquele que questionasse seria punido. Então, a gente era obrigado a acatar aquela decisão, muitas vezes contrariando a nossa própria vontade, mas a gente procurava aqueles que tinham uma formação de família melhorzinha, um QI mais avançado, analisava as ordens e cumpria, mas não com a velocidade que os outros menos esclarecidos cumpriam; a gente procurava ter essa cautela, conversava muito, fazia comentário das ordens, fazia comentário do posicionamento de alguns oficiais da época.

Depois desse período de formação, na ocasião, a Polícia Militar, em sua maioria, trabalhava muito internamente; a partir de 1973, se não me engano, foi que a Polícia Militar aqui no Rio já tinha alguns efetivos trabalhando na rua, mas em conjunto com a Polícia Civil, porém eu trabalhava por solicitação da Polícia Civil; a delegacia solicitava o apoio da PM para fazer uma operação policial, para fazer uma blitz qualquer, para fazer uma diligência, para poder levar um preso de uma delegacia para outra ou para um presídio; eles contavam com o apoio da Polícia Militar. Na realidade, a Polícia Militar sempre foi uma polícia de apoio à Polícia Civil. O Decreto 667, de João Figueiredo, criou o serviço de policiamento ostensivo para a Polícia Militar e criaram aquele chamado Cosme e Damião que colocavam dois PMs em uma viatura; aquilo era uma demonstração de força naquela época, porque a Polícia Militar não foi preparada para enfrentar a criminalidade, para defender a sociedade, ela foi preparada para defender o patrimônio e os interesses da classe política da época, combatendo os movimentos sociais, combatendo os movimentos sindicais, quer dizer, não poderia permitir que nenhum grupo tentasse se manifestar em algum local; o policiamento era obrigado a comunicar para que viesse um reforço para reprimir aquele movimento e isso ficou por muitos anos. Eu cheguei a trabalhar nesse esquema Cosme e Damião, mas não com tanta frequência, porque eu fiquei muito tempo na parte burocrática da Corporação; trabalhei no antigo 5º Batalhão de Niterói, que hoje é chamado 12º Batalhão. Então, veio a fusão do estado do Rio com o estado da Guanabara e a Polícia Militar foi o primeiro órgão a ser fundido, o primeiro setor público estadual a unificar foi a Polícia Militar porque já tinha uma estrutura formada, então não tinha muito problema. Daí, eu voltei a trabalhar na burocracia aqui, no novo estado do Rio de Janeiro, e quando a Polícia começou a aumentar o efetivo nas ruas, eu fui transferido para o 5º Batalhão, aqui na cidade do Rio de Janeiro, e passei a trabalhar em vários serviços: policiamento ostensivo, radiopatrulha, policiamento de trânsito... só nunca trabalhei – e sempre recusei, quando fui algumas vezes solicitado – foi no serviço reservado, porque aí eu já tinha uma noção, já tinha um conhecimento de como funcionava e eu achava que não ia me adaptar, porque não fazia parte da minha formação atuar em um serviço como aquele, o chamado hoje de serviço de inteligência, mas na época era “deduração” pura; eu recusei, não trabalhei nesse serviço.

Comecei a trabalhar no policiamento ostensivo, por volta de 1977/1978 e quando chegou em 1979, um grupo de PMs resolveu se organizar para fundar uma Associação e daí nós criamos. A Associação de Cabos e Soldados do Rio de Janeiro foi a pioneira, ela é anterior à década de 70, porque antes da fusão, antes do golpe de março de 1974, já existia a Associação de Cabos e Soldados do Brasil. A nossa Associação deu continuidade à antiga; tivemos que entrar na justiça, fomos rever todos os processos que deu o fechamento da antiga com o golpe militar, e não era um clube social, sempre foi Associação. A primeira associação de classes do Brasil na área da Polícia Militar foi no Rio de Janeiro, da qual eu tenho muito orgulho. A nossa Associação é bem mais antiga que as outras no Brasil. Essa Associação começou com um grupo de cabos e soldados que se juntou e criamos a nova Associação de Cabos e Soldados, seguindo a mesma orientação da anterior. A gente continuava na luta política pela desmilitarização das Polícias Militares. Já naquela época, entre 1977 e 1980, já usávamos a palavra desmilitarização, a sindicalização e o direito a greve. Em função de todas essas manifestações, uma campanha começou pelo Rio de Janeiro pelo direito de voto para cabos e soldados; vários companheiros foram punidos, eu fui punido; diversas manifestações foram feitas, assinatura da população pedindo apoio para a emenda constitucional que garantia direito de voto, aliás, emenda constitucional, não! Na época da constituinte, inserimos na Constituição o direito de voto para cabos e soldados.

Nós fizemos uma mobilização nacional, foi quando surgiram outras Associações, como as de São Paulo, Brasília, Minas Gerais (que é uma das mais novas), quer dizer, já naquela ocasião, a gente já se manifestava em relação a esses pleitos. Quando veio 1980, nós fundamos, de fato, a Associação dos Cabos e Soldados do

Estado do Rio de Janeiro, foi então que começou efetivamente a nossa luta pela desmilitarização, pela mudança do Regulamento Disciplinar, pela criação de uma lei que estabelecesse uma jornada de trabalho. E a luta pela desmilitarização é antiga, não é de agora. Muito antes do golpe de março de 1964 já existia na Associação do estado do Rio de Janeiro essa proposta de desmilitarização, porque nós entendíamos que o exercício da atividade de policial é evidentemente de natureza civil e não tem cabimento uma Polícia militarizada para tratar de assuntos civis; esse era o nosso entendimento na ocasião. E aí continuamos a luta até a gente conseguir criar uma entidade nacional. A fundação dessa nova Associação foi em 1980 e houve repressão demais; já fomos presos várias vezes. A gente tinha que se reunir no Sindicato dos Rodoviários, porque a gente não tinha dinheiro na época pra alugar uma sala pra se organizar, daí com o apoio de alguns sindicatos daqui do Rio de Janeiro, a gente conseguiu dar uma dimensão maior à Associação, até com apoio jurídico, e com muita dificuldade alugamos uma salinha, começamos a marcar reuniões, panfletar ao redor de quartéis pedindo o apoio dos companheiros, mas a gente não era bem-vindo lá, nós éramos perseguidos; fomos presos várias vezes; a gente era preso, entrava na Justiça com mandato de segurança, era solto... ficava essa briguinha do "gato atrás do rato". Essas prisões eram prisões disciplinares, em relação aos movimentos reivindicatórios, porque a cúpula da PM e o Governo do estado não admitiam que cabos e soldados pudessem se organizar politicamente. Fomos caminhando com muita dificuldade, veio a constituinte; começaram aqueles movimentos sociais em 1986 e nós participamos de todos eles, pedimos apoio de alguns sindicatos, de algumas organizações aqui no Rio de Janeiro, pedindo mudanças na estrutura da Polícia; e a gente era malvisto.

Éramos considerados "persona non grata" na Corporação, inclusive quando a gente chegava dentro do Batalhão, o comandante até punia aquele que ousasse se aproximar da gente; todas as pessoas que pareciam envolvidas eram punidas e aquela ficha disciplinar ficava sempre comprometida por causa do movimento; eles faziam muito isso. E tinha uma recomendação aos comandantes de Batalhões para que não permitissem nenhuma liberação de cabos e soldados para nenhum tipo de manifestação ou organização de classes; nós fomos muito perseguidos aqui. Na época, quem nos apoiava era o Deputado Paulo Sérgio Ramos, que hoje ainda é deputado e é major da PM, o falecido Coronel Maldonado, que tinha uma visão mais democrática, mas esses caras também foram perseguidos porque apoiavam a gente. Todos aqueles que apoiavam os nossos pleitos, a nossa organização foram punidos também. Esse major foi perseguido várias vezes; ele foi muito importante naquele período de formação, ajudou muito a Associação, não podemos negar. Hoje nós temos umas divergências, mas na época ele foi muito importante na formação da Associação, no apoio à Associação. Ele colocou em risco, inclusive, a sua patente em função disso, foi preso várias vezes. Foi um presidente combativo do Clube dos Oficiais, na época, porque ele já pretendia unificar a luta, só que ele não era bem-aceito no meio do oficialato. Ele ganhou a eleição no Clube dos Oficiais, mas com o tempo ele começou a ficar desgastado e foi aí que nós, cabos e soldados, nos organizamos. A gente ainda não votava na época e o elegemos deputado federal pela primeira vez; fizemos uma campanha em torno dele em 1986. Paulo Ramos foi eleito pelos cabos e soldados da Polícia Militar do Rio de Janeiro porque a gente na época não tinha direito a voto. Logo após a eleição dele, não teve nenhum cabo ou soldado que se candidatou e que apoiamos. Só depois que foi aprovado o direito de voto para cabos e soldados é que nós começamos a nos organizar aqui, mas, infelizmente, nós não conseguimos eleger um cabo ou soldado deputado.

Quando chegou 1990, eu fui excluído da PM em função de várias entrevistas que dei na época, criticando a cúpula da PM e fazendo críticas ao Governo do estado. Em função disso, eles me botaram na rua. Eu fui excluído da Corporação, fui ameaçado de morte; tudo isso começou com um movimento que fizemos convocando a categoria para se organizar, para se rebelar contra aquela rigidez, contra os baixos salários, contra a falta de respeito aos direitos constitucionais; porque a gente não gozava desse privilégio que era estendido ao servidor civil, mas o militar ficava de fora, por exemplo, nós não tínhamos 13º, não tínhamos triênio, não podíamos nos organizar enquanto Associação, então nós vencemos essas etapas todas com muita dificuldade, com muita cadeia, muita exclusão, até que quando chegou 1990, quando eu fiquei mais ousado porque eu já estava mais amadurecido, a Associação tinha mais visibilidade dentro da Corporação, começamos

a participar de vários movimentos sociais. Isso aí incomodou a cúpula da Corporação na época. Em 1990 houve vários companheiros que foram excluídos, além de mim... Na época, aproximadamente uns quinze PMs foram para a rua, todos por causa do movimento de organização da Associação. Em 1990, nós fizemos assembleia, mas o que eles fizeram foi reprimir todo mundo; criaram prontidão nos Batalhões para ninguém comparecer. É uma arma que eles têm não mão: eles fechavam os quartéis e ninguém podia sair, e os policiais ficavam todos de prontidão, só pra eles não participarem das assembleias. Inclusive, na Assembleia Legislativa existia um acordo entre o presidente da Assembleia, na época, juntamente com o Comando da PM, o secretário de segurança e o governador, de proibir a participação de PMs dentro da Assembleia reivindicando melhorias para a categoria. Até isso aconteceu na época; nós éramos proibidos de ter acesso à galeria da Assembleia Legislativa, e aí daquele PM que ousasse procurar um deputado para reclamar de alguma coisa: era preso e era excluído da Corporação.

O movimento dos oficiais era basicamente de salário, o nosso não, o nosso era por mudanças estruturais, desmilitarização, direito de sindicalização, direito a greve, direito a ganhar hora extra, direito a ter uma jornada de trabalho definida em lei e não ficar a bel-prazer do comandante. O comandante era quem determinava a hora da gente ir embora pra casa.

Depois da minha exclusão, eu não parei. Apesar de ter sido excluído, de continuar na luta, alguns companheiros da Corporação me apoiaram; me lançaram candidato a deputado estadual, mas como aqui no Rio de Janeiro tem um problema diferente dos demais estados, o índice de corrupção aqui é muito grande, muitos companheiros tinham medo até de panfletar em meu nome, tinham medo de serem punidos para não “vincularem eles” a minha pessoa, e eu fiquei em uma situação delicada: não tinha acesso aos Batalhões, era proibido de entrar lá, de fazer campanha, enquanto os coronéis entravam lá à vontade. Os coronéis que eram candidatos na época podiam entrar nos quartéis, fazer campanha, panfletar e não tinha problema, mas eu não podia, eu era proibido. Isso prejudicou muito a minha campanha que foi basicamente voltada para o policial militar, e se o eleitor policial não podia participar da minha campanha, eu fiquei em situação delicada, sem dinheiro para custear a campanha. Tive ajuda de alguns deputados, tive ajuda de alguns companheiros que fizeram listinha para angariar fundos para a minha campanha, contudo não tive êxito no pleito eleitoral, mas nem por isso nós paramos. Na época, eu saí candidato pelo PT que também tinha um estigma na Corporação. Era horrível. Para eu vencer essa batalha dentro dos Batalhões era triste, porque me chamavam de comunista, diziam que eu queria envolver todo mundo e que depois seria todo mundo preso e eu seria o grande responsável. Aí os oficiais começaram a criar um discurso dentro dos Batalhões dizendo que eu era comunista, era ditador, que eu queria acabar com a PM, desempregar todo mundo. Esse discurso começou a afastar as pessoas de mim, porque, primeiro, uma instituição que não é politizada, ganhava mal como ganha até hoje, sem organização política nenhuma, não tinha a mínima consciência de classes. E quem sou eu para tentar envolver essa massa? Eu apenas, junto com alguns companheiros ousados, como eu, tentamos, de alguma forma, vencer essas barreiras. Em alguns locais a gente conseguia êxito, em outros encontrava resistência. A Associação continuou aos trancos e barrancos. Fomos avançando, começamos a procurar deputados de esquerda, pessoal do PT, do PDT, do PC do B, do PCB; a Jandira Ferrari ajudou muito a gente naquela época; o Paulo Ramos era do PDT e ajudou muito a gente, que é esse que foi presidente do Clube dos Oficiais. Ele foi reformado “a toque de caixa” pela PM, na época, porque era considerado também “persona non grata” na Corporação.

Eu não consegui anistia. A minha sorte foi que o Brizola ganhou a eleição aqui no Rio de Janeiro e, através de um trabalho político que fizemos junto à bancada do partido dele, o líder da bancada levou esse nosso pleito ao Brizola e ele concedeu anistia a todos os policiais que foram excluídos na luta política. Na época, o comandante-geral do Brizola era o Negro, Carlos Magno Andrade, que era psicólogo, e tinha uma cultura muito avançada para a época; era um coronel muito culto, tinha uma visão política muito ampla e começou a receber a Associação, começou a dar um tratamento mais respeitoso à Associação e foi aí que nós começamos a avançar. Conseguimos implantar aqui no Rio de Janeiro o 13º salário. Foi o primeiro estado a conseguir isso,

e foi em 1982, quando o Brizola ganhou a eleição. O Brizola teve o primeiro e o segundo mandato; no segundo mandato foi que ocorreu todo esse fato com a gente, e então o Brizola trouxe todo mundo de volta para a Corporação.

Eu fiquei um ano e seis meses afastado da PM e coincidiu com esse período da entrada do Brizola, o que me facilitou; o partido dele tinha muita força, Brizola tinha muita força aqui no Rio de Janeiro, e o comandante-geral da época foi indicado por ele – porque ele foi o primeiro governador a criar a Secretaria de Estado e Polícia Militar. Criou essa secretaria para ele ter a liberdade de comandar a PM e não aceitar o comando do Exército. Brizola foi o primeiro governador a rejeitar o comando do Exército, e para ele fazer isso teve que arranjar uma saída política inteligente: ele criou a Secretaria de Estado e Polícia Militar. O cargo de secretário é um cargo de confiança do governador, então o Exército teve que recuar. Ele criou a secretaria, e o primeiro secretário foi o Coronel Carlos Magno de Andrade Cerqueira, que hoje é falecido. Então essas reivindicações da Associação nós conseguimos levar até o Brizola: a reivindicação do 13º, do triênio; a licença-prêmio foi modificada porque antigamente a gente tinha que ter dois anos no Batalhão, mesmo tendo dez anos na PM, para poder tirar licença-prêmio, e aí o comandante, covardemente, transferia o cara para outro Batalhão e o cara ficava sem poder tirar licença porque ele tinha que ter dois anos no Batalhão, mas no Governo Brizola nós acabamos com isso. A Associação dos Oficiais, na época, era combativa, no que diz respeito a salário. Eles não se envolviam na questão estrutural, porque não interessava a eles; a estrutura não interessava aos oficiais, mas nós não, nós achávamos que como estávamos na rua, exercíamos a função policial, nós é que tínhamos que lutar para sairmos do cabresto militar e isso tudo regido pelo RDPM (Regulamento Disciplinar da Polícia Militar) que era um problema sério como é até hoje. Só que hoje é mais flexível em função da nossa luta política que começamos a travar um pouco muitas coisas.

Muitos policiais procuram a Associação, por incrível que pareça. A questão é tão séria nas corporações militares que eles não divulgam, mas, em âmbito nacional, o índice de suicídio nas Polícias Militares é muito grande. Porém ninguém fez essa pesquisa até hoje e ninguém divulga isso porque eles não dão elementos para tornar isso público, e tudo isso por causa do rigor da disciplina que é tão absurdo que os caras se suicidavam. Tinham medo, pavor dos oficiais. Mas havia aquele grupinho ousado que peitava isso, não aceitava e era perseguido, punido, preso, excluído. Hoje, com o avanço da Associação, com o direito de voto de cabos e soldados, com a nossa aproximação com a sociedade civil, eu participei de vários movimentos sociais com a CUT, várias ONGs. Aqui no estado do Rio, nós criamos o Primeiro Congresso Nacional de Segurança Pública, patrocinado pela Associação. Convocamos vários sindicatos, associações civis participando... foi interessante, porque deu uma dimensão maior à Associação, mas não pode chamar a Associação de sindicato, porque até hoje, lamentavelmente, os constituintes não tiveram coragem de nos dar direito à sindicalização e à greve. Então nós continuamos lutando. Era para termos mais associados, mas em função da repressão, em função de uma série de problemas que enfrentamos aqui, muitos saíram e hoje nós temos aproximadamente oito mil e trezentos associados. Em relação ao efetivo, que são quase sessenta mil homens; entre ativos e inativos, em torno de cinquenta e oito mil, mais ou menos, então era pra gente ter um efetivo maior de associados, mas infelizmente não existe essa compreensão de entender a importância de uma Associação de Praças.

A relação da PM com a Polícia Civil no Rio de Janeiro, na base vai bem, mas em cima tem complicação porque os delegados são autoridades policiais, eles têm acento constitucional e os coronéis de polícia nada mais são do que um PM graduado, eles não são autoridades; o sonho dos coronéis da PM é ganhar o título de autoridade, até hoje eles não conseguiram, eles tentaram até criar uma lei estadual, mas não teve êxito porque foi considerada inconstitucional. A autoridade policial está prevista na Constituição, que é o delegado de polícia; então os coronéis não conseguiram êxito. E até hoje eles tentam isso, equiparação salarial com delegado, e não conseguiram, mas eles conseguem equiparação através de outros mecanismos, de gratificações, porque os governadores normalmente dependem dos coronéis para manter um contingente à disposição das famílias deles; então, atende os pleitos dos coronéis que é o chamado “encargos especiais”, daí, pagam uma gratificação que nivela ao salário dos delegados; mas, hoje, graças ao Governo Garotinho (apesar de que não

foi um bom governo pra gente) – mas nesse ponto ele foi correto – ele acabou com as incorporações; então, agora, só ganha gratificação quem está no serviço ativo; quando o cara passa para a inatividade ele já não leva mais a gratificação. Já foi um avanço, porque isso aí era uma forma de o governador dar aumento só para os coronéis e não estendia aos praças.

No ano de 1997, eu estava na Associação. Acompanhei tudo o que aconteceu em Minas Gerais e nos demais Estados. Porém, aqui no Rio, nós tivemos a felicidade de barrar, em função de nosso trabalho no parlamento estadual e junto às centrais sindicais, o aumento diferenciado entre oficiais e praças. Em Minas Gerais, o movimento aconteceu porque o governador só deu aumento para os oficiais superiores, de capitão pra baixo não teve aumento, então os capitães e tenentes se reuniram e começaram a mobilizar os praças para uma grande manifestação. Não foi uma manifestação liderada pelos praças, foi uma manifestação organizada pelos oficiais, que teve adesão dos praças. Tanto é verdade que o que aconteceu depois foi que o Cabo Valério – considerado a grande liderança da época – foi assassinado, e ninguém se revoltou contra isso. Então, pegaram o Cabo Júlio, que depois foi eleito deputado federal – que por ser pastor e na época pregar o evangelho no Batalhão de Choque, tinha por seu trabalho religioso, uma liderança; então o Cabo Valério e outros companheiros buscaram o Cabo Júlio para poder trazer o pessoal do Batalhão de Choque para poder engordar o movimento, e o Cabo Júlio tirou proveito político e foi eleito deputado federal. E nessa época aconteceram vários movimentos em outros estados; no Ceará, o governador colocou diversos PMs na rua; o Tarso Jereissati que era o governador na época. Teve um assédio da imprensa para fazermos movimentos aqui e tivemos vários movimentos aqui no Rio de Janeiro, só que houve uma repressão muito forte. Fizemos uma assembleia no Sindicato dos Rodoviários com a ideia de convocar uma paralisação mesmo, só que aqui não tivemos adesão porque os oficiais aqui foram orientados pelo governador e criou a figura da prontidão, então ninguém saiu. A prontidão é o seguinte: o comandante diz que no dia ninguém vai sair do quartel, manda fechar os portões e diz que só sai com ordem dele e ninguém volta pra casa; isso foi no estado do Rio, o comandante-geral baixou uma norma e todos os comandantes tiveram que cumprir; nenhum PM pôde ir pra casa no dia da nossa assembleia. Eles observaram os outros movimentos porque tinha um governador que era político, era estrategista, que era o Moreira Franco. Então nós tivemos dificuldades. Lá em Minas Gerais, eles tiveram facilidade porque não houve essa vivacidade política dos comandantes e com a fragilidade deles, o pessoal conseguiu se organizar, porque tinham oficiais na liderança. Isso deu mais confiança aos cabos e soldados para participar, porque tinham capitães e tenentes, e os praças tomaram coragem e participaram. Mas depois que o governador começou a dar punições, os oficiais saíram do movimento e só os praças é que foram punidos. Hoje, muitos companheiros esquecem de todo processo histórico, mas nós acompanhamos porque tudo isso aconteceu no Rio de Janeiro. Nós já passamos por essa experiência. Todas as vezes que os oficiais faziam movimento no Rio de Janeiro, nós não participávamos porque os pleitos deles sempre foram diferentes dos nossos e nós não aceitávamos ser usados. Lá em Minas, eles aceitaram, acreditando que os oficiais estavam realmente irmanados com eles, mas na hora que o pau começou a cantar, os oficiais saíram fora e os praças foram punidos, presos, excluídos, como foi o Cabo Júlio e a morte do Cabo Valério, e foi o serviço reservado da PM de Minas Gerais que, lamentavelmente, estava envolvido, e até hoje a Polícia Militar de Minas Gerais não deu satisfação para a opinião pública sobre a morte do Cabo Valério. Nós lamentamos, mas as Associações de Cabos e Soldados de Minas Gerais, com todo respeito a alguns companheiros, não se mobilizaram para exigir a apuração da morte do Cabo Valério; a família ficou abandonada. Aqui, no Rio de Janeiro, nós fizemos um protesto em defesa do Cabo Valério; mandamos correspondência para todos os estados para que fizessem a mesma coisa, na época, mas o que acontece é que, infelizmente, essa estrutura militarista inibe o homem de pensar; o praça não pode pensar, ele é um mero cumpridor de ordens, deu questionamento às ordens dadas, é passível de punição. Então estamos lutando contra isso, até hoje; em pleno estado democrático de direito, nós estamos com a mordaça na boca. Estamos na expectativa agora do presidente Lula, com essa Conferência Nacional de Segurança Pública, da qual participamos também, desmilitarizar as Polícias Militares, criar um piso nacional para que nós possamos também nos organizar de

forma nacional e ter o nosso sindicato representativo, porque nós queremos isso, ter o direito à sindicalização e à greve, pois somos trabalhadores como outro qualquer.

Esse momento em que o Rio de Janeiro se encontra, nós lamentamos porque temos a seguinte posição: entendemos que o atual modelo já esgotou a sua capacidade de responder às necessidades da sociedade, o modelo está ultrapassado e nós não temos gestores qualificados, e em contrapartida o soldado é malformado; se tivéssemos uma gestão qualificada, com toda certeza o soldado seria mais bem formado e atenderia com mais eficácia à população, mas a sua falta de preparo técnico profissional é em função da falta de qualificação no topo da pirâmide; então os soldados são malpreparados, são lançados nas ruas na visibilidade pública de segurança, mas sem nenhum preparo, ganhando mal, submetido à agressão da criminalidade. Constantemente a imprensa noticia que as viaturas, os Batalhões e as cabinas da PM são atacadas por criminosos. Os PMs daqui do Rio são mortos e a Polícia Militar não apura a responsabilidade, não consegue investigar quem foi o causador da morte do PM, não é feita uma mudança de estratégia de atuação do policiamento para dar uma segurança maior ao policial e, conseqüentemente, à sociedade, quer dizer, cometem os mesmos erros, os erros se sucedem e os PMs estão morrendo; estão escalando um homem isolado em áreas de risco, isso é uma irresponsabilidade dos comandantes dos Batalhões; o comandante-geral tem sido omissivo, porque não baixa uma norma proibindo que escalem um homem isolado em uma cabine ou outro ponto qualquer da cidade, até pra se proteger porque tendo dois, pelo menos um protege o outro, mas tendo um, como esse um vai poder se defender? Quer dizer, o companheiro perdeu a arma, como se já não bastasse essa questão do tombamento do helicóptero em que os oficiais tinham roupa de proteção e os praças não tinham; os praças morreram por falta de equipamento; os oficiais não morreram porque tinham equipamento; os oficiais ganham gratificação para trabalhar naquele serviço e os praças não, mesmo sendo parte integrante da equipe. Então, existe um tratamento muito discriminatório nas Polícias Militares. Isso é geral, não é só no Rio de Janeiro; os oficiais são uma polícia e os praças são outra. Os praças servem à população e os oficiais servem aos governantes, e é por isso que está essa baderna toda, porque existe uma corrupção oficializada que são as gratificações oferecidas para os oficiais, para eles se curvarem diante da vontade do governador e reprimirem os cabos, soldados e sargentos que se rebelarem contra os baixos salários. Essa é uma realidade nacional, você pode ver que em âmbito nacional, os coronéis são praticamente nivelados em matéria de salário e os soldados não; existe uma disparidade enorme. Eu acredito que só deverá melhorar se o governo Lula abraçar a causa, aí eu acredito em modificações estruturais profundas porque os governadores já demonstraram falta de interesse e incompetência na gestão da segurança pública. Nós não temos política de estado, nós temos política de governo, então cada governo que entra cria um programa de segurança pública. Nós queremos que o presidente Lula, assim como tem a lei de diretrizes básicas da educação, assim como tem a lei que regula a saúde pública no Brasil, sancionasse uma lei federal regulamentando a segurança pública no país, em que município, estado e união dentro das suas peculiaridades, dentro das suas competências, pudessem exercer atividade policial de forma integrada. A união de estados e municípios é a única forma de combater e de vencer a criminalidade, caso contrário, nós vamos continuar fragilizados, vamos continuar perdendo para o crime.

No resto do Brasil, houve uma mobilização por parte da imprensa em relação aos movimentos de PMs; aqui no Rio isso não aconteceu porque o Governo compra os redatores; quando a matéria é pesada contra o interesse do Governo não é publicada, não dão destaque. Nós, por exemplo, fizemos uma denúncia de que o estado passa 60 milhões/ano para alimentar os PMs e a Polícia Militar gasta nove milhões e seiscentos mil reais/ano, sobram quarenta milhões e pouco e cadê esse dinheiro? Ninguém explica. O Tribunal de Contas não cobra; mandamos documentos para o Ministério Público, que não se manifesta; agora mandamos outros documentos para o Ministério Público para responsabilizar o comandante pela falta de equipamento daqueles companheiros que morreram no helicóptero; mandamos para o Ministério Público uma petição, assim como mandamos outra petição em relação àquele PM que estava trabalhando sozinho e que teve sua arma furtada, aliás, furtada não, roubada pelos criminosos. Então, tudo que ocorre na PM, aqui, a gente envolve o Ministério Público, para que a gente tenha pelo menos o apoio de um órgão que a gente acredita ainda que seja sério.

Sobre a questão de equipamento, aqui no Rio, esses coletes que eles falam não resistem à arma de grosso calibre, só resistem à arma de calibre pequeno, de pouco potencial. Então, hoje o criminoso está aí com metralhadora, com arma antiaérea, e o PM com revólver, com uma pistolinha, sem equipamento de proteção, trabalhando em área de risco, muitas vezes com desvantagem em relação ao criminoso. Não existe um levantamento estratégico de cada área, da incidência criminal, para atuar com inteligência, para preservar o policiamento ostensivo, para que a operação policial tenha êxito sem colocar em risco os moradores da comunidade carente; tudo isso precisa ser revisto. Sou contra essa intervenção do Exército, acho que a questão policial tem que ser tratada pela sociedade de cada estado, pelos trabalhadores da segurança pública, pela classe política. Deixe o Exército lá no cantinho dele, cumprindo o papel dele de defesa da soberania nacional, que já fazem precariamente. Imagina se for colocar, aqui, para a segurança pública... vai acontecer o desastre que aconteceu em 1992, que muita gente desconhece porque não deram nenhuma divulgação, que foi quando muitos militares que trabalhavam na época, em 1992, perderam suas armas para o crime e eles não divulgaram isso para não se desmoralizarem. As Forças Armadas têm dificuldade de enfrentar o crime porque eles não têm informação e podem colocar a vida do cidadão comum em risco, por falta de experiência. Eles vão dando tiro a torto e a direito para se defender. O PM que é mais preparado já comete falha, imagina o soldado do Exército.

O filme "Tropa de Elite" que fala sobre o BOPE, aquilo retrata a realidade da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tudo aquilo que tem no filme acontece na prática, não foi invenção. Lógico que tem uma parte fictícia; há situações que não tem como você pegar os policiais personagens para fazer aquele filme, mas os problemas são gravíssimos; e tem mais: muita gente pensa que o BOPE foi criado para defender a sociedade, mas não foi isso, o BOPE foi criado porque a Polícia Militar estava desacreditada no estado do Rio de Janeiro; estava havendo um movimento de desmilitarização, de transformação da estrutura policial; sei que o BOPE foi criado depois de 1990, não me recordo quando, mas já existia esse movimento que não para, é permanente, e o BOPE foi criado para dar visibilidade para a Polícia Militar, para subir morro, fazer as barbaridades que você vê aí; uma série de policiais morrendo; está provado que esse modelo está equivocado, senão o BOPE resolvia o problema do crime no Rio de Janeiro. Está faltando vontade política para mudar o modelo de segurança pública; a estrutura está falida porque a atividade no meio da Polícia Militar é muito concentradora de pessoas e de valores, gasta uma fortuna muito grande.

O estado gasta um dinheirão para poder manter a atividade no meio da Polícia. Mandeí um documento para o Governo do estado e até hoje ele não respondeu, pedindo para acabar com os Batalhões da PM, acabar com os comandos de policiamento de área e criar pequenos módulos dentro das comunidades, distribuindo melhor o policiamento para ter maior efetividade no combate à criminalidade e aproximar o policial do cidadão. O que está precisando é isso. À medida que o cidadão passe a ter confiança no policial, ele vai ser um grande informante da polícia para combater o crime; à medida que a polícia se afaste da comunidade, isso é preocupante, a figura do Batalhão é uma figura muito pesada, é uma figura que amedronta o cidadão; até para o cidadão chegar à porta de um Batalhão para fazer uma denúncia, se ele depara com uma tropa armada. Aquilo assusta, inibe o cidadão de chegar ao Batalhão.

Quando eu falo de desmilitarização, eu sugiro uma nova Polícia, um novo modelo de estrutura policial, uma nova formação, mas isso tem que ser para ontem, não podemos deixar passar o tempo. Todo PM do Brasil quer a desmilitarização, a prova maior disso foi a Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública, que foi implementada pelo Ministério da Justiça, onde a desmilitarização entra em todas as propostas da Conferência. Essa é a vontade do trabalhador policial de base, é a vontade da sociedade; a sociedade não suporta mais esse modelo ultrapassado que não está atendendo às expectativas da população; agora, há algumas Associações, como a do Rio Grande do Sul, que são contra a desmilitarização porque eles são militarizados; são voltados para os interesses da cúpula. É muito bom o camarada falar que é sargento ou tenente, como se isso fosse alguma coisa, e ganhar salário de fome, e ser manipulado, não ter o direito de pensar, não ter o direito de ser ouvido. Eu que estou na rua, combatendo o crime, colocando a minha vida em risco, posso ser parte integrante

de toda a engrenagem. Esse tipo de posicionamento, então, só é gerado pelo vínculo com oficiais. Essa questão, por exemplo, de hospitais militares, e essas coisas, é discurso de coronel, porque a Polícia Federal, por exemplo, que tem alto salário, tem o maior salário das Polícias do Brasil, vê se eles estão na Previdência Social, e vê se eles não têm convênios, porque o cara, ganhando bem, ele faz um plano de saúde, ele tem salário para suportar isso; esse discurso é de coronel porque nos hospitais das Polícias Militares, ele tem privilégios, tem quarto particular para atender à família dele, e o praça não tem. Porém no plano de saúde você é tratado da mesma forma, porque o cara paga. Então, interessa manipular nossos recursos, porque nós contribuimos para a manutenção do hospital, para a sobrevivência do hospital; eles manipulam nosso dinheiro; muitas vezes os oficiais vão fazer operações caríssimas com o nosso dinheiro, enquanto o praça não tem condições de fazer. E há um detalhe: os oficiais, quando chegam a major, deixam de atender ao povo; o major passa a gerenciar setor, aí nós perdemos um médico; por isso é que nós somos contra a situação militar, porque é uma casta que controla a população para atender interesses de meia-dúzia em detrimento da maioria, e como eu posso concordar com isso? Eu não sou alienado, eu penso um pouquinho – pelo menos um pouquinho – e eu gostaria que todo PM do Brasil pensasse e refletisse em relação às mordomias em função da estrutura militarizada em detrimento aos interesses da maioria dos policiais e dos seus familiares. O nosso objetivo é que, mesmo que haja duas Polícias, não tem que ser necessariamente militar. Se a atribuição da Polícia é de natureza civil, por que ser militarizada? Os períodos de formação são perda de tempo. E outra coisa muito interessante que as pessoas desconhecem: o coronel briga para manter a militarização porque os governadores dos estados têm poder para colocar um delegado na rua, mas não têm poder para colocar um coronel de Polícia na rua, porque eles conseguiram inserir na Constituição um tratamento diferenciado para eles. Eles são julgados nos tribunais estaduais. Então, eles querem manter a militarização justamente para se proteger. Nenhum governador tem competência para colocar um coronel na rua, mas colocar um delegado ele pode. Então, o que queremos é que todos sejam tratados da mesma forma; ladrão não tem patente, seja soldado ou coronel: roubou, rua! Cadeia nele, eu penso assim. Eu me envolvo emocionalmente nesses assuntos porque sou muito crítico da Polícia Militar e às vezes até exagero um pouco.

Aqui estamos pensando na questão da desmilitarização há mais tempo que os outros estados porque, aqui no Rio de Janeiro, não querendo desprezar ou diminuir quem quer que seja, o nosso entendimento é que não devemos ter vínculo direto com a Corporação. Nós podemos até ter trânsito com eles, em determinados momentos participar de algumas reuniões, mas não abraçar a mesma luta porque nós somos diferentes. Só que na maioria dos estados, as Associações têm medo de perder o desconto em folha, têm medo de ser punido; mesmo as lideranças são receosas em enfrentar a cúpula da PM; só que aqui, no Rio de Janeiro, pelo nosso amadurecimento, por uma série de coisas que já passamos, a gente já perdeu esse receio. Eu já tive muita repressão por dar entrevistas reivindicando direito dos PMs e coisas assim, mas hoje não tenho mais, por uma razão simples: hoje a Associação tem visibilidade pública e à medida que a Associação tem essa visibilidade, começa a participar dos movimentos sociais, começa a participar da luta classista no parlamento estadual, começa a participar de vários movimentos. O que acontece é que eles pensam duas vezes porque nós vamos em cima de deputados, do Ministério Público e exigimos que nosso direito de reivindicar seja respeitado porque a Constituição garante o meu exercício da cidadania. Então eu faço valer isso. Porém, outros companheiros, lamentavelmente, não têm esse pique, e aí ficam fragilizados, fazem movimentos sem se estruturar, são presos, e o coronel tira proveito da prisão deles; além de prendê-los, quem ganha benefício são os coronéis porque cumpriram a determinação do governador. Só que aqui a gente não entra mais nessa, a gente trabalha politicamente.

Antes de tomar qualquer decisão precipitada, a gente faz assembleia, diversas assembleias, conversamos com vários setores da sociedade, buscamos orientação no parlamento para que, quando participarmos, todos já tenham conhecimento de que esgotou a capacidade de negociação. Então, o fato de evitarmos esses movimentos que acabariam com exclusões é uma opção estratégica até para evitar que alguns companheiros sejam sacrificados, porque à medida que as Associações estejam à frente de algum movimento,

ela é olhada pela sociedade de uma maneira; quando é feito por um grupo isolado, é olhada de outra forma, e aí cria uma situação delicada, porque todo mundo entra na mesma fogueira; a imprensa começa a noticiar que se a Polícia fizer greve o crime vai tomar conta e começa a jogar isso pra fora e a sociedade fica com medo e defende o Governo. Então, somos muito cautelosos com isso, para não dar arma para o adversário e ele nos jogar contra a sociedade.

Conheço várias associações pelo Brasil; já participei de todos os congressos que se imaginam: em Brasília, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Goiás, Minas Gerais; no Nordeste, vários em estados nós participamos. Criamos a Associação Nacional. O que acontece é que o Rio de Janeiro foi pioneiro na unificação da Associação; hoje nós somos Associação de Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro; apesar de existirem outras Associações, nós conseguimos criar uma Associação única de praças que agrega de soldado a subtenente e aí criamos a Associação Nacional de Praças. Quem está nos representando na Conferência Nacional é o companheiro Gonzaga, de Minas Gerais, e o outro companheiro do Mato Grosso do Sul, Melo Irmão. Eles estão representando as Associações de praças na Conferência. Agora, aquela entidade anterior, a ANERCS não funcionou por uma razão simples: na época, o presidente foi um companheiro do Rio Grande do Sul, o Moraes, que era muito vinculado à cúpula da PM; depois foi eleito o companheiro Wilson, de São Paulo, porque a Associação de São Paulo é muito rica, ela começou de cima pra baixo; como ela atendia os pleitos da cúpula da PM, tinha acesso com facilidade à PM. Faziam homenagens a coronéis, faziam solenidade homenageando coronéis e com isso eles foram ganhando prestígio na Corporação. Aí o presidente oferecia uma estrutura para as conferências nacionais lá no estado dele e no pleito eleitoral ele conseguiu um êxito que envolveu alguns estados pelas mordomias concedidas para ficar no estado de São Paulo. No nosso caso foi diferente, nós não aceitamos, nós queremos é a disputa política, queremos participar, mesmo que a gente vá com um copo d'água pra rua porque, o que adianta ter uma mordomia, dando hotel de luxo, carro particular, comendo do bom e do melhor e o soldadinho que está no Batalhão está morrendo de fome? Não vale a pena. Não me interessa isso. Então a ideia nossa é a desmilitarização e uma postura mais significativa. Alguns estados, como o Rio Grande do Sul, com o Lucas, o companheiro Wilson, de São Paulo são contra a desmilitarização porque eles têm medo de enfrentar a cúpula. Aqui não, aqui o comandante-geral sabe que sou contra; eu vou pra rua e digo que sou contra, sou contra a estrutura militar, entendo que a função policial tem que ser civil e batemos de frente, não por vaidade; não sou candidato a nada e não tenho pretensões políticas, o que eu quero é, antes de morrer, ver essa Polícia modificada.

Na Associação, aqui, existe policial que nos procura; procuras significativas, mas não da forma que gostaríamos, de mobilizar uma parcela expressiva para poder dar uma visibilidade pública maior até pra envolver a classe política nacional e para que os pleitos fossem mais fáceis de serem conquistados, mas nós estamos lutando; nem por isso a gente vai abandonar a luta ou vai recuar, simplesmente porque não tem adesão da maioria: a luta continua. Por que o Lula chegou à presidência da República? Porque foi persistente. Hoje os partidos estão oficializados, até o Partido Comunista, porque eles foram persistentes na luta. O processo histórico brasileiro sofreu uma série de transformações; a história do Brasil mostra muito bem os movimentos sociais como surgiram. Foi tudo uma luta de sacrifício para conseguir melhorias. Quem não se lembra do "O petróleo é nosso"? Olha aí, hoje, a história do petróleo. Então tudo tem um final feliz, com sacrifício, é lógico. É com o tempo. Muitas perdas... perdemos muitos companheiros valiosos.

Eu nunca pensei em desistir, tanto é que fui excluído, voltei para a Polícia e continuo na luta. Eu poderia muito bem me calar; fui alertado várias vezes; me falavam para recuar porque eles iam me pegar, e eu procurava o grupo Tortura Nunca Mais, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, as ONGS, os partidos políticos, as centrais sindicais, os movimentos sociais e pedia apoio, e graças a Deus tive êxito porque as pessoas no dia-a-dia normal, quando comentavam do meu nome diziam que eu era um lutador e que a Associação estava sempre querendo melhorias. Então, a influência dessas pessoas ajudou a Associação a caminhar sem sofrer a repressão direta como os outros estados estão sofrendo. Eu fiquei mais de um ano excluído e na época a Associação me contratou para trabalhar até que resolvesse meu problema, e eu agradeço

muito os companheiros porque eles foram muito sensíveis e não mediram esforços para me contratar. Tive apoio dos colegas e não tenho vergonha de falar isso, eu me sinto até orgulhoso. Eu tenho dois filhos homens, o mais velho hoje está com vinte e quatro anos; na primeira gravidez da minha esposa, eu estava preso e ela foi me visitar grávida; aconteceu um fato interessante que a proibiram de entrar no Batalhão para me visitar. Eu fiz um escândalo “filho da mãe”, chamei imprensa, deu uma confusão dos diabos e ela conseguiu entrar; e eu quase arranjei uma cadeia para o coronel de lá; deu um “bafafá” tremendo porque alguns parlamentares se envolveram na questão, como o Senador Saturnino Braga e diversos deputados como Carlos Correa, o próprio Paulo Ramos, vários deputados do PT, como Carlos Pink... a Jandira Ferrari foi importante também; diversos companheiros ajudaram a pressionar. Então, na primeira gravidez da minha esposa, eu estava preso, na segunda gravidez, continuei preso, aí ela falou comigo que não aguentava mais, que não ia ter mais filhos para eu parar de ficar preso, mas ela me apoiou muito, graças a Deus. Meus filhos, na época, eram muito pequenos. Hoje eu converso com eles, explico, contudo, peço a eles para evitarem comentar que sou policial, preservar ao máximo porque existe muita maldade, nós estamos em um mundo cão; às vezes um cara não tem condição de fazer algo comigo, mas pode fazer com eles; é um problema dizer que tem um pai policial, é suicídio, atestado de óbito na certa, pelo menos aqui no Rio de Janeiro.

Fui ameaçado de morte pelo comandante-geral da época, o ex-coronel Elias que, graças a Deus, foi atropelado e morreu, desculpe a minha franqueza; mas ele era tão bom que todo mundo bateu palmas para a morte dele, entretanto ele chegou a mandar me matar, mas graças a Deus as pessoas que eram ligadas a mim, que acreditavam, não eram participativas na Associação, mas me respeitavam; até companheiros que jogavam contra, não admitiam isso. Existe muita covardia dentro da Corporação e muitas das vezes partindo do próprio soldado que para agradar um coronel é capaz de tirar a vida de um companheiro, por isso sou contra essa estrutura militar alienista que provoca essa cultura covarde, autoritária e preconceituosa que trata o cidadão comum de “paisano”; olha que termo pejorativo, *paisano*. Não o tratam como cidadão, eles não se consideram cidadãos, consideram-se acima do bem e do mal; eu não sou trabalhador, eu sou policial militar; o cara enche o pulmão para falar uma besteira dessas. Eu sou contra essa cultura, quero que as coisas se transformem, não para atender minha vaidade pessoal, mas para mudar mesmo; para atender ao cidadão, para atender aos meus filhos, para atender à minha mulher, atender ao vizinho, para dar uma resposta que a sociedade precisa. Para isso é que luto e espero conseguir adesão de outros setores, como há vários setores que compreendem a nossa luta, apesar das dificuldades.

A nossa luta continua pela desmilitarização; nós entendemos que é o caminho para a transformação efetiva da segurança pública; nós somos favoráveis à sindicalização e ao direito de greve para todos trabalhadores sem exceção; entendemos que tem que haver uma transformação. Já que os estados alegam não ter condições de dar um salário digno, que o Governo federal assuma a responsabilidade de criar um piso nacional. Assim como criou para outras categorias, que crie um piso nacional para o policial. Ontem recebi um convite da relatora da PEC 300, que trata da questão do nivelamento salarial pela Polícia de Brasília. Vai haver uma audiência pública aqui na Assembleia Legislativa, com a relatora, que é a Deputada Andréia Zito, juntamente com o Deputado Arnaldo Faria de Sá, que é o autor da proposta da emenda constitucional; vamos tentar dar uma visibilidade maior ao projeto, mobilizando a sociedade civil, mobilizando a categoria, para que quando for colocado em votação em Brasília, que saia uma comissão de cada estado, pelo menos, para lutar pela transformação efetiva não somente salarial, mas da estrutura policial. Esse é o nosso grande sonho!